



UNIVERSIDADE CATOLICA PORTUGUESA

INCIDÊNCIAS DA GUERRA FRIA
NA POLITICA EXTERNA DE ANGOLA
(1975 – 1992)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor
em Ciência Política e Relações Internacionais

Por

Raul Tati

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Junho | 2018



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

INCIDÊNCIAS DA GUERRA FRIA
NA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA
(1975 – 1992)

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Ciência Política e
Relações Internacionais

Por Raul Tati

Sob orientação de Professor Doutor Francisco Miguel Gouveia Pinto
Proença Garcia

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Junho | 2018

ÍNDICE GERAL

SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	iv
DEDICATÓRIA	ix
AGRADECIMENTOS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – EMBASAMENTO TEÓRICO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS	16
1.1. Política externa: ensaiando definições	16
1.1.1. Uma prática antiga, uma ciência nova	24
1.1.2. Relevância contemporânea da política externa	30
1.1.3. O percurso dos estudos teóricos	32
1.1.4. Modelos teóricos: as teorias em confronto	36
1.1.5. Implicações na intelegibilidade do interesse nacional	53
1.1.6. O papel das burocracias no processo de decisão em política externa ..	58
1.1.7. A tomada de decisão	60
1.1.8. A sociedade internacional e os Estados	63
1.1.9. Implicações teóricas na análise da política externa de Angola: combinar a teoria e o contexto	65
1.2. Guerra Fria: o conceito	70
1.2.1. As origens da Guerra Fria	76
1.2.2. A ordem mundial durante a Guerra Fria: 1945-1991	89
1.2.2.1. Ordem mundial versus poder mundial	94
1.2.2.2. O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial no debate contemporâneo	99
1.2.2.2.1. A teoria de Mead	100
1.2.2.2.2. A crítica de Ikemberry	104
1.2.3. Os impactos da Guerra Fria em África	108
CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O SINUOSO PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ANGOLA	116
2.1. Caracterização da área de estudo	116
2.1.1. Demografia	117

2.1.2. Geografia física	123
2.2. Angola nas malhas do expansionismo europeu	125
2.2.1. Angola como parte integrante do império colonial português em África	130
2.2.2. Organização política e administrativa das colónias	136
2.2.3. Angola na rota da descolonização	141
CAPÍTULO III – A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA	180
3.1. O processo de transição	180
3.1.1. O impacto do golpe de 25 de Abril em Angola	184
3.1.2. Os dilemas da transferência do poder em Angola	192
3.1.3. Os perfis dos movimentos guerrilheiros	202
3.1.4. O Acordo de Alvor: uma caixa de Pandora	222
3.1.4.1. Contactos exploratórios, plataforma de Mombaça e as reuniões de Belém	225
3.1.4.2. A cimeira do hotel Penina e o Acordo final	234
3.1.4.3. A validade jurídica do Acordo de Alvor	242
3.1.4.4. O fracasso do Acordo e o descarrilhamento do processo de descolonização	246
3.1.4.4.1. Causas endógenas	248
3.1.4.4.2. Causas exógenas	252
3.1.4.5. A suspensão do Acordo de Alvor	262
3.2. A independência e o nascimento doloroso de uma nação	263
CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DO ESTADO PÓS-COLONIAL E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA	276
4.1. O Estado pós-colonial em África.....	276
4.2. A fundação do Estado-nação em Angola	292
4.2.1. Estatuto jurídico-político antes da proclamação da independência	292
4.2.2. Principais linhas programáticas do novo Estado	296
4.2.3. Os desafios imediatos da diplomacia angolana	306
4.2.3.1. A admissão na OUA	306
4.2.3.2. A admissão na ONU	317
CAPÍTULO V – A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA NA ROTA DA GUERRA FRIA	325
5.1. A opção socialista na definição da política externa de Angola	326
5.1.1. A liderança de Agostinho Neto	330
5.1.1.1. O primeiro congresso ordinário do MPLA	339

5.1.1.2. O Tratado de Amizade e Cooperação com URSS	343
5.1.2. A liderança de José Eduardo dos Santos: inavacão na continuidade	349
5.1.2.1. Principais desafios da nova liderança	352
5.1.2.1.1. A UNITA e o Quase-Estado da Jamba	353
5.1.2.1.2. O apoio da RSA	364
5.1.2.1.3. O envolvimento cubano na guerra civil de Angola	373
5.1.2.1.4. Os EUA na rota da descolonização de Angola	389
5.1.2.2. A diplomacia em busca de solucões internacionais para problemas domésticos	396
5.2. De Bicesse à Lusaka: os caminhos intrincados da 2ª República	408
CONCLUSÃO GERAL	424
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	433
APÊNDICE	451
ANEXOS	454

SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AA.VV. – Autores Vários

AN/TT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APE – Análise da Política Externa

ACA – *American Committee On Africa* / Associação Cívica de Angola

ANC – *African National Congress*

AAPO – *All-African People's Organization*

BM – Banco Mundial

BMC – Biblioteca Municipal Central

CCPA – Comissão Coordenadora do Programa para Angola

CCPM – Comissão Conjunta Político-Militar

CCVF – Comissão Conjunta de Verificação e Fiscalização

CCFA – Comissão Conjunta para as Forças Armadas

Cf. – Conferir

CDIH – Centro de Documentação e Investigação Histórica

COIEPA – Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola

COMECON – Conselho para Assistência Económica Mútua

COPLAD – Comando Operacional de Luanda

CNE – Conselho Nacional Eleitoral

CS – Conselho de Segurança

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé

CIA – *Central Intelligence Agency*

Coord. – Coordenação

DEPPI – Departamento de Educação Política, Propaganda e Informação

DGS – Direcção Geral de Segurança

DMZ – *Demilitarized Zone*

DGARQ, PT – TT – EMA – Direcção Geral de Arquivos, Portugal, Torre do Tombo,
Ernesto Melo Antunes

EUA – Estados Unidos da América

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

Ed. – Editora/Edição

Et al. – E outros

FAA – Forças Armadas Angolanas

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FARC – *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Cuba*

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FUA – Frente Unida de Angola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRA – Frente de Resistência Angolana

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência

FPB – *Foreign Policy Behaviour*

FPA – *Foreign Policy Analysis*

FPDM – *Foreign Policy Decision-Making*

FRELIMO – Frente para a Libertação de Moçambique

FRETILIN – Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente

GF – Guerra Fria

GM – Guerra Mundial

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IEP – Instituto de Estudos Políticos

IDI – Instituto Diplomático Internacional

IDN – Instituto de Defesa Nacional

INALD – Instituto Angolano do Livro e do Disco

INE – Instituto Nacional de Estatística

JNS – Junta de Salvação Nacional

MAC – Movimento Anti-colonial

MDA – Movimento Democrático de Angola

MIA – Movimento para a Independência de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT – Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MUD-Juvenil – Movimento de Unidade Democrática

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NOM – Nova Ordem Mundial

n. - Número

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OLP – Organização da Libertação da Palestina

OUA – Organização da Unidade Africana

Op. cit. – Obra citada

Org. - Organização

PCP – Partido Comunista Português

PCC – Partido Comunista Cubano

PCA – Partido Comunista de Angola

PCDA – Partido Democrático Cristão de Angola

PDA – Partido Democrático de Angola

PDG – Partido Democrático da Guiné

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PS – Partido Socialista

PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola

PREC – Processo Revolucionário em Curso

p. – página

pp. – páginas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PE – Política Externa

PEE – Política Externa dos Estados

PIDE – Polícia Internacional para a Defesa do Estado

RPA – República Popular de Angola

RSA – República Sul-Africana

RA – República de Angola

RI – Relações Internacionais

RDC – República Democrática do Congo

RM – Região Militar

RU – Reino Unido

RTP – Radio Televisão Portuguesa

RNA – Rádio Nacional de Angola

SDN – Sociedade das Nações

SADF – *South Africa Defence Force*

s/d – Sem data

s/l – Sem lugar

SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola

SWAPO – *Southwest African People Organization*

TRI – Teoria das Relações Internacionais

TPA – Televisão Popular de Angola

WTC – *World Trade Center*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UPA – União dos Povos de Angola

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UCP – Universidade Católica Portuguesa

USD – *United States Dollar*

UNAVEM – *United Nations Angola Verification Mission*

v.g. – *Verbi Gratia*

ZANU – PF – *Zimbabwe African National Union – Patriot Front*

ZAPU – *Zimbabwe African Peoples Union*

ZML – Zona Militar do Leste

DEDICATÓRIA

Aos meus saudosos pais
Francisco André Tati e Ana Maria Lembe
(In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Este estudo não seria possível sem a colaboração directa ou indirecta de pessoas e instituições cujo reconhecimento é uma obrigação moral. Colho pois este ensejo para gravar aqui a minha profunda gratidão pelo acolhimento humano que me foi reservado no Instituto de Estudos Políticos (IEP) quer pela sua direcção, quer pelos seus competentes Professores. Devo realçar que neste sentido a escola foi para mim um espaço de humanização e de crescimento não apenas em conhecimentos como em valores humanos. Destaco, obviamente, o Professor Francisco Proença Garcia, que desde o primeiro momento que o abordei aceitou sem hesitação o ónus de orientar-me nas sendas da pesquisa científica da qual resultou a presente dissertação. Às distintas personalidades entrevistadas (Professor Adriano Moreira, Professor General Fontes Ramos, Doutor Jaime Nogueira, Dr José Ribeiro e Castro, Dr Justino Pinto de Andrade) pela disponibilidade e pelos ricos subsídios que emprestaram a esta pesquisa. Devo igualmente uma palavra de gratidão às instituições do Ensino Superior em Cabinda onde lecciono, nomeadamente, o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e o Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda (ISPLC) por me terem dispensado das obrigações lectivas durante a minha formação mantendo o vínculo contratual. Agradeço particularmente ao Administrador desta última instituição, Dr Rui Mingas, e ao antigo Director-Geral, Dr Martinho da Cruz Nombo, pela especial solicitude de me terem brindado com uma importante ajuda financeira no primeiro ano curricular do curso de doutoramento. Não posso deixar de destacar igualmente o Reverendo Padre Paulino Mulamba, pelo apoio multifacético prestado durante todo o período de formação em Lisboa. À minha colega de doutoramento, Adriana Martins, pela amizade e apoio moral. Finalmente, *last but not least*, um merecido reconhecimento e gratidão à minha mulher, Carlota Tati, pelo indefectível apoio e pela sua compreensão às minhas prolongadas ausências durante a frequência do curso.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema “**Incidências da Guerra Fria na Política Externa de Angola (1975-1992)**”. Trata-se de uma pesquisa que vai incidir num período importante para a História política de Angola, na medida em que o mesmo marca o nascimento do novo Estado-nação de Angola e a sua luta interna e externa para a preservação da sua independência e soberania perante as ameaças constantes. Este período em análise marcou ainda a vigência da Guerra Fria em cujas ciladas o Estado de Angola não escapou ao transformar-se num campo de disputa entre as duas superpotências da época (Estados Unidos da América e União Soviética). O objectivo desta pesquisa consiste em avaliar o papel que ambas superpotências desempenharam concretamente no âmbito da política externa de Angola e aferir igualmente o paradigma que norteou as decisões e as opções dos dirigentes angolanos nesse contexto. Com efeito, a presente pesquisa tem o foco no seguinte problema: qual foi o papel ou influência da Guerra Fria na política externa de Angola no período entre 1975 e 1992? Admitimos como hipóteses de trabalho as seguintes: a) A Guerra Fria foi determinante nas decisões e escolhas políticas dos dirigentes angolanos; b) As estratégias das superpotências para o Terceiro Mundo condicionaram indirectamente o ambiente da implementação da política externa angolana; c) Diante da multiplicidade de actores internacionais com interesses em Angola, os dirigentes políticos optaram por um paradigma político defensivo para a salvaguarda da sua independência e soberania. Ao longo da pesquisa constatou-se que essas hipóteses não eram disjuntivas porque todas elas têm parte da verdade que fomos em busca. Por conseguinte, verificou-se que efectivamente a política externa de Angola foi influenciada pela Guerra Fria, mas que Angola não foi uma simples “marioneta” de actores externos. Os dirigentes angolanos, no contexto dessa conjuntura internacional, optaram por uma política externa pragmática, embora nem sempre eficaz. Ficou demonstrada ainda que o fim da Guerra Fria trouxe um novo ambiente na política internacional cujos ventos sopraram favoravelmente para as mudanças políticas em Angola com a substituição do sistema de partido único então vigente pelo sistema de democracia multipartidária.

Palavras-chave: Guerra Fria; Política Externa; Angola; Descolonização; Independência; Movimentos independentistas; Superpotências.

A parte textual desta dissertação conta aproximadamente com 99 mil palavras. A redacção está em português-padrão.

ABSTRACT

The theme of the present dissertation is: **"Incidences of the Cold War in the Foreign Policy of Angola (1975-1992) "**. It is a research that will focus on an important period for Angola's political history that marks the birth of the new nation-state of Angola and its internal and external struggle for the preservation of its independence and sovereignty to the constant threats. This period in analysis also marks the validity of the Cold War in which the Angolan State did not escape when it became a field of dispute between the two superpowers of the time (United States of America and Soviet Union). The purpose of this research is to assess the role that both superpowers have played concretely in the context of Angola's foreign policy and also to gauge the paradigm that guided the decisions and options of the Angolan leaders in this context. In fact, the present research focuses on the following problem: what was the role or influence of the Cold War in Angola's foreign policy in the period between 1975 and 1992? We assumed as working hypotheses the following: a) The Cold War was a key for decisions and political choices of the Angolan leaders; b) The strategies of the superpowers for the Third World indirectly conditioned the environment of the implementation of Angolan foreign policy; c) Given the multiplicity of international actors with interests in Angola, the political leaders opted for a defensive political paradigm to safeguard the country's independence and sovereignty. Throughout the research it was found that these hypotheses were not disjunctive because they all have part of the truth that we were looking for. Therefore, it was verified that Angola's foreign policy was indeed influenced by the Cold War, but that Angola was not a mere "marioneta" of external actors. The Angolan leaders, in the context of this international environment, opted for a pragmatic, albeit not always effective, foreign policy. It was also demonstrated that the end of the Cold War brought a new environment in international politics whose winds blew favorably for political changes in Angola with the replacement of the single party system then in effect by the system of multiparty democracy.

Keywords: Cold War; Foreign Policy; Angola; Decolonization; Independence; Independence movements; Superpowers.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende fazer uma análise teórica e descritiva da influência que a Guerra Fria teve nos líderes angolanos na formulação e na tomada de decisões em política externa no período que se estende entre 1975 (data da independência de Angola) e 1992 (data do nascimento da segunda República com a realização das primeiras eleições multipartidárias). O período em análise foi extremamente marcante para a história política e diplomática de Angola, reunindo com efeito os elementos necessários para o estudo a que nos propomos.

A política externa como campo autónomo de estudos começa a ser pensada a partir dos anos 50 nos EUA, estando ainda nos nossos dias a delinear o seu campo de análise e ao mesmo tempo a ensaiar uma metodologia sistemática de abordagem autónoma. Esta é a razão pela qual os estudos teóricos de política externa são tão escassos. Abundam mais os estudos empíricos e comparados. Por conseguinte, a raridade de pesquisas e/ou estudos sobre a política externa de Angola é apenas um reflexo imediato deste constrangimento epistemológico. Por isso, a nossa pesquisa tem a pretensão de ajudar a colmatar este *deficit* no contexto dos estudos teórico-analíticos sobre o assunto. Assim sendo, formulamos os objectivos deste projecto de seguinte maneira:

- **Objectivo Geral:** Identificar o papel da Guerra Fria no comportamento político e na estratégia diplomática dos principais decisores angolanos no periodo

1975-1992.

➤ **Objectivos Específicos:**

A) Analisar as opções políticas dos decisores angolanos no contexto do bipolarismo em matéria de política externa;

B) Compreender a importância do fenómeno da GF na dinâmica da política internacional.

C) Explorar os resultados das opções estratégicas de Angola em política externa.

1. Descrição do argumento.

Na sequência do Acordo de Alvor entre o governo revolucionário do Movimento das Forças Armadas (MFA) em Portugal e os três movimentos independentistas, nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Angola ascendeu à sua independência de Portugal a 11 de Novembro de 1975, tornando-se *ipso facto* sujeito de Direito Internacional Público e um novo actor das relações internacionais. O novo Estado, constituído em República Popular de Angola, procurou desde logo a sua afirmação na arena internacional, tendo para o efeito enfrentado a sua primeira grande batalha do reconhecimento externo por outros Estados e da sua adesão às principais organizações internacionais quer a nível regional (Organização da Unidade Africana), quer a nível global (Organização das

Nações Unidas).

Entretanto, o novo país nascia numa conjuntura difícil marcada pela Guerra Fria entre as superpotências vencedoras da 2.^a Guerra Mundial. Este acontecimento vai ter um peso relevante tanto na política interna como na política externa de Angola. Internamente, o novo país debatia-se com uma confrontação militar, fruto de clivagens político-ideológicas mal geridas e de profundas diferenças políticas entre os três movimentos independentistas. Com a invasão de forças militares estrangeiras (cubanas, sul-africanas, zairenses) e de mercenários de várias nacionalidades, Angola cai inexoravelmente nas malhas das chamadas “guerras por procuração” que transformaram o país num campo de batalha internacional, tendo aberto caminho para a longa guerra civil que se seguiu até ao Acordo de Bicesse de 1991.

Do ponto de vista do ambiente externo as coisas não estavam fáceis para o novo Estado governado por um partido de tendência marxista-leninista (MPLA) tendo em conta a sua aliança com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com o chamado Bloco do Leste, facto que o constituía em inimigo externo dos Estados Unidos da América (EUA). A tentativa de “sovietização” de Angola vai ter incidências imediatas nas estratégias e nas decisões de Angola que vão constituir as linhas-mestras da sua política externa de cooperação e defesa e segurança. Durante o período em estudo (1975-1992), a República Popular de Angola (RPA) privilegiou as relações diplomáticas, fora do continente, com os países do bloco socialista do Leste em detrimento do Ocidente (bloco tido como inimigo). Contudo, não é óbvio que o delineamento da política externa de Angola

tenha sido condicionado exclusivamente pela ordem bipolar ou terá havido outros factores endógenos e regionais que tiveram igualmente o seu peso, tendo em conta os interesses nacionais em jogo. Contudo, Angola é o país da África subsariana cuja população mais sentiu os efeitos dramáticos da GF.

Do ponto de vista da sua PE, podemos aferir-lhe um percurso sinuoso com duas etapas diferentes: durante a GF (1975-1992) e depois dela (1992 aos dias de hoje). Pretendemos cingir esta pesquisa ao primeiro período, realçando os seus grandes desafios, buscando respostas à luz dos acontecimentos e das teorias das relações internacionais e da política internacional. Assim sendo, intitulamos a nossa dissertação de seguinte maneira: **INCIDÊNCIAS DA GUERRA FRIA NA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA (1975-1992).**

2. Actualidade e relevância

A história das relações internacionais no período entre 1945 e 1990 está prenhe de acontecimentos importantes que se desenrolaram sob a sina daquilo a que se convencionou chamar por GF.¹ O desfecho da segunda GM, com a vitória dos aliados e a capitulação das potências do eixo (Alemanha-Italia-Japão) trouxe consigo a emergência de duas grandes potências militares e económicas a partir da periferia: os EUA e a URSS. As duas unidades políticas ganham o estatuto de superpotências sobretudo com o começo da era nuclear marcada com o

¹ Deve-se esta designação ao jornalista americano Walter Lippman, pelo menos a sua universalização, embora outros autores como Bernard Baruch e Herber Snope a houvessem empregado com alguma autoridade.

lançamento das duas bombas em Hiroshima e Nagasaki (6 e 9 de Agosto de 1945). A partir de então as duas superpotências irão dominar todo o sistema internacional. Este passa a ser caracterizado por um bipolarismo exacerbado pelas rivalidades e a pela concorrência nuclear de ambas que abriu o caminho da corrida armamentista. As respectivas ideologias inspiradoras (o comunismo e o liberalismo) influenciaram, forjaram e alimentaram regimes políticos em todos os continentes. Inclusivamente, algumas guerras registadas em várias partes do mundo não passavam de reflexo claro das disputas estratégias das duas superpotências. A África Austral não vai ser uma excepção, no âmbito da estratégia geral para o Terceiro Mundo. Na verdade, as lutas anticoloniais já tinham conhecido o apoio de ambas as superpotências em disputa de espaço de hegemonia. Quer os EUA, quer a URSS assumiram uma política anticolonialista, mas com motivações diferentes. O período das independências iria ser marcado pelo alinhamento ideológico dos novos Estados africanos, facto que provocou clivagens fracturantes no seio da OUA. A adesão de vários países africanos recém-independentes ao Movimento dos Países Não-Alinhados não deixa de ser uma tentativa arrojada de contrapor a doutrina do neutralismo aos jogos e influências das duas superpotências. Todavia, fora das conferências de Belgrado, Cairo, Lusaka ou Argel, tanto quanto se saiba o movimento não teve “pernas para andar”: o seu idealismo esbarrou diante da realidade internacional na medida em que grande parte desses ditos não-alinhados (v.g. Jugoslávia, Cuba, Angola, Congo-Brazzaville, Vietname, etc.) eram aliados soviéticos ou americanos.²

² Cf. DUROSELLE, Jean-Baptiste - KASPI, André, *História das Relações Internacionais. De 1945 aos nossos dias*, Tomo II, (trad. Helder Viçoso), edições Texto e Grafia, Lisboa, 2014, pp. 296-300

Entretanto, o fim da GF iria marcar nos finais da década de 80 e princípios de 90 o período em que África subsariana vai conhecer um surto de transições democráticas. A maioria dos países subsarianos havia conhecido regimes republicanos autocráticos após as independências, mesmo aqueles que eram pró-ocidentais. As economias eram centralizadas e planificadas pelo Estado. Os conflitos políticos e militares estiveram quase sempre presentes nas primeiras décadas das independências; com alguma razão podemos designá-las por “décadas perdidas” na medida em que «os africanos empregaram a maior parte do tempo em querelas e disputas pelo poder»³ e não só. Foram também canalizados pelos líderes africanos «esforços e recursos incalculáveis para a conquista e a conservação do poder, negligenciando as tarefas prioritárias do desenvolvimento.»⁴ Outro facto a realçar é que esses Estados estavam submetidos ao programa das ajudas ao desenvolvimento impulsionado pelas duas principais instituições financeiras internacionais: Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No final da década de 80 foram “impostas” aos países africanos reformas políticas e económicas como condição para receber empréstimos financeiros. Do ponto de vista político, foram exigidas reformas democráticas e, do ponto de vista económico, descentralização e liberalização das economias. Os regimes autoritários africanos tiveram de abrir mão e engendrar reformas políticas e económicas que marcaram o advento da democracia e da economia do mercado. Este quadro internacional, profundamente marcado pela

³ TATI, Raul, *Crise Africana e o Processo de Democratização em África. Pertinência e Implicações Ético-Antropológicas*, Colorestudio, Leiria, 1999, p.65

⁴ Ibidem

ordem bipolar, teve incidências importantes na definição, decisão e implementação da PE de Angola. O fim da GF abriu as portas para as negociações que conduziram à assinatura do Acordo de Bicesse entre o Governo da RPA e o movimento beligerante UNITA, sob a égide das Nações Unidas e da Troika de observadores (URSS, EUA e Portugal). Já que Angola foi o epicentro do conflito na África Austral, o desanuviamiento propriamente dito começa com o Acordo de Nova Iorque que abriu o caminho para a retirada do contingente cubano em Angola e a desocupação da parte sul de Angola por forças regulares sul-africanas. Este facto abriu igualmente as portas para a independência da Namíbia.

3. Justificativa

Quanto à contribuição prevista, a presente dissertação pretende ser um estudo original dentro de um campo já visitado por outros autores. A sua originalidade estará no enfoque ancorado na nossa pergunta de partida e pela confirmação ou não das hipóteses preliminares. Entendemos, outrossim, que o presente trabalho é uma contribuição e um incentivo para os estudos africanos no Instituto de Estudos Políticos (IEP), se tivermos em conta que os mesmos são ainda escassos e tímidos. Mas queremos olhar também para o espaço geopolítico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) onde a produção científica tem uma palavra importante a dizer na construção dos laços culturais, linguísticos, históricos e políticos dentro da diversidade das suas expressões. Em relação à antecipação das limitações, é consabido que todo o trabalho de

investigação científica deve deixar uma janela aberta para outras pesquisas, atendendo ao facto de que nenhuma dissertação é tão exaustiva que não reste nada mais a dizer sobre o objecto estudado. Contudo, reconhecemos, à partida, que existem riscos evidentes ao apostarmos num tema pouco investigado, cujo campo de pesquisa se afigura ainda enxuto. Estão previstas algumas limitações bibliográficas em termos de acesso às fontes primárias. Seria óptimo se pudéssemos aceder às mesmas não só em Angola, como nos EUA, na Rússia, na África do Sul, em Cuba ou em Portugal. Por razões evidentes, provavelmente havemos de trabalhar mais com arquivos angolanos e portugueses, embora, infelizmente, as fontes angolanas se acham ainda classificadas, para além dos “tabús” que ainda impedem a liberdade de expressão e de opinião sobre certas matérias de carácter político. Todavia não excluimos o esforço de ir no encalço doutras fontes nem que seja por meios electrónicos.

4. Formulação do problema científico.

Toda a pesquisa está orientada no sentido de dar resposta a um problema levantado. A definição do problema científico ajudará a focalizar o que se pretende descobrir com a dissertação. As coisas no mundo têm uma razão de ser o que são e como são. Cabe ao filósofo discernir essa ordem. Questionar é uma atitude essencialmente filosófica que nos leva a conhecer a causa última das coisas, ou noutros termos, a fazer a descoberta da verdade entendida no sentido tomista de “*adequatio intellectus ad rem*” (conformidade do intelecto com realidade). Assim

sendo, para a nossa abordagem trazemos a seguinte pergunta de partida:

Qual foi a influência da GF na definição, no processo de decisão e na implementação da PE de Angola no período entre 1975 e 1992?

Trata-se de uma questão aberta, mas que permite a negação de quaisquer incidências determinantes da GF ou a sua confirmação. O objecto final é provar como é que a PE de Angola foi condicionada pelas circunstâncias da GF.

Desta questão central extraímos algumas questões derivadas que vão dar corpo ao argumento:

1. Qual foi o papel das potências da GF e seus “satélites” na guerra civil angolana?
2. Quais foram as principais razões do fracasso do Acordo de Alvor entre Portugal e os três movimentos independentistas angolanos?
3. Qual foi o papel dos exércitos de Cuba e da África do Sul no contexto do conflito na África Austral?
4. O fim da GF influenciou mudanças políticas em Angola?
5. Que papel desempenharam a ONU e a OUA no conflito angolano?

Da problemática exposta, extraímos as seguintes hipóteses de trabalho:

1. Principal: A GF foi determinante nas escolhas políticas dos decisores angolanos.
2. As estratégias das superpotências para o Terceiro Mundo condicionaram indirectamente o ambiente da implementação da PE angolana.

3. A multiplicidade de actores internacionais com interesses em Angola justificou uma PE defensiva ancorada no paradigma da salvaguarda da independência e da soberania nacional.

5. Metodologia

Os métodos são variadíssimos, por isso a escolha do método é um dos exercícios mais importantes para uma dissertação. Podemos saber o objecto de pesquisa, mas se não tivermos um método coerente e adequado não iremos à parte nenhuma, não podemos obter resultados com selo de cientificidade. A selecção do método deve ir ao encontro quer do objecto material quer do objecto formal do estudo. Por isso, é necessário que «Uma vez definido, delimitado e caracterizado o problema eleito como questão central, e tendo por base a ideia de fundo que norteará a correspondente investigação, há que seleccionar a estratégia de trabalho a adotar, ou seja, a correspondente metodologia.»⁵

Tendo em conta que uma dissertação é quase inevitavelmente um produto interdisciplinar, pela sua própria natureza transversal, a nossa pesquisa vai seguir uma metodologia híbrida. Pretendemos conjugar vários métodos, mas todos eles deverão incidir nos métodos específicos das ciências sociais. Assim sendo, optaremos pelos seguintes métodos:

- **Método teórico:** vai permitir-nos fazer a construção e a proposta de uma nova teoria sobre o objecto de estudo, explorando as actuais lacunas nessa

⁵ OLIVEIRA, Luis Adriano, *Ética em Investigação Científica. Guia de boas práticas com estudos de caso*, Lidel, Lisboa, 2013, p. 11

matéria. Pretendemos destarte fazer uma abordagem onde os factos possam ser analisados e interpretados através de conceitos e axiomas próprios da ciência política. O método teórico ajudar-nos-á a orientar o objecto da pesquisa restringindo a amplitude dos factos a serem estudados, posto que «cada ciência, em particular, focaliza a sua atenção sobre determinados aspectos, delimitados por parâmetros, estudando os fenómenos mais importantes neles contidos, ou seja, explorando uma amplitude limitada de coisas, ao mesmo tempo que ignora ou faz suposições sobre outras.»⁶

- **Método Histórico:** A utilidade deste método para a nossa pesquisa parte do pressuposto de que «as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado», sendo, por conseguinte, «importante pesquisar suas raízes para compreender sua natureza e função.» Assim sendo, este método preconizado por Franz Boas, vai ajudar-nos a «investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje.»⁷

- **Método Indutivo:** trata-se, segundo Lakatos & Marconi,⁸ de um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objectivo dos argumentos indutivos é levar a

⁶ LAKATOS, Eva Maria - MARCONI, Marina de Andrade, *Fundamentos de Metodologia Científica*, Atlas, S. Paulo, 2003, p. 114

⁷ Ibidem, p. 106

⁸ Ibidem, p. 87

conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Este método vai ser importante tendo em conta o carácter descritivo-teórico da pesquisa.

Do ponto de vista das opções redaccionais, optámos pelo português padrão, na medida em que a República de Angola (RA) ainda não ratificou o actual acordo ortográfico. Todavia, nas citações de textos escritos nos moldes do acordo ortográfico, havemos de manter a sua originalidade.

6. Técnicas de Pesquisa

Uma vez encontrados os procedimentos metodológicos que vão orientar a dissertação, é preciso determinar igualmente as técnicas a utilizar para lograr os objectivos preconizados. Segundo Marconi & Lakatos⁹, técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve na ciência ou arte; é habilidade para usar estes preceitos ou normas, a parte prática. Toda a ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos. A técnica deve responder à pergunta: *com quê?* Trabalhámos com as seguintes técnicas de pesquisa:

- **Pesquisa bibliográfica:** «Abrange a vasta bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e

⁹ Ibidem, p. 182

audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto com tudo o que foi escrito, dito e filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicada, quer gravada.»¹⁰ Tendo em conta este pressuposto, os métodos seleccionados e a índole teórica do argumento, a nossa pesquisa é essencialmente bibliográfica, na medida em que esta «oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente e tem por objecto permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de informações.»¹¹ Neste sentido, uma pesquisa bibliográfica «não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras»¹²

- **Pesquisa documental:** Em princípio não foge muito da lógica da pesquisa bibliográfica. Todavia, aqui usamos um instrumento importantíssimo da pesquisa que é o acesso às fontes primárias sobre o objecto de estudo. Neste sentido, contamos com textos diversos e de interesse para a tese como sejam, entrevistas transcritas, discursos, textos legislativos (decretos, despachos, tratados internacionais ou bilaterais, acordos, actas, etc).
- **Entrevista aberta ou livre:** pretendemos com ela seleccionar uma lista de entidades políticas e académicas relacionadas com o objecto de estudo cuja

¹⁰ Ibidem

¹¹ Ibidem

¹² Ibidem

opinião poderá incidir na confirmação ou não das hipóteses de trabalho.

Em suma pretendemos avançar para uma pesquisa básica cuja finalidade é gerar conhecimento a partir da análise de uma situação concreta.

7. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está composto por cinco capítulos que constituem o miolo da dissertação. O objectivo do primeiro capítulo é, por um lado, compreender a GF, não apenas na sua valência histórica, mas sobretudo como categoria conceptual do sistema internacional e da geopolítica mundial e, por outro lado, discutir as actuais análises da PE enquanto abordagem teórica distinta e autónoma no âmbito epistemológico para perceber as suas implicações no caso de Angola. O segundo capítulo retrata o nosso campo de investigação (Angola) na perspectiva demográfica, económica, geográfica e histórica; uma incursão aos antecedentes históricos vai levar-nos a revisitar a presença pentassecular de Portugal em Angola, a “joia da coroa do império” lusitano, o problema da colonização e o processo da emancipação política, vulgarmente conhecido como processo de descolonização. O terceiro capítulo versa sobre a proclamação da independência de Angola destacando dois significados importantes: 1) marca o nascimento do Estado angolano como sujeito de direito internacional, passando a ser, *ipso facto*, actor das relações internacionais com capacidade jurídica para formular uma PE própria no contexto da política internacional; 2) o ambiente que envolveu a proclamação da independência de Angola teve fortes incidências da

GF. Por conseguinte, o objectivo deste capítulo é realçar a importância da independência de Angola no contexto da política internacional. O quarto capítulo tem como objectivo trazer a terreiro o percurso da PE da RPA, superiormente traçada pelo MPLA, partido governista, e os principais desafios internacionais e os resultados das iniciativas diplomáticas levadas a cabo pelo novo Estado, nomeadamente junto da ONU e da OUA. Servirá igualmente para perceber as preocupações regionais da PE de Angola no período pós-independência. Finalmente o nosso quinto capítulo traz à tona o papel dos principais actores externos (a URSS e os EUA) e os actores da periferia (África do Sul, Cuba, Zaire, etc.) envolvidos não só no conflito angolano como da África Austral, em geral. Não obstante, pretende-se ainda fazer uma análise de factores políticos internos que influenciaram também os decisores políticos angolanos a fim de desenhar o tipo de paradigma que norteou a PE de Angola durante a vigência da GF.

CAPITULO I

EMBASAMENTO TEÓRICO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

A nossa dissertação está fundamentada em dois conceitos principais: Política Externa e Guerra Fria. O objectivo deste primeiro capítulo é, por um lado, compreender a GF, não apenas na sua valência histórica, mas sobretudo como categoria conceptual do sistema internacional e da geopolítica mundial e, por outro lado, discutir os modelos actuais de análise da PE enquanto abordagem teórica distinta para perceber as suas implicações no caso de Angola. Pretendemos, muito além de propor uma galeria de definições engenhosas, procurar uma maior inteligibilidade dos dois conceitos e das suas implicações na construção dos argumentos da pesquisa no contexto das Relações Internacionais (RI).

1.1. Política Externa: ensaiando definições

Os estudos teóricos sobre a PE, enquanto campo autónomo de análise, têm as suas origens enquistadas entre os anos 50 e 60, nos EUA. Trata-se de um campo recente de estudos. E este facto implica que tenhamos algumas cautelas na sua abordagem conceptual. Como veremos mais adiante, não há uma única abordagem sobre a PE. Sendo um sub-campo de análise das RI, está umbilicalmente ligada à Teoria ou Teorias das RI. As definições variam consoante as teorias em evidência quer em relação ao *Foreign Policy Behaviour* (FPB)

relativo ao comportamento dos Estados na PE, quer em *Foreign Policy Analysis* (FPA) que atende à análise da PE como um campo teórico autónomo. Se quisermos levar a abordagem na perspectiva em que a PE se entende como comportamento do Estado (FPB) em relação a actores externos, teremos uma dada definição de pendor estatocêntrico. Mas se olharmos para a PE no contexto de uma variedade de actores não-estatais como os movimentos sociais, as Organizações Internacionais (OI), as Organizações Não-Governamentais (ONG), os movimentos beligerantes, etc., teremos logicamente outro tipo de definições. Para além dos actores primários ou secundários da PE, deve-se prestar também atenção aos seus objectivos, aos recursos, aos instrumentos, aos modelos e processos de formulação e condução da mesma. Tudo isso significa que há uma necessidade de se fazer uma precisão do objecto formal próprio da PE no âmbito da sua autonomia epistemológica. O antigo embaixador português, Calvet de Magalhães, teve neste sentido o cuidado de chamar atenção sobre alguns vícios que enfermam o conceito de PE, destacando duas flagrantes imprecisões no uso desta terminologia: a) a confusão constante entre PE e diplomacia; b) a confusão entre PE e política internacional.¹³ Para o autor, e nós concordamos obviamente, estamos perante domínios afins, mas distintos em termos de objecto formal. A PE não é diplomacia nem é política internacional. A diplomacia, tal como a guerra, é um instrumento da PE. A política internacional seria, por seu turno, o conjunto das PE delineadas por vários Estados. Calvet de Magalhães entende que a teoria da PE propriamente dita ainda é um campo pouco explorado. Desta premissa se

¹³ MAGALHÃES, José Calvet, *Diplomacia Pura*, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2005, p.15ss

deduz uma certa confusão de conceitos, quer na linguagem corrente quer em obras de grandes especialistas. Em relação à confusão com a diplomacia, o autor adianta que ela é muito generalizada entre os próprios internacionalistas e por vezes «consciente e deliberadamente». Cita esmiuçadamente vários casos de nomes sonantes da política internacional como Raymond Aron, Hans Morgenthau, Thomas Schelling, Garret Mattingly, Harold Nicolson e tantos outros do mundo diplomático e mediático.¹⁴ No entanto, não se detém nesses reparos feitos quase à lupa. Procurou-lhes também uma explicação causal:

«Chegámos ao momento de perguntarmos por que razão os internacionalistas, os principais responsáveis nesta matéria, com todas as suas preocupações de rigor científico, persistem em utilizar a palavra **diplomacia** para designar o conceito de **política externa**, dado que esta expressão é perfeitamente clara, e adaptada certamente, do que a palavra **diplomacia**, que não só historicamente nasceu para designar especificamente a actividade dos diplomatas ou agentes diplomáticos, como, além disso, não existe uma palavra ou expressão alternativa para designar esta actividade. Para quê confundir conceitos diferentes utilizando sem necessidade uma mesma palavra para designar ambos?»¹⁵

Calvet de Magalhães aponta como razões dessa imprecisão «o recente e ainda fraco desenvolvimento da teoria das relações internacionais que não

¹⁴ Ibidem

¹⁵ Ibidem, pp. 19-20. (o negrito é nosso)

permitiu ainda que surgisse uma personalidade forte que, numa obra fundamental, fixasse a terminologia neste ramo da ciência política». ¹⁶ Mas há ainda uma outra razão que se prende com os trabalhos teóricos sobre a diplomacia propriamente dita. Segundo o autor, «são infelizmente raros e pouco desenvolvidos, de forma que se pode afirmar que não surgiu ainda um internacionalista que tenha analisado com profundidade o conceito de diplomacia que assim se vê confundido e misturado com outros conceitos.» ¹⁷ Aproveita o ensejo para, feitas estas considerações, delimitar então o conceito de PE e fazer uma breve apreciação sobre o estado do seu estudo teórico. Apresenta, em primeiro lugar uma contraposição entre PE e política interna. Na sua óptica, aliás como é óbvio, a PE contrapõe-se naturalmente à *política interna* e neste sentido refere-se à actividade exercida por um Estado no domínio externo, ou seja, para além das suas fronteiras políticas. Neste contexto, a expressão PE é utilizada pelo autor «para designar o sector da actividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de estados.» ¹⁸ Em relação ao aspecto teórico, afirma *tout court* que a PE constitui um aspecto da política internacional. E acrescenta:

«A política externa pode definir-se como o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo. A política internacional

¹⁶ Ibidem, p. 22

¹⁷ Ibidem, p. 22

¹⁸ Ibidem

compreende as interacções dos diferentes Estados, pelo que podemos dizer, de uma forma muito genérica, que a política internacional compreende o conjunto das diversas políticas externas nacionais.»¹⁹

No mesmo sentido Maria Regina Mongiardim teve o cuidado de fazer as necessárias destrições conceptuais logo na Nota Prévia da sua obra.²⁰ Uma das confusões identificadas é exactamente a da diplomacia com a PE:

«Mais frequente ainda é confundir-se Diplomacia com a política externa de um dado país, quando, na verdade, esta transcende em muito a actividade diplomática, a qual é apenas uma parte da acção externa do Estado, vasta panóplia de intervenção internacional que inclui uma enorme diversidade de acções e instrumentos, como as económicas, culturais, informativas, a guerra.»²¹

Seguidamente a autora faz uma série de esclarecimentos sobre o assunto no intuito de vencer a confusão instalada em vários estudos e amiudadas vezes no discurso político convencional:

«A política externa não deve ser confundida com a acção externa, se bem que esta constitua o seu núcleo fundamental, na medida em que também inclui o processo de elaboração e tomada de decisões, prévio à acção externa, a avaliação dos resultados e o seu controlo. Indissociável da política interna, da qual apenas

¹⁹ Ibidem, pp. 22-23

²⁰ MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007

²¹ Ibidem, p. 9

representa uma parcela singular da política geral do Estado, a política externa envolve as forças políticas, as burocracias nacionais e a sociedade civil, na definição dos seus objectivos ou na eleição dos seus meios.»²²

Mongiardim tem ainda o mérito de diferenciar a PE do Estado da PE do governo, embora as fronteiras entre ambas sejam denodadamente ténues:

«Da mesma forma, é incorrecto que não se estabeleça diferença entre a política externa do Estado e a política externa do governo, na medida em que aquela compreende, para além da política governamental, as múltiplas relações internacionais de todos os demais órgãos estatais e sociais, distintos dos governos, que possam agir com protagonismo significativo e que vinculem o Estado no plano internacional.»²³

Por conseguinte, qualquer definição neste campo ainda “enxuto” afigura-se como uma empreitada arriscada. Podemos construir uma definição eclética, mas mesmo assim não estaríamos isentos de ciladas. É neste sentido que destacamos o mérito do trabalho coordenado por Maria Raquel Freire²⁴, da Universidade de Coimbra, ao ensaiar algumas definições, não exaustivas, mas como uma amostra

²² Ibidem, pp. 9-10

²³ Ibidem, p. 10

²⁴ Cf. FREIRE, Maria Raquel (coord.), *Política Externa – As Relações Internacionais em mudança*, Imprensa Universitária de Coimbra, Coimbra, 2011. António Raimundo afirma na recensão deste volume que o mesmo trouxe um contributo válido e a sua edição responde sobretudo a objectivos pedagógicos, tendo em conta, como os próprios autores atestam, as lacunas bibliográficas identificadas no que concerne a estudos sistematizados e inclusivos que combinem teorização e vasta análise empírica na área da política externa. Cf. RAIMUNDO, António, *O Estudo da Política Externa. Combinar Teoria e Contexto* (Recensão), in RI, (Setembro 2012), N.º 35, pp. 139-142

representativa, onde se pode ver não tanto as divergências, mas, sobretudo, as “nuances” próprias das dinâmicas da realidade complexa que se escuda sob o manto dessa terminologia.²⁵

- «O sistema de actividades desenvolvido pelas comunidades para modificar o comportamento de outros Estados e para ajustar as suas próprias actividades ao ambiente internacional» (George Modelski apud Kegley e Wittkopf).
- «O esforço de uma sociedade nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis» (James Rosenau apud Zorgbibe).
- «Programa orientado para a resolução de objectivos ou de problemas elaborado pelos decisores políticos com autoridade (ou seus representantes), direccionado a entidades externas à jurisdição dos responsáveis pela formulação política» (Hermann).
- «O conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo actual e futuro» (Rosati).

Entretanto, apesar de serem divergentes, estas definições, segundo os autores, «comungam uma série de princípios e pressupostos, dos quais se destacam o papel dos governos estatais como actores privilegiados na formulação

²⁵ FREIRE, Maria Raquel – VINHA, Luis da, *Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas*, in FREIRE, Maria Raquel (coord.), op. cit., p. 16-17

da política externa e a dimensão intencional da acção política.»²⁶ Isto significa que estão excluídos outros actores não-estatais. Ora, na perspectiva dos autores, levanta-se aqui uma dificuldade: a de incluir actores supra-estatais (citam a ONU e a EU) ou sub-estatais (caso do Hezbollah e comunidades não-estatais) na análise da política internacional. Apontam ainda uma outra lacuna conceptual por resolver: estas definições não incluem os resultados não intencionais das decisões políticas. Tendo em conta estes considerandos, os autores do manual propõem uma definição mais abrangente da PE tentando ultrapassar algumas das lacunas conceptuais identificadas nas definições mencionadas supra. Assim temos:

«Entende-se por política externa o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores políticos dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções.»²⁷

Temos aqui uma tentativa de encontrar uma definição eclética a partir das definições supracitadas. E os autores justificam a pertinência desta opção nos seguintes termos:

«Ao concentrar-se nos diferentes actores e nos diferentes processos e dinâmicas de decisão, a análise de política externa permite uma abordagem complementar que

²⁶ Ibidem

²⁷ Ibidem, p.18

enriquece o nosso entendimento da política internacional.»²⁸

Na mesma perspectiva, prosseguem os autores sustentando que a análise da PE, focalizando nos diversos actores envolvidos nos processos de decisão, «permite conhecer a forma como os indivíduos, grupos e organizações são condicionados pelos vários factores domésticos, nomeadamente os factores eleitorais, a opinião pública, os grupos de pressão e as preferências ideológicas.»²⁹

1.2. Uma prática antiga, uma ciência nova

A história política da humanidade regista a prática antiga das relações entre povos e governos. A paz e a guerra sempre foram o diapasão do comportamento dos povos e governos em relação ao ambiente externo que podia ser pacífico e amistoso ou hostil e ameaçador. Não causa pois admiração alguma que a diplomacia e a guerra, dois principais instrumentos da política externa dos estados, tenham estado sempre presentes. Fazer a paz ou declarar a guerra (*ius belli*) eram prerrogativas supremas dos soberanos. Por isso, as relações entre monarcas e entre povos ou tribos eram facilitadas pela troca ou envio de mensageiros ou embaixadores com missões específicas. Estes gozavam de

²⁸ Ibidem

²⁹ Ibidem, pp. 18-19

imunidades. Nas comunidades primitivas até os enviados tinham um carácter muito especial tendo em conta a sacralidade da sua missão. Quem no-lo atesta é Ragnar Numelin:

«Os povos primitivos escolhem os seus emissários entre os mais importantes homens e mulheres da tribo; estas são frequentemente utilizadas em missões particularmente importantes. Deve também observar-se que os diplomatas primitivos, em regra, gozam de imunidade pessoal e julga-se até que possuem qualquer coisa de sagrado. Passam livremente através de territórios hostis. A sua recepção, assim como a apresentação das suas mensagens, têm lugar segundo um determinado cerimonial.»³⁰

Desde então, um longo percurso marcou a história da diplomacia desde a Antiguidade à Idade Contemporânea, conforme bem ilustrou Calvet de Magalhães.³¹ O autor demonstra não apenas a prática e os costumes diplomáticos em várias épocas da História e suas incidências para os diferentes povos como o carácter nevrálgico do conjunto dessas práticas a que chamaríamos hoje de política externa. Na verdade, não havia povo algum que não tivesse preocupações e interesses em relação ao seu ambiente externo. Por conseguinte, a diplomacia com a utilização de intermediários ou emissários esteve amplamente presente desde os primórdios da História nas Relações Internacionais.

Entretanto, os estudos científicos enquanto análise teórica da PE pecam

³⁰ NUMELIN, Ragnar, *The Beginning of Diplomacy*, Oxford University Press, Londres, 1950, pp. 168-169. Citado por MAGALHÃES, José Calvet, op. cit., p. 32

³¹ Cf. MAGALHÃES, José Calvet, op. cit., pp. 31-77 (sobre a evolução histórica da diplomacia)

apenas por tardios. Somente no século XX, mais concretamente entre 1950 e 1960, vamos encontrar as primeiras análises dentro do campo das Relações Internacionais. Valerie M. Hudson apresenta três trabalhos paradigmáticos que vão marcar a fundação da análise da PE, a saber:³²

1. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* (1954): trabalho desenvolvido conjuntamente por Richard C. Snyder, H.W. Bruck e Burton Sapin.
2. *Pre-Theories and Theories of Foreign Policy* (1964/66): um trabalho desenvolvido por James Rosenau.
3. *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics* (1956/57); trabalho conjunto de Harold e Margaret Sprout. Ambos têm ainda uma obra conjunta publicada em 1965 com o título *The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics*.

Tendo em conta o papel primacial destes estudos, vamos fazer uma breve incursão sobre o contributo de cada um deles, na esteira de Valerie Hudson. O trabalho de Richard Snyder e seus companheiros inspirou os estudiosos a olharem para os actores envolvidos abaixo do patamar de análise da nação-estado. Este princípio é assim formulado por estes autores, aqui citados por Valerie Hudson:

³² HUDSON, Valerie M., *Introduction: three paradigmatic Works*, in Smith, STEVE – HADFIELD, Amelia – DUNNE, Tim (ed), *Foreign Policy: Theories – Actors – Cases*, Oxford University Press, Oxford/New York, 2008, p. 12. Ver também FREIRE, Maria Raquel, Op. Cit., pp. 14-16

«Aderimos à nação-estado como nível fundamental de análise, ainda que tenhamos descartado o estado como uma abstracção metafísica. Enfatizando a tomada de decisão como foco central nós providenciamos um modo de organizar os determinantes da acção em torno das entidades que trabalham para a sociedade política. Os decisores são vistos como operando numa colocação com duplo aspecto assim que aparentemente os factores internos e externos não reportados sejam reportados nas acções dos decisores.»³³

Seguindo esta lógica, Snyder e companheiros colocaram a ênfase característica da APE no âmbito da *foreign policy decision-making* (FPDM) ou seja na tomada de decisão em PE. A tomada de decisão foi mais vista como um comportamento organizacional (*organizational behaviour*) através do qual os determinantes básicos serão as esferas de competência dos actores envolvidos, o fluxo da comunicação e informação, e as motivações de vários intervenientes. Neste caso, segundo os autores, uma abordagem desejável deverá ser ao mesmo tempo multicausal e interdisciplinar.³⁴

Quanto ao pensamento de James Rosenau, de notar que ele avança com a categoria de “pre-teoria” da PE. Esta encorajou os estudiosos a descobrir generalizações aplicáveis ao comportamento da nação-estado. Era necessária uma teoria geral, e a intenção do artigo de Rosenau era apontar a direcção em

³³ SNYDER, et al., *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*, Foreign Policy Analysis Project Series Nº 3, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1954, citado por HUDSON, Valerie M., Op. Cit., p.13 (n.t.)

³⁴ HUDSON, Valerie M, Op. Cit., p. 13

que a mesma devia estar focalizada.

«Identificar os factores não é traçar a sua influência. Entender os processos que afectam o comportamento externo não significa explicar como e porquê são operacionais sob certas circunstâncias e não noutras. Reconhecer que a política externa é moldada quer pelos factores internos quer pelos externos não é compreender como ambos interagem ou indicar as condições em que um predomina sobre o outro. A análise de PE supõe sistemas abrangentes e generalizações testáveis... A análise da PE está desprovida de uma teoria geral.»³⁵

A grande preocupação de Rosenau reside na necessidade de se desenvolver uma espécie de **teoria intermediária** entre os grandes princípios e a complexidade da realidade. É preciso integrar a informação a vários níveis de análise, desde os líderes individuais ao sistema internacional. Por isso a melhor explanação seria multi-nível e multi-causal, integrando a informação a partir de uma variedade de sistemas de conhecimento das ciências sociais.³⁶

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo casal Sprout, trata-se de uma contribuição com um enfoque diferente, mas bastante sugestivo: a interacção entre os indivíduos e grupos (decisores da PE) e o ambiente psicológico (*psychological milieu*). Entendem como **psycho-milieu** o ambiente operacional e internacional ou o contexto em que é percebido e interpretado pelos decisores.

³⁵ ROSENAU, James N., *Pre-Theories and Theories of Foreign Policy*, in R.B. Farrel (ed.), *Approaches to Comparative and International Politics* (Evanston: Northwestern University Press), 1966, pp. 98-99, citado por HUDSON, Valerie M., op. cit., p. 14. (n.t.)

³⁶ Cf. HUDSON, Valerie M., op. cit., p. 14-15

Entretanto, podem ocorrer incongruências entre a percepção e o ambiente operacional real, o que conduziria a escolhas menos satisfatórias em PE. Essas incongruências podem ter várias causas se atendermos ao facto das explicações multi-causais construídas a partir de campos variados. Estes precursores da PE encontraram uma diferença clara entre APE e aquilo que se passou a chamar de **teoria do actor-geral** (*general-actor theory*):

«Em vez de tirar conclusões a respeito de prováveis motivações ou propósitos de um indivíduo, o seu conhecimento do meio ambiente e o seu processo intelectual, juntando propósitos e conhecimento, na base de suposições sobre a maneira como as pessoas tendem em média a se comportar num determinado contexto social, o behaviorista cognitivo – seja ele um historiador narrativo ou um cientista social sistemático – compromete-se a descobrir com maior precisão possível como é que pessoas específicas realmente percebem e respondem em contingências particulares»³⁷.

Portanto, nesta fase pioneira da APE é importante sublinhar que cada um desses trabalhos tem seu mérito próprio na busca da construção de uma teoria da PE. Entendemos por isso que não é o caso aqui de se fazer alguma escolha dentre as três, já que cada uma das teorias aborda um campo específico e indispensável na compreensão global da PE. As três abordagens deixam interpelações aos estudiosos, sobretudo as particularidades dos seres humanos que fazem e

³⁷ SPROUT, Harold – SPROUT, Margaret, *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1965, p. 118, citado por HUDSON, Valerie M., op. cit., p. 15

conduzem a PE nacional. Estas são vitais na compreensão das escolhas em PE. Neste sentido, Valerie adianta que tais particularidades não deveriam permanecer como idiossincrasias indigestas, mas que fossem incorporadas como instâncias de maiores categorias de variação no processo da construção de uma teoria intermediária.³⁸

1.2.1. Relevância contemporânea da PE

Segundo o estudo da Oxford, coordenado por Steve Smith *et alii*, existem dois modos pelos quais a PE passou a ser relevante no contexto dos estudos da política mundial. O primeiro tem a ver com a agenda política mundial depois do 11 de Setembro e o renascer da PE *per se*. O segundo está mais próximo do diálogo académico entre várias literaturas sobre a PE e as RI.³⁹ Vamos, em seguida, ver como é que está articulada a argumentação em relação a estas duas premissas.

Durante mais de vinte anos, as discussões que dominavam a disciplina das RI estavam mais ancoradas na estrutura do sistema internacional. Por que caiu o sistema bipolar e qual seria a natureza do novo sistema vigente ou sucessor: sistema unipolar ou tendência para um sistema multipolar? Entretanto, os eventos do 11 de Setembro mudaram esta perspectiva por duas razões fundamentais, segundo os autores:

1. Porque estes estudos focalizaram a atenção quer para a centralidade das decisões tomadas pelos Estados, quer para outros actores independentes

³⁸ HUDSON, Valerie M., op. cit., p. 15

³⁹ SMITH, Steve, et alii, op. cit., *Introdução*, p.2

e nas razões pelas quais os serviços de inteligência dos EUA e Reino Unido (RU) não estiveram à altura. Se procurarmos uma resposta a partir dos ataques do WTC é evidente que a crescente literatura sobre o papel dos EUA no mundo, e a sua relevância, passaram a desenhar o estudo da PE. Provavelmente alguém possa pensar que PE não tem lugar numa discussão sobre o comportamento de um actor como Al Qaeda. Mas para os autores, a PE, embora habitualmente conectada com o comportamento do Estado, pode ser aplicado a outros actores. Por isso, seria perfeitamente aceitável falar em empresas, governos regionais e actores não-estatais como tendo políticas externas. O processo da globalização e a actual interdependência que começou a ganhar carta de cidadania mundial na década de 90 surgem como uma evidência de que o papel do Estado enquanto actor foi ofuscado, colocando assim o foco da Política Externa dos Estados (PEE) menos central nas explicações das RI do que durante o resto do período pós-Segunda GM. No entanto, como defendem outros estudiosos, a globalização e a interdependência não nos devem conduzir à demissão do Estado; ao invés disso ambas tornam o Estado mais restrito e mais central. Isto explica-se facilmente na medida em que, por um lado existem mais restrições em relação à liberdade de o Estado agir como gostaria. A globalização criou uma rede de interdependência que ofuscou a habilidade de o Estado controlar o seu próprio destino. Esta erosão do Estado vem designada tecnicamente em inglês por *“statecraft”*. Os autores estão inclinados em entender a PE como um campo com uma

variedade de actores, desde os movimentos sociais influentes até aos actores regionais, como a UE ou a UA. Estes actores têm PE e consequentemente têm um grande impacto noutros Estados e organizações.⁴⁰

2. A segunda área onde a PE está a ganhar relevância tem a ver com a sua contribuição inovativa sobre como entendemos o comportamento dos actores internacionais. Embora a análise da PE tenha tradicionalmente o foco no Estado como actor central, isto não significa que haja aceitação da assunção do Realismo. Tal como o sistema internacional a PE pode ser estudada sob vários enfoques teóricos. Neste sentido, destaca-se a relevância da PE nas três principais teorias das RI: **Realismo**, **Liberalismo** e **Construtivismo**.⁴¹ Por conseguinte, não existe uma única abordagem sobre a PE, mas várias.

1.3. O percurso dos estudos teóricos.

Os estudos teóricos, como já o dissemos acima, remontam ao segundo quartel do século passado e desde então floresceram em várias direcções numa dinâmica interdisciplinar, sobretudo no contexto das RI em que se constituiu num sub-campo de análise. O grande problema epistemológico da PE consiste na determinação do seu alicerce ou base conceptual. Segundo Valerie M. Hudson, toda a disciplina teórica tem um alicerce ou uma base. A base significa a

⁴⁰ Ibidem, p.3

⁴¹ Ibidem.

conceptualização do nível fundamental ou fundacional em que determinado fenómeno neste campo de estudo acontece.⁴² Nesta perspectiva, já que a APE enquadra-se no âmbito das RI é preciso entender primordialmente os próprios alicerces das RI. Sobre o assunto diz-nos a mesma autora:

«As RI como campo de estudo têm uma base (...). Tudo o que acontece entre as nações e dentro das nações está baseado nos decisores humanos que agem individualmente ou em grupos. Assim, a base das RI é, pois, a mesma de todas as ciências sociais: compreender como os seres humanos percebem e reagem ao mundo que os rodeia e como os seres humanos moldam e são moldados pelo mundo circundante é fulcral para a investigação dos cientistas sociais, incluindo os das RI»⁴³

Ora, no encalço do percurso dos trabalhos de APE, Valerie M. Hudson distingue três gerações:⁴⁴

- *Primeira geração (1954-1973)*: corresponde aos níveis primordiais de análise em política externa (APE). Foi marcada por uma grande energia e entusiasmo, mas também por um grande esforço de conceptualização, recolha de dados e experimentação metodológica. Ocupam a atenção dos estudiosos aspectos como os processos cognitivos, personalidade e orientação do líder, dinâmica dos pequenos grupos, *interface* da personalidade do líder com a composição do

⁴² HUDSON, Valerie M, *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*, in ''Foreign Policy Analysis'', (2005), Nº 1, pp. 1-30

⁴³ Ibidem, p. 1

⁴⁴ HUDSON, Valerie M., *The history and evolution of foreign policy analysis*, in Smith, S. – Hadfield, A. – Dune, T., (org.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 16-27

pequeno grupo, processo de organização, políticas burocráticas, cultura e PE, contestação da política interna, atributos nacionais e PE e os efeitos do sistema na PE.

- *Segunda geração (1974-1993)*: é o período da análise clássica da PE cujos trabalhos serão expressamente construídos a partir das fundações acima referenciadas. No entanto, serão desenvolvidas pesquisas paralelas dos seguintes itens: tomada de decisões em pequenos grupos, processo organizacional e políticas burocráticas, PE comparativa, influências psicológicas na tomada de decisões em PE e meio ambiente social. Entretanto, é sempre difícil estabelecer a fronteira dum campo de pensamento na medida em que o ponto de vista em evidência inclui uma amostra representativa dos trabalhos clássicos na primeira e na segunda geração em que ambas examinaram como as especificidades das nações conduzem a diferenças na escolha e no comportamento da PE e avança propostas a este respeito de que pelo menos tem o potencial para ser generalizável e aplicável para várias nações.
- *Terceira geração (pós-Guerra Fria)*: trata-se da fase marcada pela agenda contemporânea de pesquisa em APE. Tal como a APE ficou livre das suas inconsistências nos anos 80, o mundo libertou-se dos jogos da GF. É uma coincidência feliz que vai emprestar a APE novo vigor na sua agenda investigativa. O significado desta coincidência temporal pode ser entendido recordando que tipos de teoria das RI

estavam em ascensão nesta altura: a **teoria neo-realista** e o **modelo da escolha racional**. Tendo em conta a predominância de ambas as teorias, era presumível para quem quisesse estudar neste tempo a Teoria das RI de que ambas constituíam o *summum bonum* de todo o pensamento das RI. Este estado de pensamento era particularmente incidente nos EUA e nos seus pensadores; e os EUA eram um dos pólos de poder no sistema internacional da GF, mantendo uma rivalidade *quasi-zero-sum* com a União Soviética. Ora, neste contexto a teoria do actor-geral (*general-actor*) ganha terreno junto dos estudiosos (americanos) porque muito pouco se sabia sobre o *corpus* ou a estrutura da tomada de decisões em PE da União Soviética, dos Chineses e da Europa do Leste. Entretanto, com a queda do sistema bipolar que levou ao desmoronamento dos regimes do bloco soviético, surge uma importante descoberta teórica: é impossível explicar ou prever a mudança do sistema na base apenas de variáveis ao nível do sistema. Na verdade, devem ser consideradas as diferentes bases de uma escolha racional dentro da análise. Assim, a APE na era pós-Guerra Fria vai manter os compromissos do distintivo teórico de que se demarcou no seu início. São cinco compromissos:

- Olhar o nível de análise abaixo do estado-nação a partir da informação do actor-específico.
- Construir uma teoria de médio alcance como *interface* entre a teoria do actor-geral e a complexidade do mundo real.

- Procurar explicações multi-causais abrangendo vários níveis de análise.
- Utilizar a teoria e toda a gama de descobertas das ciências sociais.
- Ver o processo de tomada de decisão em PE como sendo tão importante como os próprios *outputs* da PE.

1.1.4. Modelos teóricos: as teorias em confronto

Como já dissemos acima, a PE, enquanto sub-campo de análise das RI, bebe desta fonte do ponto de vista teórico. As teorias das RI são aplicáveis à APE pelas suas irrecusáveis implicações.⁴⁵ Vamos aqui destacar apenas as três teorias clássicas das RI e descortinar as suas implicações na APE.

1. O Realismo

Segundo William C. Wohlforth⁴⁶, o **realismo**⁴⁷ é a principal escola de pensamento sobre a política internacional em volta da qual estão orientadas todas as outras. Daí que qualquer analista ou estudioso da PE que pretenda fazer uso da teoria das Relações Internacionais (TRI) deve entender o **realismo**. Para se fazer a aplicação do **realismo** à APE é

⁴⁵ Sobre a relação entre a PE e as Teorias das Relações Internacionais, ver: FEARON, James D., *Domestic Politics, Foreign Policy, and Theories of International Relations*, in *Annual Reviews of Political Sciences*, N.º1, pp.289-313

⁴⁶ WOHLFORT, William C., *Realism and foreign policy*, in SMITH, Steve, et al., op. cit., p.32

⁴⁷ Não se confunde com o movimento artístico e literário do sec. XIX na Europa, mas com o epicentro em França, em reacção ao romantismo e ao neoclasicismo

preciso fazer uma ponte entre as margens que dividem a teoria geral da análise dos casos específicos. O que é o **realismo**? O autor não entra muito em pormenores em relação a uma definição mais complexa e mais elaborada, limitando-se a dizer que é uma escola de pensamento baseado em três eixos essenciais, abaixo discriminados:

- O *Grupismo*⁴⁸: parte-se do princípio natural de que os seres humanos encaram-se uns aos outros principalmente como membros de grupos. Para sobreviverem a qualquer desafio que tem a ver com a sua subsistência, as pessoas precisam da coesão proveniente da solidariedade do grupo, ainda que esta mesma coesão grupal - passe a expressão - possa gerar o potencial para o conflito com outros grupos. Hoje o mais importante grupo humano é a nação-estado e a mais importante fonte de coesão do grupo é o nacionalismo.
- O *Egoísmo*: aqui também há uma constatação natural de que os interesses próprios orientam o comportamento político. Embora em certas condições o comportamento altruísta possa vir ao de cima, o egoísmo está mesmo radicado na natureza humana. Daqui o aforismo «*inhumanity is just humanity under pressure*».
- O *power-centrism*⁴⁹: o poder é a característica fundamental da política. Uma vez ultrapassada a fase de caçadores-colectores, os

⁴⁸ Talvez seja um termo impróprio em português, mas não vemos outra expressão melhor para traduzir o inglês “*Groupism*”.

⁴⁹ Preferimos manter a expressão em inglês já que em português teríamos uma tradução forçada e não alcançaríamos o seu sentido mais autêntico.

assuntos humanos são sempre marcados por grandes desigualdades em ambos sentidos do termo: influência social ou *controle* (alguns grupos ou indivíduos detêm influência política) e *recursos* (desproporcionalidade entre grupos e indivíduos em conseguir o que querem). A chave da política em todas as áreas seria então a interação entre o poder social e material, uma interação que se desenvolve à sombra do potencial uso do poder material para coagir.

Portanto, as teorias realistas procedem todas deste tripé: grupismo, egoísmo e *power-centrism*. O problema fundamental que se coloca aqui é que quando a vida humana é caracterizada por esses aspectos, a política tende naturalmente a ser conflitual a não ser que haja uma autoridade central para pôr ordem. Quando não existe uma autoridade que possa regular acordos ou entendimentos (estado de anarquia), então, segundo o autor supracitado, qualquer Estado pode recorrer à força para conseguir o que pretende. Mesmo que um Estado tenha fé de que nenhum outro Estado não vai hoje pegar em armas, não existem garantias contra a possibilidade disto ocorrer amanhã. Já que nenhum Estado pode descartar essa possibilidade, a tendência é de os estados armarem-se ou estarem preparados contra essa contingência. Assim sendo, é muito fácil entender a situação resultante quando estamos diante de Estados (todos) armados. As disputas que seriam facilmente resolvidas caso os Estados estivessem sob uma alta autoridade podem degenerar em guerra na sua ausência. O argumento clássico da teoria

realista é, portanto, que a anarquia torna problemática a segurança dos Estados, potencialmente conflituosa, e é uma causa subjacente da guerra.⁵⁰

Entretanto, Hans Morgenthau, renomado teorizador do realismo e principal impulsionador da escola americana da TRI, sugere seis princípios do realismo⁵¹, como a seguir escalonamos, sem entrarmos em pormenores analíticos:

1. A sociedade, em geral, é governada por leis objectivas enraizadas na natureza humana.
2. O conceito do interesse é definido em termos de poder.
3. O realismo postula que o conceito-chave do interesse é uma categoria objectiva e universalmente válida.
4. O realismo político está fora da influência moral da acção política e está também fora da tensão entre o imperativo moral e os requisitos da acção política bem sucedida.
5. O realismo recusa-se a identificar as aspirações morais de uma nação particular com as leis morais que governam o universo.
6. A diferença entre realismo político e as outras escolas de pensamento é real e profunda. No entanto, uma boa parte da teoria do realismo político pode ter sido mal entendida e mal interpretada e não há nenhuma contradição do seu distintivo intelectual e atitude moral nos assuntos políticos.

Sobre o realismo não é tudo. Na verdade, se os estudos da TRI, depois da II

⁵⁰ Ibidem, p. 34

⁵¹ MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations. The Struggle For Power and Peace*, McGraw-Hill, Caledonia, Brief edition, 1993, pp.102-111

Grande Guerra, foram dominados pelo pensamento de Morgenthau, especialmente pela sua obra (1948), as RI contemporâneas estão fixadas em Kenneth Waltz, sobretudo na sua obra *Theory of International Politics* (1979). Este livro vai, por um lado, revisitar o realismo e, por outro, suscitar um debate com os anti-realistas, que se viam obrigados a responder aos seus argumentos. Era o nascimento de uma sub-corrente dentro do realismo: o **neo-realismo**. Em evidência estará a chamada **teoria da escolha racional** (*rational choice theory*) que vai ser então desenvolvida pela comunidade científica nos EUA. Esta teoria parte do pressuposto de que a política pode ser entendida a partir do comportamento dos indivíduos direccionado para os objectivos, ao agirem racionalmente com o senso minimal com o qual fazem cálculos de fins-meios para maximizar os benefícios que esperam obter de uma situação particular. Usando uma analogia, Waltz apresenta a teoria da escolha racional para o equilíbrio do poder onde os estados assumem o facto de estarem voltados para os seus próprios interesses egoísticos, o que determina as suas estratégias preferindo maximizar o seu bem-estar: domina o desejo de auto-conservação. Esta perspectiva global, designada amiúde por **neo-utilitarismo**, tem mais a ver com as ciências económicas onde a escolha racional é fundamental. No entanto, transportada para o campo da política, sugere de algum modo o comportamento dos Estados nas RI.

Em princípio, Kenneth Waltz é cultor do realismo na sua versão revisionista a que se convencionou chamar de **neo-realismo**. Para entendermos este último é imperioso retomar a nossa abordagem sobre o realismo. O realismo, segundo a

Enciclopédia das Relações Internacionais, «encara a realidade internacional como inescapável anarquia em cujo âmbito os Estados se empenham na prossecução de interesses irreduzíveis em termos de poder e para os quais, nesta medida, a guerra é uma possibilidade permanente.»⁵² Esta visão da realidade internacional descarta qualquer veleidade em termos de normatividade internacional que, para os realistas não passaria de reles idealismo. Está aqui o nó górdio do neo-realismo de Waltz. Sendo um intento teórico para o *aggiornamento* do realismo clássico com novas ferramentas conceptuais, podemos destacar, *inter alia*, alguns aspectos, como sejam:

- A reafirmação da perspectiva clássica do estatocentrismo, isto é, o estado como actor principal das RI.
- A visão racionalista sobre as escolhas e comportamentos dos estados.
- A separação entre as esferas políticas interna e externa.
- A autonomia da esfera política como referência decisional prevalecente.
- Os princípios morais subjacentes ao interesse nacional e à lógica política.

Contudo, o termo **neo-realismo** não deixa de suscitar perplexidade e algum contencioso entre os estudiosos, pois há quem não encontra rigorosamente nada dentro deste novo conceito que mereça o prefixo “neo”. Mas há muitos que não concordam, pois entendem que algo mudou no **realismo** sobretudo no intuito de dar resposta ao desafio do pluralismo e o **neo-realismo** seria então uma das

⁵² MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014, p. 506

maneiras de trazer à tona essa mudança. Daqui o mérito de Kennet Waltz cuja estratégia básica para preservar o **realismo** face ao desafio do pluralismo é de restringir o seu escopo. De facto, se para Morgenthau “teoria” é quase um termo perdido – apesar das suas frequentes referências às leis da política – para Waltz, “teoria” encontra definição nos seus primeiros capítulos dentro da perspectiva do método científico de Karl Popper, como reflexo da teoria económica moderna. Waltz não só limita o tipo de teoria a forjar como limita igualmente o seu escopo, pois a sua pretensão consiste em forjar uma teoria do sistema internacional e não uma conta geral de todos os aspectos das RI. Para Waltz só é possível entender o sistema internacional através de teorias sistémicas. E quando se fala dos sistemas, para ele, só existem dois: o **sistema hierárquico** e o **sistema anárquico**. O primeiro seria o conjunto de várias unidades organizadas numa clara teia de autoridade. Já no segundo, unidades semelhantes por natureza, mesmo que dramaticamente diferentes em capacidades, conduzem relações uns com os outros. Por conseguinte, para o Waltz o actual sistema internacional é largamente anárquico, com as suas raízes mergulhadas na alta idade média. Neste sentido, defende que nenhuma das mudanças identificadas pelos pluralistas no contexto da mudança do sistema é uma forma de governo mundial. Este só seria possível se fossem criadas instituições hierárquicas. Grande parte da sua *Theory of International Politics* procura demonstrar que não existe um governo mundial e que os tipos de desenvolvimentos identificados pelos pluralistas manifestam apenas a superficialidade das coisas; a realidade subjacente do sistema continua a mesma. Daqui se infere que o sistema

internacional é um sistema de tipo *self-help*, na medida em que os Estados enquanto actores são obrigados a ocuparem-se de si mesmos, porque não há mais ninguém para se ocupar deles. Isto significa que devem velar pela sua segurança e ao mesmo tempo são obrigados a tomarem precauções com os outros Estados como potenciais ameaças. Devem continuamente ajustar a sua posição no mundo de acordo com a percepção do poder dos outros e do seu próprio poder. O resultado deste movimento é o equilíbrio do poder (*balance of power*).

Esta é uma teoria do sistema internacional que pode ser definido como uma mecânica de vários pólos em equilíbrio. Mas Waltz, ao escrever sobre isto, não se refere ao multipolarismo defendido hoje por algumas correntes, mas sim ao sistema bipolar que opôs os EUA à URSS. Aqui se pode então aduzir o conceito da escolha racional fazendo *jus* ao emprego do “neo” no conceito em abordagem. O trabalho de Waltz marcou profundamente outros estudiosos no desenvolvimento do **realismo estrutural** diferenciado em dois paradigmas:

- **Realismo Defensivo:** partindo do pressuposto de que o desejo de segurança dos Estados é compelido pela estrutura anárquica do sistema internacional, sustenta que os Estados alcançam segurança mantendo a sua posição no sistema, sendo sua tendência natural a acumulação dum poderio adequado em equilíbrio com outros Estados.
- **Realismo Ofensivo:** defende que a segurança é tão fugaz num sistema *self-help* que os Estados são levados a procurar tanto poder quanto possível em termos materiais, especialmente de capacidades

militares: tornarem-se hegemonias globais ou ao menos regionais.⁵³

2. *Liberalismo*.⁵⁴

Segundo Michael Doyle⁵⁵ o **liberalismo** contribui para a compreensão da PE destacando como os indivíduos, as ideias e os ideais que defendem (tais como os direitos humanos, liberdade e democracia), as forças sociais (capitalismo, mercados) e instituições políticas (democracia, representação) podem ter efeitos directos nas relações externas. Contrasta com as teses dos realistas estruturais em relação ao papel determinante do sistema estrutural (unipolar, bipolar, ou multipolar) e a consequente tese da hegemonia do Estado (actor racional, material e unitário). Entretanto, o liberalismo é identificado com um princípio basilar: a importância da liberdade individual. Acima de tudo esta é uma crença na importância da liberdade moral, do direito de ser tratado e o dever de tratar os outros como sujeitos éticos e não como objectos ou instrumentos apenas. A aplicação deste princípio forjou direitos e instituições. Segundo ainda Michael Doyle, o desafio dentro do liberalismo consiste em saber como reconciliar os três vectores dos direitos liberais. Por exemplo, o direito à propriedade privada pode colidir com a igualdade de oportunidades e ambos os direitos podem

⁵³ Cf. BROWN, Chris – KIRSTEN, Ainley, *Understanding International Relations*, Ed. PalGrave MACMILLAN, London, 2009, Fourth edition, chapter 3, pp. 40-59

⁵⁴ O liberalismo, em geral, «é a crença de que a principal tarefa da política consiste em preservar os direitos individuais e maximizar a liberdade de escolha. Juntamente com o socialismo e o conservadorismo, emergiu na conjuntura do iluminismo, da revolução industrial e das revoluções políticas dos sécs. XVII e XVIII»: Cf. McLEAN, Iain – McMILLAN, Alistar (ed.), *Oxford Concise Dictionary Of Politics*, Oxford University Press, 2009 (3ª edição), pp. 306-307

⁵⁵ DOYLE, Michael W., *Liberalism and Foreign Policy*, in SMITH, Steve, et al., op. cit., p. 50

ainda ser violados pela legislação democrática. A tradição liberal, prossegue o autor, desenvolveu dois caminhos: um para a liberdade individual (cunhado como *laissez-faire* ou liberalismo conservador) e outro para a ordem social (*social welfare* ou social democracia). Ambos conciliam estes direitos conflitantes através de uma organização eficiente das liberdades individuais dentro duma ordem política. A ordem política combinando *laissez-faire* e *social welfare* está caracterizada através de um compromisso partilhado em quatro instituições:

- Primeiro, os cidadãos possuem igualdade jurídica e outros direitos civis como a liberdade religiosa e de imprensa.
- Segundo, as soberanias efectivas do Estado são legislaturas representativas derivando a sua autoridade do consentimento do eleitorado e exercendo a sua autoridade livre de restrições, a não ser com o requisito de que os direitos civis básicos sejam preservados.
- Terceiro, a economia repousa no reconhecimento dos direitos da propriedade privada, incluindo a propriedade dos meios de produção.
- Quarto, as decisões económicas são predominantemente marcadas pelas forças da demanda e da oferta, interna e internacionalmente, e estão livres do estrito controlo pelas burocracias.

Do ponto de vista das relações externas liberais ou das relações internacionais com o foco liberal, Michael W. Doyle defende que estas implicam incentivos para uma zona separada de paz entre estados liberais, mas também, infelizmente, incentivos para a agressão contra estados não-liberais⁵⁶ e para complacência em matérias vitais de segurança e cooperação económica. Na verdade, estamos diante de uma lógica de um mundo marcado por uma ou várias linhas divisórias em matérias de paz ou de guerra. O discurso da **zona da paz** remonta ao séc. XVIII e aqui trazemos à lembrança o filósofo alemão Immanuel Kant que lançou a ideia de uma grande “federação de paz”:

«O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o que é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma ameaça constante. Deve, portanto, instaurar-se o estado de paz e se um vizinho não proporciona segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança. (...) tem, portanto, de existir uma federação de tipo especial, a que se pode dar o nome de federação da paz (*foedus pacificum*), que se distinguiria do pacto de paz (*pactum pacis*), uma vez que este procuraria acabar com uma guerra, ao passo que aquele procuraria pôr fim a todas as guerras e para sempre.»⁵⁷

⁵⁶ Faz aqui lembrar este postulado de Doyle o princípio da divisão do mundo no contexto da *djihad* islâmica: por um lado, o mundo da paz que é composto por aqueles que se submetem a Allah e aceitam o Mohamed como seu profeta (*dar-al-salam*) e, por outro, o mundo da guerra (*dar-al-harb*) onde estão os infiéis; é para este último que deve ser levada a guerra santa (*djihad*) até à submissão total e incondicional de todos os povos a Allah.

⁵⁷ KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Edições 70, Lisboa, 2013, pp. 136-137, p. 145

Nos últimos dois séculos parece que o mundo foi evoluindo a partir desta idealismo kantiano, sobretudo, no segundo quartel do séc. XX em que as atrocidades das duas Grandes Guerras persuadiram a humanidade a construir uma “união pacífica” de nações. A fracassada SDN (1919) inspirado pelo idealismo wilsoniano e a actual ONU (1945) são dois exemplos da tentativa de edificação de uma união pacífica entre nações liberais. Se antes a ideia do **liberalismo** estava circunscrita ao Ocidente (Europa e EUA) como herança sagrada da revolução americana e francesa (séc.XVIII), hoje o chamado mundo liberal pode ser qualquer Estado e em qualquer continente por força das dinâmicas históricas e políticas que marcaram o mundo na última centúria. Os valores do **liberalismo**, sobretudo na sua valência moral onde o indivíduo, na sua autonomia e originalidade, está no centro das grandes políticas mundiais, não conhecem hoje nem fronteiras geográficas nem ideológicas. Seria anacronismo considerar hodiernamente o liberalismo como uma simples herança burguesa. Efectivamente, a ênfase que é dada à igualdade de direitos entre os indivíduos e à consagração das liberdades individuais quer no domínio privado quer no domínio público passou a ser a *alma mater* dos regimes democráticos que, na visão idealista de Francis Fukuyama, parece estarem a triunfar, à mão de semear, por todo o lado.⁵⁸ Hoje o tema dos direitos humanos, no âmbito da letra e do espírito da **Declaração Universal dos Direitos do Homem** (ONU, 1945),

⁵⁸ Cf. SMITH, Steve et alii, op. cit, pp. 63-64: Tabela 3.1 sobre a evolução da comunidade dos Estados liberais desde o séc.XVIII até ao ano 2002. Segundo a tabela, cerca de 103 países de todos os continentes, evoluíram para regimes liberais até 2002, seguindo a ideia kantiana das quatro instituições essenciais: 1) Economia do mercado e propriedade privada; 2) Políticas soberanas no domínio externo; 3) Direitos civis dos cidadãos; 4) Republicanismo (ou monarquia parlamentar) com governo representativo.

juntamente com a boa governação, a transparência e a prestação de contas, constitui um pilar inelutável de uma democracia robusta. Por conseguinte, no âmbito da APE, estes elementos implicam responsabilidades partilhadas na política internacional onde intervêm não apenas os Estados mas também outros actores não-estatais, sejam eles supra-estatais ou sub-estatais. O **liberalismo** contribui assim para a compreensão da PE na medida em que os indivíduos, as ideias e os ideais que defendem (como os direitos humanos, liberdades e democracia), as forças sociais (capitalismo, mercados) e as instituições políticas (democracia, representatividade) podem ter incidências directas nas relações externas, remata Doyle.⁵⁹

3. *Construtivismo.*

Vamos aqui ver a relevância da teoria do **construtivismo** no contexto da APE, partindo de dois pressupostos: o **construtivismo** visto como teoria social e o **construtivismo** como método de análise e de estudo do mundo circundante. Veremos como o primeiro predomina na América do Norte e o segundo na Europa.

Em primeiro lugar, é preciso que nos detenhamos um pouco sobre a natureza dessa teoria. Com Marcos F. Ferreira, aventamos a seguinte definição:

«O construtivismo (...) consiste numa reelaboração das problemáticas estatocêntricas a partir da premissa culturalista de que o sistema internacional assenta numa estrutura de ideias e significados que os actores sociais atribuem a

⁵⁹ DOYLE, Michael W, op. cit., p.50

fenómenos materiais com a distribuição de poder.»⁶⁰

Entretanto, o **construtivismo** não é propriamente uma corrente ou uma teoria monolítica, pois dentro dessa designação apercebem-se abordagens variadas que procuram trazer a terreiro «a natureza dinâmica, contingente, mas essencialmente cultural do universo social.»⁶¹ Marcos Ferreira designa-o como “via média” entre o idealismo e o materialismo, e entre o realismo e pós estruturalismo. Neste sentido, segundo o mesmo autor, «o universo das RI é constituído por factos sociais resultantes da interação que envolve fatores ideacionais e fatores materiais, todos de natureza variável.»⁶² Procurando esmiuçar mais um pouco as suas entranhas, este autor acresce ainda:

«Ao contrário do positivismo e do materialismo, e por isso, do realismo político, que se concentram naquilo que vêem como permanente e fixo na natureza humana, o construtivismo encara o universo social como algo em construção. Ao contrário das diferentes versões que assumem o universo social unicamente como prisma do discurso e das formas alternativas em que este universo pode ser imaginado, o construtivismo leva a sério os contrangimentos do “material” e não dispensa um qualquer tipo de fundacionismo na produção de conhecimento sobre o “internacional”. Ao contrário das abordagens utilitaristas que insistem no carácter puramente instrumental da racionalidade e procuram fundar nessa noção a objectividade do conhecimento produzido sobre o “internacional”, o construtivismo

⁶⁰ FERREIRA, Marcos Faria, *Construtivismo*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Ferreira (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2014, p. 111

⁶¹ Ibidem

⁶² Ibidem

apela à noção de racionalidade prática ou comunicativa, segundo a expressão de Adler.»⁶³

Depois de colocar essas balizas que distinguem o **construtivismo** no âmbito doutras teorias, Marcos Ferreira frisa ainda que o que está em causa no debate suscitado no seu *inside* é a forma de conceber a identidade e os interesses dos Estados enquanto actores das RI. Aqui perfilam distintas e renomadas escolas de pensamento. Daí a constatação de que não existe um posicionamento epistemológico⁶⁴ comum no interior do campo construtivista, ressaltando embora alguma convergência que lhe é devida pela preferência da ontologia à epistemologia, pelo consequente afastamento relativamente aos pólos do racionalismo e do reflexismo e pelo acentuado pluralismo metodológico.

Entretanto, Jeffrey T. Checkel traz-nos subsídios sobre o papel e a relevância do **construtivismo** na APE.⁶⁵ O autor começa por reconhecer o facto de na última década o construtivismo ter estado no centro do debate da Teoria das RI e com um consenso crescente de que é uma teoria que veio para ficar. Todavia, o autor apercebeu-se de uma lacuna nesse debate: a existência de pouquíssimas conexões entre o **construtivismo** e a APE. Uma das razões é a prolongada ausência da APE do coração das RI e respectivas teorias. Tendo em conta essa

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Segundo o dicionário político da Oxford, do ponto de vista epistemológico, o construtivismo é uma teoria que defende de que o conhecimento e a compreensão humanos são construídos através de instituições e práticas sociais. As suas implicações são de que o conhecimento do mundo material torna-se realidade não através da descoberta de realidades ou factos objectivos, mas através de uma socialização intersubjectiva e uma compreensão resultante de uma construção ideacional e experiencial. Cf. McMEAN, Iain – McMILLAN, Alistar, op. cit., p. 117

⁶⁵ CHECKEL, Jeffrey T., *Construtivism and Foreign Policy*, in SMITH, Steve et alii, op. cit., pp. 71-82

lacuna, o seu artigo, em particular, e o volume, no seu todo, pretendem colmatar tal gritante e flagrante falha.

Na sua abordagem constata que os conceitos principais do **construtivismo** como deliberação, discursos, normas, persuasão, identidade, socialização, etc., são invocados com frequência em debates sobre globalização, direitos humanos, política de segurança, e por aí fora. Para clarificar o sentido do uso desses termos, tendo em conta os diversos modos como são empregues, o autor ensaia uma distinção entre a variante norte-americana do **construtivismo** e aquela europeia. Mas antes de se debruçar sobre essas distinções, entende o autor que é preciso primeiro identificar o que é que une todos os **construtivismos**. E dum modo simples e linear, afirma:

«Os construtivistas vêem o mundo ao nosso redor como algo construído socialmente. Socialmente significa que os construtivistas dão peso importante ao aspecto social – como algo oposto ao mundo material – no mundo político (...). “Construído” significa que os construtivistas entendem o mundo como um devir – construído – através de um processo de interacção entre agentes (indivíduos, Estados, actores não-estatais) e as estruturas do seu ambiente mais amplo. Mais formalmente, há um processo de mútua constituição entre agentes e estruturas.»⁶⁶

Entretanto, segundo o autor, por detrás desse ponto comum, encontrámos divergências dentro dos construtivistas. A perspectiva da América do Norte,

⁶⁶ CHECKEL, Jeffrey T., op. cit., p. 72

liderada por académicos dos EUA, examina o papel das normas sociais e, em alguns casos, a questão da identidade (*“who we are”*) na concepção dos resultados da PE e internacional. Esses académicos são considerados positivistas na medida em que, segundo Jeffrey, estão interessados em descobrir mecanismos dedutivos e relações causais entre actores, normas, interesses e identidade. A literatura das RI designa isso frequentemente como **construtivismo convencional**, no sentido de que partem de uma visão positivista padrão sobre como devemos estudar as RI. Em relação à perspectiva da Europa, diz o autor que esta variante explora a função da linguagem na mediação e construção da realidade social. Essa função não se explica no sentido de que A causa B. Pelo contrário, o **construtivismo interpretativo** levanta questões no sentido de *“como é possível”*, o que o autor explica, noutros termos, afirmando que, ao invés de examinar que factores causaram os aspectos que levam à mudança da identidade do Estado, o **construtivismo interpretativo** irá explorar as condições de fundo e as «construções linguísticas» (discursos sociais) que tornam tal tipo de mudança possível em primeiro lugar. Mas o que nos interessa aqui são as conexões entre o **construtivismo** e a APE. A propósito afirma o autor:

«O construtivismo pode contribuir para a análise da política externa de várias maneiras; considero três. Duas são sobejamente conhecidas: burocracias e tomada de decisão. A terceira tem merecido menos atenção, mas com uma importância crescente no nosso mundo globalizado, o impacto da sociedade internacional na

prática da política externa dos Estados.»⁶⁷

1.1.5. Implicações na inteligibilidade do interesse nacional

A expressão “interesse nacional” é uma das mais consagradas no âmbito da política internacional. Ouvimo-la recorrentemente na retórica política dos líderes das nações para justificar decisões graves que carecem de apoio interno e/ou externo. Reservamos esta secção sobre o assunto à luz das teorias acima abordadas. O nosso propósito é desde já desvendar os aspectos teóricos deste conceito no intuito de estarmos em condições, mais adiante, de explorarmos até que ponto o interesse nacional foi determinante nas decisões de PE de Angola durante o período em estudo.

Antes de adentrarmos no mérito da questão (o entendimento das teorias das RI sobre o assunto), vejamos como os dicionários definem o conceito. O dicionário político da Oxford⁶⁸ começa por afirmar que o interesse do Estado é habitualmente definido pelo governo. Entretanto, são apontados dois usos distintos do conceito: a) O uso feito pelos políticos à procura de apoio para alguma acção particular em curso, especialmente no campo da PE; b) o uso como instrumento de análise da PE particularmente pela corrente realista com destaque para Hans Morgenthau. A Enciclopédia das RI⁶⁹ diz que «o interesse nacional é o conceito através do qual

⁶⁷ Ibidem, p. 73

⁶⁸ McLEAN, Iain – McMILLAN, Alistar, op. cit., pp. 356-357

⁶⁹ ROCHA, Diogo, *Interesse Nacional*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., pp. 270-271

o *''Mundo, particularmente o sistema internacional e a posição do Estado no mesmo sistema, é entendido''* (Weldes).⁷⁰ Trata-se de uma «ferramenta de apoio aos líderes e decisores políticos», embora não haja consenso em relação ao seu conceito no contexto das teorias das RI. A grande dificuldade identificada por esta enciclopédia consiste exactamente «na forma mais adequada de perceber aquilo que será, ou não, o interesse nacional». Tendo em conta esta dificuldade, acrescenta:

«Sendo um conceito vago na sua génese, o seu conteúdo será diferente consoante quem o estiver a procurar compreender, daí que seja indispensável associar o que é tido como interesse nacional a quem o considera enquanto tal, sendo, para este fim, fundamental a análise da personalidade dos líderes e decisores políticos, de modo a permitir uma análise histórica ou conjuntural na qual o interesse nacional seja, como deverá ser, uma das variáveis da equação.»⁷¹

Este cuidado tem o mérito de esbater apriorismos românticos muito frequentes em discursos demagógicos e populistas quando se trata de identificar o interesse nacional. Os estudiosos devem ter a perspicácia de separar *''alhos e bugalhos''*, pois nem tudo aquilo que parece é. Entendemos por conseguinte, na esteira desse pensamento, que é preciso dar uma atenção devida ao perfil dos líderes e decisores políticos. Lenine, Estaline e Krushev foram os fundadores do soviétismo, mas provavelmente não tiveram uma ideia linear daquilo que

⁷⁰ O itálico faz parte da citação.

⁷¹ Ibidem, p. 270

representava o interesse nacional. A análise do interesse nacional pressupõe não só o tipo dos líderes e suas ideias, mas também o tipo de regime político ou sistema de governo e a própria conjuntura histórica. Neste sentido, a enciclopédia faz uma distinção entre a percepção do conceito em regimes autocráticos e em regimes democráticos:

«Num regime autocrático, a percepção vem da convicção de um grupo seletivo de líderes, que, baseados na sua visão do Estado e do mundo, depreendem o interesse nacional. Numa democracia, este exercício torna-se mais complexo, particularmente, porque toda a acção tomada em nome do interesse nacional terá que ser justificada ao Estado e à opinião pública. No primeiro caso, temos que o interesse nacional é apenas o produto da visão do líder, o que não o torna totalmente parcial ou inválido, enquanto, no segundo caso, temos que o interesse nacional é percebido por um governo, com base na vontade popular, responsável pela sua eleição, o que não o torna necessariamente imparcial ou impermeável a influências de ordem interna ou externa.»⁷²

No entanto, em relação aos postulados das principais teorias das RI, Joseph Nye afirma que qualquer que seja a sua forma de governo, «os estados actuam de acordo com o seu interesse nacional.»⁷³ O problema é como os estados definem o seu interesse nacional. Cada uma das principais correntes das RI tem uma sua visão sobre o assunto. Vejamos como Nye coloca essas

⁷² Ibidem

⁷³ NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*, Tiago Araujo (trad.), Gradiva, Lisboa, 2014 (3ª edição), p. 58

diferenças:

- a) Os realistas: defendem que os Estados têm pouca escolha na definição do seu interesse nacional por causa do sistema internacional. Eles têm de definir o seu interesse em termos de equilíbrio de poder ou não sobreviverão, assim como uma empresa num mercado perfeito que pretenda ser altruísta em vez de maximizar os lucros não sobreviverá. Por isso, para os realistas, a posição de um estado no sistema internacional revela a forma como os seus interesses nacionais são definidos e prevê as suas políticas externas.⁷⁴
- b) Os liberais: defendem que os interesses nacionais são definidos por muito mais do que a posição de um estado no sistema internacional e o liberalismo possui uma explicação mais rica de como as preferências e interesses nacionais de um estado se formam. A definição do interesse nacional depende, em grande parte, do tipo de sociedade interna de um estado.⁷⁵ Sustentam esta posição argumentando com este exemplo: uma sociedade interna que valorize o bem-estar económico e coloque uma grande ênfase no comércio ou que considere ilegítimas as guerras contra outras democracias, define o seu interesse nacional de uma forma bastante diferente da de um estado despótico com uma posição similar no sistema internacional.⁷⁶

⁷⁴ Ibidem

⁷⁵ Ibidem, pp 58-59

⁷⁶ Ibidem, p. 59

Estes postulados representam uma linha divisória entre as duas correntes, embora não se excluam necessariamente, em nossa opinião. É óbvio para nós de que nenhum estado se presta a definir o seu interesse nacional sem ter em conta o contexto internacional e suas incidências na política doméstica e externa. A caracterização do sistema internacional e os respectivos paradigmas vigentes não-de ter inescapavelmente um lastro de implicações nas decisões de PE. Não é indiferente definir o interesse nacional em PE num mundo bipolar ou num mundo uni-multipolar ou ainda em situação de relativa anarquia internacional. Cada uma destas situações será sempre uma variável indescutível nas escolhas que se impõem. Se atendermos a posição dos liberais, não constitui, quanto a nós, um escólio na compreensão daquilo que deve ser tido em conta na definição do interesse nacional. Por conseguinte, resulta também óbvio de que a situação interna de um Estado, a sua ideossincrasia, a sua geografia política e económica, etc., constitua o nó górdio na definição do interesse nacional. Neste sentido, embora genericamente as duas superpotências da GF tivessem os respectivos interesses nacionais ancorados no equilíbrio do poder e no “Dilema do Prisioneiro”⁷⁷, no quadro da situação interna de cada uma destas unidades políticas, os paradigmas decisórios e estruturantes do interesse nacional divergiam logo à partida pela visão do mundo de um e doutro. Com base nestas considerações, procuraremos analisar mais adiante, com a ajuda de elementos empíricos, o processo de definição do interesse nacional da RPA no contexto da GF.

⁷⁷ Cf. Ibidem, p. 19

1.1.6. O papel das burocracias no processo de decisão em PE

Segundo Maria Raquel Freire *et alii*, no mundo hodierno «as relações extensivas em termos políticos, militares e económicos exigem dependência de grandes organizações especializadas que possam melhor recolher e tratar a informação.»⁷⁸ Por conseguinte, é indiscutível a importância que as organizações burocráticas detêm junto dos líderes no processo de tomada de decisões em PE. Citando Max Weber, os autores realçam a função da burocracia defendendo que «num estado moderno, o dirigente é necessária e inevitavelmente a burocracia, pois o poder não é exercido, nem por discursos parlamentares, nem por enunciados monárquicos, mas sim através da rotina administrativa.»⁷⁹ Na verdade, prosseguem os autores, «Embora sejam os dirigentes quem decide o que fazer, é a burocracia que decide como se deve proceder. Decidir como fazer pode, por sua vez, moldar o que fazer.»⁸⁰ Daí a importância fundamental das organizações burocráticas.

Voltando ao raciocínio de Jeffrey, este afirma que as burocracias nacionais têm estado no coração da APE. E cita, a título ilustrativo, os mais diversos departamentos governamentais envolvidos quer na formulação quer na implementação da PE: os ministérios dos negócios estrangeiros, departamentos de estado, departamentos do comércio internacional, ministérios da defesa, etc.

⁷⁸ FREIRE, Maria Raquel (coord.), op. cit., p.25

⁷⁹ Cf. Ibidem

⁸⁰ Ibidem

Todos eles jogam funções centrais e a sua missão fundamental é defender o interesse nacional conjugando-o também com os benefícios próprios no contexto do interesse organizacional.⁸¹

Entretanto, no intuito de destacar aqui o papel das burocracias, no enalço do pensamento de Maria Raquel Freire *et alii*, vamos apontar seis aspectos que traduzem a sua função:

- A burocracia decide como se deve proceder (detém a decisão dos procedimentos operacionais).
- Fornece informações fundamentais relativamente às decisões da PE.
- Visa melhorar a eficiência e a racionalidade conferindo responsabilidade de diferentes tarefas a diferentes pessoas.
- Permite o planeamento avançado com o objectivo de determinar necessidades a longo prazo e os meios de as alcançar.
- Influencia a escolha dos líderes políticos.
- Afecta por vezes o ambiente de decisão (*Man-milieu decision*) assumindo posições destinadas a aumentar a sua influência diante de outras agências.

Portanto, na perspectiva construtivista a questão que se coloca em relação à APE tem a ver com os interesses nacionais: donde vêm tais interesses? Para Jeffrey, não há dúvidas de que a PE se ocupa mais em *definir* do que em *defender* interesses nacionais.⁸² Para tornar esta afirmação mais formal, acresce que se

⁸¹ Cf. CHECKEL, Jeffrey T., op. cit., p.74

⁸² Ibidem

APE tradicional era entendida como exogenização de interesses, então a APE construtivista deverá procurar endogenizá-los, explorando como é que os interesses são construídos através do processo de interacção social. Neste sentido, diz Maria Raquel *et alii*: «A perspectiva tradicional assume, deste modo, que a política externa é formulada de maneira homogénea e unitária, em conformidade com os elementos de poder e com base na definição do interesse nacional.»⁸³

1.1.7. A tomada de decisão

A tomada de decisão é de algum modo o corolário de todo um processo que envolve todo um conjunto de actores. Segundo Jeffrey, a PE é conduzida não tanto por esses actores considerados separadamente, mas através de um processo de tomada de decisão (*decision-making process*) onde os vários actores tomam parte colectivamente. Qual seria então a contribuição do construtivismo no contexto do processo de tomada de decisão? O autor responde a esta questão estabelecendo primordialmente uma base conceptual sobre como a APE tem explicado de forma típica a questão da tomada de decisão. Segundo o mesmo, «a visão tradicional tem estado a assumir de que as dinâmicas da decisão são racionais.»⁸⁴ E explica:

«Os actores sabem o que querem e regateiam (to bargain) para consegui-lo.

Regatear significa que esses indivíduos e os grupos burocráticos rompem acordos a

⁸³ FREIRE, Maria Raquel *et alii*, op. cit., p.21

⁸⁴ CHECKEL, Jeffrey T., op. cit., p. 76

nível da estratégia e de táticas específicas quando se trata de proteger suas principais políticas e interesses. Mais formalmente, os actores envolvidos são **instrumentalmente racionais**, calculando cuidadosamente e procurando maximizar certos interesses.»⁸⁵

O autor adianta ainda que os estudiosos da APE e das RI sempre lamentaram o facto de que poucos, se houver algum, processos de decisão podem ser perfeitamente racionais. Isto significa que a racionalidade é um processo complexo e com limites, aliás do ponto de vista cognitivo não é possível atender simultaneamente a todas as coisas ou calcular cuidadosamente os custos e benefícios dos cursos alternativos da acção a seguir. As abordagens cognitivas da APE partem da premissa de que os agentes são limitadamente racionais (*boundedly rational*). A atenção é um recurso escasso, segundo este autor. Maria Raquel Freire *et alii* apresentam, na esteira daqueles que estudam os processos de decisão e aconselham os decisores, cinco passos importantes resultantes da racionalidade como uma sequência de actividades de decisão:⁸⁶

- Reconhecimento e definição do problema.
- Selecção de objectivos.
- Identificação de alternativas.
- Escolha a partir de um leque de várias opções.
- Selecção racional da alternativa que melhor poderá levar ao objectivo pretendido.

⁸⁵ Ibidem

⁸⁶ FREIRE, Maria Raquel *et alii*, op. cit., p.21

Este esquema ou modelo da racionalidade implica que, uma vez aplicado à PE, «o Estado aja intencionalmente, motivado por objectivos claramente definidos, demonstrando capacidade para ordenar as suas opções e preferências e maximizar a utilidade da sua escolha.»⁸⁷ Entretanto, o estudo destes autores salienta também o facto de o modelo de decisão racional ser mais um «padrão idealizado» do que propriamente «uma descrição precisa do comportamento no mundo real». Isto decorre essencialmente pelas seguintes razões:

«Apesar das virtudes oferecidas pela escolha racional, os impedimentos à sua realização são substanciais. Alguns são humanos, derivam de deficiências nos serviços de informação, capacidade, e aspirações e necessidades psicológicas daqueles que tomam decisões de política externa sob condições de incerteza. Outros são organizacionais pois a maior parte das decisões são tomadas em grupo. Em resultado, a maior parte das decisões requerem assentimento do grupo quanto ao interesse nacional e ao curso de acção a seguir.»⁸⁸

Ora, enquanto as duas abordagens acima referenciadas (instrumentalmente racional e limitadamente racional) como marcos metodológicos importantes na APE e mais especificamente em relação à tomada de decisão se apresentam como distintas, estão unidas pela visão comum dos actores envolvidos como associiais. «Eles decidem sozinhos (...). Se forem instrumentalmente racionais, os

⁸⁷ Ibidem

⁸⁸ Ibidem, p. 23

indivíduos simplesmente fazem cálculos a partir da sua cabeça; se forem limitadamente racionais, olham para as organizações e suas rotinas.»⁸⁹ Entretanto, há uma terceira abordagem ou compreensão da racionalidade na explicação da tomada de decisão a partir dos postulados da psicologia social que é o aspecto **comunicacional**. Segundo os defensores da ideia, os agentes racionais que agem comunicacionalmente não calculam tanto os custos e benefícios nem procuram sinais no seu meio ambiente; pelo contrário, apresentam argumentos e procuram persuadir e convencer um ao outro; sendo assim, os seus interesses e preferências estão abertos para uma redefinição.⁹⁰ Com esta visão da racionalidade, os indivíduos são considerados na sua valência profundamente social. Decidem deliberando com os outros. A argumentação torna-se de facto a chave da dinâmica de tomada de decisão complementando o regateio. Os indivíduos não vão à mesa sabendo o que querem; toda a argumentação é de facto para se chegar àquilo que se pretende ou mais formalmente para definir os próprios interesses.⁹¹

1.1.8. A sociedade internacional e os Estados.

O terceiro, e último, elemento apontado por Jeffrey como um dos níveis de análise teórica da PE no contexto do construtivismo seria então o impacto da sociedade internacional na prática da PEE. Este ponto é fundamental tendo em

⁸⁹ CHECKEL, Jeffrey T., op. cit., p.76

⁹⁰ Ibidem

⁹¹ Ibidem

conta as incertezas e a complexidade do ambiente político internacional contemporâneo. Hoje, por força do globalismo que rendeu o euromundismo multissecular, assiste-se a uma galopante interdependência entre assuntos domésticos e internacionais. É pois necessário que os estudiosos da PE não deixem escapar nas suas análises essa conexão entre o global e o local. O construtivismo, neste sentido, pode iluminar esses laços quer do ponto de vista conceptual, realçando o problema do nível de análise, quer do ponto de vista teórico, explorando os múltiplos mecanismos que entrelaçam a realidade internacional à realidade doméstica ou nacional.

Quanto aos níveis de análise, segundo Jeffrey, refere-se simplesmente ao facto de que onde se pretende explicar a PE, precisamos primeiro de estabelecer uma linha de base sobre como este conceito tem sido visto nas RI e na APE. Trata-se de saber especificamente se se consideram os factores nacionais ou o nível estatal de análise; os factores internacionais ou nível de análise sistémica; ou ainda a combinação de ambos. Ora durante muitas décadas esta última foi considerada um “tabu”. Nos últimos tempos os estudiosos mudaram de opinião em relação a isso. Hoje é cada vez mais evidente a convicção de que é preciso avançar para uma abordagem sintética e cruzada. E o construtivismo começou por endereçar-se a essa dicotomia, entrincheirando-se nos modelos de nível cruzado de análise que enfatizam simultaneamente os desenvolvimentos internacionais e os domésticos. Um dos bons exemplos disso vem de um aspecto da prática da PE do Estado com importância crescente no mundo contemporâneo: é a problemática dos direitos humanos. Vários construtivistas argumentam que a

fonte e a inspiração das políticas nacionais dos direitos humanos encontram-se no sistema internacional com redes transnacionais de activistas e instituições globais ou regionais dos direitos humanos (ONU, Conselho da Europa, UA, etc.).⁹²

Por conseguinte, prossegue Jeffrey, a mudança em matéria de política dos direitos humanos veio à tona através de uma plêiade de actores a vários níveis de análise como sejam os activistas nacionais dos direitos humanos, as ONG internacionais, os decisores das políticas estatais e organizações regionais. Trata-se de uma análise construtivista porque a maior parte dos aspectos que conectam a realidade internacional à realidade doméstica dos Estados é de carácter social: o consenso sobre aquilo que conta propriamente como política de direitos humanos. Portanto, num mundo globalizado, para os defensores do construtivismo, a melhor maneira de fazer um estudo da APE seria um cruzamento a vários níveis de análise combinando factores de ordem nacional com aqueles de ordem internacional e transnacional.

1.1.9. Implicações teóricas na análise da PE de Angola: combinar a teoria e o contexto

Depois das incursões feitas sobre teorias e métodos de abordagem da PE como subdomínio das RI, estão encontrados os elementos teóricos e doutrinários que nos vão iluminar na construção do miolo da nossa dissertação sobre a análise da PE de Angola. Em termos de enquadramento histórico do período em estudo

⁹² Ibidem, p. 78

e da variável da GF, é importante reconhecer previamente, na esteira de António Raimundo, de que o final da GF franqueou as portas para a APE no contexto da política internacional:

«É comum referir-se que desde o final da Guerra Fria a análise de política externa (APE) adquiriu uma renovada importância no estudo da política internacional. O aparente fracasso das teorias tradicionais dominantes em prever ou elucidar o colapso do bloco soviético, bem como a complexidade e fluidez do mundo pós-bipolar que se lhe seguiu, vieram realçar a utilidade de modelos teóricos menos centrados em variáveis sistémico-estruturalistas. Enquanto subdomínio das relações internacionais que procura explicar ou entender a política externa de uma forma agregada, a APE abre mais espaço para a consideração do papel do agente. Por outro lado, embora visando integrar variáveis presentes a diferentes níveis, esta abordagem permite prestar mais atenção às dinâmicas internas com relevância para a política externa.»⁹³

Este postulado permite-nos realçar a pertinência e actualidade do nosso estudo, trazendo a lume uma abordagem pluralista e eclética procedente das diversas teorias e disciplinas ensaiadas acima, de tal modo que a análise da PE de Angola, enquanto estudo de caso, não se limite estritamente aos processos de sua formulação, mas que se combinem aspectos teóricos e aspectos empíricos, aqueles fundamentando ou sustentando estes. Aliás o estudo da realidade empírica tem na teoria a sua fonte de inteligibilidade, enquanto a teoria ganha

⁹³ RAIMUNDO, António, op. cit., p. 139

consistência e robustez nos factos.

Tendo em conta que a nossa análise está enquadrada no período bipolar, em plena GF, tomamos boa nota da pertinente observação metodológica sugerida por Armando M. Guedes:

«Nos termos de um discurso muito politicamente carregado, habituámo-nos a pensar a política externa de Angola durante o período bipolar como sendo tributária de considerandos e pressões identitárias, sobretudo de natureza político-ideológica e anti-colonial. O mais ligeiro dos escrutínios mostra-nos com clareza, no entanto, que essa política externa desde há muito tem vindo a responder, no essencial, a pressões sistémicas económicas e político-militares – tanto internas quanto externas.»⁹⁴

O autor descarta na análise da PE de Angola, durante o período bipolar, o empolamento de “considerandos e pressões identitárias como aquelas de natureza político-ideológica e anti-colonial”. Tratar-se-ia de “discurso muito carregado politicamente”. Assim sendo, prefere embrenhar-se por uma análise na perspectiva das “pressões sistémicas” quer económicas, quer político-militares (internas e externas) que condicionaram o delineamento e orientação da PE de Angola sobretudo na sua fase emergente. Ao desenvolver a sua análise, procura aflorar aqueles aspectos “mais diacríticos” nas chamadas “mudanças

⁹⁴ GUEDES, Armando Marques, *As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força Na Política Externa de Angola (1975-2002)*, in PAVIA, José Francisco (coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Quid Iuris, Lisboa, 2011, p. 21. Vamos ter em conta este importante trabalho do autor lá mais para frente quando nos debruçarmos sobre a análise da política externa de Angola.

representacionais'' no enalço de uma melhor inteligibilidade do sucesso comparativo que as elites políticas têm tido na definição activa de um seu lugar estrutural nos palcos internacionais em que Angola se encontrou inserida nas etapas da GF. Não sendo propriamente uma abordagem empírica, o autor percorre com cautelas um emaranhado sistemático de factos internos e externos com incidências inescapáveis na definição dos interesses nacionais de Angola e na formulação e implementação da sua PE. Destaca o papel dos principais actores internacionais em cujas malhas Angola ver-se-á confrontado desde a sua ascensão à independência (URSS, EUA, Cuba, África do Sul, Portugal, etc.). Internamente os destaques vão para o MPLA e a UNITA de Jonas Savimbi com as suas ''Terras Livres'', ambos, entretanto, considerados por Marques Guedes de ''actores não-estaduais'' do ponto de vista técnico.

Provavelmente esta observação tenha o mérito de advertir sobre algumas tendências e abordagens geopolíticas que a ''sabedoria convencional''⁹⁵ consagrou de olhar para os Estados africanos a partir de uma perspectiva mais conspiratória e vitimista, reservando-se-lhes um papel secundário e um estatuto de minoridade nas RI e na política internacional. É claro que é preciso considerar «o papel de Estados africanos na definição do seu próprio lugar na dança de enquadramentos geopolíticos e geoestratégicos dia a dia mais complexos e intrincados em que estão cada vez mais expressamente embutidos os interesses que representam (...)»⁹⁶

Pretendemos pois neste trabalho colocar Angola num espaço geopolítico

⁹⁵ Fazemo-nos aqui tributários de Marques Guedes.

⁹⁶ Ibidem, p. 23

central emprestando-lhe o papel de actor principal e unitário, embora envolvido numa teia complexa e ardilosa de relações e interacções multilaterais dentro dos esquemas político-ideológicos de um mundo bipolar. As análises históricas durante o período em causa (1975-1992) vão permitir-nos descortinar os “modelos de inserção internacional” que foram ensaiados por Angola e o papel dos actores externos estatais e não-estatais. A nossa análise pretende pôr em evidência uma pletora de elementos essenciais na compreensão da PE de Angola no período em estudo como sejam os objectivos, os recursos, os processos de formulação, instrumentos e condução da PE, a interligação entre factores internos e externos,⁹⁷ sobretudo as incidências directas da GF na política, na diplomacia, na economia, na segurança e defesa. O estudo destes aspectos vai levar-nos à identificação ou definição do paradigma⁹⁸ de PE ensaiado por Angola na sua fase emergente, o que nos permitirá encontrar respostas à questão de partida e às questões subsequentes previamente colocadas na parte metodológica da introdução.

⁹⁷ «Ora o entendimento sobre política externa de qualquer Estado impõe, pelo menos, o prévio conhecimento quer dos pressupostos internos que conduziram à definição dessa política, quer os pressupostos externos que a motivaram, influenciaram ou até condicionaram. Esses pressupostos tanto podem ser só ideológicos como compreender outros tipos de variáveis, mas a compreensão final dos factos, mesmo que os seus efeitos não possam ser alterados ou até atenuados, há-de incluir esses outros elementos»: PAVIA, José Francisco – MONTEIRO, Manuel, *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013)*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2013, p.18

⁹⁸ Segundo o antigo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, «A política externa de Angola sempre foi parte integrante da agenda do seu Executivo para defender e promover os interesses dos angolanos»: Intervenção do Ministro das Relações Exteriores em alusão ao dia do diplomata (13/11/2014), disponível em www.mirex.gov.ao/todaspublicacoes.aspx (consult.aos 19 de Junho de 2018)

1.2. Guerra Fria: o conceito

A expressão “Guerra Fria” surgiu no vocabulário da ciência política e das relações internacionais no século passado para designar o antagonismo que opôs ideológica e estrategicamente as duas principais potências vencedoras da segunda GM durante mais de quarenta anos (1945 até 1991)⁹⁹, ou se quisermos alargar mais, seria a hostilidade e competição que marcou as relações entre o Ocidente e o Leste da Europa dominado pela União Soviética. Entretanto, por detrás dessa expressão escudam-se os maiores e mais significativos acontecimentos que marcaram o sistema internacional e a ordem então vigente (ordem bipolar), como explica Pezarat de Correia:

«O certo é que a caracterização e a designação da Guerra Fria se aplicou em relação a uma situação de conflitualidade muito concreta, que foi a que vigorou durante o sistema internacional bipolar heterogéneo, que depois da Guerra de 1939-1945 pôs frente a frente dois blocos liderados cada um por uma superpotência que adquirira capacidade de dissuasão suficiente para impedir o confronto directo entre elas, mas à sombra da qual defenderam os seus interesses através de guerras por delegação, ou mesmo de intervenções directas nas áreas que consideravam de sua influência e onde não era previsível o confronto directo com a superpotência rival.»¹⁰⁰

⁹⁹ A expressão foi empregue pela primeira vez em 1947 para designar o estado de guerra não-declarada entre os EUA e a URSS.

¹⁰⁰ PEZARAT CORREIA, Pedro, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol.II. Análise geoestratégica de um Mundo em conflito*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 30

Por detrás desta expressão, esconde-se um período tenebroso da História da Humanidade durante o qual a psicose de uma guerra nuclear tomou de assalto a humanidade, tendo em conta o avolumar-se das tensões em ambas as partes que por várias vezes fizeram temer a iminência de uma confrontação nuclear. John Gaddis, professor de História da Universidade de Yale, é versado no estudo desse período da História. Com efeito, tem várias publicações sobre o tema da GF.. Apercebendo-se da complexidade desse período e das suas profundas implicações na vida e no imaginário colectivo de sociedades inteiras forçadas a conviver com esse espectro sombrio por tempo prolongado, o autor deixa esta advertência:

«A Guerra Fria foi travada a níveis diversos, de maneiras diferentes e em vários lugares durante um longo período de tempo. Qualquer tentativa de reduzir a sua história unicamente ao papel das grandes forças, grandes potências ou grandes líderes acabaria por não fazer justiça. Qualquer tentativa de contê-la numa simples narrativa cronológica só poderia produzir lixo»¹⁰¹.

Por conseguinte, embora tenhamos em linha de consideração a advertência de John Gaddis, pretendemos enquadrar a nossa abordagem sobre a Guerra Fria na perspectiva, mais ou menos comum, desta definição de Pezarat Correia:

«...Situação de conflitualidade global que no sistema bipolar da segunda metade do século XX opôs as duas superpotências mundiais, potência marítima, Estados

¹⁰¹ GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, (trad. Jaime Araujo), Edições 70, Coimbra, 2007, p. 11

Unidos da América (EUA) e a potência terrestre, União Soviética (URSS), os dois blocos que estas superpotências lideravam, bloco ocidental e bloco leste, os dois sistemas ideológicos, políticos e económicos que nesses blocos predominavam, capitalismo, liberalismo e economia do mercado no ocidente, comunismo, estatismo e economia centralizada no leste, as quais desenvolveram e aperfeiçoaram sistemas militares com uma capacidade de destruição mútua e total e, exactamente por isso, nunca chegaram ao confronto armado directo». ¹⁰²

Entretanto, sendo a GF filha natural da segunda Grande Guerra, embora tenhamos de fazer um enquadramento metodológico mais complexo, quer pelos seus protagonistas quer pela sua emergência histórica, não se pode fugir desta ligação umbilical que nos é proposta por Lewis:

«A vitória na Segunda Guerra Mundial não trouxe, portanto, qualquer sensação de segurança para os vencedores. Nem os Estados Unidos, nem a Grã-Bretanha, nem a União Soviética podiam afirmar, no final dos anos 50, que as vidas e a fortuna que tinham despendido em derrotar a Alemanha e o Japão os haviam tornado mais seguros: os membros da Grande Aliança passaram a adversários da Guerra Fria. Os seus interesses revelaram-se incompatíveis; as ideologias permaneceram no mínimo tão opostas como antes da guerra; o receio de ataques de surpresa continuou a assombrar as instituições militares em Washington, Londres e Moscovo. A disputa que começara em torno do destino da Europa do pós-guerra alastrava agora à

¹⁰² PEZARAT CORREIA, Pedro, op. cit., p. 30

Ásia.»¹⁰³

Como se pode deduzir, a GF não tem uma única explicação. Quer do ponto de vista da historiografia, quer no da análise teórica existem várias vertentes ou tentativas de explicação. Para começar, este fenómeno está longe de ter a mesma explicação na historiografia norte-americana e na historiografia russa. Tratando-se dos protagonistas dessa confrontação não se pode esperar outra coisa que o mesmo fenómeno seja explicado a partir de chaves hermenêuticas distintas e até contraditórias. Segundo Peter Kenez, «nas duas décadas após 1945, os historiadores americanos eram praticamente unânimes: a guerra fria era culpa da União Soviética.»¹⁰⁴ Neste sentido, a ideia motora da URSS seria a exportação da revolução mundial pela disseminação do comunismo. Ora, «o comunismo, tal como o nazismo, era intrinsecamente expansionista, e por isso o Ocidente não teria outra alternativa senão responder às ameaças soviéticas.»¹⁰⁵ Para Peter Kenez os analistas ocidentais acreditavam piamente nas pretensões expansionistas soviéticas cuja principal demonstração estaria na criação de um sistema de “Estados-satélites” na Europa do Leste, em que o respectivo plano teria três fases distintas, a saber:¹⁰⁶

- 1) A criação de um genuíno governo de coligação de todas as forças anti-fascistas.
- 2) O progressivo enfraquecimento de todos os partidos não comunistas

¹⁰³ GADDIS, John Lewis, op. cit., pp. 55-56

¹⁰⁴ KENEZ, Peter, *História da União Soviética*, Edições 70, (trad. Jaime Araújo), Lisboa, 2015, p.215

¹⁰⁵ Ibidem, p. 215

¹⁰⁶ Ibidem, p. 216

através de métodos violentos de coação.

- 3) O fim de todos os regimes declaradamente comunistas em todos esses países e o abandono do formato da coligação.

Isto significa, noutras palavras, que os estalinistas tinham um plano para a conquista do mundo. A contradição explicativa enquadra-se perfeitamente no antagonismo político e ideológico. Quer os EUA, quer a URSS forjaram uma espécie de “sabedoria convencional” ou ortodoxa para explicar a GF. A lógica, neste caso, assenta na justificação das respectivas políticas e acções. Isto está muito bem patente no livro do antigo Presidente norte-americano, Richard Nixon. Ao abordar as causas daquilo que ele chama de “Terceira Guerra Mundial”, não hesita em apontar o dedo ao expansionismo soviético e suas ambições de controlar o mundo nos seguintes termos:

«A União Soviética é hoje em dia a nação expansionista mais poderosamente armada que o mundo conheceu, e o seu armamento aumenta com perto do dobro da velocidade do dos Estados Unidos. Não há qualquer mistério no que respeita às intenções soviéticas. Os chefes do Kremlin não querem a guerra, mas querem o mundo. E estão a avançar rapidamente para uma posição em que poderão alcançar o que desejam.»¹⁰⁷

¹⁰⁷ NIXON, Richard, *A Verdadeira Guerra*, (trad. Francisca A.R. Fontes), Portugália Editora, Lisboa, 1980, p. 6

Tendo em conta esta premissa, Nixon justifica o papel dos EUA numa perspectiva missionária: salvar a paz global diante da ameaça do expansionismo soviético:

«Há outras nações com uma experiência muito mais longa do que a nossa sobre o uso do poder para manter a paz. Mas elas já não têm poder. Assim, à falta de melhor, o mundo tem os olhos virados para os Estados Unidos. (...) Os grandes impérios coloniais já acabaram. O novo imperialismo soviético precisa de um adversário novo que o mantenha no seu lugar. Os Estados Unidos não podem realizar isto sozinhos, mas sem a direcção forte e eficaz dos Estados Unidos nada se conseguirá. Não temos condições para dialogar e hesitar. Ou agimos como uma grande potência ou seremos reduzidos a uma potência menor e, uma vez reduzidos, não sobreviveremos – nem sobreviverão a liberdade e os valores ocidentais.»¹⁰⁸

Entretanto, admite-se, em geral, um outro nível de análise menos unanimista e longe da ortodoxia consagrada a que poderíamos chamar de revisionista. Aqui desfilam os mais distintos autores dos vários quadrantes que ao longo das décadas da GF, e depois, produziram trabalhos teóricos interessantes. Peter Kenez sustenta que o consenso entre os estudiosos americanos desfez-se no período da guerra do Vietname. Na opinião destes, a Guerra Fria era consequência das políticas agressivas do Ocidente, particularmente dos EUA.

¹⁰⁸ Ibidem, p.7

Todavia, o grande *handicap* destes estudos é que quase nada sabiam da União Soviética enquanto tinha o domínio da vida política norte-americana, com acesso, inclusive, aos seus arquivos, o que era impensável em relação à URSS. Por conseguinte, faltava um conhecimento aprofundado das duas partes para perceber a real dimensão do conflito e os seus meandros. Embora tenha influenciado uma boa parte da opinião pública norte-americana, não conseguiram dominar totalmente a opinião ocidental. Neste sentido, remata o autor, «É possível que tenham contribuído para a análise da formação da política americana, mas foram singularmente incapazes de traçar um quadro convincente da origem da guerra fria.»¹⁰⁹

1.2.1. As origens da Guerra Fria.

Não é propriamente objecto deste estudo a análise historiográfica do fenómeno da GF. Todavia, sem o respectivo enquadramento histórico podemos incorrer em juízos apriorísticos e sem fundamentação objectiva. Reputamos, pois de extrema importância a compreensão dos factos que a fizeram. E aqui o primeiro cuidado que devemos ter é sublinhar uma premissa básica: a Guerra Fria, tal como a Revolução Francesa, não tem na sua origem um facto monolítico, distinto e exclusivo. Uma explicação monocausal poderia não só levar-nos a uma perspectiva reducionista como incorreríamos no risco de depauperar a análise do

¹⁰⁹ Ibidem, p. 216

fenómeno. Na verdade, uma vasta panóplia de factos relevantes compõe as origens da GF. A título meramente ilustrativo podemos destacar os seguintes:

- A Segunda Guerra Mundial e as divisões ideológicas dentro da Grande Aliança
- A definição da ordem do pós-guerra
- A criação da ONU e o papel dos vencedores
- A experiência da bomba atómica (Nagasaki e Hiroshima) e o fim do equilíbrio
- A criação da NATO e do Pacto de Varsóvia
- A divisão da Alemanha e o problema do estatuto de Berlim
- O plano Marshall e o COMECON
- A morte do Presidente Franklin Roosevelt, a sucessão e a doutrina Truman
- O telegrama de George Kennan e a estratégia americana da contenção
- Agenda política de Estaline e a sovietação do Leste europeu
- O discurso de Winston Churchill em Missouri (5/3/1946): a cortina de ferro

- O macartismo¹¹⁰ (de Joseph McCarthy) nos EUA (1950-1957)
- A carta do Atlântico (1941)
- A personalidade dos líderes
- A desestalinização e o papel de Nikita Krushev

Quando lemos trabalhos sobre a GF, muito raramente os autores escapam destes aspectos supra mencionados. Fazem parte substantiva da História da GF. Daqui se pode depreender a complexidade deste período sombrio e a necessidade de uma abordagem aberta e plural das causas da GF. No encalço de uma resposta à pergunta inescapável «quem ou o quê originou a GF?», o historiador Joseph Nye¹¹¹ propõe três correntes de opinião (naturalmente de pensadores americanos) que podemos aqui reproduzir de seguinte modo:

1. **Os Tradicionalistas** (ortodoxos): defendem que a resposta à questão colocada é simples: quem começou com GF foi Estaline e a URSS. No seu entendimento, a política americana no final da Segunda Guerra era defensiva enquanto os seus rivais pugnavam por uma política abertamente agressiva e expansionista. Para fundamentar esta posição, argumentam que os EUA propunham depois da Guerra uma Nova Ordem Mundial (NOM) baseada na paz universal e na segurança colectiva através das Nações Unidas, enquanto a URSS não levavam

¹¹⁰ Ou maccarthysmo.

¹¹¹ NYE, Joseph S., op. cit., pp. 137 – 139. Cf. CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol II. Análise Geoestratégica de um mundo em conflito*, Quarteto, Coimbra, 2004 (1ª edição), pp. 28 – 29

muito a sério esta ideia preferindo uma política de expansão para construção da sua própria esfera de influência.

2. **Os revisionistas:** pelo contrário, estes pensavam que a GF foi originada pelos EUA e não pela URSS. O argumento era de que no fim da Segunda Guerra o mundo não era propriamente bipolar, pois denotava-se uma clara desproporção de forças entre as ambas conquanto a URSS saíra visivelmente fragilizada da Guerra (militar e economicamente) contrariamente aos EUA que se fortaleceram na Guerra, sendo então os únicos possuidores de armas nucleares.¹¹²
3. **Os pós-revisionistas:** sustentam que as teses anteriores estão ambas erradas: ninguém foi culpado pelo início da GF. Foi uma espécie de fatalidade causada pela própria arquitectura bipolar onde se evidenciava o equilíbrio do poder. Este facto, adicionado à extrema fragilidade da Europa atolada em escombros, trouxe um vazio de poder habilmente preenchido pelas duas potências periféricas. Defendem, *tout court*, que o conflito era inevitável.

¹¹² Alessandra Brites, ao analisar a política externa da URSS, defende que esta era mais reactiva ou defensiva, pelo que não havia predisposição política da URSS para empreender constituir uma ameaça para a Europa e outros Estados, o que teria originado a GF: «A política externa da URSS caracterizou-se como defensiva: buscava em meio a um período de profunda crise do sistema capitalista evitar as invasões a seu território, objectivando a modernização acelerada não apenas para integrar o país do mundo produtivo e industrializado como para também ter condições materiais de defender-se e de combater inimigos em casos de guerra»: BRITES, Alessandra Scangarelli, *A Política Externa Soviética e seus Impactos nas Relações Internacionais (1917-1985)*, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, (ver resumo).

Na mesma senda da escola revisionista perfila o historiador britânico Eric Hobsbawm que afirma taxativamente:

«Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1943-45, que a URSS não era expansionista – e menos ainda agressiva – nem contava com qualquer extensão adicional do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-45. (...) Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população cuja maioria fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falha de empenho no regime»¹¹³

Para além destes argumentos da conjuntura política e económica da Rússia pós-guerra, Hobsbawm acresce ainda um dado pessoal do próprio líder, Estaline:

«Era governada por um ditador que demonstrava ser tão avesso a riscos fora do território que controlava directamente quanto implacável dentro dele: J. V. Estaline (...). Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse

¹¹³ HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos*, (trad. Marcos Santarrita), Editorial Presença, Lisboa, 2011 (5ª edição), pp.231-232

imediatamente em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA.»¹¹⁴

Entretanto, se quisermos ir um pouco mais a fundo, a pergunta inevitável seria esta: quais eram as expectativas dos três principais aliados (Estaline, Roosevelt e Churchill) no final da Segunda Grande Guerra? Segundo John Gaddis, os três líderes «já haviam trocado os seus apertos de mão, brindes e esperanças de um mundo melhor em duas cimeiras durante a guerra – Teerão, em Novembro de 1943, e Ialta, em Fevereiro de 1945.»¹¹⁵ Porém, a esperança de um mundo melhor não representava politicamente a mesma coisa para todos. Porquê? A resposta deste quesito vem de John Gaddis:

« (...) a guerra tinha sido ganha por uma coligação cujos principais membros já estavam em guerra – ideológica e geopoliticamente, embora não militarmente – uns com os outros. Fossem quais fossem as vitórias da Grande Aliança na Primavera de 1945, o seu êxito sempre dependera da concretização de objectivos compatíveis por sistemas incompatíveis. A tragédia era esta: a vitória exigiria que os vencedores ou deixassem de ser quem eram ou renunciassem a grande parte do que haviam esperado obter ao fazer a guerra.»¹¹⁶

¹¹⁴ Ibidem, p. 232

¹¹⁵ GADDIS, John Lewis, op. cit., p.18

¹¹⁶ Ibidem, p.18

Estas palavras resumem o cenário que se seguiu ao término da guerra onde os seus protagonistas escondiam agendas políticas antagónicas como se pode ver neste famoso aforismo de Estaline: «Esta guerra não é como as do passado. Quem quer que ocupe um território logo lhe impõe o seu próprio sistema social. Todos impõem o seu sistema até onde puderem ir os seus exércitos. Não pode ser doutra maneira.»¹¹⁷ Mais do que qualquer outro líder dentre os aliados, Estaline provavelmente era o líder com os objectivos mais claros no final da guerra, mas também o único que se manteve no poder.¹¹⁸ Em relação aos objectivos de Estaline, John Gaddis diz lapidarmente:

«O objectivo de Estaline no pós-guerra era a segurança para si mesmo, o seu regime, o seu país, a sua ideologia, precisamente por essa ordem. Ele pretendia garantir que nenhum desafio interno pudesse voltar a ameaçar o seu domínio pessoal e que nenhuma ameaça externa voltasse a colocar o seu país em perigo.»¹¹⁹

Kissinger é de opinião que os três grandes líderes da aliança estavam diante de interesses divergentes no final da guerra:

«Os objectivos dos aliados eram demasiado divergentes. Churchill procurava evitar que a União Soviética dominasse a Europa central. Estaline queria ser pago

¹¹⁷ Citado por JUDT, Tony, op. cit., p. 163

¹¹⁸ O Presidente Franklin Roosevelt veio a falecer pouco depois do final da guerra (12/04/1945), tendo sido sucedido por Harry Truman; por outro lado, o PM britânico Winston Churchill, três meses depois, foi derrotado surpreendentemente nas eleições legislativas pelo trabalhista, Clement Atlee. A União Soviética mantinha no poder o seu líder, Estaline, desde 1929.

¹¹⁹ GADDIS, John Lewis, Op. Cit., p. 22

em território pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heróico do povo russo. O novo presidente, Harry S. Truman, empenhou-se inicialmente em continuar a herança de Roosevelt: manter a aliança unida. No entanto, no final do seu primeiro mandato desaparecera já todo e qualquer vestígio da harmonia do tempo da guerra. Os Estados Unidos e a União Soviética, os dois gigantes da periferia, enfrentavam-se agora mesmo no centro da Europa.»¹²⁰

Todavia, para além destas preocupações, até certo ponto legítimas quer em política interna, quer em política externa, cremos que o ponto mais problemático tem a ver com as suas pretensões de alargamento territorial e expansionismo ideológico: «O objectivo de Estaline, portanto, não era restabelecer o equilíbrio de forças na Europa, antes dominar esse continente de modo tão completo como Hitler o tentara.»¹²¹

Richard Nixon vai ainda mais longe em relação aos objectivos estalinistas, pois para ele a União Soviética era sinónimo de ambições hegemónicas à escala global:

«O objectivo soviético é, contradizendo Woodrow Wilson, um mundo inseguro para a democracia; um mundo onde o estado soviético é seguro e todos os outros respeitam o controlo soviético e lhe prestam homenagem. A ambição soviética foi apropriadamente descrita como um desejo de “capacidade para controlar a

¹²⁰ Ibidem, p.370

¹²¹ Ibidem, p. 24

economia, a política e os assuntos estratégicos globais, directamente de Moscovo. Os comunistas chineses acusam os soviéticos de procurarem a “hegemonia”, e esta palavra descreve correctamente o objectivo soviético.»¹²²

Embora Nixon esteja bem posicionado sobre o assunto por força da sua experiência pessoal como político norte-americano que teve a oportunidade de interagir com o poder soviético, Peter Kenez tem uma opinião diferente, pois para ele «A eclosão da guerra fria estava predestinada. Isto é, existiam muitas razões, dada a natureza dos dois campos adversários, para que a cooperação e a amizade do tempo da guerra não pudessem continuar depois da derrota da Alemanha.»¹²³ E o autor sugere mesmo até que se deve pôr de lado «a ideia de que Estaline tinha um plano estudado para a conquista do mundo.»¹²⁴

Nesta lógica, os EUA não estavam alheios a isto tudo nem tão pouco se pode pensar que não tivessem igualmente pretensões. Na verdade, os EUA pretendiam também a segurança no pós-guerra. A diferença talvez reside no facto de que «ao contrário de Estaline, estavam menos certos do que teriam de fazer para consegui-la.»¹²⁵ Que motivos justificam tal diferença? «A razão prendia-se com o dilema que a Segunda GM colocara: os EUA não poderiam continuar a servir de modelo para o resto do mundo se permanecessem isolados desse mesmo mundo.»¹²⁶ A configuração geopolítica dos EUA como uma espécie de enorme ilha flutuante entre dois oceanos, tendo recebido o merecido epíteto de “nação-

¹²² NIXON, Richard, op. cit., p. 25

¹²³ KENEZ, Peter, op. cit., p.216

¹²⁴ Ibidem, p. 217

¹²⁵ GADDIS, John Lewis, op. cit., p. 26

¹²⁶ Ibidem

baleia'', colocava-o longe das disputas mundiais contra eventuais potências e a aparentemente a salvo das ameaças externas, segundo a doutrina do Almirante Alfred Thayer Mahan defendida nos seus livros *A Influência do poder marítimo* (publicado entre 1889 e 1892) e *Problema da Ásia* (1900).¹²⁷ Esta situação vai colocar inicialmente os EUA numa lógica isolacionista. No entanto, os EUA tinham uma espécie de dívida moral em relação ao mundo que a todos os títulos reclamava a sua saída do casulo. Trata-se do mais famoso artigo da Declaração de Independência (1776) que afirmava que todos os homens nascem iguais. Segundo John Gaddis, «os americanos pretendiam a influência mundial no domínio das ideias», só que faltava o empenhamento tendente a acatar essa proposição radical. Deste modo, prossegue o autor, a «ideologia universal» contrastava com as práticas isolacionistas: « (...) a nação não tinha ainda inferido que a sua segurança exigia a transferência dos seus princípios. A sua política externa e militar era muito menos ambiciosa do que seria de esperar de uma nação tão grande e poderosa.»¹²⁸ Esta lógica foi apenas quebrada com o envolvimento norte-americano na Primeira GM (1914-1918), pois, temendo uma vitória alemã sobre a Grã-Bretanha e a França, «Woodrow Wilson convenceu os seus compatriotas de que o poder militar americano era necessário para restabelecer o equilíbrio de poderes na Europa (...).»¹²⁹ Aqui o engajamento norte-americano seria no sentido da transferência dos valores da democracia e da liberdade para o mundo e neste sentido para o Presidente Wilson «o mundo (...)

¹²⁷ Cf. CORREIA, Pedro De Pezarat, op. cit., pp.156-163

¹²⁸ Ibidem, p. 27

¹²⁹ Ibidem

tinha de se tornar “seguro para a democracia”»¹³⁰

«Wilson propôs então, como base para uma ordem pacífica, uma Sociedade das Nações que impusesse aos Estados algo parecido com o primado da lei que os próprios Estados – pelo menos os esclarecidos – impunham aos indivíduos. A ideia de que só a força fazia a lei iria, esperava ele, desaparecer.»¹³¹

Infelizmente apesar da vitória na Primeira GM, os seus resultados revelaram-se curiosamente ambíguos para os interesses norte-americanos. A vitória não transformou os EUA em potência mundial e a opinião pública interna manifestava reservas ao «envolvimento exagerado». Daí o “desengajamento” de todas as responsabilidades internacionais, incluindo a sua adesão à SDN. Ora bem, este foi o grande desafio encontrado pelo Presidente Franklin Roosevelt quando em 1953 foi eleito à frente dos destinos do país. Roosevelt assumiu desde logo o ónus de reposicionar os EUA no xadrez internacional, desarmando-se daquilo que Nixon chamou de “idealismo ingénuo” e franqueando as chancelas para o mundo, onde se esperava um papel mais proactivo dessa poderosa nação. Apesar do seu voluntarismo, muito dificilmente Roosevelt conseguiu convencer a nação norte-americana para o envolvimento directo na Segunda Grande Guerra. No entanto, havia um aspecto inescapável que está ligado à doutrina wilsoniana e ao qual se fez prontamente socorrer o novo Presidente para reforçar os seus argumentos: a segurança dos EUA podia ser ameaçada pelos acontecimentos

¹³⁰ Ibidem

¹³¹ Ibidem

outsider. E foi o que aconteceu e foi a razão fundamental da entrada tardia dos EUA na Segunda GM depois da queda da França, da Batalha da Inglaterra e sobretudo o ataque japonês ao porta-aviões norte-americano **Pearl Harbor**.

Aqui voltamos à questão inicial sobre os objectivos ou as pretensões dos principais líderes da Grande Aliança. Depois de termos visto as pretensões de Estaline, vejamos o que se diz sobre Franklin Roosevelt. John Gaddis destaca quatro objectivos que animavam o Presidente norte-americano durante a guerra:¹³²

- a. Manter os aliados (Grã-Bretanha, União Soviética, China Nacionalista) como única maneira de garantir uma vitória contra a Alemanha e o Japão.
- b. Assegurar a cooperação dos aliados para definir a ordem pós-guerra, pois sem ela haveria poucas esperanças de uma paz duradoura.
- c. A natureza da nova ordem: era necessário um arranjo que eliminasse definitivamente as causas de futuras guerras, o que implicaria a criação de uma nova organização de segurança colectiva.
- d. O papel dos EUA na NOM deveria ser longe do isolacionismo anterior, contanto que fosse “vendível” aos norte-americanos.

Se prestarmos um pouco de atenção nestes objectivos acima delineados, vemos que há uma clara vontade de virar a página, de não repetir os erros do passado e sobretudo de não mais aceitar a velha ordem que precedera a guerra.

¹³² Ibidem, p.28

Infelizmente, como o dissemos, Roosevelt morreu pouco depois do final da guerra, pelo que já não pôde levar avante os seus objectivos. Harry Truman, seu sucessor, terá então a missão de concretizar o que fora idealizado pelo seu antecessor, mesmo não tendo a mesma perspicácia.

Na verdade, quer os soviéticos, quer os norte-americanos, não estavam concentrados apenas na guerra, mas enquanto esta decorria engendravam agendas políticas secretas e unilaterais. Nesta perspectiva podemos igualmente destacar os objectivos britânicos. Winston Churchill definiu-os sem rodeios de seguinte maneira: «sobreviver a todo o custo, mesmo que isso implicasse entregar o comando da coligação anglo-americana a Washington, o enfraquecimento do império britânico ou colaborar com a União Soviética.»¹³³

Tendo em conta estas prioridades, e já que estamos a tentar explorar as razões que fizeram despoletar a GF, na esteira de John Gaddis, podemos colocar agora a seguinte questão: quais eram as possibilidades de um acordo de tempo de guerra que salvaguardasse a Grande Aliança? A resposta lapidar a esta questão no-la dá o mesmo autor nestes termos:

«Roosevelt, Churchill e Estaline esperavam certamente esse desfecho: ninguém desejava novos inimigos logo após ter vencido os velhos. Mas a coligação tinha sido, desde o início, tanto um meio de cooperação para derrotar o Eixo como um instrumento usado pelos vencedores para conseguir o máximo de influência no mundo do pós-guerra. Dificilmente podia ter sido de outra forma: apesar das

¹³³ Ibidem, p. 29

afirmações públicas dos Três Grandes de que a política estava suspensa enquanto a guerra se desenrolava, nenhum deles acreditara nem tentara praticar esse princípio. O que de facto fizeram – em comunicações e conferências na sua maior parte escondidas do público – foi tentar conciliar objectivos políticos divergentes enquanto prosseguiram uma tarefa militar comum. Na maioria dos casos, não o conseguiram, e é nesse insucesso que residem as causas da Guerra Fria.»¹³⁴

1.2.2. A ordem mundial durante a Guerra Fria (1945-1991)

É unânime considerar este período da História da humanidade no contexto do sistema internacional como um período bipolar, ou seja, em que duas superpotências lideraram literalmente os destinos do mundo na base de equilíbrios geoestratégicos assentes na lógica da dissuasão nuclear. Nestes sentido, «Ao longo da Guerra Fria, o sistema internacional reteve sempre contornos manifestamente reconhecíveis, apesar das oscilações entre períodos de arrefecimento das relações entre as superpotências e outros de maior desanuviamiento.»¹³⁵ Do ponto de vista da análise e estudo do fenómeno, esse período foi fecundo em debates «por vezes esotéricos acerca do confronto entre realismo e idealismo, da dissuasão recíproca e equilíbrio no controlo de armamento, estabilidade e instabilidade, interesses nacionais e segurança internacional; acerca da teoria e prática da gestão de crises, integração regional

¹³⁴ Ibidem, p. 29

¹³⁵ DOUGHERTY, James E., - PFALTZGRAFF, Robert L Jr., *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*, (trad.Marcos Farias Ferreira *et alii*), Gradiva, Lisboa, 2003, p.1

e viabilidade das alianças constituídas sob coacção, entre outros.»¹³⁶ Na verdade, o bipolarismo é a tradução da GF em termos de sistema internacional. Aliás, na prática o que nós tivemos nesse período não foi propriamente um sistema internacional mas uma ordem mundial com dois sistemas distintos liderados por cada uma das superpotências. Por um lado, buscavam potenciar os respectivos meios de eliminação mútua e, por outro, cientes do perigo, partilhavam também o interesse na sobrevivência do planeta. Mas John Gaddis levanta as seguintes questões que consideramos pertinentes: «Mas que tipo de sobrevivência? Como seria a vida sob cada sistema? Que espaço haveria para o bem-estar económico? Para a justiça social? Para a liberdade de escolher como viver a própria vida?»¹³⁷ E adianta ainda o mesmo autor:

«A Guerra Fria não foi apenas uma rivalidade geopolítica nem uma corrida aos armamentos nucleares; foi também uma competição para responder a essas perguntas. A questão em jogo era quase tão grande como a da sobrevivência humana: qual a melhor forma de organizar a sociedade humana?»¹³⁸

Ora a ordem mundial inerente à GF não foi linear tendo em conta as suas dinâmicas intrínsecas. Não basta identificar a rivalidade ou a competição entre as duas superpotências como rosto específico ou marca da nova ordem mundial pós-guerra. É preciso abrir o espaço de análise a determinados acontecimentos que

¹³⁶ Ibidem, p.2

¹³⁷ GADDIS, John, op. cit., p. 94

¹³⁸ Ibidem, p. 94

preenchem o cardápio deste período (1945-1991). Os historiadores da GF destacam várias fases que aqui podemos sumarizar de seguinte modo:¹³⁹

- Primeira fase: Crise imediata no pós-guerra (1945-1949)
- Segunda fase: Guerra da Coreia (1950-1953)
- Terceira fase: Coexistência pacífica (1953-1962)
- Quarta fase: Desanuviamiento (1962-1973)
- Quinta fase: Segunda Guerra Fria (1973 -1985)
- Sexta fase: Era Gorbachev e fim da GF (1985-1991)

Em cada uma destas fases aqui enunciadas escudam-se factos relevantes para a construção de uma *identikit* aproximada daquilo que se pode chamar de NOM pós-guerra. Até certo ponto pode-se admitir que a NOM neste período, tendo em conta as suas características, tem na GF a sua mais perfeita expressão e corolário. O papel das ideologias foi extremamente determinante para caracterizar o sistema internacional ou, melhor dito, os sistemas internacionais ora emergentes. Mas será que a ordem mundial então vigente esgotava-se na lógica da GF? É preciso reconhecer que, não obstante o papel das superpotências, a ONU tinha uma palavra a dizer no contexto da NOM, pois, desde a sua criação passou a ser não só a principal instância mundial aberta aos povos de todos os quadrantes, mas também a principal guardiã do Direito Internacional. Enquanto as

¹³⁹ A título exemplificativo, Maurice Vaisse destaca as seguintes fases: 1) nascimento e confronto de um mundo bipolar (1945-1955); 2) a coexistência pacífica (1955-1962); 3) o desanuviamiento (1962-1973); 4) um mundo desestabilizado (1973-1985); 5) o fim de um mundo bipolar (1985-1992): Cf. VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, (trad. Rosa Carreira & Sérgio Coelho), Edições 70, Lisboa, 2005 (ed. revista e actualizada), 317 pp.

superpotências protagonizavam uma ordem (ou desordem) baseada na rivalidade e na competitividade político-ideológica, económica, militar e tecnológica (especialmente a tecnologia nuclear), as Nações Unidas foram colocando os alicerces para a construção de uma NOM baseada no primado da lei (regras) e do Direito. Ironicamente quer os EUA, quer a URSS, responderam à questão de John Gaddis sobre qual era a melhor maneira de organizar a sociedade humana (aqui diríamos a comunidade internacional) através de uma organização supranacional com prerrogativas para velar pela paz mundial e pela segurança internacional, estimulando a cooperação entre as nações. Neste sentido, Henry Kissinger reconhece as vantagens dessa nova ordem:

«(...) desenvolveu-se inexoravelmente uma ordem assente na cooperação, protagonizada por Estados que perfilhavam regras e princípios comuns, instituíam sistemas económicos liberais, renegavam toda a conquista territorial, respeitavam a soberania nacional e adotavam sistemas de governação participativos e democráticos.»¹⁴⁰

É bem verdade que esta ordem onusiana foi alicerçada em valores ocidentais, sobretudo pelo moralismo norte-americano. Por isso, não se lhe deve negar alguns passivos, pois aquilo que se passou a chamar por «comunidade internacional» está longe de traduzir unanimidade de valores, princípios, objectivos e até regras. Todavia, isto não foi suficientemente impeditivo à adesão

¹⁴⁰ KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial. Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*, (trad. José Mendonça da Cruz), Publicações D. Quixote, Alfragide, 2015 (2ª edição), p. 11

de povos não ocidentais, o que de algum modo reforça a pertinência da criação das Nações Unidas como uma tribuna arco-íris onde todos os povos, incluindo os da periferia ou “povos mudos”, como repetidamente lhes chamou o Professor Adriano Moreira,¹⁴¹ ganharam voz e voto (um Estado, um voto).

Desenhava-se assim, em plena GF, uma ordem global que não passou das suas intenções, pois, por variadas razões, concordamos com Kissinger quando afirma que «Uma “ordem mundial” verdadeiramente global é coisa que nunca existiu.»¹⁴² O sonho da governança global, actualmente em debate na política internacional, tem sido abortado sistematicamente não só pelas disfuncionalidades estruturais das Nações Unidas como pela própria complexidade dos novos fenómenos da política internacional com tendências multipolares e das soberanias partilhadas, por um lado, e com a disseminação de extremismos de matiz ideológico-religiosa, por outro lado. E não podemos pôr de lado aqui também a emblemática questão das identidades e do multiculturalismo a que Huntington alude de forma alarmante no “Choque das Civilizações”. Por conseguinte, o conceito de NOM dentro do padrão onusiano apresenta-se com ilhas inescapáveis: ilhas ideológicas, geográficas, culturais, militares, políticas, etc. Estas influenciaram sobremaneira o curso dos acontecimentos. Cada potência (países com poder de conformação activa do sistema internacional) forjava a sua própria ordem e procurava ciosamente impô-la ao mundo ou pelo menos à sua esfera de influência. Neste sentido, tendo em conta os objectivos

¹⁴¹ Referimo-nos às aulas da disciplina de “Paradigmas Internacionais” ministradas no IEP, no ano académico 2013/2014.

¹⁴² Ibidem, p. 13

das Nações Unidas e do papel primordial do CS, Kissinger afirma:

«As Nações Unidas só poderiam alcançar o objectivo anunciado se os membros permanentes partilhassem a mesma concepção de ordem mundial. Nas questões em que divergiam, a organização mundial pouco mais fazia do que ter em consideração essas divergências, em vez de as mitigar.»¹⁴³

1.2.2.1. *Ordem mundial versus poder mundial*

O conceito de ordem mundial está intrinsecamente ligado ao conceito de poder mundial. A própria GF enquanto disputa tem a questão do poder no centro de tudo. Precisamos, pois, entender este conceito no âmbito das RI.

O que é o poder? Podemos dizer *a priori* que o termo “poder” é plurissemântico, na medida em que pode acolher toda uma panóplia de realidades significantes. Quando, v.g., falamos de poder religioso, do poder económico ou do poder militar, convenhamos que não estamos a dizer a mesma coisa. Quando falamos do poder de um Estado é preciso definir o âmbito do mesmo, pois pode acontecer que um determinado Estado, v.g., tenha poder económico e não tenha poder militar. Podemos também entender PODER como força (*strength*), como influência (*authority*) ou como potência (*power*).¹⁴⁴ Vejamos como os estudiosos entendem o termo numa breve revisão da literatura sobre o assunto.

¹⁴³ Ibidem, p. 324

¹⁴⁴ Cf. CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Vol I, Almedina, Coimbra, 2010, p.74

O dicionário político de Oxford apresenta uma definição muito comum do poder como sendo «A capacidade de fazer com que as pessoas (ou coisas) façam aquilo que não fariam doutro modo».¹⁴⁵ Esta definição mostra que o poder é essencialmente relacional, o que supõe a existência de dois ou mais entes ou duas partes: aquele que domina e aquele que oferece resistência. Outro aspecto insito nesta definição é a imposição da própria vontade a outrem, que se traduz como capacidade de coagir. O mesmo dicionário tipifica o poder em cinco formas principais: **força**, **persuasão**, **autoridade**, **coerção** e **manipulação**. Todavia, remata que apenas a **coerção** e a **manipulação** são formas incontestáveis de poder.

Por seu turno, o dicionário de ciência política¹⁴⁶ distingue três grandes categorias de abordagem da palavra “poder”: a) Na **perspectiva substancialista** (ter poder), o poder é assimilado a uma espécie de capital (no sentido monetário do termo) que se adquire, acumula, dilapida, que cria benefício ou acarreta vantagens; b) Numa **perspectiva institucionalista**, o poder é uma expressão que serve para designar seja o Estado por oposição aos cidadãos ou à sociedade civil, seja os governantes no binómio poder/oposição, seja o conjunto de instituições constitucionais na expressão “poderes públicos”; c) Numa **perspectiva interacionista**, o poder é uma relação que se caracteriza pela mobilização de recursos para conseguir que outrem adopte um comportamento pelo qual não se tinha decidido fora desta relação. Para melhor fundamentar esse

¹⁴⁵ McLEAN, Iain - McMILLAN, Alistair (ed), *Oxford Concise Dictionary of Politics*, Oxford University Press, Oxford New York, 2009 (Third edition), p. 425

¹⁴⁶ GUY, Hermet et alii, *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, (trad. Emmanuel Pestana), Escolar Editora, Lisboa, 2014, p. 235

último, o dicionário cita a definição de Max Weber, segundo a qual «Qualquer oportunidade de fazer triunfar, no seio de uma relação social, a sua própria vontade, mesmo contra resistências.» Moisés Naím define o poder como «capacidade de orientar ou de prevenir as acções presentes ou futuras de outros grupos e indivíduos.»¹⁴⁷ A sua compreensão está ancorada em três pressupostos: o que é preciso para obter poder, conservá-lo e perdê-lo. Diz inspirar-se em Robert Dahl que define assim o poder: «*A tem poder sobre B na medida em que A pode levar B a fazer algo que, de outro modo, B não faria.*» Finalmente, a Enciclopédia das RI¹⁴⁸ destaca o poder na sua acepção de potência qualificando como “elemento central” nas RI, sobretudo quando se trata de analisar o Estado como actor principal das RI, e sua relação com outros Estados que pode indiciar capacidade suficiente de «impor a sua vontade aos outros (dimensão positiva)» ou «quando se tem poder suficiente para impedir que outros Estados lhe imponham a sua vontade (dimensão negativa).» Neste sentido, resulta claro aqui o conceito de potência. Nas RI, este «é habitualmente atribuído aos Estados que detêm um poder significativo, e como tal reconhecido no sistema internacional.» Citando Martin Wright¹⁴⁹, a Enciclopédia apresenta o significado de potências mundiais e potências menores. Isto significaria «a condução das relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força.» Na perspectiva do Professor Adriano Moreira, igualmente citado, depois da Segunda

¹⁴⁷ NAÍM, Moises, *O Fim do Poder*, (trad. Pedro Elói Duarte), Gradiva, Lisboa, 2014, p. 37

¹⁴⁸ FERNANDES, José Antunes, *Poder (e Potência)*, in MENDES, Nuno Canas - COUTINHO, Francisco Pereira, (org.) *Enciclopedia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014, pp.397- 400

¹⁴⁹ WRIGHT, Martin, *A Política do Poder*, Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003 (citado por), FERNANDES, José Antunes, op. cit., p.399

GM, surgiu uma hierarquia composta por superpotências, grandes potências, potências médias, potências, enumerando quatro definições, a saber: potências dominantes, grandes potências, pequenas potências e Estados exíguos (hierarquia das potências).¹⁵⁰ É aqui que radica o estatuto de «poder hegemónico» relativamente à «preponderância de poder de uns Estados em relação a outros.»

Estas premissas semânticas permitem-nos agora uma breve análise do problema da gestão ou exercício do poder global (*power management*). A grande questão que se coloca é: como é que se pode garantir a paz global dentro de uma determinada ordem? E aqui temos três aspectos conceptuais que também representam três modelos da ordem mundial:¹⁵¹

1. Hegemonia: o termo vem do grego clássico (*hegemon*) e significa literalmente “chefia” ou “comando”. O poder hegemónico à escala global corporiza-se no sistema unipolar ou sistema dos impérios. Aqui a paz e a ordem resultam da imposição e do controlo hegemónico. Enquadra-se perfeitamente na famosa ideia da *Pax Romana* ou a *Pax Christiana* da Idade Média. Isto significa que a ordem vigente é comandada por uma potência, a qual acaba por dar nome a essa ordem. Assim, a ordem romana, a ordem christiana, etc. Geralmente estes poderes são conotados ao totalitarismo. A palavra “hegemon” é a expressão mais popular na linguagem das RI em relação à definição do poder (influência) dos Estados em relação aos outros. Niall Ferguson questiona o que é essa coisa chamada

¹⁵⁰ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 7ª edição, Editora Almedina, 2011. (citado por) WIGHT, Martin, op cit., p.399

¹⁵¹ Fazemo-nos aqui tributários das aulas de *Contemporary International Politics* (CIP) no IEP, ano lectivo 2013/2014, onde a Prof.ª Mónica Dias apresentou esta tríade para responder a questão fundamental: *How can we guarantee peace and order?*

“hegemonia”. Será que «é apenas um eufemismo para “império” ou serve para descrever o papel do *primus inter pares*, do chefe de uma aliança mais do que de um governante de povos súbditos? E qual é a motivação do hegemon? Será que exerce o poder fora das suas fronteiras para os seus próprios propósitos egoístas? O autor tenta a seguinte resposta a estes quesitos:

«A palavra foi inicialmente utilizada para descrever a relação de Atenas com as outras cidades-Estado gregas quando se uniram para se defenderem contra o Império Persa. Atenas encabeçava mas não governava as outras cidades-Estado. Na chamada “teoria do sistema mundial”, pelo contrário, “hegemonia” significa mais do que simples chefia mas menos do que um império de poder directamente exercido.»¹⁵²

2. Equilíbrio do Poder: segundo a Enciclopédia das Relações Internacionais¹⁵³, o termo “equilíbrio de poder” começou a ser usado no final das guerras napoleónicas para designar as relações de poder no sistema de Estados europeus (sistema westfaliano). Este sistema está baseado no conceito de Estado-Nação e está corporizado no bipolarismo com o seu sistema de blocos ou alianças político-militares. Aqui não há supremacias. O caso mais emblemático da História das Relações Internacionais é a Guerra Fria entre o Leste e o Oeste em que a paz estava baseada na estratégia de dissuasão nuclear e da coerção. José A Fernandes faz alusão a Raymond Aron que teria estigmatizado esta lógica com

¹⁵² FERGUSON, Niall, Colosso – *Ascensão e a Queda do Império Americano*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2015, p.55

¹⁵³ FERNANDES, José Antunes, Op. Cit., p. 399

esta expressão lapidar: «a guerra é improvável, mas a paz é irreal»; e acrescenta: «Nas relações internacionais, o equilíbrio de poder é importante (ou mesmo fundamental) quando é suficiente para desencorajar um Estado de impor sua vontade sobre outro Estado ou de interferir com os interesses do outro.»¹⁵⁴

3. Segurança Colectiva: está baseada no conceito multipolar onde interagem Estados-Nação, instituições e os assim chamados novos actores das RI. A paz aqui é resultado de uma espécie de partilha de poder (*power sharing*) e de uma ordem internacional marcada pela cooperação entre os diversos actores animados pela construção de relações de confiança internacional e transnacional (*inter and transnational trust-building*). Em suma, o sistema da segurança colectiva estaria dentro da lógica do **globalismo** ou do **cosmopolitismo**.

1.2.2.2. O fim da GF e a nova ordem mundial no debate contemporâneo¹⁵⁵

A política internacional contemporânea está baseada na ideia da gestão ou exercício do poder mundial entendida no contexto daquilo que já afluímos

¹⁵⁴ Ibidem

¹⁵⁵ O fim da GF está umbilicalmente ligado ao fim da União Soviética. Em relação a este último assunto, Carlos Gaspar faz um estudo aprofundado sobre as causas e circunstâncias (factores) que estão na base da decomposição do império soviético: «O processo de decomposição do império soviético forma um todo, no sentido em que não é possível separar nem a viragem política interna da *Perestroika* do recuo estratégico externo, nem a deposição dos regimes comunistas na Europa de Leste e a unificação da Alemanha da dissolução da União Soviética. O princípio e o fim desse processo estão em Moscovo e, nesse sentido, o fim da União Soviética resulta, sobretudo, de factores endógenos. O princípio é a tentativa de mudar o regime comunista através de uma “revolução de cima para baixo” iniciada pelo centro soviético, para restaurar a sua autoridade e a legitimidade do partido leninista»: GASPARG, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, Tinta da China, Lisboa, 2016, p.147; sobre a perestroika, a tentativa de reforma do comunismo e o desmantelamento do Estado multinacional soviético, ver: BROWN, Archie, *Ascensão e Queda do Comunismo*, Dom Quixote, Alfragide, 2010, pp.550-697

anteriormente. O mundo depois da GF está preocupado com esse problema: Quem é que comanda o mundo de hoje? Uma única potência, a vencedora da GF? Várias potências ao mesmo tempo com destaque para as emergentes? Ou será que os últimos vinte e cinco anos o sistema mundial não passou de uma anarquia? Os estudos empíricos sobre essa realidade são de longe inconclusivos e por isso o debate está ainda em aberto. Cada estudo traz um modelo diferente: *tot caput, tot sententiae*.¹⁵⁶ Vamos neste sentido incidir a nossa análise sobre o debate muito actual entre Mead¹⁵⁷ e John Ikenberry.¹⁵⁸

1.2.2.2.1. A teoria de Mead

Mead defende o regresso da geopolítica (no sentido do **realismo**) e a vingança dos poderes revisionistas. Parte da constatação de que na era pós-Guerra Fria alguns países como a Rússia, a República Popular da China e o Irão estariam determinados em desfazer a nova situação internacional resultante do fim da Guerra Fria, contestando a liderança dos Estados Unidos da América que a sustenta. Estes países estariam na disposição de contrapor uma esfera de influência euroasiática à liderança dos EUA. Ora essas pretensões seriam obviamente uma ameaça aos EUA e a UE na medida em que se revelam perturbadores da actual ordem mundial e do sonho da “governança” global. Por

¹⁵⁶ Cada cabeça, cada sentença.

¹⁵⁷ MEAD, Walter Russel, *The Return of the Revisionist Powers. The Revenge of the Revisionist Powers*, in *Foreign Affairs* (May/June 2014), pp. 69-79. O autor é Professor de política externa e de humanidades. Também é editor do *The American Interest*.

¹⁵⁸ IKENBERRY, G. John, *The Illusion of Geopolitics. The Enduring Power of the Liberal Order*, in *Foreign Affairs* (May/June 2014), pp. 80-90. É Professor de Políticas e assuntos internacionais.

consequente, quer os EUA quer a UE estariam na disposição de visitar as questões geopolíticas de território e de poder militar. Desde o fim da Guerra Fria, segundo Mead, o mais importante objectivo da política externa norte-americana e europeia foi o de estabelecer as relações internacionais longe da lógica “zero-sum”, mas numa lógica de “win-win”. Os ocidentais nunca deveriam esperar que o velho espectro geopolítico tivesse desaparecido. Isto resulta de uma incorrecta leitura do significado do colapso da União Soviética: o triunfo ideológico do capitalismo e democracia liberal contra o comunismo, e não a absolvição do “hard power”. A pretensão dos revisionistas, que não será pacífica, mesmo que não venham a ser bem sucedidos, vai mexer com os equilíbrios do poder e mudar as dinâmicas da política internacional.

Mead estigmatiza ainda aquilo que ele chama de “falso sentido de segurança”. Com o termo da GF muitos norte-americanos e europeus acreditaram que as mais controversas questões geopolíticas estavam resolvidas.¹⁵⁹ Com a excepção dos problemas da ex-jugoslávia e do conflito Israelo-palestiniano, as grandes matérias do contexto político contemporâneo já não estariam muito ligadas a problemas fronteiriços, bases militares, autodeterminação ou esferas de influência. Mead defende que a ilusão do “fim da

¹⁵⁹ Reflectindo sobre a estratégia global americana no pós-guerra fria, Robert Lieber escreve: «Após o fim da Guerra Fria, a ausência de uma ameaça única, omnipresente e indiscutível levou a que a maioria dos americanos relegasse as preocupações com os assuntos mundiais para segundo plano, tornando assim mais difícil a qualquer administração conseguir apoio, tornando assim mais difícil a qualquer administração conseguir apoio para uma política externa coerente ou para a alocação de recursos consideráveis para esse fim. No estrangeiro, apesar da colaboração dos aliados na guerra do Golfo de 1991 contra o Iraque e, em última análise, ao lidar com a guerra civil na Bósnia e com a limpeza étnica no Kosovo, o colapso da União Soviética tornava cooperação mais difícil porque já não parecia haver necessidade de acção colectiva face a um inimigo comum (...). Não é exagero descrever o 11 de Setembro de 2001 como o início de uma nova era no pensamento estratégico americano»: LIEBER, Robert J., *A Era Americana*, (trad. Luís Calhorda da Cruz Filipe), Editorial Estampa, Lisboa, 2005, pp.41-42

História''(de Fukuyama) e do fim da geopolítica conduziu a um afrouxamento da política externa americana, o que se pode ver com as medidas da administração Clinton que decidiu cortes ou diminuição nas despesas militares e restrições no orçamento do Departamento do Estado. Menciona ainda o exemplo dos neo-isolacionistas republicanos, como Ron Paul, que argumentavam que, tendo em conta a ausência de sérios desafios geopolíticos, os EUA podiam cortar quer as suas despesas militares, quer as ajudas externas enquanto continuavam a beneficiar do sistema económico global.

Entretanto, o Presidente George W Bush, depois do ataque terrorista de 11 de Setembro, elegeu o terrorismo do Médio Oriente como única grande ameaça para a sua PE. Acreditava que a chave seria a implantação de regimes democráticos nessa região, dando o pontapé de saída no Iraque. Para o Presidente Barak Obama, a sua PE está fundada na convicção de que ''a guerra contra o terror'' era um exagero, de que a história chegou mesmo ao fim; por isso a mais importante prioridade dos EUA envolve a promoção da Nova Ordem liberal e não os clássicos jogos da geopolítica. Neste sentido, a administração Obama concebeu uma agenda ambiciosa para o efeito: impedir ou persuadir o Irão a desistir das armas nucleares, resolver o conflito Israelo-palestiniano, negociar o Tratado sobre as alterações climáticas, assinar acordos de controlo das armas com a Rússia, refazer as relações dos EUA com o mundo muçulmano, promoção dos direitos humanos, restaurar a confiança com os aliados europeus e terminar com a guerra no Afeganistão.

Mas Mead contrapõe essa visão inócua da política externa americana à

emergência de potências revisionistas que hoje constituem uma espécie de “eixo do mal” (Estados párias como o Irão, Iraque e a Coreia do Norte) ou “eixo da tirania” (Estados cuja existência ameaça a segurança dos EUA e seus aliados ocidentais; foram incluídos neste grupo, na presidência de George W. Bush, o Irão, Cuba, Bielorrússia, Myanmar e Zimbabwe).¹⁶⁰ Vinte e cinco anos depois da queda do muro de Berlim, as rivalidades estão de novo no centro dos acontecimentos políticos: a UE e a Rússia em relação à Ucrânia; a China e o Japão na Ásia oriental; guerras civis e rivalidades no Médio Oriente. A Rússia, a China e o Irão são as novas potências revisionistas. Estes, movidos por diversos objectivos e de modo diverso, estariam a travar os avanços registados em relação ao distanciamento à lógica da Guerra Fria. Todos eles partilham da convicção de que o “*status quo*” deve ser revisto. A Rússia com Putin pretende refazer-se das perdas geográficas e demográficas do desmoronamento do império soviético. A China não tem intenção de se contentar com um mero papel secundário nos assuntos globais nem aceita o grau de influência dos EUA na Ásia. O Irão pretende alterar a actual situação no Médio Oriente, liderada pela Arábia Saudita e dominada pelos Estados árabes sunitas. Os líderes destes países concordam que a potência norte-americana é o principal obstáculo para conseguirem os seus objectivos revisionistas.

¹⁶⁰ LEAL, Catarina Mendes, *A Política Externa Norte-Americana - Principais Marcos, Principais Doutrinas*, Tribuna da História/Princípia Editora, Cascais, 2013, p.43

1.2.2.2.2. A crítica de Ikenberry

No seu artigo já referenciado, John Ikenberry opõe-se ao pensamento de Walter Mead porque, para ele, a teoria deste último é uma ilusão (*the illusion of geopolitics*) e ao mesmo tempo um alarmismo. O seu alarmismo está baseado numa colossal leitura errada da realidade actual do poder mundial. É um erro, segundo Ikenberry, considerar a Rússia e a China como Potências revisionistas, pois elas não são inteiramente revisionistas; elas são mais - que isso - Potências que hoje procuram oportunidades para resistir à liderança global dos Estados Unidos da América.

Por outro lado, prosseguindo com a sua crítica, constata ainda que Mead descaracteriza também a verdade sobre a política externa dos EUA. Quando diz que os EUA ignoraram os jogos geopolíticos desde o fim da Guerra Fria e que estão mais focados na construção da ordem mundial, ele comete uma falsa dicotomia. Os EUA não estão focalizados em matéria de ordem global como o controlo e o comércio das armas, porque assume que os conflitos geopolíticos desapareceram para sempre. Os EUA empreendem, todavia, este esforço porque pretendem gerir a competição das grandes Potências. A construção da ordem global não tem como premissa o fim da geopolítica; é de algum modo como que responder às grandes questões da geopolítica.

Para Ikenberry a construção de uma liderança global dos EUA não começou com o final da GF: eles venceram-na. Nos últimos setenta anos após a Segunda GM, Washington empreendeu esforços sustentáveis para construir um sistema

avançado de instituições multilaterais, alianças, acordos comerciais, e parcerias políticas. Este projecto atraiu vários países para a órbita dos EUA. Isto deu-lhe a capacidade, parcerias e princípios para confrontar as actuais grandes potências revisionistas. Neste sentido, o autor não tem dúvidas de que as alianças, as parcerias, o multilateralismo e a democracia - os grandes instrumentos da *leadership* norte-americana - estão a perder no contexto da geopolítica e da ordem mundial do século XXI.

Por outro lado, seguindo a teoria de Halford Mackinder expressa no seu livro *Democratic ideals and reality* (1919), citado por Pezarat Correia, de que a grande potência que tivesse o controlo da “*heartland*” da Eurásia não só iria liderar a grande “Ilha mundial”, mas todo o mundo,¹⁶¹ Mead acredita que a Eurásia teria voltado a ser um grande troféu da geopolítica. Nesta lógica, a Rússia, a China e o Irão estariam em busca da sua esfera de influência desafiando os interesses americanos. Ikenberry critica esta visão errada porque foge da realidade. Em termos de geopolítica os EUA têm vantagem sobre a Rússia, a China e o Irão (não tanto do ponto de vista demográfico, político e de ideias). Os EUA não vão permitir a perda da sua hegemonia na era unipolar; o seu poder actual é incomparável. Os EUA têm uma evidente superioridade tecnológica e financeira em relação à China e à Rússia. Por outro lado, Washington beneficia de uma habilidade única em fazer amigos e influenciar Estados. Alguns estudos (Brett Ashley Leeds) revelam que os EUA mantêm parceria militar com mais de 60 países, enquanto a Rússia conta apenas oito aliados formais e a China apenas com a Coreia do Norte. Em relação

¹⁶¹ Cf. CORREIA, Pedro Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Vol I, op. cit., p.171

às armas nucleares, todos eles as possuem, exercendo uma dissuasão mútua, pelo que a probabilidade de uma guerra entre potências é mínima ou quase nula. Do ponto de vista geográfico, os EUA mantêm vantagens por ter um território não cercado geograficamente por potenciais invasoras, sendo a única potência com esse privilégio. Isto significa redução de ameaças.¹⁶² A posição geográfica dos EUA levou os outros países a preocuparem-se mais pelo abandono do que pela dominação. Os aliados na Europa, na Ásia, no Médio Oriente têm procurado incentivar os EUA a desempenhar um papel importante nas suas respectivas regiões.

Outro aspecto crítico em relação a Mead tem a ver com a sua visão do contexto da Eurásia entre EUA, Rússia, Irão e China. Para Ikenberry a visão de Mead não considera a transição mais profunda em curso: a crescente ascendência da democracia capitalista liberal. Não obstante, em várias democracias liberais haver um lento crescimento económico, desigualdades sociais e instabilidade política, a sua propagação ganhou uma aceleração com o fim da GF. Este facto reforçou a posição dos EUA apertando o cerco geopolítico à Rússia e à China. Enquanto o crescimento de regimes democráticos torna mais difícil a vida à China e à Rússia, torna o mundo mais seguro para os EUA.

Em relação ao suposto revisionismo, Ikenberry refuta qualquer possibilidade

¹⁶² Entretanto, esse paradigma foi alterado com os ataques do 11 de Setembro. Efectivamente, «após os eventos trágicos de 11 de Setembro de 2001, as preocupações quanto ao unilateralismo intensificaram-se. A consciência de que se vive numa era caracterizada por terrorismos, por extremismos (culturais e práticas de violência que ultrapassam as fronteiras do mundo árabo-islâmico) e militarismos conduziram à emergência de um quadro de novas ameaças: a natureza do terrorismo actual, a avaliação das armas de destruição maciça e a possibilidade de uma sinergia de estes dois elementos serem utilizados por Estados párias, emergindo novas confrontações de raiz ideológica baseadas em fundamentalismos religiosos, étnicos e nacionalistas»: LEAL, Catarina Mendes, op. cit., p.42

de o Irão exercer esse papel. É um Estado mais ocupado em contestar o poder do Ocidente do que propriamente em manter uma resistência real; por isso não pode ser considerado uma potência revisionista. Quanto à Rússia, também não é propriamente uma potência revisionista. A PE de Putin é o reflexo do seu ressentimento pela marginalização geopolítica de uma Rússia enfraquecida aos olhos da comunidade internacional e não tanto o grito de guerra do ressurgimento de um Império. cremos que a posição da Rússia no xadrez internacional tem muito a ver com a maneira trivial como decorreu o colapso da União Soviética:

«O processo do início do fim da União Soviética decorre num contexto de acelerada dinâmica dentro do espaço euro-atlântico, onde Moscovo é simultaneamente sujeito catalisador das mudanças fundamentais que ocorrem desde meados da década de 1980 e objecto, ultrapassado pela rapidez dos acontecimentos e pela incapacidade dos seus decisores políticos em assumir a liderança desse processo e impedir a implosão do Estado. A última fase da Guerra Fria (...), que se inicia com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989 e que culmina com a implosão da União Soviética, em 25 de dezembro de 1991, acelerou o processo de integração europeia, ao promover a assinatura do Tratado de Maastricht e despoletou o alargamento institucional da Aliança Atlântica.»¹⁶³

O pensamento de Ikenberry pode ser traduzida de maneira mais lapidar nas palavras do próprio Presidente Vladimir Putin numa entrevista à estação televisiva

¹⁶³ DAEHNHARDT, Patrícia – FREIRE, Maria Raquel, *Introdução – A Rússia e o Espaço Euro-Atlântico*, in DAEHNHARDT, Patrícia – FREIRE, Maria Raquel (coord.), *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, p.11

alemã ZDF, em Maio de 2005: «Quem não lamenta a morte da União Soviética não tem coração; quem pretende trazê-la de volta não tem cabeça». ¹⁶⁴ Em relação à China, as suas ambições não estão viradas para a recuperação de um pretenso estatuto perdido, mas de jogar um papel preponderante na reorganização da ordem mundial, fazendo assim valer o seu estatuto de membro permanente do CS da ONU, onde detém o direito de veto.

1.2.3. Os impactos da Guerra Fria em África

A GF foi transportada inevitavelmente do seu epicentro para o mundo da periferia, o qual se convencionou chamar por “Terceiro Mundo”. É aqui onde encontramos um continente que no dealbar da GF ainda está a mercê dos impérios coloniais: o continente africano. Numa primeira fase, o interesse das duas superpotências vai limitar-se dentro do quadro das lutas anti-coloniais disseminadas um pouco por toda a parte. Quer os EUA, quer a URSS gizaram políticas próprias que os levaram a defrontar-se com os impérios coloniais europeus. Para a URSS a situação era menos incómoda em relação aos EUA cujos aliados na NATO faziam parte do grupo das potências coloniais:

«A instalação do quadro da guerra fria contribuiu para tornar mais difíceis as opções de Washington, obrigado a ter em conta os interesses dos seus aliados

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Pedro Aires, *O Fim da URSS e Suas Ondas de Choque*, in *O Fim da URSS, a Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL/Fundação Mário Soares, Lisboa, 2013, p.11

europeus. Em termos muito genéricos, a administração norte-americana oscilou entre duas tendências: a de favorecer a conservação dos sistemas coloniais, para evitar um vazio que a União Soviética poderia vir a preencher, e a de dar o seu apoio a formas moderadas de nacionalismo, cortando caminho à penetração comunista (um perigo que aliás variava de região para região, tendo muito maior peso na Ásia do que em África).»¹⁶⁵

Por esse motivo, embora ambas as superpotências fossem apologistas do fim dos impérios coloniais em África, os EUA manteve uma política menos interventiva no contexto das lutas independentistas em África. O mesmo já não acontece com a URSS que, sob a liderança de Nikita Krushev, enveredou para um empenhamento directo no apoio aos movimentos independentistas em África, uma soberba oportunidade para estender a sua influência geoestratégica nessa região, somando assim vantagens em relação ao seu arquirival. Sobre este envolvimento directo, diz-nos Richard Nixon:

«As actividades soviéticas em África acentuam uma das maiores mudanças estratégicas dos últimos anos: o surgimento da URSS, como uma potência global exercendo pressão directa, não só abre os territórios contíguos, mas onde quer que se apresente uma oportunidade.»¹⁶⁶

O comportamento soviético tem, entretanto as suas raízes no XX congresso

¹⁶⁵ ALEXANDRE, Manuel Valente, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, in FRANCO, Manuela, *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa (Julho 2006), pp.32-33

¹⁶⁶ NIXON, Richard, Op. Cit., p. 31

do PCUS presidido por Nikita Krushev, sucessor de Josef Estaline. Este abre uma nova perspectiva no contexto das estratégias gizadas pelo Congresso em plena GF com as políticas de “desestalinização” e a redefinição das principais tarefas da sua PE que aqui citamos¹⁶⁷:

- Desenvolver a amizade fraterna com as democracias populares e consolidar o sistema mundial do socialismo;
- Apoiar os movimentos de libertação nacional dos povos em luta pela supressão do jugo colonial e cooperar amigavelmente com os jovens estados emancipados;
- Salvaguardar a paz, denunciar e ripostar energicamente contra as perigosas políticas de agressão dos meios imperialistas dos Estados Unidos;
- Pôr em marcha os princípios leninistas de coexistência pacífica;
- Esforçar-se por estabelecer uma cooperação mutuamente vantajosa com os estados capitalistas que o queiram no interesse da salvaguarda da paz universal e para esconjurar a ameaça de uma nova guerra mundial.
- Exportar o comunismo e alargando as suas zonas de influência no mundo, neste caso, em África.

¹⁶⁷ Cf. PONOMAREV, B. – GROMYKO, B. – KHVOSTOV, V. (dir), *Histoire de la Politique Exterieur de L'URSS (1945-1970)*, Editions de Progrès, Moscou, 1974, p. 36

O apoio aos movimentos guerrilheiros foi pois o corolário das novas dinâmicas e manobras diplomáticas que visavam “contornar” a política da *détente* seguida então pelos EUA.

Quanto à política americana, enfeudada na estratégia da *détente*, nem por isso estava isenta dos atractivos do continente africano. É ponto assente de que o interesse americano pelos recursos do continente era uma realidade na sua agenda económica. Por isso, uma das razões pontuais do anti-colonialismo americano era exactamente a liberalização do mercado dos recursos naturais, especialmente minérios estratégicos como o crómio, o cobalto e o urânio, do protecçãoismo das potências coloniais. No entanto, as estratégias delineadas na prossecução destes objectivos, estão longe de ser compatíveis com a lógica da rivalidade e competitividade bipolar. Segundo Kissinger, os Presidentes americanos do pós-guerra acreditavam invariavelmente numa ideologia “missionária” onde pontifica o papel excepcional e indispensável dos EUA no mundo: «Todos tratavam como axioma que aos Estados Unidos cabia a missão altruísta de resolução de conflitos e promoção da igualdade entre todas as nações, e que o sinal definitivo do sucesso seriam a paz mundial e a harmonia universal.»¹⁶⁸ O autor reconhece, por um lado, que a estratégia americana e o “universalismo ético” dos seus Presidentes teve «efeitos extraordinários» durante a GF e no período subsequente, nomeadamente, a sua ajuda às economias devastadas da Europa, o seu papel na criação da Aliança Atlântica, a criação de uma rede mundial de parcerias securitárias e económicas, a nova

¹⁶⁸ KISSINGER, Henry, Op. Cit., p. 319

política de cooperação com a China, a formulação do sistema do livre comércio, a promoção de formas de governo representativas tanto em países aliados como em países rivais, etc., etc.¹⁶⁹ Por outro lado, numa análise mais pragmática da realidade internacional, os EUA ao prosseguir tais objectivos, vai se deparar com «outras visões históricas da ordem mundial»:

«Com o fim do colonialismo entraram em cena novas nações e histórias e culturas diversas. O comunismo ganhou em complexidade e a sua área de influência tornou-se menos determinável. Governos e doutrinas militares empenharam-se tenazmente no repúdio das concepções americanas de ordem doméstica e internacional. Por maior que fosse o poderio americano, as suas limitações começaram a tornar-se evidentes. Foi necessário definir prioridades.»¹⁷⁰

Surge então um grande problema para a PE norte-americana, referenciado por Kissinger nestes termos:

«(...) seria a política externa americana uma história com princípio e fim, em que era possível a vitória final, ou consistiria num processo de gestação e moderação de conflitos sempre recorrentes? Teria a política externa um destino, ou consistiria num processo cuja conclusão nunca sobrevém?»¹⁷¹

Tendo em conta a própria natureza polémica destas questões, é claro que, no

¹⁶⁹ Ibidem, p. 320

¹⁷⁰ Ibidem, p. 322

¹⁷¹ Ibidem, p. 322

encalço de respostas, assistiu-se a um aceso debate interno com impactos negativos em termos de coesão política. A natureza do seu protagonismo no mundo estava longe de reunir o consenso interno. E o resultado disso tudo era a elanguescência e ineficácia das suas estratégias diante dos novos desafios, como no-lo atesta com acerbidade o próprio Kissinger:

«Dada a insistência de todos os presidentes na ideia de que a América tinha valores universais, enquanto os restantes países tinham apenas interesses nacionais, os Estados Unidos incorreram em sobreavaliações extremas do seu âmbito de ação, seguidas de desilusão própria das retiradas.»¹⁷²

Entretanto, numa segunda fase, consideramos os impactos da GF nos Estados-nação em África. O processo da descolonização dos territórios coloniais foi acompanhado com interesse e diligência por ambas as superpotências. O mundo estava a assistir a um dos períodos mais marcantes da História do século XX: o fim dos impérios coloniais e o nascimento de novos Estados. A década de 50, 60 e 70 vão efectivamente marcar o crepúsculo do domínio europeu em África. Um outro acontecimento irá marcar igualmente a História nesse período: A Conferência de Bandoeng (Indonésia) e a criação do movimento dos Países Não-Alinhados em Abril de 1955. Este movimento representava o “Terceiro Mundo” distinto do bloco capitalista ocidental e do bloco do socialismo real do Leste. Os vinte e nove países participantes eram na sua maioria asiáticos; a maioria dos

¹⁷² Ibidem

territórios africanos nessa altura ainda estava sob domínio colonial. Foram aprovados alguns princípios que incluíam a independência nacional, o não-alinhamento à GF, o direito de os países pobres partilharem da riqueza mundial (nascimento do conceito de Nova Ordem Económica Internacional), não permissão da instalação de bases militares estrangeiras em seus territórios, etc.¹⁷³ Houve adesão de muitos países. Os novos Estados-nação em África viriam a fazer a sua adesão posteriormente. Curiosamente, não obstante ao neutralismo defendido em relação aos dois blocos, o movimento anticolonialista acabou por ter mais condimentos do socialismo do Leste, facto bem aproveitado pela União Soviética para estreitar relações com os novos Estados africanos e seus dirigentes. Entendemos que esta realidade é normal tendo em conta que a dominação colonial, na visão marxista-leninista, representava de algum modo o capitalismo ocidental. Este movimento provocou reacções várias. Para os EUA o nacionalismo terceiromundista era bem melhor que o comunismo soviético, enquanto para a URSS não faltava vontade para uma aproximação estratégica tendo em conta as afinidades ideológicas de que falámos anteriormente.

Entretanto, a fragilidade do Estado-nação com intrincados problemas bem estigmatizados pelo historiador Basil Davidson¹⁷⁴, criou espaço para novos conflitos em África. Efectivamente, a descolonização e a emancipação política dos povos de África criou um passivo multifacético que desde logo mergulhou a maioria deles em crises, tensões sociais e conflitos armados cíclicos. Esta

¹⁷³ NICHOLLS, C.S., (ed.), *Power: A Political History of the 20th Century*, Harrap, London, 1990, p. 155

¹⁷⁴ Cf. DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os Efeitos do Estado-Nação em África*, Campo das Letras, (trad. Jorge Almeida e Pinto), Porto, 2000.

situação vai, por um lado, abrir brechas para a intervenção das superpotências, aproveitando a oportunidade para exportarem a GF nesses novos espaços de disputa geoestratégica e encorajando a competição entre ambas. Por outro lado, os dirigentes africanos aproveitaram habilmente o apoio duma ou doutra superpotência para legitimar o seu poder pela força.

À guiza de conclusão, acabámos aqui de traçar o quadro conceptual da GF sob o qual submeteremos a análise que nos propomos fazer, tendo em conta a pergunta de partida desta dissertação. Ao abordarmos as incidências da GF na PE de Angola, partiremos do princípio de que se o conceito da GF não é rígido, muito menos o é a realidade histórica que faz o *background* desta expressão. Vamos navegar num oceano, mas algumas categorias aqui abordadas vão servir-nos de bússola para não andarmos à deriva no encalço dos objectivos preconizados.

CAPITULO II

ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O SINUOSO CAMINHO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ANGOLA

2.1. Caracterização da área de estudo

A nossa dissertação incide sobre o actual território da República de Angola (RA) como nosso campo de investigação. Assim sendo, por uma questão metodológica¹⁷⁵, entendemos ser útil começar este capítulo da nossa pesquisa com alguns dados geográficos, históricos e demográficos que configuram hoje este país africano. Pensamos que não se pode compreender a PE de um Estado cingindo-nos apenas nos programas governativos:

«Compreender a política externa de um Estado implica conhecer a história desse Estado, o seu posicionamento geográfico, a sua dimensão territorial e populacional, a sua força económica e militar, o regime e o sistema em que essa política se desenvolveu e desenvolve, o meio envolvente e o ambiente internacional em que ela se promove, a conjuntura a que tem de responder, os objectivos que se propõe alcançar, bem como os resultados efectivamente atingidos».¹⁷⁶

¹⁷⁵ Tendo em conta que estamos diante de uma pesquisa em ciência política, o método indutivo abre o caminho para um diálogo profícuo entre os aspectos teóricos e os aspectos descritivos.

¹⁷⁶ PAVIA, Francisco José – MONTEIRO, Manuel, op. cit., p.18

Segundo a sua etimologia, a palavra “Angola” é uma corruptela portuguesa da palavra kimbundu “*n’gola*”, que era título designativo dos soberanos do reino do N’dongo (também chamado reino do N’gola). Este reino estava situado a Sul do reino do Kongo no espaço que hoje corresponde mais ou menos às províncias dos Cuanzas Norte e Sul, Bengo e Malanje. Luanda pertencia aos domínios do reino do Kongo. Na medida em que os portugueses foram estendendo as suas conquistas até ao último reduto dos Kuanyamas (ou Kuanhamas), já na primeira metade do séc XX, o neologismo “Angola” passou a designar não apenas o potentado pré-colonial dos N’golas, nem somente o antigo “Reino português de Angola” (secs. XVI-XVII), mas todos os domínios conquistados nesse espaço geográfico que se constituiu posteriormente em colónia ou província ultramarina com sede na cidade de S. Paulo de Assunção de Loanda, fundada em 1575 por Paulo Dias de Novais.¹⁷⁷

2.1.1. Demografia

Está consagrado nos estudos historiográficos e etnográficos de Angola de que os primeiros habitantes do território teriam sido os Khoi-san.¹⁷⁸ Os Bantu ou o

¹⁷⁷ Ignoramos as razões que levaram as autoridades coloniais a escolher este nome para designar o inteiro território conquistado, contrariamente ao costume que consistia em impor nomes trazidos da Europa. Mas esta escolha pode ser polémica no contexto das construções da historiografia angolana. Tendo em conta a importância política e a vastidão do reino do Kongo, a nosso ver teria sido mais justa a designação de “Kongo Português” para o inteiro território hoje chamado por Angola. Deste modo teríamos o Kongo Belga, o Kongo Francês e o Kongo Português. Por um período efêmero, esta última designação fora atribuída a Cabinda provavelmente pela sua contiguidade àqueles territórios depois do mapa de Berlim.

¹⁷⁸ Cf. SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, Kilombelombe, Luanda, 2008, p. 112

grupo nigero-conguês¹⁷⁹, através de um processo de caldeamentos migratórios do Norte para o Sul - mas não só¹⁸⁰ - acabaram por colonizar a África central e meridional confinando os Khoi-san (hotentotes e bosquímanos) para o deserto de Calaári e os pigmeus na floresta equatorial, sobretudo no Gabão e na RDC. Entretanto, a composição etnolinguística da população actual de Angola conta com cerca de uma centena de grupos maioritariamente Bantu, sendo principais os seguintes:

- Ovimbundu – língua umbundu
- M’bundu (ou Ambundu) – língua kimbundu
- Bakongo – línguas kikongo
- Lunda-Quioco – língua cõkwe
- Ambo – língua tchicuanhama
- Nyaneka-Umbi – língua olunyaneka
- N’ganguela – língua nganguela

Segundo o *Recenseamento Geral da População* de 1960, mencionado por Edmundo Rocha, os três primeiros grupos (Ovimbundu, Mbundu e Bakongo) representavam nessa altura 75% da população autóctone da Província Ultramarina de Angola.¹⁸¹ Os Ovimbundu e os Mbundu estavam enraizados

¹⁷⁹ «A palavra bantu, que foi criada por Black em 1862, pretendia nomear a grande família linguística africana que se serve da raiz *ntu* para designar as pessoas. Esta raiz, mais o prefixo do plural *ba*, é que leva a formação do vocábulo (*ba-ntu*)»: Cf. SERRANO, Carlos, op. cit., p. 112

¹⁸⁰ Uma referência completa sobre as migrações dos povos de Angola pode-se ver no trabalho supracitado de Carlos Serrano, pp. 119-124

¹⁸¹ ROCHA, Edmundo, *Angola. Contribuição ao Estudo do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1954)*, Vol I, Editorial Kilombelombe, Luanda, 2002, p. 35

exclusivamente dentro do actual território angolano, enquanto os Bakongo constituíam o grande reino do Kongo, «radicado historicamente numa área que abrange o Congo ex-Francês, o Congo ex-Belga e o Norte de Angola.»¹⁸²

Segundo ainda o estudo de Edmundo Rocha, os Mbundu ter-se-iam fixado maioritariamente na região costeira de N'gola (Luanda-Amba) e da Quiçama (Muxima), tendo povoado progressivamente o interior ao longo dos rios Cuanza e Bengo, para as regiões da Matamba, do Cassanje, dos Dembos, do Songo e do Mbondo, pressionados pelos Portugueses.¹⁸³ Os Ovimbundu, subdivididos em Bailundos, Huambos, Andulos, Biés, etc., estabeleceram-se maioritariamente a Sul do rio Cuanza no vasto planalto central, fazendo ponte entre povos do interior e do litoral.¹⁸⁴ Do ponto de vista demográfico, segundo o mesmo Recenseamento, os Ovimbundu são o principal grupo etnolinguístico de Angola. Entretanto, na opinião de Edmundo Rocha - o que não deixa de ser verdade – foram os Mbundu, dentre todos os grupos etnolinguísticos, «que tiveram contactos mais prolongados, contínuos e profundos com os portugueses.»¹⁸⁵ Este facto vai trazer à tona uma implicação inescapável: os impactos desestruturantes vão ser igualmente mais visíveis aqui, sobretudo nos Mbundu do litoral, enquanto os do interior irão manter alguma impermeabilidade socio-cultural:

«A estrutura política e social dos grandes reinos Mbundu do interior manter-se-á homogénea até ao século XX, sendo pouco “portugalizados”. Referimo-nos

¹⁸² Ibidem, p. 38

¹⁸³ Ibidem, p.38

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 39

especialmente aos reinos da Matamba e de Cassanje. Ao passo que as populações Mbundu do litoral, submetidas desde cedo ao domínio colonial, são profundamente dispersas, desestruturadas, cristianizadas e “portugalizadas”. Processa-se um fenómeno de assimilação e de integração nas estruturas sociais e económicas do colonizador (...). É, no entanto, neste grupo Mbundu do litoral que vai nascer o embrião da burguesia luandense.»¹⁸⁶

Uma das grandes teses da História da África, cujos argumentos são praticamente irrefutáveis, é a existência, antes da colonização europeia, de conjuntos políticos organizados e coesos em África com fronteiras mais ou menos definidas, embora muitas vezes vulneráveis e sujeitas ora a fenómenos cisionistas, ora a fenómenos fusionistas. Grandes e fortes civilizações floresceram em África entre os séculos VII (nascimento e consolidação dos impérios africanos) e XVI (desestruturação e declínio dos conjuntos políticos africanos). O mapa político saído da Conferência de Berlim (1884-1885), e actualizado posteriormente por sucessivos acordos bilaterais (secs. XIX-XX) entre as potências coloniais, fez tábua rasa à configuração política africana até então vigente, esquadrinhando-a, sem apelo nem agravo, em benefício dos interesses dos impérios coloniais.

Esta premissa aplica-se ao caso de Angola. No território onde hoje domicilia a soberania do Estado angolano existiram nações (ou proto-nações) importantes cuja organização política configurava, outrossim, a existência dos elementos clássicos de um Estado: território, povo e poder político. Embora os “feitichistas”

¹⁸⁶ Ibidem

do Estado moderno - westfaliano ou wilsoniano - também dito Estado-nação, manifestem relutância contra este postulado, na medida em que defendem que esses conjuntos políticos africanos não eram propriamente Estados, mas proto-estados erguidos sob sistemas políticos rudimentares, a verdade é que os pressupostos clássicos lá estão, mesmo que aceitemos esta última designação. É forçoso reconhecer o mérito de alguns dos proto-estados que mais se destacaram no panorama histórico de Angola nas resistências contra a ocupação colonial, como os reinos do Kongo, Ndongo, Matamba, Bailundo, Kuanhama, Andulo, Lunda-Cokwe, etc. Os invasores europeus, contrariamente a alguma historiografia errática, não podem reivindicar para si o adágio romano “*veni, vidi, vici*”¹⁸⁷. Estes enfrentaram resistências tenazes de reis politicamente motivados e equipados (como N’gola Njinga-a-Mbandi, N’gola Kiluanji, Ekukui II, Mutu ya Kevela, Mandume, Muata-Yamvo, M’pangu Nimi-a-Lukeni, etc.), com exércitos de guerreiros determinados em defender a sua soberania. Os europeus levaram da melhor nas suas campanhas militares por possuírem então, dentre outras vantagens, o domínio da pólvora, inventada por chineses e aperfeiçoado pelos europeus no fabrico de armas de fogo. São factos da História. Não temos, pois, qualquer dificuldade em reconhecer que estes reinos corporizavam já nações que o colonialismo fez questão de destruir através de uma estratégia de decomposição e desestruturação identitária. Para alguns talvez seja mais escorreito dizer etnias, evitando o termo nações. Na nossa opinião não passa de uma distinção

¹⁸⁷ Palavras atribuídas ao imperador romano César Augusto quando anunciava ao SPQR (*Senatus Populusque Romanus*) a vitória rápida sobre Fárnaces, rei do Ponto, em Zela. São usadas na linguagem hodierna em alusão ao rápido sucesso de uma empreitada.

desnecessária, pois, o termo **etnê**, em grego, significa exactamente nação. Pelo que etnia e nação são etimologicamente sinónimas.¹⁸⁸ Mas se há dificuldades semânticas decorrentes da nova realidade que redimensionou a palavra nação com os nacionalismos do sec. XVIII no Ocidente, seria avisado recorrer ao termo proto-nações. Assim sendo, a realidade histórica, política e antropológica sobre a qual assenta a actual construção da nação angolana é todo um conjunto variadíssimo de proto-nações amalgamadas por uma idiossincrasia colonialista durante séculos. Noutros termos, sob a sina de uma nova realidade política, jurídica e administrativa, o poder colonial não respeitou as distintas proto-nações que povoaram o território de Angola, tendo franqueado as chancelas para o “convívio” compulsivo entre elas, apeando igualmente caminho para políticas ou doutrinas segregacionistas. Todas as entidades políticas pré-coloniais foram diluídas numa nova entidade política e administrativa: a colónia de Angola. Todos, soberanos e súbditos, passaram a ter o estatuto de colonizados. Como se pode ver, isto passou a ser um factor de conflitualidade, a causa de numerosos conflitos ditos inter-étnicos que inundaram a África pós-colonial, tendo em conta a fragilidade e artificialidade das novas entidades forjadas por uma agregação compulsiva e “desestruturante”. Hoje entendemos, diante desses pressupostos, que a angolanidade e a etnicidade compõem uma espécie de união hipostática. Noutros termos, a nacionalidade angolana forjada em 1975 com a criação do

¹⁸⁸ É perceptível esta distinção numa das obras do jurista angolano Marcolino Moco que ele intitula precisamente “Angola – Estado-Nação ou Estado-Etnia Política?” Creio que este autor deve ter sido influenciado de algum modo pela força que as palavras têm em certos contextos. Neste caso a palavra “etnia” (usada como sinónimo de tribo) alude a povos em estágio inferior de civilização e “nação” seria aplicado a povos mais avançados: Cf. MOCO, Marcolino, *Angola- Estado-Nação ou Estado-Etnia?* Marmoco Criações, Luanda /Lisboa, 2015.

Estado-nação assenta sobre um substrato étnico que lhe é anterior.

Entretanto, voltando à questão da população depois do nosso breve *excursus*, o mais recente recenseamento efectuado em Angola¹⁸⁹ (o primeiro desde a independência) totaliza o número de habitantes em 25,789,024 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil e vinte e quatro). A densidade populacional é de 20,6 habitantes por Km². Angola conta com uma população extremamente jovem representando 65% de jovens dos 0 aos 24 anos. A taxa bruta de natalidade é de 36.12 e 9.12 de mortalidade. Entretanto, as projecções dos dados demográficos para o ano de 2017 apontam para uma população estimada em 28.359.634 habitantes, donde 13.408.218 de homens (47%) e 14.196.206 de mulheres (52%).¹⁹⁰ A interpretação destes dados oferece uma perspectiva promissora do país sobretudo em relação ao seu maior desafio: o desenvolvimento sustentável.

2.1.2. Geografia física

O território que hoje constitui a RA cobre uma vastíssima superfície calculada em 1 246 700 km² (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil e setecentos quilómetros quadrados), cerca de catorze vezes a superfície de Portugal e 4% do vasto continente africano. Angola está situada na África Austral, mas por força da anexação do território do antigo protectorado português de Cabinda em 1975, está

¹⁸⁹ GOVERNO DE ANGOLA, *Recenseamento Geral da População e Habitação*, - Resultados definitivos, INE, (Março 2016)

¹⁹⁰ GOVERNO DE ANGOLA, *Dados de Projecção de Angola. População de Angola em 2017*, INE, Luanda, 2017

igualmente inserida na África Central, tendo fronteiras com a RDC (Norte, Nordeste e Leste), com a República do Congo (Norte), com a Zâmbia (Leste), com a Namíbia (Sul) e com uma vasta costa ocidental no Atlântico. A faixa costeira que se estende do Namibe até Luanda é árida, mas também temperada pela corrente fria de Benguela; conta ainda com um planalto interior húmido, uma savana seca no interior Sul e Sudeste e uma floresta tropical no Norte e em Cabinda onde está uma parte significativa do Maiombe, a segunda maior floresta do mundo, depois da Amazónia, que é partilhada com a RDC, o Gabão e a República do Congo. Segundo os estudos coloniais da geografia física de Angola, o Maiombe difere da grande floresta da África central:

«A floresta de Maiombe e os outros retalhos de floresta encontrados ainda hoje em Angola diferem ecológicamente, segundo Aubréville, da grande floresta do Centro de África, por terem de suportar à roda de quatro meses de secura por ano. Estas condições seriam absolutamente inaptas para a existência de floresta densa húmida, que só é possível graças às condensações ocultas. Por outro lado, muitos destes retalhos de floresta estão instalados ao longo de barrancos e dos rios, ao abrigo dos ventos secos e em solos onde se acumula o máximo de humidade.»¹⁹¹

Quanto ao clima, apesar de estar situada numa zona tropical, tem um clima que não é caracterizado por essa região, devido à confluência de três factores:

a) A corrente fria de Benguela (parte Sul da costa)

¹⁹¹ BRITO, Raquel Soeiro de, *Aspectos Gerais da geografia física de Angola*, in Angola. Curso de extensão universitária ano lectivo de 1963-64, Universidade Técnica de Lisboa/Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, p.28

- b) O relevo do interior
- c) A influência do deserto de Namibe (Sudoeste)

Em consequência, o clima de Angola é caracterizado por duas estações: a das chuvas, mais ou menos de Outubro a Abril, e a seca, também conhecida por cacimbo, de Maio a Agosto, com temperaturas mais brandas. Entre o fim do cacimbo e o início da época das chuvas encontramos um período intermédio em que são frequentes os aguaceiros.¹⁹² É o período melhor para a sementeira dos campos agrícolas.

2.2. Angola nas malhas do expansionismo europeu

O século XV, época dos descobrimentos para a península ibérica, registou para a História o primeiro encontro entre europeus e africanos no espaço que se passou a chamar por Angola. Em todos os manuais de História de Angola estudados nos níveis elementares da escolaridade encontramos a consagração da versão segundo a qual o navegador português Diogo Cão e o seu séquito teriam sido os primeiros europeus a desembarcar numa localidade do antigo Reino do Congo (Soyo) ao qual deram o nome de Ponta do Padrão, em 1482. Este acontecimento podia estar desprovido de qualquer relevância histórica se não fosse colocado num contexto do nascimento de impérios coloniais que farão

¹⁹² Cf. Ibidem, pp.13-33

da África um campo de competição, de partilha e de conquistas. Este episódio enquadra-se historicamente naquilo que foi chamado de “tempo africano”¹⁹³, cujo arranque se deu em 1415, sob o impulso directo de D.João I, com a tomada de Ceuta e seguiu, em 1419, para a região do alto Níger e rio Senegal em cuja confluência se desenvolveu uma das mais notáveis civilizações em África com a designação de Sudão Ocidental. O início da expansão colonial lusitana pode ser sumariado nestes termos:

«Portugal, favorecido pela sua posição geográfica nas margens do Oceano Atlântico e muito próximo da extremidade ocidental da África do Norte, começou no sec. XV a enviar barcos para o Sul, a costear a margem atlântica da África. O cabo Bojador foi dobrado em 1434, o Senegal foi atingido em 1444 e as ilhas de Cabo Verde em 1456. Em 1485 Diogo Cão descobriu a embocadura do Congo. Em 1487 Bartolomeu Dias avançou para além do Cabo da Boa Esperança. E em 1498 Vasco da Gama desembarca nas Índias.»¹⁹⁴

As motivações iniciais desse empreendimento eram comerciais e enquadravam-se na praxis e na lógica do mercantilismo e da acumulação primitiva do capital então em voga na Europa. Todavia, o expansionismo passou a ter uma vertente económica e outra política. No plano económico, distinguem-se,

¹⁹³ Cf. HERNANDEZ, Leila Leite, *A África na Sala de Aula. Visita à História Contemporânea*, Selo Negro Edições, S.Paulo, 2008 (2ª edição revisada), p. 501

¹⁹⁴ MELO, Antonio, et alii, (ed.), *Colonialismo e Lutas de Libertação. 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*, Afrontamento, Porto, 1974, pp. 11-12. A data de 1485, referenciada para a chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, parece não corresponder com os dados cronológicos já consagrados nos manuais de História, sendo assim a mais provável a data de 1482.

entretanto, duas fases:¹⁹⁵

- a) Na primeira metade do século XV as expedições portuguesas na África Ocidental visavam o ouro da Guiné que era trocado com objectos de estanho, cobre, tecidos e quinquilharias levados de Portugal.
- b) Depois da chegada de Vasco da Gama às Índias, registou-se uma alteração da base de expansão comercial: o ouro deixa de ser prioridade e as especiarias (pimenta, noz-moscada, canela, etc.) passam a constituir o objectivo principal. O acesso directo às Índias foi um grande trunfo para o sucesso da empreitada portuguesa, evitando os intermediários árabes que antes controlavam o mercado.

No entanto, para assegurar os mercados era preciso exercer algum domínio, pois as regras do mercado de então não se cingiam apenas ao bom comprador e ao bom fornecedor nem estavam baseadas no princípio da *bona fide*. Era uma competitividade bem mais lupina do que se possa imaginar. Neste sentido, vem ao de cima o *ius imperii* que vai transformar o expansionismo em imperialismo¹⁹⁶, vincando assim o seu carácter violento, cujo corolário será a conquista de espaços estratégicos não apenas para assegurar a tranquilidade e o monopólio das trocas comerciais salvaguardando assim os seus interesses vitais, mas também para erguer o estandarte do orgulho nacional além-fronteiras. Neste sentido, vejamos

¹⁹⁵ Cf. Ibidem, p.12

¹⁹⁶ «O termo imperialismo foi utilizado pela primeira vez na década de 1870, na Grã-Bretanha, dando nome a uma política orientada para criar uma federação imperial baseada no fortalecimento da unidade dos Estados autónomos do império. Vinte anos depois, em 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial, integrando a dimensão económica que permanece até aos dias actuais, passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico»: HERNANDEZ, Leila Leite, op. cit., p.71

em breve como é que o uso da violência levou Portugal a conquistar e dominar rapidamente os principais espaços no Índico, no golfe Pérsico e na costa oriental africana:

«Goa foi conquistada em 1510 e dominou em breve a costa indiana. Malaca, no estreito da Malásia, foi conquistada em 1511 e a região mais rica em especiarias, as ilhas indonésias de Amboina, Ternate e Tidor, em 1514. Em 1515 foi a vez de Ormuz no Golfo Pérsico. Em 1519 foi Colombo. Em meados do século XVI os portugueses controlavam todo o Oceano Índico da África Oriental à Indonésia e do golfo Pérsico à Birmânia. A estrutura desse império era absolutamente original. Consistia simplesmente num grande arco de bases navais estendendo-se com imensos intervalos à volta do oceano Índico: Sofala, Moçambique e Mombaça na África oriental; Ormuz e Moscate no golfo Pérsico; Diu e Damão, Bassein, Chaul, Goa, Cochim, nas Índias; Colombo, no Ceilão; Malaca, no estreito da Malásia; Amboina, Ternate, Tidor e Solor na Indonésia e, em seguida, Macau, que estende a penetração portuguesa ao sul do mar da China. Estas bases controlavam ao mesmo tempo as fontes dos produtos (Indonésia e Ceilão) e as rotas marítimas que asseguravam eficazmente o domínio comercial de Portugal sobre todo o oceano.»¹⁹⁷

Para compreender ainda melhor esta lógica da violência é importante realçar a pertinente divisão feita no estudo que estamos a citar que recai em dois tipos distintos de imperialismo: o de troca e o extractivo.¹⁹⁸ Em relação ao primeiro, trata-se do período (século XVI) fundado sobre a troca ou a compra de mercadorias

¹⁹⁷ Ibidem, pp.12-13

¹⁹⁸ Cf. Ibidem, pp. 13-14

(especialmente matérias-primas). Com a superação desta fase de trocas e com a inclusão do uso sistemático da violência, transita-se do comércio costeiro de feitorias para a fase de incursões no *hinterland*, resultando na conquista de terras e no controlo das fontes de matérias-primas. Esta fase – imperialismo de extracção - teve o seu clímax no século XIX onde a concorrência entre potências europeias, impulsionada pela revolução industrial, levou-as a aprimorar a sua superioridade técnica e militar para controlo efectivo das suas possessões. Neste sentido, a Conferência de Berlim (1884-1885)¹⁹⁹, no inteiro interesse das potências, foi o acto legitimador e regulador da concorrência desenfreada então despoletada entre ingleses, franceses, holandeses, alemães, portugueses, etc. Por conseguinte, com a fase do imperialismo nascem os assim designados “impérios coloniais” e com eles os colonialismos modernos que irão basear-se inicialmente em três aspectos paradigmáticos: comércio, civilização e cristianização. Estes três C vão criar uma nova dinâmica – de dominação - entre as potências arrivistas e os povos autóctones nos domínios económico, político e espiritual.

¹⁹⁹ «A Conferência de Berlim é um desses **eventos fundadores** que muitas vezes são investidos *a posteriori* numa importância, real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram. É o que se passa, por exemplo, com a surpresa que veio mais tarde a ser manifestada por alguns perante a ausência dos africanos nesta assembleia solene em que, pela primeira vez, a África era objecto exclusivo duma conferência internacional. Só o embaixador do Reino Unido em Berlim, Sir Edouard Malet, constatará na sessão inaugural a não representação dos africanos. Esta não chocou ninguém: *res nullus*, a África estava a saque; objecto da conferência, sim; seu sujeito activo, não! Sabe-se hoje que a partilha de África (...) que teve lugar na década de 1890 e no início do século XX, foi incorrectamente atribuída à Conferência de Berlim; o mito permanece tenaz, apesar dos esforços dos historiadores para restituírem o sentido do evento e defender os mecanismos do encadeamento de factos posteriores»: M'BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e Civilizações: Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II (trad. Manuel Resende), Edições Colibri, Lisboa, 2011 (2.ª edição), p.311

2.2.1. Angola como parte integrante do império colonial português em África

Os cinco séculos que marcaram as campanhas de ocupação dos territórios que se constituíram em «colónia de Angola» ou «província ultramarina de Angola» tiveram características diferenciadas. Em princípio, a presença portuguesa não se fez sentir imediatamente no interior. O comércio de escravos determinou de algum modo o mapa da ocupação ou, dito noutros termos, a geografia da sua expansão. O processo foi lento e gradual, como no-lo atesta António Melo *et alii*:

«Para a compra ou rapto de escravos era necessária uma certa penetração no interior; é por isso que a expansão geográfica do território controlado pelos portugueses foi mais importante que na costa oriental. Os territórios “controlados” eram cerca de 130 mil km² no fim do século XVII, o que quer dizer que os portugueses tinham aí liberdade de movimentos. A presença portuguesa estava concentrada principalmente nos enclaves costeiros de Luanda e Benguela. Mantinha-se no interior por sistema de pequenas fortalezas disseminadas em pontos isolados da rectaguarda do país: Massangano, Muxima, Pungo Andongo, Cambambe e Ambaca. Nenhuma se encontrava a mais de 250 a 350 km da costa. A presença portuguesa, mesmo superficialmente, não se estendia mais do que cerca de 1/6 da Angola actual (...).»²⁰⁰

Consta que os portugueses não tinham desde logo a ideia de colonizar Angola na sua extensão mais profunda, na medida em que esta só servia de grande

²⁰⁰ Ibidem, p. 17

empório de escravos e de marfim; o seu interesse não ia muito além disso. As campanhas pela aquisição de escravos teriam empurrado os portugueses para o interior onde tiveram que lidar – nem sempre pacificamente - com as reinanças ou chefaturas aí existentes. Provavelmente por esta razão, até ao século XIX a presença de portugueses em Angola fosse tão ínfima com uma estimativa de 1 832 brancos, segundo o recenseamento de 1830:²⁰¹

«No que respeita a população, o recenseamento de 1830 discriminava unicamente 1 832 brancos para toda a superfície “ocupada” pelos portugueses: 1 500 concentrados em Luanda e só 300 para todo o resto de Angola. Em 1845 Benguela não tinha senão 38 habitantes brancos. Nove anos mais tarde, em 1854, Livingstone calcula que havia cerca de 830 brancos em Luanda e unicamente 100 em todo o resto de Angola. Assim, no meio do séc. XIX pode-se dizer que nunca houve mais do que 3 000 nacionais portugueses e talvez o dobro de mestiços no conjunto da África ao sul do Saara.»²⁰²

A transformação de Angola em colónia portuguesa, juntamente com o território de Moçambique, só veio a concretizar-se com o movimento abolicionista do século XIX, que teve um grande impulso dos *quackers* ingleses e dos enciclopedistas gauleses, sem descurar o impacto negativo da independência do Brasil em 1822. Embora tivesse havido resistências ao abolicionismo, a verdade é que o movimento foi imparável e as grandes companhias do comércio triangular de

²⁰¹ Cf. Ibidem, p. 17

²⁰² Ibidem, pp. 17-19

escravos tiveram de repensar o negócio comprometido²⁰³. Por outro lado, a perda do Brasil foi um grande golpe ao prestígio do império lusitano. A recuperação de Angola e de Moçambique e a sua transformação em “novos Brasis” era então uma necessidade vital e imperiosa. Estes factos são importantes para percebermos a importância e o estatuto dos territórios da África portuguesa nos primeiros quatro séculos de convivência – e não necessariamente de colonização:

«Durante quatro séculos a África portuguesa teve um papel quase exclusivamente formal: não tinha nenhum valor intrínseco, não sendo senão fornecedor dos grandes complexos do poder imperial português nas Índias e na América do Sul. A costa oriental servia de zona de trânsito e de depósito ao comércio marítimo com a Índia; a costa ocidental de reserva de mão-de-obra para o Brasil. Quando a Índia e as Antilhas foram perdidas, a costa ocidental caiu no abandono. De repente, no fim do séc.XIX, estes territórios transformaram-se nas imensas colónias de Angola e Moçambique.»²⁰⁴

Foi necessário vencer alguns estereótipos perniciosos estampados em crónicas escritas por viajantes e exploradores em gazetas metropolitanas sobre Angola e Moçambique, persuadindo o poder político em Lisboa a não empreender qualquer investimento naqueles territórios inóspitos (dificuldades de ordem morfológica e climática para penetração e estabelecimento de colonos, *inter alia*) e economicamente insustentáveis. Francisco Tenreiro, a propósito, fala

²⁰³ A escravatura nas colónias portuguesas foi substituída pelo regime de trabalho forçado que pela sua brutalidade e desumanidade não passava de uma nova forma de escravidão.

²⁰⁴ Ibidem, p.19

ironicamente de uma «humanização tardia» referindo-se ao desinteresse inicial de Portugal em colonizar Angola, tendo as suas atenções então viradas para o Brasil e para a Índia.²⁰⁵ Foi ainda importante o estímulo da concorrência do imperialismo internacional, galvanizado pelo capitalismo nascente, para que Portugal vencesse as suas hesitações e decidisse entrar definitivamente na corrida pelas possessões africanas. As disputas desencadeadas então entre Portugal e Inglaterra em relação à embocadura do rio Congo e mais tarde com a França e o rei Leopoldo que tinham no terreno dois perspicazes e insaciáveis exploradores, respectivamente Sarvognan de Brazza e Stanley, provocaram a Conferência de Berlim que acabou por impor a regra da ocupação efectiva (*Uti possidetis juris*) a despeito do direito de descoberta - que Portugal tão ciosamente embandeirara - e a liberdade de comércio e de navegação no rio Níger e no rio Congo. Portugal que detinha as duas margens do rio Congo – a jusante e a montante – acabou por ceder a margem Norte aos belgas numa extensão de sessenta quilómetros, conservando, porém a margem Sul. Estas disputas de algum modo empurraram Portugal para uma «colonização reflexo»:

«A natureza particular das colónias portuguesas de África no séc.XIX é evidente. As colónias normais no séc. XIX eram o resultado da expansão industrial das potências metropolitanas: tinham nascido de uma base nacional de acumulação maciça do capital e de progresso da técnica, que tinham criado uma necessidade nova de matérias brutas e de novos mercados. Eram, portanto, extensões naturais

²⁰⁵ TENREIRO, Francisco, *Angola: Problemas de Geografia Humana*, in Angola: Curso de Extensão Universitária, op. cit., p.37

da economia metropolitana e seguiam um modelo uniforme e racionalizado. As colónias portuguesas tinham uma origem totalmente diferente. Eram as sobrevivências estagnadas das feitorias comerciais e do comércio dos escravos do séc. XVI subitamente estendidas para o interior sob ameaça de anexações europeias rivais (...). A necessidade da conquista não veio, portanto, de um progresso industrial; não foi interna e “natural” mas externa e artificial. Pode-se falar exactamente de colonização reflexo.»²⁰⁶

Estes dados levantam ainda uma outra questão: tendo em conta que nesse período a maioria da população portuguesa era agrária e iletrada, muito provavelmente não estava psicologicamente equipada e motivada para enfrentar lonjuras marítimas ao encontro do ignoto. A grande maioria não tinha uma ideia real e objectiva da África. Alguns tiveram contacto com relatos tendenciosos que mais desencorajavam que animavam. Quem são, por conseguinte, esses portugueses que vão deixar tudo para trás e vão empreender a grande epopeia do povoamento branco de Angola? Esta é certamente uma questão para estudos especializados sobre o fenómeno da colonização de Angola, sobre o qual não pretendemos reservar considerações de minúcia. De facto, não há colonização senão houver transferência de populações (os colonos) e o seu estabelecimento nos territórios conquistados. A História regista que os protagonistas do povoamento branco em Angola foram *ab initio* mercadores, exploradores, militares e missionários. E não só. Contam-se também cidadãos portugueses condenados ao degredo pela prática de crimes graves na Metrópole. Como tinham de

²⁰⁶ Ibidem, pp.26-28

sobreviver a expensas próprias, muitos destes tornaram-se fazendeiros, comerciantes e empreendedores. Há ainda um dado curioso: a grande maioria dessa população era masculina. Isto explica obviamente a origem da mestiçagem “afropeia” em Angola (especialmente na orla litoral e no corredor do Cuanza): na falta de mulheres brancas, tomavam as negras como mulheres. Foi uma mestiçagem cuja tendência era pai branco e mãe negra. Contudo, num estágio mais tardio da colonização registaram-se alguns casamentos mistos entre homens negros e mulheres brancas, sobretudo, quando aqueles começaram a frequentar as escolas da Metrópole. Entretanto, o estabelecimento de colonatos em Angola obedecia a uma política específica da administração das colónias provavelmente ditadas mais por uma distribuição planificada pelo Estado colonial que por uma iniciativa espontânea dos colonos. Consta neste sentido, que em várias partes de Angola, estabeleceram-se colonatos de madeirenses, açorianos, trasmontanos, minhotos, algarvios ou alentejanos.²⁰⁷ Silva Cunha, antigo Ministro do Ultramar, refere a existência de Juntas Provinciais de Povoamento com o intuito de coordenar ou superintender os problemas do povoamento quer da fixação das populações oriundas da Metrópole, quer da melhor distribuição territorial das populações autóctones:

«As Juntas organizaram pequenos núcleos populacionais com base na agricultura e pecuária, deram-lhes apoio, realizaram pequenas obras de fomento rural, organizaram um rudimento de crédito agrícola, mas não conseguiram o que

²⁰⁷ Cf. TENREIRO, Francisco, op. cit., pp 58-59

Angola e Moçambique delas esperavam – a fixação maciça de novos elementos populacionais saídos da Metrópole.»²⁰⁸

Entretanto, este não acreditava numa fixação maciça da população branca em Angola e em Moçambique, nem era defensor de uma política segregacionista de povoamento conferindo um regime de exceção às populações brancas. Acreditava firmemente que o aumento da população do Ultramar só podia acontecer como resultado de uma «política global de desenvolvimento que abrangesse (...) as populações nativas», vislumbrando assim em ambos os territórios a construção de «sociedades multirraciais autênticas».²⁰⁹

2.2.2. Organização política e administrativa das colónias

Embora a essência da colonização seja a mesma,²¹⁰ vários foram as matrizes dos regimes coloniais que se instalaram em África. Por isso, a colonização britânica difere da francesa, esta difere da portuguesa ou da belga, etc. As colonizações nunca foram iguais pois divergiam quer na doutrina, quer na política

²⁰⁸ CUNHA, Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Atlântida Editora, Coimbra, 1977, p. 213

²⁰⁹ Ibidem

²¹⁰ Luis Filipe de Oliveira e Castro define o colonialismo, na esteira de Adolfo Justo Bezerra de Meneses (in *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, Rio de Janeiro, 1960, p. 142) a partir de quatro componentes essenciais: a) Sujeição política de um povo ou raça por outro contra a vontade do primeiro; b) Exploração da mão-de-obra do povo subjugado; c) Exploração das riquezas agrícolas ou industriais na colónia em benefício exclusivo da potência colonialista; d) Diversidade de tratamento social, complexo de superioridade, discriminação, separatismos ostensivos ou «camuflados», altaneirismos do povo colonialista em relação aos habitantes da colónia: cf. CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaio*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963, p. 35

ou ainda nas suas práticas. Também não foram iguais as práticas coloniais em todos os territórios sob a mesma potência.

Ao erguer o seu império colonial, Portugal definiu políticas e criou legislação adequada aos seus interesses nas colónias. Aliás foi montada toda uma máquina burocrática para tornar exequível a empreitada colonizadora. Os territórios que formavam o domínio do Estado português tinham uma superfície de 2 080 000 km² (dois milhões e oitenta mil quilómetros quadrados).²¹¹

«Este império é o resultado do esforço tenaz e persistente dos Portugueses na obra da colonização, esforço que o artigo 2 do Acto Colonial define perfeitamente reconhecendo: que faz parte da essência orgânica da Nação Portuguesa cumprir a função histórica de possuir e colonizar os domínios do ultramar e de civilizar as populações indígenas que ali se encontram.»²¹²

Ao longo da História colonial, como se pode compreender perfeitamente, foram ensaiadas várias fórmulas administrativas. Tanto quanto se saiba até ao séc. XVI não havia nenhum organismo vocacionado para estes assuntos. Por isso os assuntos de natureza comercial cabiam à «Casa da Mina» e à «Casa da Índia», sendo os de interesse político reservados ao chanceler ou ao secretário particular.²¹³

As coisas começam a tomar outro rumo depois da restauração, quando D.

²¹¹ GARCIA, Dr José de Penha, *Organization politique et administrative de l'Empire Coloniale Portuguais*, in *Organisation Politique et Administrative des Colonies*, Bibliothèque Coloniale Internationale, Bruxelles, 1936, p. 239

²¹² Ibidem

²¹³ Ibidem, pp. 239-240

João IV, através do decreto de 14 de Junho de 1642, considerando o estado em que se encontravam os domínios da Índia, Angola e outras conquistas do Reino e no intuito de conservar e aumentar o que já possuía e ainda de recuperar o que havia perdido no passado, cria o «**Conselho Ultramarino**» com a exclusiva incumbência de se ocupar dos assuntos desses territórios. É a partir deste organismo que, muito mais tarde, se vai criar o «**Conselho Superior das Colónias**» que por sua vez iria evoluir para «**Conselho do Império Colonial**».²¹⁴

A Carta Constitucional de 1826 não estabelecia normas particulares para a administração das províncias do Ultramar. Sofreu então uma emenda em 1852 – designada por **Acto Adicional** – que autorizava o governo a decretar as medidas legislativas julgadas urgentes. A mesma faculdade estendia-se ainda aos governos coloniais depois de escutar o Conselho de Governo.²¹⁵

As primeiras leis orgânicas, no entanto, foram promulgadas a 15 de Agosto de 1914, mas não foram aplicadas integralmente porque decorria a primeira Grande Guerra. A revisão constitucional de 1920 permitiu que se estendessem as atribuições dos governos coloniais, sendo-lhes atribuída, a título temporário, a designação de «Altos Comissários» junto das colónias.²¹⁶

Após a revolução de 1926 julgou-se necessário rever e unificar os princípios do regime político e administrativo das colónias, o que acabou sendo consumado a 12 de Outubro de 1926. Daqui seguiu-se o emblemático documento que recebeu a designação de **Acto Colonial** de 18 de Julho de 1930.

²¹⁴ Ibidem

²¹⁵ Ibidem

²¹⁶ Ibidem, p.241

«O Acto Colonial estabelece um regime que, procurando de todos os modos a concessão da autonomia administrativa às colónias, prevê disposições de controle e de direcção central bastante cerrados. Inspira-se na ideia da unidade e da solidariedade de todas as partes constituintes do Império, e consagra uma doutrina, já exposta no decreto de 2 de Outubro de 1926 e renovada no de 24 de Março de 1928. Procurou-se, de todas as maneiras, reforçar a acção dos poderes legislativo e executivo do Ministro, a delimitar os poderes dos governadores das colónias e a definir a competência da Assembleia Nacional em matéria colonial.»²¹⁷

Por iniciativa legislativa do Prof. Oliveira Salazar – então Ministro interino das Colónias -, o Acto Colonial veio resumir os diplomas anteriores e acrescentava-os, vindo a substituir o Título V da Constituição de 1911 e sendo posteriormente incorporado no texto da Constituição de 1933 através do decreto-lei nº 22.465 de 11 de Abril de 1933 e modificado pela lei nº 1.900 de 21 de Maio de 1935.²¹⁸ Pode-se então dizer que a organização política e administrativa do «Império colonial português» passou então a ter uma lei-padrão cujo objecto primordial era possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos. Estes passaram a designar-se por «Império Colonial» baseado nos seguintes princípios gerais:²¹⁹

- 1) Unidade política de todo o território colonial, comunidade e

²¹⁷ Ibidem, p.243

²¹⁸ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos 30*, in MATTOSO, José, (dir.) *História de Portugal*, vol II: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 284-285; (disponível em) www.argnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html (consult. a 12 de Outubro de 2016)

²¹⁹ GARCIA, Dr José de Penha, op. cit., p. 24. Ver também CUNHA, Silva, op. cit. p.88

solidariedade natural das suas partes;

- 2) Autonomia administrativa e financeira, submetida às directrizes traçadas na metrópole e sujeito ao controle superior dos órgãos centrais do Governo;
- 3) Definição das competências respectivas dos governos metropolitanos e de governos coloniais;
- 4) Estabelecimento, através da Carta Orgânica do Império, de bases administrativas de acordo com o grau de civilização, o estado de desenvolvimento e os recursos próprios de cada colónia;
- 5) Protecção e defesa dos indígenas, respeito dos seus usos e costumes, das suas tradições, de acordo com as exigências da moral e dos princípios de humanidade, assim como das necessidades da obra da civilização.

Entretanto, a lei enquanto um enunciado de princípios normativos abstratos carece sempre de regulamentação para lhe conferir exequibilidade prática. Neste sentido, foram publicados dois importantes diplomas: a **Carta Orgânica do Império Colonial Português** (Decreto-Lei nº 23 228, de 15 de Novembro de 1933) e a **Reforma Administrativa Ultramarina** (Decreto-Lei nº 23 229, da mesma data).²²⁰

Quanto ao primeiro diploma, era a lei geral de governo das províncias ultramarinas:

²²⁰ Ibidem

«Nele se desenvolviam os preceitos de carácter programático do Acto Colonial, quanto à forma de governo das Províncias e à sua administração, fixando as funções dos Governadores, definindo o elenco dos órgãos que os assistiam para o exercício das suas funções, regulando a política económica e administração financeira, estabelecendo as bases de organização judiciária e dos serviços públicos e enunciando as orientações a que deveriam obedecer a acção educativa e cultural e a promoção social das populações.»²²¹

Já a Reforma Administrativa, segundo referenciado ainda por Silva Cunha, tinha umas características diferentes do primeiro diploma:

«Era um verdadeiro Código Administrativo onde se regulava minuciosamente a divisão do território, a hierarquia, as atribuições e a competência das autoridades, a constituição e o regime de funcionamento das autarquias locais, a disciplina dos serviços e dos funcionários e o contencioso administrativo.»²²²

2.2.3. Angola na rota da descolonização

O processo da descolonização de Angola é um capítulo complexo e eivado de zonas cinzentas que se esbatem amiúde com os postulados da «sabedoria convencional». Tendo em conta os interesses ideológicos e políticos em jogo, há

²²¹ Ibidem, pp. 88-89

²²² Ibidem, p.89

todo um manto apologético a envolver ainda os labirintos da investigação científica para não permitir a “desgraça” de uma desconstrução ruinosa da ortodoxia oficial que não passa, por vezes, de um antro de mitos, falsidade e manipulações da história. Qualquer empreitada deste jaez terá sempre presente esta dificuldade de partida: a inevitabilidade de enfrentar um terreno movediço recheado de ciladas anquilosadas.

Por conseguinte, antes de abordarmos qualquer posicionamento em relação aos factos que marcaram o processo de descolonização em Angola, seria avisado colocarmos algumas premissas sobre o entendimento que pretendemos aqui propor nesta matéria.

O problema da descolonização é uma das matérias mais badaladas da nossa história contemporânea. Não é por isso estranha a vasta gama de produção bibliográfica que lhe está reservada. A introdução feita acima justifica sobejamente o engajamento de vários pensadores e várias escolas de pensamento no assunto. Tem a ver exactamente com a sua complexidade, os seus múltiplos contornos ou facetas e os diferentes horizontes de abordagem desde as simples produções memorialistas àquelas de cunho mais hermenêutico e analítico no âmbito da ciência política. Para agravar ainda mais a montanha de obstáculos, muitos actores políticos do processo da descolonização estão ainda vivos e reclamam, com razão, uma palavra sobre o assunto;²²³ se é verdade que do ponto de vista

²²³ A título de exemplo, o General Silvino Silvério Marques escreve sobre a polémica entre si e o Veríssimo Serrão num opúsculo onde se pode ler a dada altura uma réplica deste ao primeiro, publicada no jornal O DIA (15/08/86): «É hoje moeda corrente propalar falsas versões sobre os acontecimentos e as pessoas, com o objectivo de baralhar a reconstituição dos factos e de semear a desordem nos espíritos. Há mestres nesse ofício, a caluniar vivos e mortos, a confundir a verdade e a mentira, porque sabem que desta alguma coisa há-de ficar para o julgamento do passado»: Cf. MARQUES, Silvino Silvério, *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril. Uma Polémica com Veríssimo Serrão*, Editorial Inquérito, Mira-Sintra, s/d, p. 28

da investigação científica este facto representa uma mais-valia em termos de fontes primárias, pode, no entanto, ser também um autêntico “waterloo” sobretudo quando confrontados com verdades “incómodas”. Neste sentido, cremos que há maior autenticidade nos documentos ou arquivos históricos em detrimento das fontes individuais, onde a tendência é aquela de fazer barricadas subjectivistas em torno dos factos históricos: cada protagonista conta a história que mais convém e os factos são evocados já com racionalizações justificativas à mistura. Esta lógica é evidente em alguns documentários televisivos sobre a guerra colonial onde os entrevistados, regra geral, nunca são unânimes. Em termos de escólios teóricos na abordagem desta temática, não é tudo. Falar da descolonização implica admitir o colonialismo; mas o que é o colonialismo? As abordagens estão longe de serem unânimes. Uma espreitadela à voz “colonização”, assinada por António de Sousa Lara, na Enciclopédia das Relações Internacionais, permite-nos perceber que o termo “colonialismo” é evitado, mas depois a sua realidade desponha implicitamente no tratamento filológico que é dado ao conceito de “colonização”. À guisa de definição, afirma este autor:

«O conceito de colonização decorre do conceito de colónia. Colónia é uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, tendente à transferência de pessoas, instituições, capitais, tecnologia, valores culturais e civilizacionais metropolitanos e à subordinação dos recursos e das instituições da região dependente dos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural

dominante.»²²⁴

Como se pode depreender desta definição, a palavra “colónia” podia ceder lugar à palavra “colonialismo” e o resto assentava-se-lhe que nem uma luva: O colonialismo «é uma dominação imposta por um poder político exterior (...)». Neste sentido, o dicionário político de Oxford define, sem rodeios, o colonialismo como «a política e a prática de um poder mais forte que visa estender territorialmente o seu domínio sobre uma nação ou povo mais fraco.»²²⁵ Indo ainda no encalço de Lara, encontramos algumas ideias “telegráficas” de vários autores que sugerem entendimentos diferentes, mas complementares, do fenómeno da colonização (ou colonialismo) destacando os seguintes: 1) envolve sempre o estabelecimento permanente na colónia de imigrantes da metrópole (Vicente Ferreira); 2) existe uma superioridade civilizacional entre o povo colonizador e o povo colonizado (A. Da Silva Rego); 3) implica um fenómeno de dependência (Adriano Moreira); 4) decorre da força expansiva de um povo e da sua capacidade de multiplicação através do espaço geográfico (Leroy-Beaulieu).²²⁶

Contudo, há quem defenda que Portugal não tenha praticado qualquer tipo de colonialismo:

«(...) Portugal não pratica o colonialismo político porque a lei é igual, sem qualquer sujeição, nos territórios metropolitanos e não metropolitanos onde os

²²⁴ LARA, António de Sousa, «Colonização», in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), Enciclopédia das Relações Internacionais, D. Quixote, Alfragide, 2014, pp. 80-82

²²⁵ McLEAN, Iain – McMILLAN, Alistair, op. cit., p. 92

²²⁶ LARA, António de Sousa, op. cit., p.80-81

cidadãos colaboram activamente na formação do Estado; não o exerce socialmente porque não adopta qualquer tipo de discriminação social e de segregação racial; não o impõe economicamente porque não há interesses parcelares, mas sim interesses do todo nacional repartido pela Europa, África, Ásia e Oceania, sendo o bem-comum o único limite da iniciativa privada e dos legítimos particularismos regionais. Além disso, o orçamento metropolitano suporta pesados encargos com a manutenção dos serviços ultramarinos e com a defesa das localidades ameaçadas ou já invadidas do exterior.»²²⁷

O que é paradoxal nesta tese, é que se aceita, e até se exalta, a colonização como uma epopeia civilizadora, mas se exclui o colonialismo enquanto sistema de dominação político-social e de exploração económica. Ora interessa deixar aqui a propósito o depoimento de Adolfo Maria ao responder à pergunta de Fernando T. Pimenta «Mas quem eram os angolanos?»:

«Essa questão era (e talvez ainda hoje seja) muito pertinente. A noção de angolano era equívoca e provocou uma discussão que sempre atravessou a história do nacionalismo angolano, pois no seu âmago residia o problema da construção de Angola enquanto Estado-Nação. Ao equacionar-se o problema da Nação, o colonialismo português aparece forçosamente como um elemento fundamental em dois aspectos: um é a sua acção na desestruturação das sociedades africanas e na integral submissão das gentes e território à lei colonial; outro é a própria natureza desse colonialismo.

²²⁷ CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, op. cit., pp. 36-37

Na minha opinião, a debilidade económica e política de Portugal e a exiguidade dos seus meios humanos traduziram-se no terreno por formas de dominação específicas. O sistema colonial português não se apoiou nas chefias locais (como o fizeram outras potências coloniais), antes procurou liquidar as funções e representatividade dessas chefias. Portugal exercia a autoridade sobre as populações negras, directamente, através dos seus quadros administrativos, nomeadamente o chefe de posto, e dos meios repressivos que tinha o seu dispor (...). Como tal, os chefes das diferentes comunidades africanas – e em todos escalões – nunca tiveram autonomia, o que enfraqueceu os laços identitários de cada comunidade e impediu uma afirmação étnica muito forte como sucedeu noutras regiões africanas.»²²⁸

No nosso entendimento, a colonização representa a ACÇÃO e o colonialismo representa o ESPÍRITO. Este tem a ver com toda a vasta panóplia de crenças, doutrina, legislação, cosmovisão, políticas que serviram de esteio para sustentar a acção colonizadora. Não podemos admitir que tenha havido colonização sem aceitarmos o espírito que dinamizou e deu vida a todo o processo multissecular de encontros e recontros civilizacionais em que pontificaram o missionarismo e o altaneirismo lusitano. Curiosamente Luís Castro, já citado, defende que Portugal não praticou nenhum tipo de colonialismo político, económico ou social; em tudo isso terá havido a salvaguarda dos princípios da igualdade, da inclusão e da dignidade dos autóctones. A ser assim, a estratificação social que distinguia o

²²⁸ PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Edições Afrontamento, Porto, 2006 (2.ª Edição), p.29

estatuto do indígena dos demais, as políticas assimilacionistas, o regime de trabalho forçado, a transferência de riquezas da África para Europa, o ensino rudimentar, a segregação racial, etc., terão sido então um simples mito. É natural que haja dificuldades racionais deste jaez, pois no vocabulário político o termo colonialismo está ensombrado por uma carga negativa resultante dos episódios trágicos desse período da História. Aliás mesmo os arautos do colonialismo visto como um humanismo oitocentista e os seus actores políticos nem sempre foram coerentes na linguagem. Muitas vezes ao falarem do colonialismo apregoavam o colonialismo como uma «glória nacional» onde a «missão civilizadora» se destacava amiúde com o seu verbalismo humanitário em prol dos povos selvagens. A dura realidade do colonialismo era, entretanto, camuflada. O historiador Basil Davidson, prefaciando o livro “Aspectos do Colonialismo Português”, estigmatiza esta questão denunciando a hipocrisia oficial que se esconde nos floreios laudatórios dos seus discursos. O autor coloca uma questão de partida: o que é o colonialismo? E responde: «Agora que se pode dizer e ouvir a verdade, verificamos que as classes dirigentes da Europa (...) responderam a esta pergunta de modos diferentes conforme o auditório».²²⁹ Logo denuncia a duplicidade do discurso das autoridades coloniais com estas palavras: «O que disseram nos parlamentos e na praça pública foi uma coisa: do alto das tribunas do poder e da propaganda, os seus discursos «para o povo» eram, todos eles, a «glória nacional» e «missão civilizadora».²³⁰ Entretanto, «o colonialismo –

²²⁹ FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Aspectos do Colonialismo Português*, (Prefácio por Basil Davidson), Seara Nova, Lisboa, 1974, p.17

²³⁰ Ibidem

disseram-nos – é a “dádiva da Europa” aos selvagens, o sacrifício da Europa pela Humanidade”, o dever da Europa para com as pobres populações negras que não possuem civilização própria.»²³¹ E tem mais:

«E prosseguiram, falando do esforço desinteressado e do sofrimento dos missionários cristãos entre pagãos, da sabedoria e paciência dos administradores brancos entre negros bem como da grandeza e justiça dos exércitos europeus que impuseram as bênçãos de uma “lei e ordem” europeias, mesmo por entre as chamas de aldeias a arder e gritos de crianças queimadas e estropiadas pelo ‘napalm’.»²³²

Basil Davidson, embora admita que esse discurso enganou a muitos, não hesita, pois, em chamar as coisas pelo seu nome indo no encalço da dura realidade por detrás daqueles discursos:

«Ora aí está! Quando despido do seu verbalismo humanitário, o colonialismo é a exploração económica da terra africana e do trabalho africano, em benefício dos colonialistas. Ele existe para explorar e reunir as riquezas africanas e transferi-las para a mãe-pátria, seja ela Portugal ou a Inglaterra ou qualquer outra. Eis o que de facto é colonialismo. O resto é mera “camuflagem”.»²³³

Tendo em conta estes pressupostos e assumindo previamente que a

²³¹ Ibidem

²³² Ibidem

²³³ Ibidem, p. 19

descolonização²³⁴ é o corolário do anticolonialismo que, por sua vez, é a negação dialéctica do colonialismo, queremos fazer uma abordagem da questão da descolonização em três perspectivas: 1) *perspectiva revolucionária*; 2) *perspectiva do direito internacional contemporâneo*; 3) *perspectiva das Relações Internacionais*.

1) *Perspectiva revolucionária*

A perspectiva revolucionária encara a descolonização como um produto da revolução anticolonialista. Aqui a palavra “revolução” é tomada no seu *sensus plenior*, sugerindo transformações políticas radicais provocadas por forças hostis a um determinado regime, galvanizadas e mobilizadas em larga base popular para modificar o *status quo ante* com o recurso à violência, se for necessário. Ora acontece que os actores políticos da descolonização de Angola eram ideologicamente *partisans* revolucionários. Por um lado, os três movimentos de libertação de Angola (FNLA, MPLA, UNITA) que reclamavam, por via revolucionária²³⁵, a emancipação política da colónia ou província ultramarina; por outro lado, os protagonistas da gesta de 25 de Abril: embora não tenha sido violenta, foi na mesma uma acção militar visando o derrube do *ancien régime*.

²³⁴ Tomamo-lo aqui no sentido de processo de eliminação formal dos vínculos jurídicos e administrativos que caracterizam o processo do colonialismo no sentido técnico: Cf. LARA, António de Sousa, op. cit., p. 81

²³⁵ Um texto da autoria de Viriato da Cruz (Dezembro de 1956) que mais tarde viria a ser considerado como o Manifesto do MPLA reza o seguinte: «Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, através portanto do mais amplo Movimento Popular de Libertação de Angola»: citado por PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola. Da Pré-História ao início do Século XXI*, Mercado de Letras, Lisboa, 2015, p. 688

Tanto num como noutro caso os destinos da colónia cruzam-se com o processo revolucionário desencadeado na metrópole que põe fim ao Estado Novo (ou fascismo), em vigor desde 1933 sob a liderança do Prof. António de Oliveira Salazar e, posteriormente, de Marcelo Caetano. A descolonização vai ser um dos três pilares do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) sintetizado nos três emblemáticos D: **Democratizar, Descolonizar, Desenvolver**. A descolonização tem uma abrangência que ultrapassa o circuito “*intra muros*” da luta de libertação nacional levada a cabo por nacionalistas africanos, pois o anticolonialismo não pode ser representado por um estandarte negro nem pode ser confinado às fronteiras administrativas das colónias: é um movimento bem mais global, como veremos adiante, onde militaram homens e mulheres, brancos e negros, quer nas colónias quer nas metrópoles.

A revolução é sempre uma ruptura com o passado e instauração imediata de uma nova ordem política. Originariamente latina (*revolutio, -onis*), a palavra revolução tem uma ligação semântica com o verbo revolver, mas admite outros significados figurados com aplicação em várias áreas. Segundo o dicionário Houaiss de língua portuguesa, a palavra revolução tem as suas origens enquistadas no século XV e designa «grandes transformações, mudança sensível de qualquer natureza, seja de modo progressivo, contínuo, seja de maneira repentina». Mas há ainda uma componente importante que é a violência:

«Uma revolução é alteração violenta nas instituições políticas de uma nação, muitas vezes alcançadas através de uma rebelião ou motim. É uma mudança radical dentro da sociedade que ocorre a nível político, económico, cultural e social, onde é

estabelecida uma nova ordem que é instituída pelas forças políticas e sociais vencedoras.»²³⁶

Na sua dissertação de mestrado, recentemente posta à estampa, Sebastião Martins procura esmiuçar algumas explicações teóricas em volta do conceito de revolução. Fazendo-nos tributários do seu pensamento, destacamos alguns aspectos como: o fim, as condições, os critérios e os factores de uma revolução. Entrando no mérito da questão, vamos sumariá-los de seguinte modo:

- *Fim*: citando o *Dicionário de Filosofia Moral e Política* do Instituto de Filosofia da Linguagem (Universidade Nova de Lisboa): «as revoluções modernas são feitas para recomeçar a história e têm de se realizar com a fundação de um novo regime político.»²³⁷ Não se faz uma ruptura para nada, por isso algo de novo deve nascer. Neste sentido, corroboramos com esta aceção sobre o objecto final de uma revolução.
- *Condições*: com o pensamento de Kuran, o autor sugere a delimitação das condições de uma revolução: «uma mudança fundamental na ordem social executada num curto período de tempo, através de uma mudança generalizada nas visões políticas expressas pelas pessoas.»²³⁸
- *Crítérios*: na esteira de Tanter e Midlarsky, as revoluções são

²³⁶ <https://www.significados.com.br/revolucao> (consult. a 20.10.2016)

²³⁷ MARTINS, Sebastião, *Labirintos Mundiais. As revoluções pós-modernas e os caminhos da incerteza global*, Edições Sílabo, Lisboa, 2015, p. 50

²³⁸ Ibidem

classificadas com quatro critérios, a saber: participação maciça popular, duração, violência interna e intenções dos insurgentes. Daqui resultam igualmente quatro tipologias, segundo os mesmos autores: «*a revolução de massas*, com elevada participação popular, longa duração, muita violência interna e a intenção de implementar profundas mudanças na estrutura da autoridade política e do sistema social; *o golpe revolucionário*, com baixa participação popular, duração curta a moderada, violência reduzida a moderada e a intenção de implementar mudanças profundas na estrutura da autoridade e, possivelmente, no sistema social; *o golpe reformista*, com pouca participação popular, de curta (por vezes moderada) duração, reduzida violência, visando mudanças leves na estrutura da autoridade política; finalmente, *a revolução palaciana*, que não inclui mobilização popular, é de curta duração, sendo caracterizada por nenhuma violência e visa mudar virtualmente coisa alguma».²³⁹

- *Factores*: os autores apontam três factores que concorrem na eclosão de revoluções: «*as conquistas*, de domínio político, social, económico, sendo que as revoluções de grande escala tendem a ser precedidas de uma queda súbita nas condições de vida após um estável período de ascensão e melhoria das mesmas; *as aspirações*, que derivam das conquistas e se referem ao que os cidadãos ambicionam conseguir, em matéria de direitos, liberdades e garantias, a prazo; e as *expectativas*,

²³⁹ Ibidem, p. 51

que são influenciadas pela realidade imediata, mas partilham da natureza das aspirações.»²⁴⁰

A presença do paradigma revolucionário no caso de Angola tem algumas implicações directas na análise dos factos ocorridos:

- *A nível dos protagonistas:* embriagados pela euforia do triunfo da revolução, chamaram logo a si os louros da empreitada. Imortalizaram os seus heróis tombados e transformaram a Pátria conquistada em troféu dos valorosos *partisans*. O poder passou a ser o prémio merecido dos revolucionários “genuínos” e “puros” (ou profissionais da revolução), instalando-se a exclusão e o ostracismo contra os demais. Foi este o infeliz entendimento do Alvor ao ter legitimado como únicos representantes do Povo angolano os três movimentos armados (FNLA, MPLA, UNITA) que empreenderam a gesta revolucionária contra o colonialismo. As consequências dessa opção política das autoridades portuguesas do 25 de Abril foram dramáticas e marcaram de modo indelével a história de Angola depois de 1975. A exclusividade dessa legitimação tripolar não resolveu o principal problema do processo da descolonização que era o da transição pacífica, espontânea e ordeira do poder para os angolanos. Havia nesta altura outros agrupamentos políticos, sobretudo em Luanda, como a Frente Unida de Angola (FUA), o Movimento Democrático de Angola (MDA),

²⁴⁰ Ibidem, p. 51

Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), a Frente de Resistência Angolana (FRA) que preconizava uma “rodesização” de Angola com uma independência branca, etc.²⁴¹ É quase consenso da literatura disponível sobre o assunto de que este desiderato redundou num fracasso para as autoridades portuguesas.

- *A nível ideológico*: o anticolonialismo²⁴² foi alimentado com ideias de diversas matizes (da direita, do centro ou da esquerda). Estas preconizavam uma ruptura total com o regime colonial e a construção de uma grande nação, desta feita livre da exploração e da dominação dos seus autóctones. Não obstante as divergências político-ideológicas bem arreigadas entre os protagonistas, este foi o denominador comum: resgatar a terra das mãos dos colonos e fazer de Angola um Estado independente e soberano. As clivagens entre si a nível ideológico resultam aqui de visões díspares de uma Angola por construir e das estratégias de luta. Os respectivos “apadrinhamentos” externos vão exacerbar estas divergências, instrumentalizando-as muito habilmente na corrida pela conquista do poder vicário em benefício dos interesses

²⁴¹ Cf. PINTO, Alberto Oliveira, op. cit., p. 722

²⁴² «Pode-se afirmar que o *anticolonialismo* no seu aspecto genérico, é um antigo “estado de espírito” contra a legitimidade de certos Estados europeus se alargarem em outros continentes detendo neles territórios sob a sua soberania. Determinadas mentalidades, por deformação ou por conveniência, nunca foram capazes de compreender e aceitar o contacto do europeu com outras raças e outras terras sem o exercício de domínio e de discriminação racial e, por isso, arvoraram-se em filantrópicas e protectoras dos povos nativos. Tem-se classificado esta faceta do *anticolonialismo* como um *anticolonialismo sentimental*, cultivado de modo especial, na literatura e na filosofia do século XVIII. O movimento panafricanista a que estão ligados, como principais impulsionadores, os nomes de Sylvester Williams, de Burghardt du Bois e de Marcus Garvey pode também analisar-se sob o aspecto focado, em especial na contribuição que trouxe para o despertar e para o desenvolvimento do racismo antieuropeu por parte do asiático e do negro.» Cf. CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, op. cit., p.9ss

geopolíticos das grandes potências. Várias ideologias anticolonialistas forjadas dentro e fora do continente inspiraram os “libertadores” africanos e foram os catalizadores anímicos da luta pela independência. Dentre tantas destacamos aqui o panafricanismo, a negritude, os movimentos profético-salvíficos (também conhecidos por movimentos messiânicos), o comunismo, etc. Mas estes tiveram apenas incidências galvanizadoras. A nível ideológico, cremos que o nacionalismo foi o que mais se destacou como ideologia de luta. Zeferino Capoco dedicou ao assunto um aturado estudo (todo o primeiro capítulo da sua tese) onde defende que o nacionalismo angolano esteve na origem da criação do Estado em Angola e animou a luta pela conquista do poder contra a ordem política colonial.²⁴³ Concordamos genericamente com a sua abordagem, mas descortinamos algumas subtilezas que ensombram a aplicação do conceito tal como o entendem os teóricos da ciência política, isto é, o nacionalismo está ligado a uma nação ou uma realidade nacional. E a pergunta que se levanta é: até que ponto o conceito de nacionalismo pode ser atribuído à realidade angolana diante da inexistência de uma realidade nacional ou uma nação no sentido moderno? Será que devemos aceitar o conceito dentro de uma perspectiva mais construtivista, isto é, tomar o nacionalismo como ideologia de vanguarda na construção de uma futura nação livre da dominação

²⁴³ CAPOCO, Zeferino, *O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*, Tese doutoral, IEP-UCP, Lisboa, 2013, pp. 24-67

colonial? Na verdade, o nacionalismo, no caso de Angola, foi uma tradução tardia do nativismo inicial do primeiro quartel do século XX que tinha como horizonte as reivindicações contra os tratamentos injustos e desumanos infligidos contra os autóctones e a afirmação da sua dignidade e identidade usando como instrumentos de luta as associações mutualistas, o movimento intelectual e cultural (v.g. ‘‘Vamos descobrir Angola’’) onde a música e a literatura assumiram papel relevante.²⁴⁴ Por conseguinte, ao falarmos do nacionalismo aqui não estamos a defender a ideia de uma nação já existente, mas, sim, a tradução do sonho de se construir uma nação a partir das entidades étnicas territorialmente incorporadas na então colónia de Angola. Neste estágio, já não era suficiente reivindicar tratamentos mais humanos para os autóctones; era preciso atacar o sistema no seu todo como causa e sustentáculo da dominação e destruí-lo completamente. Mais do que um simples impulso edílico ou mirífico, passou a ser uma vontade política organizada em grupos e movimentos cuja finalidade era a destruição da nação-império através de um processo revolucionário e a sua substituição por uma nação corporizada num Estado independente e soberano.

- *A nível do discurso*: o discurso revolucionário tem um inimigo bem identificado: o colonialismo²⁴⁵. Uma das principais estratégias de uma

²⁴⁴ Cf. ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*, Publicações D. Quixote, Varona-Salamanca, 1997 (2.ª edição)

²⁴⁵ Vamos discutir mais em frente a questão do colonialismo afirmado por uns e desmistificado por outros.

insurreição consiste na construção de um discurso contundente, persuasivo e capaz de mobilizar o apoio e adesão das populações aos insurgentes. É preciso criar uma retórica persistente e assertiva que coloque as populações contra as políticas situacionistas. A revolução precisa da cumplicidade das populações sobretudo as camponesas. Os trigêmeos (FNLA, MPLA, UNITA) que lideraram a luta de libertação em Angola não descuraram este aspecto. Era muito fácil contrapor o discurso revolucionário - geralmente eivado de doses robustas de promessas messiânicas inebriantes – ao discurso oficial do poder colonial.

- *A nível da praxis libertária:* aqui é preciso destacar o papel da luta armada e o papel da diplomacia. No contexto africano, Angola foi um dos poucos casos onde o colonialismo foi combatido através de uma luta armada de libertação nacional. A maior parte dos actuais países africanos alcançaram as suas independências sem uma luta armada. Nos domínios portugueses do ultramar, com a excepção de S.Tomé e Príncipe e Cabo-Verde, todos enveredaram pela luta armada. Este elemento estabelece automaticamente um paradigma de análise muito específico em termos comparativos com os domínios das outras potências coloniais que não conheceram a guerra. Portugal teve de lidar por mais de uma década com o fenómeno da subversão armada

Cf. FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Aspectos do Colonialismo Português. Análise de Economia e Política sobre as Colónias Portuguesas, África do Sul e Namíbia*, (Prefácio de Basil Davidson), Seara Nova, Lisboa, 1974.

que, em Angola, teve as suas primeiras manifestações em 1961. Para alguns estudiosos este facto tem a sua origem na segunda Grande Guerra (1939-1945): «O drama do Ultramar Português, que decorre desde 1961, além das suas razões naturais deve enquadrar-se entre as consequências da última conflagração mundial».²⁴⁶ A razão desta consequência é também lapidarmente explicada: «o pós-guerra forneceu o ambiente próprio ao desenvolvimento de tendências libertárias, começando a grassar a febre das independências (...)».²⁴⁷ Entretanto o rumo dos acontecimentos foi fortemente desfavorável a Portugal que, contrariamente, não enveredou por uma retirada sem sacrifícios: «O exemplo de retirada com menos possível de luta e sacrifícios foi dado pela Inglaterra, Bélgica e Holanda».²⁴⁸ A diplomacia é outro vector importante da luta. Era preciso colocar o problema além-fronteiras; eram necessários apoios externos para a luta. Foram contactados governos, organizações internacionais (ONU, OUA) e movimentos insurgentes congéneres. Estabeleceram-se representantes em vários países que apoiavam a luta dentro e fora da África. A acção diplomática dos movimentos de libertação merece o seu destaque no contexto da luta anticolonial. É um capítulo com altos e baixos, avanços e recuos, mas sobretudo de muita valentia e discernimento no contexto do processo de escolhas e tomada de

²⁴⁶ QUINTINHA, Santana, *O Terrorismo e os Partidos subversivos no Ultramar Português*, Lisboa, 1973, p. 25

²⁴⁷ Ibidem

²⁴⁸ Ibidem

decisões. Era preciso saber com quem estabelecer alianças e concluir acordos políticos.

2) *Perspectiva do direito internacional contemporâneo.*

Como é consabido, o direito internacional contemporâneo nasce das cinzas das duas Grandes Guerras no século XX cujo corolário será a Carta das Nações Unidas. Em 1941, os EUA (Presidente Roosevelt) e a Grã-Bretanha (Primeiro-Ministro Winston Churchill) assinaram uma declaração na qual foram enunciados os objectivos do mundo pós-guerra e a definição de vários princípios, dentre eles o princípio da autodeterminação dos povos. No mesmo ano os Aliados assinam a Carta do Atlântico. Em 1942, 26 países assinaram a Declaração das Nações Unidas. Em 1945, foi ratificada a Carta das Nações Unidas, inserindo o direito da autodeterminação dos povos no âmbito do direito internacional e diplomático.²⁴⁹

O capítulo da descolonização deve ser enquadrado na perspectiva do Direito Internacional contemporâneo, destacando o nascituro princípio da autodeterminação dos povos. Ora, tendo em conta que este novo princípio traz também dificuldades conceptuais, preferimos aqui desde logo espreitar, *en passant*, o que se entende por autodeterminação. Emílio Silva diz o seguinte: «A

²⁴⁹ Autodeterminação é um «Princípio geral do direito internacional público, previsto na Carta das Nações Unidas (...) que se consubstancia no direito de um povo a escolher, sem interferência externa, o seu estatuto político e a prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural, bem como no consequente dever dos outros Estados respeitarem esse direito de acordo com as disposições da Carta (...). Trata-se, portanto, de um direito colectivo atribuído a um povo, que constitui pré-requisito para o exercício dos direitos dos respectivos indivíduos, razão pela qual foi escolhido para iniciar a enumeração dos direitos previstos nos Pactos Internacionais sobre Direitos Cívicos e Políticos e sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966)»: COUTINHO, Francisco Pereira, *Autodeterminação*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, *Enciclopédia das Relações Internacionais*, op. cit., p.48

autodeterminação dos povos é um princípio de direito internacional que objectiva garantir a emancipação política e económica a um determinado grupo social.»²⁵⁰ E, citando Maria Angélica Ikeda, acrescenta que tal princípio «estabelece que a um povo deve ser oferecida a possibilidade de conduzir livremente sua vida política, económica e cultural, segundo princípios democráticos».²⁵¹ Se repararmos bem esta definição, veremos que a tendência é de dizer que se trata de um direito extrínseco, que vem de fora, que «é oferecido». É como se houvesse alguma entidade que tem as prerrogativas de ir oferecendo este direito a este ou àquele povo. Ora no nosso entendimento trata-se de um direito intrínseco que não é dado por ninguém, mas que deve, sim, passar por um reconhecimento doutras entidades políticas, sobretudo quando se trata de situações de conflito como o caso da descolonização dos territórios ultramarinos. É claro que, embora esses territórios reclamassem por esse direito, a Portugal cabia a responsabilidade jurídico-internacional de reconhecer a sua legitimidade e facilitar a sua exequibilidade. Para melhor compreendermos os seus contornos no contexto da descolonização do ultramar português, nada melhor do que reproduzir aqui um extracto do discurso do General Spínola, então Presidente da República, no acto da tomada de posse do novo Governador-Geral de Angola, o General Silvino Silvério Marques, a 11 de Junho de 1974:

²⁵⁰ SILVA, Emílio M. D., A Formação composta do Princípio da autodeterminação dos Povos, disponível em <https://relacoesinternacionais.com.br/formacao-composta-principio-da-autodeterminacao-dos-povos> (consult. 24 Outubro 2016).

²⁵¹ IKEDA, Maria Angélica, *O Princípio da autodeterminação dos Povos*, Faculdade Direito da Universidade de S. Paulo, Dissertação (mestrado) em Direito Internacional, 2001, p. 75 (citado por SILVA, Emílio M.D., op. cit.).

«O ponto fulcral do nosso ideário repousa sobre o conceito de autodeterminação, que se impõe clarificar. Entendo por autodeterminação o exercício da capacidade dos cidadãos de uma sociedade para elegerem o estatuto por que hão-de reger-se, a soberania que desejam reconhecer e a forma de vida em comum que pretendem prosseguir. **O reconhecimento do direito dos povos à independência política é, desse modo, redundante, pois se encontra implícito no conceito de autodeterminação. Sendo aquele uma das consequências do exercício de um direito, não se compadece de forma alguma com a imposição, a esses povos, de opções em que não participaram.**»²⁵²

Fica claro neste trecho que a autodeterminação enquanto direito emana do próprio povo ou grupo social e não de uma entidade externa. Por conseguinte, nem é oferecido, nem é imposto. Trata-se de uma vontade lídima acoplada à sua maturidade política que lhe confere a legitimidade de decidir sobre os seus assuntos através do autogoverno. O reconhecimento dessa vontade, no entender do General Spínola, não passa de uma redundância, logo uma formalidade jurídica. Mas, salvaguardando embora a lógica assertiva dessa afirmação, o reconhecimento não é uma banalidade. Muito pelo contrário. É uma expressão de responsabilidade política por parte da potência administrante em relação às suas colónias. A eficácia jurídica da vontade da autodeterminação acaba por passar pelo seu reconhecimento que levará à tomada de medidas concretas para o desenraizamento de toda máquina burocrática colonial e suas instituições até

²⁵² AGUIAR, Luiz, *Livro Negro da Descolonização*, Editorial Intervenção, Lisboa/Braga, s.d., p. 385; o negrito na citação é do autor.

então vigentes, apeando caminho para a sua independência efectiva. É neste sentido que entendemos «o programa de descolonização» como tarefa de grande responsabilidade, seguindo ainda o discurso de Spínola:

«À luz desta axiomática, o direito das populações dos territórios africanos a autodeterminarem-se não pode deixar de nos conduzir ao desenvolvimento de um programa de descolonização, centrado em quatro pontos: restabelecimento da paz; reconstrução e desenvolvimento acelerados; implantação de amplos esquemas democráticos de participação e de acelerada regionalização das estruturas políticas, económicas e sociais; e recurso à consulta popular como fórmula final de corporização dos princípios enunciados (...), pois é ao povo que cabe tomar opções.»²⁵³

Ora, o General Spínola fala de «consulta popular». Isto abre aqui espaço para algumas questões pertinentes: então a luta de libertação levada a cabo por organizações político-militares autóctones não representava suficientemente essa vontade de emancipação? A autodeterminação deve necessariamente passar por um referendo popular? Noutros termos, usando a expressão do Dr. Mário Soares sobre o assunto, «como é que se exerce o direito de autodeterminação nas colónias? Através de uma votação democrática, em que cada homem terá um voto?»²⁵⁴ Não são questões pacíficas de todo. Em primeiro lugar, pensar numa «consulta popular» significa *nihilizar* a pretensa legitimidade dos partidos

²⁵³ Ibidem, pp. 385-386

²⁵⁴ Ibidem, p. 18

libertários que reclamavam uma suposta representatividade à escala nacional. Na verdade, não era essa a visão de algumas figuras cimeiras da política colonial como o Professor Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar. Ao abordar o dilema entre uma «descolonização autêntica» (abandono das colónias e transferência da soberania) e uma descolonização gradual (paternalista) que mantivesse ainda os vínculos entre a metrópole e as antigas colónias (‘‘neocolonialismo larvado’’), defendeu a seguinte opinião:

«Ora, nos trópicos, em revolta (...), o modelo que mais naturalmente se processa é o da imposição do poder de uma minoria aos restantes grupos. O poder alienígena que se retira é substituído por uma minoria nativa que se impõe. Isto é assim, entre outros motivos, porque ali não existem nações, existem apenas projectos nacionais. A análise só descortina grupos étnicos e culturais. Por isso a descolonização é um processo complexo que não pode ser substituído pelo abandono ou capitulação.»²⁵⁵

É evidente que Adriano Moreira põe em causa aqui a «realidade nacional» que nessa altura estava ainda longe de uma nação lastrada e equipada com os pressupostos antropológicos, sociológicos e políticos subsequentes. Já tivemos o ensejo de abordar o assunto quando apresentámos a caracterização da área de estudo. Não havendo estes pressupostos, para o Dr. Mário Soares, à guisa de resposta às suas próprias questões, os instrumentos democráticos ainda não faziam parte da idiossincrasia destes povos africanos de modo que a sua

²⁵⁵ Ibidem, p. 17

aplicabilidade era uma questão de aprendizagem que, por sua vez, exige tempo: «A África está condicionada por razões de ordem sociológica que fazem que a democracia tal como nós, europeus, a entendemos, não tenha tido grande aplicação (...). A África conhecerá um dia, estou certo disso, as virtudes universais da democracia, mas não por via da exportação imposta.»²⁵⁶ Tendo em conta as disposições do Programa do Governo Provisório²⁵⁷ em relação à “política ultramarina”, foi estabelecida «a instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação.»²⁵⁸ Não foi isto o que aconteceu. Estas disposições foram cilindradas pelo pragmatismo dos mais influentes actores da descolonização que de algum modo estavam açados em concluir imediatamente o processo, tendo decidido avançar para a legitimação dos partidos libertários com quem concluíram os acordos para a independência. Um dos principais negociadores, aliás o responsável da parte diplomática da descolonização, foi exactamente o Dr. Mário Soares, então Secretário-Geral do PS e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este, «partindo da premissa de que os únicos interlocutores deviam ser os chamados “movimentos de libertação”, e escondendo ao povo português (...) como iam decorrendo as negociações, concluiu acordos de descolonização em que há violação nítida do direito de

²⁵⁶ Ibidem, p. 18

²⁵⁷ Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio. Depois do 25 de Abril (entre 1974 e 1976) Portugal contou com seis Governos Provisórios. Seguiram-se depois os Governos Constitucionais. Ver sobre o assunto PAVIA, José Francisco – MONTEIRO, Manuel, op. cit., pp.23-40

²⁵⁸ AGUIAR, Luiz, op. cit., 18

autodeterminação que expressamente fora reconhecido às populações das “Províncias Ultramarinas”.»²⁵⁹ Foi assim que o acordo de Alvor estipulou previamente o reconhecimento de Portugal aos três movimentos de libertação de Angola (FNLA, MPLA, UNITA) como «os únicos e legítimos representantes do povo angolano». ²⁶⁰ Essa violação foi nos dois sentidos já que, por um lado, os três movimentos de libertação de Angola nunca foram escrutinados (na acepção técnica do termo) para representar o povo angolano, mas impuseram-se por via revolucionária, como já dissemos acima e, por outro lado, o governo provisório em Portugal também carecia de representatividade democrática por ser um governo revolucionário e, logo, não mandatado pelo povo português para o engajar em acordos dessa natureza, segundo Luiz Aguiar.

No entendimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, a autodeterminação seria na prática uma oportunidade de fazer escolhas. Deviam ser as autoridades da metrópole (Governo Provisório) a proporcionar as condições para que fossem discutidas nas colónias todas as opções possíveis e aceitáveis, incluindo a independência total, segundo a doutrina da ONU:

«A posição do governo provisório (...) não pode ser outra senão a que se encontra definida no Programa do Movimento das Forças Armadas e no seu próprio programa. Essa posição é a de que devem ser os próprios territórios a escolher o seu futuro estatuto político, através de uma consulta universal e directa. As opções serão

²⁵⁹ Ibidem, p.18

²⁶⁰ «O Estado Português reconhece os movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.» (Acordo de Alvor, art. 1º)

as que foram previamente definidas através de um amplo debate. Todas, em teoria, são possíveis, incluindo naturalmente, a total independência.»²⁶¹

Entretanto, a admissão de Portugal como membro da ONU, em 1955, mais do que grangear-lhe prestígio trouxe-lhe imensos dissabores diplomáticos nas décadas que se seguiram pelo espírito anticolonialista dos seus membros que acabou ficando plasmado na sua Carta. O emblemático Embaixador português, Dr Franco Nogueira, reconhecendo embora a ausência de uma «elaboração doutrinal do pensamento das Nações Unidas sobre o fenómeno colonial» presume que o anticolonialismo já era de algum modo evidente:

«(...) Alguns traços essenciais das origens e da estrutura da organização, todavia, fornecem-nos elementos elucidativos, e como fontes básicas do anticolonialismo actual temos a Carta, a jurisprudência e a prática da Assembleia e as declarações feitas ou atitudes tomadas pelos países “chefes de grupo” em debates importantes. Será de todo este conjunto que podemos extrair algumas noções ideológicas importantes. Será de todo este conjunto que podemos extrair algumas noções ideológicas aproximadas.»²⁶²

Com efeito, na sua qualidade de potência colonial, Portugal teve de confrontar-se com a nova dinâmica das Nações Unidas e com o novo quadro internacional claramente desfavorável à manutenção de impérios coloniais.

²⁶¹ Ibidem, p. 19

²⁶² QUINTINHA, Santana, op. cit., p.14

Portugal sentia-se injustamente atacada e incompreendida na sua política ultramarina pelo que tentou de todas as maneiras justificar e esclarecer a sua posição em relação aos territórios ultramarinos com uma retórica enviesada sobre o «conceito português da colonização» que em quase nada ajudou a ultrapassar o *quiproquo* com as Nações Unidas, onde a voz do bloco terceiromundista se tornava cada vez mais forte na medida em que novos países iam surgindo através do processo da autodeterminação.

Esta situação incómoda só viria a ter cobro com o processo de descolonização encetado depois do golpe de 25 de Abril de 1975. Instado pelo Comité *ad hoc* de Informações da ONU (1947) a prestar contas sobre os assim designados “Territórios não Autónomos” no contexto do art. 73.º da sua Carta constitutiva (obrigatoriedade de as potências coloniais promoverem o governo próprio e o desenvolvimento progressivo de instituições políticas livres nos territórios sob seu domínio), Portugal declarou não controlar qualquer território que se incluísse nesta designação, «já que a República Portuguesa era um Estado unitário, como resultava da sua definição constitucional. Assim, o Governo Português recusava-se a prestar quaisquer informações sobre os territórios ultramarinos.»²⁶³ Esta postura criou um impasse entre Portugal e as Nações Unidas. Acentuaram-se as pressões onusianas em favor da descolonização sobretudo depois da aprovação pela Assembleia Geral da **Resolução 1514** (de 14 de Dezembro de 1960), conhecida como **Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais** e a criação do **Comité dos Vinte e Quatro**, com a missão de

²⁶³ AA.VV., *Organizações Internacionais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010 (4.ª edição), p. 240

acompanhar o cumprimento da referida resolução.²⁶⁴ Para complicar ainda mais a delicada situação de Portugal perante as Nações Unidas, «No Conselho de Segurança sucederam-se várias tentativas para que a presença portuguesa em África fosse declarada como colocando em risco a paz e a segurança internacionais o que, do ponto de vista jurídico constituiria um pressuposto para a tomada de decisões no âmbito do capítulo VII da Carta.»²⁶⁵

Com a aprovação do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), no rescaldo do 25 de Abril de 1974, foram lançados finalmente os fundamentos da política portuguesa em relação aos territórios do ultramar conducente à sua completa descolonização, tendo sido criado não só o quadro político como também o quadro jurídico adequado, como veremos oportunamente no próximo capítulo.

3) Perspectiva das RI

Não se pode fazer uma análise rigorosa do processo da descolonização, sobretudo na vertente motivacional, sem olharmos para o ambiente internacional resultante da segunda Grande Guerra (1939-1945). Em abono da verdade, o ambiente pós-bélico foi, por várias razões, desfavorável à manutenção dos impérios coloniais, como já o dissemos acima. Paradoxalmente, tendo o esforço da guerra arruinado as economias das potências coloniais europeias, a pretensão

²⁶⁴ Ibidem, p. 241

²⁶⁵ Ibidem

de fazer das suas colónias tábuas de salvação para a reconstrução física das metrópoles amordaçadas esbateu-se com o anticolonialismo que começou a generalizar-se, desenhando no horizonte o seu crepúsculo iminente. A pulverização *urbi et orbi* de uma mentalidade anticolonial tornou-se um factor inibidor incontornável para as políticas colonialistas. Rapidamente apadrinhado pelas principais potências da GF (EUA e URSS), o anticolonialismo ganhou doutrina e robustez ideológica junto dos povos colonizados em África e na Ásia (o bloco terceiromundista) que, entretanto, ganharam voz na tribuna das Nações Unidas e se afirmaram como uma nova força na Conferência de Bandung, em Abril de 1958.

Ao abordar o problema do Ultramar e do 25 de Abril, Silva Cunha começa exactamente a sua reflexão a partir de uma análise do ambiente internacional pós-bélico. Já antes do final da primeira Grande Guerra, os aliados começaram a engendrar uma nova arquitectura geopolítica do mundo que ultrapassasse a inoperância da S.D.N. e atribuisse às grandes potências prerrogativas inéditas na vida internacional mormente no âmbito da segurança e da manutenção da paz. Isto levou à criação da ONU e do seu Conselho de Segurança onde os cinco grandes ocupam assento permanente e têm o direito de veto. Nascia assim um sistema internacional comandado pelos grandes, sobretudo pelos EUA e pela URSS, visto que a Europa perdera a sua secular vocação centrípeta, lugar ocupado habilmente pelos EUA, como já foi dito no primeiro capítulo. No entanto, as agendas políticas de ambos eram irreconciliáveis, como já foi demonstrado anteriormente, perspectivando assim alguma nebulosidade na política

internacional que veio a tomar a designação de GF. Apesar disso, convergiam ambos no anticolonialismo, embora não fossem exactamente as mesmas motivações e os mesmos objectivos. E aqui é preciso revisitar as ideologias. Segundo Silva Cunha, «Marx equiparara as relações entre colonizadores e colonizados às relações entre capitalistas e proletariado. O anticolonialismo soviético era, portanto, imposto pela ideologia de Moscovo, mas era também um meio ao serviço da expansão russa.»²⁶⁶ O raciocínio estratégico de Moscovo preconizava que uma vez «expulsa a Europa da África e da Ásia, desapareceria um dos factores da sua força no Mundo e vastos territórios se abririam à influência da Rússia.»²⁶⁷ Luis F. de Oliveira e Castro dá-nos a seguinte explicação:

«A União Soviética, coerente com as suas ambições imperialistas e de domínio universal, sabia e sabe que a Europa sem a África e sem os prolongamentos em outros continentes se enfraquecerá de modo irremediável; por isso, logo se aproveitou do ambiente criado pelo anticolonialismo sentimental e pelo panafricanismo para desenvolver a sua propaganda, tendente a estimular a reacção, de dentro para fora, do nativo contra o europeu, apresentando este como explorador e agente do capitalismo ocidental e lançando, ao mesmo tempo, o estribilho aliciador e revolucionário de “Ásia para os asiáticos” e “África para os africanos”.»²⁶⁸

Este pensamento, para não sucumbir na esfera onírica, teve bases programáticas oportunamente delineadas por Estaline para a «acção que

²⁶⁶ CUNHA, Silva, op. cit., pp. 10-11

²⁶⁷ Ibidem, p. 11

²⁶⁸ CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, op. cit., pp. 12-13

permitirá ao leninismo conquistar os povos oprimidos para a revolução proletária»:

1.º «O mundo está dividido em dois campos: o campo constituído por um pequeno grupo de nações civilizadas que detêm o capital financeiro e exploram a imensa maioria dos povos do Globo e o campo dos oprimidos e dos submetidos, isto é, as colónias e os países dependentes que formam tal maioria.»

2.º «As colónias e os países dependentes, oprimidos e explorados pelo capital financeiro, constituem uma imensa reserva e uma parcela extraordinariamente importante de força para o imperialismo comunista.»

3.º «A luta revolucionária levada a cabo pelos povos oprimidos dos países coloniais e dependentes contra o imperialismo é o único meio que estes têm de livrar-se da opressão e da exploração.»

4.º «Os principais países coloniais e dependentes entraram já no caminho que levará ao movimento da libertação nacional e de que resultará infalivelmente a crise do capitalismo mundial.»

5.º «Os interesses do movimento proletário nos países mais adiantados e o movimento de libertação nacional nas colónias exigem que estes dois aspectos do movimento revolucionário se unam numa frente comum de luta contra o inimigo, isto é, contra o imperialismo.»

6.º «A vitória da classe trabalhadora nos países mais adiantados e a libertação dos povos oprimidos do jugo do capitalismo são impossíveis sem uma frente revolucionária activa.»

7.º «A formação de uma frente revolucionária activa é inviável, por sua vez, sem o apoio directo e decidido do movimento de libertação dos povos oprimidos

contra o capitalismo metropolitano.»

8.º «Este apoio consiste em reivindicar e pôr em prática o direito que as nações têm de separar-se e de existir como Estados independentes.»

9.º «Sem aplicação deste direito é impossível organizar a união e a colaboração das nações numa economia mundial única, base material da vitória do comunismo.»²⁶⁹

Entretanto, Estaline não fica por ali. A estas teses acima elencadas acrescentou algumas considerações elucidativas que aqui também citamos pela sua importância na compreensão do papel da URSS no âmbito da descolonização:

«...daqui derivam dois aspectos, duas tendências dentro da questão: - a tendência política do imperialismo e a constituição dos estados nacionais e independentes, tendência forjada sobre a base da opressão capitalista e da exploração colonial..., e a tendência para o enriquecimento económico nas nações permitida pela formação de um mercado mundial e de uma economia mundial. Para o capitalismo estas duas tendências aparecem como contraditórias e irreconhecíveis, já que o capitalismo não pode viver sem explorar as colónias e sem as manter como uma força num todo único; já que o imperialismo não pode unir as nações senão por meio de anexação de territórios e de conquistas sem as quais não poderia conceber-se sob um ponto de vista geral. Para o comunismo, ao contrário, tais tendências não

²⁶⁹ *Questões Nacionais e Coloniais. Teses e Estatutos do II Congresso da Internacional Comunista (1920):* (citado por) CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, op. cit., pp. 13-14

são mais do que aspectos de uma mesma coisa, ou seja, a emancipação dos povos oprimidos do jugo do imperialismo capitalista, uma vez que o comunismo sabe que a união dos povos numa economia mundial única só será possível por intermédio da separação das colónias do todo imperialista e pela sua transformação preliminar em Estados independentes.»²⁷⁰

Quanto ao conceito de autodeterminação que vimos discutindo acima, para Estaline, e no âmbito da descolonização, não há meio-termo: a autodeterminação é e deve ser entendida como direito à independência:

«Antigamente, o princípio de autodeterminação racial era erradamente interpretado, reduzindo-se, frequentemente, ao direito das nações à sua autonomia. Alguns mentores da II Internacional chegaram inclusivamente a converter o direito de autodeterminação no direito à autonomia cultural, quer dizer, no direito de as nações oprimidas terem as suas próprias instituições culturais, deixando todo o poder político nas mãos da nação dominante. Esta circunstância fazia com que o princípio de autodeterminação nacional, em vez de ser uma arma de luta contra as anexações, corresse o risco de converter-se num instrumento para as justificar. Hoje esta confusão deve considerar-se liquidada. O leninismo ampliou o conceito de autodeterminação nacional, interpretando-o como o direito dos povos oprimidos dos países dependentes e das colónias à completa separação e como das nações a viver como Estados independentes.»²⁷¹

²⁷⁰ Ibidem, pp. 14-15

²⁷¹ ESTALINE, J., *Sobre los Fundamentos del Leninismo*, conferência pronunciada na Universidade de Sverdlov, em começos de Abril de 1924, *Cuestiones del Leninismo* (trad. Espanhola, Buenos Aires, 1947): (citado por) CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, op. cit., pp. 15-16

A URSS não se limitou a uma retórica demagógica e fútil. Os factos demonstram o seu engajamento directo na exportação do comunismo pelo mundo fora. E será o novo líder soviético, Nikita Krushev, que no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Fevereiro de 1956, acabará por assumir o ónus de levar o plano à acção: o envolvimento directo da União Soviética na luta anticolonial em África abrindo assim uma nova perspectiva no contexto das estratégias gizadas pelo Congresso, em plena Guerra Fria, com as políticas de “desestalinização” e a redefinição das principais tarefas da sua política externa consubstanciada nos seguintes pontos:²⁷²

1.º Desenvolver a amizade fraterna com as democracias populares e consolidar o sistema mundial do socialismo;

2.º Apoiar os movimentos de libertação nacional dos povos em luta pela supressão do jugo colonial e cooperar amigavelmente com os jovens estados emancipados;

3.º Salvar a paz, denunciar e ripostar energicamente contra as perigosas políticas de agressão dos meios imperialistas dos Estados Unidos;

4.º Pôr em marcha os princípios leninistas de coexistência pacífica;

5.º Esforçar-se por estabelecer uma cooperação mutuamente vantajosa com

²⁷² Cf. PONOMAREV, B. – GROMYKO, B. – KHVOSTOV, V. (dir), *Histoire de la Politique Exterieur de L'URSS (1945-1970)*, editions de progrès, Moscou, 1974, p. 36

os estados capitalistas que o queiram no interesse da salvaguarda da paz universal e para esconjurar a ameaça de uma nova guerra mundial.

6.º Exportar o comunismo e alargando as suas zonas de influência no mundo, neste caso, em África.

É nesta perspectiva que a África passará a estar diante dos holofotes do Kremlin donde vai receber o mais alto patrocínio às «manifestações autóctones de anti-europeísmo» e anticolonialismo. A URSS vai criar com as organizações políticas, sindicais e militares africanas uma espécie de empatia ideológica assegurando-lhes apoio financeiro e material. Segundo Luis Filipe de Oliveira e Castro, toda esta empreitada é garantida no terreno pela acção de «organizações cripto-comunistas»: «No conjunto do continente africano contavam-se em 1961, 40 000 comunistas, elementos que são muito fluídos e mudam facilmente de país.»²⁷³ Neste sentido, o mesmo autor acrescenta ainda:

«Facções comunistas operam em todos os movimentos ditos nacionalistas, universidades, sindicatos africanos, etc. Os seus fundos são fornecidos seja pela União Soviética, via consulados da Alemanha do Leste e da Checoslováquia, seja pelo partido comunista francês, seja ainda pelos comunistas chineses instalados em África.»²⁷⁴

²⁷³ CASTRO, Luís Filipe de Oliveira e, op.cit., p. 49

²⁷⁴ Ibidem, p. 50

Um outro aspecto importante da estratégia soviética em África consistiu na criação em Moscovo de um Instituto de Estudos Africanos (História, etnografia, psicologia, etc),²⁷⁵ iniciativa que abriria o caminho para o conhecimento científico da realidade africana com fins de dominação. Este tipo de iniciativas não é inédito. Outras de género precederam-na ao longo da própria história colonial como as famosas sociedades de geografia, as missões exploratórias em África, os estudos do ultramar, etc. Algumas políticas coloniais que foram ensaiadas ou aplicadas no ultramar eram produto de estudos antropológicos e sociológicos levados a cabo *in situ*.

Em relação ao anticolonialismo americano, temos de visitar o que dissemos no primeiro capítulo desta tese ao abordarmos as causas ou origens da GF. Antes de qualquer outra consideração, chamamos ao mérito da discussão o «idealismo e o missionarismo americano» para depois estudarmos outros factores de carácter utilitarista. Silva Cunha diz-nos que «os americanos eram anticolonialistas por tradição histórica e por motivos de ordem ideológica.»²⁷⁶ Se aludirmos aos factos históricos, podemos dizer que, como antiga dependência britânica, tendo passado por uma experiência colonial, e por força das reminiscências desse período dramático da sua história, os EUA passaram a ser paladinos do anticolonialismo.

«Depois da independência, passaram a defender sistematicamente os colonizados contra os colonizadores, como reacção ainda contra a situação de

²⁷⁵ Ibidem

²⁷⁶ CUNHA, Silva, op. cit., p. 11

dependência em relação à Inglaterra, cuja recordação os vexava, e também como projecção, no plano das relações entre os povos, dos princípios individualistas e liberais inscritos na sua Constituição.»²⁷⁷

A liberdade enquanto valor individual e colectivo passou a ter um espaço sagrado e incontornável na idiosincrasia americana. E por estar inscrita na sua Constituição passou a ser um axioma moral a exportar inicialmente para Europa onde pretendiam estabelecer uma espécie de liderança moral através dos seus princípios liberais como a democracia, a igualdade, a economia do mercado, etc., como marca distintiva do Ocidente. Esta pretensão foi mais visível no período pós-bélico ao contraporem o expansionismo soviético na Europa, facto que fez despoletar a confrontação ideológica entre as ambas as superpotências. No entanto, o anticolonialismo americano obedecia igualmente a razões de ordem política e económica. E aqui nasce a estratégia para a África sob o domínio colonial:

«Esta deveria integrar-se na órbita de influência dos EUA, pois a prosperidade destes só poderia manter-se se conquistassem novas fontes de matérias-primas e novos mercados para a colocação dos seus produtos, visto que aqueles de que dispunham antes da guerra progressivamente se restringiriam com a reconstituição e expansão da economia europeia, a diminuição da sua influência na Ásia e a comunização na China.

Onde se eliminasse uma influência europeia, pensavam, ganhar-se-ia um campo

²⁷⁷ Ibidem, p. 11

para a influência norte-americana.»²⁷⁸

O objectivo dessa estratégia seria o acesso directo aos recursos naturais da África sem o protecçãoismo económico das potências coloniais. Mas havia ainda o objectivo de conquistar novos mercados para o escoamento dos produtos da sua indústria. Luis F. de Oliveira e Castro estigmatiza essa estratégia americana que designa por «colonialismo do dólar» ou um colonialismo por substituição:

«Trata-se de um *colonialismo* que não ousa dizer o seu nome e pretende apresentar-se como um fenómeno diverso do das empresas mercantis do século passado; afinal, e nos seus resultados, é idêntico, bem que revestindo uma forma actualizada de actuação.

Os Estados Unidos tornaram-se a primeira potência económica do Mundo pela sua produção de trigo, de petróleo ou de aço; pelo seu parque automóvel e pela sua marinha; pelas suas técnicas e meios militares e financeiros. O dólar é o rei das moedas e as reservas de ouro americanas são mais elevadas do que as dos demais países em conjunto.»²⁷⁹

Estes aspectos aqui afluídos têm implicações importantes nos acontecimentos que irão marcar o processo de descolonização em África e, particularmente em Angola. Constituem efectivamente instrumentos

²⁷⁸ Ibidem

²⁷⁹ CASTRO, Luís Filipe de Oliveira e, op, cit., p. 52

hermenêuticos de suma pertinência na inteligibilidade dos intrincados meandros com que se coseu a independência das ex-colónias europeias em África. É nesta perspectiva que é preciso ponderar a acção dos nacionalistas e o peso da luta de libertação nacional, por um lado, e a resiliência do fascismo até ao seu colapso que iria determinar a dissolução do império, por outro lado. Por conseguinte, ao analisar os factos é preciso excluir os primarismos infundados que servem de adorno ao discurso político onde a exaltação da gesta dos herois que lutaram pela independência desqualifica e compromete a verdade da história.

CAPÍTULO III

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

A independência de Angola, enquanto objecto de análise política, sugere três aspectos essenciais para a nossa dissertação: 1.º Marca o nascimento do Estado angolano e sua estreia como sujeito de direito internacional, sendo *ipso facto* actor das relações internacionais com capacidade jurídica para formular e definir a sua PE no contexto da política internacional; 2.º Traz à tona o maior e mais difícil problema para as autoridades portuguesas: a transferência da soberania para os angolanos, tendo em conta a existência de três movimentos de libertação e suas dissidências, para além dos grupos políticos surgidos depois do golpe de 25 de Abril; 3.º Coloca o Estado nascituro nas malhas da GF com a intervenção estrangeira, facto que irá minar os fundamentos da sua sobrevivência como Estado soberano e independente. Desde logo, o presente capítulo demarca-se de iterações fúteis de domínios exaustivamente navegados sobre a matéria. O nosso foco vai consistir em explorar e analisar os três pontos que acabámos de assinalar.

3.1.O Processo de Transição

A transição é uma categoria importante para análise dos fenómenos políticos contemporâneos. O seu estudo é designado na ciência política por “transitologia”. Ela pode ocorrer por via revolucionária (luta armada ou golpe de estado), por via negocial (entre o poder e a oposição) ou por via de reformas internas do sistema político vigente. No entanto, esta classificação não funciona

necessariamente como compartimentos estanques. O processo revolucionário pode resultar em negociações entre o governo e os beligerantes e pode também haver reformas do sistema ou do regime impulsionadas por uma oposição, mas negociadas entre as partes.

Segundo Tiago Ferreira Lopes, «o estudo das transições (...) divide o modo como se opera a transição (...) em quatro partes: 1.) pré-condições; 2.) factores; 3.) modelo de transição; 4.) resultado.»²⁸⁰ Seguindo esta lógica, e procurando adequá-lo ao nosso estudo, é um dado evidente de que em Angola houve uma transição do estado colonial para um estado independente e soberano. Se atendermos aos factores elencados por esse autor, como sejam a perda da legitimidade, dilema performativo, crise económica e pressão internacional, havemos de destacar a perda de legitimidade do regime fascista em Portugal e a pressão internacional. No primeiro caso, é evidente que pela sua natureza autoritária e anti-democrática o regime fascista (ou Estado Novo) criou anti-corpos em Portugal e envenenou o interesse nacional. As suas próprias contradições internas levaram-no a uma implosão irreversível protagonizada exactamente por aqueles que serviram esse mesmo regime e já não lhe reconheciam qualquer legitimidade representativa. No segundo caso, a pressão internacional exercida por Estados aliados (v.g. EUA), por organizações internacionais (ONU) ou por países da mesma região (antigas potências coloniais), teve uma influência directa na política interna, especialmente no âmbito do dossier da descolonização ao qual o regime fascista se mostrava impermeável e irredutível. Estes dois factores

²⁸⁰ LOPES, Tiago Ferreira, *Transição*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., p. 517

respondem de algum modo à questão da imprescindibilidade ou não da luta armada para o alcance da independência em Angola; dito noutros termos, se, por um lado, é aceitável de que a luta armada em Angola foi um importante instrumento de pressão interna com repercussões externas que beliscaram a imagem do regime em Portugal, por outro lado, sem a pressão internacional sobre o regime fascista e a sua perda de legitimidade interna, a luta armada não teria tido projecção e eficácia. Neste caso, a transição para a independência em Angola deve-se a vários factores e a luta de libertação nacional não é necessariamente algo imprescindível na medida em que já havia sido consagrado o princípio da autodeterminação dos povos, de que já falámos, e nesse contexto a grande maioria das ex-colónias em África emanciparam-se politicamente sem o troar dos canhões. Por conseguinte, a luta armada de libertação nacional foi uma opção espontânea dos nacionalistas angolanos, mas não uma fatalidade. Cremos que ninguém pode sustentar que se não tivesse havido uma insurreição armada, Angola seria ainda hoje uma colónia portuguesa.

Quanto aos modelos de transição, no intuito de identificarmos aqueles que marcaram a transição em Portugal e Angola, fazemo-nos tributários do mesmo autor que distingue três modelos:

«a.) Transformação – ocorre quando as facções moderadas do regime e as facções conservadoras acordam por via de pactos políticos a mutação do regime, que acontecerá de modo gradual e faseado. A elite próxima do governo tende a controlar o desenrolar do processo transformativo;

b.) Rutura – impossibilidade, praticamente total, de o regime se transformar

por via de pactos porque as alas reformistas dentro do regime ou são fracas, ou não existem. Na Rutura as facções conservadoras que se opõem de modo claro ao regime têm um papel decisivo;

c.) Extrusão – ocorre quando tanto o governo como a oposição se consciencializam do equilíbrio das suas forças e são forçadas a negociarem conjuntamente o modo como se processará a remodelação do sistema político. A dinâmica da Extrusão tende a ser controlada pela oposição e não pelo regime, como ocorre na Transformação.»²⁸¹

Ora, como podemos enquadrar estes modelos no contexto das transições em Portugal e em Angola? Em Portugal, a revolta militar de 25 de Abril rompeu com o *ancien régime* e instaurou um novo regime (a República constitucional). Não esteve em causa qualquer negociação, pois o novo regime era uma negação absoluta do anterior afastando qualquer hipótese de reciclagem. A lógica dessa transição assenta no pressuposto de que as ditaduras derrubam-se e não se reciclam. Assim sendo, estes pressupostos colocam-nos mais próximos do segundo modelo: a “Rutura”. Quanto à transição de Angola para a independência, estamos diante de uma situação em que um governo reconhece a legitimidade dos beligerantes e se chega a um acordo político por via negocial sobre o direito à independência total²⁸². Este é daqueles casos em que uma luta revolucionária termina em negociações, prevalecendo neste caso as reivindicações dos beligerantes. Assim, a análise dos factos permite-nos deduzir

²⁸¹ Ibidem, p. 518

²⁸² «O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano à independência»: in Acordo de Alvor, art. 2.º

que aqui prevaleceu o terceiro modelo, isto é, a “Extrusão”.

3.1.1.O impacto do golpe de 25 de Abril em Angola

Vamos analisar neste apartado as implicações directas que o golpe militar de 25 de Abril na Metrópole teve em Angola. A imprensa escrita da época, atenta aos acontecimentos, oferece-nos uma imagem que à distância de mais de quarenta anos podemos ler com algum sossego e sem paixões. Desde logo, o Expresso traz uma cronologia que abrange as 0.30 h do dia 25 de Abril até às 16 horas do dia 26. Nessa cronologia estão destacados os principais factos que se foram sucedendo. E tudo começa com as primeiras palavras da canção “Grândola Vila Morena” transmitida no programa radiofónico “Limite” como senha para o eclodir das operações militares. Já pelas 3 horas «Forças da Escola Prática de Cavalaria de Santarém (...) avançam sobre Lisboa e ocupam posições no Terreiro do Paço.» Mas não se ficam por aí, pois, «Simultaneamente os pontos estratégicos da cidade são ocupados: Aeroporto (fechado imediatamente ao tráfego), estações radiofónicas, Radiotelevisão Portuguesa e Rádio Marconi. São cercadas as áreas do Quartel-General, em S. Sebastião da Pedreira, e do Quartel-Mestre.» Ora donde partiram os insurgentes? «Estas operações são levadas a cabo por militares que se movimentam de Mafra, Tomar, Caçadores 5, Cavalaria 7, Figueira da Foz, Viseu, Lamego, Estremoz, Vendas Novas e outros pontos.»²⁸³

²⁸³ BMC/HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA, *25 de Abril. Cronologia de acontecimentos – Grândola*, in Expresso, N.69 (27 Abril 1974), p. 2

Entretanto, o mesmo jornal destaca o acontecimento com este título: «**O Regime foi derrubado em clima de festa**». Está aqui uma alusão às manifestações da população um pouco por toda a parte, mas sobretudo nos principais focos de concentração (Marquês de Pombal, Rato e Avenida da Liberdade), saudando efusivamente os militares golpistas.²⁸⁴ É reportado também a queda do Carmo com a rendição de Marcello Caetano depois da intervenção pessoal do General António de Spínola.²⁸⁵ As biografias sintéticas dos sete membros da JSN mereceu também um destaque no Jornal Expresso, sendo eles: General António de Spínola, General Francisco da Costa Gomes, Coronel Carlos Galvão de Melo, Brigadeiro Jaime Silvério Marques, Capitão-de-Mar-e-Guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, Capitão-de-Fragata António Alva-Rosa Coutinho.²⁸⁶

As reacções pelo mundo fora não se fizeram esperar. Com razão o jornal Expresso destaca este título, na sua edição de 4 de Maio: «**O Mundo fala de Portugal após o ``25 de Abril``**». Na introdução do artigo lê-se o seguinte trecho:

«PODE DIZER-SE que todo o mundo fala de Portugal e desta vez o tom geral não é o de censura. A verdadeira revolução porque está a passar o nosso país desde o dia 25 de Abril tem sido objecto de comentários que vão desde o aplauso à descrença, passando pela expectativa. Aplauso das nações democráticas tradicionalmente amigas da Nação portuguesa e que desesperavam já de ver Portugal como um país livre. Descrença principalmente dos povos africanos que mais

²⁸⁴ Ibidem, p.3

²⁸⁵ Ibidem, p.4

²⁸⁶ Ibidem, p.6

arduamente têm combatido ao lado dos movimentos de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e que mais não vêm no golpe de Estado do mês passado do que uma “fuga para frente” em relação ao maior problema com que Portugal se debate. Expectativa, enfim, daqueles que por sistema adoptam a política de “esperar para ver” e também dos antigos aliados do regime derrubado, que receiam qualquer “ricochete” da nova linha política dimanada de Lisboa.»²⁸⁷

Importantes passagens textuais de países como a Espanha, a França, Alemanha, a URSS, os Camarões, a Nigéria, o Zaire, a China, a Indonésia, o Vietname, a Rodésia, a África do Sul, bem como de algumas organizações internacionais como o Parlamento Europeu e a OUA retratam as reacções acima sumarizadas. Destacamos aqui a OUA, no entanto, tendo em conta que esta representava os interesses da África em geral, e de Angola, em particular:

«A Organização da Unidade Africana não acredita que a nova ordem instalada em Lisboa conduza, por si só, à independência dos territórios africanos classificados de “províncias ultramarinas” pelo anterior regime. Para o secretário-geral da OUA, Nzo Ekgangati, “o que vai libertar o nosso continente é a luta dos Movimentos de Libertação, apoiados em toda a África através da OUA. (...) Vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para reforçar o aparelho combatente dos movimentos de libertação com vista a assegurar o êxito total da nossa causa.»²⁸⁸

²⁸⁷ BMC/HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA, *O Mundo fala de Portugal após o “25 de Abril”*, in *Expresso*, N.70 (04 Maio 1974), p.7

²⁸⁸ *Ibidem*

Como é que Angola reagiu diante desses acontecimentos? As reacções ao golpe do 25 de Abril não foram imediatas em Angola. Há quem defenda que apanhou desprevenidos os movimentos independentistas. Não é apenas o acontecimento em si que causou pasmo e surpresa, mas também as decisões graves do programa do MFA que resultou do mesmo golpe.

«A menor dúvida subsiste já que o 25 de Abril e o programa do M.F.A, proclamando a solução negociada das guerras no ultramar e o direito dos povos coloniais à autodeterminação, colheu todo o mundo de surpresa: lançou na confusão e perplexidade colonizados e colonizadores em Angola; criou o pasmo incrédulo nas chancelarias de países vizinhos e longínquos; e apanhou inteiramente desprevenidos os Movimentos de Libertação.»²⁸⁹

O mesmo testemunho nos é fornecido pela historiadora Alexandra Marques, que cita alguns trechos da France Press, sublinhando a surpresa e o clima de incerteza que se apoderou não só da população, negra e branca, como também dos decisores militares e políticos.

«Em Angola, “a notícia do golpe de Estado de 25 de Abril surgiu em pleno cacimbo, na estação má, no tempo das nuvens e do calor húmido” quando “o céu mostra-se indeciso: não chove, mas também o sol não aparece”. Para os luandenses o clima caracterizava também a situação política desde o derrube do regime. Vivia-

²⁸⁹ VAZ, Carmo (dir.), *Angola rumo à independência. O Governo de Transição - documentos e personalidades*, Livriangol editores, Luanda, p. 13

se um tempo de incerteza e expectativa. Certeza nem os novos decisores militares e políticos da Metrópole tinham quanto ao modelo de descolonização a adoptar no mais complexo caso ultramarino de transferência do Poder, reclamado por três Movimentos armados. As populações ultramarinas (que só conheciam a realidade colonial) não foram efusivas nas reacções. O 25 de Abril “foi um acontecimento inesperado, distante do que eram as suas preocupações habituais” e foi com isso recebido “com moderada satisfação”. “se é certo que a notícia da mudança de regime provocou uma enorme surpresa, tanto entre os europeus como entre os africanos, não é menos verdade que não desencadeou a agitação febril vista nas manifestações na Metrópole, (...)»²⁹⁰

As evidências dum clima de receios sobre a evolução da situação estão bem estampadas nessas passagens. Por um lado, o choque ou o terramoto psicológico das populações em geral, por outro, as incertezas dos próprios decisores em relação ao modelo de descolonização a implementar no caso de Angola, tendo em conta a sua especificidade. Sobre este assunto, havemos de voltar mais adiante, tendo em conta a sua pertinência. Entretanto, queremos continuar a desbravar, passadas quatro décadas do acontecimento, o ambiente em que o 25 de Abril foi acolhido em Angola:

«Um frémito de esperança e alegria percorreu toda a população africana, discretamente manifestado, tal o terror que lhe infundia a máquina de repressão fascista do último governo colonialista, encabeçado pelo agrónomo Santos e Castro;

²⁹⁰ MARQUES, Alexandra, *Os Segredos da Descolonização de Angola. Toda a verdade sobre o maior tabú da presença portuguesa em África*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2013, p. 25

os velhos democratas e anti-fascistas portugueses em Angola rejubilaram ao primeiro ímpeto, mas breve se deixaram tomar de perplexidade uns, de pânico outros, quando tomaram consciência que a liberdade para Angola representava o poder nas mãos da maioria negra, qualquer que fosse o grau da sua preparação (...).»²⁹¹

Efectivamente, era muito precoce que as populações tivessem uma ideia objectiva dos contornos do golpe e da mudança do regime enquanto os decisores amadureciam fórmulas para a exequibilidade do programa gizado, mormente em termos de uma “descolonização exemplar”. Todavia, o MPLA reagia com desconfiança através das suas edições panfletárias denominadas “Comités Henda” em relação ao 25 de Abril:

«Para nós, nacionalistas revolucionários angolanos, é muito importante conhecermos o significado político do que aconteceu em Portugal e quais as causas que o determinaram. Para nós, a explicação deste acontecimento político só pode ser encontrada através de uma análise do desenvolvimento da luta de classes em Portugal. (...). O presente golpe de Estado vem exprimir a crise profunda em que se debate a burguesia portuguesa para continuar a oprimir e a explorar o nosso povo, os povos irmãos de Moçambique, Guiné e demais colónias e o próprio povo português. (...). Temos de estar atentos e prosseguir o combate. O golpe de 25 de Abril não é mais do que uma acção manhosa da burguesia portuguesa para travar o desenvolvimento das lutas do povo português e dos povos das demais colónias. Que se trate de um golpe conduzido pela burguesia e para servir os seus interesses de classe privilegiada é um facto agora incontestável. Mostra-o o facto de não ter sido o

²⁹¹ VAZ, Carmo (dir.), op. cit., p. 13

povo português a pegar em armas e a derrubar o fascismo mas forças do próprio exército, um dos principais sustentáculos do aparelho do Estado fascista. Mostra-o o programa apresentado pela “Junta”. Prova-o a estúpida exigência do general Costa Gomes para que os Movimentos de Libertação deponham incondicionalmente as armas para que se possa dialogar dentro do espírito democrático.»²⁹²

Apesar dessa suspeição saúda-se a queda do fascismo com um optimismo reservado ou moderado:

«O Povo angolano saúda a queda do fascismo, regime que o martirizou assim como aos povos irmãos de Moçambique, da Guiné e do próprio Portugal. Mas temos de estar atentos, camaradas. O facto de uma forma particular da ditadura da burguesia portuguesa ter caído não quer dizer que ela já morreu. A burguesia portuguesa é obrigada a aceitar a morte do colonialismo, mas prepara com ajuda do imperialismo, o neo-colonialismo, que não é mais do que uma maneira mais manhosa dos colonialistas para enganar o povo.»²⁹³

O problema é bem mais complexo, pois estamos diante de uma situação em que os colonos e antigos servidores do regime fascista estão em pânico temendo represálias, já que não estava claro ainda o pacote das intenções políticas do novo regime. A ideia do poder nas mãos dos negros não podia deixar de melindrar os brancos em Angola, facto que iria precipitar a retirada massiva de cerca de meio milhão de brancos, muitos deles nunca antes haviam pisado a Metrópole. Se para

²⁹² ANTT, *Comités Henda. Editorial*, SCCIA, n.183, fls177, 176

²⁹³ *Ibidem*, fls 176

uns era o regresso inesperado, para outros estava longe disso, pois a sua única realidade era Angola, onde nasceram, cresceram, trabalharam e fizeram a sua fortuna. Para estes Portugal era, neste caso, terra de refúgio e nada tinham que ver com o “regresso das naus”.

Entretanto, um antigo Embaixador belga em Portugal, Max Wery, diz que o golpe não foi completamente imprevisível, mas que «surpreendeu pela sua rapidez e pela facilidade da sua consecução.»²⁹⁴ Elenca uma série de questões pertinentes que presumivelmente assaltaram às mentes dentro e fora de Portugal:

«Quem eram aqueles militares? A quem e a quem obedeciam? Que regime queriam instaurar ou impor ao país? Seria um regime marxista de democracia popular? Um regime de democracia tradicional ocidental? Ou um regime sui generis próprio a Portugal, mais ou menos copiado do regime peruano ou egípcio? A revolução portuguesa – a primeira na Europa desde a Segunda Guerra Mundial – não iria ser marcada pelo espírito que presidira à explosão estudantil de Paris em Maio de 68?(...) Quais seriam as reacções dos países ocidentais e dos países comunistas perante a nova situação criada em Portugal?»²⁹⁵

Estas questões não só põem a nú o denso mistério que envolveu o facto do 25 de Abril como adensa igualmente o manto de incertezas sobre o *day after*. A sua complexidade é ainda mais pertinente na medida em que os próprios protagonistas do golpe não tinham respostas imediatas a algumas destas

²⁹⁴ WERY, Max, *E assim murcharam os cravos*, Editorial Fragmentos, Lisboa, s/a, p. 9

²⁹⁵ Ibidem

questões, havendo profundas dissensões no seu seio. Essa nebulosidade arrastou-se por mais de um ano e enquanto durou o PREC até que o golpe de 25 de Novembro de 1975 abriu caminho para uma maior clarificação política da situação que resultou no primeiro governo constitucional de Portugal, em 1976, e na instauração da democracia liberal.

3.1.2. Os dilemas da transferência do poder em Angola

Ao ler o que está escrito na literatura disponível sobre o assunto, não temos receio de colocar o problema a partir de uma premissa fundamental: as forças políticas intervenientes, quer por parte das autoridades portuguesas, quer por parte dos movimentos independentistas, não tinham o mesmo entendimento em relação à “descolonização”. O problema não estava na expressão em si, mas na sua tradução para a situação concreta de Angola, que não era a de S. Tomé, Guiné, Cabo-Verde ou Moçambique. A situação de Angola era, de longe, mais problemática e mais complexa. Se por um lado, as autoridades do movimento de Abril declararam com unanimidade o seu beneplácito pelo princípio da descolonização como uma das pedras basilares do Programa do MFA, por outro, não havia consenso em relação aos modelos. Descolonizar, sim, mas como? Através de uma independência total, de uma federação ou confederação? Desde logo, Alexandra Marques cita esta afirmação de Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, de que «não existia uma visão política homogénea no seio do governo provisório. Na ausência de coordenação, cada um fazia mais ou

menos aquilo que entendia»²⁹⁶ Havia a tendência de se fazer uma distinção entre autodeterminação e independência, como já tivemos o ensejo de explicar no capítulo precedente. Este era um problema de fundo e não um problema de somenos importância.

A visão spinolista defendia claramente o gradualismo, afastando a ideia de uma independência imediata que seria “precipitado”. Alexandra Marques refere uma “solução Commonwealth lusófona” defendida pelo General Spínola em *Portugal e o Futuro*, obra publicada pouco antes do 25 de Abril onde se condensa a fina-flor do seu pensamento sobre o problema do Ultramar nos derradeiros dias do regime pontificado por Marcelo Caetano.²⁹⁷ Este afastava açodadamente qualquer hipótese de abandonar os territórios ultramarinos, aceitando, porém, com um paternalismo indisfarçável, a aplicação de fórmulas político-administrativas para o “*empowerment*” das colónias, como se pode ler neste trecho:

«É importante, nesta altura, acentuar que resolver o problema ultramarino não será, de forma alguma, abandonar os territórios e populações de além-mar a soberanias duvidosas, a interesses de outras potências ou a hordas intoxicadas psicologicamente ao serviço e a soldo de neocolonialismos. Não podemos abandonar quantos, africanos e europeus, constituíram, no Ultramar, as suas vidas, alimentando todas as esperanças à sombra da Bandeira Portuguesa.

Não pode encarar-se, senão como criminosa demissão, toda a orientação que

²⁹⁶ MARQUES, Alexandra, op. cit., p. 25

²⁹⁷ Ibidem, p. 26

visse a substituição pura e simples das actuais estruturas institucionais pelas dos partidos revolucionários, que não representam as populações africanas e os seus legítimos interesses. Seria criminoso e profundamente anti-português abandonar à sua sorte esses milhares de europeus e milhões de africanos, que em nós confiam.»²⁹⁸

Nestas expressões está aquilo que Spínola pensava que não devia ser o caminho a seguir em relação ao espinhoso problema do Ultramar, rejeitando preliminarmente qualquer veleidade demissionarista. Qual era então a solução do problema do Ultramar para Spínola?

«A solução eminentemente nacional que defendemos visa, em substância, resolver o problema ultramarino pela criação de um sentimento que una, de facto, os vários grupos humanos constitutivos da Nação que queremos ser e os torne aptos a conscientemente permanecerem portugueses com a plena aceitação da opinião mundial.»²⁹⁹

E na conclusão do seu livro, foi mais concreto ainda em relação ao modelo político e administrativo que devia ser implementado nas então colónias portuguesas:

«Defendemos, por isso, uma solução do problema nacional baseada numa

²⁹⁸ SPINOLA, António de, *Portugal e o Futuro. Análise da Conjuntura Nacional*, Arcádia, Lisboa, s/d, pp. 150-151

²⁹⁹ Ibidem, p. 151

ampla desconcentração e descentralização de poderes em clima de crescente regionalização de estruturas político-administrativas dos nossos Estados, num quadro de raiz federativa. E se for essa opção de vinte e cinco milhões de portugueses, haverá que assegurar, então, contra os extremistas, o cumprimento da vontade da Nação.»³⁰⁰

Havia, entretanto, outras tendências ou alternativas que mediavam entre aqueles que pensavam que deviam avançar imediatamente para uma “descolonização negociada” cujo corolário seria a independência e aqueles que mantinham ainda laivos saudosistas do fascismo e do Portugal uno e indivisível que defendiam ainda uma solução militar no Ultramar. Segundo Manuel Crespo, houve alguma tensão sobre o assunto entre o MFA e a Junta de Salvação Nacional.³⁰¹ Diniz de Almeida aponta quatro alternativas que subsistiam para solucionar o diferendo ultramarino:³⁰²

1. Continuar a guerra noutros moldes. (solução defendida por generais

³⁰⁰ Ibidem, pp.240-241

³⁰¹ CRESPO, Manuel Pereira, *Porque Perdemos a Guerra*, Ed. Abril. Lisboa, s/d, p. 27

³⁰² ALMEIDA, Dinis, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA, I Vol.*, Edições Sociais, Lisboa, s/d., p. 56. Todas as três primeiras soluções foram abandonadas deixando lugar ao reconhecimento da independência como modelo mais viável de descolonização. O autor cita Álvaro Cunhal que explica as quatro razões do fracasso das demais soluções: «Em primeiro lugar, as soluções inicialmente avançadas pelos órgãos do poder, que estavam voltados para o neocolonialismo, tiveram todas de ser revistas, profundamente alteradas e finalmente completamente ultrapassadas pela luta conjunta e reciprocamente solidária das forças revolucionárias portuguesas e dos povos submetidos ao colonialismo português. Em segundo lugar, as tentativas para ajudar “movimentos” de libertação ou criar grupos dóceis ao neocolonialismo, fracassaram a força real dos movimentos de libertação que conduziam a luta dos seus povos com o activo apoio das forças revolucionárias e do povo de Portugal. Em terceiro lugar, as tendências existentes nas forças armadas, segundo as quais estas deveriam conter os movimentos de libertação e servir para impor soluções neocolonialistas, foram ultrapassadas pelo MFA e por todos os sectores militares que entendiam que as forças armadas deveriam agir para concretizar a independência dos povos. Em quarto lugar, ao mesmo tempo que manteve sempre firme e activa a cooperação entre as forças revolucionárias em Portugal e em África, fracassaram as grandes tentativas de golpes armados nas ex-colónias, conjugados com as tentativas contra-revolucionárias em Portugal»: in *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, excertos das pp. 107 a 110 (citado por) ALMEIDA, Dinis, op. cit., p. 57

depostos).

2. *Prolongar a guerra até estarem criadas condições para um blepiscito “favorável” (defendida por Spínola, cujas variantes não se afastam da sua tese federalista).*
3. *Admissão formal da independência, mas protelada em termos que criassem condições para uma solução de tipo neocolonial (defendida por dirigentes do P.S.).*
4. *Reconhecimento inequívoco da independência, com a transferência de poderes para os ML efectivamente revolucionários (solução defendida pelo P.C. e restantes forças progressistas).*

No meio desse imbróglio, os dirigentes afectos aos movimentos guerrilheiros em Angola «ignoravam de que forma o novo regime iria resolver a questão ultramarina e não se manifestaram de imediato.»³⁰³ Porém, o MPLA mostrou-se contrária à linha spinolista e fez questão de difundir um apelo aos seus militantes e simpatizantes por ocasião da visita do Presidente Spínola a Angola. E os termos do apelo não foram os mais simpáticos:

«Compatriotas! Brevemente o General SPÍNOLA vai pisar, uma vez mais, o solo sagrado da nossa pátria. O Evangelho da sua missão é bem conhecido. Pregar a continuidade da opressão e exploração colonial, incitar os colonos e os angolanos menos avisados à Federação, incutir nos angolanos o lema “ANGOLA é

³⁰³ Ibidem, p. 26

PORTUGAL'', enganar-nos com independência e contar-nos na comunidade portuguesa.

Por isso, apelamos a todos os compatriotas para que por essa ocasião sejam realizadas manifestações em massa, em que todo o nosso povo deverá fazer ouvir as suas aspirações mais justas e sagradas. (...) o povo deverá manifestar-se junto do General português demonstrando, uma vez mais, de maneira inequívoca, a sua firme vontade e inquebrantável determinação de prosseguir a luta por todos os meios até à conquista definitiva da independência real e completa de Angola.»³⁰⁴

Embora a situação militar em Angola, por essa altura, tenha sido favorável às forças portuguesas que praticamente detinham o controlo de todas as circunscrições administrativas do território de Angola,³⁰⁵ tendo em conta as fragilidades estruturais e tático-operativas dos ML, a ideia inicial das autoridades portuguesas era o restabelecimento da paz no território através de um cessar-fogo com os insurgentes. E aqui também o assunto não foi fácil. Para as autoridades portuguesas qualquer entendimento com os ML passava pela deposição das armas. Foi esta a posição expressa pelo General Costa Gomes na sua visita a

³⁰⁴ ANTT, *Carta Confidencial ao Ministro da Coordenação Interterritorial*, SCCIA, n. 183, fls 147; ANTT, Emissão de ''Angola Combatente'' - MPLA – Rádio Voz da Revolução Congoleza (Jul74), SCCIA, n.183, fls 145

³⁰⁵ «A partir de Abril de 1974, a guerra tinha atingido aquilo a que se poderia chamar um impasse, o que favorecia Portugal. A insurreição nacionalista africana permanecia largamente confinada a zonas remotas e fronteiriças, o apoio soviético à causa do MPLA tinha sido reduzido, não havia qualquer actividade rebelde ameaçadora em zonas urbanas, levando mesmo Portugal a transferir algumas unidades militares de Angola para Moçambique, onde a situação no centro do território começava a mudar a favor da Frelimo.»³⁰⁵ WHEELER, Douglas – PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Tinta da China, Lisboa, 2013 (1ª Reimpressão), p. 357. No entanto, esta ideia não é unânime, pois, há quem pense o contrário, isto é, que Portugal perdeu a guerra colonial na medida em que ao fim e ao cabo entregou os territórios do Ultramar e respectivas populações aos beligerantes dos movimentos de libertação. Portugal foi a grande derrotada porque satisfaz totalmente as reivindicações dos seus inimigos. Portugal capitulou com a retirada do seu exército e de toda a sua máquina administrativa de Angola. Cf. CRESPO, Manuel Pereira, op. cit., pp. 158-159

Angola, em Maio de 1974, onde defendeu o desarmamento dos guerrilheiros e a sua “legalização” como partidos políticos com liberdade de propaganda e de mobilização de massas: «Tenho ordens terminantes da Junta de Salvação Nacional para não permitir a propaganda de movimentos em armas. Permitir isso seria apunhalar pelas costas os nossos soldados (...). Se eles quiserem vir para a luz do dia, interrompam o combate e será aceite o diálogo.»³⁰⁶ Porém, os movimentos rejeitavam liminarmente «um cessar-fogo sem um acordo político prévio»³⁰⁷, já que «não queriam correr o risco de desarmar e desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias.»³⁰⁸ Assim sendo, coube a Portugal tomar a iniciativa das tréguas, embora com resultados inicialmente adversos:

«Em meados de Maio Portugal suspendeu todas as suas operações militares no território: o cessar-fogo era um “um acto de boa vontade” e não uma rendição, garantia o comandante-chefe. Mas a trégua não teve efeito imediato: em Maio, o número de baixas “foi semelhante ao do mês anterior: 21 mortos e feridos e a FNLA e o MPLA endureceram posições para cada um se apresentar “como interlocutor mais válido em possíveis negociações”»³⁰⁹

Pezarat Correia reforça o entendimento da parte portuguesa de que, sendo a guerra ainda uma realidade insofismável em Angola, a paz seria a *conditio sine qua non* para o diálogo político:

³⁰⁶ AGUIAR, Luiz, op. cit., p. 382

³⁰⁷ Ibidem, p. 27

³⁰⁸ Ibidem

³⁰⁹ Ibidem

«A fase da transferência do poder da descolonização de Angola teve de enfrentar condicionamentos vários, mas um era determinante: estava-se em guerra, o que impunha a necessidade de começar por fazer a paz para que as negociações pudessem ter êxito.»³¹⁰

Todavia, o sinal dado pelas autoridades portuguesas foi acolhido, mesmo com as incertezas que ainda ensobravam o processo ora iniciado, pelos ML. A UNITA assina o cessar-fogo em Lungue-Bungo (Leste) com o exército português, cuja delegação foi constituída pelo então major Pedro Pezarat Correia, o tenente-coronel Passos Ramos e o Capitão Moreira Dias, com a mediação do padre António Oliveira³¹¹ (da Ordem Padres Claretanos). Seguiu-se o cessar-fogo entre FNLA e o exército português em Kinshasa (um erro estratégico de Holden Roberto que assim punha a nú a sua fraca implantação em Angola) a 12 de Outubro de 1974. Finalmente coube a vez ao MPLA, inicialmente renitente e desconfiado das verdadeiras intenções do MFA, mas também por uma questão estratégica que consistiu em ganhar tempo para reposicionar-se melhor no terreno a fim de ganhar uma posição de força; a assinatura do cessar-fogo teve lugar na chana do Lunhamege (Leste) a 21 de Outubro de 1974.³¹² Mas o General Silva Cardoso,

³¹⁰ CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola – Do Alvor a Lusaka*, Hugin editores, Lisboa, 1996, p. 25

³¹¹ O padre Antonio Oliveira foi destacado como missionário no Luso (Luena) cuja missão estava situada numa área onde a UNITA havia instalado o seu quartel-general. Esse missionário foi uma figura emblemática tendo em conta a sua relação muito próxima com o Dr Jonas Savimbi. Recentemente publicou uma obra onde traz revela o seu testemunho sobre os três anos passados naquela missão antes do 25 de Abril de 1974: Cf. OLIVEIRA, António, *O Padre de Savimbi*, Aletheia Editores, Lisboa, 2017

³¹² WHEELER, Douglas – PÉLISSIER, op. cit., p. 358. A assinatura do cessar-fogo com a FNLA e o MPLA acontecem depois da demissão de Antonio de Spínola da presidência do país e da sua sucessão pelo General Costa Gomes. Este iria finalmente encetar negociações sérias sobre a independência de Angola.

sucessor do Almirante Rosa Coutinho como Alto Comissário em Angola depois do Acordo de Alvor, cuja experiência o deixou desiludido, traz a lume o que se passava mais ou menos nessa altura em relação aos insurgentes angolanos e às circunstâncias do cessar-fogo com a UNITA:

«Parecia que a FNLA, com um novo fôlego pelos reforços que tinha conseguido da China e do Uganda, procurava intensificar a luta armada, enquanto a UNITA, após a emboscada que montou às nossas forças, se mostrava disposta a dialogar com os responsáveis nacionais como foi afirmado por Savimbi a 6 de Junho em Lusaka. Poucos dias mais tarde, exactamente 14 de Junho, assinava com o governo português um acordo de cessar-fogo na sua base nas margens do rio Lungué Bungo onde, para o efeito, se deslocara o então Major Pezarat Correia e o Ten.Cor Passos Ramos. Tudo se passara com o máximo de discrição, sem qualquer publicidade e não tendo sido fixadas condições especiais. Numa simples folha de papel ficou acordado acabar com as hostilidades no âmbito da luta armada quando, na realidade, a UNITA não dispunha de qualquer capacidade neste campo, pois não sendo reconhecida pela OUA e não recebendo apoios do exterior, não tinha outra saída para a sua sobrevivência e presença em futuras negociações com Portugal a par dos outros dois movimentos de libertação.

Por sua vez o MPLA, para além dos sucessivos apelos de Agostinho Neto para a continuação e incremento da luta armada como forma de dissimular a sua extrema debilidade, tanto no campo político como militar, procurava reencontrar-se e assumir-se como o único interlocutor válido nas negociações com os portugueses, visando a independência do território.»³¹³

³¹³ CARDOSO, António Silva, *Angola – Anatomia de uma Tragédia*, Oficina do Livro, Alfragide, 2009 (7.^a

Apesar da situação política e militar particular de cada um dos movimentos independentistas, as autoridades portuguesas decidiram avançar para a legitimação dos três como interlocutores válidos. Não importava mais quem começou primeiro a luta de libertação ou quem veio depois, quem estava mais equipado ou quem estava menos, quem fazia mais avanços na guerra ou quem fingia que combatia os portugueses. Estava aberto o caminho para o diálogo político. Era convicção de todas as partes envolvidas de que só o diálogo poderia trazer luz às incertezas e esbater os dilemas que então prevaleciam na escolha do melhor caminho para uma transição pacífica e digna do poder em Angola.

É preciso também aqui dar uma atenção ao estado moral e psicológico das tropas portuguesas que combatiam em Angola. Segundo Weeler e Pélissier, «uma percentagem significativa das forças armadas portuguesas estacionadas em Angola estava impaciente e ansiosa por regressar à metrópole; a sua relutância em apoiar a autoridade portuguesa e as respectivas directivas políticas em Angola teve um importante efeito no processo de descolonização.»³¹⁴ Não é preciso fazer algum exercício especulativo para percebermos que a notícia do golpe de 25 de Abril não podia deixar indiferentes aqueles que estavam no campo de batalha por

edição), p. 339. Entretanto, já em Agosto de 1974 é assinalado o cessar-fogo entre guerrilheiros do MPLA e as FA portuguesas nas áreas do Leste, mais concretamente em Macondo. O acontecimento segundo o relatório do Administrador do Macondo foi justificado por um oficial guerrilheiro nestes termos: «Conforme já foi tornado público pelo camarada Espínola, Angola vai tornar-se independente dentro em breve e por conseguinte já não é necessário a guerra. Os outros camaradas nossos ficaram na mata mas não longe, onde aguardam os resultados deste contacto. Conjuntamente com as FA Portuguesas iremos levantar as minas e não faremos mais ataques até aos resultados finais das negociações. O que nós estamos agora a fazer é uma ordem dos nossos responsáveis»: ANTT, *Cópia do Relatório enviado pelo Posto Administrativo de Macondo*, SCCIA, n.º 183, fls 398

³¹⁴ Ibidem, p. 358

uma causa cujas convicções nem sempre eram claras. Esta era seguramente a oportunidade sonhada por muitos: de largar as armas e regressar para casa. Mesmo ao nível dos oficiais superiores que estiveram directamente envolvidos na guerra colonial em Angola e, posteriormente, na gestão da transição, esta vontade parecia ser inequívoca. Era chegada a hora do desengajamento e da entrega da soberania aos angolanos. Segundo ainda Weeler e Pélissier, «os oficiais mais jovens e radicais do Movimento das Forças Armadas defendiam a autodeterminação e a rápida independência de todas as colónias.»³¹⁵ Contudo, as dissensões internas no seio dos três movimentos independentistas em Angola vão complicar sobremaneira o processo de transição para a independência. Daí a pertinência de explorarmos também aqui o perfil dos mesmos para percebermos, para além da propaganda, o que realmente os dividia.

3.1.3. Os perfis dos três movimentos guerrilheiros

Antes de navegar nestas águas turbulentas, devemos acautelar alguns aspectos metodológicos. O primeiro é que este assunto podia constituir matéria bastante para uma outra tese, tendo em conta o oceano de estórias que envolve cada um dos três movimentos de libertação de Angola. O segundo aspecto tem a ver com um escólio com que nos deparamos amiúde quando pretendemos levantar o véu à realidade interna desses movimentos: a mistificação. Este fenómeno está presente em várias versões “historiográficas” forjadas pelos

³¹⁵ Ibidem, p. 358

próprios movimentos onde se destacam proezas inexistentes e se calam ou se justificam factos comprometedores com insidiosos argumentos “*pro domo*”. Efectivamente, as dinâmicas políticas internas, as disputas internas pelo poder, as rivalidades, as dissidências, as traições, os fracassos, as controvérsias ideológicas e respectivas identificações, o relacionamento com as autoridades coloniais, as alianças e os apoios externos, o ódio e as hostilidades recíprocas, *inter alia*, são “peças soltas de um *puzzle*”, como lhe chamou Alexandra Marques³¹⁶, que é preciso dissecar com uma pinça. Todas as versões domésticas reflectem a grande preocupação da exaltação do grupo e da sua legitimação em detrimento de outros actores. O historiador Birmingham, consciente desse escólio, deixa bem claro a pertinência dessas dificuldades:

«Escrever uma história da FNLA, do MPLA e da UNITA representa um duro desafio. Os movimentos de guerrilha não têm os recursos necessários ao armazenamento de grandes arquivos, ou mesmo de papel e tinta para grandes registos. Os testemunhos orais, por outro lado, tinham de ser constantemente modificados para ir ao encontro de cenários em constante mutação e, olhando para trás, pôr o narrador sob a melhor luz possível.»³¹⁷

É neste sentido, v.g., que podemos enquadrar a emblemática obra de Carlos Pacheco posta à estampa em Lisboa em 2016 sobre o MPLA e a liderança de Agostinho Neto. A obra aparece para os apologetas partidários do MPLA como

³¹⁶ MARQUES, Alexandra, op. cit., p. 15

³¹⁷ BIRMINGHAM, David, *Breve História de Angola Moderna (Séc. XIX-XXI)*, Guerra e Paz, Lisboa, 2017, p. 122

uma “heresia” que fere todo o “catecismo” e respectivos devocionismos engendrados em torno da figura de Agostinho Neto e da idolatria da pátria, por destapar o véu sem cerimónias ao percurso histórico desse movimento e da sua mais alta direcção; a obra foi “anatematizada” antes mesmo da sua leitura e análise tranquila e cuidadosa. Ora, aqui encontramos diferenças substanciais entre a perspectiva em que é colocada, em dois volumes, a História do MPLA preparada pelo Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (CDIH) e a obra, igualmente em dois volumes de Carlos Pacheco.³¹⁸ Por um lado, deparamo-nos com a glorificação da grande epopeia revolucionária de um movimento constituído por “iluminados” e que terá tido o mérito de trazer o facho da liberdade aos povos de Angola; por outro, Pacheco traz-nos um percurso de luta com as suas contingências humanas traduzidas em momentos bons e momentos menos bons onde as lutas intestinas pelo poder, a perfídia e os assassínios *intra muros* estiveram na ordem do dia.

Por conseguinte, não é nossa pretensão trazer a lume aspectos problemáticos da origem e da evolução destes movimentos. Interessa-nos a nível da análise destacar os padrões político-ideológicos que orientaram a sua luta, as alianças externas e as respectivas estratégias. O autor Franz Wilhelm Heimer faz uma incursão sociológica sobre o processo de descolonização em Angola; no seu estudo, dá uma atenção particular aos «padrões da revolta “nacionalista” de 1961-1974».³¹⁹ Faz uma breve descrição sinóptica das três principais

³¹⁸ Cf. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA, *A História do MPLA*, 1.º volume (1940-1966) e 2.º volume (1967-1977), CDIH, Luanda, 2008; Cf. PACHECO, Carlos, *Agostinho Neto. O Perfil de um Ditador. A História do MPLA em Carne Viva*, vols I e II, Nova Veja, Lisboa, 2016

³¹⁹ HEIMER, Franz Wilhelm, *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*, A Regra de Jogo,

organizações político-militares que enfrentaram o colonialismo português em Angola. Um dos primeiros elementos a ter em conta é a base socio-identitária da composição desses grupos. A FNLA, que resultou da fusão entre a UPA e o PDA em 27 de Março de 1962, tinha uma composição maioritariamente Bakongo (do Norte de Angola e do ex-Zaire). O MPLA, igualmente resultante de uma fusão de várias organizações políticas entre finais da década de 50 e inícios de 60,³²⁰ teve uma base Kimbundo (Luanda e o corredor do Cuanza) com elementos assimilados, negros e mestiços, maioritariamente urbanos, como no-lo atesta Franz W. Heimer:

«A base social original do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) foi a população não-branca de Luanda. Diferentes grupos clandestinos, mais ou menos estruturados, fundiram-se num só movimento, ao redor de 1960, compreendendo, em primeiro lugar, elementos da pequena burguesia africana e mestiça e, em segundo lugar, do proletariado africano. Desde o início, o MPLA era claramente um movimento “nacionalista”. Em função da inspiração socialista e, nalguns casos, marxista, de vários de seus quadros, a posição ideológica assumida pelo MPLA apareceu, desde o começo, como sendo algo mais “radical” do que a da FNLA, mas uma certa heterogeneidade não permitiu que o movimento aparecesse logo, com toda a clareza, como sendo “revolucionário”.»³²¹

Lisboa, 1980, pp. 35-47

³²⁰ O MPLA é uma fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), do Movimento para a Independência de Angola (MIA) e do Partido Comunista de Angola (PCA). A pulverização de pequenos partidos entre os anos 50 e 60 evoca um problema crucial que era a fragmentação da luta, facto que se tornaria em grande impecilho para fazer avançar a luta com sucesso. A estratégia do MPLA baseou-se exactamente em agregar todos eles num “amplo movimento” para dar uma outra dinâmica à luta de libertação.

³²¹ Ibidem, p. 37

O MPLA deve ter sido o movimento que conheceu maior heterogeneidade (intelectuais/operários/urbanos/rurais/negros/brancos/protestantes/católicos/, etc.) e, *ipso facto*, com maiores dificuldades de gerir as diferenças e as dinâmicas transversais. As lutas internas a nível da liderança foram constantes desde a sua génese. A afirmação do Dr Agostinho Neto na liderança do MPLA nunca foi um processo pacífico, tendo em conta as desinteligências, contradições e clivagens que originaram uma série de crises. A Revolta Activa, a Revolta do Leste e, depois, o 27 de Maio são capítulos emblemáticos da situação interna do movimento e da sua fragmentação política. No entanto, a sua ligação com a URSS³²² e com países socialistas do Leste Europeu abriu caminho para uma “homogeneização ideológica” interna de toda a amálgama de tendências comunistas, marxistas, socialistas, revolucionaristas e nacionalistas. Não obstante à sua situação interna, enquanto uns defendem que o 25 de Abril terá salvado o MPLA dum iminente colapso, outros admitem que o MPLA era o Movimento que antes do 25 de Abril fora militarmente mais combatido porquanto superior em militância, ideologia e organização. No pensamento político de Agostinho Neto estava bem patente a força da ideologia e a necessidade de sacrifícios (entenda-se luta armada) para a emancipação completa de Angola. Expurgava também o racismo e o tribalismo no seio dos combatentes, defendendo a «formação ideológica dos homens» e a

³²² A URSS foi a sua principal fornecedora de equipamentos militares e armamento. A título de exemplo, uma informação confidencial dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola relata este facto: «No âmbito da assistência material soviética ao MPLA, a URSS concedeu cerca de 300 toneladas de armas e munições àquele movimento, que transitaram por CASABLANCA com destino à TANZÂNIA. O navio que transporta estas armas chegará à TANZÂNIA antes do fim de JUL69»: ANTT, *Apoio da URSS ao MPLA*, SCCIA, n.º 39, U.I., cx 235, fls 1

«educação política dos militantes» como esteio incontornável para o sucesso da luta. E para Neto, «a luta armada não é somente um sacrifício, é sobretudo uma força. Não é só um desperdício de vidas; não é só regar os nossos campos de batalha com o sangue dos melhores filhos dos nossos Povos: é também uma escola.»³²³

A UNITA, o único movimento que não resultou de uma fusão nem teve facções dissidentes ao longo da resistência anticolonial, teve uma base maioritariamente Ovimbundo, especialmente de origem rural.³²⁴ No entanto, este movimento resulta da dissidência de Jonas Savimbi depois do desentendimento com o Holden Roberto. A ideia inicial não era logo a de fundar um outro movimento; a primeira tentativa era ingressar no MPLA de Agostinho Neto. Insatisfeito, porém, com «os termos da sua integração oferecidos pelo MPLA, e com o que considerava uma falta de preocupação do MPLA com as sociedades tributárias»³²⁵, Jonas Savimbi, juntamente com alguns quadros dissidentes da FNLA, funda a UNITA e coloca o seu quartel-general no interior (então Distrito do Luso no Leste de Angola) a partir donde passou a exercer actividade guerrilheira contra as Forças portuguesas,

³²³ ANTT, *Textos Anti-coloniais. Discurso do Dr Agostinho Neto (6/junho/1968)*, SCCIA, n.183, fls 195

³²⁴ Já fizemos menção no segundo capítulo sobre a resistência dos povos de Angola contra a ocupação estrangeira. A história atesta que foi quase generalizada antes de se impor o domínio de que resultou um período de colaboração entre os colonos e os autóctones. No entanto, o facto de se destacarem aqui três etnias (Ovimbundo, Bakongo e Mbundu ou Akuambundu) na composição das lideranças dos movimentos político-militares da nova fase de luta anticolonial carrega um manancial de pressupostos simbólicos que irão alcandorar essas tribos para lugares-cimeiros no contexto da construção da História contemporânea de Angola. É preciso desmistificar toda a carga negativa que foi dada à etnia ou à tribo na história política recente não só de Angola como de tantos outros países africanos. Era absolutamente normal que a mobilização política anticolonial partisse de uma base tribal enquanto não houvesse ainda uma ideia consolidada de nação. Afinal Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, vistos por dentro da realidade étnica, são três ícones que corporizam os anseios e expectativas de cada uma dessas etnias, sendo a etnia Mbundo a “triumfante” e as outras “frustradas” pelas vicissitudes da história por não terem conseguido, uma vez vencido o inimigo comum, o poder na disputa entre si.

³²⁵ HEIMER, Franz Wilhelm, op. cit., p. 39

contando com o apoio das etnias Lunda-Cokwe e Nganguela. Quanto à inspiração ideológica, a UNITA foi forjada como um movimento de tendência maoísta cuja doutrina revolucionarista procurava inculcar nos seus combatentes. Os seus primeiros comandantes foram treinados na China comunista, donde beberam matérias de estratégia, tática de guerrilha e algumas luzes do maoísmo.³²⁶ No entanto, Savimbi defendia também um socialismo libertador e contextualizado:

«Nós temos uma posição socialista. Se o nosso combate fosse simplesmente para o colonialismo abandonar o país e nos constituirmos nós os novos capitalistas, a nossa luta teria sido inútil, teria sido em vão. A nossa luta tem de visar a libertação do país e dos meios de produção. Não haja equívocos sobre isso. Como é que poderemos criar escolas, formar professores, construir hospitais, preparar médicos, fazer laboratórios e dar emprego a tantos desempregados, se o Estado não tiver meios para levar a cabo essas reformas? É o nosso socialismo ortodoxo? Não! É o socialismo libertador.»³²⁷

A sua estratégia de dirigir a luta a partir do interior, no contexto da doutrina maoísta de que o campo cerca a cidade e esta cai por uma evolução natural da

³²⁶ Relativamente à orientação ideológica maoísta da UNITA, o seu próprio fundador, Dr Jonas Savimbi, tem o seguinte depoimento: «Os chineses não me disseram para aplicar a teoria maoísta em Angola. Pelo contrário, eles até me acautelaram: “tenha cuidado com aquilo que nós estamos a dizer porque vocês em África são povos menos desenvolvidos que nós, Angola não é um país industrializado.” Diziam sempre que que em nenhuma escola do mundo competia ao professor dizer o que o aluno devia fazer, o aluno é que devia aproveitar as lições como referência e adaptá-las àquilo que era a sua experiência concreta. Os chineses nunca insistiram na aplicação do maoísmo em Angola nem na formação do partido comunista, do partido maoísta em Angola. Só nos diziam: “Esta é a nossa experiência aqui na China. Mas se serve ou não para vocês, só vocês é que sabem»: Cf. ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, Círculo de Leitores, Maia, 1994, pp.96-97

³²⁷ VINICIUS, Marco – SALDANHA, Maria João, *Jonas Savimbi. Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola*, Edições Armasilde, Amadora, 1977, p.202

situação,³²⁸ contrariamente aos outros dois movimentos com quartéis-generais nos dois Congos ou na Zâmbia, possibilitou uma cumplicidade importantíssima com as populações camponesas para a eficácia da luta. Este facto, terá sido um dos motivos pelos quais ficou conhecido então como o movimento com maior enraizamento em Angola, tendo causado sérias preocupações às autoridades coloniais. Para o carismático líder deste movimento, a luta de libertação devia atingir a “Angola profunda” e devia ter como princípio catalizador uma matiz genuinamente africana (mais próxima à consciência negra) de que era paladino acérrimo. Entretanto, vários factores terão pesado negativamente na sua ambição de se tornar num movimento de abrangência e importância nacional e internacional. Segundo Franz W Heimer,

«A decisão chinesa de suspender o seu apoio, a concorrência com o MPLA no leste de Angola, e a sua incapacidade de obter o apoio de uma porção significativa dos não-brancos urbanos, explicam o fracasso da UNITA em tornar-se um movimento de uma importância «nacional» efectiva, em termos políticos e militares.»³²⁹

Um outra estratégia da UNITA foi estabelecer “contactos” considerados polémicos com a população branca civil (v.g. os madeireiros) na área de operações e uma espécie de “*cordiale entente*” com autoridades policiais (PIDE) e militares

³²⁸ «A estratégia da guerrilha no primeiro estágio da guerra (...) é persuadir cada vez mais a população africana para se juntar a ela nas florestas, isolando desta forma as cidades. Num segundo estágio, a que se chegará logo que a acção de guerrilha tenha conquistado parte da população camponesa, atacar-se-ão as cidades que, nessa altura, estarão ocupadas pelos portugueses, de acordo com o planeado. Encetámos uma guerra que se pode estender ao longo de gerações»: WAALS, W.S. Van Der, *Guerra e Paz. Portugal/Angola (1961-1974)*, (trad. Helena Maria Briosa e Mota), Casa das Letras, Alfragide, 2015, p.290

³²⁹ Ibidem

portuguesas no Luso num período em que as operações ofensivas eram praticamente nulas. Admite-se a hipótese de Jonas Savimbi ter avançado para um compromisso político com as autoridades portuguesas. Segundo o relato de Almeida Santos, citando uma entrevista de Costa Gomes, esse entendimento concluído com Jonas Savimbi está associado ao facto de o seu pai ter estado preso, à época, na cidade de Silva Porto; o acordo permitiu soltar o pai e devolve-lo ao emprego como funcionário público da Câmara Municipal.³³⁰ No entanto, Basil Birmingham tem a seguinte opinião sobre o assunto:

«No início dos anos 70 do século XX, entrara em negociações secretas com os oficiais do exército português quanto à possibilidade de alcançar uma solução neocolonial para o impasse de libertação. Procurava, naturalmente, um papel para si mesmo apesar do seu ainda mínimo apoio de base no país.»³³¹

Contrapondo este ponto de vista o General Miguel Nzau Puna, então segundo homem da hierarquia da UNITA, reage deste modo:

«Ridículas afirmações sopradas por toda a parte, começaram a dar conta de que a UNITA era “fabricação portuguesa”. Ridículas e sem sentido algum, até pelos combates que fomos travando em toda a parte.

³³⁰ SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular*, 2º Volume, Casa das Letras, Cruz Quebrada, 2006, pp.132-133

³³¹ BIRMINGHAM, David, op. cit., p. 122; Franz W. Heimer refere no seu trabalho sobre as Declarações feitas por Savimbi, registadas em fita magnética, e difundidas pela Emissora Oficial de Angola em começos de Maio de 1974. Segundo o autor, essas mesmas já continham até indicações bastante claras no sentido de um possível apoio, por parte da UNITA, aos projectos adiantados por Spínola, e que previam um processo lento de descolonização, no quadro de uma estrutura federal do tipo Commonwealth lusitano: HEIMER, Franz Wilhelm, op. cit., pp. 54-55 (ver nota rodapé n.182).

De qualquer modo, e a esse respeito, posso aceitar que houve, a determinado momento, um certo desvio da linha política do partido quando o Dr Savimbi estabeleceu uma certa “cooperação” que visava enganar os portugueses para, simplesmente, ganhar tempo. E mesmo que os portugueses tenham dado munições, elas seriam utilizadas, de facto, contra as tropas portuguesas (...).

Essa tal “cooperação” foi-me esclarecida pelo próprio Dr Savimbi. É que eu andava intrigado. Imaginem que desde o último semestre de 1972 até ao último trimestre de 1973 não se registou um único bombardeamento às nossas posições. Quase um ano.

(...) Contou-me então que Sabino Sandale e Samuel Martinho Epalanga eram os elementos de “ligação” que, de vez em quando, iam até Luena. Voltavam, muitas vezes, em helicópteros portugueses.»³³²

Se considerarmos a situação então vigente de guerra assimétrica, sendo a UNITA praticamente o único movimento que não dispunha de apoios externos substanciais contando mais com o apoio interno das populações mobilizadas, tendo em conta ainda a situação de quase-cerco em que se encontrava em relação às investidas da FNLA e do MPLA para além do próprio exército colonial, esse compromisso deve ser entendido como manobra de sobrevivência para ganhar tempo e não necessariamente de rendição ou traição da causa como foi propalado pela propaganda panfletária do MPLA – sobretudo depois do 25 de Abril - onde foram exibidas supostas correspondências trocadas entre o Dr Savimbi e

³³² PUNA, Miguel Maria N’zau, *Mal Me Querem. Autobiografia reveladora de uma figura proeminente da história de Angola*, Papiro Editora, Porto, 2011, p. 91

autoridades coloniais;³³³ porém, para os portugueses esta tática era uma perigosa manobra de persuasão. De facto, tentar persuadir os guerrilheiros a ficarem quedos durante quase um ano, sem acções ofensivas, embora não seja exactamente uma situação de paz nem de cessar-fogo, era uma arriscada estratégia para dela se desembaraçarem. No contexto das várias frentes de combate em que estavam envolvidas as Forças Armadas portuguesas, uma frente a menos eram menos cuidados. Todavia não acreditamos que esta *symbolic output* da UNITA se deva a uma situação de lassidão por parte das autoridades militares portuguesas. Apesar das suas limitações tactico-operativas e logísticas, nem a PIDE nem as chefias militares portuguesas tiveram a veleidade de subestimar esse movimento tido como o mais insignificante dos três por contar apenas com algumas centenas de combatentes, contrariamente ao MPLA e a FNLA que já haviam mobilizado alguns milhares nas suas fileiras. Antes pelo contrário, foi levado tão a sério como os restantes por ser factor de instabilidade não apenas militar como também política. Aliás, para as autoridades coloniais estava-se diante de um mesmo e único desafio: a guerra colonial com os seus diversos epítetos como a subversão, o terrorismo, etc.³³⁴

³³³ Tivemos a oportunidade ler essas supostas correspondências nos Arquivos da Torre do Tombo e preferimos não embarcar na polémica, pois em primeiro lugar as mesmas não eram autênticas, mas transcrições feitas em panfletos que faziam parte de uma campanha levada a cabo por militantes do MPLA com o intuito de desacreditar a UNITA no contexto do pós-25 de Abril e, em segundo lugar, não é este o nosso objecto de estudo.

³³⁴ «A PIDE/DGS, sempre atenta a todas as iniciativas da UNITA e muito bem informada do que se passava no seu interior, chegou à conclusão de que aquele movimento poderia tornar-se mais ameaçador que o MPLA e FNLA. Quem não deve ter gostado destas informações terá sido o “falcão-mor” da ZML, ou seja, o general Barroso Hipólito, para quem Jonas Savimbi estaria a ir longe de mais. Este comandante tinha fortes suspeitas acerca da sinceridade e honestidade dos acordos e relações que Savimbi vinha mantendo com os militares no âmbito da Operação Madeira. Estaria mesmo convencido que ele procurava sobretudo ganhar tempo para se fortalecer, aguardando o momento oportuno e o poder militar suficiente para iniciar as hostilidades. Barroso Hipólito, não tendo qualquer dúvida a este respeito, entendia que a UNITA devia ser encarada e tratada como os restantes movimentos»: ALMEIDA, Benjamim, Angola – O Conflito na Frente Leste, Âncora Editores,

Esta sinopse pode parecer algo inócua, mas tem uma supina relevância quando quisermos descortinar a visão de Angola que inspirou cada um deles, pois esta teve implicações indescutíveis quer nas motivações, quer nas estratégias de luta. Para o MPLA essa visão estava clara no seu «Programa Maior» (1962) onde se reconhece Angola como uma Nação de nações, preconizando desde então o modelo político-administrativo de Estado descentralizado através de autonomias regionais:

«O M.P.L.A. luta para a realização do programa maior seguinte:

(...) - As regiões onde as minorias nacionais vivem em grupos densos e têm um carácter individualizado, podem ser autónomas.

- Cada minoria nacional ou étnica terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e de conservar e renovar o seu património cultural.

- No interesse de toda a nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica e social, assim como relações normais – sobre planos económicos, sociais e culturais – entre todas as regiões autónomas e todas as minorias nacionais ou étnicas de Angola.

(...) – Cada região autónoma terá o direito de adoptar disposições regionais adaptadas às suas particularidades, mas que não estejam em contradição com a legislação geral em Angola.»³³⁵

Lisboa, 2011, p.170

³³⁵ ANTT, *Estatutos e Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola*, SCCIA, n.º 29, U.L. cx 235, fls 7

Inspirado nesses princípios, numa altura em que o MPLA ainda respirava alguma “pureza” ideológica, paradoxalmente nos limiares da independência, o MPLA abandonou esta visão optando por um Estado uno, indiviso e fortemente centralizado, como vem espelhado no seu *slogan* “De Cabinda ao Cunene, Um Só Povo, Uma Só Nação”.

Em relação à sua composição, o MPLA original pugnava por uma tendência nitidamente inclusivista e transversalista, tendo em vista, mais do que um partido político, uma coligação revolucionária onde *mutatis mutandi* cabia tudo para combater o colonialismo em todas as suas formas e expressões. Com efeito, no seu “programa mínimo” está plasmado este pensamento nos moldes seguintes:

«O M.P.L.A. luta para a realização do programa mínimo seguinte:

- a) Criação urgente de uma frente Angolana de libertação, que agrupe numa união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as minorias nacionais Africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro sem distinção de tendências políticas, condições de fortuna, sexo, idade, afim de prosseguirem:*
- b) A luta por todos os meios, para a liquidação em Angola do domínio colonial português, de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, e para a independência imediata e completa da Pátria Angolana;*
- c) Defesa constante e primordial dos interesses das massas rurais e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem,*

no conjunto, quase totalidade da população de Angola (...)»³³⁶

Inspirado nesses princípios, o movimento foi acolhendo indivíduos dos mais distintos extratos sociais e étnicos de Angola. Entretanto, o MPLA, dentre os três, é o único que vai conduzir a luta anticolonial em solidariedade com outros povos africanos colonizados, especialmente das ex-colónias portuguesas em África. A sua adesão ao Movimento Anticolonial (MAC/1957) e à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN/1960) – uma plataforma de acção política de partidos e organizações das ex-colónias portuguesas - são a prova disso. Aliás, já isso constava no seu “Programa Maior”:

«-Solidariedade total com todos os povos africanos que lutam pela sua independência completa e em particular com os povos e movimentos políticos em luta contra o colonialismo Português.»³³⁷

Quanto à FNLA, evoluiu da visão sectarista inicial que remonta às origens da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), na década de 50, para uma visão mais nacional, assumindo Angola como um todo, embora a sua acção se tenha cingido mais ao norte de Angola. Este facto levou a que por um tempo a FNLA fosse reconhecida como partido não-tribal e único movimento “nacionalista” representativo de Angola cujo Governo Provisório (GRAE) recebeu o apoio da

³³⁶ Ibidem, fls 5

³³⁷ Ibidem, fls 7

ONU e da OUA.³³⁸ Todavia, as atitudes e práticas sectaristas de cariz tribal por parte da sua liderança ensombraram e descredibilizaram o movimento, abrindo caminho para dessidências, sendo a mais emblemática a do Dr Jonas Savimbi, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE. Por outro lado, Heimer defende que a FNLA não tinha uma orientação ideológica clara:

«A FNLA não definiu uma ideologia precisa. Porém, apesar de contactos com a “África progressista”, ao redor de 1960, as atitudes concretas tomadas pela FNLA caracterizaram-na como pertencente à categoria dos movimentos “nacionalistas não-revolucionários”, reflectindo em primeiro lugar as aspirações e os interesses de uma pequena burguesia, e em segundo lugar, os de algumas sociedades tributárias cuja meta foi a de obter termos de troca mais favoráveis com a sociedade central angolana (ou mesmo zairense).»³³⁹

Cremos que esta afirmação do autor pode pôr em causa o que dissemos atrás, já que admitimos que os movimentos independentistas em Angola, tal como em toda a África, inspiraram-se na ideologia do panafricanismo, tendo assumido o anticolonialismo radical como combustão da luta. Não se pode excluir a FNLA deste âmbito, pois até aqui não há uma linha divisória entre os três. Todavia, presume-se que a FNLA tenha sido aquele que não se fez equipar de uma doutrina ou de um programa sólido e coerente, inspirados na ideologia panafricanista já que o seu presidente, Holden Roberto, terá convivido em Accra com Kuame

³³⁸ HEIMER, Franz Wilhelm, op. cit., p.36

³³⁹ Ibidem, p.36

Nkrumah, um dos ícones do movimento panafricanista e foi próximo de Franz Fanon, o revolucionário martiniquês naturalizado argelino. Embora tivesse simpatizantes e militantes internos, a FNLA não se afirmou no espaço angolano já que fez do exílio (Ex-Congo Belga) o espaço táctico de toda a sua organização política, militar e diplomática. Com o envolvimento pessoal do Presidente Mobutu Sesse Seko, a FNLA conseguiu importantes avanços diplomáticos junto da Administração do presidente John Kennedy cujos apoios foram canalizados através da *American Committee on Africa* (ACA), da China Popular e de alguns países africanos. O envolvimento do Presidente Mobutu, movido por interesses próprios na região, levou-o a cooptar a FNLA ao modelo federalista do Presidente António de Spínola, segundo o que se presume ter sido o entendimento de ambos os estadistas no seu encontro na Ilha de Sal.

Por conseguinte, esta sinopse permite-nos tirar algumas ilações pertinentes na busca de uma inteligibilidade dinâmica das causas das divergências e clivagens que alimentaram os três principais interlocutores angolanos. Logo à partida é preciso refutar a ideia de uma causalidade linear e exclusiva como, v.g., o princípio da etnicidade ou o princípio ideológico ou ainda o princípio das alianças externas e respectivos patrocínios. Todos eles são variantes importantes na compreensão do problema mas não são exclusivos. Neste sentido David Birmingham estigmatiza alguns estudos desse teor:

«O estudo das facções na luta de libertação de Angola é um estudo de ciclos de modas académicas que, a determinada altura, realçavam a ideologia, noutra altura a etnicidade, noutra o patrocínio estrangeiro, noutras a educação e a cultura. As

capacidades, ambições e fraquezas de militantes, políticos, diplomatas e empreendedores individuais desempenhavam sempre um papel.»³⁴⁰

Na verdade, uma introspecção aos movimentos guerrilheiros nos anos anteriores ao eclodir do 25 de Abril traz à baila uma realidade dramática «em que a lassidão e o desencanto se sobrepuseram ao optimismo e à ambição depois de dez anos de lutas ineficazes.»³⁴¹ A isso adicionamos outros elementos nocivos que minavam a coesão e a coerência do movimento libertário, segundo Birmingham: «O atirar de culpas mútuas, as ofertas e contra-ofertas da liderança, a solidariedade e a fragmentação, a rivalidade de classe e a fraternidade étnica, todos esses factores afectaram tanto a FNLA como o MPLA e até a ainda minúscula UNITA.»³⁴²

Tendo em conta o novo ambiente criado pelo derrube da ditadura fascista em Portugal, com as novas perspectivas que se abriam como corolário da luta de libertação, dá-se efectivamente uma espécie de “ressurreição” interna dos movimentos. Estava à vista o novo futuro para Angola. Tinha chegado o momento crucial da “*captatio benevolentiae*”, isto é, uma corrida para a conquista das mentes e dos corações dos angolanos e do mundo. Não seria um atentado à verdade histórica se afirmássemos que a grande maioria dos povos de Angola era alheia à luta levada a cabo pelo três movimentos guerrilheiros aquando do 25 de Abril de 1974, justificando-se assim o proselitismo político então praticado por

³⁴⁰ BIRMINGHAM, David, op. cit., p. 124

³⁴¹ Ibidem

³⁴² Ibidem

eles. Os seus líderes desdobram-se numa intensa acção diplomática quer com as autoridades portuguesas, quer junto de países aliados ou organizações internacionais. Foram conseguidos entendimentos entre os ML no Luso, em Kinshasa e em Mombaça. A União Soviética que havia cortado ajuda ao MPLA estava de regresso e pronta para uma ajuda maciça ao MPLA de Neto (havia ainda a facção Chipenda da Revolta do Leste) em armamento, conselheiros e todo o apoio político-diplomático para instalar o MPLA no poder. Foram ultrapassadas as reticências sobre Agostinho Neto abrindo assim uma fase decisiva da cooperação entre o MPLA de Neto e a URSS. Cuba, na mesma esteira, não perdeu tempo. Instado pela desesperada solicitação de Agostinho Neto e persuadido por personalidades político-militares da esquerda portuguesa, como o Otelo Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho, Fidel Castro mobilizou imediatamente as suas forças para uma intervenção militar de grande escala, a coberto da URSS, a maior operação e ponte aérea transatlântica até então conhecidas. Quanto à FNLA, teve o apoio constante do Presidente Mobutu, o testa-de-ferro da política norte-americana na África central. Sabe-se que por causa da famosa “Emenda Clark”, os EUA não podiam envolver-se directamente nesse conflito que estava na forja, aliás o desaire americano no Vietname afastava nessa altura qualquer envolvimento directo e público de forças americanas nesses conflitos da periferia. «A política americana, dirigida, na altura, por Henry Kissinger, em associação encoberta com os serviços secretos, depositava a sua fé na FNLA para instalar um regime pró-ocidental em Luanda.»³⁴³ Tiago Moreira de Sá refere-se dum

³⁴³ BIRMINGHAM, David, op. cit., p. 130

«memorandum especial» da *task force* americana *Senior Review Group* do Conselho de Segurança Nacional em que se dizia o seguinte:

«As incertezas da situação em Angola tornam os riscos de um envolvimento directo maiores do que os prováveis ganhos. (...) Em qualquer caso, não podemos realisticamente considerar qualquer apoio militar directo e público, tais como o fornecimento de armas e o envolvimento de cidadãos norte-americanos. Qualquer auxílio teria de ser secreto e assistência militar teria de ser canalizada através de terceiras partes.»³⁴⁴

Por essa altura, já não estava apenas em jogo um apoio político-diplomático, mas sobretudo militar, financeiro e logístico. Isto permite-nos deduzir que os três ML sabiam que a sua rivalidade seria resolvida por via militar e que só uma vitória militar iria garantir o acesso ao poder em Angola. Os entendimentos obtidos, as plataformas construídas (sobretudo em Mombaça) e até o próprio acordo de Alvor não foram capazes de remover o espectro da guerra. O curso dos acontecimentos evidenciava que a guerra se tornava cada vez mais inevitável e para isso se preparavam conscientemente os contendores. Alexandra Marques faz uma narrativa documentada da corrida armamentista em curso depois do 25 de Abril, sobretudo, entre o MPLA e a FNLA, as diligências feitas junto da União Soviética e de Cuba para um apoio a Neto, a estratégia equilibrista do Almirante Rosa Coutinho (deixar que o MPLA se reforçasse já que a FNLA estava excessivamente

³⁴⁴ MOREIRA DE SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, Alfragide, 2011, p. 192

equipada), o permissivismo das autoridades portuguesas diante do desembarque de armas nos aeroportos e portos de Angola, o favorecimento posterior ao MPLA, etc.³⁴⁵ Uma das provas dessa lógica de guerra é que, depois do 25 de Abril, todos eles não só recusaram-se terminantemente a desarmar para preparar aquilo que deveria ser o embrião do primeiro exército nacional, como incrementaram e equiparam os seus pequenos exércitos com mais homens (e melhor treinados) e armamento moderno. Era chegada a era da guerra das cidades, contrariamente àquela anticolonial cujos campos de batalha estavam confinados nas áreas rurais e recônditas de Angola. Desta feita, é nas cidades que se iriam disputar o poder e decidir o futuro do país. Por conseguinte, é nossa convicção de que a guerra civil em Angola não surgiu por geração espontânea. Ela foi meticulosamente preparada quer pelos próprios movimentos, quer pelos seus respectivos aliados, especialmente as duas superpotências da GF e a China comunista. Os movimentos conheciam as suas limitações estruturais e logísticas e que, por isso, ninguém venceria a guerra sem aliados fortes e comprometidos. Outro factor determinante, foi a recusa de qualquer ideia fusionista, que se esbateu logo diante da resiliência interna de cada movimento em manter-se como organização autónoma e distinta das demais. É claro que aqui a lógica é aquela da banalização do outro e da exaltação do “ego” (o nosso grupo), onde a vontade de existir se confunde com a vontade de destruição/aniquilamento doutrem. É aqui onde radicam os impulsos ou paixões que nos empurram para o confronto intencional com vistas à eliminação ou aniquilamento total do outro. Isto significa,

³⁴⁵ MARQUES, Alexandra, op. cit., pp.139-154

noutros termos, que os líderes angolanos e seus correligionários nunca agiram como marionetas. Tinham consciência dos interesses em jogo e respectivas ambições nessa fase de transição e o modelo da partilha do poder, então ensaiado no acordo de Alvor com o governo de transição, estava longe de satisfazer tais interesses. Aliás os três líderes desses movimentos recusaram fazer parte do governo provisório. As controvérsias ideológicas foram apenas o combustível que alimentou as hostilidades recíprocas. O problema crucial é que cada um tinha uma agenda secreta ou, se quisermos, uma segunda agenda. Esta análise deixa pistas pertinentes para compreendermos o fracasso do Alvor.

3.1.4.O Acordo de Alvor: uma caixa de Pandora

No contexto desta pesquisa, afora considerações de minúcia, interessa-nos apenas uma análise em torno duma questão fundamental: Alvor foi ou não foi um bom acordo? A julgar pelo seu fracasso, podíamos responder de forma “nua e crua” que foi um mau acordo. Aliás alguém já previra o seu fracasso. Almeida Santos, então ministro da Coordenação Interterritorial e dirigente do PS, é uma das figuras que integrava a delegação portuguesa. Os seus depoimentos sobre o Acordo de Alvor numa entrevista referida à Lusa³⁴⁶ aquando dos trinta anos do

³⁴⁶ SANTOS, Almeida, Depoimentos sobre o Acordo de Alvor, in Agência Lusa, (14-01-2005). Sobre o Acordo de Alvor, os nossos entrevistados (Professor Adriano Moreira, Professor General Fontes Ramos, Doutor Jaime Nogueira, Dr José Ribeiro e Castro, Dr Justino Pinto de Andrade) foram unânimes, embora com argumentos diferenciados, de que atendendo às circunstâncias em que decorreu e tendo em conta que havia muitos interesses em jogo e sobretudo a premência que Portugal sentia nessa altura em resolver o problema ultramarino, especialmente o de Angola, para depois “arrumar a casa” no âmbito do PREC, precipitou esse acordo que mais não era do que deixar que a vontade dos movimentos guerrilheiros se concretizasse e o mais rapidamente possível.

acordo em 2005, fez revelações interessantes. Admitiu que assim que viu o documento, soube que «aquilo não resultaria». E justifica: «Além das disputas internas, estava em causa o apoio aos movimentos de três potências mundiais em plena guerra fria – o MPLA apoiado pela URSS, a UNITA pela África do Sul e, em plano de fundo, a própria China, e a FNLA pelos Estados Unidos, não apenas politicamente, mas com dinheiro, material e formação». Já no seu discurso da tomada de pose do governo de transição advertia: «Este acordo pode vir a ser um bom acordo para salvar Angola como vir a ser apenas um pedaço de papel.» E acrescenta: «Infelizmente foi apenas um pedaço de padeçal.» Manifesta ainda o seu desalento com estas palavras: «Do Alvor sou apenas um escriba, não sou mais que isso», lembrando que «Portugal não teve outra alternativa, senão assinar por baixo o que os líderes dos movimentos decidiram uma semana antes do Alvor, em Mombaça, no Quênia.» Com alguma resignação explica ainda que «Nas circunstâncias, o acordo do Alvor foi o acordo possível em extremo de causa. É preciso ver que é um acordo com três beligerantes, entre três exércitos em luta uns contra os outros. É mais um armistício do que um acordo de descolonização.» Em relação ao papel de Portugal e suas responsabilidades, Almeida Santos entende que «Portugal ganhou legitimidade para dizer “isto é um problema deles, fizemos o que tínhamos de fazer, agora entendam-se”. De certa forma legitimámos a nossa saída.»

Por seu turno, e no mesmo diapasão, consta também que Mário Soares terá mostrado preocupação e algum cepticismo sobre a eficácia do acordo que resultaria da cimeira quadripartida, tendo em conta o recrudescimento de posições

de força de todos e cada um dos ML.

«Mário Soares questionou se, na conferência final, os Movimentos iriam firmar um verdadeiro acordo ou apenas parar momentaneamente os confrontos para se reforçarem no campo militar e se enfrentarem posteriormente a uma escala impossível de controlar: Era altamente provável que a ideia deles fosse “estabelecer uma trégua provisória até que as posições políticas se definam por ajuste de forças eventualmente apoiadas no exterior”. Dissera precisamente o que viria acontecer nos meses seguintes em Angola.»³⁴⁷

Tendo em conta estas considerações prévias, para uma análise mais profunda das razões que levaram ao fracasso do Alvor, pensamos que é preciso ir ao encontro do antes, durante e depois do acordo para que possamos daí arrancar uma percepção holística desse acontecimento. O “antes” vai ajudar-nos a perceber como é que o acordo foi preparado; o “durante” vai dar-nos os elementos discutidos, os pontos de consenso e de divergência, o que prevaleceu, o clima das discussões e o grau de satisfação dos negociadores; o “depois” vai mostrar a eficiência do acordo e o grau da sua implementação no espírito de *pacta sunt servanda*.

³⁴⁷ MARQUES, Alexandra, op. cit., p. 129

3.1.4.1. Contactos exploratórios, a plataforma de Mombaça e as reuniões de Belém

As autoridades do MFA e da JSN congregados na Comissão Nacional de Descolonização presidida por Costa Gomes, em ligação com a Junta Governativa de Luanda, tendo em conta o programa directivo então gizado no quadro da descolonização, depois de terem conseguido o cessar-fogo com todas as forças guerrilheiras, passaram à fase da concertação por força das divergências havidas em relação aos modelos de descolonização a adoptar para Angola, como já foi dito acima. Era necessário avançar para a busca de amplos consensos sobre matérias sensíveis que poderiam comprometer a vontade de uma descolonização autêntica, como sejam, a acirrada rivalidade entre os três movimentos na disputa do poder vicário (quem seria a noiva de conveniência?), as modalidades para uma transferência ordeira da soberania, as influências externas (URSS, EUA, Cuba, Zaire, África do Sul, Zâmbia, Congo-Brazzaville, China Popular, Tanzânia, etc.) que já se faziam sentir nessa altura, a situação da população branca de Angola então eivada de incertezas e pânico, etc. Neste sentido, é apontado o Presidente Costa Gomes como homem de consensos e conciliador, embora tal tenha sido interpretado como sinal de fraqueza e perigoso para o processo:

«O seu estilo de governação é totalmente diferente do de Spínola, não toma decisões sem realizar consultas e tenta envolver os colaboradores. Procura ouvir todos os pontos de vista, obter consenso, maximizar a delegação de autoridade e minimizar as ocasiões em que a sua própria autoridade final é exercida. O risco

inerente a este estilo é permitir que sejam realizadas acções das quais basicamente discorda, mas que considera menos importantes que a prevalência do consenso.»³⁴⁸

Para além da concertação interna, já que o Estado português se comprometera perante a ONU a estabelecer contactos com os nacionalistas angolanos para o arranque de negociações, as autoridades portuguesas, sobretudo, Rosa Coutinho³⁴⁹, Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos, começaram uma autêntica e intensa cruzada de contactos exploratórios com Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, sem esquecer o envio frequente de delegações portuguesas ora a Kinshasa, ora a Dar-es-Salam ou Lusaka, tendo em conta a influência dos líderes desses países africanos, especialmente o ardiloso Marechal Mobuto Sesse Seko. As desconfianças mútuas estavam bem arreigadas no seio dos protagonistas. Era preciso paciência, persistência e alguma ousadia para construir um ambiente psicológico necessário para que as negociações pudessem decorrer *in bona fide*.

Foi assim que «a 28 de Outubro, Rosa Coutinho, Altino de Magalhães, António Silva Cardoso, Ferreira de Macedo, Emílio da Silva e Pezarat Correia encontraram-se com uma delegação da UNITA, liderada por Jonas Savimbi, em Cangumbe, perto da cidade do Luso.»³⁵⁰ Consta ainda que «No início do mês seguinte, Mário Soares reuniu-se com representantes da FNLA e da UNITA em

³⁴⁸ Ibidem, p.111

³⁴⁹ Desembarcou em Angola em 26 de Julho de 1974 com as funções de Alto-Comissário, em substituição do então Governador-Geral Silvério Marques. Rosa Coutinho será uma peça fundamental dos desenvolvimentos políticos em Angola que iriam culminar no acordo de Alvor, altura em que cessará as suas funções.

³⁵⁰ MOREIRA DE SÁ, Tiago, op. cit., p. 129

Tunes e em Kinshasa.»³⁵¹ Entretanto, um desses contactos, ao invés de contribuir para aquele desiderato, terá tido laivos conspirativos em favor do MPLA e em detrimento dos outros dois movimentos, tendo em conta o cuidadoso secretismo com que foi velado. Trata-se do “segredo de Argel”, isto é, do encontro havido na cidade de Argel a 18 de Novembro de 1974³⁵² onde participaram o Ministro sem pasta Melo Antunes, o representante do MNE Fernando Reino e o major Pezarat Correia (parte portuguesa) e Agostinho Neto, Iko Carreira, Paulo Jorge e Afonso Van-Dúnem (MPLA). Segundo Alexandra Marques, «o encontro (envolto num enigmático secretismo) acabaria por assumir uma importância decisiva por Almeida Santos reiterar em *Quase Memórias* ter sido em Argel que foi forjado o Acordo do Alvor.»³⁵³ Segundo Tiago Moreira de Sá, referindo-se a essa reunião, «De todos estes encontros, o de dia 20 em Argel foi particularmente importante.» E recorre ao testemunho de António Almeida Santos, segundo o qual, «nesse dia, na capital da Argélia, Melo Antunes e Agostinho Neto escreveram conjuntamente um texto que se constituiu como a proposta originária do Acordo de Alvor.»³⁵⁴ Todavia, quem não concorda com esta afirmação é um dos seus participantes, Pezarat Correia, para quem seria «abusivo afirmar que o convénio de Penina foi arquitectado em Argel.»³⁵⁵ Só que, curiosamente, as actas da reunião não mentem, antes pelo contrário, revelam, (...), ter sido neste encontro que foi definida a colaboração do MFA no reforço político e militar do MPLA, de modo a

³⁵¹ Ibidem

³⁵² Há aqui algum desajuste nas datas. Enquanto Alexandra Marques assinala o dia 18 de Novembro, Tiago Moreira de Sá aponta o dia 20 de Novembro. Não encontramos, sobre a matéria, outra fonte para confirmar qualquer uma destas datas.

³⁵³ MARQUES, Alexandra, op cit., p. 115

³⁵⁴ MOREIRA DE SÁ, Tiago, op. cit., p.129

³⁵⁵ Ibidem

ser preponderante no futuro. Ambas as partes partilhavam a mesma aversão à FNLA e sabiam que Savimbi era imprevisível.»³⁵⁶ Uma série de assuntos abordados nessa reunião serão uma espécie de *avant-première* da cimeira do Alvor. Sem entrarmos muito nos pormenores – deixamos este ónus para os historiadores³⁵⁷ – passamos a sumarizar aqui os principais pontos do cardápio de Argel, seguindo um pouco a lógica narrativa de Alexandra Marques:

1. *Exclusão da etnia branca de Angola como grupo político autónomo da cimeira com Portugal.*
2. *União de esforços entre o MFA e o MPLA para travar e equilibrar a supremacia militar da FNLA.*
3. *O plano de uma aliança táctica entre os movimentos angolanos para se apresentarem à cimeira como uma plataforma única.*
4. *A recusa de eleições gerais antes da independência, plano este considerado improcedente pelas partes, sobretudo a portuguesa.*
5. *Calendarização da data da independência entre seis meses e um ano depois da entrada em vigor do futuro acordo.*
6. *Plano de retracção do dispositivo militar português em Angola e o reposicionamento das forças militarizadas dos ML.*
7. *Manter Cabinda integrada em Angola e combater todas as aspirações secessionistas.*
8. *Definição dos critérios de participação dos brancos no futuro governo.*

³⁵⁶ Ibidem

³⁵⁷ Alexandra Marques faz uma exposição minuciosa dos pontos discutidos em Argel a partir das actas dessa reunião: cf. MARQUES, Alexandra, op. cit., pp.115-138

9. *Concessão da nacionalidade angolana aos brancos aí nascidos (tarefa entretanto remetida ao futuro governo).*
10. *Redacção de uma Constituição a ser «plebiscitada no acto da independência.»*
11. *A preocupação em torno do problema da distribuição dos ministérios no futuro governo de coligação tendo em conta a existência de pastas-chave que seriam disputadas pelos três movimentos.*

Estes pontos mereceram uma discussão entre as partes, tendo havido consenso nuns e remetidos os mais complexos para a cimeira quadripartida. A nossa opinião sobre este facto é que, lendo os argumentos aduzidos durante as discussões, nos deparamos com um acto conspirativo em detrimento doutras forças políticas angolanas. Em primeiro lugar, o facto de Portugal, com as responsabilidades acrescidas enquanto Estado administrante do território a descolonizar, ter violado o princípio da imparcialidade e isenção na arbitragem do intrincado problema da descolonização autêntica. Ao aceitar a proposta de uma colaboração activa do MFA com o MPLA, Portugal lançava fogo à peça, constituindo-se cúmplice e não árbitro do processo cujo descalabro se desenhava no horizonte. Em segundo lugar, ao comprometer-se com o MPLA Portugal perdia a capacidade de ter uma melhor avaliação da situação e, consequentemente, as melhores soluções. Nesta reunião vê-se claramente que Portugal tinha uma escolha a fazer e fê-lo. Para Portugal, era preciso apostar nas forças “progressistas” e derrotar os sectores “reaccionários” quer em Portugal, quer

em Angola. Os interesses portugueses estariam garantidos e melhor salvaguardados dentro de uma cooperação ou aliança entre forças “progressistas” de Angola e da Metrópole. Por conseguinte, o MPLA mereceu o beneplácito das autoridades portuguesas como aquela que melhores garantias dava aos interesses portugueses em jogo no processo da descolonização. Não é, pois, estranho que o líder do MPLA, o Dr Agostinho Neto tenha partido para Mombaça «com a garantia de ser o líder nacionalista preferido pela parte portuguesa.»³⁵⁸

Entretanto, os líderes angolanos precisavam de um tríptico *entente* antes de avançar para Alvor. Foram estabelecidos os contactos prévios. A UNITA e o MPLA de Neto tiveram uma cimeira no Luso de 10 a 18 de Dezembro 1974; a UNITA e a FNLA tiveram um encontro de reconciliação em Kinshasa a 25 de Novembro de 1974; O MPLA e a FNLA reuniram em Mombaça a 4 de Janeiro de 1975. Estas reuniões tiveram o mérito de “exorcizar” o ambiente político tenso acirrado por uma rivalidade visceral entre os três protagonistas e de constituir uma frente comum com vista ao processo de transição de Angola para a independência. (Vide anexos)

Finalmente, aconteceu a cimeira dos tripartida culminada a 5 de Janeiro de 1975, sob os auspícios do Presidente Jomo Kenyatta. O objectivo da cimeira de Mombaça, iniciada a 3 de Janeiro no Palácio presidencial, foi exactamente a preparação de uma frente comum ou plataforma para as negociações de Alvor.

³⁵⁸ Ibidem, p. 116

Foi então gizado um entendimento prévio em relação aos pontos que os uniam e sobre os quais pretendiam intransigir nas negociações de Algarve. Paralelamente ao acordo MPLA-FNLA, no mesmo dia 4 de Janeiro foi ainda produzida uma «**Declaração Comum de Princípios dos três Movimentos**» donde se destacam três pontos fundamentais, a saber:

1.º - *Reafirmam a sua determinação de salvaguardar a integridade territorial de Angola, nas fronteiras actuais. Nesse contexto, Cabinda é parte inalienável e integrante do território angolano.*

2.º - *Os três Movimentos de Libertação comprometem-se a edificar a Nação angolana, sobre bases justas e democráticas, eliminando, por isso, todas as formas de discriminação étnica, racial, religiosa e de qualquer outro tipo.*

3.º - *Igualmente as três organizações políticas angolanas, manifestam veementemente a sua preocupação, perante a deterioração da economia do País e exigem do Governo Português a adopção de medidas urgentes e eficazes, de acordo com os Movimentos de Libertação, que salvaguardem os interesses sociais das massas trabalhadoras, que estimulem o desenvolvimento económico do território e o processo de reconstrução nacional.»³⁵⁹*

Quanto ao comunicado final da cimeira, está longe de dar uma ideia exaustiva daquilo que se passou durante os três dias de conclave. Todavia, mesmo sendo muito lacónico, não deixa de espelhar a grande preocupação da reunião:

³⁵⁹ Ibidem, p. 25

encontrar uma plataforma comum para negociar com Portugal. (vide anexos)

Entretanto, do lado de Portugal, havia também necessidade de um entendimento em matérias nevrálgicas que estariam à mesa de negociações. Retomando aquilo que a propósito já dissemos acima, a Comissão Nacional de Descolonização reuniu em Belém com esse propósito. Nessa maratona de discussões a que Alexandra Marques chamou de “Duelo em Belém”, Melo Antunes apresentou os pontos que foram acordados em Argel com o MPLA mormente a exclusão da etnia branca de Angola como uma expressão política autónoma, a não realização do sufrágio universal durante o governo de transição, a necessidade de se criar um exército nacional em Angola para substituir os exércitos partidários, a preferência pelo MPLA como maior força ideológica embora com menor expressão militar, etc., etc.³⁶⁰ Foi ainda clarificada a missão de Mários Soares em Kinshasa onde deveria persuadir Holden Roberto e Jonas Savimbi a concordarem com duas propostas fundamentais: a) a realização iminente de uma conferência geral, de preferência em Lisboa; b) a formação urgente de um exército nacional angolano. Porém, havia uma terceira proposta mais difícil de convencer os dois líderes: a não realização de eleições durante a transição para a independência. «Holden Roberto voltou a acusar a Junta de não ser totalmente isenta nem imparcial.»³⁶¹ Esta acusação, que visava principalmente o Almirante Rosa Coutinho, como já o dissemos antes, minava a confiança entre as partes e não ajudava em nada a construir entendimentos. Mário

³⁶⁰ MARQUES, Alexandra, op. cit., p. 123

³⁶¹ Ibidem, p. 124

Soares contestou que essas queixas da FNLA eram do conhecimento do governo português. No entanto, Holden Roberto, curiosamente, veio a terreiro manifestar preocupação em relação à sorte da população branca de Angola ou ex-colonos defendendo que não fossem “empurrados” por represálias ao êxodo maciço, o que provocaria um caos económico, tendo em conta o seu peso na economia de Angola. Efectivamente, «os futuros governantes (...) não desejavam receber uma Angola com a economia destruída.»³⁶² Holden Roberto terá ainda recusado a proposta de Mário Soares de realizar a cimeira em Lisboa alegadamente para permitir a participação do Presidente da República. Preferiria que fosse S. Miguel ou Madeira. Mário Soares não conseguiu também convencer o seu interlocutor para a constituição de um exército comum angolano, preferindo este apenas um «comando integrado e comum dos três exércitos» sob dependência do Alto-Comissário.³⁶³ Segundo a narrativa de Alexandra Marques, nessa reunião de Belém foi decidida a restrição da participação ao Alvor aos três movimentos, excluindo a etnia branca, a facção Chipenda e a FLEC. Também foi resolvido o intrincado problema das relações entre a FNLA e o Alto-Comissário Rosa Coutinho, segundo uma carta de Holden Roberto apresentada por Costa Gomes onde exigia a exoneração da Junta governativa e da Comissão Coordenadora do Programa (do MFA) para Angola (CCPA). O Almirante não via com bons olhos a hegemonia militar da FNLA em relação ao MPLA propugnando por um equilíbrio de forças, facto que implicava no apoio ao reforço do dispositivo militar do MPLA. Mas o problema do Almirante não era apenas este em relação à FNLA. Na

³⁶² Ibidem

³⁶³ Ibidem

verdade, este não morria de amores por Holden Roberto e estava empenhado em não permitir que o poder vicário fosse parar às mãos deste a quem considerava uma espécie de marioneta do Marechal Mobutu, o que abriria as portas para a «mobutização de Angola». Para ele, a FNLA era apenas a fachada de que se serviam «elementos ligados ao grande capital». O MPLA representava a linha ideológica que melhor podia garantir, segundo o Almirante, a instalação de um regime progressista em Luanda. Coube então ao Presidente Costa Gomes a correcção do tiro com uma «subtil reprimenda». Eram precisas cautelas redobradas para não fazer resvalar a situação num desequilíbrio em prol da URSS, fazendo então uma espécie de premonição às tensões entre Moscovo e Washington que iriam acontecer em Angola no âmbito da GF.

3.1.4.2.A cimeira do Hotel Penina e o Acordo final

O Algarve foi o local escolhido e aceite pelas partes para a cimeira quadripartida: Governo português, FNLA, MPLA e UNITA. O Hotel Penina foi alugado pelos anfitriões para instalar todas as delegações. Esta opção facilitaria a criação de um ambiente discreto, mas também o entrosamento das delegações através de contactos interpessoais e de conhecimento mútuo. O Presidente português, Costa Gomes, participou na abertura e no encerramento da cimeira. Portanto, não participou directamente nas negociações. Um facto curioso a registar aqui em relação à UNITA: só foi reconhecida pela OUA, na sua 25.^a

sessão, no dia 9 de Janeiro, isto é, nas vésperas da cimeira.³⁶⁴ Para a UNITA esse reconhecimento acabou por colocá-lo «em pé de igualdade» com a FNLA e o MPLA, os dois movimentos que reivindicavam exclusivamente para si os louros da luta anticolonial, considerando a UNITA uma «fabricação portuguesa». Esse facto, todavia, não veio por acaso. Jonas Savimbi, desde o cessar-fogo e da instalação dos guerrilheiros nas cidades, desdobrou-se numa intensa actividade diplomática, sobretudo junto de influentes Presidentes africanos (Kenneth Kaunda, Julius Nyerere, Jomo Kenyatta, Mobutu Sesse Seko, Rei Hassan II, etc.). Jonas Savimbi foi o principal impulsionador da mini-cimeira de Mombaça. Certamente agiu com espírito de oportunidade, mas conjugou ainda outro factor importante que era a sua personalidade carismática, o seu discurso de esperança sobre o futuro de Angola no concerto das nações e a mensagem conciliadora não só entre os movimentos beligerantes como também em relação à etnia branca. Tudo isso passou a grangear-lhe muitos apoios internos, inclusivamente junto da população branca a quem Agostinho Neto chamava de «círculos reaccionários» de colonos que deviam ser expurgados de Angola. Em alguns jornais da época, editados em Luanda, aparecia Savimbi com o epíteto de ‘‘Mwata da Paz’’. Por conseguinte, por estas razões e por pertencer à etnia mais populosa de Angola, Savimbi via aí fundadas chances de vencer um possível escrutínio popular para eleição do primeiro Presidente de Angola e do seu governo. Por isso, justifica-se plenamente que um dos pontos que levava na algibeira e sobre o qual pretendia bater-se com firmeza era o das eleições antes da proclamação da independência.

³⁶⁴ Ibidem, p. 171

Embora os três líderes tivessem acordado com esse calendário eleitoral em Mombaça, na verdade só a FNLA e a UNITA denotavam algum entusiasmo a propósito. O MPLA mantinha reservas ao tema, pois aceitava-o, tal como as autoridades portuguesas, apenas como uma possibilidade. Ora Savimbi e Holden eram contrários à ideia de «mera possibilidade» exigindo que a realização das mesmas fosse registada por ter sido previamente aprovado em Mombaça.³⁶⁵

As delegações tiveram a composição de sete membros cada. Em relação aos movimentos, as delegações foram chefiadas ao mais alto nível com a presença dos respectivos presidentes. Quanto à delegação portuguesa, foi chefiada por Costa Gomes, embora não tenha participado directamente nas negociações. O protagonismo, neste caso, coube a figuras como Melo Antunes (Ministro sem Pasta)³⁶⁶, Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial) e Mário Soares (MNE). Fizeram igualmente parte da delegação portuguesa o então Brigadeiro Silva Cardoso, os Tenentes-Coronéis Gonçalves Ribeiro e Passos Ramos, o então Major Pedro de Pezarat Correia e o Dr Fernando Reino. Curiosamente, não obstante o seu papel incontornável na preparação do Alvor, o Almirante Rosa Coutinho (Alto-Comissário), esteve à margem das negociações muito a contra-gosto. Terá desabafado com amargura que entregara o Alvor ao Costa Gomes de bandeja. Em nossa opinião, depois de tudo que já foi dito sobre

³⁶⁵ Ibidem, pp. 173-174

³⁶⁶ «De facto, uma análise das cartas desta cimeira deixa patente o papel liderante de Melo Antunes, actuando como presidente e árbitro das sessões, com longas e determinantes intervenções. Uma posição de força que o próprio justifica no decurso dos trabalhos ao afirmar que “quem colonizou é que tem de descolonizar” e que “os colonizados não podem descolonizar”: Cf. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, *Conversações entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola*, Penina, 10 a 15 de Janeiro de 1975, sessão do dia 11 às 23,30 horas – DGARQ, PT-TT-EMA, n.º54, pasta 7, (citado por) REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes. Uma biografia política*, Âncora Editora, s/l, s/d, (2.ª edição), p.180

as posições do Almirante, sobretudo em relação à sua suposta actuação parcial de que se queixava o presidente Holden Roberto, tendo solicitado a sua substituição, parece perfeitamente justificável essa ausência. Cremos que terá prevalecido o bom senso nessa decisão para não inquinar prematuramente a cimeira, já que o mesmo não gozava de boa aceitação junto de todas as partes envolvidas na negociação. Na delegação da FNLA, chefiada por Holden Roberto, estavam ainda os seguintes membros: Dr Jonny Eduardo (Encarregado das Relações Exteriores), Eng. Ngola Kabango (Encarregado do Interior), Dr Samuel Abrigada (Encarregado da Saúde), Dr Hendrick Vaal Neto (Chefe da delegação da FNLA em Luanda), Paulo Tuba (Chefe da Delegação da FNLA nas Nações Unidas), Dr José kipango (Chefe da Delegação da FNLA em Nova Lisboa. A delegação do MPLA, também presidida pelo seu presidente o Dr Agostinho Neto, era composta pelos seguintes membros: Lúcio Lara (membro do BP), Lopo do Nascimento (membro do BP e secretário), Carlos Rocha Dilolwa (membro do BP e do Conselho de Defesa), Joaquim Kapango (membro do BP e Chefe da Delegação do Huambo), Iko Carreira (membro do Conselho Superior de Defesa do BP). Finalmente a delegação da UNITA, chefiada pelo seu líder Dr Jonas Malheiro Savimbi, contava com os seguintes elementos: Dr António Vakulukuta (Secretário do Interior), Dr Fernando Wilson (Chefe da Delegação em Luanda), Dr Jorge Valentim (Chefe da Delegação do Lobito), Dr Jorge Sangumba (Secretário das Relações Exteriores), Tony Fernandes (Secretário da Informação); Dr José Ndele (Tesoureiro-geral).³⁶⁷

³⁶⁷ Apontamos aqui apenas os membros efectivos das delegações, pois estas tinham também suplentes e acessores. Segundo o General Silva Cardoso, as delegações dos três movimentos podiam rondar umas duas

O governo português criou condições excelentes para que os trabalhos pudessem decorrer de forma airoso. Estavam assegurados todos os aspectos logísticos para o acolhimento das delegações. Seguindo a nossa metodologia, não nos embrenharemos demasiado nos labirintos da história em relação a este acontecimento, já que estamos a fazer um estudo analítico e não narrativo; havemos apenas de tentar aqui descortinar a “nata” dessa cimeira e os seus resultados.

Coube, no entanto, ao presidente Costa Gomes proferir o discurso de abertura, assinalando como que o tom da cimeira. No seu discurso esteve bem patente a referência à Mombaça que iria ser o pano de fundo das discussões de Alvor. (Vide anexos)

Entretanto, no discurso já se denotavam ressaibos triunfalistas como se estivéssemos diante de uma obra acabada com sucesso. Não são as palavras em si que no-lo dizem. Todavia, um pequeno exercício de especulação permite-nos deduzir o estado de espírito do presidente português. Alvor é como que o culminar de um longo e sinuoso processo que começa com o desafio assumido logo após o golpe de 25 de Abril pelo programa do MFA de descolonizar os antigos territórios do Ultramar. E é absolutamente normal que o discurso de Costa Gomes estivesse prenhe de expectativa. Na verdade, o problema das colónias já era um incómodo e era preciso resolvê-lo quanto antes para depois Portugal se concentrar nas reformas internas do Estado, através de uma transição para um regime de

dezenas de elementos, o que ele considera uma «demonstração de força, de poder ou de simples exibicionismo. Quantos mais melhor, seria o lema que levara à composição das delegações»: CARDOSO, General Silva, *Angola. Anatomia de uma tragédia*, Oficina do Livro, Alfragide, 2009 (7.^a edição), p. 504

democracia liberal, então vigente no Ocidente. Alvor, surge, por um lado, como que uma oportunidade para alijar o peso dos ombros, mas, por outro lado, a oportunidade para colocar sobre os ombros dos líderes angolanos toda a responsabilidade sobre o futuro de Angola. Isto está bem patente na declaração do então Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, sobre a cimeira do Alvor:

«A Cimeira é uma preocupação fundamental que está no espírito dos meus camaradas. Pela nossa parte, tudo faremos para que Angola conheça uma independência real.

Desejamos ardentemente, calorosamente, que os Movimentos de Libertação se entendam e constituam como que uma associação para levar Angola a uma real independência. Os votos que neste momento mais formulo. E que os dirigentes dos três Movimentos de Libertação, tenham a lucidez suficiente, a humildade o espírito de tolerância, a consciência política e o patriotismo que os levem a constituir entre eles uma verdadeira associação que conduza o processo de descolonização aos objectivos que nós pretendemos: a criação dum país grande em Angola, de expressão portuguesa, mas independente e livre, que não sofra de neocolonialismo.

Um dos objectivos do MFA e do Governo Provisório, ao longo do processo de descolonização que se vem desenvolvendo, é que sejam criados estados libertos de neocolonialismo. Pensamos que se, de facto, os dirigentes dos três Movimentos de Libertação de Angola forem suficientemente lúcidos, sinceros, humildes, tolerantes, francos, leais e patriotas, conseguirão a unidade que os leve a uma verdadeira independência de Angola, na paz e no progresso.³⁶⁸

³⁶⁸ Ibidem, p. 41

Os trabalhos da cimeira levaram cinco dias. No segundo dia, 11 de Janeiro, as discussões estiveram mais concentradas sobre a metodologia do trabalho, onde o Ministro Melo Antunes, o *alma mater* das sessões, teve «um braço de ferro» com as restantes delegações, já que, se para o Ministro português «o essencial era obter esclarecimentos em relação a certos pontos do projecto de acordo de Mombaça»³⁶⁹, para as delegações angolanas a perspectiva era «iniciar de imediato um debate de fundo sobre o mesmo.»³⁷⁰ Entretanto, o impasse foi ultrapassado já ao entardecer, segundo o relato de Maria Inácia Rezola:

«Será só na noite deste dia que, esclarecidas algumas dúvidas, Melo Antunes afirma existir “um clima de entendimento e colaboração”, estando “criadas condições para se avançar”: a “plataforma saída da Conferência de Mombaça já qui apresentada e os esclarecimentos prestados facilitaram-nos a possibilidade de ficar mais esclarecidos”, podendo “o conjunto desse documento” servir “de base aos trabalhos da conferência” e ser “o ponto de partida para as suas negociações”.»³⁷¹

Segundo o General Silva Cardoso, «tinha sido elaborada uma agenda com pontos a discutir e a sequência dos trabalhos a levar a efeito.»³⁷² Entretanto, acontece que o mesmo ficou sem efeito, pois, como ele próprio explica «a

³⁶⁹ REZOLA, Maria Inácia, op. cit., p. 180

³⁷⁰ Ibidem

³⁷¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – *Conversações entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola*, Penina, 10 a 15 de Janeiro de 1975, sessão do dia 11, às 23,30 horas – DGARQ, PT-TT-EMA, n.º 54, pasta 7 (citado por) REZOLA, Maria Inácia, op. cit., p. 180

³⁷² CARDOSO, General Silva, op. cit., p. 505

existência de um acordo que começara a ser preparado em Argel, que o MPLA levara para Mombaça e que visava a aceitação da FNLA e da UNITA fez com que essa agenda, ainda que objectiva, perdesse interesse e fosse quase esquecida.»³⁷³

Seguindo ainda o relato de Maria Inácia Rezola³⁷⁴, destacamos a seguir os pontos nevrálgicos das negociações entre as partes:

1. *A questão de Cabinda*
2. *O destino a dar às forças auxiliares naturais de Angola integradas no Exército português e aos arquivos da ex-PIDE/DGS*
3. *A constituição da Comissão Nacional de Defesa e do seu Estado-Maior Unificado*
4. *A criação de Corpo Nacional de Polícia, dificultada, segundo Melo Antunes, pelo alto grau de corrupção da polícia em Angola*
5. *O destino dos prisioneiros de guerra portugueses*
6. *A definição e distribuição de pelouros do Governo de transição, processo que, segundo ainda Melo Antunes, deve envolver amplamente todas as partes implicadas até à obtenção de consensos*
7. *Os poderes do Alto-Comissário, particularmente polémicos no que diz respeito à sua capacidade de demissão de membros do Governo*
8. *O sensível problema das Forças Armadas Portuguesas presentes em Angola*

³⁷³ Ibidem

³⁷⁴ REZOLA, Maria Inácia, op. cit., pp.180-181

Finalmente, decorridos cinco dias de debates, foi obtido o acordo (remetido para os anexos) e assinado solenemente a 15 de Janeiro pela delegação portuguesa e pelos líderes dos três ML angolanos: Holden Roberto, António Agostinho Neto e Jonas Malheiro Savimbi. Relativamente às disposições consagradas no texto do acordo (que remetemos aos anexos) vamos tecer algumas considerações analíticas.

3.1.4.3. Validade jurídica do Acordo de Alvor³⁷⁵

No intuito de buscarmos uma resposta à questão colocada inicialmente, vamos aqui aferir a validade jurídica do acordo celebrado no Hotel Penina. Em primeiro lugar é preciso reconhecer o quadro jurídico vigente em Portugal antes de fazermos quaisquer outras considerações do âmbito do Direito Internacional Público. Ora, uma das primeiras preocupações do MFA e da JSN fora exactamente o reconhecimento de que a solução da guerra do ultramar era política e não militar. Na sequência desse reconhecimento foi criado um quadro legal adequado aos desafios políticos daquele momento efectivado pela iniciativa legislativa do então Conselho de Estado que aprovou a Lei N.º 7 /74, de 27 de

³⁷⁵ Em relação ao texto do acordo usamos a versão extraída em: (1975), "Acordo entre o Estado Português e a Frente nacional de Libertação de Angola - "FNLA", o Movimento Popular de Libertação de Angola - "MPLA" e a União Nacional para a Independência Total de Angola - "UNITA", CasaComum.org, Disponível HTTP:<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001> (2017-04-20). O texto está incluído nos anexos.

Julho de 1974. Importa-nos destacar aqui apenas os três primeiros artigos:³⁷⁶

Art. 1º: O princípio de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar, consagrado no N.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

Art.2º: O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

Art.3º: Compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os actos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.

Essa lei foi promulgada no consulado do General António Spínola. Na ocasião, proferiu um emblemático discurso³⁷⁷, reputado como sendo histórico e, segundo o General Gonçalves Ribeiro, aplaudido por políticos e militares.

É na base desse fundamento jurídico que vai acontecer o Acordo de Alvor de

³⁷⁶ Cf. RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização. Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, editora Inquérito, Mitra-Sintra, 2002, p.75

³⁷⁷ Citado por RIBEIRO, General Gonçalves, op. cit., pp. 75-76

1975 entre o Estado português e os três movimentos de Angola. Neste sentido, podemos ainda abordar brevemente a natureza jurídica desse Acordo, tendo em conta o seu objecto, por um lado, e a legitimidade dos contratantes, por outro lado. Teremos aqui como base argumentativa principal o estudo conjunto de Catherine Maia, Professora de Direito na Universidade Lusófona do Porto, e Robert Kolb, Professor de Direito na Universidade de Genebra, sobre o assunto.³⁷⁸ Em relação a isso, estes autores afirmam que os acordos concluídos entre os Estados e os movimentos de libertação conduzem geralmente para o fim da guerra de libertação, para as condições da obtenção da independência, assim como para a questão da presença das Forças Armadas.³⁷⁹ Admitem ainda outros acordos que são levados a cabo por organizações internacionais com vista a conceder a esses movimentos um estatuto de observadores com a permissão de participar nos trabalhos, mas sem direito de voto. Por conseguinte, certos acordos, segundo ainda os autores, têm uma ligação com o direito dos conflitos armados, relativamente à guerra dita de libertação. Hoje esta capacidade jurídica dos movimentos de libertação nacional'' está explicitamente reconhecida no Direito Internacional humanitário pelo art.96, § 3, do Protocolo adicional I de 1977 às quatro Convenções de Genebra de 1949. Essa disposição reconhece a faculdade, pelas autoridades que representam um povo em luta contra uma dominação estrangeira ou um regime racista, de empenhar-se na aplicação dessas

³⁷⁸ MAIA, Catherine – KOLB, Robert, *Le Statut International de la Province Angolaise du Cabinda a la Lumiere du Droit International Public*, Editions A. Pedone, s/l, 2015

³⁷⁹ «Les accords conclus par les États avec les mouvements de libération nationale portent généralement sur la guerre de libération, sur les conditions d'obtention de l'indépendance, ainsi que sur la présence de forces armées.»: Ibidem, pp. 62-63

Convenções e o respectivo Protocolo fazendo uma declaração unilateral.³⁸⁰ Ora bem, os movimentos beligerantes internacionalmente reconhecidos (tal é o caso da FNLA, MPLA e UNITA) estão dotados de personalidade jurídica internacional restrita, por vezes *funcional*, visando apenas aceder à autonomia ou à independência, e *temporária*, o tempo necessário até à transformação do território não autónomo em Estado. Deste modo, a sua capacidade jurídica de celebrar acordos é estritamente limitada ao objectivo de fazer ascender à plena soberania o povo dependente que representam, excluindo outras finalidades.³⁸¹ Aplicando estes pressupostos ao Acordo de Alvor, pode-se aqui deduzir que os movimentos angolanos estavam devidamente enquadrados em termos de legitimidade (embora por via revolucionária) nos cânones internacionais para concluir validamente um tratado com o Estado português. É esta também a conclusão desses autores.³⁸² De algum modo, mau grado a polémica em volta do assunto, a exclusividade conferida pelo Governo português aos três movimentos beligerantes como únicos e legítimos representantes dos povos de Angola

³⁸⁰ «D'autres accords peuvent également être conclus par des organisations internationales en vue d'octroyer à ces mouvements un statut d'observateurs leur permettant de participer aux travaux, sans toutefois disposer du droit de vote. Enfin, certains accords ont trait au droit des conflits armés relatif à la guerre de libération. De nos jours, cette capacité juridique des mouvements de libérations nationale a été explicitement reconnue en droit internationale humanitaire par l'article 96, § 3, du Protocole additionnel I de 1977 aux quatre Conventions de Genève de 1949. Cette disposition reconnaît la faculté, pour les autorités représentant un peuple en lutte contre une domination étrangère ou un régime raciste, de s'engager à appliquer lesdites Conventions et ledit Protocole en faisant une déclaration unilatérale.» Ibidem, p.63

³⁸¹ «Les mouvements de libération nationale internationalement reconnus sont dotés d'une personnalité juridique internationale restreinte, à la fois fonctionnelle, ne visant qu'à accéder à l'autonomie ou l'indépendance, et temporaire, le temps nécessaire à la transformation du territoire non autonome en État. Ainsi, leur capacité juridique de conclure des accords est-elle strictement limitée à l'objectif de faire accéder à pleine souveraineté le peuple dépendant qu'ils représentent, à l'exclusion de la poursuite d'autres finalités.» Ibidem, p.64

³⁸² «En conséquence, on peut conclure que les accords passés par les États ou les organisations internationales avec les mouvements de libération nationale son régis para le droit internationale, tant en raison de la qualité de sujets du droit internationale des parties respectives, que de l'object de l'accord, pouvant porter sur le droit des conflits armés, la décolonisation d'un territoire non autonome ou la participation à une organisation internationale.» Ibidem, pp.64-65

encontra respaldo no reconhecimento que estes tiveram na ONU e na OUA, e ainda por entidades estatais singulares que apoiavam a causa da luta de libertação levada a cabo por eles.

Portanto, na perspectiva do que acima acabámos de aflorar, o acordo *per se* parece reunir alguns requisitos que ao nosso ver são imprescindíveis para conferir-lhe validade e, *ipso facto*, aceitação geral das partes:

1. Legitimidade jurídica internacional reconhecida pela ONU
2. Vontade das partes em produzir um acordo justo
3. Livre consentimento (o acordo não foi imposto)
4. Marcação da data de independência de Angola
5. Constituição de um governo de transição a contento das partes
6. Preservação do princípio de equilíbrio entre os movimentos independentistas.

3.1.4.4. O fracasso do Acordo e o descarrilamento do processo de descolonização

Nenhum acordo ou tratado internacional pode ter sucesso sem o empenhamento inequívoco da vontade das partes em cumpri-lo. Não é por acaso que o Direito consagrou o princípio *“Pacta sunt servanda”*. E neste sentido, «o acordo concebeu-se como instrumento jurídico que vinculava todas as partes às normas nele estabelecidas, que impunham uma observância das regras e

procedimentos que deveriam ser seguidas na transição (...)»³⁸³ Em relação ao caso em análise, convenhamos que não é o acordo em si mesmo que esteve na base do seu incumprimento pelas partes. Na pesquisa feita sobre o assunto, até agora, não nos constou que alguma das partes tivesse manifestado insatisfação em relação ao mesmo. Antes pelo contrário, os discursos feitos pelas partes manifestavam confiança, esperança e até algum ressaibo triunfalista. Os pontos mais candentes foram suficientemente discutidos e aclarados em sede negocial. Dúvidas em relação à sua eficácia foram levantadas nos bastidores, sobretudo por entidades políticas portuguesas envolvidas no processo. É verdade que os assuntos não foram esgotados, por isso, a última parte do acordo reservava um espaço para a resolução dos futuros conflitos entre as partes (art.58). Pois bem, com a tomada de posse do Governo de Transição (31 Janeiro 1975) tudo indicava que a vontade emancipalista e o interesse supremo da nação angolana se tinham sobreposto às rivalidades domésticas que ensobraram a luta de libertação nacional em Angola. Os discursos proferidos na circunstância foram unânimes. Mas a realidade posterior ao acordo de Alvor desfez todos os equívocos e afundou a esperança depositada no processo de descolonização. Tendo em conta a pertinência desse período crucial do processo da descolonização de Angola, vamos neste apartado procurar entender os factores políticos e geopolíticos (em termos Leste-Oeste) que acabaram por inviabilizar o Alvor, tendo provocado o descarrilamento de todo o processo de descolonização que, nos moldes previstos, se pretendia pacífico e ordeiro. Por uma questão de lógica factual, preferimos

³⁸³ CAPOLO, Zeferino, op. cit., p.142

fazer a análise em duas perspectivas diferentes, mas complementares: causas endógenas e causas exógenas.

3.1.4.4.1. Causas endógenas.

As causas endógenas prendem-se a todo um conjunto de factores internos que durante a luta de libertação de Angola e depois do 25 de Abril minaram a confiança e a coesão da luta no seio dos movimentos. Alguns já foram oportunamente evocados nas abordagens anteriores. Entretanto, Zeferino Capoco analisa o problema do fracasso do acordo de Alvor com o intento de emprestar-lhe uma explicação plausível. A sua reflexão parte das seguintes questões: «Porquê que o Acordo de Alvor não teve força jurídica, na sua aplicação, capaz de condicionar e conter o comportamento e a acção das partes signatárias?»; «(...) quais foram as razões do reinício da Guerra no período de transição para a independência nacional de Angola, quando estava claro que se implementava a instituição do Estado e, por conseguinte, as eleições?»³⁸⁴ No intento de dar resposta às mesmas, aponta dentre outros os seguintes factores entretanto identificados pelos próprios movimentos na cimeira de Nakuru (Quénia): a) introdução de grandes quantidades de armamento; b) falta de tolerância que se manifesta através da violência na actuação dos movimentos de libertação e dos seus militares; c) existência de zonas de influência e de regiões de pretensa superioridade militar; d) o armamento da população civil; e) os

³⁸⁴ Ibidem, p. 144

recontros militares entre si; f) agitações reaccionárias ou de elementos estranhos ao processo de descolonização.³⁸⁵ Na nossa opinião, todos esses factores não passam de uma expressão de algo muito mais profundo que acabou por gangrenar toda a dinâmica espiritual e moral da luta pela independência. Trata-se da luta encarniçada pela conquista do poder. O que foi acima identificado são apenas manifestações dessa “virose” política que afectava a todos, sem excepção. As negociações durante o processo da descolonização esconderam sempre uma segunda agenda por parte de cada movimento: cada um ficava sempre à espreita de uma oportunidade favorável para ganhar vantagens em relação aos outros quer no campo diplomático como no campo militar. Esta lógica explica a má-fé durante as negociações, denunciada por alguns protagonistas do processo e as estratégias ocultas de mútuo aniquilamento. Não é estranha a constatação de George Wright de que «Ao mesmo tempo que os três movimentos nacionalistas se encontravam reunidos em Portugal, preparavam-se já os meios para sabotar a solução política que viesse a ser encontrada.»³⁸⁶ Para ilustrar o ambiente tenso vivido ainda na vigência do Governo de Transição, basta-nos citar a Declaração do MPLA (07 Agosto 1975) em que acusa o FNLA de tentativa de tomada de poder pela força destruindo o MPLA e violando o Acordo de Alvor; tendo concluído que a FNLA, pelo seu comportamento belicista teria perdido legitimidade de participar no Governo de Transição:

³⁸⁵ Ibidem, p.152

³⁸⁶ WRIGHT, George, *A Destruição de um País. A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Editorial Nzila, (trad. Maria do Carmo Pereira Gago da Silva), s/l, 1997, p. 126

«14.º Em face desta posição belicista da F.N.L.A, do seu desígnio de se apoderar do poder pela força, dos ataques movidos contra o M.P.L.A. e contra a totalidade do povo angolano, da inequívoca declaração de guerra feita pela F.N.L.A. ao M.P.L.A., do desprezo a que a F.N.L.A. votou o acordo de Alvor e todos os restantes compromissos que subscreveu, da sua acção repressiva e desumana contra as liberdades individuais e colectivas do seu carácter antinacional e antipopular de partido sediado no estrangeiro e daí comandado,-

- O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – M.P.L.A. E O POVO ANGOLANO CONSIDERAM QUE A FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – F.N.L.A. PERDEU O DIREITO DE PARTICIPAR DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO FORMADO SEGUNDO OS ACORDOS DE ALVOR.»³⁸⁷

A literatura consultada sobre o assunto vai apontando aqui e acolá certos episódios que antes, durante e depois do alvor indicavam que os três «legítimos representantes» pretendiam ganhar apenas tempo para fazer o assalto ao poder em Angola por via militar. As acusações são recíprocas, sobretudo durante os oito meses da vigência do Governo de Transição. A estratégia era a da “diabolização” do outro perante uma propaganda de hostilização mútua. O Acordo de Alvor teria servido apenas como “trampolim” para o desengajamento de Portugal - através da transferência rápida da soberania - e a assunção das rédeas do poder vicário por aqueles. Daí a força de Mombaça que serviu de base para ludibriar a parte

³⁸⁷ (1975), “Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), *Declaração*”, CasaComum.org, Disponível HTTP:<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.018> (2017-04-20)

portuguesa: «Fizeram crer que pretendiam um período de transição célere para instaurar a paz, quando o queriam “para obter a consequência contrária”». ³⁸⁸ E não só. Também fizeram crer à delegação portuguesa que eram capazes de se entenderem entre si. Se quisermos colocar as coisas noutros termos, faltou aos angolanos capacidade humana de pensar e colocar a nação acima das diferenças e das ambições sedimentadas ao longo da luta de libertação nacional. Faltou capacidade para uma cooperação sincera em torno de um projecto político comum e viável. Rosa Coutinho é citado por Alexandra Marques duvidando de que «o espírito de cooperação entre os três Movimentos fosse muito sincero.» ³⁸⁹ O próprio Dr Jonas Savimbi reconhecia que «A nenhum observador atento passava despercebido o desejo de supremacia que cada um dos movimentos procurava obter sobre os restantes. Daí a uma corrida ao armamento foi um abrir e fechar de olhos.» ³⁹⁰ Estava claro assim que as rivalidades só seriam resolvidas por via militar. A Guerra fratricida não tardou a despoletar-se tendo sido dado o pontapé de saída em Fevereiro de 1975 quando, Segundo George Wright, a FNLA ataca as forças do MPLA perto de Luanda, seguindo-se uma escalada de recontros e escaramuças um pouco por todo o país até às vésperas da proclamação da independência. ³⁹¹ Mesmo com a assinatura do acordo de Nakuro (21 de Junho de 1975) onde os três líderes prometeram solenemente «renunciar ao uso da força», nada, mas absolutamente nada, conseguiu parar o seu ímpeto belicista rumo à tomada do poder. Ser presidente de Angola era o troféu supremo que Neto, Holden

³⁸⁸ MARQUES, Alexandra, op. cit., p.217

³⁸⁹ Ibidem, p.215: Infelizmente o seu alinhamento a um dos Movimentos também não ajudou em nada.

³⁹⁰ Ibidem, p.218

³⁹¹ Cf. WRIGHT, George, op. cit., pp.129-131

e Savimbi aspiravam e não pretendiam deixar escapar. Não tardou então o despoletar de uma guerra internacionalizada com a intervenção de mercenários e forças cubanas, sul-africanas e zairenses.

3.1.4.4.2.Causas exógenas

É preciso avaliar aqui em primeiro lugar o papel de Portugal e das suas estratégias no processo de descolonização, antes de vermos a intervenção das potências e dos países interessados no problema de Angola. Ora, em primeiro lugar, o contexto em que se deu a descolonização de Angola tem o seu peso no curso dos acontecimentos. O General Fontes Ramos defende que a descolonização de Angola devia ter passado por um processo gradual através de uma autonomia progressiva e jamais pela via revolucionária:

« (...) Eu acho que a descolonização de Angola tinha tudo para correr mal.

E por uma razão substancial que é esta: a descolonização foi desenvolvida num contexto em que do imobilismo político se passou para uma revolução e portanto há aqui uma ruptura quando, no meu ponto de vista, a descolonização de Angola devia ter sido uma coisa natural, melhor...devia ter sido um processo contínuo, processo lançado através de uma autonomização progressiva de Angola. Não devia ter sido adoptada nem se quer por alterações da Segunda Guerra mundial nem por influência externa nem coisa nenhuma...devia ter sido um processo lançado por Portugal, lógico, coerente e desenvolvido no tempo...devia ter sido um processo que iria incorporando no governo e na administração de Angola os seus quadros (os seus

melhores) cuja educação feita aqui em Portugal muito útil poderia ter sido; e, portanto, devia haver um momento em que a autodeterminação seria um processo natural resultado duma evolução a longo tempo. O que se passou foi uma descolonização fruto e consequência da revolução em Portugal e das dinâmicas dessa mesma revolução, muito dominada por forças da Esquerda num contexto internacional de GF e portanto foi uma descolonização em que dum momento para outro os partidos políticos queriam alijar grande parte das responsabilidades externas porque a preocupação fundamental era aqui do Continente, o que levou a que a descolonização não fosse a melhor possível para todos, para o povo angolano, para povo português e para o desenvolvimento daquele país.»³⁹²

É uma opinião muito pertinente, tendo em conta que, como já o dissemos atrás, já na década de cinquenta e sessenta algumas potências coloniais enveredavam pelo caminho da autodeterminação que permitiu a ascensão à independência das suas ex-colónias. Portugal teria perdido então, pela intransigência do Estado Novo, a oportunidade de fazer as coisas como devia ser. Ora, descolonizar na sequência de uma revolução não deixa de ser problemático, como o demonstra a literatura disponível sobre a matéria. A instabilidade institucional agravada pela debilidade do Estado era, desde logo, um *handicap* na condução do processo de descolonização, tendo em conta os interesses então instalados pelos “patrões” da revolução dos cravos. Efectivamente, a confiscação da revolução por forças radicais da Esquerda portuguesa teve implicações fortes sobre o modelo da descolonização a empreender. Por conseguinte, era inescapável que fosse

³⁹² GENERAL FONTES RAMOS, Entrevista, Lisboa (13.02.2017)

imposto uma visão de descolonização baseado nos pressupostos marxistas. Neste sentido, adianta ainda o General Fontes Ramos:

«É claro...a revolução em Portugal foi sendo ideologicamente apropriada por forças da Esquerda em que militava um peso fundamental do PCP. Portanto, sentiu-se aqui, em Portugal, num dado momento que a indicação era descolonizar agora; e mais, descolonizar sob aquela pressão da ascendência das forças da Esquerda. E isso foi voluntariamente ou não voluntariamente preparado quando se começa com a palavra de ordem **“Nem mais um soldado para as colónias”**! Isso deu a indicação de que os que lá estavam não iriam ser rendidos quando devia ser e o tempo que lá estavam a passar era um tempo desnecessário; e isso fez com que o controlo que era fundamental nesta fase crítica e a centralização que era fundamental nessa fase de abertura fosse coroado aos poucos em consequência disso.»³⁹³

A falta de uma estabilidade politico-institucional em Portugal, então comandado por governos provisórios, a cruzada das forças esquerdistas e demais sectores ditos progressistas acabou por inquinar o processo ao imporem opções por afinidade ideológica contra a assim designada “maioria silenciosa”, segundo Adelino da Palma Carlos:

«O “Portugal progressista, extrema-esquerda, PCP, parte do PS, da Juventude Universitária, jovens quadros do MFA, impõe ao “Portugal tradicional” esta descolonização muitas vezes apodada de “exemplar”. Os primeiros aplaudem a

³⁹³ Idem

descolonização que o Estado faz sem se preocupar em consultar a Sociedade Civil.

Os segundos silenciam-se por hábito, medo ou conveniência.»³⁹⁴

Provavelmente tenha sido também esta a lógica das palavras de Spínola no discurso da sua resignação (30 Setembro 1974) ao afirmar que «a política e o processo de descolonização tinham sido deturpados, numa intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos reais interesses das populações africanas.»³⁹⁵ Trata-se exactamente da substituição intempestiva do modelo gradualista encetado por Spínola pelo modelo imediatista. Este último modelo teve como esteio uma espécie de “desresponsabilização” deliberada de Portugal que veio a dar vazão aos instintos lupinos despoletados então entre os movimentos políticos angolanos.

Um segundo aspecto no contexto das causas exógenas, prende-se com o papel das potências da GF (EUA e URSS), a China e alguns países africanos. Segundo George Wright, «Ao mesmo tempo que os três movimentos nacionalistas se encontravam reunidos em Portugal, preparavam-se já os meios para sabotar a solução política que viesse a ser encontrada.»³⁹⁶ Efectivamente, os EUA, a União Soviética e a China estavam nesta altura a planificar as ajudas financeiras e militares aos seus respectivos aliados. E as mesmas não tardaram a chegar aos destinatários, facto que colocou cada um deles numa posição confortável para

³⁹⁴ MARQUES, Alexandra, op. cit., p.63

³⁹⁵ Ibidem, p.61

³⁹⁶ WRIGHT, George, op. cit., p.126

resolver a disputa do poder pela via armada. Na versão de George Wright a iniciativa da Guerra civil terá sido desencadeada pela FNLA. Para o efeito, recebeu apoio significativo da China, da Roménia, e dos EUA (através da CIA), sem desprimor ao apoio indefectível do Zaíre em homens e meios logísticos.

«A China ajuda e envia conselheiros à FNLA em Maio de 1974. A Roménia, ostentando independência em relação à União Soviética, entrega-lhe armamento em finais de Agosto. A CIA, com facilidade de ter instalações em Kinshasa, fornece ajuda militar em Julho, envia grandes carregamentos de armas em Agosto e continua a dar apoio militar durante todo o Outono. Estas entregas por parte da CIA não eram sancionadas por aprovação presidencial escrita, embora o presidente Gerald Ford estivesse totalmente a par da decisão de apoiar a FNLA. O Zaire também lhe fornecia apoio a nível de treino, armas e assistência logística e a CIA fazia-o devido às ligações que os EUA mantinham com Holden Roberto desde o início dos anos 60.»³⁹⁷

Segundo o mesmo autor, a ajuda militar soviética ao MPLA teria recomeçado em Outubro de 1974³⁹⁸, facto que criou receios aos americanos e aos sul-africanos. Entretanto, realça ainda de que a «Este recomeço de ajuda militar constituía, por parte da União Soviética, sobretudo uma resposta à ajuda que a China dava à FNLA, pois a União Soviética preferia uma solução política em Angola mas não queria que o MPLA saísse marginalizado no acordo.»³⁹⁹ Para

³⁹⁷ Ibidem

³⁹⁸ Para Tiago Moreira de Sá, o envolvimento soviético fora um pouco mais cedo. Foi em Maio de 1974 que a União Soviética começou a intensificar a sua política ofensiva e escolhia Angola como teste prático: Cf. SÁ, Tiago Moreira de, op. cit., p.81

³⁹⁹ WRIGHT, George, op. cit., p. 126

os soviéticos a oportunidade era bem preciosa para o seu envolvimento em Angola, já que o seu arquirival, durante a presidência de Gerard Ford, estava “enfraquecido” «por causa do Vietname, do Caso Watergate e da demissão de Nixon.»⁴⁰⁰ Para Wright, «a União Soviética tinha sido cautelosa no que respeita a Angola, porque não queria prejudicar o desanuviamento, mas visto que Kissinger a excluía das negociações relativas ao Médio Oriente, os dirigentes soviéticos decidiram não haver razão para não proteger um aliado no Terceiro Mundo.»⁴⁰¹ Quanto ao envolvimento Americano no estrangulamento do processo de descolonização em Angola reconhece-se o impulso dado pela figura emblemática de Henry Kissinger, Secretário de Estado Americano, pelo papel da CIA e do assim chamado “Comité dos 40”. George Wright apresenta o seguinte relato sobre as circunstâncias que vão marcar o envolvimento formal dos EUA a nível da presidência:

«A 22 de Janeiro de 1975, durante uma reunião do “Comité dos 40”, a CIA solicita que sejam dados 300 000 dólares à FNLA. (O “Comité dos 40” era uma comissão interagências formado por quatro membros e presidida por Kissinger que autorizava acções secretas a cargo da CIA e de outras agências.) A CIA apresenta o caso de um modo que Kissinger apelida de “imperioso” dizendo que a doação forneceria “um capital no banco para um dos dirigentes de um governo que iria controlar um país de dimensão considerável”. A soma destinava-se a fins políticos e não a ajuda militar. Kissinger concorda com a decisão, a que um observador chamou

⁴⁰⁰ Ibidem

⁴⁰¹ Ibidem, pp.126-127

“de rotina”. O comité rejeita 100 000 dólares para a UNITA, possivelmente motivado pelo “hábito inabalável de pensar em termos de os “nossos” e os “deles”. Foi deste modo que os EUA formalizaram o seu envolvimento em Angola a nível presidencial.»⁴⁰²

Todavia, na opinião de Tiago Moreira de Sá, ao explorarmos as causas exógenas do fracasso do Alvor devemos ter o cuidado de não subestimar o papel desempenhado pelos próprios países africanos. Nesse sentido, o autor defende que «a internacionalização da descolonização de Angola não começou por acção de Moscovo, ou de Pequim, ou de Washington, mas sim dos países africanos vizinhos, com destaque para o Zaire.»⁴⁰³ E para provar este envolvimento do Zaire, cita um estudo elaborado no âmbito do *National Security Study Memorandum 224* onde se pode ler o seguinte:

«os zairenses “apoiam extensivamente” Holden Roberto desde o início, fornecendo-lhe treino militar, bases, alimentação, vestuário, cuidados médicos, algumas armas e munições e ajuda financeira”; adicionalmente, “Mobutu participou activamente na promoção dos interesses da FNLA no exterior utilizando o seu prestígio e influência”. Tal empenho nos acontecimentos angolanos desde a primeira hora era fácil de explicar: “a principal preocupação de política externa do presidente Mobutu” consistia em “garantir um governo amigável em Angola”, o que queria dizer um executivo dominado por Roberto, já que Agostinho Neto era

⁴⁰² Ibidem, p.127

⁴⁰³ SÁ, Tiago Moreira de, op. cit., p.80

“intolerável”(…).»⁴⁰⁴

Para além do Zaire, é consabido igualmente que o Congo-Brazzaville foi a principal guarida do MPLA desde o início da luta de libertação em Angola:

«Também o Congo-Brazzaville apoiou o MPLA desde o início, fornecendo-lhe “bases seguras, apoio logístico por ar e mar e ajuda financeira”, tendo o movimento liderado por Agostinho Neto “dependido fortemente da ajuda congoleza para se manter como uma organização viável e capaz de competir pelo poder em Angola”. Este apoio tinha contudo uma “incompatibilidade óbvia” com o objectivo de Brazzaville de ver Cabinda estabelecer-se como um Estado independente, o que não a impediu de apoiar ao mesmo tempo o MPLA e a FLEC.»⁴⁰⁵

Por seu turno, a África do Sul, em plena vigência do regime de apartheid e enquanto potência ocupante da Namíbia, não podia dissimular os seus interesses geoestratégicos em Angola e ficar impávido perante a precipitação dos acontecimentos em Angola, e por razões óbvias:

«Desde logo, estava na iminência de perder um aliado indispensável na África Austral, com a retirada de Portugal. Depois, interessava-lhe impedir a ascensão ao poder em Luanda de um governo que apoiasse a actividade da guerrilha namibiana (a SWAPO), localizada na fronteira entre Angola e Namíbia. Finalmente, tinha

⁴⁰⁴ Ibidem

⁴⁰⁵ Ibidem, p, 81

importantes investimentos no território, como a barragem hidroelétrica de Cunene, os caminhos-de-ferro de Benguela e as companhias de comércio de diamantes. Em rigor, os sul-africanos jogavam no caso angolano a sua própria sobrevivência; porém, na fase inicial, Pretória não só não interveio na antiga colónia portuguesa, como deu “poucas indicações de que via necessidade de formular uma política.»⁴⁰⁶

Era de esperar pois que os países africanos vizinhos tivessem algum interesse nos acontecimentos de Angola e tivessem por consequência jogado um papel indescrivível nessa tragédia anunciada.

Mas indo ainda no encalço dos factos que minaram logo à partida o Acordo de Alvor, temos de referir aqui também que para além do envolvimento desses actores todos no processo de descolonização angolano, há ainda o problema do descrédito do acordo assinado. Segundo ainda Tiago Moreira de Sá, «O Acordo de Alvor não convenceu ninguém, a começar curiosamente pelos portugueses»⁴⁰⁷, nem aos Estados Unidos, nem mesmo à União Soviética acreditaram no acordo.⁴⁰⁸ Os pronunciamentos diplomáticos demonstram-no bem. Do lado português, o Almirante Rosa Coutinho, numa conversa com o cônsul-geral norte-americano, terá dito que era «um acordo desajeitado», duvidando ainda da sinceridade do espírito de cooperação entre os três movimentos. Na mesma esteira, Almeida Santos escreveu nas memórias que «o acordo de Alvor foi o que os movimentos de libertação quiseram que fosse.»⁴⁰⁹ Quanto aos Estados Unidos,

⁴⁰⁶ Ibidem

⁴⁰⁷ Ibidem, p.141

⁴⁰⁸ Ibidem, p.142 e p. 147

⁴⁰⁹ Ibidem, p.142

saudou o acordo através do seu cônsul-geral numa linguagem de preceito diplomático onde exprimia os votos de que «os povos dos Estados Unidos e de Angola pudessem esperar no futuro uma cooperação cada vez mais estreita e uma relação mutuamente benéfica.»⁴¹⁰ No entanto, Tiago Moreira de Sá refere-se a um “telegrama revelador” emitido um dia após a assinatura do acordo pela embaixada Americana, nestes moldes:

«Começava por dizer que “(...) pelo menos no papel os portugueses conseguiram fazer um acordo que os retira de uma situação colonial muito complicada”, acrescentando em seguida que Lisboa queria “acima de tudo sair”, pois “via Angola como um risco político e económico e, pior, como uma fonte de apoio para as forças que em Portugal podiam estar a planear um regresso à era pré-25 de Abril”; acrescia, e este aspecto era decisivo, que “o exército português em Angola recusava-se a combater, excepto para se defender”». ⁴¹¹

As mesmas reticências terão sido manifestadas pelo consulado dos EUA em Luanda através de «dois telegramas de análise do Acordo de Alvor» enviadas a Washington. Com um tom não «totalmente pessimista», havia concluído «que embora a “guerra civil pudesse ser evitada a curto prazo” existia “muita preocupação em relação às perspectivas de longo prazo e de uma paz duradoura.»⁴¹²

Do lado soviético a percepção não era melhor. «Logo depois da assinatura,

⁴¹⁰ Ibidem, p.147

⁴¹¹ Ibidem, p.142

⁴¹² Ibidem, pp.142-143

os serviços secretos soviéticos fizeram uma avaliação do acordo, em particular do governo de transição, e concluíram que havia poucas possibilidades de sucesso.»⁴¹³ As razões estavam fundadas nas «primeiras informações recolhidas» onde era evidente de que «o entendimento entre os três movimentos tinha meramente “um carácter formal”, mensagem que foi transmitida a Moscovo directamente por Agostinho Neto, para quem “a UNITA e FNLA, com o apoio dos EUA planeavam tomar o poder no país e liquidar os seus adversários políticos.»⁴¹⁴

Para concluirmos este apartado nos parece deveras pertinente a afirmação de Tiago Moreira de Sá de que «as superpotências não se limitaram a dar pouco crédito ao acordo assinado no Algarve, elas também se esforçaram por miná-lo.». Para este autor não restam dúvidas de que, atendendo às fontes dos arquivos norte-americanos e soviéticos, «Washington e Moscovo fizeram todos os possíveis para destruir o Acordo do Alvor.»⁴¹⁵ Com estas revelações pensamos termos conseguido identificar as causas exógenas que levaram o Alvor ao fracasso e à sua subsequente suspensão por decreto-lei.

3.1.4.5.A Suspensão do Acordo de Alvor

A situação estava a ficar fora do controlo da potência administrante, realidade retratada pelo Alto-Comissário Silva Cardoso numa carta ao Presidente da República⁴¹⁶, pelo que este, numa tentativa desesperada de recuperar esse

⁴¹³ Ibidem, p.147

⁴¹⁴ Ibidem, pp.147-148

⁴¹⁵ Ibidem, p.148

⁴¹⁶ A respectiva carta terminava com dois pedidos: 1) A redefinição da política nacional no processo de

controlo, chamou a si a responsabilidade institucional de suspender “unilateralmente” o acordo através do decreto-lei n.º458-A/75, de 22 de Agosto⁴¹⁷, por causa das suas sistemáticas violações pelas partes angolanas. (Vide anexos)

3.2.A independência e o nascimento doloroso de uma nação

O 11 de Novembro de 1975 marca do ponto de vista da história o virar de uma página multissecular: partiam os brancos e Angola passava para as mãos dos angolanos. Para trás ficava toda uma epopeia de um povo (o povo lusitano) que o destino fez cruzar com os variadíssimos povos e culturas que coabitavam o imenso território a partir do qual se estava a erguer então uma nova nação: Angola. Mas o destino por vezes é cruel e irónico. Aqueles homens destemidos que enfrentaram o ignoto e desbravaram espaços inóspitos; esses homens que deixaram tudo para trás e atravessaram mares bravos, sem saber exactamente o que ganhariam em troca, entre a fortuna e a desventura; esses homens que ergueram cidades e vilas, e aí se estabeleceram e se multiplicaram; esses homens que forjaram ligações entre povos antes incomunicáveis e constituíram uma entidade nova, uma nova autoridade (colonial) sob a qual passaram a abrigar-se todos os povos autóctones; esses homens que de geração em geração

descolonização de Angola; 2) A sua substituição nas funções de Alto-Comissário por não se considerar mais útil no processo de descolonização de Angola: Cf. CARDOSO, Silva, op. cit., p.652

⁴¹⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, Universidade de Coimbra, (citado por) MAIA, Catherine – KOLB, Robert, op. cit., pp.263-264

trabalharam e construíram a sua felicidade neste território, enfim, tinham de partir e deixar para trás toda fortuna adquirida em Angola. O 11 de Novembro é um momento dramático para uns e um momento glorioso para outros. É assim que a história tece as suas linhas.⁴¹⁸ O colonialismo é intrinsecamente injusto mesmo quando é reciclado por fórmulas políticas erráticas. Por conseguinte, do ponto de vista da dialéctica, o colonialismo traz dentro de si a sua própria negação; esta amadurece e produz a crise; a crise leva a uma nova realidade: a emancipação dos colonizados. Portugal, foi a primeira nação europeia a estabelecer um império ultramarino em África e foi a última a abandoná-lo.⁴¹⁹ Contrariamente às demais potências coloniais, que cedo se despiram das vestes colonialistas e abriram o caminho da emancipação política, Portugal permaneceu “fiel” defendendo

⁴¹⁸ Jaime Nogueira é uma das personalidades portuguesas que passou por Angola, e não só, e viveu a experiência do éxodo dramático que assolou cerca de meio milhão de homens e mulheres. Numa das suas obras emblemáticas este autor faz uma abordagem que se cruza entre a memória narrativa e a análise rigorosa dos factos que antecederam e se seguiram imediatamente à proclamação da independência de Angola. Retratando a fuga dos brancos de Angola o autor escreve: «Luanda acabaria por escapar a essa regra, com a ocupação total da cidade em meados de Julho pelo MPLA. A partir de então o movimento de Neto dominava a futura capital. Uma força portuguesa residual permanecia ainda ali com o COPLAD, registando-se alguns incidentes entre esta e as FAPLA (...). Por essa altura, intensificou-se o êxodo dos portugueses de Angola. Entre Setembro e Outubro de 1975, embarcaram dos aeroportos de Luanda e Nova Lisboa para a Metrópole cerca de 85 000 pessoas. Entre o 25 de Abril de 74 e o 11 de Novembro de 75, saíram para Portugal, por via aérea ou marítima, cerca de 300 000 pessoas e umas 17 000 viaturas. E ainda há que somar-lhes 10 000 portugueses do Sul de Angola que seguiram para o Sudoeste Africano em colunas automóveis. E a esquadra de 25 traineiras que zarpou rumo a Walvis Bay, com famílias inteiras de pescadores (mais de 500 pessoas). No fim deste êxodo, Luanda, a cidade do asfalto, era uma cidade fantasma, uma espécie de grande metrópole do fim de Verão, desertificada pelos seus habitantes»: PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008 (4.ª Edição), p.56

⁴¹⁹ O Professor Adriano Moreira entende que a descolonização deve ser vista de maneira mais global e não reduzir a análise apenas ao império luso: «A questão para mim é a seguinte: o problema da descolonização tem duas facetas que são esquecidas: na primeira GM estabeleceu-se na Carta das nações que a cada nação devia corresponder um Estado – foi o princípio do Presidente dos EUA; eles não assinaram a Carta mas modificaram a estrutura da Europa acabando com o império alemão, o império Austro-Húngaro, o império Turco e o império Russo. A Europa ficou outra coisa. Mas ficou uma coisa que foi a colonização (ficava o que se chamava Terceiro Mundo)...eu creio que há vantagem em perceber que não é questão colonial da França ou de Portugal ou da Holanda...é o problema colonial da Europa porque o que havia era um domínio da frente europeia do Atlântico (Holanda, Grécia, França, Portugal, Inglaterra)...esses é que tinham o império (...): Entrevista, 15/02/2017

arrojadamente a sua sacratíssima missão civilizadora e, logicamente, a sua indivisibilidade. Segundo Willem van der Waals, Portugal não estava disposta a abdicar em favor do princípio da descolonização, pois, «Na sua perspectiva, qualquer outra saída, fosse a aceitação do princípio da descolonização, ou a admissão da impossibilidade de vitória militar, equivaleria a negociar a missão civilizadora de Portugal e o abandono do seu direito histórico à existência.»⁴²⁰ Mas é uma tentativa vã de travar os ventos da História sobretudo quando os pressupostos já indicavam de que «o processo natural da História ditaria a vitória em África.»⁴²¹

Entretanto, o que constitui objecto interessante de análise em ciência política não é tanto a proclamação da independência em si, mas a maneira inusitada como aconteceu a independência de Angola. Pelissier explica esta constatação nos seguintes termos:

«Aquilo que aconteceu no dia da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, foi algo sem precedentes na história da África contemporânea. A potência colonial entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao “povo de Angola”. À medida que os planos e esperanças de uma transição pacífica da autoridade colonial para a independência se foram gorando, o derradeiro gesto oficial do último representante da potência colonial demissionária foi verdadeiramente extraordinário. Quando a Guerra civil estava prestes a entrar numa fase nova e desesperada, aconteceu algo nunca visto: o alto-comissário e as guarnições militares

⁴²⁰ WAALS, W.S. Van Der, op. cit., p.420

⁴²¹ Ibidem

portuguesas embarcaram em vários navios com destino a Portugal. Portugal recusou-se a entregar o poder a qualquer dos movimentos africanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao “povo de Angola”. Seguiu-se uma Guerra internacionalizada.»⁴²²

Esta observação é a chave hermenêutica para uma análise objectiva e coerente das implicações imediatas resultantes da proclamação da independência de Angola. Para o então Alto-Comissário Silva Cardoso, que resignou do cargo em Agosto de 1975, o processo que marcou o desengajamento de Portugal não passou de uma «enorme traição ao povo angolano».⁴²³ Na sua opinião, não é assim que devia culminar o processo se Portugal conseguisse segurar o leme da História na sua qualidade de potência administrante do território angolano. Na sequência da inviabilização e suspensão do Acordo de Alvor, na ausência de regras sancionatórias de convivência política, os ML, sobretudo o MPLA e a FNLA, criaram um ambiente insustentável onde o espectro da guerra passou para a sua fase de inevitabilidade. Afinal é a guerra que viria resolver, na sua forma mais trágica, o problema da disputa do poder. Neste sentido, o MPLA estava melhor posicionado porque ocupou o centro estratégico do poder (Luanda⁴²⁴) e a região petrolífera de Cabinda, donde conseguiu escorraçar as forças da FNLA e da UNITA com a cumplicidade das tropas portuguesas aí então estacionadas. Estando reunidas as condições, tendo sido decisivo o apoio das forças cubanas

⁴²² WHEELER, Douglas – PÉLISSIER, René, op. cit., pp.363-364

⁴²³ CARDOSO, General Silva, op. cit., p.682

⁴²⁴ «O MPLA mantinha-se dentro de Luanda e tudo se orientava para assumir o poder à data da independência. Na capital de Angola tudo estava calmo pois apenas o movimento de Agostinho Neto controlava a cidade»: CARDOSO, General Silva, op. cit., p.683

que desembarcaram em Luanda nas vésperas da independência, o MPLA assumiu-se como “noiva de conveniência” a julgar pela declaração de Agostinho Neto à comissão de conciliação da OUA enviada a Luanda pelo presidente Idi Amin Dada, então presidente em exercício da OUA, para uma tentativa de reconciliação entre os ML depois da fracassada cimeira de Kampala, onde se pode ver claramente a decisão de o MPLA avançar para uma proclamação unilateral da independência de Angola:

«nós sabemos que a FNLA é e sempre foi uma organização subordinada ao imperialismo Americano e governada a partir do Zaire. Nós sabemos que a UNITA se mostrou oportunista e desleal ao nosso povo e o nosso país e que cedo ou tarde este movimento aparecerá também dominado pelo imperialismo. Nós fizemos concessões depois do 25 de Abril para facilitar a solução do problema nacional na fase que precede a independência. Mas nós constatamos que as concessões feitas foram aproveitadas para nos combater. Na hora actual, quando a FNLA e UNITA nos fazem guerra, nós declaramos que a FNLA não tem o direito de participar em qualquer governo angolano que seja e não pensamos na possibilidade de negociar um novo acordo com a FNLA e a UNITA. O MPLA proclamará a independência de Angola qualquer que seja a situação e declaramos a nossa disposição de formar um governo de união nacional com as personalidades angolanas independentes.»⁴²⁵

Assim foi declarado e assim foi feito. Foi encontrado o bom pretexto que o MPLA precisava para ilegitimar os seus rivais e avançar unilateralmente. A

⁴²⁵ CDIH, *História do MPLA*, 2.º vol. (1967-1976), Comité Central do MPLA, Luanda, 2008, p.258

independência de Angola será assim proclamada em circunstâncias trágicas e tormentosas no meio de uma escalada de violência que ultrapassava em intensidade, envolvimento e consequências os treze anos de luta anticolonial. A guerra anticolonial era sobretudo entre as FAP e os guerrilheiros dos ML e não atingia cidades e vilas. De algum modo concordamos com os que defendem que Angola era um território genericamente pacificado, pois as acções militares estavam confinadas em zonas de guerra e nunca tiveram uma grande escalada que inviabilizasse o funcionamento da administração colonial. Estamos a falar *tout court* de uma guerra assimétrica. Contrariamente, a nova guerra vai ser uma guerra das cidades, com uma envolvimento sem precedentes, com meios e artilharia nunca antes usados. O desengajamento militar dos portugueses fez escancarar a integridade territorial de Angola que acabou por ficar a mercê de forças expedicionárias estrangeiras. Segundo o historiador Oliveira Pinto, «o cenário de guerra que o território de Angola representou entre Agosto e Novembro de 1975 traduziu-se basicamente em duas complexas operações concertadas entre a FNLA e a UNITA, num movimento em pinça de norte para sul e de sul para norte, com o objectivo de conquistar Luanda e de impedir o MPLA de declarar a Independência a 11 de Novembro.»⁴²⁶

- De Norte para Sul: Tem a ver com a “**Operação lafeature**”, assim designada pelos norteamericanos. Tinha como testa-de-ferro o Presidente Mobutu com a cooperação do Presidente Kenneth Kaunda. Estarão engajados nesta operação a ELNA, integrando mercenários recrutados e

⁴²⁶ PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola. Da Pré-História ao Início do Século XXI*, Mercado de Letras Editores, Lisboa, 2015, pp.731-732

financiados pela CIA, tropas de elite do exército zaireense, a “Coluna Chipenda” e uma coluna de antigos militares portugueses encabeçada pelo Coronel Gilberto Santos e Castro (irmão do último governador-geral de Angola nomeado pelo Estado Novo e fundador dos “Comandos”). Com uma composição de 11.200 homens e três colunas de carros blindados, a ELNA progrediu até ser travada às vésperas do 11 de Novembro em Kifangondo, a trinta quilómetros de Luanda.⁴²⁷

- De Sul para Norte: Aqui entra em jogo a “**Operação Savannah**”. Trata-se de uma operação montada pelos serviços secretos sul-africanos com a conivência dos EUA, em apoio à UNITA, para «repelir o alastramento do comunismo no continente africano». Contava com 6.000 soldados *afrikânder*, integrando igualmente mercenários portugueses. Atestam as fontes consultadas de que a grande marcha e invasão rumo à capital de Angola começou a 23 de Outubro de 1975, embora tivessem protagonizado outras acções militares anteriores em território angolano. Foi assim que a famosa Coluna Zulu foi ocupando várias cidades do Sul e Centro do país (Sá da Bandeira, Moçâmedes, Benguela, etc.). «Às vésperas do 11 de Novembro, a Coluna Zulu, embora retardada no dia 8 pela explosão da ponte sobre o rio Keve – causada em desespero por militares e civis angolanos do MPLA, auxiliados pelos Cubanos – pôde entrar em Novo Redondo. Mas não foi a tempo, como era seu objectivo, de atingir Luanda pelo sul.»⁴²⁸

⁴²⁷ Ibidem, p.732

⁴²⁸ Ibidem; Cf. JUNIOR, Miguel (Org.), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola-1975)*, mayamba

A situação militar para o MPLA apresentava-se deveras complexa pois estava «apertado em tenaz pelos seus inimigos» segundo a metáfora de Oliveira Pinto. Nessa altura o MPLA controlava apenas «o litoral entre Luanda e Porto Amboim, o corredor do Kuanza, incluindo Malanje e a Lunda.» Cabinda também já havia caído nas mãos do MPLA com o pretexto de aí travar as pretensões expansionistas do Presidente Mobutu. Por conseguinte, era preciso tudo fazer para travar o movimento centrípeto de forças hostis que pretendiam realizar o assalto final à capital. Assim se deu a celeberrima “Batalha de Kifangondo” que Oliveira Pinto descreveu nestes termos:

«Mas a 10 de Novembro, naquela que se celebrou como Batalha de Kifangondo, as FAPLA, com o apoio dos Cubanos e populares mobilizados pelos “Comités” e pelas CPB – incluindo delinquentes recrutados nos musseques e nas penitenciárias – infligiram aos batalhões zaienses do ELNA uma derrota estrondosa e humilhante. Surpreendidas pelos rockets cubanos de 122 bocas – ou BM-21, engenhos bélicos de fabrico soviético que ficariam conhecidos em Angola como “Monacaxitos” - as forças de choque da FNLA dispersaram e debandaram para o nordeste, sempre perseguidas pelas FAPLA.»⁴²⁹

O envolvimento de forças cubanas em Angola foi efectuado no âmbito da “**Operação Carlota**”⁴³⁰, assim designada pelos próprios cubanos. Segundo

editores, Luanda, 2011, 193 pp.

⁴²⁹ PINTO, Alberto Oliveira, op. cit., p.733

⁴³⁰ Carlota foi uma escrava negra da região de Matanzas que liderou uma revolta de escravos na Ilha em 1843.

García Marquez, esta operação começou com o envio de um batalhão reforçado de tropas especiais, composto por 650 homens. Teriam sido transportados de avião com vôos sucessivos durante treze dias a partir da base militar do aeroporto José Martí (Havana) para o aeroporto de Luanda. A sua missão específica era impedir a queda de Luanda em mãos de forças “imperialistas”, antes da saída dos portugueses e então apoiar a resistência até à chegada de reforços pelo mar. O primeiro contingente teria saído de Cuba a 7 de Novembro, pelas 4 horas da tarde num vôo especial da *Cubana de Aviación* a bordo de um *Bristol Britannia BB 218*. Com escalas em Barbados, Guiné Bissau e Brazzaville, o contingente de forças especiais cubanas, que viajavam à paisana simulados de turistas, aterrava em Luanda no dia 8 de Novembro às 22 horas. Outro avião chegou quinze minutos depois. Foi assim que estes, já com os seus uniformes verde oliva, se juntaram às FAPLA e foram imediatamente para o teatro da guerra.⁴³¹ Segundo Mary-Alice Waters foi com esta intervenção da última da hora de «650 voluntários internacionalistas cubanos, em resposta a uma solicitação urgente de ajuda do governo provisório de Angola, que impediu que se realizassem os objectivos sul-africanos.»⁴³² Por conseguinte, segundo Carlos António Carrasco, pouco antes da independência e em plena Guerra Fria, o MPLA contou com o decisivo apoio de Cuba e da ex-União Soviética. Até Outubro parecia que Luanda seria tomada facilmente, mas uma ajuda massiva de forças cubanas, com assistência soviética,

Em sua homenagem, a acção solidária de Cuba em Angola recebeu o baptismo de “Operação Carlota”.

⁴³¹ MÁRQUEZ, Gabriel García, Operación Carlota, in WATERS, Mary-Alice (ed.), *Cuba y Angola. Luchando por la Libertad de África y La Nuestra*, Pathfinder Press, Nueva York/Londres/Montreal/Sydney, 2013 (2.ª impressão), pp.129-130

⁴³² WATERS, Mary-Alice, op. cit, pp.9-10

consolidou o controlo do MPLA sobre Luanda e, de facto, de Angola marcando assim o fim do regime colonial português e a imediata ascensão do MPLA à cabeça do novo governo.⁴³³

Finalmente, às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto, em nome do Comité Central do MPLA, proclamou perante a África e o mundo na no Largo 1.º de Maio, hoje Praça da Independência, a independência de Angola, o 47.º país africano. E fê-lo nos seguintes termos:

«Em nome do Povo Angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola. Nesta hora, o Povo Angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola.»⁴³⁴

Com um texto manuscrito pelo seu próprio punho, Agostinho Neto fez uma alocução nesse acto solene cujo extrato aqui citamos:

«A vitória do onze de Novembro é mais uma soma a tantas outras na construção de uma nova Angola. Como o 4 de Fevereiro, como o Julho de 1963, como 1973.

A longa luta do Povo Angolano contra o colonialismo e contra o imperialismo

⁴³³ CARRASCO, Carlos Antonio, *Los Cubanos En Angola. Bases para el estudio de una guerra olvidada* (1975-1990), Editorial Aeronautica, La Paz, 1977, p.23

⁴³⁴ CDIH, op. cit., p.230

terminará sempre em vitória. Exigindo sacrifícios, sangue e suor, a apoiar o espírito patriótico dos explorados pelo colonialismo.

Consciente da ligação natural que existe entre todos os povos explorados do mundo, o Povo Angolano tem conduzido a sua luta contra o colonialismo e contra o imperialismo. Não é apenas para si próprio que combate. Ele combate para que o seu continente seja livre. Para que no mundo se exclua, de uma vez para sempre, a exploração do homem pelo homem.

Por isso, o conteúdo popular desta luta do nosso povo marca e define uma atitude. Ao preconizar a Democracia para as classes mais exploradas, ao preconizar o poder popular como base para uma existência, o povo angolano coloca-se na vanguarda para que assuma a sua responsabilidade no Mundo.

A sanha imperialista contra o povo angolano justifica-se por esta intenção constante dos dominadores e exploradores do povo de os colocar ao seu serviço.

O Imperialismo transportou para Angola as suas manobras sádicas, outrora aplicadas na Coreia, no Vietname ou no Egipto.

O Imperialismo deseja voltar a colonizar o nosso país.

Sem tomarmos certo as posições mais modestas, podemos no entanto afirmar que o Povo Angolano resistirá. Continuará a luta e vencerá.»⁴³⁵

Agostinho Neto denunciou ainda no seu discurso a invasão de Angola por forças externas perante a passividade das autoridades portuguesas, endereçando o libelo acusatório aos movimentos confrades como violadores dos acordos e traidores do povo angolano:

⁴³⁵ CDIH, op. cit., pp.229-230

«(...) Esta invasão foi conhecida e divulgada em todo o Mundo nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas controladas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reaccionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo Angolano. E nessa aliança incluem-se forças reacionárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo seu silêncio e passividade. Não obstante as organizações-fantoches concluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo Angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimentos de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significam uma alta traição ao Povo Angolano.»⁴³⁶

Em relação ao povo português, entretanto, deixou um posicionamento claro nestes termos: «Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.»⁴³⁷

Consumada a ruptura definitiva dos três protagonistas internos do processo da descolonização, ou seja, o MPLA, por um lado, e a UNITA e FNLA, por outro, teoricamente foram proclamadas duas independências ou, melhor dito, a

⁴³⁶ Ibidem, p.230

⁴³⁷ Ibidem

independência de Angola foi proclamada em dois actos distintos: pelo MPLA em Luanda, onde se proclamou a República Popular de Angola, e pela UNITA e FNLA no Huambo, onde foi proclamada a República Democrática de Angola.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO PÓS-COLONIAL E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

A construção do Estado pós-colonial em África é um indescrivível campo de análise das ciências sociais. Sendo um campo ainda enxuto, vai conhecendo entretanto contribuições pontuais quer de autores africanos, quer de autores não africanos. No contexto da nossa dissertação, pensamos fazer aqui este exercício em relação ao Estado pós-colonial em Angola no intuito de trazermos também a nossa contribuição na inteligibilidade epistemológica do Estado contemporâneo em África enquanto fenómeno político e socio-antropológico. Contamos, para o efeito, com alguns trabalhos teóricos e empíricos de vários autores que se dedicam aos estudos da África contemporânea, em geral, e de Angola, em particular.

4.1.O Estado pós-colonial em África

O primeiro grande desafio das sociedades pós-coloniais em África foi a construção do Estado pós-colonial e a transição de um paradigma de sociedades dominadas para um paradigma de sociedades livres e soberanas. Essa transição não pode ser vista apenas como uma simples transmissão do poder dominante (colonial) para as novas soberanias africanas. Seria uma visão reducionista do ponto de vista da análise. Em nossa opinião, existem fundamentalmente três

implicações indescutíveis na construção de uma epistemologia de análise sobre o assunto: a primeira é o peso da herança inescapável do Estado colonial e de toda a sua máquina burocrática e institucional; a segunda tem a ver com a construção do Estado-nação (destribalizado) a partir das idiossincrasias tribais; a terceira é o valor simbólico da independência no imaginário colectivo das sociedades africanas pós-coloniais.

O peso da herança colonial na idiossincrasia dos antigos colonizados não pode ser ignorado quando queremos abordar a questão do nascimento ou da criação do Estado pós-colonial em África. De certa maneira, convenhamos, o Estado pós-colonial (também dito independente) é produto cultural ou “civilizacional” do Estado colonial. Numa linguagem dialéctica diríamos que aquele é a síntese da luta revolucionária ou emancipalista enquanto negação do colonialismo. No caso de Angola, enquanto produto colonial, o Estado pós-colonial herdou a actual unidade territorial que passou a ser o espaço físico da epifania do Estado nascituro de Angola. Está assim plasmado no artigo 3.º do Acordo de Alvor: «Angola constitui uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais (...)». Por conseguinte, as autoridades vicárias consagraram assim o mapa colonial como mapa do novo Estado. O mesmo aconteceu em quase toda a África. A OUA recusou-se a fazer uma revisão das fronteiras coloniais tendo consagrado o princípio da «intangibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo». Ao longo dos anos, os conflitos fronteiriços e identitários originados por essa decisão desestabilizaram política e militarmente o continente. Outras heranças do colonialismo que podemos aqui aferir em relação ao primeiro ponto

têm a ver com o próprio ordenamento jurídico e a adoção do português como língua oficial de Angola. A independência de Angola foi declarada em português e não em kimbundu, ovimbundu ou kikongo. Estamos diante de uma sociedade pós-colonial cujos padrões que hão-de servir para a construção da nova realidade estão bem arraigadas na realidade colonial. Desde logo, esta constatação leva-nos a concluir que o Estado pós-colonial não é uma ruptura absoluta e total em relação ao Estado colonial. É seu produto. Não se pode fazer tábua rasa a toda a experiência política e administrativa europeia que ao longo de vários séculos amalgamou as sociedades africanas. É neste sentido que Emmanuel Terray afirma que é necessário interrogar-se sobre o peso e o modo de intervenção do passado na realidade contemporânea da África. Argumentando sobre essa posição, o autor escreve o seguinte:

«Já não se vê hoje a conquista colonial como uma espécie de sisma que tenha feito tábua rasa de toda a experiência política adquirida ao longo dos séculos anteriores. Essa experiência permanece eficaz em vários planos: ela fornece aos governantes e governados modelos de interpretação e de identificação, ela determina de modo significativo os procedimentos da representação e das escolhas políticas: quer se pense na vitalidade do consenso, em todos os níveis de governação e da administração, como modo de elaboração da decisão; quer se pense igualmente nas transformações profundas (...) que incidem na eleição quando é transplantada para o continente africano...»⁴³⁸

⁴³⁸ TERRAY, Emmanuel (dir.), *L'Etat Contemporain en Afrique*, Editions L'Harmattan, Paris, 1987, p.10: «On ne regard plus aujourd'hui la conquête coloniale comme une sortie de séisme qui aurait fait table rase de toute l'expérience politique acquise au cours des siècles antérieures. Cette expérience demeure efficace sur

Segundo ainda o mesmo autor, o período colonial não pode ser visto apenas como uma espécie de parêntese que a independência veio fechar. As instituições políticas e administrativas importadas pelos europeus não são simples fachadas ao abrigo das quais continuaria o jogo político de acordo com as regras herdadas do passado. E argumenta ainda: «os grupos dirigentes apropriaram-se dos aportes exteriores e manusearam-nos de acordo com os seus projectos e interesses, mas eles tiveram ao mesmo tempo de aceitar as suas normas e o resultado é uma realidade *sui generis* para a qual teremos de inventar categorias novas.»⁴³⁹

Em relação à construção do Estado-nação, é consabido que o conceito é novo em África e tem a sua consagração a partir das independências africanas. Na Europa, e um pouco noutras paragens do mundo, as nações criaram os Estados no sentido de que a cada nação devia corresponder um Estado, embora houvesse também casos de Estados plurinacionais. Para o Professor Adriano Moreira «a primeira afirmação legal do modelo Nação-Estado, que é de origem ocidental, aparece apenas quando, no rescaldo da guerra de 1914-1918, o idealismo do Presidente dos EUA Woodrow Wilson venceu o, (...), chamado “cinismo de Clemenceau”, no “Conselho dos Quatro”, na Conferência de Paris que reuniu

bien des plans: elle fournit aux gouvernants comme aux gouvernés des modèles d'interprétation et d'identification, elle détermine de façon très prégnante les procédures de la représentation et du choix politiques: qu'on songe à la vitalité de la palabre, à tous les niveaux du gouvernement et de l'administration, comme mode d'élaboration de la décision; qu'on pense également aux transformations profondes (...) que subit l'élection lorsqu'elle est transplantée sur le continent africain...»

⁴³⁹ Ibidem: «les groupes dirigeants se sont appropriés les apports extérieurs et les on aménagés selon leurs projects et leurs intérêts, mais ils en ont du même coup accepté les normes, et le résultat est une réalité *sui generis* pour laquelle nous devons inventer des categories neuves.»

para definir a Paz, de 18 de Janeiro a 28 de Junho de 1919, em Versalhes.»⁴⁴⁰

«Entre os famosos pontos de Wilson figurou o princípio de que a cada Nação deve corresponder um Estado, exigência fundamental, no seu pensamento, para eliminar conflitos futuros, dando a cada “povo” o direito da livre disposição: assim acabou a configuração dada à Europa pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Império Russo, Império Turco. Nessa data, a questão dos Impérios Coloniais, em que avultava a África, não foi encarada segundo o mesmo princípio, que apenas depois da guerra de 1939-1945 viria a orientar a ONU, sucessora da Sociedade das Nações.»⁴⁴¹

Ora, a emancipação política Africana foi despoletada dentro do espírito wilsoniano mais tarde incorporado no princípio onusiano da autodeterminação dos povos. Nessa perspectiva, as antigas colónias foram convertidas em Estados e estes é que começaram a empreitada complexa da construção da nação a partir de uma realidade antropológica e sociológica que tem a tribo como matriz e como base residual. Jean Ziegler, Professor de sociologia na Universidade de Genebra e no Instituto universitário dos Estudos de Desenvolvimento de Genebra, estudioso atento das dinâmicas modernas das sociedades africanas, usa a expressão “protonação” (do grego *protos*: “rudimentar”, “primitivo”) para designar as sociedades políticas africanas. A “protonação” seria, no seu entender, a forma de sociedade mais comum em África. «Não se trata de uma

⁴⁴⁰ MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação* (Preâmbulo), in MOCO, Marcolino, op. cit., p.xxiii

⁴⁴¹ Ibidem

nação acabada e que se teria pervertido. Ela não é mais uma etapa no caminho da reconstrução nacional. Ela é uma pura criação do imperialismo.»⁴⁴² E justifica a sua opinião nestes termos:

«A protonação é o produto duma conjuntura particular do advento do imperialismo: ela foi estabelecida pelo imperialismo, primeiro com a assistência dos imperialismos secundários no momento em que, na saída da Segunda Guerra mundial, o sistema de dominação planetária do capital recolocava, reequilibrava e reorientava a sua estratégia.

A protonação já não é mais uma “pseudo-nação” uma vez que ela faz nascer um sentimento “nacional”, um consenso “nacional”. A protonação possui portanto uma consciência colectiva, uma identidade estruturada. (...) a consciência protonacional está investida duma tendência forte para a imitação, para a reprodução dos hábitos de consumo, dos esquemas imperialistas de pensamento. A protonação é uma sociedade heterogênea onde a burguesia dos compradores, que é o núcleo dirigente da protonação, é obrigada a negociar o seu poder com outras forças sociais.»⁴⁴³

⁴⁴² ZIEGLER, Jean, *Le Pouvoir Africain*, Éditions du Seuil, s/l, 1979, p.16: «La protonation (...) est aujourd’hui la forme plus répandue en Afrique. Elle n’est pas une nation achevée et qui se serait pervertie. Elle n’est pas non plus une étape sur la route de la construction nationale. Elle est une pure création de l’imperialisme».

⁴⁴³ Ibidem: «La protonation n’est pas non plus une “pseudo-nation” puisqu’elle fait naître un sentiment “national”, un consensus “national”. La protonation possède donc une conscience collective, une identité structurée. (...) la conscience protonationale est investie d’une tendance puissante à limitation, à la reproduction des habitudes de consommation, des schèmes de pensée impérialistes. La protonation est une société hétérogène où la bourgeoisie compradore, qui est le noyau dirigeant de la protonation, est obligée de négocier son pouvoir avec d’autres forces sociales.»

A situação dos actuais países africanos, segundo o pensamento deste autor, seria uma encruzilhada entre os interesses internos e os interesses externos, entre a tradição e a modernidade. Nos territórios sob dominação europeia onde decorreu a luta de libertação nacional, como é o caso de Angola, embora tenha havido uma insofismável base tribal dos seus partidos, o discurso político e a praxis libertária que empreenderam deixaram transparecer um esforço para ultrapassar o estágio tribal através dum processo de “transtribalização”. O nacionalismo ou o protonacionalismo, enquanto ideologia libertária, encarna essa realidade. Ora se assim for, admitindo que a consciência de nação já era uma realidade mobilizadora da luta, o Estado teria sido então uma emanção lógica da protonação. Por outro lado, se por ventura não podermos aqui demonstrar e provar a existência de um sentimento nacional e de uma identidade comum antes da independência, nesse caso a ideia de nação passaria por uma espécie de “identidade territorial”, isto é, conferir *tout court* a designação de nação a todos os povos que habitavam então o território de Angola durante a vigência do domínio colonial.⁴⁴⁴ Todavia, se assim não for também não é um problema grave, pois defende o Professor Adriano Moreira, citando Acton, de que «em regra não é a Nação que origina o Estado, é o Estado que origina a Nação». E argumenta com exemplos: «Desta visão é exemplo Portugal (síntese de nativos, romanos, alanos, vândalos, suevos, visigodos, muçulmanos, africanos) que se tornou na mais

⁴⁴⁴ «O território constitui um dos mais importantes elementos na caracterização do Estado-nação. Existe uma relação directa entre a sua emergência e a necessidade de ordenar territorialmente o espaço, fazendo uso da instituição “fronteiras” que perdem o carácter impreciso que as caracterizava até então e assumem uma importância cada vez maior»: AMANTE, MARIA de Fátima, Estado-Nação, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., p. 190

antiga Nação da Europa, o Reino Unido e a Espanha, que, não obstante a submissão política ao mesmo Estado, são multinacionais.»⁴⁴⁵ Provavelmente o Estado-nação pós-colonial em África tenha sido produto natural do Estado-nação colonial, mas também pode ser resultado do mimetismo, já que em teoria todos os Estados modernos são Estados-nação, como sustenta Maria de Fátima Amante.⁴⁴⁶ Richard Dowden faz uma incursão interessante sobre este assunto numa obra que é resultado do seu trabalho de pesquisa em vários países africanos, sobretudo, os da África a Sul do Sahara. Ao abordar o fim do colonialismo depara-se com uma realidade: «novos Estados, velhas sociedades.» E argumenta que os novos presidentes herdaram o poder total dos regimes coloniais, mas os Estados que eles governaram eram produto das antigas sociedades africanas, enquanto autogoverno e ainda porque se mantinham juntos através das suas próprias redes de poder e influência. Procurar usar os instrumentos do modelo ocidental de Estado para controlar essas sociedades enraizadas era como se se quisesse domesticar gatos com um manual para adestrar cães. Destaca, por conseguinte, como em qualquer outra parte do mundo, a importância da etnicidade e da cultura. Infelizmente, o tribalismo foi usado na construção do Estado pós-colonial em África como pretexto para o estabelecimento da unidade nacional, na medida em que os líderes mobilizavam apoiantes da sua própria etnia ou religião (cristãos versus muçulmanos e vice-versa) impondo a sua vontade política pela força.⁴⁴⁷ Referindo-se à transição do

⁴⁴⁵ MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação* (Preâmbulo), in MOCO, Marcolino, op. cit., p.xxiv

⁴⁴⁶ AMANTE, Maria de Fátima, Estado-Nação, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., p.191

⁴⁴⁷ DOWDEN, Richard, *Africa. Altered states, Ordinary miracles*, Portobelo Books, Warwickshire, 2015

poder para os africanos, defende que a independência restaurou oficialmente o poder em África para os africanos, mas os países criados e os sistemas que os europeus impuseram em África quando abandonaram não estavam enraizados na cultura ou experiência africana e não eram suficientemente fortes para travar as pressões sociais e étnicas que vieram logo à tona. A influência europeia – indirecta e por vezes directa – continua forte em África e, como se não bastasse, aos europeus vieram juntar-se ainda a Rússia e a América, que pretendiam garantir estabilidade forjando ditadores nos novos Estados para servir os seus interesses estratégicos e satisfazer os seus apetites económicos.⁴⁴⁸

Em relação ao significado de independência no imaginário colectivo africano, já tivemos ocasião de reflectir sobre o assunto numa pesquisa anterior a esta.⁴⁴⁹ O nosso intento era de fazer uma releitura do conceito de independência no contexto antropológico africano. O trabalho do teólogo e filósofo congolês, Ka Mana, ajudou-nos a reflectir sobre o assunto.⁴⁵⁰ A sua análise tem como esteio, por um lado, a fenomenologia sócio-política e económica Africana e, por outro lado, o simbolismo mitológico do imaginário social africano. Na sua perspectiva a independência aparece como um “sonho” ou um mito cheio de esperança que veio invadir a consciência do homem africano, como reacção à multissecular humilhação e dominação europeia:

(New edition), pp.51-52

⁴⁴⁸ Ibidem, p.59

⁴⁴⁹ TATI, Raul, op. cit., pp.57-64

⁴⁵⁰ KA Mana, *L'Afrique va-t-elle mourir? Essai d'éthique politique*, Karthala, Paris, 1993, pp.76-77

«Quando, através do mito de identidade cultural e das suas exigências, a África negra tomou consciência daquilo que significou para o seu destino político os quatro últimos séculos da sua história; quando ela compreendeu que o seu encontro com o Ocidente foi durante todos estes séculos uma história de terror e de sangue, um processo doloroso de desvitalização crescente e de manifesta impotência, ela despertou da noite profunda com uma ideologia gloriosa e férrea: a independência. Um novo mito carregado de esperança invadiu assim as nossas consciências.»⁴⁵¹

Quando no final da década de cinquenta e no dealbar de sessenta os povos africanos acediam ao exercício do seu direito de autodeterminação, o sonho ganhou corpo. As independências foram saudadas como o fim de uma era, o virar da página para uma realidade nova.

«Uma nova era se abria, um mundo novo nascia – o sol das independências resplandecia o horizonte como uma canção de esperança (...). A independência passou a ser assim um novo país das maravilhas, um mundo radiante dos nossos mais belos anseios. Resposta emotiva numa situação de total sufoco, ela tomou a forma duma opção para uma nova ordem das coisas.»⁴⁵²

Deste modo, esta nova mitologia passou a fecundar o “imaginário” do homem africano que via nela a única resposta justa a todos os seus problemas histórico-antropológicos. No entanto, não foram mais do que esperanças evaporadas numa espécie de “ilusão colectiva”. O pecado original das nossas

⁴⁵¹ Ibidem, p.56

⁴⁵² Ibidem

independências estaria assim no facto de terem sido «mais sonhadas que pensadas», de terem sido “imaginariamente” celebradas sem passar às medidas práticas que teriam dado consistência às mesmas, tendo em conta os grandes imperativos e os múltiplos desafios que deviam ser assumidos no âmbito da autonomia política, económica, social e cultural. Entretanto, a lei dos factos fez saltar para o ar as ilusões do homem africano, empurrando-o então a pensar segundo os interesses partidários, da conquista e conservação do poder, dos conflitos sociais e interétnicos. As opções ideológicas também tiveram o seu papel determinante na orientação da ideia de independência. Ka Mana ilustra isso mostrando como uma das orientações ideológicas consistia em pensar e viver a independência à maneira duma “nostalgia lírica” virada para a recuperação da África tradicional. Trata-se, neste caso, duma predisposição em busca dos atavismos ancestrais como esteios para a construção duma África moderna inspirada nos antigos reinados e conjuntos políticos pré-coloniais. Todavia, essa tendência privilegiou mais as partes “folklóricas” concernentes à “orquestração” e “feiticização” dos poderes autocráticos e fantoches surgidos na África pós-colonial. Segundo o autor, reside aqui uma das razões do impasse africano, pois o colonialismo não foi enterrado, mas reaparece reciclado nas suas formas e nos seus métodos. Os novos senhores da situação, apesar dos discursos nacionalistas ou africanistas, em muitos casos não passavam de marionetas dos antigos senhores que os teleguiavam a partir das antigas metrópoles, transformando as independências em caricaturas. Diante disso, a questão levantada pelo autor é onde estaria baseada a legitimidade política dos novos

líderes: nas raízes da África tradicional ou na herança colonial? Ora, bem parece que os discursos africanistas ancoradas na **Negritude**, na **Personalidade Africana**, ou na **Autenticidade** - como ideologias libertárias ou emancipalistas -⁴⁵³ serviram amiúde para camuflar o seu lígame mental ao sistema colonial, de tal modo que a sua actuação política veio trazer a lume uma progenitura directa do colonialismo a partir do qual assimilaram a linguagem e os métodos. A esta atitude designa por “teoria de aliança”, que consistiria no intento de redescobrir a tradição africana através dos esquemas mentais do colonialismo, como estratégia de evitar uma ruptura total com os antigos senhores. Esta “teoria da aliança” seria um sinal do malogro da independência idilicamente acolhida pelos africanos.

Entretanto, paralelamente a esta percepção da independência como “recuo à tradição” e como “teoria da aliança” foi desenvolvida outra ideologia, mais radical e revolucionarista, que é a “ruptura total com o mundo ocidental”. Nesta óptica a independência vem concebida como corolário de uma luta, como energia libertadora, capacidade de reapropriar-se do seu destino rompendo com o Ocidente considerado imperialista, dominador, explorador, neocolonialista, etc. Esta ideologia está arreigada no “mito da revolução absoluta” que viria a inaugurar a era duma África completamente livre das sequelas coloniais. Porém, Ka Mana estigmatiza igualmente essa ideologia pois, como as demais, só veio desvelar a impotência e a incapacidade inovadora e transformadora na medida em que a vontade e o mito da “independência total” não resolveu as questões

⁴⁵³ Cf. BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol I e II, (trad. Carlos da Veiga Ferreira), INALD, Luanda, 1981

de fundo.⁴⁵⁴

Podemos sumarizar as linhas de força do pensamento de Ka Mana nestes termos:

1.º O seu primeiro grande intento é descobrir, através duma análise filosófico-antropológica, as razões que determinaram o insucesso da independência Africana nas primeiras décadas, também conhecidas por “décadas perdidas”.

2.º O seu método de análise é indutivo e consiste em penetrar e prescrutar primordialmente o “imaginário colectivo africano” como chave hermenêutica da inteligibilidade dos enigmas da África pós-colonial.

3.º A tese principal que sustenta é que África buscou a independência como um sonho e uma vez conquistada continuou a vivê-la como tal, aliás – pior ainda – como um pesadelo. O que equivale dizer que a independência teria sido mais condicionada pela “emoção” do que pela “razão”. A independência teria estacionado na esfera “onírica” faltando-lhe a necessária “reflexão lúcida” e a correspondente “acção transformadora”.

4.º A consequência desse “mimetismo” foi a falta de criatividade e a incapacidade de uma acção coerente à altura da vontade de libertação e da emancipação do continente do poderio colonial. Deste modo, os africanos teriam perdido de vista um “projecto de existência” e um “novo horizonte de ser”.

5.º Todavia, reconhece, a tarefa principal não é de criticar, mas de converter estas “décadas perdidas” em caminho de busca e de questionamento. Retomando as raízes da independência, pretende-se ir ao encontro da missão

⁴⁵⁴ KA Mana, op. cit., pp.77-83

que cabe hoje às novas gerações africanas de tomar consciência das exigências que foram traídas pelas gerações precedentes, para libertar as energias espirituais cativadas no mimetismo tradicionalista, o que iria permitir a descolagem da África rumo ao progresso humano. Assim, a independência seria não só uma conquista, mas também uma tarefa.

Na nossa perspectiva o pensamento deste autor está mais focalizado para as elites africanas directamente envolvidas no processo da emancipação da África. O «Imaginário do homem africano» provavelmente não se aplique indistintamente a todos os africanos. Parece-nos que a sua preocupação recai mais sobre as lideranças políticas. Uma questão simples pode ser colocada no sentido de aclararmos isto: que ideia tinha a maioria das populações africanas sobre a independência? É fácil responder que a ideia de independência foi forjada nos laboratórios ideológicos dos movimentos emancipalistas cujos líderes, pela sua formação intelectual e pela experiência directa com os colonizadores estavam de algum modo “formatados” para essa empreitada. Levaram pois a cabo a mobilização das populações no sentido de retirarem qualquer “voto de confiança” nos colonos brancos porque eram invasores, dominadores e exploradores, conseguindo o seu apoio e adesão para fazer uma subversão. Neste sentido, o africano comum que sentia na carne o peso da subjugação estrangeira não podia não acolher com entusiasmo essa mobilização. Dá-se assim a motivação para sonhar na independência que seria o fim dessa subjugação. Temos aqui, *prima facie*, uma ideia “subversiva” da independência que será levada a cabo por africanos politizados. Podemos então detectar três distorções: a primeira é que a

independência foi concebida como um fim, um ponto de chegada, quando devia ser uma fase ou um novo ponto de partida; a segunda distorção tem a ver com a confusão sinonímica entre independência e descolonização. Os dois termos passaram a significar a mesma realidade porque vistos como factos consumados desde o momento da proclamação da independência. Faltou algum discernimento de que a descolonização era muito mais complexa do que um simples acto de declaração de independência. A colonização não era apenas uma dominação política e económica. Era também cultural. E esta dimensão, por vezes subtil, acaba por subsistir até aos mais radicais intentos de mudança como aconteceu com a famosa “Autenticidade” do presidente Mobutu no Zaire que não passou de um “despotismo iluminado”. Há ainda uma terceira distorção que decorre da anterior: trata-se da “ideia vicária da independência”. Essa consistia em pensar a independência a partir de uma ideia substitutiva: tomar de assalto as rédeas do poder vacante abandonado pelos europeus. Aqui reside um dos problemas mais graves do Estado pós-colonial em África: a luta pelo poder. Como já dissemos anteriormente, durante décadas os africanos empregaram a maior parte do tempo em querelas e disputas pelo poder. Foram gastos recursos incalculáveis para a conquista e a conservação do poder, negligenciando as tarefas prioritárias do desenvolvimento humano. Ora a partir desta análise se pode concluir que o africano comum tinha uma certa ideia da independência, mas esta era determinada pelos homens da política. Concordamos, neste sentido, com Ka Mana, quando defende que a independência foi celebrada apenas como uma conquista consumada, mas não foi suficientemente pensada como um novo

desafio a enfrentar juntos. Infelizmente o triunfalismo vanificou as esperanças iniciais. Efectivamente, as independências trouxeram expectativas e os nacionalismos então em voga passaram a ser os catalizadores duma vontade de imitação dos Estados-nação mais avançados, como o atesta John Iliffe:

«Quando a maioria dos países africanos se tornou independente por volta de 1960, tudo concorreu para criar expectativas. O nacionalismo visava imitar os estados-nação mais modernos: não os governos minimalistas das sociedades agrícolas mas os planos de desenvolvimento e os mecanismos de controlo burocrático do mundo industrializado (em especial do socialista). Os nacionalistas acreditavam que o colonialismo atrasara os seus países. Confiavam no seu espantoso sucesso político. Exageravam o poder do governo e das suas leis, que tinham experimentado apenas na qualidade de súbditos. Sabiam que o seus regimes frágeis dependiam da rapidez do progresso económico.»⁴⁵⁵

⁴⁵⁵ ILIFFE, John, *Os Africanos. História dum Continente*, (trad. Maria Filomena Duarte), Terramar, Lisboa, 1999, p.326

4.2.A fundação do Estado-nação em Angola⁴⁵⁶

No capítulo anterior afluíramos a questão da transição despoletada pelo 25 de Abril de 1974. Embora tenhamos já assinalado o quadro legal que abriu as portas para a descolonização em Angola, não seria redundante voltarmos retomar o assunto (*non nova sed nove*) para vermos alguns aspectos jurídico-políticos que antecederam a declaração da independência de Angola.

4.2.1. Estatuto jurídico-político antes da proclamação da Independência

Os constitucionalistas angolanos Adérito Correia e Bornito de Sousa, num trabalho conjunto publicado em tempos sobre o percurso do constitucionalismo angolano, tiveram o cuidado de lançar algumas luzes em relação ao estatuto jurídico-político de Angola antes da proclamação da independência nacional, especificamente no período de transição após o 25 de Abril de 1974.⁴⁵⁷ Foi assinalada, em primeiro lugar a Lei n.º 1/74 de 25 de Abril pela qual era destituído o então Presidente da República e exonerado das funções o Presidente do Conselho de Ministros,

⁴⁵⁶ Acrescentando ao que já foi dito sobre a construção da nação, Claudio Tomás realça a grande dificuldade da heterogenidade étnica como o obstáculo à construção da nação: «O nacionalismo étnico é apontado como um dos obstáculos aos esforços dos projectos de “construção da nação” em curso em muitos países de África, uma vez que “os territórios coloniais que surgiram como novas nações após as independências não possuem um único conjunto de experiências colectivas” e que por isso: “os diferentes grupos (...) colectados no interior das nações modernas têm a sua própria experiência colectiva separada dos demais.” Esta afirmação tem todo o propósito para o caso de Angola, onde a experiência partilhada da formação da consciência de reivindicação, contestação e de combate ao poder colonial não foi igual para os diferentes grupos étnicos, visto que partilhavam entre si as mesmas práticas e não comungavam da mesma consciência colectiva»: TOMÁS, Claudio Andrade da Conceição, *Discursos e Práticas Alternativas de Reconciliação Nacional e de Construção da Nação em Angola: o Caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola*, Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2010, p. 60

⁴⁵⁷ CORREIA, Adérito – SOUSA, Bornito de, *Angola. História Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1996, pp.20-21

Secretários e Sub-Secretários de Estado; foram ainda pela mesma lei dissolvidos o Governo e a Assembleia da República, tendo sido os seus poderes transferidos para uma Junta de Salvação Nacional (JSN). Com o Decreto-Lei n.º 169/74, de 25 de Abril, foram exonerados igualmente das suas funções os então governadores das colónias ou províncias ultramarinas; as suas funções passaram a ser exercidas por Secretários-Gerais nomeados a partir da Metrópole. Entretanto, a Lei n.º 3/74 teve a competência de definir «a estrutura nacional transitória que regerá a organização do país até à entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa». Sustentam ainda os autores que «com a mesma Lei, o poder passava a ser exercido pela Assembleia Constituinte, o Presidente da República, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o Governo e os Tribunais.» De tal modo que ao Conselho competia «a definição do regime geral do governo das províncias Ultramarinas.» e os governadores-gerais passavam «a ter categorias idênticas às de Ministro.» Neste sentido, «as relações entre as colónias e Portugal passam a ser estabelecidas através do Ministro da Coordenação Interterritorial.» Ora, no que a Angola diz particularmente respeito, os autores falam do estabelecimento de «um regime transitório para Angola», em Agosto de 1974 através da Lei n.º 6/74. As funções de governador-geral foram entregues a uma Junta Governativa. Para além disso, em Setembro é determinada a constituição do governo de Angola pelo Decreto n.º 460/74. Mas em Novembro o regime de governo foi alterado pela Lei n.º 11/74. Em consequência disso, «a representação da soberania portuguesa passou a competir a um Alto Comissário; os Secretários e Sub-Secretários de Estado,

reunidos em conselho, formam o Governo Provisório que exercia igualmente a função legislativa.» Finalmente, em Janeiro de 1975 foi reconhecido o direito de Angola à independência, entretanto, aprazada para o dia 11 de Novembro no acordo de Alvor. O poder passa a ser exercido em Angola por um Governo de Transição composto equitativamente pelos três movimentos, dirigido por um Colégio Presidencial e pelo Alto Comissário (Lei n.º 1/75 e Decreto Lei n.º 2-A/75). No entanto, por agravado incumprimento pelos signatários angolanos, o acordo foi suspenso em Agosto de 1975 por Decreto Lei nº 105/75, conferindo concomitantemente poderes especiais ao Alto Comissário em Angola, Leonel Cardoso. Do ponto de vista político, o novo Estado que vai nascer em Angola vai herdar, como defende Tony Hodges, a estrutura administrativa e a cultura da administração colonial. Não havia uma tradição anterior ou experiência duma competição política pacífica e pluralista. Comparativamente, segundo o autor, até mesmo nas colónias britânicas e francesas em África onde a independência foi precedida por um período de política multipartidária e de governo parlamentar, os acontecimentos posteriores demonstraram que a tradição democrática não tinha raízes para fazer face aos desafios económicos, políticos e sociais que se seguiram às independências. Já em Angola, não havia absolutamente nenhuma tradição dessa natureza. O mais grave é que o panorama político angolano foi marcado por rivalidades que resultaram em violência militar entre os três movimentos nacionalistas, inclusivamente quando ainda lutavam pela independência. Cada um deles achou no breve período do Governo de Transição

uma oportunidade que se abria na luta pela hegemonia total.⁴⁵⁸

Entretanto, para o historiador africanista Elikia Mbokolo, o problema das «heranças coloniais não dizia apenas respeito às estruturas e às políticas económicas, nem à configuração territorial dos novos países independentes: incidia também sobre a natureza do Estado e a organização dos poderes.»⁴⁵⁹ Na verdade, não se pode descurar esta realidade quando estivermos a fazer um exercício de caracterização do Estado pós-colonial em Angola. Embora a descolonização tenha ocorrido numa fase de transição política em Portugal, é preciso reconhecer que Angola lidou durante muito tempo, enquanto colónia, com um Estado colonialista e repressivo que nem as medidas políticas de relativo alijamento levadas a cabo por Marcelo Caetano puderam retirar-lhe tal epíteto. Concordamos, neste caso, com Elikia Mbokolo quando explica que «as relações entre o Estado e a sociedade estavam associadas a um autoritarismo persistente, apenas temperado aqui e ali por uma dose de paternalismo carregado de condescendência; a onipotência administrativa e política do Estado, que não era contrabalançada por coisa alguma, tinha sido ainda mais agravada pelas funções económicas e sociais que ele passara a assumir no quadro dos “planos de desenvolvimento” do pós-guerra.»⁴⁶⁰ A experiência de Angola, que vamos ver adiante, substituiu este papel do Estado onipotente colonial pelo Partido onipotente que foi colocado no vértice da pirâmide da organização política da sociedade angolana pós-colonial. Na nossa opinião, essa subalternização do

⁴⁵⁸ HODGES, Tony, *Angola: Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 2004 (second enlarged edition), p.48

⁴⁵⁹ MBOKOLO, Elikia, op. cit., p.568

⁴⁶⁰ Ibidem, pp.568-569

Estado retrata ressaibos ideológicos depreciativos decorrentes da experiência negativa do papel do Estado colonial cuja máquina redentora passou a ser o Partido-nação ora em vigor. A experiência de Partido Único como «força dirigente da nação» corporiza esse desiderato de, através do seu impulso revolucionário, desconstruir as sequelas do Estado colonial. Porém, a própria realidade fez questão de denunciar as suas ambiguidades deixando a nú o “prolongamento” (consciente ou inconsciente) do carácter repressivo do Estado colonial, facto que ensombrou a sociedade angolana pós-colonial, provocando pesadelos nunca antes havidos como na tragédia de 27 de Maio 1977.

4.2.2.Principais linhas programáticas do novo Estado

No acto da proclamação da independência, Agostinho Neto proferiu em nome do Comité Central do MPLA um discurso que, a todos os títulos, podemos considerar de programático. Nele estão as ideias-chave, inspiradas no Programa Maior do MPLA em relação à forma de Estado, ao sistema político e à organização social, económica e produtiva. Em primeiro lugar, o novo país foi constituído em **República Popular de Angola**. O termo “popular” está longe de ser um reles floreado. Ele encerra todo um potencial ideológico e político que remonta ao Manifesto (1956) para um “amplo movimento **popular** para a libertação de Angola” que veio a constituir a sigla do MPLA; o exército angolano passou a chamar-se Forças Armadas **Populares** de Libertação de Angola (FAPLA); a

televisão estatal passou a chamar-se Televisão **Popular** de Angola (TPA); e não podemos aqui deixar de mencionar o slogan “Resistência **Popular** Generalizada” e “Poder **Popular**” muito propagandeado nos muceques e bairros de Luanda depois da instalação do MPLA, passando a ser, depois da independência um programa político: «Propõe-se proceder à instauração do Poder Popular à escala nacional.»⁴⁶¹ O próprio Hino nacional de Angola, com a letra de Manuel Rui Monteiro e música de Rui Mingas, conclama o poder popular nestes versos: «**Angola avante, revolução/pelo poder popular...**» Para além disso, Angola foi definida como um «Estado de Democracia **Popular**»: «A República Popular de Angola sob orientação do MPLA caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular.»⁴⁶² Por conseguinte, o “popular” tem muito a ver com a ideologia de esquerda de selo marxista-leninista, indiciando *ipso facto* o tipo de sistema político ora em marcha. O “popularismo” foi tão badalado em Angola que se tornou praticamente numa obsessão maníaca que foi sarado graças à transição verificada em 1991 com o acordo de Bicesse. O Estado deixou de ser uma República Popular e passou a ser simplesmente “República de Angola”; o poder popular foi despachado para as calendas gregas; a Televisão Popular de Angola (TPA) passou a Televisão Pública de Angola. Durante a campanha eleitoral de 1992, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, havia prometido que em Setembro os “p” iriam cair. E, de facto, caíram mesmo.

Um outro aspecto de elevada importância, em termos de análise política, tem a ver com a primazia do Partido em relação ao Estado: «Os órgãos do Estado na

⁴⁶¹ CDHI, *História do MPLA*, 2.º volume, op. cit., p.232

⁴⁶² Ibidem, p.231

República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.»⁴⁶³ Lançam-se aqui as bases daquilo que vai passar a ser na prática governativa de Angola o **“Partido-Estado-Nação”**. O MPLA vai afirmar-se como principal força dirigente, mantendo o domínio sobre todos os órgãos do Estado. Ora essa concepção de Estado vai ter implicações na arquitectura da Lei Constitucional e em todo o processo político angolano daí em diante, mormente no contexto da política externa, que será posteriormente objecto da nossa análise. No entanto, para aquilatar essa primazia do Movimento de Libertação sobre o Estado, era necessário transformá-lo num partido de massas, forte e dinâmico: «O MPLA deve tornar-se numa força política gigantesca e cada vez mais dinâmica, assumindo-se como verdadeira vanguarda do Povo Angolano. Terá assim que adaptar-se à nova realidade que lhe impõe a gestão do Estado, de tal modo que se prevê a sua transformação gradual num verdadeiro partido de massas.»⁴⁶⁴ Vai nascer aqui um Estado fortemente centralizado, construído na base de ideias marxistas-leninistas e controlado pelo partido único, cujo Comité Central assume a orientação superior da política governativa e legislativa.

O pensamento de estabelecer um regime de partido único não era novo no panorama político pós-colonial em África.⁴⁶⁵ Embora em alguns países tenha

⁴⁶³ Ibidem

⁴⁶⁴ Ibidem

⁴⁶⁵ «A característica mais chocante no funcionamento das repúblicas africanas, aquela que mais vivamente tem sido discutida, é a instituição do partido único. As excepções são pouco numerosas e os partidos únicos espalham-se um pouco por toda a parte, sejam quais forem, de resto, as orientações políticas e as suas divergências (...). No entanto, a teoria do partido único foi fabricada retrospectivamente e tende a dar um carácter absoluto, mais ou menos intemporal, a uma forma de organização que surgiu e se impôs na sequência de um processo histórico donde extrai a sua única justificação (...). Mas em toda a parte o partido único exprime, ou supõe-se que exprime, a unidade da nova nação contra as forças de desagregação que resultariam

havido um período relativamente breve de pluralismo político materializado por diversos partidos nas vésperas das independências, a verdade é que o canibalismo político que se instalou depois das independências minou preliminarmente a sobrevivência desses partidos já que a luta pela hegemonia política significava literalmente a negação e a destruição do outro. Em certos casos, foram usadas como pretexto as divergências ideológicas e, noutros, o tribalismo, como já foi dito acima. A ideia propalada é a da construção de um partido onde cabem todas as tendências e diferenças como antídoto contra veleidades regionalistas ou tribalistas. Mas isso não foi feito sem violência, como bem testemunha o historiador Elikia Mbokolo: «Todavia a instauração dos partidos únicos não se deu sem violência. É verdade que num primeiro tempo, os poderes recorreram a processos jurídicos e a manobras políticas para se desembaraçarem dos partidos de oposição.»⁴⁶⁶ Os exemplos estendem-se *ad nauseam* pela África fora, como se pode ver na narrativa de Elikia:

«Assim, por exemplo, o PDG (Partido Democrático da Guiné) tornou-se constitucionalmente partido único logo em Novembro de 1958, e o Níger, o Chade e a República Centro-Africana passaram ao regime de partido único após, respectivamente, a dissolução do partido Swaba, favorável ao “não” no referendo de 1958, a interdição de partidos chadianos de oposição (1962) e a institucionalização do MESAN (1962). Por outro lado, a partir do começo dos anos

da acção de organizações políticas de base tribal ou regional»: BENOT, Yves, op. cit., Vol II, pp.2 e 7

⁴⁶⁶ MBOKOLO, Elikia, op. cit., p.571

1960, multiplicaram-se as apologias a favor do partido único.»⁴⁶⁷

O pronunciamento de Amadou Ahidjo, então presidente dos Camarões, numa conferência de imprensa em Novembro de 1961, citado por Elikia, justifica essa preferência nos seguintes termos:

«Um grande partido nacional no seio do qual, uma vez convencidos, entrariam livremente os camaronenses, e também um partido no seio do qual existam a democracia, a liberdade de expressão, a liberdade de discussão, um partido no seio do qual possam existir diversas tendências, no entendimento de que a minoria adere ao parecer da maioria [com o objectivo de] chegar a acordo sobre um programa mínimo que possa obter a aprovação de todos os camaronenses, pois esse programa não pode ser senão o desenvolvimento social e económico dos camaronenses.»⁴⁶⁸

Grande número de países africanos adoptaram essa prática através da eliminação dos seus adversários políticos por assassinatos e por “complots” supostos ou potenciais. Em Angola, o MPLA enveredou por uma longa guerra civil que, apesar de ter afastado do poder os seus concorrentes, não conseguiu destruí-los. A FNLA praticamente desapareceu do cenário, mas a UNITA reorganizou-se e fortaleceu-se para combater tenazmente o sistema de partido único até que em 1991, por força do acordo de Bicesse, Angola abriu as portas para o multipartidarismo. Se por um lado, esta reviravolta deveu-se à conjuntura internacional que assinalava

⁴⁶⁷ Ibidem

⁴⁶⁸ Ibidem

o fim da GF, por outro, não se pode negar a influência do movimento de Jonas Savimbi que se bateu pela democracia em Angola, embora, diga-se em abono da verdade, o objecto primário da sua luta fosse a tomada do poder em Angola no intuito de “rectificar” a história quixotesca de uma nova nação mal-nascida.

Embora as justificações em torno dos partidos únicos estivessem em torno de argumentos como «a ausência de classes sociais e dos conflitos de classes que tornaria inúteis as competições entre vários partidos»; «a necessidade de assegurar o mais rapidamente possível o desenvolvimento económico (...»); «o imperativo absoluto de criar a nação e, para o conseguir, fundir as múltiplas componentes étnicas resultantes das fronteiras artificiais da colonização num só cadinho e sob autoridade de um único chefe, considerado precisamente como “pai” da nação»⁴⁶⁹, a verdade é que a aplicação destes pressupostos fez emergir em África Estados “mongolóides”, isto é, Estados com malformação congénita, por se confundirem com a omnipresente máquina partidária pelo menos em termos de poderes e competências, por um lado; já o monolitismo partidário, por outro lado, funcionou na prática como uma máquina de exclusão e de ostracismo político contra os cidadãos que não estivessem enquadrados no partido único, colocando a militância acima da cidadania. O pretexto do reforço da unidade nacional em muitos casos não passou duma prática discursiva oca, sendo, pelo contrário, factor de promoção de assimetrias regionais em termos de afectação de recursos, facto este que resultou no crescimento exponencial de algumas regiões e no significativo atraso doutras em

⁴⁶⁹ Ibidem, p.574

termos de desenvolvimento, sem negligenciar embora o impacto negativo dos conflitos armados que durante as “décadas perdidas” assolaram o continente africano. O monolitismo partidário traduzido numa espécie de osmose ontológica em **Partido-Estado-Nação** propiciou ainda um terreno fértil para o florescimento de “ditadores carismáticos”, fiéis intérpretes do adágio “*l’État c’est moi*”. Efectivamente, os sistemas monolitistas africanos criaram líderes fortes e autoritários, mas enfraqueceram as suas instituições. Este é um dos grandes problemas do Estado contemporâneo em África: encontramos «sociedades aferrolhadas pelo despotismo e adormecidas na obediência»⁴⁷⁰ e na veneração indefectível ao “pai” da nação. Noutras palavras, as nações africanas teriam sido “geradas” por um pai-herói-libertador a quem devem o seu ADN. Este pressuposto colocaria de parte todas as dinâmicas sociais e outras variáveis indescutíveis na construção da nação como a emergência da sociedade civil. Afinal as nações não se erguem apenas sob o pilar de partidos políticos ou líderes titânicos.

Quanto ao posicionamento internacional do novo Estado, perante a conjuntura então em curso da GF, o MPLA dividiu o mundo em duas partes baseadas numa visão de que “quem não está comigo, é contra mim”.⁴⁷¹ Assim temos o “clube dos amigos da vanguarda” e o “clube dos vilões” (inimigos). No primeiro grupo perfilam todos os povos “progressistas” que manifestaram a sua solidariedade à

⁴⁷⁰ Ibidem, p.577

⁴⁷¹ Cf. “*Relatório da Comissão Política*”: Definição dos nossos amigos e aliados, baseando-se na nossa luta e na nossa linha política: «Analisando o nosso país e o mundo, não há dúvidas que quem nos explora e nos oprime, quer dizer, o nosso inimigo é o colonialismo, o imperialismo e o néo-colonialismo. Por consequência os nossos amigos são os que lutam como nós pelos mesmos objectivos e de quem nós somos solidários. Aliados os que, por uma razão ou outra, acham útil estabelecer connosco relações de cooperação» :Ibidem, p.389

luta anticolonial levada a cabo pelos nacionalistas angolanos e apoiaram o MPLA na conquista do poder. Aqui a primazia vai para URSS, Cuba, países do bloco socialista na Europa do Leste, países africanos como Congo-Brazzaville, Zâmbia e Tanzânia. O segundo grupo incorpora os países a soldo do “imperialismo internacional”, tendo à testa os EUA, identificado como principal ameaça à independência e soberania nacional de Angola, com os seus principais satélites na região como a África do Sul racista e o Zaíre. Quanto à antiga potência colonizadora, Portugal, foi dito o seguinte: «O contencioso com Portugal será tratado com Portugal com serenidade para que não envenene as relações futuras entre os dois Estados. Por esse facto, dar-se-á atenção particular às relações com Portugal para que sejam duradoiras, estabelecê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.»⁴⁷² Afora essas particularidades evidentes na linha ideológica traçada pelo MPLA e seu regime, dum modo geral a política de cooperação manifestava-se aberta e sem exclusivismos, pelo menos nas intenções: «Nota dominante da estratégia do MPLA nas suas relações económicas é a manifestação da sua total abertura para negociar com o mundo. Anuncia deste modo a sua total disponibilidade para o estabelecimento de relações económicas com todo o mundo.»⁴⁷³ Todavia, as relações internacionais e diplomáticas serão na base de alguns pressupostos sagrados como se depreende ainda no discurso da proclamação da independência: «A República Popular de Angola soberana manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo na base dos princípios de respeito mútuo da soberania nacional, não

⁴⁷² CDHI, *História do MPLA*, 2.º volume, op. cit., p.232

⁴⁷³ *Ibidem*

ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens e da coexistência pacífica.»⁴⁷⁴ Uma componente importante da PE de Angola superiormente traçada pelo MPLA tem a ver com a sua “solidariedade militante e combatente” com todos os povos ainda subjugados em África (Moçambique, Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, Namíbia, África do Sul, Zimbabwe, etc.) e no mundo (Timor Leste, Palestina, Sahara Ocidental, etc.) e o apoio aos respectivos movimentos de libertação (v.g. FRELIMO, PAIGC, MLSTP, SWAPO, ANC, ZANU/ZAPU, FRETILIN, OLP, Frente Polisário, etc.).

O último aspecto das principais linhas programáticas esboçadas no acto de independência é o da economia planificada pelo Estado: «A economia será planificada para servir o Homem Angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia aut centrada, isto é realmente angolana.»⁴⁷⁵ Entretanto, o art. 8.º da Lei constitucional de Angola (de 11 de Novembro 1975) deu força jurídica formal a esse desiderato do acto de independência, traduzindo-o deste modo: «A República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como factor decisivo do seu desenvolvimento. O Estado orienta e planifica a economia nacional visando o desenvolvimento sistemático e harmonioso de todos os recursos naturais e humanos do país e a utilização da riqueza em benefício do Povo Angolano.» Na prática isto traduziu-se na nacionalização das empresas do sector produtivo e extrativo e de prestação de serviços e a criação de uma miríade de empresas

⁴⁷⁴ Ibidem

⁴⁷⁵ Ibidem, p231

estatais para acudir a múltiplas necessidades dos cidadãos: havia empresas de panificação, empresas de distribuição de produtos agrícolas, empresas de comercialização do pescado, empresas de comercialização de carne bovina, empresas de criação e distribuição de frangos, etc., etc. Embora, este tipo de economia planificada fosse de tendência colectivista, apanágio dos Estados ditos socialistas de inspiração soviética, na declaração de independência deparamo-nos com uma abertura à iniciativa privada: «As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.» Todavia, a iniciativa privada não vingou durante a vigência daquilo que poderíamos chamar de I República (1975-1991) pela ausência de um quadro ideológico e político propício. A iniciativa privada, em princípio, leva à acumulação primitiva do capital, mas esta não coaduna nem com o colectivismo nem com a economia centralizada e planificada pelo Estado. Aliás, o regime instaurou em Angola, no período em análise, uma meticulosa vigilância ideológica contra as práticas de “pequena burguesia”. Consta que foram depurados vários dirigentes que manifestaram tendências “burguesas”, o que era contrário ao espírito do Movimento baseado no igualitarismo colectivista. Por conseguinte, foi apenas em 1991 que, com a revisão da Lei Constitucional se criaram as bases políticas e legais para a consagração dos «princípios basilares da economia de Mercado» (Lei N.º 12/91, de 6 de Março).⁴⁷⁶

⁴⁷⁶ Essa lei, promulgada antes da assinatura do acordo de paz de Bicesse (31/05/91), visava criar o quadro constitucional para a implementação do referido acordo que iria abrir as portas para o sistema de democracia multipartidária em Angola.

4.2.3.Os desafios imediatos da diplomacia angolana

O novo Estado nasce com desafios vitais para a sua sobrevivência, tendo em conta a conjuntura turbulenta em que veio à luz. Logo após a ascensão de Angola à independência nacional, os dirigentes angolanos enfrentaram o seu primeiro grande desafio diplomático: o reconhecimento e a sua adesão à OUA e à ONU. Uma série de países reconheceu o novo Estado, sendo o Brasil o primeiro, mas «a batalha mais importante foi o processo que conduziu à admissão na Organização das Nações Unidas (ONU).» Consta igualmente que não foi fácil a sua admissão na OUA. Vamos analisar estes dois factos político-diplomáticos, tendo em consideração a sua importância na medida em que iria emprestar ao novo país o estatuto formal de uma entidade de Direito Internacional, enquanto membro dessas Organizações Internacionais.

4.2.3.1.Admissão na OUA

A ideia da criação de uma organização de cooperação e integração regional foi ganhando corpo a partir das primeiras independências africanas. A OUA criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba (Etópia), resulta como corolário de um percurso político e ideológico, nas sendas do panafricanismo, levado a cabo por eminentes figuras da cena política Africana sobretudo entre 1958 e 1963. O grande desafio da África independente era a construção da unidade continental a

partir dos novos Estados. A independência da primeira colônia britânica na África subsariana, a Costa do Ouro transformada em Gana, em 1957, abriu as portas para a intensificação quer do pensamento, quer das acções em prol do panafricanismo. Sob a liderança de Kuame Nkrumah, seu primeiro presidente, o Gana tornou-se o centro de difusão das ideias panafricanistas que haviam culminado com a Conferência de Manchester em 1945. Não é pois estranho que um ano após a sua emancipação política, em 1958, a cidade de Accra tivesse chamado a si o ónus de preparar e organizar uma cimeira dos povos africanos, sendo esta a primeira conferência dos novos Estados africanos independentes. Exceptuando a África do Sul onde ainda estava vigente o regime do apartheid, estiveram nessa cimeira o Gana, a Libéria, a Etiópia, o Egipto, a Tunísia, a Líbia, o Sudão, o Marrocos. Consta terem participado igualmente representantes de ML e uniões sindicais de vinte e oito países africanos, a maior parte deles ainda não emancipados politicamente. Muitas figuras aí presentes que foram até então ilustres anónimos nos seus países de origem tornaram-se mais tarde figuras de proa da política Africana. São os casos de Patrice Lumumba, futuro Primeiro-Ministro do então Congo Belga e do Holden Roberto, conhecido então pelo pseudónimo de Joseph Gilmore, e que viria a fundar e liderar a UPA-FNLA. Tom Mboya, do Kénia, foi o *alma-mater* da conferência. As resoluções saídas dessa cimeira resumem-se em quatro pontos essenciais, que vamos apenas mencionar sem minudências: a) *Imperialismo e Colonialismo*; b) *Fronteiras, serviços aduaneiros e federações*; c) *Leis e práticas raciais e discriminatórias*; d)

*Tribalismo, separatismo religioso e instituições tradicionais.*⁴⁷⁷ Entretanto, a Declaração saída dessa cimeira é fundamental para compreendermos o percurso que iria culminar com a criação da OUA:

«Nós, os Estados Africanos reunidos em Accra, nesta nossa primeira conferência, conscientes das nossas responsabilidades pela humanidade e especialmente pelos povos da África, e desejosos de afirmar a nossa personalidade Africana em favor da paz, proclamamos e reafirmamos solenemente a nossa lealdade incondicional à Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Declaração da Conferência dos Povos Afro-asiáticos de Bandung.

Afirmamos e proclamamos ainda a unidade entre nós próprios e a solidariedade com os povos ainda dependentes da África bem assim como a nossa amizade para com todas as nações. Decidimos preservar a unidade de propósitos e de acção nos assuntos internacionais forjados por nós próprios nesta histórica conferência; salvaguardar a nossa independência duramente conquistada, a soberania e a integridade territorial; e preservar entre nós a unidade fundamental em termos de *outlook* da política externa de modo que uma personalidade Africana distinta irá desempenhar a sua parte em cooperação com outras nações amantes da paz na prossecução da causa da paz.»⁴⁷⁸

⁴⁷⁷ RUBIN, Leslie-WEINSTEIN, Brian, *Introduction to African Politics*, Praeger publishers, New York&Washington, 1974, p.232

⁴⁷⁸ «We, the African States assembled here in Accra, in this our first Conference, conscious of our responsibilities to humanity and especially to the peoples of Africa, and desiring to assert our African personality on the side of peace, hereby proclaim and solemnly reaffirm our unswerving loyalty to the charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights, and the Declarations of the Asian-African Conference held at Bandung. We further assert and proclaim the unity among ourselves and the solidarity with the dependent peoples of Africa as well as our friendship with all nations. We resolve to preserve the unity of purpose and action in international affairs which we have forged among ourselves in this historic Conference; to safeguard our hard-won independence, sovereignty and territorial integrity; and to preserve among ourselves the fundamental unity of outlook on foreign policy so that a distinctive African personality will play its part in co-operation with other peace-loving nations to further the cause of peace»: Ibidem

Destacamos nessa Declaração a intenção explícita de fazer vingar as ideias panafricanistas, levando-as à criação de uma espécie de *Commonwealth* de Estados Africanos independentes. O argumento principal reside na constatação de que a existência de Estados independentes separados era um factor de debilidade política e económica que poderia propiciar terreno fértil para as intrigas imperialistas e o ressurgimento doutras formas de colonialismo (neocolonialismo ou colonialismo reciclado). Diante desse hipotético cenário, uma união política efectiva de todos os Estados Africanos seria um antídoto eficaz contra tais ameaças.

Com o lançamento das bases para uma cooperação estreita entre os países africanos e no intuito de ir explorando os caminhos da unidade, depois de Accra, onde se estabeleceu um “secretariado permanente” do então designado **All-African Peoples’s Organization** (AAPO), cujo primeiro Secretário-Geral foi George Padmore, outras conferências foram realizadas em Tunis (1960) e no Cairo (1961). No entanto, realizou-se em Addis Abeba em 1960 a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes. Foi nessa reunião que vieram à tona duas posições divergentes sobre a construção da unidade Africana: a defendida por Nkrumah (unidade efectiva e imediata) e a posição da delegação da Nigéria, chefiada por Yusuf Maitima Sule (gradualismo). As distintas posições foram defendidas nestes termos, primeiro pelo Ministro ganês dos Negócios Estrangeiros, Ako Adeji:

«Para nós no Gana o conceito da unidade Africana é um artigo de fé. É um objectivo cardinal da nossa política. Nós acreditamos que os Estados independentes da África podem, e devem um dia desses, formar uma real união política: os Estados Unidos da África...Não é um problema se começar como associação de Estados Africanos ou com uma cooperação económica ou cultural...Temos de começar por algum lugar, mas seguramente a união será alcançada no fim.»⁴⁷⁹

Quanto à outra visão, reproduzimos aqui as declarações proferidas pelo chefe da delegação nigeriana nestes termos:

«Ninguém em África duvida da importância de promover o panafricanismo...Mas não podemos ser sentimentais; devemos ser realistas. É por esta razão que gostaríamos de salientar que neste momento a ideia de formar uma união dos Estados Africanos é prematura...sentimentos que este tipo de iniciativa é tão radical – talvez tão ambiciosa – para ser eficazmente benéfico. Um desenvolvimento gradual de ideias e pensamentos seria mais eficaz...Temos de preparar primeiro as mentes dos diferentes países africanos – temos de começar pelo conhecido para irmos ao encontro do desconhecido. De momento, nós na Nigéria não estamos dispostos a criar uma união a nível de governo com qualquer outro Estado Africano alienando a nossa soberania.»⁴⁸⁰

Contudo, apesar dessas divergências, o processo seguiu avante com algumas iniciativas arrojadas como a tentativa da criação do primeiro núcleo da futura união

⁴⁷⁹ Ibidem, p.234

⁴⁸⁰ Ibidem

dos Estados Africanos, quando em 1960 os presidentes Sékou Touré (Guiné Conakry), Kuame Nkrumah (Gana) e Modibo Keita (Mali) decidiram num comunicado conjunto estabelecer a união dos três Estados com uma representação diplomática comum e uma política económica e monetária comum. Em 1961, após vários dias de conversações secretas, os três presidentes assinaram a carta constitutiva do núcleo dos Estados Unidos da África, remetida posteriormente aos respectivos parlamentos para efeitos de ratificação. Porém, esta união Gana-Guiné-Mali nunca funcionou como uma estrutura supranacional, mas serviu para estabelecer laços mais próximos entre os três países superando as barreiras linguísticas.⁴⁸¹

Na sequência das divergências filosóficas e ideológicas entre os vários líderes africanos, o assunto ficou bipolarizado. Por um lado, perfilavam os países mais radicais e mais militantes sobre a questão, inspirados por uma ideologia esquerdista capitaneada pelo Gana. Era o chamado **Grupo de Casablanca**.⁴⁸² Por outro lado, os países mais conservadores e moderados, com pendor ocidental capitaneados pela Nigéria. Era o chamado **Grupo de Monróvia**.⁴⁸³ Foi decidido realizar uma nova conferência com todos os Estados Africanos independentes em Adis Abeba, cabendo desta vez o ónus organizativo ao Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, na sua qualidade de mais antigo estadista africano. Foram efectuadas várias visitas de trabalho em diferentes países para amenizar as diferenças e encontrar o denominador comum ou possíveis áreas de consenso. Finalmente, a

⁴⁸¹ Ibidem, p.235

⁴⁸² Ibidem

⁴⁸³ Ibidem

22 de Maio de 1963, trinta países africanos independentes, representados ao mais alto nível, estavam em Adis Abeba para a cimeira que iria marcar de modo indelével a história contemporânea de África. A 25 de Maio foi adoptada a Carta da Organização baseada em cinco propósitos: a) a promoção da unidade Africana; b) a busca de uma vida melhor para os povos da África; c) a defesa da soberania dos Estados Africanos; d) a erradicação de todas as formas de colonialismo em África; e) a promoção da cooperação internacional tendo em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Foram identificados vários campos de cooperação entre os Estados-membros como o campo político, do desenvolvimento económico, cultural e científico, saúde pública, defesa e segurança. As resoluções saídas da conferência realçaram os seguintes pontos então aprovados: a) o empenhamento incondicional dos membros na descolonização total da África; b) a condenação do apartheid e da discriminação racial; c) o não-alinhamento e o engajamento nas Nações Unidas; d) o desarmamento geral; e) os problemas económicos e o futuro da comissão técnica para a cooperação em África.⁴⁸⁴ Na base dos propósitos ora enunciados, os Estados-membros declararam solenemente a sua adesão aos seguintes princípios:⁴⁸⁵

1. A igualdade soberana de todos os Estados-membros;
2. Não-ingrência nos assuntos internos dos Estados;
3. Respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado-membro e

⁴⁸⁴ Ibidem, p.241

⁴⁸⁵ Ibidem; sobre a criação da OUA ver também ARNOLD, Guy, *Africa. A Modern History*, Atlantic Books, London, 2005, pp.93-111; LOPEZ, Jose Luis Cortes, *Historia Contemporanea de Africa – Desde 1940 hasta nuestros dias*, Editorial Mundo Negro, Madrid, 1995, pp. 169-178

- o seu direito inalienável de uma existência independente;
4. Resolução pacífica dos conflitos pela negociação, mediação, conciliação e arbitragem;
 5. Condenação sem reservas, em todas as suas formas, de assassinato político assim como das actividades subversivas por Estados vizinhos ou outros Estados quaisquer;
 6. Dedicção absoluta pela emancipação total dos territórios africanos ainda dependentes;
 7. Afirmação da política de não-alinhamento em relação aos blocos.

Do ponto de vista estrutural, a nova organização panafricana estabeleceu como principais órgãos a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Secretariado Geral e a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem.⁴⁸⁶ A Assembleia da OUA era o órgão supremo da organização com competências deliberativas. Reunia uma vez por ano ou extraordinariamente se solicitado por algum Estado-membro. As suas resoluções eram tomadas pela maioria de dois terços exigidos para obter o *quorum* e para que as decisões fossem vinculativas.⁴⁸⁷

Entretanto, o maior desafio da OUA foi o seu empenhamento na libertação total da África do colonialismo e dos regimes de minoria branca na África austral. É consabido que em 1963 mais de duas dezenas de territórios africanos estavam

⁴⁸⁶ Esta última tinha mais ou menos as competências que no âmbito das Nações Unidas correspondem ao Conselho de Segurança.

⁴⁸⁷ Ibidem, pp.242-243

ainda por descolonizar, facto agravado adicionalmente por regimes minoritariamente brancos na África do Sul e na Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe). Neste contexto, foi criado um órgão com competências de coordenar o apoio efectivo aos movimentos independentistas. Trata-se do Comité de Libertação Nacional da OUA. No caso de Angola, este órgão não só canalizou apoios financeiros e diplomáticos aos movimentos como empenhou-se oportunamente na formação de uma frente comum de luta como meio para superar as rivalidades, tendo em conta a bicefalia então representada pela FNLA-GRAE e o MPLA. Todavia, apesar das suas ineficiências operacionais o Comité teve o mérito de emprestar legitimidade moral à luta dos povos colonizados da África junto das instâncias internacionais como nas Nações Unidas.

Quanto ao papel da OUA na descolonização de Angola, ficou condicionado pelas trivialidades do próprio processo, como já o demonstrámos copiosamente neste trabalho. Não podemos dissociar o desempenho da OUA dos condicionalismos internos e externos que viciaram todo o processo de descolonização. Sendo a OUA a tribuna mais adequada para levar os movimentos independentistas de Angola ao entendimento mútuo, tal desiderato não foi alcançado. Neste sentido, o que se viu foi mais o protagonismo de alguns chefes de Estado africanos que, fora do âmbito da OUA, patrocinaram iniciativas tendentes a criar um clima de transição pacífico e harmonioso em Angola. Infelizmente, por tudo o que aconteceu depois e os moldes em que Angola ascendeu à sua independência, num contexto de carnificina fratricida, baldaram-se todos os esforços diplomáticos levados a cabo pela OUA, que acabou por

resignar-se diante dessa fatalidade anunciada. Porém, há quem defenda que «o fracasso da missão de reconciliação deveu-se, em grande parte, à incapacidade da OUA em lidar com as questões de conflito em África e pelo facto da situação encontrada no terreno ser de não retorno, isto é, não havia condições psicológicas e políticas para o regresso ao espírito de Alvor.»⁴⁸⁸ Este facto, agravado ainda pelas alianças externas que jogaram um papel fulcral nos destinos de Angola, criou clivagens no seio da organização continental que se reflectiram na sua relutância na admissão da República Popular de Angola nessa organização. Para Armando Marques Guedes «a atitude da OUA face ao duro processo angolano de descolonização deu corpo a um dos primeiros falhanços da organização no seu objectivo programático primordial de policiamento e cristalização das fronteiras dos Estados membros.»⁴⁸⁹ E vai mais ao concreto nos seguintes termos:

«Sem músculo nem autoridade suficiente (e convenhamos que teriam sido precisos bastantes), a OUA pura e simplesmente não logrou uma coligação dos três movimentos armados angolanos (como o estipulava o “Comité de Libertação” da organização antes de formalmente apoiar a FNLA), o que deixou aos Estados membros a discricionariedade para reconhecer, em alternativa e nos termos canónicos, ou aquele que ocupasse a capital, Luanda ou, seguindo um infeliz precedente estabelecido em 1966, no Gana (quando o peso-pesado Joshua Nkrumah foi vítima de um golpe de Estado num momento em que se encontrava fora da capital), qualquer um dos agrupamentos em contenda. Quando, face à vitória

⁴⁸⁸ CDIH, op. cit., p.258

⁴⁸⁹ GUEDES, Armando Marques, op, cit., pp.30-31

efectiva do MPLA sobre os seus adversários, a organização se decidiu finalmente por um apoio a este, o mal estava feito e os Estados membros estavam divididos em alianças com movimentos angolanos que passaram com rapidez à “clandestinidade”.»⁴⁹⁰

Embora a OUA tenha regateado no reconhecimento imediato da República Popular de Angola e o seu governo liderado pelo MPLA, há um facto curioso que vai interpelar positivamente alguns líderes africanos em favor do MPLA: trata-se da captura em combate de três soldados sul-africanos na batalha do Ebo e sua apresentação pública através duma delegação chefiada por Lopo do Nascimento. Tendo em conta que uma das resoluções saídas da cimeira de Adis Abeba era a condenação clara e inequívoca do regime do apartheid então vigente na África do Sul, considerando ainda os esforços para o seu isolamento internacional, este facto veio trazer à luz o envolvimento militar sul-africano em Angola, «o que fez mudar a opinião de muitos chefes de Estado africanos e não só.»⁴⁹¹ Por conseguinte, diante disso, abriram-se as portas para o reconhecimento regional da independência de Angola. A 11 de Fevereiro de 1976, embora sob pressão Americana, «a OUA votou a favor do reconhecimento do governo de Angola, com 27 votos a favor e 19 contra, o que permitiu que as nações da CEE, com a França em primeiro lugar, aceitassem reconhecer o novo país nos dias 17 e 18 de Fevereiro. Portugal fê-lo a 22 do mesmo mês e a África do Sul retira-se de Angola a 27 de Março, dando a vitória ao governo chefiado por Agostinho Neto.»⁴⁹²

⁴⁹⁰ Ibidem, p.31

⁴⁹¹ CDIH, op. cit., p.259

⁴⁹² WRIGHT, George, op. cit., p.153; para termos uma ideia desta fase de reconhecimento internacional, os

Curiosamente, o reconhecimento da independência de Angola por parte da antiga potência colonial aconteceu atrás de 81 Estados que já o haviam feito.⁴⁹³ Isto demonstra bem o clima pouco favorável que antecipou a independência de Angola tal como já foi bastante retratado neste trabalho. Todavia, Angola estava independente e isto era um facto já consumado, pelo que outra alternatina não restava senão o reconhecimento do novo Estado e do seu governo.⁴⁹⁴

4.2.3.2. Admissão na ONU

A ONU é classificada como uma **organização supranacional universal** em função do quadro territorial ou âmbito geográfico em que desenvolve a sua acção; isto significa que tem vocação para associar todos os Estados sem exigências complicadas à partida.⁴⁹⁵ Porém, a coisa não é assim tão linear, pois existem alguns pressupostos constitutivos a serem observados quanto à adesão de novos Estados-membros. De facto, não obstante ser este «um acto voluntário» do Estado requerente, carece do «consentimento expresso da organização e, eventualmente, o consentimento unânime dos seus Estados-membros», devidamente «manifestado quer no seio do órgão intergovernamental competente

primeiros países a reconhecer a independência de Angola foram o Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, República Popular do Congo, Malí, Guiné-Conakry, Somália, Ilhas Maurícias, Mongólia, Etiópia, Síria, Polónia, Roménia, Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, URSS, Vietname e Cuba. Outros países hesitaram por algum tempo como é o caso de Madagáscar, Ghana, Zâmbia, Níger, Tunísia, Quénia, Burundi, Gabão, Canadá, Índia e China. Cf. CDIH, op. cit., nota 5.

⁴⁹³ CDIH, op. cit., p.259

⁴⁹⁴ Ibidem

⁴⁹⁵ AA.VV., *Organizações Internacionais*, op. cit., p.45

quer autonomamente», acto este concretizado «através de uma pronúncia individual dos Estados-membros expressa na aprovação interna do acto de adesão.»⁴⁹⁶

Neste sentido, dispõe a Carta das Nações Unidas que a respectiva candidatura seja obrigatoriamente «aprovada por resolução da Assembleia Geral sob recomendação do Conselho de Segurança, após ter considerado verificado que o candidato é um Estado pacífico, que se obriga a respeitar as obrigações impostas pela Carta e que tem capacidade para as cumprir.» (art.4.º)⁴⁹⁷ Todavia, a ONU, criada no rescaldo da Segunda Grande Guerra pelos vencedores, terá tido inicialmente um carácter “segregacionista” em termos de adesão de novos membros. Com o tempo, a organização foi superando o seu estatuto de “clube dos vencedores” ou dos «povos amantes da paz» contraposto aos «inimigos da paz» (subentende-se “os vencidos”), através dos processos de “dessegregação” e de “universalização”.⁴⁹⁸ Nos seus primeiros anos de existência, a organização passou por um processo evolutivo levando a que a admissão de novos Estados-membros fosse «quase automática», mau-grado o poder discricionário das grandes potências que mantiveram a prerrogativa ou o direito de veto. As duas superpotências da GF, os EUA e a URSS, evoluíram em direcções paralelas: o primeiro no sentido duma «posição universalista» e o segundo defendendo uma «apreciação casuística» das candidaturas. Ora, esta prerrogativa submetida muitas vezes aos caprichos dos jogos de hegemonia e

⁴⁹⁶ Ibidem, p.84

⁴⁹⁷ Cf. Ibidem, p.85

⁴⁹⁸ Ibidem, p.235

alianças de blocos funcionou como freio para impedir candidaturas com afinidades ideológicas com as partes rivais. Por exemplo, «ao longo da primeira década, o Ocidente pretendeu fazer depender a entrada na Organização dos países de Leste do respeito pelos direitos humanos. A União Soviética respondeu usando indiscriminadamente o veto»; para termos uma noção do que isso representa, no período entre 1946 a 1955 «dos 77 vetos soviéticos, 47 serão em torno de questões de admissões de 15 Estados.»⁴⁹⁹ Desta feita, essas posições resultaram numa espécie de *revanche* contra os países satélites da União Soviética, «impedidos de entrar para a Organização até 1955, pretendendo o Governo Soviético a sua entrada compensada com outras admissões de Estados pró-ocidentais.»⁵⁰⁰ Essa lógica fez com que se multiplicassem as dificuldades de adesão registrando um número diminuto de admissões ainda durante a primeira década da sua existência. Entre 1947 e 1950 «registaram-se apenas cinco admissões na Organização: em 1947 do Iémen e do Paquistão, em 1948 da Birmânia, em 1949 de Israel e em 1950 da Indonésia.»⁵⁰¹ A situação vai conhecer um recrudescimento sem precedentes com a agudização da tensão Leste/Oeste por ocasião da Guerra da Coreia. Nesta circunstância, «o bloqueamento das entradas será total, situação que só começará a desanuviar-se em 1953.» No entanto, em 1955 «será negociada entre o Bloco Ocidental e a União Soviética a entrada de dezasseis Estados, concretizando-se deste modo a tese soviética, contrária à letra da Carta, da negociação das admissões em bloco.»⁵⁰²

⁴⁹⁹ Ibidem, p.236

⁵⁰⁰ Ibidem, p.237

⁵⁰¹ Ibidem

⁵⁰² Ibidem

Para além deste factor das grandes potências, as Nações Unidas tiveram no seu percurso também um outro factor importante que teve sempre um peso indescutível na hora das decisões condicionando profundamente a sua vida interna. É o fenómeno dos grupos geográficos ou de interesses no seio da ONU. Qual é a sua utilidade?

«A actividade política dos Estados no seio da organização visa muitas vezes aliciar o apoio dos grupos, procurando captar os seus apoios pelos interesses que se sabe serem comuns aos seus membros, em alternativa a um esforço permanente para aliciar Estado a Estado, que implicaria um desgaste diplomático muito maior.»⁵⁰³

No caso em estudo, o destaque vai para o **Grupo dos Estados de África**, particularmente os que já estavam independentes em 1976, altura da admissão de Angola na ONU. Podemos ainda acrescentar o famoso **Grupo dos 77** (os não-alinhados) cujo peso nas Nações Unidas era, na época, insofismável funcionando como um contrapeso entre os interesses das grandes potências. A maior parte dos cerca de 133 Estados representava o bloco terceiro-mundista.

Ora tendo em conta todas essas premissas, embora o Estado angolano tenha sido reconhecido por vários países logo após à sua independência, e apesar de ter sido admitido como membro da OUA, a sua adesão à ONU levou algum tempo a concretizar-se por causa da oposição aberta dos EUA. Na sequência do impasse

⁵⁰³ Ibidem, p.253

provocado pela posição Americana, foi agendado um debate sobre Angola em Março de 1976:

«(...) a pedido do grupo africano na ONU, houve um debate no Conselho de Segurança sobre a questão angolana e no final foi aprovada a Resolução n.º387 de 31 de Março onde se condena a agressão da África do Sul contra a República Popular de Angola e lhe pede que respeite escrupulosamente a independência, a soberania e a integridade territorial da nova República.»⁵⁰⁴

Todavia, o mais importante desse debate não foi o problema da agressão sul-africana, mas sim o facto de o Conselho de Segurança ter examinado o pedido de admissão da República Popular de Angola, tendo recomendado à Assembleia-Geral a sua admisssão como novo membro das Nações Unidas. «Com essa resolução, o Governo angolano tinha conseguido uma vitória diplomática sem precedentes e foi um reconhecimento internacional que dava legitimidade às instituições criadas com a proclamação da independência em 1975.»⁵⁰⁵ Finalmente, superado o escólio do veto Americano, a 1 de Dezembro de 1976 a Assembleia-Geral da ONU decidiu favoravelmente a admissão do Estado angolano na organização. Na ocasião, José Eduardo dos Santos proferiu um discurso contundente na sua qualidade de Ministro das Relações Exteriores de Angola.⁵⁰⁶ Começou por exprimir a exultação dos

⁵⁰⁴ CDIH, op. cit., p.255

⁵⁰⁵ Ibidem

⁵⁰⁶ SANTOS, José Eduardo dos, *Admissão de Angola na ONU* (Discurso de 1.12.1976), Departamento de Educação Político-Ideológica, Propaganda e Informação (DEPPI), Luanda

angolanos e o seu «orgulho revolucionário» pela grande vitória diplomática que representava a sua admissão como membro de pleno direito nas Nações Unidas; destacou o papel do MPLA como um movimento congregador de todas as forças nacionalistas em Angola bem como a sua determinação na erradicação do colonialismo em Angola e em África; acusou o imperialismo internacional comandado pelo Ocidente como uma ameaça desestabilizadora para Angola: «Gorados que foram os esforços para perpetuar o colonialismo português, como intermediário dos seus interesses, o imperialismo organizou um vasto *complot* para impedir a libertação real do Povo Angolano.» José Eduardo dos Santos condenou vigorosamente o veto americano na esteira do Conselho de Ministros da OUA reunido nas Ilhas Maurícias na sua 27.^a sessão e que se havia pronunciado nestes termos: «O veto dos Estados Unidos da América à admissão da República Popular de Angola no seio das Nações Unidas é uma violação do espírito da Carta da ONU e por contrário ao princípio da universalidade, constitui um desafio a todos os Estados membros da OUA.» Mas os Ministros africanos não se limitaram a denunciar a posição Americana, pelo que José Eduardo dos Santos fez questão de repetir a mesma condenação: «E nas conclusões, entre outras, decidiu-se: Condena vigorosamente a atitude anacrónica dos Estados Unidos da América, que ofende os princípios elementares do Direito Internacional e se traduz numa ingerência inadmissível nos assuntos internos da República Popular de Angola.» Socorreu-se ainda da condenação feita pelo grupo dos Países Não-alinhados, que teve lugar em Colombo, de 16 a 19 de Agosto de 1976, cuja

resolução sobre a admissão de Angola nas Nações Unidas não poupara a posição Americana: «Nessa resolução, condenou-se os Estados Unidos da América, considerando-se o seu veto como um atropelo e uma violação ao espírito da Carta da ONU e ao princípio da universalidade, bem como uma afronta a todos os Estados membros do Movimento dos Não-Alinhados.» Um outro aspecto que merece realce no discurso do então Ministro das Relações Exteriores de Angola é a definição dos princípios que regem a política externa de Angola tais como apresentados no texto da proclamação da independência de Angola:

«Vítimas que temos sido das intenções de uns e da incompreensão de outros é importante referir-se aqui, os princípios que orientam a política externa do nosso Estado que são os seguintes:

Em 11 de Novembro de 1975, na Proclamação da nossa independência reafirmou-se que a República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os Países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo da soberania nacional, da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, de respeito pela integridade territorial, não-agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens e da coexistência pacífica.»

Portanto, foram enormes as dificuldades enfrentadas pelo Governo de Angola no campo diplomático. Todavia, a força dos países terceiromundistas, quer do Grupo Africano, quer dos Não-Alinhados, será determinante para os sucessos diplomáticos que o novo Estado foi assinalando neste período onde

o principal desafio foi o seu reconhecimento internacional e a sua adesão à OUA e à ONU, as principais instâncias internacionais de cooperação e de integração. Assim sendo, a República Popular de Angola entra em grande para o convívio internacional, não obstante ter estado na mira das tensões da GF na África Austral, cujas estratégias irão fazer de Angola durante várias décadas campo fértil das assim chamadas “ guerras por delegação ”. O papel dos EUA e da União Soviética e seus satélites como Cuba, África do Sul, Zaíre, etc., irá constituir um capítulo importante na compreensão dos desenvolvimentos políticos em Angola durante esse período.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA NA ROTA DA GUERRA FRIA

Este capítulo final da nossa dissertação - sem qualquer desprimor aos antecedenes - é a chave hermenêutica para aferirmos até que ponto a GF teve incidências e influenciou o processo de formulação, decisão e implementação da PE de Angola durante o período em estudo. Traz à tona os principais actores externos envolvidos nessa teia: a URSS e os EUA, bem como os seus satélites. Concomitantemente havemos de considerar os factores internos que pesaram no paradigma que norteou a PE de Angola durante a GF.

O principal problema que Angola pós-independência teve de enfrentar é o da sobrevivência do Estado nascituro perante as ameaças internas e externas. Ora, a conjuntura da GF transformou Angola não apenas num campo de disputas ideológicas e sistémicas, mas o maior campo de “guerras por delegação” na África Austral. Ao desbravar esse terreno de análise, vamos enquadrar a abordagem em duas perspectivas: a exôgena e a endôgena. Através do método indutivo procuraremos descrever os factos mais relevantes de carácter político, diplomático e militar que configuram a inserção de Angola nos palcos internacionais para daí enquadrarmos o nosso “case study” nos parâmetros da APE. Conforme já foi dito oportunamente no primeiro capítulo, estas duas perspectivas de análise vão permitir-nos esbater a tentação das teorias da conspiração de matiz “vitimista”. Estas enfermam de vícios reducionistas na sua grelha de leitura da realidade, por isso preferimos uma abordagem mais holística

que coloque Angola num espaço geopolítico central como actor principal das suas dinâmicas internas, embora envolvido numa complexa teia de relações dentro dos padrões político-ideológicos do mundo bipolar.

5.1. A opção socialista na definição da política externa de Angola

A orientação ideológica teve um peso indescutível na definição da PE da República Popular de Angola. Quer no acto da declaração da independência, quer no discurso proferido nas Nações Unidas pelo então Ministro das Relações Exteriores de Angola (vide supra), a opção preferencial pelo socialismo na PE de Angola está bem patente. Entretanto, o 1.º Congresso do MPLA (1977) vai ser determinante na reafirmação da opção socialista, do reforço dos laços de solidariedade e cooperação com a comunidade socialista e apoio à acção internacional conduzida pelo movimento socialista. Angola, como os demais Estados africanos, estava diante de toda uma panóplia de problemas económicos, financeiros e securitários que podiam inviabilizar a sobrevivência do novo Estado. Era necessário e urgente o recurso ao apoio externo. Ora acontece que a ideologia representa um grande atractivo nos territórios subdesenvolvidos onde a iliteracia atinge grande parte da população. Por esta razão, as perspectivas de disseminação do comunismo eram mais favoráveis em África, na Ásia e na América-Latina. Tendo em conta que - por força da luta revolucionária contra o colonialismo - a civilização ocidental estava associada à opressão colonial, vai-se criar uma expectativa sobre o que o comunismo podia oferecer para contrapor

ao estigma do Ocidente.⁵⁰⁷ Era de algum modo razoável que o novo Estado, liderado por um partido com afinidades ideológicas da esquerda, desde logo estendesse as mãos para o bloco do Leste liderado pela União Soviética. Independentemente de o novo Estado ter o direito de fazer as suas escolhas em relação ao sistema político e de escolher os seus aliados, há que reconhecer que prevalece, em primeiro lugar, o imperativo de sobrevivência. No entanto, a definição da PE angolana e as suas opções não é assim tão linear quanto possa parecer na medida em que se lhe reconhece «uma atipicidade em larga medida imputável aos *timings* das preferências politico-ideológicas explícitas da independência angolana (...)»⁵⁰⁸ Trata-se, segundo ainda Marques Guedes, de «escolhas e ritmos sujeitos a processos que, ao invés do que tinha sido com a maioria das independências africanas que foram tendo lugar na segunda metade do século XX, se viram menos ligados a quaisquer processos endógenos do que a mecânicas “metropolitanas” e “bipolares” que as enformaram amplamente.»⁵⁰⁹ O autor defende que no caso de Angola houve toda uma complexidade de relacionamentos e relações intensas com vários Estados, sendo que alguns deles mantinham interesses económico-empresariais em Angola como as concessionárias e explorações petrolíferas. E explica como funciona essa “densidade relacional” nestes termos:

⁵⁰⁷ Cf. ANTT, *A guerra subversiva. Desenvolvimento de técnicas de propaganda comunista através dos movimentos nacionalistas. Plano de campanha da União Soviética para a conquista da África*, SCCIA, liv. 220, fls 8 e 9

⁵⁰⁸ GUEDES, Armando Marques, op. cit., p.26

⁵⁰⁹ Ibidem, pp.26-27

«Esta densidade relacional não é difícil de se compreender. Numa primeira fase, a escala e a riqueza de Angola, a que se acrescenta a sua importância geoestratégica no Mundo bipolar, justificavam essa vasta e tão atípica gama de relações bilaterais. Com o colapso da URSS e as mudanças político-ideológicas associadas, tanto em palcos angolanos como nos panoramas internacionais, algumas dessas circunstâncias conjunturais foram alteradas, o que parece ter desencadeado uma reorientação sensível na política internacional do Estado angolano. Mas terá sido o realinhamento ideológico pós-transição democrática no início dos anos 90 o motivo para as mutações que de facto ocorreram? Não terá antes sido tributária do multidimensionamento crescente dos palcos internacionais? Creio que sim, pois a que a essa alteração de facto no lugar de inserção do país nos palcos mundiais há a juntar uma outra mais subjectiva: já que em grande parte, e ao contrário do que se passara no período imediatamente após a independência, o sentido dos realinhamentos levados a cabo não dependeu em boa verdade das autoridades de Luanda. Foram antes as coordenadas da nova ordem internacional em gestação que lhe ditaram uma nova direcção.»⁵¹⁰

Este posicionamento de Marques Guedes faz aqui transparecer, e bem, o que já foi dito anteriormente em relação às dinâmicas conjugadas dos factores endógenos e exógenos. Na verdade, podemos admitir que houve opções livres e opções não livres ou consentidas (mas não necessariamente impostas). Noutros termos, enquanto alguns alinhamentos foram construídos a partir de dinâmicas políticas autónomas, outros resultam da sua dependência inescapável às

⁵¹⁰ Ibidem, p.28

circunstâncias conjunturais da política internacional. Embora o MPLA tivesse declarado a abertura do Estado angolano para relações de cooperação mutuamente vantajosa com todos os Estados do mundo, na prática a *realpolitik* ditou comportamentos mais cautelosos e selectivos. A opção ideológica pelo socialismo funcionou como um “bisturi” para extirpar as supostas ameaças imperialistas (ou neocolonialistas) à sobrevivência da República Popular de Angola. Se quisermos usar uma outra imagem, a ideologia funcionou como barómetro que determinava quem eram os aliados e quem eram os inimigos. Na ordem interna, as opções ideológicas serviram também para justificar, através de uma propaganda sórdida, a guerra total contra os movimentos rivais (FNLA e UNITA), habilmente etiquetados como serventia do imperialismo internacional comandado pelos EUA.

Entretanto, não devemos descurar um outro aspecto importante na análise das decisões em PE. Ao perfilarmos vários modelos de análise no primeiro capítulo, para além do actor racional, destacamos ainda o papel e a personalidade dos líderes individuais. Na verdade, como já foi dito, focalizando nos diversos actores envolvidos nos processos de decisão, vai permitir-nos conhecer a forma como os indivíduos, grupos e organizações são condicionados pelos vários factores domésticos, nomeadamente os factores eleitorais, a opinião pública, os grupos de pressão e as preferências ideológicas. E aqui destacamos a questão das preferências ideológicas como um dos principais catalizadores das escolhas racionais em PE no caso em estudo. Pois bem, no período em análise (1975-1991) destacam-se em Angola duas lideranças distintas: a) a liderança do

Presidente António Agostinho Neto; b) a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos.

5.1.1. A liderança de Agostinho Neto

O presidente Agostinho Neto teve uma educação cristã protestante no seio duma família numerosa (nove irmãos) cujo pai foi pastor metodista. O metodismo que chegou em Angola em Janeiro de 1885 teve uma grande implantação na região do Icolo e Bengo, donde era originário o presidente António Agostinho Neto. O pai, Pedro Agostinho Neto, recebeu formação doutrinal e bíblica e foi ordenado Presbítero. Consta que o pai terá exercido muita influência na personalidade de Neto. Ao mudar-se para Portugal onde foi estudar Medicina, Neto vai aprimorar a sua formação cultural, ideológica e política, tendo sido impregnado pelas novas correntes filosóficas modernas, como o marxismo.⁵¹¹ Militou activamente contra o fascismo no MUD-juvenil, tendo sido preso, julgado e condenado por «actividades subversivas de carácter comunista.»⁵¹² Consta que colecionava também várias obras sobre o marxismo.⁵¹³ Em 1961, depois de sucessivas reclusões e estando em regime de residência fixa, consegue fugir de Lisboa para Marrocos com o auxílio do PCP.

Os laços com o Partido Comunista Português irão consolidar-se ao longo da luta de libertação nacional em Angola. Durante o processo de descolonização,

⁵¹¹ NETO, Maria Eugénia – NETO, Irene, (coord.), *Agostinho Neto e a Libertação de Angola (1949-1974)*. *Arquivos da Pide-DGS*, Vol.I, Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2011, p.56

⁵¹² Ibidem, p.82

⁵¹³ Ibidem, p.61

como foi abordado oportunamente nesta pesquisa, as forças de esquerda portuguesa capitaneadas pelo PCP forçaram os destinos de Angola colocando a sua sorte nas mãos de Agostinho Neto e do MPLA. Mas Neto faz parte de uma elite de intelectuais angolanos que já nos idos anos 50 tiveram simpatias com o comunismo ao ponto de ensaiarem a criação de um Partido Comunista Angolano (12.11.1955) onde teriam militado os nacionalistas Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António de Oliveira e Ilídio Machado, Aristides Van-Dúnem, Noé Saúde e Jorge Antunes. «O PCA era um partido operário de tipo marxista-leninista.»⁵¹⁴ Outros partidos efémeros como MIA, MLNA, PLUA, PLUUA, MLA, etc., tiveram afinidades ideológicas com o marxismo ou o comunismo.

Entretanto, tratando-se aqui do perfil ideológico de Agostinho Neto, a questão à qual não podemos fugir é esta: Neto foi ou não um marxista (comunista)? Creio que na época era um fenómeno de moda a catalogação dos activistas políticos por campos ideológicos. E não podia ser doutro modo, tendo em conta que estamos a referir-nos à época do florescimento das ideologias políticas e filosóficas. A ideologia funcionava como alavanca sobretudo para os contextos de lutas libertárias. A ausência de um perfil ideológico claro e coerente podia ser interpretada como uma fraqueza estratégica da luta. Mas Agostinho Neto tinha uma educação cristã e protestante; era possível conciliar a doutrina cristã do berço com os postulados marxistas do mundo laico? Ora, há um dado curioso sobre isso e que é revelado na mesma obra que vimos citando: «(...) é durante os seus anos de Medicina que abandona definitivamente a fé cristã.»⁵¹⁵ Terá esquecido então

⁵¹⁴ Ibidem, p.68

⁵¹⁵ Ibidem, p.45

toda aquela educação religiosa do berço e abraçado o ateísmo? Terá desprezado os princípios cristãos? Na nossa opinião talvez não seja rigorosamente assim. Podemos interpretar essa afirmação como a adopção de uma nova grelha para ver os problemas, uma visão das coisas mais laica, realista e pragmática. De facto, os problemas políticos que já polvilhavam a sua mente e que lhe vão causar sarilhos atrás de sarilhos não podiam esperar por uma «salvação escatológica». Era necessária uma acção revolucionária imediata e assertiva. No entanto, confrontado com esta questão numa entrevista em Cairo (Maio 1967), Agostinho Neto declarou peremptoriamente ao *El Gamhoureya* que não era marxista, «embora tenha lido Marx e Lenine e visitado várias vezes Moscovo.»⁵¹⁶ Fica aqui patente que se trata de puro pragmatismo já que não era possível conduzir lutas de libertação sem aliados. O importante são os objectivos a atingir. Moscovo e todos os satélites do Leste, bem como Cuba, eram aliados indispensáveis de Neto. Foi em Moscovo que Neto e Chipenda tiveram formação político-militar com destaque para estratégia militar.⁵¹⁷ Todavia, uma análise sucinta do comunismo em África pode trazer algumas luzes sobre as opções do presidente Agostinho Neto no âmbito da PE da RPA.

Em princípio o comunismo não é propriamente uma corrente filosófica. Trata-se duma ideologia política cujas premissas filosóficas se acham enquistas no marxismo. Lenine engendrou um marxismo militante como força inspiradora e transformadora das sociedades burguesas em sociedades colectivistas e igualitárias. Daí o marxismo-leninismo, uma espécie de simbiose ideacional entre

⁵¹⁶ Ibidem, p.240

⁵¹⁷ Ibidem, p.238

Marx e Lenine, donde se destacam os seguintes princípios basilares da campanha comunista internacional:⁵¹⁸

1. O proletariado como classe *pivot* da sociedade;
2. A necessidade da luta de classes;
3. A propriedade colectiva dos meios de produção;
4. Revolução pela violência e pela força;
5. Necessidade de expansão;
6. Controle do mundo partindo do epicentro tradicional que é Moscovo;

O comunismo, de algum modo, seria, por um lado, esse movimento militante e revolucionário internacional com o epicentro na União Soviética e, por outro lado, a concretização ou realização final das ideias de Karl Marx num estágio superior da sociedade humana como corolário da luta de classes. Ora bem, a questão que se levanta aqui é: qual era o interesse do comunismo soviético em África? E a resposta assenta bem naquilo que já foi dito oportunamente no capítulo segundo sobre a PE soviética e suas principais tarefas postas em marcha por Nikita Krushev cujos seis pontos incluem particularmente o seguinte: «Apoiar os movimentos de libertação nacional dos povos em luta pela supressão do jugo colonial e cooperar amigavelmente com os jovens estados emancipados» (ponto 2.º). Tendo em conta este pressuposto, não seria razoável que todo esse apoio ou envolvimento em África fosse uma rele obra de misericórdia e sem

⁵¹⁸ Cf. ANTT, *A guerra subversiva. Desenvolvimento de técnicas de propaganda comunista através dos movimentos nacionalistas. Plano de campanha da União Soviética para a conquista da África*, SCCIA, liv. 220, fls 8 e 9

contrapartida. O internacionalismo proletário tão badalado teve os seus custos em África e em Angola, particularmente. Para além de ter levado os novos Estados africanos ao endividamento crónico, a exploração dos recursos naturais nestes territórios e o empolamento geopolítico a Sul do Atlântico onde buscava uma posição vantajosa em relação aos EUA, foram outrossim aspectos indescutíveis do realismo soviético na sua PE em relação a África.

Na sequência desta análise, ocorre-nos questionar se Agostinho Neto, por questões ideológicas, terá fechado hermeticamente as portas da sua PE ao Ocidente, mormente aos EUA. A atitude de Neto em relação ao Ocidente denota, por um lado, uma abertura e disponibilidade de cooperar com todos os povos, como ficou claro no texto da Declaração da independência de Angola, mas, por outro lado, para o regime do MPLA o Ocidente era uma ameaça à soberania e independência de Angola. E a ajuda financeira e material dos EUA à FNLA e à UNITA eram um impecilho insofismável para que as coisas fossem doutro modo. A posição do regime angolano dependia muito disto, embora o alinhamento ideológico pro-soviético não fosse algo de somenos interesse. Aliás, era um verdadeiro freio na medida em que os condicionalismos ideológicos não proporcionavam um *environment* favorável para relações salutareas com ambas as superpotências da GF. Numa conferência de imprensa a jornalistas norteamericanos (13.12.1978) no Futungo de Belas, em Luanda, o presidente Neto disse o seguinte:

«As relações internacionais não dependem apenas de um lado. Dependem, pelo menos, de dois. E em muitas outras ocasiões, nós já tivemos a oportunidade de mencionar, diante da imprensa, que Angola está pronta e deseja relações com Estados Unidos da América. Os Estados Unidos da América têm as considerações próprias acerca deste problema e nós não temos mais nada do que esperar.»⁵¹⁹

Um dos grandes impecilhos para o desanuviamento desse *psycho-millieu* negativo e conflitual entre Angola e os EUA era a presença militar cubana em Angola, conforme reconheceu o próprio presidente Agostinho Neto:

«A presença cubana em Angola é talvez ainda um problema nas relações entre Angola e os Estados Unidos. Mas é principalmente, um problema em relação à África do Sul, porque nós estamos, diariamente, a ser agredidos pela África do Sul com tropas terrestres, com violações aéreas, com ameaças constantes pela rádio, com a presença dum grande número de tropas sul-africanas e de fantoches da “UNITA”, junto da nossa fronteira.»⁵²⁰

A ideia avançada por Alberto A.C. Francisco era de que o presidente Neto estava pronto para entabular relações de cooperação com os EUA, tendo para o efeito começado com vários contactos bilaterais por intermédio de um “emissário especial”, o Dr. Arménio Ferreira, médico português e antigo companheiro de Neto nas lides escolares e na Casa dos Estudantes do Império. Esse homem teria

⁵¹⁹ Cf. FRANCISCO, Alberto André Carvalho, *A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2013, pp.76-77

⁵²⁰ Ibidem, p.78

sido «credenciado por Neto» várias vezes para reuniões com entidades norteamericanas em Washington, especialmente com os homens ligados aos assuntos africanos como é o caso de Richard Moose, Donald McHenry, Walker, Alan Hardy, entre outros. O assunto da presença cubana teria vindo à tona numa dessas reuniões (9.08.1979) onde o Dr. Arménio Ferreira discutiu com uma delegação norteamericana encabeçada por N. Walker. A incómoda questão foi colocada por Zibgniew Bzerzinski, um dos maiores nomes da Segurança Nacional norteamericana: o presidente Neto não podia governar Angola sem o apoio dos cubanos?⁵²¹ Esta questão e o alinhamento pro-comunista pesavam muito na balança dos EUA com implicações profundas para a sua PE em relação a Angola. Entretanto, o mesmo alto funcionário norteamericano terá dito depois o seguinte: «Desejamos e vamos normalizar as nossas relações diplomáticas com Angola. Julgo que Angola também o deseja.»⁵²² Ora, era evidente que o presidente Neto não tencionava nem podia admitir a hipótese de abdicar do apoio cubano, sobretudo no âmbito militar, tendo em conta a situação de guerra internacionalizada então em curso em Angola. A presença do exército sul-africano na faixa limítrofe entre Angola e Namíbia bem como o apoio logístico à UNITA era uma realidade que punha em risco a soberania do Estado angolano. Hoje, distantes dos acontecimentos, podemos fazer uma apreciação mais fria que nos permite deduzir que a sobrevivência do Estado angolano e do seu respectivo regime deveu-se, e em muito, ao apoio soviético-cubano embora o leme estivesse nas mãos dos próprios angolanos. Neste caso, considerando ainda o peso da

⁵²¹ Ibidem, pp.77-78

⁵²² Ibidem, p.78

rivalidade Oeste-Este, a União Soviética não aceitaria de bom grado uma aproximação entre Angola e Administração norteamericana. Mau grado o facto de a morte precoce do primeiro presidente de Angola (10.09.1979)⁵²³ ter interrompido o processo das iniciativas de aproximação com os EUA, os factos apontam de que naquele momento era inverosímil ter ao mesmo tempo relações diplomáticas com o Kremlin e com a Administração norteamericana sem que houvesse uma alteração do xadrez político na África Austral ou pelo menos um desanuviamento das tensões da GF. Por conseguinte, do ponto de vista do alinhamento ideológico de Agostinho Neto ao Kremlin, as análises indiciam alguma independência do presidente angolano, o que levou a uma situação de desconfiança mútua, como se pode ver nesta opinião de Serguei Kolomnin, citado por José Milhazes, especialista português dos assuntos russos:

«É indispensável assinalar que Agostinho Neto estava longe de servir à direcção soviética, segundo todos os parâmetros, como dirigente do novo Estado. Embora condenasse decididamente o imperialismo americano e a política neo-colonial do Ocidente e proclamasse solenemente, como seu objectivo, “a via do desenvolvimento socialista”, porém, a julgar pelas suas ideias, inclinavam-se mais para o modelo jugoslavo de desenvolvimento.»⁵²⁴

⁵²³ Como não estamos a desenvolver um trabalho biográfico, mencionamos aqui a morte de Agostinho Neto longe das teorias da conspiração (assassinato protagonizado por russos) ou aquelas da sabedoria convencional (morte natural por grave enfermidade), realçando apenas as implicações que este facto teve no contexto da política interna e externa de Angola.

⁵²⁴ MILHAZES, José, *Angola. O princípio do fim da União Soviética*, Nova Vega, Lisboa, 2009 (2ª edição), p.94

No entanto, as desconfianças mútuas entre Neto e o Kremlim datavam do período da luta de libertação nacional, como atesta Milhazes, pois «as relações entre Agostinho Neto e os dirigentes da União Soviética continuaram a ser pouco pacíficas e marcadas por novos incidentes.»⁵²⁵

A relutância de Agostinho Neto em relação à Administração norteamericana baseada no pressuposto de que estes pretendiam inviabilizar a independência e a soberania de Angola nunca se traduziu em ataque aos seus interesses domiciliados em Angola, sobretudo no ramo petrolífero, como atesta William Minter:

«(...) Mas nenhum deles tinha a intenção de atacar interesses específicos dos EUA, que, em qualquer dos casos, eram mínimos em Moçambique, enquanto que em Angola estavam concentrados nos investimentos petrolíferos da Gulf Oil em Cabinda. Em 1974, diplomatas profissionais como o Secretário de Estado-Adjunto para África, Donald Easum, e o cônsul-geral em Luanda Tom Kiloram, assim como a direcção da Gulf Oil Corporation, estavam convencidos de que os EUA deviam procurar estabelecer relações pragmáticas com os novos governos e evitar favorecer um movimento contra outros em Angola. Kiloram informou que o MPLA era o mais bem organizado, mais competente e mais acessível dos três, e os funcionários da Gulf Oil eram da mesma opinião.»⁵²⁶

De facto este é um assunto que curiosamente acabará por ser transversal no

⁵²⁵ Ibidem, p.41

⁵²⁶ MINTER, William, *Os Contrastes do Apartheid. As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*, (trad. João Paulo Borges Coelho) Arquivo Histórico de Moçambique, Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, s/l, 1994, pp.188-189

âmbito da conjuntura política da GF em Angola: o governo de Agostinho Neto não se limitou apenas em não atacar os interesses norteamericanos como deu-lhes protecção devida (ironicamente) através de um destacamento militar cubano que fazia a guarnição das instalações petrolíferas da Gulf Oil em Cabinda. Entendemos pois que estamos diante de uma política orientada com uma boa dose de pragmatismo multilateral (Angola, EUA, Cuba, União Soviética, etc.) pelo menos neste domínio.

Entretanto, um dos grandes acontecimentos que marcaram o governo do presidente Agostinho Neto foi o I Congresso Ordinário do MPLA. Tendo em conta a sua importância do ponto de vista de orientação ideológica e de definição da PE, entendemos reservar-lhe algumas considerações.

5.1.1.1. O I Congresso Ordinário do MPLA

O primeiro Congresso ordinário do MPLA realizado em Luanda, de 4 a 10 de Dezembro de 1977, veio reforçar não só o papel do MPLA como única e principal força dirigente da nação angolana, mas também veio consolidar o poder do presidente Agostinho Neto. Se quisermos fazer um enquadramento, ainda que ao de leve, temos de realçar o facto de que esse Congresso é realizado no rescaldo dos acontecimentos do 27 de Maio de 1977.⁵²⁷ Num tal contexto, não precisamos de fazer arrojados exercícios probatórios para afirmar que o espectro da “purga”

⁵²⁷ Sobre o 27 de Maio ver as narrativas e os depoimentos em: MATEUS, Dalila Cabrita – MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977*, Edições ASA, Porto, 2007; PAWSON, Lara, *Em nome do Povo: o Massacre que Angola silenciou*, (trad. Suzana Sousa e Silva), Tinta da China Edições, Lisboa, 2014

esteve presente nessa reunião magna do MPLA, cujas feridas ainda estavam bem abertas. O fenómeno que passou a designar-se por “fraccionismo” no dicionário político angolano foi um dos pontos constantes do relatório do Comité Central ao I Congresso apresentado pelo Presidente Agostinho Neto. Referiu-se, pois, a este acontecimento trágico nos seguintes termos:

«Certos sectores da pequena-burguesia no aparelho do Estado e mesmo no seio do Movimento, na tentativa de manter os seus privilégios, retomam uma actividade febril de corrida a posições de destaque, numa manifestação evidente de espírito de grupo que conduz ao fraccionismo.

É nesta altura que certos grupos esquerdistas sob a capa de comités, fora das estruturas orgânicas do Movimento, desenvolvem toda uma acção conducente à tomada de direcção do MPLA, procurando desvirtuar a sua linha política e o seu conteúdo revolucionário.»⁵²⁸

Neto busca as raízes do “fraccionismo” nos sectores da pequena-burguesia e destaca a questão dos “privilégios” - tal como nos estados gerais da Revolução Francesa - como *leitmotif* da insurgência interna. Ora, segundo o presidente Neto, essas intenções minavam a linha política e ideológica do MPLA e tinha como objectivo a subversão do poder. Por esta razão foi sustentada a tese da intentona golpista. Todavia, sabe-se hoje, quer pelas testemunhas e sobreviventes, quer pelas publicações que vão saindo amiúde sobre o fenómeno, que estas premissas

⁵²⁸ SECRETARIADO DO BUREAU POLÍTICO, *I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de Dezembro de 1977)*, Gabinete de Coordenação, Estudos e Análises, 2012 (edição especial), p.15

estão longe de condizer com a verdade dos factos. Havia dentro do Movimento algo muito mais grave que incluía um suposto envolvimento da URSS.⁵²⁹ Essa suspeita levou Neto a ir pedir satisfações aos soviéticos, como no-lo revela Milhazes ao descrever um episódio curioso presenciado por Karen Brutentz, antigo vice-presidente da secção internacional do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), um dos funcionários soviéticos mais ligados à elaboração e realização da política comunista no Terceiro Mundo:

«Brejnev [Secretário-Geral do PCUS] encontra-se com Neto (Agosto de 1977). Como era costume, ao dirigente de Angola, enquanto hóspede, foi concedida a primeira palavra. Depois das tradicionais frases gerais, ele, de súbito, abordou o tema do levantamento militar recente em Luanda e, ignorando os meandros diplomáticos, declarou: “Eu vim aqui porque ocorreu uma coisa: um levantamento, e gostaria de saber pessoalmente de Você se Moscovo participou no conluio contra mim ou não. Porque, segundo me informaram, muitos dos vossos homens estiveram envolvidos”.

Claro que todos os olhares se concentraram em Brejnev. Os presentes, e principalmente os representantes soviéticos, esperavam que ele reagisse à pergunta do líder angolano, desmentisse – em conformidade com a realidade – semelhante suposição, confirmasse que nós não tínhamos renunciado ao apoio a Neto. Mas tal coisa não aconteceu. Leonid Ilitch [Brejnev] segura perante si um texto previamente preparado e começa a ler: “A situação do nosso país é boa, as previsões sobre as

⁵²⁹ «Iko Carreira denunciou a participação soviética no 27 de Maio, dizendo que nele tinham colaborado directamente dois secretários do adido militar, respectivamente Iuri Fedine e Pavel Estariakov, o qual “*tão certo estava da vitória*” que até arrendara uma casa no Sambila (bairro Sambizanga), *de onde não só podia seguir o desenrolar dos acontecimentos, mas também dar os conselhos que a direcção do golpe necessitasse*»: Mateus, Dalila Cabrita – Mateus, Álvaro, op. cit., p.97; Cf. CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p.155

colheitas são fantásticas...'', etc., etc. Parecia que nós supostamente fugíamos à pergunta e, desse modo, confirmávamos o fundamento das dúvidas de Neto. Nenhuma das tentativas de ''soprar a resposta'' através de novos papéis surtiu efeito. Depois da leitura pronunciou com um tom ou interrogativo, ou afirmativo: ''Li bem''.»⁵³⁰

A fazer fé nesse episódio, resulta inverosímil que a União Soviética estivesse a patrocinar favores a um grupo para instalação da pequena-burguesia em Angola a fim de salvaguardar os seus privilégios. As motivações dum suposto envolvimento soviético devem estar ancoradas em razões bem diferentes. E aqui há que realçar um outro episódio que envolveu Nito Alves, um dos mentores do ''fraccionismo''. Trata-se da sua participação no XXVI congresso do PCUS, alguns meses antes da intentona do 27 de Maio. Segundo alguns relatos, a sua intervenção foi recebida com uma ''estrondosa ovação'' pelos soviéticos, facto este que não ficou despercebido na opinião pública. Ademais consta que Nito Alves, ao encabeçar a delegação do MPLA no congresso do PCUS, em 1976, terá estabelecido contactos amistosos em diferentes níveis da direcção soviética.⁵³¹ Porém, o historiador russo Vladimir Chubin entende que essa versão da conspiração soviética ou do envolvimento soviético terá sido forjada nos círculos ocidentais (e angolanos) propositadamente para prejudicar a política de aproximação entre Angola e a URSS.⁵³²

Há ainda dois factos que de algum modo ensombraram as relações de Neto

⁵³⁰ MILHAZES, José, op. cit., pp.98-99

⁵³¹ Ibidem, pp.96-97

⁵³² Ibidem, p.97

com o Kremlin: a exigência de Neto em retirar de Luanda alguns dos mais altos dirigentes da representação militar russa, donde resultou a chamada a Moscovo de N. Dubenko, representante militar soviético;⁵³³ e o pequeno incidente com os consultores russos enviados para o congresso do MPLA. Estes terão aconselhado – sem sucesso - a direcção do MPLA em não transformar-se em Partido político e que mantivesse o seu carácter de “movimento” ou “frente”, o que permitiria englobar angolanos de outras sensibilidades e não apenas activistas e quadros militantes do MPLA. A recusa da direcção do MPLA não terá sido bem digerida pelos soviéticos.⁵³⁴ Contudo, apesar desta ocorrência episódica, havia entre os dois regimes laços bem mais fortes construídos ao longo da luta anticolonial e, posteriormente, consolidadas com um tratado formal de amizade e cooperação.

5.1.1.2. O Tratado de Amizade e Cooperação com a URSS

Embora se tenham construído laços políticos baseados em afinidades ideológicas durante a luta anticolonial, num contexto em que o MPLA se tornou em partido dirigente em Angola, era preciso estabelecer as bases jurídicas e diplomáticas da cooperação entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estava em jogo um novo paradigma de cooperação de Estado a Estado e não mais de um Estado a um movimento. Neste sentido, a 8 de Outubro de 1976, os Presidentes António Agostinho Neto e Leonid Brejnev assinavam solenemente em Moscovo o instrumento de cooperação que

⁵³³ Ibidem, p.99

⁵³⁴ Ibidem, pp.94-95

foi designado por **“Tratado de Amizade e Cooperação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola”**. Este facto merece uma análise quer na perspectiva da PE, quer no contexto internacional então vigente. Antes de tudo, estamos diante de um acordo de cooperação entre uma superpotência da GF e um Estado recém-independente; por um lado, temos um país com alguma longevidade e larga experiência política e diplomática e, por outro, um néofito com pouquíssima experiência no campo da política internacional. Daí, embora o acordo tenha todos os elementos para ser classificado como justo e equitativo para ambas as partes, tendo como pano-de-fundo a reciprocidade de vantagens,⁵³⁵ na prática já não podemos ver as coisas da mesma maneira. Desde logo é preciso aferir aqui a natureza política da cooperação internacional ou bilateral. Nenhum Estado pode sobreviver fechado ao mundo externo. A política isolacionista é um caminho para o precipício de qualquer Estado por mais poderoso que seja. Numa cooperação cada unidade política envolvida identifica as áreas do seu interesse durante a negociação. Há sempre uma expectativa ou aspiração mútua em relação ao que se pretende receber da outra parte, mas também algum grau de responsabilidade sobre as ofertas, aplicando aqui o adágio popular de que “ninguém dá o que não tem”. Isto significa que cada uma das partes envolvidas na negociação de um acordo tem de estar à altura de satisfazer o grau de expectativa do parceiro na medida em que for identificando o seu campo de interesse. Aliás, não se parte para uma

⁵³⁵ O próprio texto do tratado evoca os «princípios da igualdade, da vantagem mútua e de maior favor»: TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS E A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, artigo nº 8, (08 Outubro 1976)

negociação sem um prévio conhecimento das potencialidades a explorar junto do parceiro para uma provável cooperação. Estamos em crer que esses cuidados foram tidos em conta durante o processo negocial que culminou com a assinatura do Tratado entre a URSS e a RPA.

Todavia, olhando para esse Tratado no contexto geopolítico e geoestratégico da GF, a balança cai para o lado da URSS enquanto potência-protectora da RPA. É indubitável que numa circunstância dessa natureza, pese embora o princípio da igualdade jurídica dos Estados e da soberania, a URSS tenha tido maior peso nesse tratado, posto que «cada Estado deve ter a noção do seu peso justo na conjuntura».⁵³⁶ É assim que entendemos, *verbi gratia*, a alusão feita no Tratado aos «interesses nacionais vitais dos povos de ambos os países». Do ponto de vista estratégico, os interesses vitais, diferentemente dos interesses importantes, colocam os Estados numa situação em que, dentro da lógica realista, não podem abdicar deles usando se necessário todos os recursos ao seu dispor para preservá-los. Na nossa visão, os interesses vitais de Angola não eram exactamente os mesmos da URSS. Enquanto a RPA enfrentava o colossal desafio da sua sobrevivência como Estado quer no aspecto económico, quer no aspecto securitário, a URSS, longe disso, estava apostada na sua cruzada geoestratégica em África no contexto do confronto global com os EUA.⁵³⁷ Angola não era apenas

⁵³⁶ PALMA, Elisabete Cortes, *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa. Ajuda Publica ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, IDI/MNE, s/l, 2006, p.23

⁵³⁷ Segundo Milhazes, a entrada em cena da figura de Leonid Brezhnev, quando em 1964 foi deposto Nikita Khrushchov, encerrou o período de coexistência pacífica e não-agressão. Desde então, a URSS teria apostado em novas regras do jogo no choque com o imperialismo norte-americano. Nesse sentido, «a África, que até então estivera fora dessa grande disputa, logo iria ser alvo da cobiça dos russos na conquista por novas áreas de influência». A lógica do problema era: «se os americanos estão lá e os chineses também, por que não estamos nós também?». Era, por conseguinte, imperioso para a URSS «entrar em força no conflito para disputar pedaços de África com os seus reservatórios de matérias-primas e criar problemas ao projecto

uma das “Partes Acordantes” ou uma parceira estratégica, era mais um país africano a ingressar para a esfera de influência geoestratégica da URSS em África. Para esta última estava aí uma oportunidade para exportar o comunismo e estender a sua zona de influência na África Austral.⁵³⁸

Sendo a PE o domínio em que o Estado se manifesta na arena internacional, ela está constituída por «um conjunto de iniciativas que emanam do actor estatal, com vista a mobilizar para o seu serviço o máximo de factores disponíveis, tanto na esfera internacional como no domínio interno.»⁵³⁹ Uma das principais iniciativas tem a ver com a cooperação entre Estados. A cooperação é um dos aspectos mais visíveis e pertinentes da diplomacia na medida em que privilegia a colaboração à competição. Este é o entendimento que se pode ler na Enciclopédia das Relações Internacionais ao definir a cooperação como «ato ou ação de trabalho conjunto com um objectivo comum». E ainda «como acordo voluntário em que duas ou mais entidades acordam partilhas e/ou atividades benéficas para ambos, em vez de competição».⁵⁴⁰ A cooperação internacional pode ser bilateral ou multilateral e abrange áreas diversificadas de natureza política, judicial, militar, securitária, económica, tecnológica, financeira, desenvolvimentista, ambiental, etc. Neste sentido, o tratado Angola-URSS enumera algumas áreas privilegiadas para a cooperação bilateral: indústria, transportes, agricultura, pecuária, pescas, exploração dos recursos naturais,

expansionista dos EUA e da China no continente.»: Cf MILHAZES, José, op. cit., pp. 14-15.

⁵³⁸ Fazemos aqui um “*reminder*” àquilo que já abordámos atrás sobre a expansão do comunismo em África, sobretudo quanto aos objectivos e aos métodos.

⁵³⁹ PALMA, Elisabete Cortes, op. cit., p.23

⁵⁴⁰ VIEIRA, José Pedro, Cooperação, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, op.cit., p.116

sector energético, comunicações, formação de quadros nacionais (art. n.º 8) e ainda os campos da ciência, arte, literatura, televisão, turismo, desporto (art. n.º 9). A referência ao domínio militar aparece no texto de forma bastante engenhosa nestes termos: «No interesse do reforço da capacidade de defesa das Altas Partes Acordantes, elas irão continuar a desenvolver a cooperação na área militar com base na assinatura dos respectivos acordos entre elas.» (Art. n.º 10). E aqui, em nossa opinião, não houve qualquer descuido, pois, trata-se de uma linguagem estratégica. Como já dissemos acima, um dos principais desafios da RPA nessa altura era a sua sobrevivência face às forças hostis apoiadas pelos EUA. Era, por conseguinte, de todo justificável que o maior interesse do Estado angolano fosse conseguir um apoio militar substancial da URSS para preservar a independência e a sua soberania. Todos os outros sectores dependiam primordialmente disso. Todavia, não obstante esse apoio ter sido dado, o envolvimento soviético em Angola foi cauteloso e discreto, preferindo jogar Cuba como ponta-de-lança da expansão soviética. É consabido nos meios abalizados que a versão oficial soviética então sustentada era a de não ter havido envolvimento directo de soldados ou oficiais seus em combates em Angola. Embora estes tenham ido para Angola inicialmente para treinar e accessorar o exército do MPLA nas vésperas da independência, consta que o Kremlin terá autorizado secretamente os seus homens a participar nos combates, como no-lo testemunha Boris Putilin:

«Na véspera dos acontecimentos decisivos de 11 de Novembro de 1975, recebemos de Moscovo um telegrama cifrado que autorizava directamente os nossos especialistas militares a participarem em acções de combate ao lado das forças e

das tropas cubanas. Isto era explicado pela situação extremamente tensa que surgiu no país na véspera da proclamação da sua independência.»⁵⁴¹

A cooperação no domínio militar (segurança e defesa) provavelmente era o aspecto mais bem consolidado nas relações entre os dois Estados. A sua referência telegráfica no texto do tratado não diminuiu em nada a sua importância vital. Tendo em conta o estatuto de superpotência ostentado pela URSS, por um lado, e o facto de a RPA ser membro do Movimento dos Países Não-Alinhados, era de todo justificável que o primeiro não fizesse passar a ideia de ser um guarda-chuva estratégico do segundo, nem a este último convinha deixar passar a imagem de um aliado militar daquele. Pelo contrário, as “Altas Partes Acordantes”, fazendo *jus* ao idealismo kantiano da paz perpétua, manifestaram a sua crença na paz mundial, reconhecendo a necessidade do «desanuviamento da tensão internacional» e da «regularização dos problemas internacionais por meios pacíficos» através da assinatura de um «Tratado Universal sobre o não-emprego da força nas relações internacionais e pela consecução do desarmamento universal e completo.» (Art. n. 4.º) No entanto, em caso de ameaça à paz, o Tratado estipula laconicamente que «as Altas Partes Acordantes entrarão imediatamente em contacto uma com a outra com o objectivo de coordenar as suas posições nos interesses da liquidação da ameaça ou do restabelecimento da paz.» (Art. n.º7) Noutros termos, o tratado privilegia o uso de canais diplomáticos para concertação de opiniões e para consultas estratégicas entre ambos os

⁵⁴¹ MILHAZES, José, op. cit., p.80

signatários. Não há menção sobre qualquer envolvimento militar directo.

Com esse Tratado de quinze artigos, as relações bilaterais RPA-URSS ficaram desde então seladas e reguladas por um instrumento jurídico internacional. Não dispomos de dados ou informações sobre a execução ou implementação desse Tratado por ambas as partes, mas tomamos aqui a liberdade de conjecturar que o mesmo serviu de base ao engajamento soviético em Angola durante a presidência de Agostinho Neto.

5.1.2. A liderança de José Eduardo dos Santos: inovação na continuidade

A morte inesperada do Presidente Agostinho Neto em Moscovo, a 10 de Setembro de 1979, foi anunciada e vivida dentro do MPLA como uma perda irreparável. O estilo de liderança de Neto, conhecido desde os tempos da luta anticolonial como autoritário e fortemente centrado na sua pessoa, era um impecilho considerável para qualquer veleidade vicária no seio do MPLA-PT. Quem podia, então suceder Agostinho Neto? Esta questão faz-nos evocar aqui as circunstâncias da morte do ditador Estaline na URSS. Segundo Peter Kenez, é «característica comum a todas as ditaduras não terem um sistema de sucessão muito ordenado». E explica nestes termos:

«Ninguém pode ser preparado como herdeiro presuntivo, porque qualquer pessoa que permanecesse demasiado tempo nessa posição seria suspeita de

concorrente do ditador. Os herdeiros presuntivos estão por isso sempre a mudar, e muitas vezes são fisicamente eliminados. Existe um permanente conflito de bastidores nas costas do aparentemente todo-poderoso ditador, e quando este sai de cena esse conflito torna-se mais acentuado e visível a todos.»⁵⁴²

Embora essa realidade tenha sido verosímil no caso de Angola, diante da fatalidade inclemente da natureza, era necessário encontrar um sucessor que talvez não fosse da estatura do líder defunto, mas que tivesse bons pergaminhos e créditos nas hostes dos camaradas. A escolha recaiu no jovem José Eduardo dos Santos (37 anos), membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA-PT. José Eduardo dos Santos não é propriamente um “inexperiente” em termos de funções de Estado, pese embora a sua idade. Era uma das figuras mais influentes do MPLA-PT e gozava do beneplácito do Presidente Agostinho Neto. O seu currículo no MPLA, cujas raízes se acham enquistadas nos anos 60 com o seu ingresso no MPLA e consequente adesão à luta de libertação nacional, vai desde a direcção do sector juvenil do MPLA em Léopoldville (1961), representante do MPLA em Brazzaville (1963), bolseiro em Baku (Azerbaijão) onde se licencia em Engenharia de Petróleos (1969) e, depois da independência de Angola (1975), o exercício de várias funções no aparelho do Estado como: Ministro das Relações Exteriores, Vice-Primeiro Ministro, e Ministro do Planeamento. Consumada a escolha pelos então 45 membros do Comité Central, José Eduardo dos Santos

⁵⁴² KENEZ, Peter, *História da União Soviética*, (trad. Jaime Araújo), edições 70, Lisboa, 2015, p. 248

assumiu a 20 de Setembro de 1979, com o juramento solene, a presidência da República Popular de Angola e o posto de Comandante-em-Chefe das FAPLA. No acto da tomada de posse, José Eduardo dos Santos confessava “modestamente” que não se tratava de uma sucessão fácil nem tão-pouco possível, mas tão-somente de uma substituição necessária:

«Submetendo-me à decisão do Comité Central do nosso Partido, cumpro hoje o honroso dever de prestar juramento, nesta cerimónia solene de investidura, para assumir os cargos de Presidente do MPLA – Partido do Trabalho, Presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA. Funções que vinham sendo desempenhadas com brio invulgar, com dedicação, coragem e perspicácia de estadista genial, pelo nosso querido e saudoso Camarada Presidente Agostinho Neto que, inoportunamente, faleceu a 10 de Setembro, em Moscovo. Não é uma substituição fácil, nem tão-pouco me parece uma substituição possível. É apenas uma substituição necessária.»⁵⁴³

Ao entrarmos na análise do período pós-Netista com José Eduardo dos Santos na liderança do país, importa aqui realçar que nas mãos desse jovem quadro do MPLA foi depositada a situação conturbada que o país atravessava e tudo dali para frente iria depender da sua perspicácia, inteligência e boa vontade para colocar o país nos carris da paz e do desenvolvimento. Com a morte de Neto certamente ocorreu dentro e fora de Angola a ideia de que Angola iria cair no

⁵⁴³ DOS SANTOS, José Eduardo, *Discurso de investidura*, Luanda, (21.09.79), citado por FRANCISCO, Alberto André Carvalho, op. cit., p.95

colapso e que o fim do regime estaria iminente. Essa ideia deve ter animado sectores externos e internos que andavam ciosos por mudanças políticas em Angola.

5.1.2.1. Principais desafios da nova liderança

Longe de se atenuarem com a morte de Neto, os grandes problemas do país adensaram-se sobremaneira durante o período da presidência de José Eduardo dos Santos. Esse período que vai de 1979 a 1992 (doze anos sensivelmente no contexto do espaço temporal em estudo) foi marcado por importantes acontecimentos internos e externos. A nível interno, como é óbvio, o principal acontecimento foi exactamente a mudança de timoneiro em Angola com uma nova presidência; no contexto da teoria da PE, os líderes individuais, como foi dito oportunamente, determinam e condicionam as escolhas e as decisões em relação ao ambiente externo. Daí que uma nova liderança suscitava inevitavelmente expectativas fundadas sobretudo em relação à sua visão e à sua dinâmica. Quanto aos desafios do novo líder, temos de assinalar aqueles nacionais e os internos do seu partido, o MPLA-PT. Os desafios nacionais estão consubstanciados no binómio guerra-desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, a paz e a estabilidade em todo o território nacional constituíam as prioridades da agenda presidencial.

Ora, o espectro da guerra civil continuava a pairar no horizonte com contornos cada vez mais graves para a sobrevivência do Estado. Para David Birmingham «as

guerras de libertação de Angola terminaram com a morte de Agostinho Neto. No entanto começava já a fermentar um novo conflito, que consistia, uma vez mais, numa guerra civil e internacional.»⁵⁴⁴ Na visão oficial do regime em Angola, essa guerra era movida por actores externos onde a UNITA aparecia apenas como um movimento fantoche e alienado aos interesses estrangeiros. O envolvimento das forças estrangeiras (sul-africanas) na guerra e a criação do bastião da Jamba pela UNITA, em 1979, eram desafios espinhosos para segurança nacional.

Tendo em conta a sua pertinência e por ser um período prenhe de acontecimentos relevantes, vamos dar espaço à sua análise chamando à tribuna os principais actores no conflito de Angola. O principal actor interno que resistia à toda a prova e continuava a desafiar o regime do MPLA-PT, marcando de forma indelével a presidência de José Eduardo dos Santos, era nada mais e nada menos que a UNITA de Jonas Malheiro Savimbi.

5.1.2.1.1. A UNITA e o Quase-Estado da Jamba

A retirada da UNITA das cidades depois da eclosão da guerra nas vésperas da independência de Angola culminou com a criação de um bastião da resistência instalado na Jamba, na província do Kuando-Kubango, próximo da faixa do Caprivi, na zona limítrofe com a Namíbia. Jonas Savimbi e os seus homens, depois do desaire da sua mal conseguida proclamação de independência da República Democrática de Angola (RDA), empreenderam a “Longa Marcha”

⁵⁴⁴ BIRMINGHAM, David, *Breve História de Angola Moderna (séc.XIX-XXI)*, (trad. Rita Carvalho e Guerra), Guerra e Paz, Lisboa, 2017, p.145

(alusão a Mao Zedong) inicialmente em várias direcções, tendo criado várias bases e regiões militares (RM). O recuo tinha dois aspectos fundamentais: por um lado, era preciso buscar refúgio sobretudo para os civis afectos à UNITA (famílias dos dirigentes); por outro lado, era necessário recuar a tropa para reorganizar a resistência. Entretanto, as FAPLA e os destacamentos cubanos perseguiram incessantemente as forças da UNITA com meios terrestres e aéreos. Estas desdobravam-se em várias direcções (frentes) retomando as tácticas de guerrilha que já haviam ensaiado durante a luta de libertação nacional. Com a retirada das cidades, muitos jovens juntaram-se voluntariamente à UNITA, engrossando as suas fileiras. O General Miguel Nzau Puna refere-se à Jamba como uma «experiência ímpar». E explica as circunstâncias da sua criação e o seu impacto na luta que se seguiu:

«A base Delta acabaria por nos inspirar a construir uma base de apoio no interior do país. Surgiu, assim, a Jamba, que favoreceu a formação de quadros, tanto militares como político-administrativos, e permitiu a reestruturação das regiões militares e bases populares no interior do país.

Foi a Jamba que fomentou a criação de campos de treino para a formação de unidades semi-regulares, regulares e unidades de comando escolhidos entre os melhores soldados das unidades semi-regulares e regulares. A experiência começou nos campos de Babwata e Tigre com um grupo de instrutores sul-africanos comandados por capitão Delarey em território namibiano. Mais tarde fundaram-se vários outros campos de treino no interior de Angola, precisamente ao longo do rio Kuando e com instrutores sul-africanos e angolanos formados pelos sul-africanos.

(...)

A Jamba foi, sem dúvidas, um laboratório de análises políticas, administrativas e militares que permitiram à UNITA ajuizar planos que modificaram a situação político-militar do país. Permitiu também à UNITA estar presente em todas as províncias, sem excepção.»⁵⁴⁵

Todavia, a Jamba não foi apenas uma base da resistência. Foi mais do que uma simples estrutura militar. A Jamba foi uma espécie de um Estado dentro do Estado com a denominação revolucionária de «Terras Livres da Jamba»:

«Ao longo dos anos, a Jamba foi tendo aeroportos, hospitais, escolas, igrejas, serviços administrativos, residências para os dirigentes da UNITA, seus familiares e convidados, prisões, moeda própria, documentos e até acesso condicionado por control do tipo de imigração com vistos no passaporte. Há uma rede de esgotos instalada, água canalizada e electricidade. Nos anos 1980, a Jamba chega a atingir uma população de mais de 12 000 pessoas.»⁵⁴⁶

Mais do que debruçarmo-nos em minúcias sobre as histórias da jamba – suficientemente bem retratadas por Justin Pierce⁵⁴⁷-, o interesse da sua focalização na nossa pesquisa resulta da sua importância estratégica no âmbito militar, político e diplomático. Neste sentido ela funcionou como uma espécie

⁵⁴⁵ PUNA, Miguel Maria N'zau, op. cit., pp. 148-149

⁵⁴⁶ FERNANDO, Emídio, *Jonas Savimbi - No Lado Errado da História*, D. Quixote, Alfragide, 2012 (3.^a edição), p. 195

⁵⁴⁷ Cf. PIERCE, Justin, *A Guerra Civil em Angola (1975-2002)*, (trad. Suzana Sousa e Silva), Tinta da China, Lisboa, 2017, pp.163-187

ímpar de capital política dentro da selva, o que atraía a curiosidade do mundo:

«Durante anos, há um corrupio de visitas à Jamba. Jornalistas dos quatro cantos do Mundo, os mais variados lobistas, deputados de vários países, jovens de organizações partidárias estrangeiras, traficantes de armas e de diamantes, ministros e dirigentes políticos, membros de organizações não-governamentais, líderes religiosos e diplomatas passam pela base da UNITA, em viagens que ficam conhecidas como ‘‘Jamba Tours’’.»⁵⁴⁸

A Jamba foi, diga-se em abono da verdade, a grande conquista do Dr Savimbi que veio a dar à UNITA uma enorme vantagem tático-operacional e diplomática no contexto da guerra civil então desencadeada em Angola. A partir da Jamba será lançada a ofensiva diplomática que vai catapultar a UNITA para os holofotes internacionais. Jonas Savimbi irá usar habilmente esta vantagem para arregimentar apoios externos à sua causa embandeirada como resistência contra forças invasoras (soviéticos e cubanos) e contra a ameaça da penetração do comunismo na África Austral. Savimbi emerge aos olhos do mundo ocidental (e não só) como um *freedom fighter*, o grande arauto dos valores ocidentais da democracia, liberdade e progresso. Segundo Armando Marques Guedes, «Ainda que o movimento mantivesse “escritórios” em várias capitais – que com um estatuto para-diplomático tratavam da gestão corrente dos seus interesses – duma maneira característica, as relações externas da UNITA eram fortemente

⁵⁴⁸ FERNANDO, Emídio, op. cit., pp. 200-201

monopolizadas por Jonas Savimbi.»⁵⁴⁹ Acalentado por essa propaganda interna e externa, Savimbi soube colher com sagacidade a oportunidade para fazer aquilo que lhe era tão caro: o charme diplomático através de várias digressões dentro e fora do continente onde revisitou velhas alianças e conquistou novas para a legitimação da sua luta através do apoio diplomático e militar:

«O primeiro périplo de Jonas Savimbi, depois da ‘‘Longa Marcha’’ e da formação da Jamba, começa em novembro de 1977. É recebido por Mobutu Sesse Seko, no Zaire, por Omar Bongo, no Gabão, por Kenneth Kaunda, na Zâmbia, e, finalmente, por Félix Houphouët-Boigny, na Costa do Marfim. Esta paragem por Abidjan torna-se importantíssima na gestão das suas relações internacionais. Passa a viajar num avião particular do presidente da Costa do Marfim, beneficiando de todas as comodidades reservadas ao chefe de Estado. Consegue ainda estabelecer contactos no Togo que dá guarida a muitos jovens dirigentes da UNITA, incluindo os seus familiares mais directos, sobrinhos e filhos, que aproveitam para estudar nas universidades togolesas.»⁵⁵⁰

Se dentro do continente a situação era menos complicada, no Ocidente a coisa não era assim tão fácil, pois era necessário ainda convencer o mundo ocidental sobre a justeza da sua causa, usando para o efeito uma retórica mais persuasiva. Neste sentido, Jonas Savimbi vai usar o seu périplo ocidental, ainda sob o espectro da ‘‘Emenda Clark’’⁵⁵¹, para defender que «o seu movimento luta

⁵⁴⁹ GUEDES, Armando Marques, op. cit., p.55

⁵⁵⁰ FERNANDO, Emídio, op. cit., pp.204-205

⁵⁵¹ Lei aprovada pelo senado americano a 19 de Dezembro de 1975 e que proibia o apoio financeiro aos

contra um novo “colonialismo soviético-cubano” instalado em Angola e que a UNITA era o “único tampão ao avanço do comunismo em África.» O esforço, no entanto, não foi em vão começando por grangear as simpatias da França, Inglaterra e dos EUA, aqui particularmente junto dos republicanos.⁵⁵²

A transformação da Jamba de estrutura militar para uma estrutura política abriu as portas para a bipolarização da política doméstica angolana dentro da lógica da GF: Angola passava a contar com dois Estados, embora a Jamba seja mais enquadrada nos moldes de um quase-Estado⁵⁵³, duas capitais, dois exércitos, duas diplomacias paralelas, etc. Este facto, quanto a nós, é bastante elucidativo se quisermos considerar Angola, nesse contexto, como um «Estado Fracassado». Na lógica de Proença Garcia, nessa terminologia política «inserem-se três categorias que nos aparecem de forma gradativa: Estados fracos, Estados falhados, Estados colapsados.»⁵⁵⁴ O autor parte do pressuposto de que o fracasso dos Estados conta com várias causas que podem concorrer para que um Estado

movimentos anticomunistas de Angola. Depois do desaire do Vietname endente-se que a opinião pública americana não fosse favorável ao envolvimento directo dos EUA em novos conflitos em África, particularmente em Angola. Todavia, em termos de escolha racional os EUA sabiam que o comunismo era uma ameaça em África e que havia necessidade de travar a sua expansão e o estabelecimento da hegemonia soviética na África Austral. Diante desse dilema, os EUA preferiram intervir através de um programa secreto concebido pelo Departamento de Estado americano e monitorado pela CIA .

⁵⁵² FERNANDO, Emídio, op. cit., p.205

⁵⁵³ Segundo o Professor Jorge Miranda, existem entidades pró-estatais onde estão identificados os rebeldes beligerantes e os movimentos nacionais e de libertação nacional. Tratam-se de «entidades transitórias, ao contrário do que acontece com os Estados, mas entidades que pretendem assumir, na sua totalidade ou quase totalidade, atribuições afins dos Estados.» No caso vertente, assinala ainda que essas entidades podem receber também, a designação de “quase-Estados” «quando dominem efectivamente parcelas territoriais significativas.» O caso da UNITA-Jamba enquadra-se no contexto dos rebeldes beligerantes, uma situação emergente em certos Estados, segundo Jorge Miranda, em que se verifica uma guerra civil ou assimilada e em que os rebeldes ocupam uma porção de território maior ou menor, exercendo lá uma autoridade identificável com o poder estatal, mantendo essa autoridade durante um tempo mais ou menos prolongado. Cf. MIRANDA, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*, Principia Editora, Cascais, 2002 (5.ª edição revista e atualizada), p. 197

⁵⁵⁴ GARCIA, Francisco Proença, *Da Guerra e Da Estratégia: a Nova Polemologia*, Prefácio, Lisboa, 2010, p.267

não consiga realizar o seu objecto primário de garantir «segurança, justiça e bem-estar». Neste sentido, explica que «por Estado fraco entendemos aquele cujos órgãos de soberania e as suas instituições não conseguem exercer a sua actividade plena em toda extensão do território e do seu mar, que são incapazes de garantir os serviços básicos à população e, perante esta, são tidos como ilegítimos».⁵⁵⁵ Entretanto, o Estado falhado, segundo ainda o autor, «é aquele que na ordem interna não tem o monopólio da legítima violência de que Weber (1946) nos falava, ou seja, surgem outras entidades como milícias, exércitos privados ou uma qualquer organização subversiva (...) que compete com o poder formal, por vezes contralando partes significativas do território e da sua população (...)»⁵⁵⁶ Finalmente, deixa também luzes sobre o «Estado colapsado»: neste «o poder formal simplesmente não existe, os órgãos de soberania e as instituições num determinado território, que no passado já possuiu os atributos tradicionais de um Estado, colapsaram». Ou dito noutros termos, «no caos jurídico, legislativo e administrativo, prevalece a lei do mais forte, surgindo ou subsistindo diversas formas de organização social e comunitária (...) que possuem capacidade de exercer a força e conduzir operações armadas (...)»⁵⁵⁷

Por conseguinte, no caso de Angola, a UNITA e a sua estrutura político-militar e diplomática, por um lado, e as limitações no exercício da soberania por parte da estrutura governista, por outro lado, configuram elementos das duas primeiras categorias se tivermos em conta o entendimento da soberania, segundo Jean

⁵⁵⁵ Ibidem, p.268

⁵⁵⁶ Ibidem

⁵⁵⁷ Ibidem, p.269

Bodin, embasado «no facto de na ordem interna o Estado ser supremo e na ordem externa ser independente, ou seja, ele decide por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos, incluindo se quer ou não procurar a assistência de outros e, ao fazê-lo, limitar a sua liberdade chegando a compromisso com eles.»⁵⁵⁸

No entanto, não era sonho de Jonas Savimbi a divisão de Angola em dois Estados. Esta seria uma aspiração muito rasteira diante das suas ambições aquilinas. A Jamba era uma estrutura temporária; o destino era Luanda. A sua luta, *tout court*, consistia na tomada do poder em Angola ou a sua chegada à presidência de Angola. Noutros termos, Jonas Savimbi tinha uma ideologia de luta, sabia porque estava a lutar e tinha de algum modo um ímpeto interior alimentado por uma espécie de messianismo revolucionarista. Era sua convicção de que o destino dos povos deserdados de Angola estava nas suas mãos e a UNITA era a única estrutura representativa dos anseios nacionais da “Angola profunda”. O conceito edílico da Jamba, não tanto a sua realidade, passa a figurar no imaginário político como a tradução daquilo a que chamaram de “Angola Livre”. Segundo Justin Pierce, «As peças jornalísticas sobre a Jamba destacam os esforços concretos da UNITA para criar a impressão da existência de um estado moderno, burocrático e orientado para a prestação de serviços à população.»⁵⁵⁹ Estava em jogo a necessidade de demonstrar ao mundo «a legitimidade do movimento com base no seu potencial para ser um estado e, mais importante ainda, para ser uma forma particular de estado.»⁵⁶⁰ Ora, esse pressuposto uma vez traduzido na

⁵⁵⁸ Ibidem, p.266

⁵⁵⁹ PIERCE, Justin, op. cit., p.170

⁵⁶⁰ Ibidem, p.171

prática, reduziu (não anulou) o poder (externamente) e a autoridade (internamente) do Estado (RPA) legitimado pela comunidade internacional. Neste caso temos aqui um Estado com soberania reduzida ou limitada. De facto, o reconhecimento dos beligerantes da UNITA e a legitimação da sua luta, o exercício de uma autoridade efectiva numa parte ocupada do território, a existência de uma diplomacia paralela, retiraram ao Estado situacionista algumas prerrogativas a si reservadas como o *jus legationis*, o monopólio do uso da violência (coacção), etc. Esses domínios passam a ser partilhados também pelos rebeldes, contradizendo o princípio da soberania segundo o qual não há dentro do território um poder igual ou equiparado ao Estado. Os respectivos aliados da GF serão factores estratégicos relevantes quer para uma, quer para outra parte na prossecução dos seus objectivos geopolíticos.

A Jamba foi, de algum modo, o corolário das decisões (políticas, táticas e estratégicas) tomadas no IV Congresso da UNITA (Março 1977) realizado na Base de Benda (cerca de 80 kms a sul da cidade do Huambo). Depois do recuo das cidades, era preciso reorganizar a resistência, mas sobretudo era fundamental transmitir esperança e fé nessa luta no meio de tanto desespero, sofrimento moral, psicológico e físico. Jardo Muekália descreve, como testemunha dos factos, a oportunidade desse Congresso, o ambiente de expectativa, a mensagem de esperança da direcção da UNITA e as respectivas resoluções.⁵⁶¹ A realização do Congresso no Huambo e a presença do Dr Jonas Savimbi, depois do fracasso da RDA, impunha-se, segundo Muekália, «para remobilizar o povo para a luta que se

⁵⁶¹ MUEKÁLIA, Jardo, Angola – A Segunda Revolução. Memórias da luta pela democracia, Sextante Editora, Porto, 2010 (4.ª edição), pp.78-84

afigurava longa.»⁵⁶² Huambo constituía uma importante base de apoio para a UNITA. Dentre os delegados contavam-se para além dos membros da direcção política e militar, «entidades religiosas, educadoras, chefes tradicionais e, sobretudo, muita juventude citadina.»⁵⁶³ A mensagem do líder nessa circunstância tinha de ser assertiva, clara e cheia de motivação. E o Dr Savimbi colocou o acento tónico na nova colonização sovieto-cubana. Eram os novos agressores do país que pretendiam colocar o país numa nova dominação. A meta da resistência seria a libertação do país do jugo soviético. Mas não faltou no seu discurso uma alusão sobre a responsabilidade histórica de Portugal pelo falhanço do processo de descolonização. Quanto à situação das alianças externas, contrariamente a certos rumores em voga, deixou claro que estavam sós e que deviam contar apenas consigo próprios e com os seus próprios meios. Contudo, a fé na vitória era inabalável «desde que o Partido sobrevivesse ao desespero e às inúmeras dificuldades da fase inicial da luta.»⁵⁶⁴ Era preciso deixar claro para todos que o futuro dependia de si próprios. E fê-lo, pois não usou da demagogia para iludir os congressistas sobre a real situação da luta e os seus inúmeros problemas.

Em relação às principais decisões tomadas nesse Congresso no intuito de alavancar a luta, destacamos as seguintes, *inter alia*:⁵⁶⁵

1. Generalizar e intensificar a luta armada em todo o território nacional, continuando o processo de tomada de vilas, que levará inevitavelmente à captura das cidades e à tomada do poder pela maioria da população de

⁵⁶² Ibidem, p.78

⁵⁶³ Ibidem, p.79

⁵⁶⁴ Ibidem, p.81

⁵⁶⁵ Cf. Ibidem, pp.82-83

Angola.

2. Acelerar a transformação das unidades de guerrilha em unidades semi-regulares e regulares, preparando-as para assumirem o seu papel histórico de passagem à etapa seguinte de guerra de movimento.
3. Promover a formação de mais quadros para uma administração civil adequada, que defenda integralmente a linha política do Partido e os interesses legítimos do povo.
4. Promover a formação de quadros docentes e reorganizar o material escolar de modo a adaptar-se às condições actuais de luta e às necessidades do futuro.
5. Denunciar veementemente os incessantes actos de subversão que a União Soviética continua a fomentar pela África Austral.
6. Reiterar o apoio incondicional às lutas de todos os povos oprimidos.

Na sua essência esse pacote de resoluções faz transparecer que a situação de guerra seria de longa duração, pelo que a mobilização era no sentido duma estratégia total na prossecução dos objectivos políticos que justificavam a resistência generalizada. Durante a presidência de José Eduardo dos Santos, a UNITA será o seu verdadeiro calcanhar de Aquiles ao ter conseguido estender a guerra por todo o país, impedindo a extensão da autoridade administrativa do Estado situacionista em todo o território nacional. A Jamba, símbolo da resistência da UNITA, era a maior insónia do Presidente José Eduardo dos Santos e dos aliados soviéticos e cubanos. Entretanto, a UNITA não estava só como fez crer o

seu líder no seu discurso. Um dos principais aliados militares que Savimbi vai conseguir será nada mais, nada menos que o regime racista da África do Sul.

5.1.2.1.2. O apoio da RSA

A intervenção sul-africana na guerra de Angola pode ser dividida em dois períodos distintos: a) nas vésperas da independência de Angola (Operação Savannah); b) no período pós-independência. Em relação ao primeiro período já tivemos oportunidade de abordá-lo quando analisávamos as circunstâncias da intervenção da RSA em Angola nas vésperas da independência. Há quem defende que o período que vai de 1975 a 1976 corresponde ao período da verdadeira guerra civil em Angola. Mas é preciso analisar friamente os factos. Antes da independência, a invasão de Angola por forças estrangeiras que se estendeu ao período posterior à independência, embora apoiando os beligerantes internos, terá tido características de uma guerra internacionalizada. Não era propriamente uma guerra inter-estadual nem duma guerra intra-estadual⁵⁶⁶ mas uma convergência de interesses geostratégicos em Angola que a transformaram em campo de batalhas encarniçadas tendentes a estabelecer vantagens políticas e ideológicas. Neste sentido, malogrados os intentos sul-africanos de impedir a tomada do poder em Luanda pelo MPLA, cujas afinidades ideológicas com os movimentos reivindicativos anti-apartheid era uma ameaça para o seu regime

⁵⁶⁶ Se tivermos em conta o pressuposto clássico de que a guerra é uma manifestação da soberania dos Estados e que só eles tinham o direito e a legitimidade de declará-la (*Jus belli*), no caso de Angola estamos numa situação em que o Estado é inexistente; o desengajamento precipitado de Portugal deixou um vazio a que as forças estrangeiras quiseram tirar o máximo proveito.

instalado na RSA e na Namíbia, a primeira intervenção sul-africana em Angola foi concluída sem êxitos com a sua retirada em Janeiro de 1976. Não se tratou propriamente de uma derrota militar, pese embora o revés da batalha do Ebo (província do Cuanza-Sul). Foi mais um fracasso político e estratégico, segundo o General de Brigada Dr W.S Van Der Waals:

«O prestígio sul-africano foi severamente amolgado. A percepção instalou-se em África de que os poderosos Boers podiam ser derrotados no terreno de combate. O fracasso angolano também teve consequências operacionais negativas, com a SWAPO a tornar-se uma ameaça séria no Sudeste Africano e Namíbia, meses após a retirada do SADF de Angola.

Finalmente, o fracasso estratégico da Operação Savannah, juntamente com a sua queda política e também as lições operacionais aprendidas, o chamado “efeito choque”, teve o efeito de produzir uma mudança fundamental da organização, doutrina, equipamento e défice estratégico do SADF.»⁵⁶⁷

Ora, o que nos interessa aqui analisar é o segundo período do envolvimento militar sul-africano em Angola, isto é, a segunda fase da internacionalização da guerra em Angola em que serão mais evidentes aquelas características das chamadas “guerras por delegação” (ou por “procuração”) no contexto da GF. As grandes questões que carecem de uma clarificação prévia são: por que a RSA voltou a intervir militarmente em Angola depois da retirada de Março de 1976? O

⁵⁶⁷ WAALS, W.S. VAN DER, *Operação Savannah: apoio militar sul-africano à Unita (1975-1976)*, in FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS, *Anais da Conferência Angola: Guerra de Libertação e independência, Luanda (25 e 26 de Agosto 2016)*, Editora Mayamba, p.197

seu interesse esgotava-se apenas no apoio militar à UNITA? Noutros termos, que factores subjectivos ou objectivos terão atizado nas autoridades sul-africanas o *animus belligerandi* (intenção de fazer a guerra)? Para darmos resposta a esses quesitos será necessário, por um lado, atender ao facto de que a guerra, enquanto recurso instrumental com o fim de perseguir objectivos traçados pela política, pode ter na base três tipos de motivações, a saber: económicas, de segurança e ideológicas;⁵⁶⁸ e, por outro lado, visitar as definições ensaiadas no primeiro capítulo sobre a PE. Uma dessas definições elaborada por James Rosenau entende a PE como «o esforço de uma sociedade nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis.»⁵⁶⁹ cremos que aqui está o nó górdio da estratégia do regime do apartheid que nos pode ajudar a compreender a dimensão intencional da sua acção externa. Antes de tudo é preciso aqui destacar a necessidade que a África do Sul do apartheid tinha de se (re)posicionar estrategicamente na região Austral depois de ter perdido com a descolonização um antigo e indispensável aliado que era Portugal. Com efeito, Portugal e RSA desenvolveram durante muitos anos uma cooperação bilateral em vários domínios e, depois da chamada “década da África”, passaram a ser, juntamente com a Rodésia do Sul, os únicos regimes de minoria branca na África Austral. Trata-se do eixo “Pretória-Salisbúria-Lisboa”. A descolonização e o abandono dos territórios de Angola e Moçambique por Portugal vão criar uma nova situação na sub-região com sérios riscos para a

⁵⁶⁸ Cf. SOUSA, General José Luís C.H., *A Operação Savannah e o Direito Internacional*, in JUNIOR, Miguel (org), op. cit., p.34

⁵⁶⁹ FREIRE, Maria Raquel (coord.), op. cit., p.17

sobrevivência do regime de minoria branca na RSA. Genericamente é costume classificar a intervenção militar sul-africana em Angola como um detalhe da estratégia angolana dos EUA. Noutros termos, o envolvimento directo do exército sul-africano ao lado das forças anti-MPLA (UNITA, FNLA, Facção Chipenda, etc.) teria tido apenas o ónus de mitigar os impactos negativos da “Emenda Clark” para a PE norte-americana, em geral, e para os seus interesses geopolíticos em Angola, em particular, já que a administração Nixon pretendia impedir a ascensão solitária do MPLA ao poder em Angola. Todavia, há quem pense de maneira diferente e nós concordamos, naturalmente, que os sul-africanos tinham também razões próprias a não descurar como se pode ver nesta opinião de Tiago M. de Sá:

«(...) a intervenção militar da África do Sul em Angola constituiu um elemento crucial da estratégia angolana do governo dos Estados Unidos. Todavia, importa começar por sublinhar que os sul-africanos se envolveram no país por motivos próprios e tiveram sempre a sua própria estratégia, o que é fácil de perceber uma vez que, de todos os actores externos, eram eles os que mais tinham em jogo no resultado da descolonização angolana, estando inclusive em causa a sua sobrevivência (i.e., a sobrevivência do regime de minoria branca), pois não só estavam na iminência de perder um aliado indispensável para os equilíbrios de poder na África Austral – Portugal –, como havia o risco sério da ascensão ao poder em Luanda de um novo governo hostil que apoiasse a actividade da guerrilha namibiana (a SWAPO) na fronteira com a Namíbia.»⁵⁷⁰

⁵⁷⁰ SÁ, Tiago Moreira de, *O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, a África do Sul e a Descolonização de Angola*, in JUNIOR, Miguel (org.), op. cit., p.77

É preciso realçar este aspecto para evitarmos uma perspectiva reducionista do envolvimento sul-africano em Angola. Com efeito, a RSA tinha uma visão específica da África Austral tendo procurado sempre orientar a sua PE numa perspectiva hegemónica, fazendo da sub-região «um campo de experiência para atestar a sua liderança no continente.»⁵⁷¹ Neste sentido, fica claro que era um imperativo de sobrevivência do próprio regime, pelo que era necessário tudo fazer para modificar o ambiente externo cada vez mais hostil e ameaçador. Para tanto o regime do *apartheid* usou, segundo Assis Malaquias, dois principais instrumentos que iriam ameaçar seriamente a integridade territorial de Angola: 1) As frequentes e bem planeadas incursões militares em profundidade no território angolano; 2) A instrumentalização da UNITA como seu “lacaio” na sua política de desestabilização da região. Segundo ainda o mesmo autor, antigo quadro da UNITA, entre 1975 e 1989 a África do Sul executou anualmente invasões militares de grande escala contra Angola. A RSA transformou ainda, com sucesso, a UNITA num exército caudilho da estratégia desestabilizadora do *apartheid* no interior de Angola.⁵⁷² Nesta lógica, corroboramos a opinião do General José Luís Sousa que destaca concomitantemente duas motivações que fundamentam a atitude sul-africana em relação a Angola: a motivação de segurança⁵⁷³ e a de carácter

⁵⁷¹ Ibidem, p.21

⁵⁷² MALAQUIAS, Assis, Angola: *The foreign Policy of a Decaying State*, in WRIGHT, Stephen (ed), *African Foreign Policies*, Westview Press, Colorado & Oxford, 1999, p.28

⁵⁷³ O problema da segurança externa foi colocado nestes termos por Ian Van Der Waag: «By December 1983, the international climate was favourable, for South Africa and for Pretoria’s campaigns in South West Africa/Namibia. However, the collapse of understanding between Pretoria and Luanda, as laid down in the Lusaka Accord, signalled the renewal of the Border War. In May 1985 a member of the South Africa Special Forces was captured on a mission in Cabinda, while that September the MPLA government launched an attack against Unita in the southeast of Angola. The battle for Mavinga, Savimbi’s capital, in which 4 000

ideológico:

«De segurança porque estão relacionadas às ameaças de invasão do seu território pelos movimentos emancipalistas ou qualquer outro tipo de risco à integridade do apartheid. A existência de variadas motivações para desencadear uma guerra demonstra que o uso da força militar contra outros Estados continuará sendo um recurso passível de utilização em múltiplas circunstâncias na política das relações internacionais.»⁵⁷⁴

Com efeito, o entendimento entre a UNITA e o regime do apartheid deve ser analisado nesse contexto, pois estamos diante de uma troca de favores: a RSA apoia a luta da UNITA contra o Estado situacionista em Angola e a UNITA impede as acções da guerrilha da SWAPO em território angolano. Mas há também um interesse comum: travar o perigo soviético-cubano na África Austral. Neste último caso, era imperioso para o regime do apartheid a derrota do MPLA e a instalação de um regime dócil (com afinidades ideológicas) em Luanda. Do ponto de vista das prioridades da sua PE, temos de concordar com Fernando A. Guimarães que defende que a segurança do regime de minoria branca na África do Sul era a prioridade predominante da PE de Pretória.⁵⁷⁵No entanto, se considerarmos o

Angolan-Cuban troops with air support fought against 5 500 Unita troops, was one of the most tearsome battles of the entire Angolan war. Defeated on the outskirts of Mavinga, and facing a Unita insurgency spreading to almost every province, Luanda felt impelled to beef up Fapla and accept offers of more Cuban troops from an eager if cautious Castro. The Soviet Union also sent in supplies»: WAAG, Ian Van Der, *A Military History of Modern South Africa*, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg & Cape Town, 2015, pp. 277-278

⁵⁷⁴ SOUSA, General José Luís C.H., op. cit.,p.34

⁵⁷⁵ «The security of the white minority regime in South Africa was the predominant priority of Pretoria's foreign policy. Accordingly, the defence of South Africa was inextricably linked to its domestic policies of maintaining white power»: GUIMARÃES, Fernando Andressen, *The origins of the angolan civil war*.

crescente isolamento internacional da RSA, catalogada pela comunidade internacional, sobretudo em África, como Estado pária, havemos de entender também que a questão da procura de alianças era mesmo estratégica. A sua aposta na UNITA também deve ser enquadrada nesta perspectiva: fazer da UNITA um forte aliado na sub-região, apoiando a sua ascensão ao poder em Angola por via militar. Ora, esta aliança provocou um efeito controverso em relação à UNITA, sobretudo no seio do movimento anti-apartheid. Por mais que os seus arautos apregoassem os mais belos motivos da sua luta em Angola, como a democratização e o anti-comunismo soviético, os activistas e os lobbies *anti-apartheid* apareciam como um escólio difícil de evitar. Jardo Muecália retrata bem essa realidade nos EUA aquando de uma visita do líder da UNITA, Dr Jonas Savimbi. Este quadro da UNITA admite que a política de *apartheid* do regime sul-africano era um verdadeiro pesadelo para o movimento na arena internacional.⁵⁷⁶

Tendo em conta este cenário, o consulado do Presidente José Eduardo dos Santos vai ter como um dos principais desafios as agressões do regime do apartheid contra o território de Angola, violando de forma flagrante as normas internacionais. Para enfrentar essa ameaça e garantir a sobrevivência do Estado angolano e do próprio regime do MPLA, José Eduardo dos Santos apostou fortemente na diplomacia, sem contudo descurar a guerra, e esta, no dizer de Clausewitz, enquanto continuação da política por outros meios. Contou muito nessa cruzada diplomática com o apoio internacional e regional. A nível regional, contou muito o facto de os Estados africanos se terem unido como um bloco quer

Foreign intervention and domestic political conflict, Macmillan Press, London, 2001, p.122

⁵⁷⁶ MUEKALIA, Jardo, op. cit., pp.173, 177

no seio da OUA quer no seio dos Países da Linha da Frente (PLF)⁵⁷⁷ ou ainda da então SADCC (*Southern Africa Development Coordination Conference*) na oposição contra o regime do apartheid. Esta unidade no contexto da PE Africana cristalizada por essas organizações serviu de esteio para todas as acções político-diplomáticas desenvolvidas em apoio à RPA. De algum modo, Angola passou a ser a uma espécie de “pivot” da luta contra o regime racista sul-africano na África Austral. Mas havia um outro aspecto muito mais fundamental ainda que jogava em favor do governo de Angola: as normas básicas do Direito Internacional Público. Estamos num contexto de um Estado independente e soberano diante da invasão dum outro Estado. Por um lado, a RPA cujas prerrogativas do Direito Internacional lhe conferem o direito à legítima defesa da sua soberania, independência e segurança das suas populações e do seu território; por outro lado, um Estado que assume o papel de agressor externo, violando deste modo o Direito Internacional. E o Presidente JES tinha plena consciência disso, como se pode depreender destas palavras denunciante num dos seus discursos:

«Não obstante o nosso firme desejo de contribuir para a paz e estabilidade do nosso Continente, temos sido vítima de violentas agressões armadas por parte da traiçoeira e racista África do Sul, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia. Dizem que os nossos soldados têm atravessado a fronteira, mas essas alegações não convencem ninguém. Nós não temos fronteira com a África do Sul. O que é

⁵⁷⁷ Com alguma razão, Malaquias Assis defende que o Presidente Dos Santos terá abandonado o não-alinhamento em favor de laços mais estreitos com a URSS e Cuba, por causa do rápido deterioramento da situação política interna. Contrariamente ao seu predecessor, Dos Santos estava preparado para dar maior espaço de influência soviética quer na política interna, quer na política externa.

verdade é que a RPA não pode impedir que os patriotas da Namíbia voltem ao seu país, pelas vias e meios que acharem mais adequados, para libertarem a sua Pátria da ocupação estrangeira. Ao agir assim, Angola cumpre com o seu dever de país membro da ONU e da OUA e atua como parte integrante da comunidade internacional, que condena energicamente a ocupação ilegal da Namíbia e apoia incondicionalmente a luta heroica do povo deste território, conduzida pela SWAPO.»⁵⁷⁸

Entretanto, no intuito de se pôr cobro à situação prevalecente de constantes agressões, foi encontrado um entendimento diplomático em Outubro de 1979 com a criação daquilo a que se convencionou chamar de *Demilitarized Zone* (DMZ). Trata-se de uma espécie de zona tampão com 50 km ao longo da fronteira entre Angola e Namíbia. Embora contrafeita, a RSA acabou por anuir à proposta em 5 de Dezembro de 1979, talvez por esperar daí vantagens tácticas. Todavia, essa decisão, por si só não resolveu o conflito nem evitou novas agressões contra o território da RPA. Estas continuaram até à decisiva, e ainda mal explicada, batalha do Kuito-Kuanavale, cujo desfecho ajeitou caminho para as negociações tripartidas (RPA, Cuba, RSA) que deram lugar aos acordos de Nova York.

⁵⁷⁸ SANTOS, José Eduardo dos, Discurso do 4.º aniversário da independência de Angola (11.11.1979), citado por, FRANCISCO, Alberto André Carvalho, op. cit., p.98

5.1.2.1.3 O envolvimento cubano na guerra civil de Angola

Cuba é um dos actores externos da primeira hora na guerra civil de Angola e também o país que teve maior envolvimento militar em Angola quer em número de homens, quer em meios. Em termos de homens, contando entre militares e civis, durante dezasseis anos (1975-1991) terão passado por Angola, segundo números avançados por Juan Reinaldo Sanchez, antigo guarda-costas de Fidel Castro, entre duzentos e trezentos mil cubanos.⁵⁷⁹ Quanto aos meios, contam-se tanques, blindados, baterias de artilharia, helicópteros e caças.⁵⁸⁰ Ora se considerarmos a distância entre a ilha caribenha e a RPA, aproximadamente 10.000 kms, não há dúvidas de que essa ponte aérea e marítima - quase ininterrupta - entre Cuba e Angola foi uma das maiores proezas em termos de intervenções militares, senão mesmo a maior de todos os tempos realizada no continente africano. Nem mesmo a guerra colonial conheceu tal envolvimento. Se acrescermos ainda o saldo elevado em perdas humanas – aproximadamente dois mil e quinhentos cubanos terão perdido a vida no conflito angolano⁵⁸¹ - há uma pergunta que não se pode calar em termos de análise: porquê? Embora, tenhamos já aflorado ao de leve e de forma factual a intervenção cubana em Angola nas vésperas da proclamação da independência, pensamos que o seu

⁵⁷⁹ SÁNCHEZ, Juan Reinaldo, *A Face Oculta de Fidel Castro*, (trad. Patricia Xavier), ed. Planeta, Lisboa, 2014, p.199; Quanto aos números, não há unanimidade, pois uma outra fonte cubana afirma que entre novembro de 1975 e maio de 1991 cumpriram missão militar em Angola mais de 375 mil membros das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba (FARC); enquanto que Raúl Castro, um dos grandes protagonistas dessa odisseia cubana em Angola, afirma que entre 1975 e 1991 cerca de 425 mil cubanos prestaram serviço como voluntários em Angola. Cf. WATERS, Mary-Alice (ed) op. cit., pp. 9 e 15

⁵⁸⁰ SÁNCHEZ, Juan Reinaldo, op. cit., p.199

⁵⁸¹ Ibidem, p.202

envolvimento posterior carece de uma análise apropriada por corresponder a um contexto novo quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista jurídico. Assim, tal como o fizemos em relação à intervenção da RSA, entendemos que a intervenção militar cubana em Angola teve igualmente dois períodos distintos: antes da independência e depois da independência. As circunstâncias da primeira intervenção já foram afluadas, cujo resultado foi sem dúvida ter possibilitado a proclamação da independência e a tomada do poder em Angola pelo MPLA. Ora, cumprida a primeira missão, a nova nação estava ainda longe de se ver livre das malhas da GF e da resistência interna liderada pela UNITA. Como já foi dito, o problema crucial do novo Estado era a sua sobrevivência enquanto Estado. É preciso sublinhar este aspecto tendo em conta que é a chave hermenêutica para compreendermos os factos que vão decorrer neste período pós-independência. Numa primeira fase, a intervenção cubana limitou-se a “salvar” o MPLA do descalabro abrindo-lhe caminho para a conquista do poder em Angola em detrimento dos seus rivais. Na fase seguinte, com o recrudescimento das agressões sul-africanas e com o apoio dos EUA à UNITA, sobretudo depois da bem conseguida revogação da emenda Clarck pelo Congresso Americano, as motivações do envolvimento cubano ganharam outras razões mais complexas e de maior dimensão tendo em conta as incidências da GF. E aqui, temos de revisitar o interesse especial de Cuba pela África. O cerne da questão é: havia, nessa altura, uma política africana de Cuba? Entendemos que não devemos fazer uma análise solitária da intervenção cubana em Angola. Ela deve ser enquadrada dentro de um contexto mais abrangente, isto é, a nível do continente africano.

Neste caso, teria Cuba algum interesse particular pelo continente africano? A priori podemos responder afirmativamente de que, no contexto da exportação da revolução castrista, a África pós-colonial era um espaço amorfo apropriado para levar a influência cubana através duma PE denominada “internacionalismo proletário” sustentada na base dos princípios do socialismo científico e do marxismo-leninismo. Ao analisar esta questão aqui levantada, Carlos Carrasco, uma das fontes cubanas mais incisivas por nós consultada, procura uma resposta seguindo exactamente a pista da ideologia de missão que animava Fidel Castro a “salvar” a África das malhas do imperialismo. Com efeito, o autor afirma que na luta contra o imperialismo Americano e tendo em conta as derrotas infringidas contra as guerrilhas apoiadas por Castro na América Latina, «*África é hoje o elo mais frágil do imperialismo*», declarou Fidel Castro, tendo assumido esta constatação como principal incentivo das suas expedições:

«Assumindo a vantagem dos grandes erros cometidos pelas potências europeias no processo de descolonização, Fidel Castro acredita que em África existem perspectivas excelentes para “*poder passar quase do tribalismo para o socialismo sem ter que passar por diversas etapas como o fizeram outras regiões do mundo*”...»⁵⁸²

Entretanto, o autor critica essa visão “ingénua” do Comandante, em 1977, na medida em que essa concepção estaria a insinuar que «o processo histórico

⁵⁸² CARRASCO, Carlos António, op. cit., p. 255

na evolução das sociedades começaria com o tribalismo e a sua etapa superior seria o socialismo».⁵⁸³ Contrariando-a o autor defende que «a realidade cultural do tribalismo demonstrou no terreno que as teorias europeias do desenvolvimento capitalista e da evolução para o socialismo eram ambas estranhas.»⁵⁸⁴ Faz ainda alusão ao problema por nós afluído oportunamente nesta tese e que tem a ver com o Estado nacional em África. Segundo o autor, este conceito «está sendo revisado com profundidade por politólogos africanos sem compromisso com a conjuntura política, como o Dr Tshiyembe Mwayila (...).»⁵⁸⁵

Carlos Carrasco faz ainda alusão a dois pontos importantes sobre a política africana de Havana⁵⁸⁶ que aqui reproduzimos:

- a) A ausência da burguesia em África: factor favorável para a Revolução: O facto de que a burguesia domine a economia, a imprensa, as universidades e todos o sectores da vida nacional, é para Castro um impecilho para o avanço da luta contra o imperialismo e a instauração do socialismo na América Latina. Por isso, exportar a revolução para África onde “*não há realmente burguesia...*” é factor positivo.
- b) 1977: um périplo histórico de Fidel Castro: a volta ao mundo africano, em 40 dias. Interrogado pelos jornalistas sobre os verdadeiros objectivos e resultados encontrados no seu périplo africano, Fidel Castro enumera as razões da sua selecção dos países e as perspectivas:

⁵⁸³ Ibidem

⁵⁸⁴ Ibidem

⁵⁸⁵ Ibidem; Cf. MWAYILA, Tshiyembe, *L'Etat postcolonial facteur d'insecurité en Afrique*, ed. Présence Africaine, Paris, 1990.

⁵⁸⁶ CARRASCO, Carlos António, op. cit., p.256

- Angola (destacamos apenas este pelo nosso interesse): sobre a sua visita a este país, chave da cooperação civil e militar cubana, Castro justifica a sua viagem a Luanda nestes termos: «(...) *uma viagem à África impunha-me o dever moral e político de ir a Angola, de ver o meu companheiro Presidente Agostinho Neto, esse dirigente revolucionário que suscitou no seu povo e no mundo admiração e respeito, porque encarna o simbolo da luta histórica e memorável de um povo unido no seu combate libertador contra forças de agressão contra-revolucionária, tribal e imperialista. Volto sempre a encontrar com grande alegria esse companheiro de combate. Agostinho Neto, cujas conversações se caracterizam por um verdadeiro espírito de militantismo revolucionário.*»

Em vários discursos pronunciados quer em Cuba, quer em Angola, o líder supremo fez sempre questão de enquadrar e justificar a presença militar cubana como uma “missão redentora” da África perante as ameaças do imperialismo e do neocolonialismo. Num discurso pronunciado em setembro de 1975 para o primeiro contingente de instrutores militares que se prestavam a partir para Angola, Fidel dizia o seguinte:

«Nesta missão que ides cumprir, não se deve pensar apenas que com ela agimos conforme os nossos princípios, conforme os nossos deveres de solidariedade internacional, mas que também nesta acção de solidariedade estaremos interpretando os sentimentos e os interesses de todos os sectores progressistas do

mundo (...). A consolidação do movimento revolucionário de Angola fortalece a África progressista. Fortalece a todos os governos revolucionários de África extraordinariamente e que se possa constituir aí uma poderosa trincheira diante da África do Sul. Por isso, é muito importante salvar a revolução angolana, de grande importância para a África e de grande importância para o mundo, para o movimento progressista mundial.»⁵⁸⁷

Voltamos ainda ao mérito da questão que levantamos para realçar aqui também, pela sua pertinência, uma pesquisa doutoral citada por Carlos Carrasco em torno da relação entre o castrismo e a África.⁵⁸⁸ A questão de fundo era trazer à tona a existência efectiva ou não de uma política sistemática de penetração cubana em África. Ora destacamos apenas dois aspectos sumarizados por Carlos Carrasco ao citar a tese de Moore:

1. Cuba castrista não foi um satélite, nem um simples peão da ex-União Soviética.
2. Cuba proclamou abertamente a sua vocação de intervir em África e na América Latina. Em Moscovo, a recepção reservada a Fidel pelo Kremlin eleva-o à categoria de líder mundial de primeira ordem e a Cuba é emprestado o tratamento de “grande potência” por ter conseguido estabelecer esferas de influência intercontinentais.

⁵⁸⁷ CASTRO, FIDEL, Fragmentos do Discurso pronunciado no quartel de La Cabaña, em Havana, 12.09.1975, in WATERS, Mary-Alice, op. cit., pp.29-30

⁵⁸⁸ MOORE, C., *Le castrisme et l'Afrique, cálculos y enfoques estratégicos en la política africana de Cuba de 1959 a 1979*, Universidad de Paris VII, Tesis de Doctorado, pp.875-895, citado por, CARRASCO, Carlos António, op. cit., p.251

Quanto ao primeiro aspecto, essa tese decorre das várias versões avançadas quanto à relação de Cuba com a URSS. Para uns, Cuba era apenas um satélite da política soviética para o terceiro mundo, mormente para África. Estes defendem que a intervenção cubana em Angola foi realizada conjuntamente mas com papéis distintos. Neste caso, enquanto a URSS fornecia armamento e equipamento militar, incluindo o transporte, Cuba recrutava e mobilizava homens para a intervenção no terreno. Para outros, como Carlos Carrasco, as coisas não são bem assim, discordando nestes termos:

«A hipótese de que Cuba foi durante a guerra fria uma mera marioneta da ex-União Soviética foi moeda corrente. Cuba fornecia os homens e a coragem de combater e os soviéticos as armas e a instruções sobre onde e quando actuar. Esse raciocínio simplista era quase universalmente aceite, primeiro por comodidade e segundo por causa do grande segredo que cobria todas as excursões cubanas.»⁵⁸⁹

O antigo guarda-costas de Fidel Castro, que já citámos noutro capítulo, defende peremptoriamente de que a intervenção militar de Cuba em Angola foi realizada com a máxima confidencialidade e à revelia da URSS e sem conhecimento da CIA:

«Quando o mundo descobre que milhares de cubanos se encontram em Luanda, a surpresa é geral. Não só para os Americanos, mas também para os soviéticos! Isto

⁵⁸⁹ CARRASCO, Carlos Antonio, op. cit., p.239

porque Fidel julgou necessário pôr o Kremlin a par das suas grandes manobras. Perante o facto consumado, os dirigentes soviéticos ficam pasmados. E têm razão para isso: é a primeira vez, desde o período colonial do início do século, que um exército inteiro desembarca no continente negro.»⁵⁹⁰

No entanto, quem não tem dúvidas do envolvimento directo da URSS, através do exército regular cubano, é o antigo Presidente americano Richard Nixon que atesta que «as actividades soviéticas em África acentuam uma das maiores estratégias dos últimos anos: o surgimento da URSS como potência global exercendo pressão directa, não só sobre os territórios contíguos, mas onde quer que se apresente uma oportunidade.»⁵⁹¹ E, reiterando a sua convicção, acusa a URSS de oportunismo, pois veio ocupar o lugar das antigas potências coloniais no contexto da descolonização: «Usando tropas cubanas transportadas por aviões soviéticos, Moscovo salta fronteiras nacionais para atacar o centro do coração da África. Agora que o colonialismo europeu desapareceu de África, o imperialismo soviético avança para tomar o seu lugar.»⁵⁹² E as razões são particularmente atractivas, na medida em que «os novos países de África são especialmente tentadores porque controlam as matérias-primas vitais para uma sociedade industrial moderna, e são especialmente vulneráveis devido à sua instabilidade e às prioridades definidas por muitos dos seus dirigentes.»⁵⁹³ Esta versão americana é confirmada por Piero Gleijeses num artigo onde analisa as

⁵⁹⁰ SANCHEZ, Juan Reinaldo, op. cit., p.201

⁵⁹¹ NIXON, Richard, op. cit., p.31

⁵⁹² Ibidem

⁵⁹³ Ibidem

relações entre os EUA e Cuba e ainda a aliança cubano-soviética. No centro da sua análise está a percepção oficial americana de que a presença de milhares de tropas cubanas na antiga colónia portuguesa nas décadas de 70 e 80 era prova de que Cuba estaria a agir sob a cobertura soviética. Os cubanos, entretanto, refutaram essa versão sustentando que a política americana era uma flagrante demonstração das suas ambições imperiais e denunciando ao mesmo tempo a sua aliança com o regime do apartheid na África do Sul. Por seu turno, os EUA sempre refutaram essa denúncia incómoda, pois, aos olhos da comunidade diplomática não convinha assumir o apoio explícito ao regime de minoria branca. O autor procura desvendar os meandros do problema a nível dos contactos diplomáticos entre EUA e União Soviética, entre Cuba e a União Soviética. Ao fim e ao cabo demonstra que as acções cubanas tiveram muito a ver com o carácter intrépido e obstinado do seu líder, Fidel Castro. Este não estava envolvido no conflito de Angola como “marioneta” da União Soviética.⁵⁹⁴

Por conseguinte, para compreendermos as motivações da intervenção maciça de Cuba em Angola é preciso revisitar a sua PE, o problema da “escolha racional”, mas sobretudo o ímpeto dos seus líderes na exportação da revolução para todos os quadrantes. Mas é preciso realçar que esta epopeia não era feita sob os holofotes da imprensa: «A confidencialidade era a alma da sua estratégia. Em princípio, a maior parte das suas missões externas na América Latina ou em África foram secretas, sobretudo entre os anos 60 e 70: Congo, Zaire, Angola, Tanzânia, Iémen, Serra Leoa, Guiné Equatorial, Cabo-Verde, Guiné Bissau,

⁵⁹⁴ GLEIJESES, Piero, *Conflicting versions: Cuba, the United States and Angola*, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, Estados Unidos e África Austral*, IPRI, Lisboa, 2006, pp.119-139

Etópia, Venezuela, Colômbia, Guatemala, etc.»⁵⁹⁵ Mas essas missões têm tanto de “solidariedade internacional” como de dramaticidade irreprimível, pois muito daquilo que era apregoado escondia realidades bem mais tenebrosas como no-lo retrata o Coronel Dariel Alarcón Ramirez, dissidente do castrismo e exilado em França. Mencionando-o na sua obra onde o trata com o pseudónimo “Benigno”, Carlos Carrasco escreve:

«Benigno, que obviamente não é um analista político, mas um homem de acção, leva-nos desde a África até a Bolívia e, com ele, constatamos que a “exportação da revolução” não era em Cuba uma mera aventura, mas sim uma espécie de indústria bem instalada em várias “escolas de guerrilheiros”, sistemas de comunicações, financiamento das operações em divisas, sequestros para arrecadar fundos, planificação de golpes de Estado militares, transporte oculto por terceiros países, uso ilegítimo da mala diplomática, fusilamentos sumários, contrabandos de armas, tráfico de metais e de pedras preciosas e de todo o tipo de ciladas, traições, e infidelidades próprias de uma guerra suja – sem escrúpulos – para conseguir os objectivos finais.»⁵⁹⁶

Quanto às relações CUBA-URSS no contexto da GF, Carlos Carrasco deixa claro que havia um ambiente de suspeição mútua permanente. Segundo o relato de “Benigno”, a URSS mostrava-se «cauteloso e prudente» enquanto que a liderança cubana parecia «mais temperamental e impaciente». «Denota-se dois

⁵⁹⁵ TATI, Raul, *Cabinda – Órfã da Descolonização do Ultramar Português*, Princípia Editora, Cascais, 2017, p. 140

⁵⁹⁶ Cf. BENIGNO, *Vie et mort de la révolution cubaine*, ed. Fayard, Paris, 1996; citado por, CARRASCO, Carlos Antonio, op. cit., p.240

espíritos que chocam: um proveniente do frio siberiano e o outro do trópico caribenho. «Em suma, “Benigno” confirma que Cuba com Fidel à testa, eram senhores de sua própria política exterior. Naturalmente, havia convergência de interesses, mas muita contradição nas modalidades escolhidas, para conseguir os fins desejados.»⁵⁹⁷

Postas estas considerações, temos de desbravar um outro elemento importante para as RI que é o enquadramento da “missão internacionalista” cubana no âmbito da cooperação Estado-Estado. Neste sentido, tal como já foi dito no âmbito da presença soviética, Cuba vai marcar a sua presença em Angola em dois momentos distintos: nas vésperas da independência quando intervém para ajudar o MPLA a conquistar o poder político em Angola em detrimento dos seus rivais; depois da independência com a intervenção maciça das FARC em Angola. O problema que se coloca aqui é que há uma distinção a cuidar entre intervenção ou ingerência e tratados de cooperação ou pactos militares entre Estados soberanos. Teoricamente o Estado moderno é comumente identificado com um aspecto essencial que é a soberania. Esta seria uma prerrogativa que assenta na ausência de um poder equiparado na ordem interna e um poder superior na ordem externa. Isto significa noutros termos que deve existir na ordem interna uma autoridade absoluta, inquestionável e irresistível à qual se submetem todos os súbditos. Quanto ao segundo aspecto, ordem externa, entende-se essa prerrogativa como independência em relação às interferências de todos os poderes externos. No entanto, não estamos diante de um processo isento de

⁵⁹⁷ Ibidem, citado por, CARRASCO, Carlos António, op. cit., pp.240-241

constragimentos, pois o direito de soberania não vinga automaticamente por si só como um “imperativo categórico”, já que entre a normatividade e a prática advinham-se escólios a não descurar. O Professor Adriano Moreira ilustra bem isso ao afirmar o seguinte:

«Entre as ambiguidades da definição clássica de Blackstone sobressai o facto de a independência em relação a poderes externos depender do reconhecimento da comunidade internacional, sem o qual não se identificariam um território e um povo isentos da interferência de outros poderes: o que significa que a reconhecida soberania não corresponde necessariamente a um poder com a consistência necessária para desempenhar cabalmente as funções supostas no Estado soberano, quer na linha de Hobbes, quer a linha de Rousseau (...).⁵⁹⁸

Esta citação deixa bem claro que o reconhecimento da soberania de um Estado por outros Estados ou pela comunidade internacional não é um factor bastante para a superação das suas vulnerabilidades. Já aflorámos acima o problema da vulnerabilidade dos Estados pós-coloniais em África. A lógica do discurso em relação às interferências ou intervenções externas assenta nesta perspectiva onde os pressupostos hobbesianos (Leviatã, o titular da soberania absoluta) ou rousseaunianos (o monopólio da violência) esbatem-se nos seus fundamentos. Advém daqui o conceito de “soberania limitada” ou de Estados exíguos. O contexto ora em análise, confere-nos alguma legitimidade para sustentar que a RPA, embora constituída em entidade de Direito Internacional

⁵⁹⁸ MOREIRA, Adriano, op. cit., p.585

Público reconhecida externamente, não tinha capacidade plena de exercer e defender a titularidade da soberania absoluta nem podia reivindicar para si o “monopólio da violência”, não apenas por força duma insurgência interna, mas também por força de interferências externas no ardor da GF. O Direito Internacional clássico reservou aos Estados três direitos fundantes: o *jus tractuum* (direito de celebrar tratados), o *jus legationis* (direito de receber e enviar representantes diplomáticos) e o *jus belli* (direito de fazer a guerra). Esta última, entretanto, habilmente transformado em sede onusiana como “direito de legítima defesa” (individual ou colectiva)⁵⁹⁹ decorrente da proibição da guerra no contexto do novo paradigma de segurança internacional e da preservação da paz, quiçá uma reinterpretação do conceito medieval da “guerra justa”.⁶⁰⁰ Todavia, «nem todos os Estados têm ou têm tido capacidade plena de gozo ou de exercício desses direitos e de outros que lhes estejam conexos. Nem todos têm ou têm tido soberania internacional ou soberania plena nesse sentido.»⁶⁰¹ Neste sentido, a RPA a nosso ver, não é propriamente um Estado exíguo ou fracassado, mas, tendo em conta a situação de conflito armado e pelas agressões externas da RSA, pode ser enquadrado na classificação de “Estados ocupados ou Estados divididos”. Estes são definidos pelo Professor Jorge Miranda como «Estados em situação

⁵⁹⁹ Cf. CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, art. 2.º, n.º4; art. 51.º

⁶⁰⁰ «A guerra justa é um conceito de Ética, de acordo com o qual a utilização da força militar está condicionada à sua correcção moral. Desconsiderando as discussões ainda infantis sobre a legitimação interna da guerra (Buchnan), se atentarmos aos três momentos diferentes de um conflito armado, isto significa que uma entidade internacional a) só pode recorrer às armas no cenário internacional em situações limitadas (*jus ad bellum*); b) durante o conflito deve abster-se de utilizar meios bélicos e táticas de combate contra indivíduos ou entidades que nela não participam ou causar sofrimento e danos desnecessários (*jus in bello*); e c) está sujeita a encontrar uma solução equânime para lhe pôr termo (*jus post-bellum*), atendendo que se trata de situação excecional que se opõe à normalidade da paz.»: DELGADO, José Pina, Guerra Justa, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, (org.), op. cit., p.242

⁶⁰¹ MIRANDA, Jorge, op. cit., p.193

excecional decorrente da guerra ou de outras vicissitudes e sujeitos a ocupação ou a formas específicas de limitação politico-militar.»⁶⁰²

Em relação à presença militar cubana em Angola, tendo em conta estes considerandos, a versão oficial quer angolana, quer cubana, denota preferência pela expressão “cooperação” no domínio militar em detrimento da expressão intervenção ou interferência. É claro que nos referimos ao período pós-independência. E aqui sublinhamos desde logo uma diferença importante entre as forças cubanas e as forças sul-africanas em Angola: enquanto as Nações Unidas e a OUA condenaram peremptoriamente a RSA por incorrer em crimes de agressão militar contra o Estado soberano de Angola, nunca houve qualquer condenação contra a presença de forças cubanas dando assim respaldo à tese do governo de Angola em relação à sua legitimidade em recorrer à ajuda militar cubana para fazer face às agressões de que o Estado de Angola estava a ser vítima. Quer se queira quer não, independentemente das circunstâncias enviesadas em que o MPLA assumiu o poder em Angola, o governo por ele constituído era legítimo aos olhos das Nações Unidas, OUA, Movimento dos Países Não-Alinhados, etc. No entanto, por aquilo que fomos lendo nesta pesquisa vem ao de cima uma questão também pertinente: até que ponto a presença militar cubana em Angola, durante os dezasseis anos, esteve sob controlo efectivo do governo de Angola? Até que ponto o Estado angolano exerceu plena soberania em relação às decisões em matérias militares, tendo em conta a guerra então em curso? Embora se possa eventualmente defender que a

⁶⁰² Ibidem, p.195

presença cubana não comprometeu a soberania do Estado angolano, não podemos refutar o peso político de mais de 50 mil efectivos militares estacionados em todo o país. E a estes acrescem-se outros milhares de efectivos civis que cooperavam nas áreas da educação, saúde, construção civil, etc. Carlos Carrasco defende que «num cenário de guerra entende-se que o poder militar reclame também a responsabilidade da administração pública e, com essa lógica, o control político-administrativo de Luanda é assumido pelos cubanos.»⁶⁰³ Até à guarda presidencial estava composta por efectivos cubanos desde a presidência de Agostinho Neto até uma boa parte da longa liderança de José Eduardo dos Santos. Segundo o testemunho de Juan Reinaldo Sánchez, antigo guarda-costas de Fidel Castro, este comandava a 10 000 km de distância operações militares onde estavam envolvidas as FARC tomando iniciativas tácticas e estratégicas especialmente nas batalhas de Mavinga e Kuito-Kuanavale:

«(...) durante toda a guerra, Fidel dirigiu as operações militares a partir de Havana, quase no outro lado do mundo. Era vê-lo entregue ao trabalho, o estratega, no *war room* do MINFAR, rodeado de mapas do estado-maior e de maquetas dos campos de batalha! Mestre da arte da guerra (Fidel lera Sun Tzu), era Napoleão e Rommel reunidos num só. Por escrito, por telephone, ditava as suas instruções aos generais.»⁶⁰⁴

⁶⁰³ CARRASCO, Carlos António, op. cit., p.278

⁶⁰⁴ SÁNCHEZ, Juan Reinaldo, op. cit., p.204

Este trecho retrata bem não só a “omnipresença” do “El Comandante” como também uma limitação da soberania angolana, sobretudo em assuntos securitários, domínio onde também lavravam igualmente os assessores soviéticos. É claro que a RPA e Cuba tiveram de assinar acordos ou tratados de cooperação multifacética, acto este que vai emprestar normalidade e legitimidade jurídica na política internacional retirando *a priori* qualquer conotação de interferência política da missão cubana nos assuntos da RPA. Porém, temos de admitir que, pese embora Cuba tenha tido alguma independência na sua PE e sobretudo no que concerne ao seu envolvimento em África, como potência secundária, agiu também sob “guarda-chuva” da URSS. Não se pode reduzir a URSS apenas ao papel de simples expectador e fornecedor de armamento e equipamento militar, enquanto Cuba é guindado ao papel de principal actor que controlava todos os acontecimentos em Angola, como pretende Carlos Carrasco quando afirma na sua tese que «é natural que tanto a ex-URSS como Cuba prestaram serviços mútuos, mas ao fim de tudo foi Cuba e os cubanos que controlaram os acontecimentos em Angola e não tanto os soviéticos, cujo papel reduz-se a de um prudente expectador e um diligente pagador de contas.»⁶⁰⁵ Efectivamente, no contexto da GF onde sabemos que essas guerras, como a de Angola, eram guerras por procuração, seria contrasenso retirar à URSS o papel de contraparte indiscutível de toda a estratégia desenhada para estender a sua influência geopolítica na África Austral, como já sustentámos oportunamente nesta tese. Aliás, todo o envolvimento cubano em Angola foi instrumental em relação

⁶⁰⁵ CARRASCO, Carlos Sánchez, op. cit., p.207

aos objectivos soviéticos. Neste sentido, os dirigentes angolanos tiveram de lidar com essa simbiose de interesses entre a superpotência (URSS) e o Estado-cliente (Cuba), maximizando os ganhos dentro da lógica da *rational choice*.

5.1.2.1.4. Os EUA na rota da descolonização de Angola

Já abordámos o papel dos EUA enquanto superpotência da GF no capítulo inicial deste trabalho. Muitos dos aspectos aí abordados transportam a sua lógica para este capítulo derradeiro. Importa recordar que o período em análise (1975-1991) corresponde a duas fases distintas da GF, como vimos no primeiro capítulo: a quinta fase designada como “Segunda Guerra Fria (1973-1985) e a sexta fase da “Era Gorbachev e fim da Guerra Fria” (1985-1991). Já que o contexto da questão está suficientemente fundamentado, pensamos reservar este apartado para nos debruçarmos sobre o interesse norteamericano em Angola e as respectivas políticas ensaiadas para concretizar os seus intentos nesse período. No entanto, alguns pressupostos prévios nos parecem basilares para a compreensão do “retardado” envolvimento norteamericano em Angola. O primeiro é, sem dúvida alguma, a “síndrome do Vietname” cujo fantasma pairava ainda na opinião pública norteamericana. Esta, por razões óbvias, opunha-se a intervenções militares directas no Terceiro Mundo. Um segundo aspecto prende-se com a invasão de Chipre pela Turquia e o golpe de Estado em Portugal. Ambas

foram consideradas «situações potencialmente ameaçadoras».⁶⁰⁶ Para além disso, George Wright não deixa de mencionar um outro aspecto relacionado à PE de Nixon/Ford-Kissinger. Esta não era muito bem vista e aceite por certos sectores sobretudo da “Nova Direita” emergente:

«Entre os críticos, atacando pela direita, encontrava-se o secretário da Defesa de Nixon, James Schlesinger, e alguns membros da Coligação para uma Maioria Democrática (CPM) e ainda o Comité para o Perigo Actual (CPD), onde se incluíam democratas conservadores, neoconservadores, republicanos da ala direita e organizações da Nova Direita, financiados pelos interesses económicos do ultraconservador “Sun Belt”(…).»⁶⁰⁷

O envolvimento norteamericano no problema de Angola tem duas fases distintas, segundo os tratadistas da matéria. A primeira fase corresponde ao envolvimento indirecto onde o maior protagonismo coube à CIA que fornecia apoio militar e financeiro “secreto” à FNLA com quem matinha relações desde a década do arranque da luta de libertação em Angola (mais precisamente desde 1963); embora esse apoio não fosse explicitamente sancionado pela administração norteamericana, não era sem o seu conhecimento; a segunda fase corresponde ao envolvimento directo e assumido a nível presidencial. Esta fase, que vai ter lugar depois do Acordo de Alvor, será marcada inicialmente pelo incremento da ajuda financeira dos EUA à FNLA e, mais tarde, pela extensão desse apoio à

⁶⁰⁶ WRIGHT, George, *A Destruição de um país. A política dos EUA para Angola desde 1945*, editorial Nzila, 1997, p.127

⁶⁰⁷ Ibidem, p.128

UNITA. Sendo importante para o nosso argumento apurar em que circunstâncias a Administração norte-americana assumiu publicamente o seu envolvimento em Angola e as motivações adjacentes, retratamos aqui os factos coligidos por Tiago Moreira de Sá:

«No dia 22 de Janeiro de 1975, o *40 Committee* reuniu-se para discutir Angola e definir a política a seguir pelos EUA para o território. A CIA assumiu a condução da conversa então havida, com o seu director, William Colby, a insistir num aumento do apoio norte-americano à FNLA e na sua extensão à UNITA.»⁶⁰⁸

Todavia, essa reunião foi animada por uma preocupação estratégica resultante da constatação de que os EUA estavam a perder terreno em Angola diante da política mais ousada do seu arquirival, embora também eles mantivessem alguma discrição em relação ao seu envolvimento. Neste sentido, nada melhor do que as próprias palavras do então director da CIA:

«A CIA recebeu informações muito preocupantes de que a União Soviética está a enviar armas para o MPLA, via Congo-Brazzaville. Neto não é obviamente o nosso homem. O apoio a Holden Roberto e a Savimbi dá aos Estados Unidos algum capital de confiança junto de um dos futuros governantes de Angola.»⁶⁰⁹

⁶⁰⁸ SÁ, Tiago Moreira de, op. cit., p.148

⁶⁰⁹ Ibidem

Segundo ainda o autor, «(...) apenas sete dias depois do Acordo de Alvor, a CIA conseguiu convencer a Administração Ford a aumentar a ajuda à FNLA para 300 mil dólares anuais; já a proposta de concessão de auxílio à UNITA foi recusada.»⁶¹⁰

Devemos destacar aqui, por conseguinte, os seguintes pontos de análise para a inteligibilidade do problema:

1. A realização dessa reunião marcou o princípio da viragem da PE norteamericana para Angola.
2. Os EUA, que inicialmente dava uma importância secundária a África e a Angola (em particular), parece ter despertado da sua letargia.
3. O facto de apoiar a FNLA manifesta a vontade dos EUA de afastar o MPLA impedindo-o de tomar o poder em Angola.
4. O avanço soviético em Angola e a sua ajuda ao MPLA em armamento terá sido o *leitmotiv* do interesse norteamericano em rever a sua política da *Détente*.⁶¹¹
5. Uma nova posição norteamericana daria a Mobutu, seu principal aliado na África Central e principal apoiante da FNLA, um sinal inequívoco de que os EUA compreendia a posição zairense em relação à situação em Angola.
6. A recusa inicial de apoiar a UNITA deve-se ao pouco conhecimento que

⁶¹⁰ Ibidem, pp.148-149

⁶¹¹ Essa expressão francesa passou a domiciliar no vocabulário político para traduzir a política engendrada pelos EUA sobretudo nas Administrações Nixon e Ford cuja definição (Coral Bell) consistia numa redução deliberada e consciente da tensão na balança de poder Leste-Oeste contrariamente ao período anterior da GF com a manutenção da tensão a um nível elevado. O objectivo traçado por Nixon era o de obter a colaboração de Moscovo para o fim da guerra do Vietname. Cf. SÁ, Tiago Moreira de, op. cit., pp.51-52

tinham da UNITA e do seu líder através de fontes de segunda mão. Estudos posteriores da personalidade de Jonas Savimbi terão sido encomendados posteriormente para aquilatar o posicionamento norteamericano. O resultado do estudo revelou interessantes traços da personalidade de Savimbi que o guindaram para o pedestal de líder africanista, um anti-comunista pragmático com quem os EUA podiam contar para os seus interesses.

7. Embora os EUA tenham tomado a decisão de aumentar o auxílio financeiro à FNLA, segundo Kissinger, isso não significava *a priori* a assunção de uma política específica para Angola, o que só mais tarde veio acontecer quando a Casa Branca guindou Angola para o estatuto de “prioridade” na PE norteamericana.

Fica claro que os EUA não queriam um envolvimento aberto pelas razões já aduzidas, pelo que o programa desse envolvimento manteve o seu carácter “secreto”. Por isso, todas as operações estavam sob condução da CIA, contando também com a cooperação de um grupo de trabalho composto por várias agências norteamericanas sob a presidência de William Colby, enquanto o operacional da CIA John Stockwell supervisionava a implementação do plano no terreno.⁶¹² O grupo de trabalho elegeu «três linhas de actuação fundamentais» no quadro da sua «metodologia operacional»:

⁶¹² Ibidem, p.215

«1) a disponibilização das verbas aprovadas ao longo de um ano, em regime de duodécimos, com o propósito de evitar a concentração do dinheiro no muito curto prazo; 2) a canalização através do Zaire de toda a ajuda militar, evitando assim que os EUA aparecessem directamente envolvidos na guerra civil angolana; 3) o recurso a forças militares clandestinas de terceiros países – em rigor, mercenários – havendo instruções claras no sentido de proibir qualquer participação de norte-americanos nos combates.»⁶¹³

Este plano foi então combinado com o plano do Presidente Mobutu do Zaire, tendo daí resultado a arquitectura da «Operação IA Feature»⁶¹⁴. Esta operação previa três tipos de medidas:

«1) apoio económico à FNLA e à UNITA, num total final de 32 milhões de dólares, destinados a treinar, equipar e a transportar as tropas destes movimentos; 2) o fornecimento de equipamento militar, num montante nominal de 16 milhões de dólares; 3) o recrutamento de mercenários para servirem como conselheiros militares da FNLA e da UNITA.»⁶¹⁵

⁶¹³ Ibidem

⁶¹⁴ «Operation IA Feature, a covert Central Intelligence Agency operation, authorized U.S. government support for Jonas Savimbi's National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) and Holden Roberto's National Liberation Front of Angola (FNLA) militant's in the Angolan civil war. It was closely linked with parallel efforts by South Africa (Operation Savannah) and Zaire. President Gerald Ford approved the program on July 18, 1975 despite strong opposition from officials in the State Department and the CIA. The program's discovery shocked Congress into barring further U.S. involvement in Angola's civil war through the Clark Amendment. Ford told William Colby, the Director of Central Intelligence Agency "to go ahead and do it" with an initial USD \$ 6 million in funding. He granted an additional \$ 8 million in funding on July 27 and another \$ 25 million in August»: Cf. https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=operation_IA_Feature&oldid=827596503 (acessado 09/03/018)

⁶¹⁵ SÁ, Tiago Moreira, op. cit., pp.214-215

Relativamente ao recrutamento de mercenários, contavam-se vários centros de recrutamento. Assim foram recrutados mercenários na Europa (sobretudo Reino Unido e França), no Brasil, em Portugal e em países africanos.⁶¹⁶ Estes estiveram envolvidos na guerra angolana. Alguns não foram muito bem sucedidos ora por terem perdido a vida em Angola, ora por terem sido capturados pelas forças do MPLA, exibidos em público, julgados e condenados.

Entretanto, no ardor da guerra civil em Angola e já na década de 80, a UNITA vai ganhar um poderosíssimo aliado com a eleição do republicano Ronald Reagan. Com a sua política de “*constructive engagement*”⁶¹⁷ e “*Reagan Doctrine*” incrementou uma substancial ajuda financeira e militar para a UNITA com o objectivo de derrubar o regime do MPLA pela força das armas.

Pensamos que com estes elementos ficam explicadas as circunstâncias do envolvimento dos EUA na guerra civil de Angola. Não sendo nosso objectivo

⁶¹⁶ «Os primeiros mercenários a participarem no conflito de Angola no âmbito da “Operação Iafeature” foram portugueses, tendo sido recrutados 300 elementos por um valor total de 570 mil dólares. Estes entraram em Angola, via Zaire, em Agosto, e foram reforçar o grupo de mercenários liderado pelo Coronel Santos e Castro já anteriormente recrutado pela FNLA. Seguiram-se contactos com os brasileiros, levados a cabo directamente por Vernon Walters, que tinha servido como embaixador em Brasília em meados dos anos 1960. A CIA entrou ainda em contacto com os serviços secretos franceses, tendo estes últimos apresentado aos operacionais da agência norte-americana Bob Denard que “por 500 mil dólares concordou em fornecer 20 mercenários franceses para aconselhamento militar à UNITA”. Contudo, segundo John Stockwell, “o maior centro de recrutamento de mercenários” foi o Reino Unido, com o grupo Security Advisor Service a disponibilizar à FNLA até Fevereiro de 1976 cerca de 200 mercenários. Nas suas memórias, Henry Kissinger reconheceu esta realidade, tendo escrito que “(...) foram recrutados mercenários no Brasil, em Portugal e em países africanos para serem os conselheiros de que as forças angolanas tinham extrema necessidade»: Cf. SÁ, Tiago Moreira de, op. cit., p.217

⁶¹⁷ «Constructive engagement was the policy devised by the Reagan administration in both Southern and South Africa. This policy emerged from the belief that Southern Africa’s problem were fundamentally intertwined and that solutions could only be found if this basic interdependence was recognized. Thus, the need to change the attitudes of the main players in this search for solutions to regional problems provided the primary official rationale for constructive engagement. However, given the Cold War logic prevailing at the time, this policy initiative became the main U.S. foreign policy instrument to force an end to “Soviet-Cuban adventurism in the region. If constructive engagement had a primarily politico-diplomatic tone, the more global Reagan Doctrine had a manifest strategic and military rationale. It was conceived as “full-blown, global campaign for providing overt U.S. support for anticommunist guerrilla movements around the world.»: MALAQUIAS, Assis, op. cit., p.30

delinear aqui uma cronologia dos factos, mas uma análise em busca de inteligibilidade, entendemos pois termos encontrado respostas às questões levantadas previamente. Se bem que tem interessado bastante a certos estudiosos definir qual das superpotências cometeu o “pecado original” ou, dito noutros termos, quem deteve o pioneirismo de intervenção no problema de Angola no intuito de se imputar as respectivas culpas, preferimos não enveredar por esse caminho a fim de evitarmos juízos de valor que poderiam encurralar-nos num putativo exercício probatório. Para o nosso objecto de estudo interessa sobretudo realçar as motivações, os interesses em jogo que animaram essas superpotências a avançar para Angola suportando imensos custos. Se a União Soviética foi a primeira a intervir e se os norteamericanos reagiram apenas na sequência da iniciativa soviética, diremos que não é da nossa lavra tecer considerações condenatórias, mas trazer tão-somente a lume os factos que comprovam o seu envolvimento directo ou indirecto na guerra civil angolana. Por conseguinte, se culpas ou responsabilidades houver, serão de todos os actores envolvidos.

5.1.2.2. A diplomacia em busca de soluções internacionais para problemas domésticos

A guerra e a diplomacia enquanto instrumentos da PE ora revezam-se, ora coabitam. No contexto angolano, ao mesmo tempo que decorria a guerra civil os contactos diplomáticos, a vários níveis, entre os principais actores no conflito foram coexistindo. Por um lado, chegava-se a uma altura em que a diplomacia era

encarada como única saída pragmática para a guerra civil que não teria vencedores, por outro lado, se incrementava a guerra para que a posição de força condicionasse vantagens diplomáticas. Os actores da guerra foram inalteravelmente os mesmos actores da diplomacia. Havia uma inegável interdependência entre os beligerantes, pelo que uma solução teria de ser necessariamente resultado de um trabalho conjunto. Em relação aos actores internos, a percepção era de que o governo de José Eduardo dos Santos estava cada vez mais apostado em esmagar a rebelião interna pela força das armas; por conseguinte, o objectivo era aniquilar a UNITA e suas forças. Negociações com a UNITA estavam preliminarmente afastadas porque entendidas como um atentado à Lei constitucional angolana ancorada no sistema de partido único. O regime de José Eduardo dos Santos não estava interessado nem preparado em acabar com a guerra através de meios diplomáticos tendo em vista um compromisso político com os rebeldes.⁶¹⁸ O entendimento do regime era persuadir a UNITA a abandonar as armas e abraçar a política de «harmonização nacional». Com a implementação de um plano regional para paz em Angola numa combinação entre manobras políticas e operações militares, José Eduardo dos Santos teria acreditado que no prazo de um ano a UNITA poderia desaparecer. O plano previa uma clemência para os rebeldes e sua consequente reintegração social. Todavia, José Eduardo dos Santos tinha consciência de que enquanto não cessassem as incidências dos factores externos (exógenos), sobretudo no contexto da

⁶¹⁸ « (...) Dos Santos declared that an internal peace process in Angola would not entail the sharing of power with UNITA. For the MPLA, negotiations with UNITA would be contrary to the constitutional principles of the "people's republic". Dos Santos argued that "the Angolan state is one-party state and so the acceptance of such a policital organization (UNITA) is out of question.»: MALAQUIAS, Assis, op. cit., p.32

estabilidade na África Austral, não haveria possibilidade alguma de acabar com a guerra fratricida que decorria em Angola. Terá sido esta a principal motivação que levou o regime angolano a engajar-se de maneira construtiva para as diligências diplomáticas que culminaram com a assinatura do Acordo de Nova York. Fracassada a “batalha de Mavinga” que tinha como objectivo principal o assalto final ao quartel-general da Jamba⁶¹⁹ e depois do fracasso de Calueque e da tragédia da “batalha de Cuito-Cuanavale”, classificada hoje em meios autorizados (não apenas pela intensidade dos combates, mas também pelo número de homens envolvidos e pelos meios bélicos empregues) como a maior batalha convencional do século XX na África contemporânea com o envolvimento de forças cubanas, soviéticas e sul-africanas, das FAPLA, das FALA e da SWAPO,⁶²⁰ a diplomacia passou a ser a última esperança, o único caminho para a paz. Ficou assim aberta a porta para o Acordo Tripartido de Nova York

⁶¹⁹ Os EUA tinham fornecido armas sofisticadas à UNITA no contexto da “Doutrina Reagan” incluindo os mísseis anti-aéreos STINGER que Savimbi conseguiu depois da sua bem sucedida visita aos EUA onde foi recebido pelo Presidente Ronald Reagan na sala oval da Casa Branca. Todas as tentativas do regime de fazer o assalto final à Jamba baldaram-se em fracasso, não só por mérito das forças da UNITA mas também pelo envolvimento e apoio das SADF.

⁶²⁰ «The battle for Cuito Cuanavale was the most important confrontation in the entire course of the Angolan conflict. The scale of warfare is shown by the fact that Angolan and Cuban planes completed approximately 3000 sorties out of the airfields of Cuito Cuanavale and Menongue. More than 1100 of these succeeded in their task of inflicting rocket strikes on enemy ground troops. According to South Africa data, the South African air force accomplished over 1000 armed sorties, dropping on the enemy's positions more than 3000 high explosive and anti-personnel shrapnel bombs of approximately 700 tons in total mass»: AA.VV. (edited by), *Cuito Cuanavale. Frontline Accounts by Soviets Soldiers*, Jacana, s.l., 2014, pp.10-11; Nesta obra temos o testemunho de soldados russos que participaram nos combates, existem muitos mitos acerca da batalha de Cuito Cuanavale (1987-1988) e da ofensiva cubana em direcção à fronteira com a Namíbia que na perspectiva soviética deviam ser desmistificados. As FAPLA perderam cerca de 3800 combatentes e os cubanos 200 combatentes. O facto curioso é que quer os historiadores angolanos, quer os historiadores cubanos reivindicam os louros dessa batalha. Os angolanos ignoram a participação e contribuição das forças cubanas. Os relatos que são promovidos sobretudo pelo governo de Angola alardeiam que as FAPLA, por seu próprio mérito, infringiu uma pesada derrota ao poderoso exército sul-africano. Na realidade, são os cubanos que salvaram o exército das FAPLA várias vezes da derrocada. Por seu turno, em Cuba a versão é diferente pretendendo destacar a bravura das forças expedicionárias cubanas ignorando o papel dos 30 mil homens das FAPLA e 2000 combatentes da SWAPO. Finalmente, nem os angolanos nem os cubanos mencionam o papel decisivo dos acesores soviéticos: Cf. Ibidem

antecedido pelo Protocolo de Brazzaville (13/12/1988). A acção diplomática envolveu contactos e conversações persistentes e pacientes entre delegações angolanas, cubanas e sul-africanas sob a mediação norteamericana, neste caso de Chester Crocker (também conhecido por ‘*Mr Africa*’) e mais tarde de Herman Cohen. As conversações tiveram duas etapas fundamentais: a primeira concernente à retirada das forças cubanas e sul-africanas de Angola e a implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia. A segunda etapa envolveu consultas tendentes a explorar as possibilidades de uma reconciliação interna entre a UNITA e o MPLA. Era do entendimento norteamericano que a retirada cubana deixaria espaço para resolver as questões internas entre os dois contendores (governo angolano e UNITA). Jogava também a favor desse entendimento o facto de que as soluções militares não vingaram e que era necessário explorar ao máximo as soluções internas com a saída das forças externas.

Do outro lado, a UNITA não via as coisas exactamente da mesma maneira por quanto quisesse também um compromisso para a paz. Embora o Dr Jonas Savimbi tenha constantemente manifestado o seu desejo pela paz e reconciliação em Angola nunca se entusiasmou em aceitar uma paz que excluísse a sua organização do processo político angolano ou a integração *tout court* nas instituições do Estado. O líder da UNITA preferia conversações directas com o governo do MPLA como primeira etapa para a constituição de um governo de transição e de unidade nacional sob a supervisão internacional, culminando com a realização de eleições multipartidárias. Como já o afirmámos oportunamente,

Savimbi tinha a convicção de que estava a cumprir uma missão “messiânica”, como se pode ver nesta referência tirada do *Washington Post*: «Eu gastei trinta anos da minha vida adulta lutando pela liberdade e pela dignidade do homem negro neste país. Se os cubanos quiserem ficar, eu vou lutar contra eles e vou vencer. Se os cubanos saírem e não houver negociações com o MPLA, nós vencemos. Se os cubanos saírem e houver eleições, nós vencemos.»⁶²¹

Os desenvolvimentos no campo diplomático apontavam, no entanto, que os esforços do governo visando alcançar a paz com os sul-africanos não teriam sucesso isolando a UNITA. Este facto inspirava mais confiança a Savimbi em relação à vitória, tendo em conta que os EUA passaram a jogar papel mais incisivo no apoio militar e diplomático para a UNITA até que o governo aceitasse um compromisso político com a UNITA. Esta foi a garantia dada numa carta que o então Presidente eleito George Bush terá endereçado a Jonas Savimbi naquilo que foi a sua primeira aposta em termos de PE da sua administração.⁶²²

Contudo, o Presidente José Eduardo dos Santos continuava a ensaiar várias iniciativas diplomáticas e desta feita no concernente ao conflito interno. Foi assim que «a 1 de Outubro de 1988, com o processo negocial ainda em curso, reuniram-se em Franceville, no Gabão, os Chefes de Estado de Angola, Gabão e Congo.» Nessa mini-cimeira, «o Presidente José Eduardo dos Santos comprometeu-se, na altura, perante o mundo, a que o Governo poria todos os seus esforços na resolução da questão interna, logo que desaparecessem os

⁶²¹ WASHINGTON POST, 20 December 1988, citado por MALAQUIAS, Assis, op. cit., p.33

⁶²² WASHINGTON POST, 12 January 1989, p.A1, citado por MALAQUIAS, Assis, op. cit., p.33

elementos externos da questão angolana.»⁶²³ Assim sendo, França Van-Dúnem, antigo Primeiro-Ministro de Angola e participante do processo negocial, relata o começo de um novo capítulo do processo de paz a 16 de Maio de 1989, em Luanda, com a realização de uma Cimeira em que teriam participado os Presidentes do Congo, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zaire, Zâmbia e Zimbabwe, para além do anfitrião. Ao Presidente Kenneth Kaunda coube a presidência da Cimeira. Segundo ainda o relato de Van-Dúnem, «O Governo angolano apresentou na altura três documentos: um plano de paz, um memorando sobre o processo de negociação dos “Acordos de Nova York” e sobre a evolução da situação no Sudoeste da África, e um projecto de comunicado final.»⁶²⁴ Foi nesta Cimeira que o Marechal Mobutu voltou à ribalta no problema angolano, oferecendo-se para ser mediador do conflito interno. A Cimeira aceitou a proposta e atribuiu também tarefas a cada Chefe de Estado para missões de esclarecimento junto de alguns países africanos, dos EUA e da URSS. Foi dado o aval ao plano de paz do governo angolano.⁶²⁵

A 22 de Junho de 1989 aconteceu a reunião Cimeira de Gbadolite, terra natal do Marechal Mobutu e nela participaram 18 Chefes de Estado africanos. A ideia “genial” desta Cimeira, engendrada não se sabe bem por quem mas que

⁶²³ Ambas as citações são do prefácio do Doutor Fernando França Van-Dúnem, antigo Primeiro-Ministro de Angola, que nessa obra de José Patrício, primeiro embaixador angolano em Washington, faz uma incursão cronológica exaustiva das iniciativas diplomáticas em que ele próprio participou a mando do Presidente José Eduardo dos Santos. Com efeito, segundo José Patrício, «O Presidente estava plenamente convicto que a remoção dos factores externos que alimentavam a guerra era essencial para a resolução do conflito em Angola. Depois, entre angolanos, entender-nos-íamos através do diálogo. Bicesse e Lusaka viriam a confirmar que a paciência, quase infinita, é o fundamento da ciência da paz»: Cf. PATRÍCIO, José, *Angola-EUA. Os caminhos do bom senso*, Excutive Center, Luanda, 1997, pp.26 e 34

⁶²⁴ Ibidem, p.27

⁶²⁵ Ibidem, p.27

facilitava a vida ao Presidente Dos Santos, era o exílio “voluntário” de Jonas Savimbi depois do reconhecimento do seu estatuto honorífico.⁶²⁶ Essa inovação, quiçá da autoria do Presidente Mobutu, se estivesse plasmado no papel diríamos que nunca saiu do papel; só que nem no papel esteve, pois ao ser tornada pública a “declaração de Gbadolite” notou-se a omissão dessa ideia que o próprio Savimbi teria aceitado em privado. Mas havia mais: o documento incluía o cessar-fogo que estaria vigente a partir das 0 horas de 24 de Junho. Infelizmente nunca entrou em vigor. Por conseguinte, essa cimeira foi um autêntico fracasso; o próprio Mobutu assumiu o insucesso mas mandando as culpas para o Presidente Houphouet Boigny da Cote D’Ivoire que teria “atrapalhado” o seu desempenho.⁶²⁷ A única coisa que marcou positivamente essa reunião foram as imagens do aperto de mão entre o Presidente Dos Santos e Jonas Savimbi que tiveram um grande impacto na imprensa e na opinião pública, pois foi a primeira vez que os nossos olhos tinham a dita de ver juntos os dois contendores, especialmente Jonas Savimbi cuja imagem nunca antes havia passado pela TPA, então única estação televisiva de Angola.

Mau grado este fracasso de Gbadolite, os contactos e iniciativas diplomáticas continuavam de vento em popa. Foram engendradas várias

⁶²⁶ Tendo em conta o que já dissemos a respeito de Jonas Savimbi, especialmente no que concerne à sua profunda convicção de que estava a cumprir uma missão messiânica, não faz sentido algum uma proposta desta natureza. Estava mais que claro que só podia ser uma manobra dilatória e que nunca ele levaria isso a sério. Foram anos a fio a montar toda uma organização em busca de uma alternativa política em Angola para deixar esfumar tudo num ápice em troca de um exílio por mais dourado que fosse. Não faz sentido. Entretanto, sobre o assunto veja-se: SOUSA, Ricardo, *Mudanças Multidimensionais em Angola aquando dos Acordos de Paz de Gbadolite de 1989*, in NASCIMENTO, Augusto – RODRIGUES, Carlos Coutinho (coord.), *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/IDN, Lisboa, 2012, pp.159-190

⁶²⁷ Ibidem, p.29

diligências junto dos estadistas africanos a fim de se ultrapassar o imbroglio de Gbadolite. Neste sentido, o dia 20 de Março de 1990 foi um marco importante nas diligências diplomáticas angolanas, segundo França Van-Dúnem:

«À margem das celebrações da independência da Namíbia em Windhoek, o Secretário de Estado James Baker avistou-se com o presidente José Eduardo dos Santos, na nossa Embaixada naquela capital. O presidente entregou ao Secretário de Estado um documento contendo nove princípios que reputava importantes para a solução do processo de paz. Por sua vez, James Baker fez a entrega de um documento espelhando o ponto de vista norte-americano.»⁶²⁸

Mas em Windhoek houve outras diligências posteriores entre o General França Ndalú, mandatado pelo Presidente Dos Santos, e Herman Cohen. Desses encontros terá saído «a decisão de negociar directamente com a UNITA».⁶²⁹ Abrem-se aqui as portas para as negociações que culminaram com o Acordo de Bicesse (31/05/1991) e o Protocolo de Lusaka. Chegou-se finalmente ao entendimento de que, segundo José Patrício, «A única forma de atingir uma paz estável, durável, era a negociação, o difícil processo de exigência e cedências, de trocas e acordos mútuos. Não havia outra saída. Angola não podia continuar a ser “o parque de diversões da Guerra Fria”, já bastava ter sido, em tempos, “a jóia do Império Colonial Português”».⁶³⁰

Embora fosse convicção do Presidente José Eduardo dos Santos de que a

⁶²⁸ Ibidem, p.31

⁶²⁹ Ibidem

⁶³⁰ PATRÍCIO, José, op. cit., p.34

remoção das influências externas traria solução para o conflito doméstico. A verdade é que durante todo o sinuoso processo negocial para a busca de uma solução do conflito interno, as influências externas nunca foram evitadas ao todo. Era óbvio de algum modo que a vontade das potências externas condicionava o tipo de solução e o processo de paz. Para provar isso basta-nos aqui esta ocorrência relatada pelo embaixador José Patrício:

«A 1 de Julho de 1988, a Cimeira de Moscovo entre os presidentes Ronald Reagan e Mikhail Gorbachov proclamou o princípio da “interacção construtiva” entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, com vista à promoção de soluções políticas nos conflitos regionais. Entretanto, os Soviéticos insistiam no fim da ajuda Americana à UNITA – solução firmemente rejeitada por Chester Crocker – como pré-condição para a retirada das tropas cubanas de Angola. Crocker considerava o apoio Americano à UNITA a “perfeita moeda de troca” para uma retirada cubana de Angola e sul-africana da Namíbia.»⁶³¹

Na verdade, a chave da arquitectura da paz na África Austral e em Angola, em particular, estava nas mãos dessas potências. Algumas propostas que foram à mesa de negociações eram constantemente condicionadas por contrapropostas não consensuais já que muito dificilmente se poderia trilhar num caminho de convergência de interesses. Veja-se, v.g., a política de *linkage* que surgiu como estratégia americana que ligava a implementação da resolução 435/78 da ONU (sobre a independência da Namíbia) com a retirada das tropas

⁶³¹ Ibidem, p.38

cubanas de Angola. E não só. Outra exigência era condicionar o fim do apoio norteamericano para a UNITA à realização de eleições livres em Angola. Ora sem concessões mútuas não era possível avançar para um entendimento que resultasse num acordo que reflectisse vantagens mútuas e que não forjasse uma paz de vencedores e vencidos.

Os desenvolvimentos da fase derradeira da GF com as reformas políticas e económicas (*perestroika* e *glasnost*) levadas a cabo por Mikhail Gorbachev apearam caminho para o desmoronamento - não pretendido, mas inevitável - do império soviético (25/12/1991) e ao mesmo tempo assinalava o fim da GF que alguns tratadistas das RI entendem fazer coincidir com a queda do muro de Berlim (09/11/1989). Seja como for, a nível das RI terminava a antiga ordem mundial bipolar e começava uma nova ordem que, não obstante os vários pensamentos sobre o assunto (uns defendem uma ordem unipolar, outros preferem caracterizá-la como multipolar, havendo ainda quem arrisca numa ordem uni-multipolar), a URSS foi a grande “derrotada” da GF pelo estado obsoleto da sua economia, provavelmente o sector que mais se ressentiu com os investimentos avultados na indústria armamentista (sobretudo com as armas nucleares). Enquanto o desmoronamento da URSS deixou-a fragilizada, o seu arquirival estava neste momento com uma economia pujante e com boa saúde financeira. Como era de esperar, esses acontecimentos tiveram um impacto em quase todo o mundo. Tendo em conta o que dissemos no primeiro capítulo sobre a GF em relação ao seu carácter de confrontação e em relação às assim designadas “guerras por procuração”, onde enquadrámos o caso do conflito na África Austral, o fim da GF

trouxe um alijamento palpável na política internacional, incluindo novos desenvolvimentos diplomáticos no caso de Angola. O governo angolano que sempre considerou os EUA como a fonte primacial das agressões imperialistas de que era vítima, começava um novo “*approach*”, menos conspirativo e menos vitimista, consubstanciado numa política de aproximação à administração norte-americana.⁶³² E, doutro lado da barricada, a UNITA não se fez rogado tendo entabulado igualmente contactos com o bloco do Leste. Mas, entre as próprias potências também criou-se um ambiente de mais franca cooperação na busca de soluções para os problemas globais através duma nova ordem mundial. José Patrício relata-nos, nesta perspectiva, os vários encontros diplomáticos havidos por ocasião das cerimónias da independência da Namíbia em Março de 1990, destacando o novo ambiente em curso na política internacional bastante favorável na procura de uma solução para a paz e reconciliação nacional em Angola:

«O secretário de Estado norte-americano, James Baker, reuniu-se em Windhoek, a 19 de Março, com o seu homólogo soviético, Eduard Shevardnadze. Pouco depois o presidente José Eduardo dos Santos recebeu na Embaixada de Angola o chefe da diplomacia norte-americana. James Baker III apresentou ao presidente uma proposta negocial de conversações directas entre o Governo e a UNITA, com vista à assinatura de um cessar-fogo e definição do quadro político para a realização das primeiras

⁶³² «Com o desaparecimento da União Soviética, tanto os motivos norte-americanos como a reacção angolana iriam ser modificados. Os anos 90 e a transição democrática do regime angolano significaram um degelo cada vez mais patente nas relações com os Estados Unidos. Seguiu-se-lhe uma reorientação como que em câmara lenta. A presença dos EUA na Comissão Conjunta Político Militar (CCPM), ao lado da Rússia e de Portugal, constituída nos termos dos efémeros Acordos de Bicesse de Maio de 1991, a um tempo encetou-o e simbolizou a abertura recíproca oficial. Terminada a clivagem bipolar, Angola viu-se na contingência de ter de alterar as parcelas agonísticas do seu relacionamento com uns Estados Unidos doravante virtualmente incontestados na região»: GUEDES, Armando Marques, op. cit., pp.48-49

eleições multipartidárias em Angola.»⁶³³

Entretanto, há um pormenor curioso que o embaixador José Patrício faz também questão de destacar no âmbito desse desanuviamento Angola-EUA: «Chester Crocker confidenciou, na altura, em Windhoeck, ao Prof. Gerald Bender, da Universidade da Califórnia, que Baker ficara *“agradavelmente surpreendido”* com o presidente Eduardo dos Santos, considerando-o um interlocutor com quem os Estados Unidos *“deveriam trabalhar construtivamente”*...»⁶³⁴

É neste ambiente que vão começar os contactos directos entre o Governo de Angola e a UNITA. Foi então constituída uma *“troika”* de facilitadores/observadores onde Portugal regressa à ribalta, depois da tragédia da descolonização, como um actor importante nos esforços de pacificação de Angola. Os outros membros eram a Federação Russa e os EUA que passaram a actuar sob a égide das Nações Unidas. Foram criadas finalmente as condições para a assinatura do pacote de acordos conseguidos durante as conversações entre o Governo de Angola e a UNITA, ambos representados ao mais alto nível pelo Presidente José Eduardo dos Santos e pelo Dr Jonas Savimbi, respectivamente. A cerimónia solene da assinatura teve lugar em Bicesse (Portugal) a 31 de Maio de 1991, sob os holofotes da imprensa internacional.

⁶³³ Ibidem, p.41

⁶³⁴ Ibidem

5.2. De Bicesse a Lusaka: os caminhos intrincados da 2ª República

As conversações que culminaram com os acordos do Bicesse foram realizadas sob os auspícios da comunidade internacional. Estavam reunidas as condições políticas prévias para a transição à segunda república. Dentre vários pontos fulcrais dos acordos destacamos três: 1) a revisão da lei constitucional; 2) a criação do exército único (as FAA); 3) eleições multipartidárias. Cada um desses pontos foi um campo de batalha negocial. A nível interno, estavam envolvidos nas conversações/negociações exclusivamente os actores beligerantes (O Governo e a UNITA), ficando de fora os actores não armados. Referimo-nos a algumas instituições com autoridade moral e cívica como o caso da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), o Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (COIEPA), organizações da sociedade civil como a Associação Cívica de Angola (ACA) coordenada pelo nacionalista Dr Joaquim Pinto de Andrade, bem como de personalidades independentes. Segundo a explicação dada por Christine Messiant⁶³⁵:

«Na altura os princípios de gestão de conflitos, em geral, não os reconheciam, já que se resumiam essencialmente à utilização de meios eleitorais para ajustar as contas deixadas pela Guerra Fria. Contudo, em Angola, este esquema era mais complicado e originou uma situação ainda mais estranha: embora as Nações Unidas tivessem estado envolvidas na boa implementação dos Acordos de Nova Iorque, não

⁶³⁵ Socióloga do Centre d'Etudes africaines da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris. É investigadora na área da história política e social dos países africanos de língua oficial portuguesa, em especial Angola.

foram chamadas a não ser no final das negociações de Bicesse.»⁶³⁶

O papel secundário das Nações Unidas deixou lugar para o protagonismo dos mesmos interessados no conflito de Angola, sobretudo os EUA e a Federação Russa. Com o final da confrontação bipolar, numa altura em que se falava já duma NOM, era expectável que as Nações Unidas recuperassem o seu papel de *key player* do sistema internacional. No entanto, como afirma Messiant, «a organização internacional permaneceu à margem das negociações e do processo estabelecido pelo acordo de paz: no próprio texto aparecia apenas como “convidada”. A Troika, por seu turno, instalou-se na direcção do processo na Comissão Conjunta Político-Militar.»⁶³⁷ Assim sendo, prevalecia a lógica dos interesses dos intervenientes no processo: «os interesses dos três países membros e principalmente o equilíbrio de poder entre eles, muito a favor dos Estados Unidos, prevaleceram sobre a ONU. A influência da Troika podia continuar a dominar até ao fim.»⁶³⁸ Tendo em conta a paródia que se seguiu aos acordos, corroboramos plenamente com Messiant quando diz que «Nenhum dos beligerantes com os quais a Troika e a ONU tinham de partilhar a responsabilidade pelo processo de paz abandonara ainda a sua procura de hegemonia.»⁶³⁹ E argumenta nestes termos:

⁶³⁶ MESSIANT, Christine, *As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka. Uma análise crítica*, in Accord 15, p.18.

⁶³⁷ Ibidem, p.18

⁶³⁸ Ibidem

⁶³⁹ Ibidem

«Nem o MPLA nem a UNITA estavam interessados na reconciliação ou na democratização. Acima de tudo, o MPLA queria evitar a derrota, e aceitara certas condições com relutância e sob pressão. A UNITA apenas queria a paz porque tinha a certeza – como quase toda a gente na altura, incluindo o MPLA – que iria vencer as eleições, e atingir o seu objectivo de alcançar o poder do estado. Os três países que “geriam” os acordos não podiam ter tido ilusões. Em tais circunstâncias, podemos ver a importância da comunidade internacional durante o período de transição para o estabelecimento de fundações duradouras para a paz.»⁶⁴⁰

Essas considerações constituem os tais aspectos fracturantes do processo cujos reflexos mais evidentes vão aparecer na fase da implementação dos acordos precipitando-os ao colapso. Entendemos que, para além doutros condicionalismos que podemos aferir posteriormente, dois aspectos foram determinantes para o insucesso do plano de paz quer na perspectiva de *peacebuilding* como na de *peacekeeping*: primeiro, o facto de que «a transição foi inteiramente entregue às duas partes armadas; segundo, o facto de a ONU ter aceite o ônus de conduzir «um processo de paz sob aquelas condições». Em relação ao primeiro aspecto, fazemo-nos tributários do artigo de Paulo Pinheiro que faz esta constatação:

«A propriedade do processo é dos angolanos que presidem rotativamente ao órgão de supervisão, a CCPM (Comissão Conjunta Político- Militar), monotorizam o cessar-fogo (CCVF – Comissão Conjunta de Verificação e Fiscalização do cessar-

⁶⁴⁰ Ibidem

fogo), formam o exército único (CCFA – Comissão Conjunta para as Forças Armadas), e preparam eleições. Acaba a mediação e Troika e NU observam e assistem às partes.»⁶⁴¹

Quanto ao segundo aspecto, fica um pouco complexo engajar as Nações Unidas numa arquitectura para a paz engendrada à medida dos interesses dos beligerantes e não tanto do interesse geral da nação angolana. De antemão sabia-se que a paz era apenas um “trampolim” e não o objectivo ou o produto final das conversações. Havia claramente duas linguagens e duas metodologias da paz: quando a UNITA advogava a paz estava a pensar no acesso ao poder; nesse sentido, a paz seria a grande oportunidade para conquistar o poder em Angola; quando o Governo advogava a paz estava a pensar na manutenção do poder através da sua legitimação diante da comunidade internacional com o esvaziamento dos argumentos dos seus contendores até então vistos (em certos corredores internacionais) como *freedom fighters*. Todavia, a própria Carta das Nações Unidas limitava de algum modo a tomada de iniciativas pela organização por causa do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados membros: «Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta.»⁶⁴² No seu artigo sobre as Missões da

⁶⁴¹ PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Angola: de Bicesse a Lusaka*, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, Estados Unidos e África Austral*, Fundação Luso-americana, Lisboa, 2006, p.142

⁶⁴² CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, art.2.º, N.7

ONU na África Austral, Luis Castelo Branco reconhece essa realidade e aponta essa limitação como uma das razões do fracasso dos acordos de Bicesse. Na sequência dos acordos, o governo angolano solicitou a participação das Nações Unidas para verificar o cumprimento do cessar-fogo e fiscalizasse a acção da polícia. Com a aprovação da resolução 696 do CS, a 30 de Maio de 1991, foi estabelecida uma missão de paz (*UN peacekeeping*) que ficou conhecida como UNAVEM II. Porém, a delicadeza do processo eleitoral inspirava cuidados acrescidos. «Face à complexidade da situação no terreno, o mandato inicial da UNAVEM II foi posteriormente alargado, através da aprovação, a 27 de Março de 1992, da resolução 747 do Conselho de Segurança, de modo a incluir o processo de observação das eleições de Setembro de 1992.»⁶⁴³ O autor, embora tenha registado a importância da presença da ONU e da tarefa que lhe fora atribuída, não deixa de reconhecer que a ONU «(...) em muitos aspectos, foi confrontada com factos consumados, limitando-se a agir em cenários que não considerava os ideais. Na sua opinião essa «marginalização da ONU do centro do processo de transição angolano» deveu-se à conjugação dos seguintes factores:⁶⁴⁴

«1.O governo do MPLA deixou claro, desde o início, que para ele, e só a ele, a quem competia a organização das eleições. Ainda imbuído pelo espírito do conflito bipolar, o MPLA temia que uma ONU, muito influenciada pelos norte-americanos, fosse favorável à UNITA. Assim sendo (...) a ONU não foi capaz de acompanhar todas as fases da preparação do acto eleitoral.»

⁶⁴³ BRANCO, Luis Castelo, *As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos*, in Nação e Defesa, N.105 (2.ª série), Verão de 2003, p.91

⁶⁴⁴ Ibidem, p.93

«2. A UNITA também não via com bons olhos uma missão da ONU com fortes meios no terreno, o que lhe dificultaria a tarefa de ocultar quer tropas, quer armament pesado, situações em clara violação do acordo de paz assinado.»

«3. Para a sociedade internacional também interessava uma missão pequena em Angola. (...) havia um desejo generalizado de poupança. Este desejo ficou bem patente na incapacidade da Representante Especial do Secretário Geral da ONU, a inglesa Margaret Anstee, em obter o número de capacetes azuis que ela considerava necessários para levar a cabo a missão de que a UNAVEM II estava imbuida, nomeadamente a fiscalização do cessar-fogo, a desmobilização e o acantonamento das tropas.»⁶⁴⁵

Diante disso, muito dificilmente as Nações Unidas podiam ter sucesso nessa empreitada tendo em conta o seu tardio envolvimento e sua “ausência” durante todo o ciclo do conflito armado em Angola, exceptuando as pontuais declarações condenatórias do Conselho de Segurança contra as agressões militares do exército sul-africano e o seu papel no contexto dos acordos de Nova Iorque com a supervisão da aplicação da resolução 435 bem como da supervisão da retirada gradual do contingente cubano através da primeira missão para Angola conhecida por UNAVEM I (*United Nations Angola Verification Mission*).

Para além deste constrangimento pairava também no ar um outro “fantasma” nesse processo que é a lógica do “*winner takes all*” em detrimento do “*power sharing*”. Messiant, a propósito, afirma o seguinte:

⁶⁴⁵ Consta que a UNAVEM II teve entre Junho de 1991 e Outubro de 1992 um orçamento de 118 milhões USD enquanto que a UNTAG (missão na Namíbia) teve entre Março de 1992 e Março de 1993 2 biliões de USD. Cf. BRANCO, Luis Castelo, op. cit., p.92

«Não se estabeleceram regras políticas transitórias nem se optou por um governo de coligação para o período pós-eleitoral (que evitasse os perigos de um desfecho de ‘quem vence, vence tudo’. Os próprios partidos, em particular uma UNITA influente, rejeitaram a opção de um governo de coligação antes das eleições, que poderia ter assegurado padrões mínimos de imparcialidade na preparação do escrutínio.»⁶⁴⁶

Um outro aspecto problemático tem a ver com a calendarização das eleições, facto que causou um autêntico tira-teimas entre as posições maximalistas e as minimalistas. Enquanto o Governo de Angola defendia prazos mais alargados (36 meses) a UNITA advogava prazos mais curtos (12 meses) para a realização do pleito eleitoral. Encontrou-se uma solução intermédia de 18 meses. Todavia, este prazo também, como se viu posteriormente, não era suficiente para as ingentes e complexas tarefas políticas, militares e logísticas. O ideal, defende Messiant, seria o adiamento das eleições para mais tarde a fim de dar possibilidade de concluir todas as tarefas atinentes. Mas da parte da UNITA havia certamente alguma pressão dos EUA em relação ao *timing* das eleições americanas dentro de 18 meses, pelo que não convinha esticar para além desse prazo. Com uma mudança de inquilino na Casa Branca – como veio a acontecer com a vitória dos Democratas – era previsível uma alteração da posição da administração Americana não muito favorável aos intentos da UNITA.

⁶⁴⁶ MESSIANT, Christine, op. cit., p.18

No entanto, o processo de transição política implicaria *ipso facto* uma reforma do Estado ou do sistema político vigente. Daqui a necessidade duma revisão da Lei constitucional vigente. Neste sentido, destacamos uma primeira revisão feita em 1991, antes mesmo da assinatura dos acordos de Bicesse, cujos objectivos são assim mencionados pela respectiva lei: «Os principais objectivos da presente revisão visam fundamentalmente, por um lado, consagrar o pluripartidarismo e a despartidarização das Forças Armadas, por outro, dar dignidade constitucional às importantes transformações que têm vindo a ser introduzidas na área económica.»⁶⁴⁷ Para além dessa revisão parcial, antes do pleito eleitoral de 29 e 30 de Setembro de 1992, foi feita mais uma revisão que visava consagrar os pressupostos do Estado democrático de direito:

«Sem descurar as competências da Assembleia Nacional em matéria de revisão da actual Lei Constitucional e a aprovação da Constituição da República de Angola, afigura-se imprescindível a imediata realização da revisão da Lei Constitucional, como previsto, virada essencialmente para a clarificação do sistema político, separação das funções e interdependência dos órgãos de soberania, bem como para a explicitação do estatuto e garantias da Constituição, em conformidade com os princípios já consagrados de edificação em Angola de um Estado democrático de direito.»⁶⁴⁸

⁶⁴⁷ REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, Lei de Revisão Constitucional, Lei N.12/91, de 6 de Maio.

⁶⁴⁸ Idem, Lei de Revisão Constitucional, Lei N.23/92, de 16 de Setembro.

Essa mesma lei, dentre outras, alterou a designação do Estado para República de Angola, do órgão legislativo para Assembleia Nacional (antes era Assembleia do Povo) e retirou a expressão “popular” na designação dos Tribunais.⁶⁴⁹

As primeiras eleições democráticas no país, independentemente da polémica em torno dos seus resultados, marcaram o virar da página do regime monopartidário para o regime multipartidário. Este facto trouxe o surgimento de algumas dezenas de novas formações políticas, tendo participado dezoito nas eleições legislativas. Também emergiram novos rostos na política angolana que se candidataram para as eleições presidenciais para além dos dois rivais, o Presidente José Eduardo dos Santos e o Dr Jonas Savimbi. No seio da população reinava uma expectativa justificável depois de mais de quinze anos de conflito e de um regime autoritário. Para o regime do Presidente José Eduardo dos Santos, pese embora todos os receios de perder essas eleições para a UNITA, a sua maior conquista foi a sua legitimação internacional. Não pretendemos dizer que não tenha tido legitimação antes deste período, pois entraríamos em contradição com o que fomos dizendo nas nossas análises anteriores. Provavelmente a expressão mais correcta seria a de “plena legitimação externa”, pois uma nova página foi aberta na diplomacia angolana com o afastamento do escólio que a impedia de normalizar as suas relações com os EUA. Fazendo-nos tributários do primeiro embaixador angolano nos EUA, José Patrício, diríamos que Angola e os EUA encontraram finalmente «os caminhos do bom senso». O estabelecimento de

⁶⁴⁹ Ibidem

relações diplomáticas entre Angola e os EUA acabou por acontecer aos 19 de Maio de 1993, durante a administração do Presidente Bill Clinton. Este facto deve ser registado como um dos maiores capítulos da história da diplomacia angolana, concluindo assim um longo percurso de antagonismos ideológico-políticos. Para além dos EUA, Angola estava interessada numa aproximação à Santa Sé através da igreja católica (a mais influente do país).⁶⁵⁰ O Vaticano foi sempre representado no país por um Delegado Apostólico por não haver relações diplomáticas formais entre os dois Estados. A visita do Sumo Pontífice João Paulo II a Angola em Junho de 1992, antes da realização das eleições, foi praticamente a pedra-de-toque do processo de normalização das relações diplomáticas entre Angola e a Santa Sé. Estas viriam a ser formalizadas em Julho de 1997 com a nomeação do primeiro embaixador angolano junto da Santa Sé na pessoa do nacionalista Domingos Quiosa. A partir desta altura os assim designados Delegados Apostólicos ascenderam ao estatuto de Núncios Apostólicos. Entretanto, este passo foi precedido por algumas condições prévias apresentadas pela Igreja Católica em Angola, representada pela CEAST, e que se consubstanciavam nos seguintes pontos: 1) a devolução dos imóveis (escolas, hospitais, internatos, seminários,

⁶⁵⁰ A igreja católica jogou um papel fundamental no processo de paz em Angola sobretudo a nível das suas intervenções contra a guerra que dilacerava o país. D. Manuel Clemente, Cardeal-Patriarca de Lisboa, prefaciando a obra do missionário espiritano Tony Neves, dá o seguinte testemunho sobre o papel da igreja católica em Angola durante o conflito militar: «A Igreja Católica em Angola acampanhou de perto os acontecimentos, sofrendo-os com a população em geral e mantendo com esta uma relação de proximidade ativa e reflexiva, tão constante e imparcial como praticamente única no contexto nacional. Foi assim uma reflexão preenchida pelo conhecimento concreto do que se vivia, tanto pelo empenho solidário em resolver os problemas mais gritantes, sociais, económicos, políticos e militares. Não o fazia a partir de algum dos lados, mas dum ponto mais “alto” que se referia igualmente a todos. Tal ponto era o da Doutrina Social da Igreja, ou seja, a consequência social dos ditames evangélicos, tão concordes afinal com a humanidade comum que qualquer povo compartilha»: NEVES, Tony, *Angola – Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica (1989-2002)*, Texto Editores, Alfragide, 2012, p.15

conventos, etc.) confiscados pelo governo no âmbito da implementação das políticas de tendência marxista-leninista; 2) a restauração das emissões da Rádio Ecclesia, emissora oficial da Igreja Católica que fora banida também no mesmo contexto; 3) o retorno da disciplina de moral e religião nas escolas públicas e privadas. Como sinal de bona-fide, o governo de Angola, na sequência de vários contactos mantidos com as autoridades eclesiásticas, acedeu às exigências. Quanto aos imóveis, não só foram devolvidos como também o governo assumiu o ónus do seu restauro por causa do estado de degradação da maior parte dos mesmos. A Rádio Ecclesia retomou as suas emissões, mas só para Luanda por imperativos circunstanciais. Quanto ao retorno das aulas de moral e religião, esta foi uma das promessas feitas pelo Presidente José Eduardo dos Santos, no seu discurso de cumprimentos de despedida ao Papa João Paulo II, no aeroporto internacional 4 de Fevereiro.

Em relação ao seu antigo aliado, a URSS, o fim da era da GF e a instauração duma nova ordem mundial implicou um reposicionamento estratégico e diplomático. Com alguma habilidade, o regime angolano, metamorfoseado pela nova dinâmica interna e externa e livre das pressões sistémicas do bipolarismo, reorientou as suas políticas para um tipo de parcerias mais positivista e construtivista com a Federação Russa.⁶⁵¹ Essa reorientação vai abranger igualmente os antigos aliados do Bloco do Leste com quem na primeira República Angola mantinha como uma escolha racional da sua PE dentro do quadro dos

⁶⁵¹ «Com o colapso da URSS e as mudanças político-ideológicas associadas, tanto em palcos angolanos como nos panoramas internacionais, algumas destas circunstâncias conjunturais foram alteradas. O que parece ter desencadeado uma reorientação sensível na política internacional do Estado angolano»: GUEDES, Armando Marques, op. cit., p27

alinhamentos ideológicos como podemos constatar nestas palavras do Presidente José Eduardo dos Santos:

«No triénio de 1978/80 foi dedicada uma atenção especial ao fortalecimento preferencial dos laços de amizade e solidariedade forjados durante as nossas guerras de libertação com os Partidos e Povos dos países da Comunidade Socialista.

A identidade ideológica e a vontade recíproca de aprofundar o conhecimento mútuo e de reforçar a nossa acção comum na luta contra a exploração e a opressão proporcionaram um desenvolvimento frutuoso de contactos sistemáticos a vários níveis do Partido, do Estado e das Organizações de Massas que têm desempenhado um papel bastante positivo na troca de experiências e no estreitamento da amizade e da cooperação.»⁶⁵²

Marques Guedes, no seu estudo sobre a PE de Angola, interroga se terá sido o «realinhamento político-ideológico pós-transição democrática no início dos anos 90» o motivo para as mutações que de facto ocorreram ou terá sido provocado pelo «multidimensionamento crescente dos palcos internacionais.» A sua resposta é afirmativa:

«Creio que sim, pois que a essa alteração de facto no lugar de inserção do país nos palcos mundiais há a juntar uma outra, mais subjectiva: já que em grande parte, e ao contrário do que se passara no período imediatamente após a independência, o sentido dos realinhamentos levados a cabo não dependeu em boa verdade das

⁶⁵² CDH, *Discurso do Presidente José Eduardo dos Santos*, I Congresso Extraordinário do MPLA (Dezembro de 1980)

autoridades de Luanda. Foram antes as coordenadas da nova ordem internacional em gestação que lhe ditaram uma nova direcção.»⁶⁵³

Na verdade, é preciso reconhecer a influência da nova dinâmica internacional no reposicionamento de Angola, pois não se trata apenas duma escolha deliberada ou arbitrária do Estado angolano, como bem ilustra Marques Guedes:

«Verificá-lo é fácil. Atenhamo-nos, tão só, ao periodo pós-bipolar, o da chamada 2.^a República. A partir de finais dos anos 80 e, sobretudo, durante os anos 90, a política externa do Estado angolano (como aliás a da chamada maioria dos Estados da África subsaariana) tornou-se cada vez mais multilateral. E a esta nova tónica posta numa multilateralidade mais intensa e diferente, somou-se a progressiva entrada em cena – e tratou-se de uma erupção combinada com um seu protagonismo crescente – de numerosos actores não-estatais no universo exterior da política externa angolana.»⁶⁵⁴

Tal como pretendemos demonstrar, o interesse na sua aposta pelos países do bloco soviético (Estados socialistas) na vigência da primeira República vai ser transferido paulatinamente para novos actores externos, devolvendo, na nossa opinião, maior autonomia aos actores internos em termos de decisões, escolhas e implementação da sua PE.

Quanto à UNITA, principal parceiro do Governo no processo de paz, a situação

⁶⁵³ Ibidem, pp.27-28

⁶⁵⁴ Ibidem, p.28

evoluiu de forma trágica. Não tendo sido alcançado o objectivo de assumir o poder em Angola, a coabitação com o governo tornou-se difícil com a ostentação de linguagem hostil de ambas as partes, tendo mergulhado o país numa crise pós-eleitoral. E esta evoluiu rapidamente para uma nova guerra brutal, devastadora e sangrenta. Desta vez era a chamada guerra das cidades. Era «uma luta armada pelo poder, pela ‘ratificação’ ou ‘rectificação’ das eleições encaradas pelos dois opositores como a batalha final pelo poder absoluto.»⁶⁵⁵ A comunidade internacional, não tendo conseguido travar as novas hostilidades, assumiu uma postura paradoxal, como no-lo ilustra Messiant: «Por um lado, decidiu confirmar as suas acções anteriores, como as eleições e o seu resultado, e assim considerar a UNITA responsável pela guerra. Por outro lado, tentou, em vão, apresentar aos dois partidos propostas para o prosseguimento das negociações (...).»⁶⁵⁶

A validação dos resultados eleitorais pela comunidade internacional considerando-as como “‘geralmente livres e justas””, na voz da representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, a britânica Margareth Anstee,⁶⁵⁷ teve dois efeitos directos: 1) o reforço da legitimação do regime do MPLA que teria obtido uma maioria parlamentar absoluta, o que afastava preliminarmente

⁶⁵⁵ MESSIANT, Christine, op. cit., p.20

⁶⁵⁶ Ibidem

⁶⁵⁷ «Tenho a honra de, na minha qualidade de representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, certificar que, todas as insuficiências levadas em consideração, as eleições dos dias 29 e 30 de Setembro de 1992 podem ser consideradas como tendo sido duma forma geral livres e justas. As Nações Unidas exortam a todos os angolanos e todos líderes políticos bem como a comunidade internacional no sentido de respeitarem e apoiarem os resultados desta parte do processo eleitoral. Não houve evidências (...) que as irregularidades fossem de uma magnitude que pudessem ter efeitos significativos sobre os resultados anunciados no dia 17 de Outubro. Tendo em vista a sua natureza ocasional, não se podia determinar que tais irregularidades tivessem beneficiado ou penalizado um só partido ou conjunto de partidos»: *Eleições gerais presidenciais e legislativas em Angola (1992)*, Disponível em www.youtube.com/watch?v=57Rdc1ia7aK (acessado aos 23/03/2018). Com alguma desilusão Margareth Anstee irá retratar mais tarde num livro o drama do fracasso da missão das Nações Unidas em Angola: Cf. ANSTEE, Margareth, *Angola – Órfã da guerra fria: radiografia do colapso do processo de paz angolano (1992/93)*, Campo das Letras, Porto, 1997

qualquer solução de tipo “*power sharing*”; 2) o desespero da UNITA, que vê esfumar-se a tese da fraude eleitoral, veio à liça sem cerimónias. Multiplicaram-se as vozes de representantes da UNITA na CCPM e outros responsáveis alertando sobre a gravidade da situação e a sua recusa em aceitar os resultados. Aliás, bem antes a UNITA opôs-se à publicação dos resultados pela CNE alegando graves irregularidades.⁶⁵⁸ Segundo a CNE (1992) o MPLA obteve 53,74% e a UNITA 34.10 %; já nas presidenciais não houve vencedor pois que José Eduardo dos Santos obteve 49,57 e Jonas Savimbi 40,07%. Este facto implicaria uma segunda volta com os três candidatos mais votados, neste caso o terceiro seria o Dr Alberto Neto, presidente do PDA. Infelizmente a escalada de violência tomou de assalto o país: Nem as conversações aturadas e prolongadas de Lusaka, sob a mediação do maliano Maitre Beye, conseguiram frenar essa guinada para a guerra. O protocolo de Lusaka (20/11/1994) tentou ensaiar o modelo de “*power sharing*” com o governo de unidade e reconciliação nacional (GURN), mas nem com isso se resolveu o problema da guerra. Curiosamente a UNITA, embora se tenha metamorfoseado em UNITA-Renovada, estava ao mesmo tempo nas instituições do Estado (Parlamento e Governo) e a combater o governo instituído. Nesse novo

⁶⁵⁸ Numa conferência de imprensa em Luanda o então Secretário-Geral da UNITA, Alicerces Mango, chama atenção «ao Conselho Nacional Eleitoral que não tentasse a publicação dos resultados conforme consta da nota que nós temos aqui; porque se o fizer o Conselho Nacional Eleitoral vai assumir a inteira responsabilidade do que vier a acontecer no país.» No mesmo diapasão, Abel Chivucuvucu, Secretário das Relações Exteriores da UNITA, afirmou: «Queria parafrasear o que o Secretário-Geral da UNITA acaba de dizer de que não devíamos minimizar a gravidade da situação no país a não ser que estejamos interessados na somatização de Angola.» Por seu turno, de forma mais contundente, Salupeto Pena, representante da UNITA na CCPM disse o seguinte numa entrevista: «(...) os resultados são publicados antes do fim dos trabalhos de investigação, eu como responsável não terei necessidade de contactar a minha direcção para tomar as minhas medidas. As minhas medidas são bem claras: os resultados são anunciados, isso significa que o país estará a consagrar algo que não reflecte a expressão verdadeira do povo. Pois nesta altura eu não estou tão despido quanto isto...meto as forças em movimento...meto o povo em movimento.» Disponível em www.youtube.com/watch?v=57Rdc1ia7aK (acessado aos 23/03/2018)

quadro a UNITA ficou reduzida aos olhos da comunidade internacional como uma «força rebelde ilegítima». Foi por isso submetida a uma grande pressão internacional para desarmar e não só. O Conselho de Segurança da ONU, perante a situação crítica reinante, avançou para a condenação reiterada da UNITA impondo sanções à organização e aos seus dirigentes consubstanciadas no congelamento dos seus activos financeiros domiciliados em bancos fora de Angola, o embargo da venda de diamantes, o impedimento de fornecimento de armas e produtos militares por todos os países membros das Nações Unidas, a limitação da circulação dos dirigentes, etc.⁶⁵⁹ Aproveitando-se dos ventos favoráveis, o governo tentou conseguir da comunidade internacional a inclusão da UNITA na lista dos movimentos terroristas. Se não conseguiu exactamente essa declaração, ao menos conseguiu cada vez mais apoios externos multiformes quer no domínio militar quer no domínio de *intelligence* para derrotar militarmente a UNITA.

⁶⁵⁹ Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Resolução nº864 (1993), adoptada pelo Conselho de Segurança na sua 3277.^a reunião a 15 de Setembro de 1993; Resolução nº 1173 (1998), adoptada pelo Conselho de Segurança na sua 3891.^a a 12 de Junho de 1998; para além dessas foram tomadas numerosas resoluções sobre a situação em Angola como a N.º696 (1991), N.º 747 (1992), N.º 785 (1992), N.º 793 (1992), N.º804 (1993), N.º 811 (1993), N.º823 (1993), N.º 834 (1993), N.º851 (1993), para mencionar apenas estes.

CONCLUSÃO GERAL

A política internacional foi o campo em que a GF se expressiu com mais incidências, na medida em que condicionou a PE dos Estados em vários quadrantes do globo. Sendo a política internacional o conjunto das PE dos Estados, entendemos que durante todo o período histórico da GF (1945-1991) a ordem bipolar impôs-se inexoravelmente nas opções, decisões e implementação das PE's da maioria dos Estados que compõem o sistema internacional. Tendo em conta que a quintessência da PE consiste em influenciar o ambiente externo em prol da sobrevivência do Estado - e se considerarmos ainda os pressupostos do realismo evocados neste trabalho - a situação da GF requeria alguma proactividade dos Estados, pois era quase impensável enveredar pela indiferença. Foi neste sentido que uma relevante pléiade de Estados entendeu enveredar por políticas de alianças estratégicas ora com um, ora com outro dos principais pólos do poder mundial. Daqui o bloquismo emergente logo no crepúsculo da segunda Grande Guerra que deu lugar à criação da NATO e do Pacto de Varsóvia. Os líderes mundiais entendiam assim que era essa a melhor estratégia para preservarem os seus interesses securitários num sistema internacional marcado pela confrontação Leste-Oeste e com as respectivas periferias a reboque. Todavia, na mesma lógica, o bloco "terceiromundista" agrupava os Estados da

periferia que entendiam promover a estratégia do neutralismo, tendo criado para o efeito o emblemático Movimento dos Países Não-Alinhados onde pontificavam a ex-Jugoslávia de Josip Broz Tito e Cuba de Fidel Castro, para citar apenas alguns exemplos. O seu objectivo era ensaiar uma espécie de “terceira via” para contrapor ao bipolarismo com os seus respectivos blocos ideológicos, militares e económicos. Na prática, embora confessando oficialmente o credo do não-alinhamento, esses países construíram alianças de esquerda mais próximos do bloco socialista. Assim sendo, não foi possível travar os impactos nefastos da GF dentro da lógica da *realpolitik* de cada um dos vários Estados que compõem o sistema internacional. O seus impactos eram omnipresentes. É daqui que devemos extrair toda a dinâmica de violências altamente patrocinadas pelas duas superpotências ao transferirem para a periferia, sobretudo nas zonas em que se disputava a hegemonia destes, as “guerras quentes”, entretanto, expurgadas dentro das suas respectivas fronteiras. Temos o registo da guerra da Coreia, Vietname, Afeganistão, das rebeliões na América Latina e, para variar, da guerra civil de Angola e Moçambique. Independentemente das causas endógenas desses conflitos, a sua dimensão, intensidade, duração e desfecho estiveram também arraigadas nos interesses geopolíticos e geoestratégicos da GF. Todavia, a nossa pesquisa permitiu-nos, através da análise dos factos, afastar a ideia de a GF tenha determinado tudo isentando a política doméstica de quaisquer responsabilidade. Foi possível provar o papel determinante das próprias dinâmicas políticas e sociológicas internas. No título da dissertação preferimos, destarte, usar a expressão “incidências”. É justamente no intuito de assumirmos

um paradigma de análise capaz de “dar a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” - parafraseando as Escrituras Santas – que entendemos trazer a lume factos cuja análise nos tenha levado a escrutinar os factores que determinaram a PE de Angola cujas variáveis são as causas endógenas e as causas exógenas. Através da aplicação do método indutivo na nossa análise conseguimos provar que o caso particular de Angola inscreve-se na lógica genérica da GF ou seja o que aconteceu em Angola também teve lugar noutros quadrantes do globo onde os paradigmas políticos caíram nas malhas da confrontação Leste-Oeste. Falar de “incidências” da GF na PE de Angola pode até parecer uma daquelas verdades “De la Palisse”, na medida em que parece ser demasiado óbvio. Daí que, para escaparmos dessa cilada, a nossa questão de partida não pretende saber se houve ou não houve essas “incidências”, mas, sim, “como” é que essas incidências marcaram as dinâmicas políticas internas de Angola, mormente na formulação e nas suas decisões em PE. Noutros termos, pretendemos saber qual foi o papel das superpotências da GF nos assuntos externos de Angola. Por conseguinte, a questão parte de uma premissa que de algum modo não deixa de ser uma constatação prévia do investigador, isto é, de que havia “incidências” da GF na PE de Angola. Refutamos os paradigmas de análise de carácter vitimista por não concordarmos com o estatuto de minoridade que certas análises emprestam aos Estados africanos reduzindo-os a simples vítimas de conspirações neocolonialistas ou imperialistas vindos do Leste ou do Ocidente. A nossa linha de análise tem o condão de colocar a liderança angolana – com os seus méritos e deméritos – na vanguarda da sua PE quer nas suas

representações ideacionais, quer no seu pragmatismo, resultantes da necessidade de se posicionar e orientar a sua inserção no sistema internacional.

As várias discussões teóricas apresentadas nesta pesquisa em relação a PE dos Estados trouxe à ribalta o problema dos modelos teóricos. Destacamos o modelo da *“rational choice”* e fomos percebendo ao longo da pesquisa que enquadra bastante bem o caso em análise. Angola, Estado recém-independente, precisava de fazer opções estratégicas que pudessem guindá-la aos principais areópagos internacionais. Confrontada com uma situação interna calamitosa onde estava em causa a sobrevivência do próprio Estado, os líderes angolanos (autoridades governamentais) entenderam que a sua adesão aos palcos internacionais (ONU, OUA, etc) era o caminho mais acertado para não só conseguirem o reconhecimento internacional, mas sobretudo para salvar o Estado nascituro duma hecatombe. Como é óbvio, isso tem os seus custos políticos e diplomáticos. Daí a pertinência do *“rational choice”*, na medida em que foi necessário equacionar os custos e os benefícios. Mas é preciso dar-lhe um outro condimento importante: o interesse nacional. As análises feitas nesta pesquisa demonstram que a PE de Angola, no período em estudo, teve algumas metamorfoses, mas houve também algumas constantes. Do ponto de vista das constantes o que pudemos aferir é que o interesse nacional terá sido o gonzo de toda a manobra diplomática de Angola. A pergunta que se coloca é: o Estado angolano, naquele contexto específico, poderia assumir outras opções? Pensamos até certo ponto que era possível, mas a prioridade do novo Estado, como vimos, foi a definição dos interesses nacionais. Mas é preciso ter aqui em

conta que esses interesses nacionais confundiam-se com os interesses do MPLA, ou melhor dito, era o MPLA que os definia. Por isso, quando aqui falamos da “escolha racional” estamos a admitir que as autoridades políticas angolanas procuraram agir “racionalmente” na medida em que o posicionamento diplomático do Estado angolano era uma consequência do alinhamento ideológico e estratégico do MPLA cujos estatutos e programa previam uma PE independente e pacífica e o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do mundo. Na sua arquitectura de PE destacavam-se os princípios do respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingeração nos negócios internos, igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica. Para além destes, temos outras ideias basilares da PE de Angola que tivemos a ocasião de salientar, tais como: o respeito pelos princípios da Carta da ONU, não adesão a um bloco militar, relações especiais de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola e protecção dos angolanos residentes no estrangeiro. E aqui recordamos, como foi demonstrado oportunamente na nossa tese, que o partido, enquanto movimento de massas, tinha primazia sobre o Estado na hierarquia do sistema político vigente. Por conseguinte, o partido foi sempre o principal laboratório da PE.

É preciso, porém, assinalar que uma das incidências nevrálgicas da GF no caso de Angola foram as “relações clientelares” mantidas durante esse período com a URSS e, de uma forma geral, com o bloco socialista. O desmoronamento da União Soviética e o fim da GF no final da década de 80 proporcionou ao Estado angolano uma boa oportunidade para um “realinhamento” da sua PE. Com

efeito, Angola passou desde então a considerar as novas oportunidades de parcerias com outros Estados com quem não tinha afinidades ideológicas. E desde logo, o caso mais emblemático foi a sua abertura para os EUA e para o Ocidente, em geral, que veio a culminar com o estabelecimento de relações diplomáticas formais. O novo ambiente da política interna pós-eleitoral, reforçou o papel do Estado angolano nas RI na medida em que foi realizada uma reforma do Estado que acabou por aderir ao modelo das democracias liberais e à economia do mercado através duma revisão da lei constitucional que substituiu o sistema de partido único de tendência marxista-leninista pelo sistemático multipartidário com eleições periódicas. Apesar de ter eclodido uma crise pós-eleitoral que descambou para uma nova fase da guerra civil, o novo governo saído das eleições teve uma importante legitimação da comunidade internacional facto que o levou a receber apoios externos multifacéticos (diplomáticos, financeiros, comerciais, militares) que o ajudaram a derrotar militarmente a UNITA em 2002 com a morte em combate do seu líder.

Na nossa análise, apesar de termos demonstrado o papel fundamental da URSS no alinhamento ideológico do MPLA, partido-Estado, não foi possível aferir dados que nos levassem a sustentar um suposto processo de “sovietização” de Angola. Para além de puxar Angola para sua zona de influência geopolítica na lógica das disputas da GF, tendo em conta o peso da Angola na África Austral e os seus recursos prodigiosos, não arriscamos em formular algum juízo de valor numa perspectiva “sovietizante”. Aliás não conseguimos provar que os líderes angolanos, mormente o Dr Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, tivessem

fortes convicções comunistas e estivessem dispostos a alienar o país para as mãos dos soviéticos apesar de toda a retórica em voga nesse período. O que pudemos perceber ao longo da nossa pesquisa é que o alinhamento ideológico e a instauração dum sistema político de tendência marxista-leninista não foi mais que uma arma estratégica decorrente do seu posicionamento no sistema internacional para garantir os apoios que precisava do bloco do Leste. Daqui a justificação de algum “sovietismo” então em voga na doutrina doméstica angolana. As alianças impõem certas lealdades, embora nem sempre o parecer coincida necessariamente com o ser.

Quanto ao propalado “imperialismo americano” entendido como ameaça à integridade territorial e segurança do Estado angolano, importa realçar que o nosso trabalho teve o cuidado de enquadrá-lo naquilo que podemos chamar de “teses convencionais” engendradas pelo regime em Angola para sustentar a sua propaganda vitimista e conspiratória. Não está provado que os EUA quisesse fazer uma intervenção em Angola, aliás, a própria Emenda Clarck impedia-o e mesmo depois da sua revogação pelo Congresso não divisamos intenções explícitas nesse sentido. No nosso entendimento o imperialismo é um sistema de dominação (política, militar, cultural, económica, etc.) que pode passar por uma ocupação de territórios estrangeiros. Para o imperialismo, as fronteiras são móveis e podem ser alargadas dependendo apenas do poderio militar de determinado Estado. De algum modo, o imperialismo é o poder em movimento. Embora, a RSA e o Zaíre tivessem actuado em Angola com um empurrão dos EUA, é preciso reconhecer que estes países tinham seus próprios interesses, como o demonstrámos, e que

eram bem mais que simples “marionetas” da administração norte-americana. A sua actuação encontra algum respaldo nas teses realistas. De resto, aquilo que se convencionou chamar por “imperialismo americano” não passa de manobras tendentes a pôr em Angola um governo que fosse mais favorável aos seus múltiplos interesses em Angola. Não se trata de anular o Estado angolano ou fazê-lo desaparecer do mapa; trata-se *tout court* de uma substituição do regime em então vigente. Esta é a chave hermenêutica da questão. Entretanto, quando os EUA entenderam que podiam também cooperar com o regime do MPLA bastando para isso que houvesse democracia e economia de mercado, não hesitaram em abraçar a nova oportunidade, abandonando o seu antigo aliado. É mesmo por isso que as alianças não são eternas. Elas dependem sempre dos interesses em jogo. Aliás, ultrapassado o período da GF, Angola deixou de ter a mesma importância, sobretudo, na perspectiva da geoestratégia. Por um lado, a URSS deixou de existir e a nova Rússia já não estava apostada na exportação do comunismo, tendo aberto um novo capítulo nas relações bilaterais com Angola baseadas já não numa cooperação paternalista de pendor soviético, mas na reciprocidade de vantagens e na igualdade dos Estados. Por seu turno os EUA já não tinham os mesmos motivos para hostilizar o Estado angolano, facto este que contribuiu para o seu reconhecimento. Em suma, vingou a *realpolitik* na medida em que com o fim da antiga ordem foram inaugurados novos paradigmas na política internacional cujos ventos sopraram favoravelmente para a mudanças que conduziram Angola à segunda república, embora tenha sido uma transição *sui generis* com a manutenção do mesmo partido político no poder.

Um outro aspecto a realçar em relação a APE de Angola é a sua perspectiva africana consubstanciada no apoio aos povos da África Austral que ainda se debatiam com a política de segregação das minorias brancas aí instaladas concretamente na África do Sul, na Namíbia e na Rodésia do Sul. O MPLA, partido-Estado, estabeleceu então relações estreitas com os movimentos guerrilheiros como a ANC (África do Sul), a SWAPO (Namíbia) e a ZANU/ZAPU (Rodésia). Todos estes movimentos partilhavam afinidades ideológicas com o MPLA; os seus dirigentes, sobretudo da SWAPO e ANC, tiveram asilo em Angola. No caso da SWAPO tinha mesmo bases militares instaladas em território angolano.

Do ponto de vista do conflito interno, foi possível verificar na análise dos factos de que houve alguns factores que contribuíram favoravelmente para a sobrevivência do MPLA no poder desde 1975 a despeito dos seus rivais (FNLA e UNITA). O primeiro grande factor foi, desde logo, o reconhecimento internacional do governo do MPLA cuja adesão à ONU e à OUA deitou abaixo as pretensões dos outros movimentos. Outro factor decisivo foi o apoio militar maciço, da primeira hora, vindo da URSS e de Cuba. De algum modo podemos dizer *en passant* que o MPLA teve do seu lado aliados militares empenhados em usar todos os meios ao seu dispor para evitar que aquele perdesse o poder.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

▪ Monografias:

AA.VV. (edited by), *Cuito Cuanavale. Frontline Accounts by Soviets Soldiers*, Jacana, s.l., 2014.

AA.VV., *Organizações Internacionais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010 (4.^a edição revisada).

AGUIAR, Luiz, *Livro Negro da Descolonização*, Editorial Intervenção, Lisboa/Braga, s.d.

ALMEIDA, Benjamim, *Angola – O Conflito na Frente Leste*, Âncora Editores, Lisboa, 2011.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*, Publicações D. Quixote, Varona-Salamanca, 1997 (2.^a edição)

ANSTEE, Margareth, *Angola – Órfã da guerra fria: radiografia do colapso do processo de paz angolano (1992/93)*, Campo das Letras, Porto, 1997.

ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, Círculo de Leitores, Maia, 1994.

ARNOLD, Guy, *Africa. A Modern History*, Atlantic Books, London, 2005

BENIGNO, *Vie et mort de la révolution cubaine*, ed. Fayard, Paris, 1996.

BIRMINGHAM, David, *Breve História de Angola Moderna (séc.XIX-XXI)*, (trad. Rita Carvalho e Guerra), Guerra e Paz, Lisboa, 2017.

BROWN, Chris – KIRSTEN, Ainley, *Understanding International Relations*, Ed. Palgrave MacMILLAN, London, 2009 (4.^a edição).

BROWN, Archie, *Ascensão e Queda do Comunismo*, Dom Quixote, Alfragide, 2010.

CARDOSO, António Silva, *Angola – Anatomia de uma Tragédia*, Oficina do Livro, Alfragide, 2009 (7.^a edição).

CARRASCO, Carlos Antonio, *Los Cubanos En Angola. Bases para el estudio de una guerra olvidada (1975-1990)*, Editorial Aeronautica, La Paz, 1977.

CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Publicações

Dom Quixote, Lisboa, 1996.

CASTRO, Luis Filipe de Oliveira e, *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaios*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola – Do Alvor a Lusaka*, Hugin editores, Lisboa, 1996.

CORREIA, Adérito – SOUSA, Bornito de, *Angola. História Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1996.

CUNHA, Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Atlântida Editora, Coimbra, 1977.

CRESPO, Manuel Pereira, *Porque Perdemos a Guerra*, Ed. Abril. Lisboa, s/d.

DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os Efeitos do Estado-Nação em África*, (trad. Jorge Almeida e Pinto), Campo das Letras, Porto, 2000

DOWDEN, Richard, *Africa. Altered states, Ordinary miracles*, Portobelo Books, Warwickshire, 2015 (New edition).

DOUGHERTY, James E., - PFALTZGRAFF, Robert L Jr., *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*, (trad. Marcos Farias Ferreira *et alii*), Gradiva, Lisboa, 2003

FERNANDO, Emídio, *Jonas Savimbi - No Lado Errado da História*, D. Quixote, Alfragide, 2012 (3.^a edição).

FERREIRA, Eduardo de Sousa, *Aspectos do Colonialismo Português. Análise de Economia e Política sobre as Colónias Portuguesas, África do Sul e Namíbia*, (Prefácio de Basil Davidson), Seara Nova, Lisboa, 1974.

FERGUSON, Niall, *Colosso – Ascensão e a Queda do Império Americano*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2015.

FREIRE, Maria Raquel (coord.), *Política Externa – As Relações Internacionais em mudança*, Imprensa Universitária de Coimbra, Coimbra, 2011.

GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, (trad. Jaime Araujo), Edições 70, Coimbra, 2007.

GARCIA, Francisco Proença, *Da Guerra e Da Estratégia: a Nova Polemologia*, Prefácio, Lisboa, 2010.

GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, Tinta da China, Lisboa, 2016.

GUIMARÃES, Fernando Andressen, *The origins of the angolan civil war. Foreign intervention and domestic political conflict*, Macmillan Press, London, 2001.

HERNANDEZ, Leila Leite, *A África na Sala de Aula. Visita à História Contemporânea*, Selo Negro Edições, S.Paulo, 2008 (2ª edição revisada).

HEIMER, Franz Wilhelm, *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*, A Regra de Jogo, Lisboa, 1980.

HOBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*, (trad. Marcos Santarrita), Editorial Presença, Lisboa, 2011 (5ªedição).

HODGES, Tony, *Angola: Anatomy of an Oil State*, Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 2004 (2.ª edição aumentada).

ILIFFE, John, *Os Africanos. História dum Continente*, (trad. Maria Filomena Duarte), Terramar, Lisboa, 1999.

JUNIOR, Miguel (org.), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola-1975)*, Mayamba editores, Luanda, 2011.

KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Edições 70, Lisboa, 2013.

KA Mana, *L'Afrique va-t-elle mourir? Essai d'éthique politique*, Karthala, Paris, 1993.

KENEZ, Peter, *História da União Soviética*, Edições 70, (trad. Jaime Araújo), Lisboa, 2015.

KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial. Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*, (trad. José Mendonça da Cruz), Publicações D. Quixote, Alfragide, 2015 (2ªedição).

LAKATOS, Eva Maria - MARCONI, Marina de Andrade, *Fundamentos de Metodologia Científica*, Atlas, S. Paulo, 2003.

LOPEZ, Jose Luis Cortes, *Historia Contemporanea de Africa – Desde 1940 hasta nuestros días*, Editorial Mundo Negro, Madrid, 1995.

MAGALHÃES, José Calvet, *Diplomacia Pura*, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2005.

MAIA, Catherine – KOLB, Robert, *Le Statut International de la Provence Angolaise du Cabinda a la Lumiere du Droit International Public*, Editions A. Pedone, s/l.

MARQUES, Silvino Silvério, *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril. Uma polémica com Veríssimo Serrão*, Editorial Inquérito, Mira-Sintra, s/d.

MARQUES, Alexandra, *Os Segredos da Descolonização de Angola. Toda a verdade sobre o maior tabú da presença portuguesa em África*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2013.

MARTINS, Sebastião, *Labirintos Mundiais. As revoluções pós-modernas e os caminhos da incerteza global*, Edições Sílabo, Lisboa, 2015.

MATEUS, Dalila Cabrita – MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola*. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977, Edições ASA, Porto, 2007.

M'BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e Civilizações: Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II (trad. Manuel Resende), Edições Colibri, Lisboa, 2011 (2.^a edição).

MELO, Antonio, et alii, (ed.), *Colonialismo e Lutas de Libertação. 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*, Afrontamento, Porto, 1974.

MILHAZES, José, *Angola. O princípio do fim da União Soviética*, Nova Vega, Lisboa, 2009 (2.^a edição).

MINTER, William, *Os Contrastes do Apartheid. As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*, (trad. João Paulo Borges Coelho) Arquivo Histórico de Moçambique, Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, s/l, 1994.

MIRANDA, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*, Principia Editora, Cascais, 2002 (5.^a edição revista e atualizada).

MUEKÁLIA, Jardo, *Angola – A Segunda Revolução. Memórias da luta pela democracia*, Sextante Editora, Porto, 2010 (4.^a edição).

MOCO, Marcolino, *Angola- Estado-Nação ou Estado-Etnia?* Marmoco Criações, Luanda /Lisboa, 2015

MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007.

MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations. The Struggle For Power and Peace*, McGraw-Hill, Caledonia, Brief edition, 1993.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 7.^a edição, Editora Almedina, 2011.

MOREIRA, Tiago de Sá, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, Alfragide, 2011.

MWAYILA, Tshiyembe, *L'Etat postcolonial facteur d'insecurité en Afrique*, ed. Présence Africaine, Paris, 1990.

NAÍN, Moises, *O Fim do Poder*, (trad. Pedro Elói Duarte), Gradiva, Lisboa, 2014.

NICHOLLS, C.S., (ed.), *Power. A Political History of the 20th Century*, Harrap, London, 1990

NIXON, Richard, *A Verdadeira Guerra*, (trad. Francisca A.R. Fontes), Portugália Editora, Lisboa, 1980.

NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*, Tiago Araujo (trad.), Gradiva, Lisboa, 2014 (3^a edição).

NUMELIN, Ragnar, *The Beginning of Diplomacy*, Oxford University Press, Londres, 1950.

OLIVEIRA, Luis Adriano, *Ética em Investigação Científica. Guia de boas práticas com estudos de caso*, Lidel, Lsboa, 2013.

OLIVEIRA, António, *O Padre de Savimbi*, Aletheia Editores, Lisboa, 2017.

PACHECO, Carlos, *Agostinho Neto. O Perfil de um Ditador. A História do MPLA em Carne Viva*, vols I e II, Nova Veja, Lisboa, 2016.

PALMA, Elisabete Cortes, *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa. Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, IDI/MNE, s/l, 2006.

PATRICIO, José, *Angola-EUA. Os caminhos do bom senso*, Excutive Center, Luanda, 1997.

PAWSON, Lara, *Em nome do Povo: o Massacre que Angola silenciou*, (trad. Suzana Sousa e Silva), Tinta da China Edições, Lisboa, 2014.

PAVIA, José Francisco – MONTEIRO, Manuel, *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013)*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2013.

PIERCE, Justin, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002)*, (trad. Suzana Sousa e Silva), Tinta da China Edições, Lisboa, 2017.

PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola. Da Pré-História ao início do Século XXI*, Mercado de Letras, Lisboa, 2015.

PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008 (4.ª Edição).

PONOMAREV, B. – GROMYKO, B. – KHVOSTOV, V. (dir), *Histoire de la Politique Exterieur de L'URSS (1945-1970)*, Editions de Progrès, Moscou, 1974.

PUNA, Miguel Maria N'zau, *Mal Me Querem. Autobiografia reveladora de uma figura proeminente da história de Angola*, Papiro Editora, Porto, 2011.

QUINTINHA, Santana, *O Terrorismo e os Partidos subversivos no Ultramar Português*, Lisboa, 1973.

REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes. Uma biografia política*, Âncora Editora, s/l, s/d, (2.ª edição),

RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização. Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, editora Inquérito, Mitra-Sintra, 2002.

RUBIN, Leslie-WEINSTEIN, Brian, *Introduction to African Politics*, Praeger publishers, New York & Washington, 1974.

SÁNCHEZ, Juan Reinaldo, *A Face Oculta de Fidel Castro*, (trad. Patricia Xavier), ed. Planeta, Lisboa, 2014.

SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, Kilombelombe, Luanda, 2008,

SPINOLA, António de, *Portugal e o Futuro. Análise da Conjuntura Nacional*, Arcádia, Lisboa, s/d.

SPROUT, Harold – SPROUT, Margaret, *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1965.

TATI, Raul, *Crise Africana e o Processo de Democratização em África. Pertinência e Implicações Ético-Antropológicas*, Colorestudio, Leiria, 1999.

TATI, Raul, *Cabinda – Órfã da Descolonização do Ultramar Português*, Príncipe Editora, Cascais, 2017.

TERRAY, Emmanuel (dir.), *L'Etat Contemporain en Afrique*, Editions L'Harmattan, Paris, 1987.

VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, (trad. Rosa Carreira & Sérgio Coelho), Edições 70, Lisboa, 2005 (ed. revista e actualizada).

VAZ, Carmo (dir.), *Angola rumo à independência. O Governo de Transição - documentos e personalidades*, Livriangol editores, Luanda, s/d.

VINICIUS, Marco – SALDANHA, Maria João, *Jonas Savimbi. Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola*, Edições Armasilde, Amadora, 1977.

WAAG, Ian Van Der, *A Military History of Modern South Africa*, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg & Cape Town, 2015.

WAALS, W.S. Van Der, *Guerra e Paz. Portugal/Angola (1961-1974)*, (trad. Helena Maria Biosa e Mota), Casa das Letras, Alfragide, 2015.

WERY, Max, *E assim murcharam os cravos*, Editorial Fragmentos, Lisboa, s/a

WHEELER, Douglas – PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Tinta da China, Lisboa, 2013 (1ª Reimpressão).

WIGHT, Martin, *A Política do Poder*, Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

WRIGHT, George, *A Destruição de um País. A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Editorial Nzila, (trad. Maria do Carmo Pereira Gago da Silva), s/l, 1997.

VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, (trad. Rosa Carreira & Sérgio Coelho), Edições 70, Lisboa, 2005 (ed. revista e actualizada).

ZIEGLER, Jean, *Le Pouvoir Africain*, Éditions du Seuil, s/l, 1979.

- Partes ou volumes de Monografias:

ALMEIDA, Dinis, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA, I Vol.*, Edições Sociais, Lisboa, s/d.

BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol I e II, (trad. Carlos da Veiga Ferreira), INALD, Luanda, 1981.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA, *A História do MPLA*, 1.º volume (1940-1966) e 2.º volume (1967-1977), CDIH, Luanda, 2008.

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol II. Análise Geoestratégica de um mundo em conflito*, Almedina, Coimbra, 2010.

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol I*, Almedina, Coimbra, 2010.

DUROSELLE, Jean-Baptiste - KASPI, André, *História das Relações Internacionais. De 1945 aos nossos dias*, Tomo II, (trad. Helder Viçoso), edições Texto e Grafia, Lisboa, 2014.

NETO, Maria Eugénia – NETO, Irene, (coord.), *Agostinho Neto e a Libertação de Angola (1949-1974). Arquivos da Pide-DGS*, Vol.I, Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2011.

ROCHA, Edmundo, *Angola. Contribuição ao Estudo do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1954)*, Vol I, Editorial Kilombelombe, Luanda, 2002.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular*, 2º Volume, Casa das Letras, Cruz Quebrada, 2006.

- Contribuições em Monografias:

ALEXANDRE, Manuel Valente, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, in *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa (Julho 2006), pp.32-33

FERREIRA, Marcos Faria, *Construtivismo*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Ferreira (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2014,

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos 30*, in MATTOSO, José, (dir.) *História de Portugal*, vol II: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FREIRE, Maria Raquel – VINHA, Luis da, *Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas*, in FREIRE, Maria Raquel (coord.), op. cit., p. 16-17.

HUDSON, Valerie M., *Introduction: three paradigmatic Works*, in Smith, STEVE – HADFIELD, Amelia – DUNNE, Tim (ed), *Foreign Policy: Theories – Actors – Cases*, Oxford University Press, Oxford/New York, 2008.

ROSENAU, James N., *Pre-Theories and Theories of Foreign Policy*, in R.B. Farrel (ed.), *Approaches to Comparative and International Politics* (Evanston: Northwestern University Press), 1966.

HUDSON, Valerie M., *The history and evolution of foreign policy analysis*, in Smith, S. – Hadfield, A. – Dune, T., (org.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp.11-30

WOHLFORT, William C., *Realism and foreign policy*, in SMITH, Steve, et al, (org.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*, Oxford University Press, Oxford, 2008.

DOYLE, Michael W., *Liberalism and Foreign Policy*, in SMITH, Steve, et al., (org.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*, Oxford University Press, Oxford, 2008.

GUEDES, Armando Marques, *As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força Na Política Externa de Angola (1975-2002)*, in PAVIA, José Francisco (coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Quid Iuris, Lisboa, 2011.

BRITO, Raquel Soeiro de, *Aspectos Gerais da geografia física de Angola*, in Angola. Curso de extensão universitária ano lectivo de 1963-64, Universidade

Técnica de Lisboa/Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

TENREIRO, Francisco, *Angola: Problemas de Geografia Humana*, in Angola: Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1963-64, Universidade Técnica de Lisboa/Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

GARCIA, Dr José de Penha, *Organization politique et administrative de l'Empire Coloniale Portuguais*, in Organisation Politique et Administrative des Colonies, Bibliothèque Coloniale Internationale, Bruxelles, 1936.

MÁRQUEZ, Gabriel García, Operación Carlota, in WATERS, Mary-Alice (ed.), *Cuba y Angola. Luchando por la Libertad de África y La Nuestra*, Pathfinder Press, Nueva York/Londres/Montreal/Sydney, 2013 (2.^a impressão).

ESTALINE, J., *Sobre los Fundamentos del Leninismo*, conferência pronunciada na Universidade de Sverdlov, em começos de Abril de 1924, *Cuestiones del Leninismo* (trad. Espanhola, Buenos Aires, 1947): in CASTRO, Luis Filipe de Oliveira, *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaios*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.

WAALS, W.S. VAN DER, *Operação Savannah: apoio militar sul-africano à Unita (1975-1976)*, in FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS, *Anais da Conferência Angola: Guerra de Libertação e independência, Luanda (25 e 26 de Agosto 2016)*, Editora Mayamba.

SOUSA, General José Luís C.H., *A Operação Savannah e o Direito linternacional*, in JUNIOR, Miguel (org), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola-1975)*, mayamba editores, Luanda, 2011.

SÁ, Tiago Moreira de, *O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, a África do Sul e a Descolonização de Angola*, in JUNIOR, Miguel (org.) *O Fracasso da Operação Savannah (Angola-1975)*, mayamba editores, Luanda, 2011.

MALAQUIAS, Assis, Angola: *The foreign Policy of a Decaying State*, in WRIGHT, Stephen (ed), *African Foreign Policies*, Westview Press, Colorado & Oxford, 1999.

PINHEIRO, Paulo Vizeu, *Angola: de Bicesse a Lusaka*, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, Estados Unidos e África Austral*, Fundação Luso-americana, Lisboa, 2006.

GLEIJESES, Piero, *Conflicting versions: Cuba, the United States and Angola*, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, Estados Unidos e África Austral*, IPRI, Lisboa, 2006.

MALAQUIAS, Assis, Angola: *The foreign Policy of a Decaying State*, in WRIGHT, Stephen (ed), *African Foreign Policies*, Westview Press, Colorado & Oxford,

1999.

DAEHNHARDT, Patrícia – FREIRE, Maria Raquel, *Introdução – A Rússia e o Espaço Euro-Atlântico*, in DAEHNHARDT, Patrícia – FREIRE, Maria Raquel (coord.), *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

OLIVEIRA, Pedro Aires, *O Fim da URSS e Suas Ondas de Choque*, in *O Fim da URSS, a Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL/Fundação Mário Soares, Lisboa, 2013.

▪ Teses e outros Trabalhos Acadêmicos:

MOORE, C., *Le castrisme et l'Afrique, cálculos y enfoques estratégicos en la política africana de Cuba de 1959 a 1979*, Universidad de Paris VII, Tesis de Doctorado.

IKEDA, Maria Angélica, *O Princípio da autodeterminação dos Povos*, Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, Dissertação (mestrado) em Direito Internacional, 2001.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho, *A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAPOCO, Zeferino, *O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*, Dissertação de Doutoramento, IEP-UCP, Lisboa, 2013.

CAPOCO, Zeferino, *O Nacionalismo Africano como Paradigma do Independentismo Angolano (1945-1975)*, Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2007.

NEVES, Tony, *Angola – Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica (1989-2002)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Lusófona de Lisboa, 2011.

TOMÁS, Claudio Andrade da Conceição, *Discursos e Práticas Alternativas de Reconciliação Nacional e de Construção da Nação em Angola: o Caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola*, Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2010.

▪ Artigos de Publicações em série:

AMANTE, MARIA de Fátima, Estado-Nação, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D.Quixote, Lisboa, 2014.

BRANCO, Luis Castelo, *As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos*, in Nação e Defesa, N.105 (2.ª série), Verão de 2003.

BMC/HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA, *25 de Abril. Cronologia de acontecimentos – Grândola*, in Expresso, N.69 (27 Abril 1974).

BMC/HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA, *O Mundo fala de Portugal após o “25 de Abril”*, in Expresso, N.70 (04 Maio 1974).

COUTINHO, Francisco Pereira, *Autodeterminação*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Alfragide, 2014.

FEARON, James D., *Domestic Politics, Foreign Policy, and Theories of International Relations*, in Annual Reviews of Political Sciences, n.1, pp.289-313.

FERNANDES, José Antunes, *Poder (e Potência)*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, (org.) *Enciclopedia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014.

LARA, António de Sousa, «Colonização», in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Alfragide, 2014.

LOPES, Tiago Ferreira, *Transição*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Alfragide, 2014.

HUDSON, Valerie M, *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*, in “Foreign Policy Analysis”, (2005), Nº 1, pp. 1-30.

IKENBERRY, G. John, *The Illusion of Geopolitics. The Enduring Power of the Liberal Order*, in Foreign Affairs (May/June 2014), pp. 80-90

MEAD, Walter Russel, *The Return of the Revisionist Powers. The Revenge of the Revisionist Powers*, in *Foreign Affairs* (May/June 2014), pp. 69-79

MESSIANT, Christine, *As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka. Uma análise crítica*, in *Accord* 15, s/d.

RAIMUNDO, António, *O Estudo da Política Externa. Combinar Teoria e Contexto* (Recensão), in *RI*, (Setembro 2012), N.º 35, pp. 139-142.

SNYDER, et al., *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*, Foreign Policy Analysis Project Series N° 3, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1954.

ROCHA, Diogo, *Interesse Nacional*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014, pp. 270-271.

MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação* (Preâmbulo), in MOCO, Marcolino,

VIEIRA, José Pedro, *Cooperação*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014.

DELGADO, José Pina, *Guerra Justa*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira, (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014.

- Legislação e outros Documentos Oficiais:

ANTT, *Comités Henda. Editorial*, SCCIA, n.183, fls177, 176.

ANTT, *Carta Confidencial ao Ministro da Coordenação Interterritorial*, SCCIA, n. 183, fls 147; ANTT, Emissão de “Angola Combatente” - MPLA – Rádio Voz da Revolução Congolesa (Jul74), SCCIA, n.183, fls 145

ANTT, *Cópia do Relatório enviado pelo Posto Administrativo de Macondo*, SCCIA, n.º183, fls 398

ANTT, *Apoio da URSS ao MPLA*, SCCIA, n.º 39, U.I., cx 235, fls 1.

ANTT, *Textos Anti-coloniais. Discurso do Dr Agostinho Neto (6/junho/1968)*, SCCIA, n.183, fls 195.

ANTT, *Estatutos e Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola*, SCCIA, n.º 29, U.L. cx 235, fls 7.

ANTT, *A guerra subversiva. Desenvolvimento de técnicas de propaganda comunista através dos movimentos nacionalistas. Plano de campanha da União Soviética para a conquista da África*, SCCIA, liv. 220, fls 8 e 9.

ANTT, *Estatutos e Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola*, SCCIA, n.º 29, U.L. cx 235, fls 7

ANTT, *Textos Anti-coloniais. Discurso do Dr Agostinho Neto (6/junho/1968)*, SCCIA, n.183, fls 195

ANTT, *Apoio da URSS ao MPLA*, SCCIA, n.º 39, U.I., cx 235, fls 1.

ANTT, *Estatutos e Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola*, SCCIA, n.º 29, U.L. cx 235, fls 7.

ANTT, *Textos Anti-coloniais. Discurso do Dr Agostinho Neto (6/junho/1968)*, SCCIA, n.183, fls 195.

ANTT, *Apoio da URSS ao MPLA*, SCCIA, n.º 39, U.I., cx 235, fls 1.

Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola - "FNLA", o Movimento Popular de Libertação de Angola - "MPLA" e a União Nacional para a Independência Total de Angola - "UNITA", CasaComum.org, Disponível [HTTP:http.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001](http://http.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001) (2017-04-20).

ACTO COLONIAL, DE 18 DE JULHO DE 1930.

CARTA ORGÂNICA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS – DECRETO LEI N.º 23 228 DE 15 DE NOVEMBRO DE 1933.

CASTRO, FIDEL, Fragmentos do Discurso pronunciado no quartel de La Cabaña, em Havana, 12.09.1975, in WATERS, Mary-Alice,

CARTA DA ONU, de 26 de Junho de 1945.

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1911.

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1933.

DECRETO LEI N.º 23 229 DE 15 DE NOVEMBRO DE 1933: Sobre a Reforma administrativa ultramarina

DECRETO-LEI N.º 458-A/75 DE 22 DE AGOSTO: Suspensão do Acordo de Alvor

DECRETO-LEI N.º 22 465 DE 11 DE ABRIL DE 1933

Lei N.º 1/74 de 25 de Abril: destituição do então Presidente da República e exoneração do Presidente do Conselho de Ministros, Secretários e Sub-Secretários de Estado.

LEI N.º 1 900 DE 21 DE MAIO DE 1935

Lei Constitucional da República Popular de Angola (1975)

Decreto-Lei n.º 169/74, de 25 de Abril, são exonerados das suas funções os então governadores das colónias ou províncias ultramarinas.

Lei n.º 1/75 e Decreto Lei n.º 2-A/75): sobre o Governo de Transição e o Colégio Presidencial

GOVERNO DE ANGOLA, *Recenseamento Geral da População e Habitação*, - Resultados definitivos, INE, (Março 2016).

GOVERNO DE ANGOLA, *Dados de Projecção de Angola. População de Angola em 2017*, INE, Luanda, 2017.

SANTOS, Almeida, *Depoimentos sobre o Acordo de Alvor*, in Agência Lusa, (14-01-2005).

ONU, RESOLUÇÃO 1514 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1960 – DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DA INDEPENDÊNCIA AOS PAISES E POVOS COLONIAIS.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Resolução nº864 (1993), adoptada pelo Conselho de Segurança na sua 3277.^a reunião a 15 de Setembro de 1993; Resolução nº 1173 (1998), adoptada pelo Conselho de Segurança na sua 3891.^a a 12 de Junho de 1998; Outras resoluções sobre a situação em Angola: N.º 696 (1991), N.º 747 (1992), N.º 785 (1992), N.º 793 (1992), N.º804 (1993), N.º 811 (1993), N.º823 (1993), N.º 834 (1993), N.º 851 (1993)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – *Conversações entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola*, Penina, 10 a 15 de Janeiro de 1975, sessão do dia 11

às 23,30 horas – DGARQ, PT-TT-EMA, n.º54, pasta 7, cit. por REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes. Uma biografia política*, Âncora Editora, s/l, s/d, (2.ª edição).

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, Lei de Revisão Constitucional, Lei N.12/91, de 6 de Maio.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, Lei de Revisão Constitucional, Lei N.23/92, de 16 de Setembro.

SANTOS, José Eduardo dos, *Admissão de Angola na ONU* (Discurso de 1.12.1976), Departamento de Educação Político-Ideológica, Propaganda e Informação (DEPPI), Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos, Discurso do 4.º aniversário da independência de Angola (11.11.1979).

SANTOS, José Eduardo dos, *Discurso ao I Congresso Extraordinário do MPLA*, CDIH, (Dezembro de 1980).

SANTOS, José Eduardo dos, *Discurso de investidura*, Luanda, (21.09.79).

SECRETARIADO DO BUREAU POLÍTICO, *I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de Dezembro de 1977)*, Gabinete de Coordenação, Estudos e Análises, 2012 (edição especial).

TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS E A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA (08 Outubro de 1976).

WASHINGTON POST, 20 December 1988.

WASHINGTON POST, 12 January 1989.

Questões Nacionais e Coloniais. Teses e Estatutos do II Congresso da Internacional Comunista (1920): in CASTRO, Luis Filipe de Oliveira, *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaio*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.

- Dicionários e Enciclopédias:

MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Lisboa, 2014.

McLEAN, Iain – McMILLAN, Alistar (ed.), *Oxford Concise Dictionary Of Politics*, Oxford University Press, 2009 (3ª edição).

GUY, Hermet et alii, *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, (trad. Emmanuel Pestana), Escolar Editora, Lisboa, 2014.

- Sítios na Internet:

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos 30*, in MATTOSO, José, (dir.) *História de Portugal*, vol II: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 284-285; disponível em www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html (consult. a 12 de Outubro de 2016)

SILVA, Emílio M. D., *A Formação composta do Princípio da autodeterminação dos Povos*, disponível em <https://relacoesinternacionais.com.br/formacao-composta-principio-da-autodeterminacao-dos-povos> (consult. 24 Outubro 2016).

<https://www.significados.com.br/revolucao> (consult. a 20.10.2016)

https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf (consult. a 19 de Junho de 2018)

CHIKOTI, Georges, Intervenção do Ministro das Relações Exteriores em alusão ao dia do diplomata angolano (13/11/2014), disponível em www.mirex.gov.ao/todaspublicacoes.aspx (consult. a 19 de Junho de 2018)

www.youtube.com/watch?v=57Rdc1ia7aK (acessado aos 23/03/2018)

www.youtube.com/watch?v=57Rdc1ia7aK (acessado aos 23/03/2018).

<https://relacoesinternacionais.com.br/formacao-composta-principio-da-autodeterminacao-dos-povos> (consult. 24 Outubro 2016)

www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html (consult. a 12 de Outubro de 2016)

APÊNDICE

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
I.E.P.
DOUTORAMENTO EM CIENCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

TITULO DA TESE: Incidências da Guerra Fria na Política Externa de Angola (1975-1992)

Doutorando: Raul Tati

Orientador: Prof. Doutor Francisco Proença Garcia

O presente questionário pretende levantar o véu sobre as principais zonas cinzentas da nossa dissertação cobrindo o período 1975-1991. Tendo em conta a complexidade de algumas matérias que serão abordadas na tese e atendendo à exiguidade de fontes primárias, as entrevistas irão colmatar um vazio, enriquecendo os nossos argumentos sobretudo em relação aos aspectos empíricos. As entrevistas destinam-se primordialmente a figuras importantes que tenham sido intervenientes destacados da política angolana e portuguesa bem como a distintas personalidades do mundo académico.

1. A descolonização de Angola para muitos não correu da melhor maneira. Na sua opinião, pensa que havia uma solução melhor ? Qual?
2. Que razões estiveram na base da suspensão e fracasso do Acordo de Alvor? Na sua opinião, o acordo em si foi mau ou não houve vontade política dos principais actores na sua implementação?
3. Qual é a leitura que faz da intervenção das forças cubanas e sul-africanas em Angola?
4. A sovietação de Angola foi um mito ou algo que já estava em marcha?
5. O evocado “imperialismo americano” representava uma ameaça real à independência e soberania da República Popular de Angola?
6. Pode-se considerar satisfatório e eficiente o papel desempenhado pela ONU e pela OUA no conflito angolano? Porquê?
7. O paradigma da política externa da República Popular de Angola esteve ancorado exclusivamente no interesse nacional ou esteve à mercê dos condicionalismos da Guerra Fria?
8. Na sua opinião, é justo considerar Angola como “órfã da Guerra Fria”, como lhe chamou a senhora Margareth Anstee?
9. Em que medida o fim da Guerra Fria condicionou mudanças na política interna e externa de Angola?

10. Quais foram os factores determinantes que levaram o MPLA, em detrimento dos seus rivais, à conquista e manutenção do poder entre 1975 e 1991?

Muito obrigado!

Personalidades entrevistadas:

1. Professor Doutor Adriano Moreira – Antigo Ministro do Ultramar (1961-62), Professor do Instituto de Estudos Políticos (IEP) e Presidente da Academia de Ciências de Lisboa. (Entrevistado aos 15/02/2017)
2. Professor Doutor António Fontes Ramos – General das Forças Armadas Portuguesas, esteve envolvido nas Forças de manutenção da paz em Angola no âmbito dos acordos de Bicesse, Docente do IEP. (Entrevistado aos 13/02/2017)
3. Doutor Jaime Nogueira Pinto – Professor do ISPCSP da Universidade Técnica de Lisboa, especialista em assuntos angolanos, consultor estratégico. (Entrevistado aos 19/02/2017)
4. Dr Justino Pinto de Andrade – Nacionalista angolano, Director da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola (UCAN) e Deputado à Assembleia Nacional. (Entrevistado aos 11/03/2017)
5. Dr José Ribeiro e Castro – Jurista e político português, antigo Presidente do CDS e Eurodeputado, versado em assuntos políticos angolanos. (Entrevistado aos 03/03/2017)

OBS. Estavam agendadas mais quatro personalidades políticas e militares angolanas. Infelizmente depois dos primeiros contactos e depois de ter remetido o guião das entrevistas não fomos bem sucedidos.

ANEXOS

Anexo 1 - Discurso do Presidente Costa Gomes na abertura da cimeira

do Alvor:

Senhores Presidentes,

Meus Senhores,

Com propriedade afirmaremos que nos encontramos aqui reunidos num encontro histórico, cujos resultados positivos terão nítida influência nos destinos dos povos de Angola e da África e até do Mundo.

Saúdo V. Ex.as senhores presidentes, com estima e consideração.

A vossa determinação na luta armada, a vossa inteligência na luta política, a vossa capacidade da liderança popular são testemunhos concretos e inegáveis do alto padrão dos vossos méritos, como políticos e como chefes militares dos movimentos que ganharam o direito de traçar o futuro do novo país.

Os resultados positivos das vossas reuniões em Mombaça surpreenderam muitos observadores internacionais e são atestados da maturidade política dos vossos movimentos.

Todos estaremos de acordo em deixar aqui uma palavra de homenagem ao grande estadista africano, presidente Kenyatta, cuja hospitalidade e apoio se sentiu agora e cuja experiência e sensibilidade política nos poderá inspirar no futuro.

Bem calculo quantas forças e quantos interesses terão exercido influências centrífugas que V. Ex.as souberam vencer com a determinação, o bom senso e o pragmatismo de bons chefes políticos, souberam encontrar uma plataforma comum que permitiu esta reunião e todas as esperanças que a rodeiam.

Para além da solução imediata que aqui se venha a encontrar, desejo que tal solução tenha vocação a projectar-se no tempo em instituições políticas que derramem paz e tranquilidade no futuro de Angola.

Que a história registe V. Ex.as, os vossos Movimentos, o M.F.A. e a Revolução do 25 de Abril, como factores de uma obra tão grandiosa que nela caibam todas as raças, etnias e credos, que dinamizarão a grande pátria que vai ser Angola.

A solução que aqui se obtenha será o primeiro grande passo para afastar os vaticínios de interesses alheios a Angola que provêem ou desejam ver dramas onde existem diferenças sanáveis entre irmãos.

A grandeza de Angola, em espaço, potencialidade e sobretudo em valores humanos, é tão vasta que as elites de todos os Movimentos, aqui representados, não serão excessivas para realizar uma tarefa governativa comum.

Angola tem dimensões suficientes para que ali desenvolvam o seu labor, todos aqueles que sinceramente ali desejem realizar-se na vida.

O desafio histórico deste encontro repousa fundamentalmente em vós, e creio sinceramente que o povo de Angola, Portugal e o Mundo terão oportunidade de

confirmar o vosso reconhecido mérito de políticos esclarecidos.

A posição de Portugal é simples, conhecida e comprovada em experiências anteriores.

Faço os mais sinceros votos, de que esta conferência resolva os problemas de forma equitativa e justa, com dignidade e honra para as partes interessadas, e com eficácia, segurança e felicidade, para o povo angolano.

Termino desejando a todos os presentes que os vossos trabalhos sejam um ponto brilhante na história da humanidade e que a história registre dois povos irmãos que se separam politicamente em condições de mais se ligarem, fraternalmente.

Anexo 2 – Extrato do discurso do General Spínola por ocasião da promulgação da Lei Constitucional:

A Lei Constitucional N.º 7/74 decretada pelo Conselho de Estado e ontem promulgada, cria o quadro de legitimidade constitucional necessária para que se dê imediatamente início ao processo de descolonização do Ultramar Português. Precisando melhor, para que não restem dúvidas sobre a importância histórica do momento e a clareza de quanto afirmamos, quer esta declaração significar que estamos prontos, a partir de agora, para iniciar o processo de transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique.

É pois este o momento histórico por que o país, os territórios africanos e o mundo ansiavam. A paz na África Portuguesa, finalmente alcançada na justiça e na liberdade. Porque neste momento cessaram as razões dos combates, as forças de um lado e outro poderão dar-se as mãos como camaradas de armas das nações irmãs do mundo Lusíada. A essas novas nações, a nascer de Portugal, cuja vocação foi a de dar mundos ao mundo, cabe-nos desejar que tudo façam para que o sonho se não desencante, e a liberdade, a democracia, a multirracialidade e o progresso social por que anseiam sejam uma realidade e não uma motivação explorada por terceiros.

E se o momento em que o anunciamos não deixa de ter o sabor nostálgico de um princípio de separação, não poderemos esquecer que damos o mais importante dos passos ao encontro dos nossos próprios interesses, pois a solução da questão ultramarina permitirá que se devolva às tarefas da paz e do progresso todo esse caudal de potencialidades consumidas ao longo de treze anos de uma guerra sem finalidade.

A quantos sonharam, honestamente, com uma África lusa, dirijo uma palavra de confiança nas novas perspectivas que se abrem, e de tranquilidade quanto à segurança da vida que construíram na terra a que também chamam sua. Nada terão a recear, pois consideramo-nos em posição de poder confortá-los com a certeza de que as autoridades dos novos países honrarão o sentido de justiça decorrente do seu estatuto de nações plurirraciais de expressão portuguesa.

Termino formulando a todos os povos de expressão portuguesa os votos fraternos de um rápido e harmonioso desenvolvimento na paz. Que a língua comum que falamos, e quanto de bom houve em cinco séculos de convivência, sejam a garantia de que se manterão, ao longo do tempo, os laços da amizade que lhes não negaremos».

Anexo 3 – Extrato do comunicado comum da cimeira do Luso entre o MPLA e a UNITA

(...) O MPLA e a UNITA decidem:

- 1) Pôr termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações.*
- 2) Estabelecer um clima favorável à cooperação estreita entre as duas organizações, da base ao topo, e ao respeito mútuo entre elas.*
- 3) Defender constantemente e em comum os interesses das massas trabalhadoras e camponesas e lutar pela extinção de todos os vestígios do colonialismo.*
- 4) Criar em comum organismos a todos os níveis da sociedade angolana tendentes a solucionar «in loco» os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas, que permita desde já estudar com os diferentes sectores interessados as causas e eventuais remédios para ultrapassar a actual recessão económica.*
- 5) Não se intrometer nos assuntos internos das organizações signatárias deste acordo.*
- 6) Ter como objectivo fundamental o benefício das camadas mais exploradas do povo angolano na reconstrução nacional e em todos os domínios.*
- 7) Procurar estabelecer em conjunto com a FNLA, neste momento crucial da história do nosso povo, uma plataforma política comum que sirva de base à discussão com o Governo Português sobre a formação do Governo de Transição.*
- 8) Estudar as formas práticas de cooperação imediata nos planos político e militar.*
- 9) Opor-se tenazmente às manobras da reacção interna que visam perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo, perturbando assim a paz duramente conquistada após inúmeros anos de sacrifício.*
- 10) Combater com vigor as manobras que atentem contra a unidade e visem a secessão do país.*

Anexo 4 - Comunicado conjunto sobre a cimeira de Kinshasa entre UNITA-FNLA

(...) Conscientes do papel que desempenharam na luta armada e no combate libertador do povo angolano, contra o colonialismo português; conscientes de que a relação do povo angolano e o seu poder histórico conduzirão Angola à sua independência nacional; cientes de que lhes cabe agora a responsabilidade para a reconstrução duma Angola verdadeiramente angolana, livre e independente; conscientes de que a aproximação dos movimentos de libertação corresponde às mais profundas aspirações do povo angolano, e do próprio interesse supremo da nação, que se transcendam ódios, rancores, suspeitas e divergências de toda e qualquer espécie, já que as persistentes divisões, no seio dos movimentos de libertação, constituem uma ameaça à paz, à segurança, à ordem e até mesmo à independência de Angola. E indo ao encontro, há necessidade e urgência que se ponha cobro às manobras imperialistas e neocolonialistas de toda e qualquer espécie para a união dos movimentos de libertação;

Decidem:

- 1.º - Pôr termo a toda e qualquer forma de ataque ou propaganda susceptível de prejudicar a uma das partes signatárias;*
- 2.º - Instalar, depois da publicação do presente comunicado uma cooperação e assistência militar mútuas no intuito de fazer face a toda e qualquer eventualidade dos extremistas de toda a espécie que ameaçam as aquisições da revolução e o processo normal da ascensão do nosso país à independência total;*
- 3.º - Estabelecer uma comissão mista encarregada de elaborar uma plataforma que regularmente as tarefas políticas que se referem à reconstrução de Angola independente.*

Anexo 5 - Acordo entre o MPLA e a FNLA em Mombaça

(...) os dois Movimentos concordam no seguinte:

1.º - Pôr termo a toda espécie de hostilidade e de propaganda hostil que dificultem a colaboração franca e sincera entre o MPLA e a FNLA.

2.º - Criar um clima favorável à cooperação estreita entre os dois Movimentos, da base ao topo, em todos os sectores, e ao respeito mútuo entre eles. As duas partes concordam em fazer um apelo à imprensa e aos seus amigos para que evitem quaisquer problemas que possam comprometer o espírito do presente acordo.

3.º - Defender constantemente os interesses do povo angolano e em especial das suas camadas mais exploradas, lutando em comum pela extirpação de todos os vestígios do colonialismo.

4.º - Cooperar em organismos comuns para a solução dos problemas das populações.

5.º - Não se intrometer nos assuntos internos de cada um dos Movimentos signatários do presente acordo.

6.º - Opor-se por todos os meios às manobras de reacção internas que visem a perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo e assim combater contra todas as manobras que atentem contra a unidade nacional ou visem a secessão do país.

Anexo 6 – Texto do Acordo do Alvor

ACORDO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

(Acordo de Alvor, 1975)

O Estado Português e movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para negociarem o processo e o calendário de acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:

Capítulo I

Da independência de Angola

Artigo 1.º

O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

Artigo 2.º

O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano à Independência.

Artigo 3.º

Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

Artigo 4.º

A Independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por um representante seu expressamente designado.

Artigo 5.º O poder passa a ser exercido ate à proclamação da Independência peto Alto-Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

Artigo 6.º

O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a Impedir a violência interna ou a agressão externa.

Artigo 7.º

Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes a sua implantação actual ato que se efectivem as disposições especiais, previstas no capítulo 4.º do presente acordo.

Artigo 8.º

O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

Artigo 9.º

Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente na data em que tiveram lugar.

Artigo 10.º

O Estado Independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

O poder passa a ser exercido ate à proclamação da Independência peto Alto-Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

Artigo 6.º

O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a Impedir a violência interna ou a agressão externa.

Artigo 7.º

Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes a sua implantação actual ato que se efectivem as disposições especiais, previstas no capítulo 4.º do presente acordo.

Artigo 8.º

O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

Artigo 9.º

Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente na data em que tiveram lugar.

Artigo 10.º

O Estado Independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

*Capitulo II
Do Alto-Comissário*

Artigo 11.º

O Presidente da República e o Governo Português são durante o período transitório representados em Angola pelo Alto-Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

Artigo 12.º

O Alto-Comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

Artigo 13.º

Compete ao Alto-Comissário:

- a) Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei.*
- b) Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição.*
- c) Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os Movimentos de Libertação e o Estado Português.*
- b) Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola.*
- d) Ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português.*
- e) Assistir as sessões do Conselho de Ministros quando entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos sem direito de voto.*
- f) Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-lei e os decretos elaborados pelo Governo de Transição.*
- h) Assegurar, em conjunto com o Colégio Presidencial a direcção da Comissão Nacional de Defesa.*
- i) Dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo Colégio Presidencial.*

Capítulo III *Do governo de transição*

Artigo 14.º

O Governo de Transição é presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial.

Artigo 15.º

O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação que tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

Artigo 16.º

O Colégio Presidencial poderá sempre que o desejem consultar o Alto-Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

Artigo 17.º

As deliberações do Governo Transitório são tomadas por maioria de dois terços, sob a presença rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

Artigo 18.º

O Governo de Transição é constituído pelos seguintes ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura e Recursos Naturais.

Artigo 19.º

São desde já criadas as seguintes secretarias de Estado:

- a) Duas secretarias de Estado no Ministério do Interior.*
- b) Duas secretarias de Estado no Ministério da Informação.*
- c) Duas secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social.*
- d) Três secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas respectivamente por Secretaria do Comércio e Turismo, Secretaria da Indústria e Energia e Secretaria das Pescas.*

Artigo 20.º

Os ministros do Governo de Transição são designados em proporção igual pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pelo Presidente da República Portuguesa.

Artigo 21.º

Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita pelo seguinte modo:

- a) Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, e dos Transportes e Comunicações.*
- b) Á FNLA cabe designar os ministros do Interior, Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura.*
- c) Ao MPLA cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça.*
- d) Á UNITA cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.*

Artigo 22.º

Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) Á FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado de Comércio e Turismo.*
- b) Ao MPLA cabe designar um Secretario de Estado para o Interior, um Secretario de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretario de Estado da Indústria e Energia.*
- c) Á UNITA cabe designar um Secretario de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e um Secretário de Estado das Pescas.*

Artigo 23.º

O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e de subsecretários de Estado respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

Artigo 24.º

Compete ao Governo de Transição:

- a) Zelar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização ate a Independência Total.*
- b) Superintender no conjunto da Administração Pública assegurando o seu funcionamento e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade.*
- c) Conduzir a política interna.*
- d) Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola.*
- e) Exercer por Decreto-Lei a função legislativa e elaborar o decreto, regulamento e instruções para a boa execução das leis.*
- f) Garantir em cooperação com o Alto-Comissário a segurança das pessoas e bens.*
- g) Proceder à reorganização judiciária de Angola.*
- h) Definir a política económica, financeira e monetária, criar as estruturas necessárias ao máximo desenvolvimento da Economia de Angola.*
- i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais e colectivas.*

Artigo 25.º

O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

Artigo 26.º

O Governo de transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação.

Artigo 27.º

O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolverem espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

*Capitulo IV
Da Comissão Nacional de Defesa*

Artigo 28.º

É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: Alto-Comissário, Colégio Presidencial, Estado Maior Unificado.

Artigo 29.º

A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto-Comissário sobre todos os assuntos relativos à Defesa Nacional, tanto no plano Interno como no Externo, com vista a:

- a) Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo.*

- b) Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola.*
- c) Garantir a paz, a segurança e a ordem pública.*
- d) Zelar pela segurança das pessoas e dos bens.*

Artigo 30.º

As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, tendo o Alto-Comissário, que preside, voto de qualidade.

Artigo 31.º

É criado o Estado Maior Unificado que reunirá os comandantes dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas em Angola e três comandantes dos Movimentos de Libertação. Este Estado Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

Artigo 32.º

Forças Armadas dos três Movimentos de Libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: 8 000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA, 24000 militares das Forças Armadas Portuguesas.

Artigo 33.º

Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à Integração progressiva das Forças Armadas nas Forças Militares Mistas referidas no artigo anterior devendo em princípio respeitar o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados por mês quinhentos combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 1.500 militares portugueses; de Junho a Setembro inclusive serão integrados por mês 1.500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 4.500 militares portugueses.

Artigo 34.º

Os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32 deverão ser evacuadas de Angola até 30 de Abril de 1975.

Artigo 35.º

A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas Forças Militares Mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1975 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

Artigo 36.º

A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Polícia encarregadas de manter a ordem pública.

Artigo 37.º

O comando Unificado da Polícia, constituído por três membros — um de cada Movimento de Libertação — é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

Capítulo V

Dos refugiados e das pessoas reagrupadas

Artigo 38.º

Logo após a instalação do Governo de Transição, serão constituídas comissões paritárias mistas designadas pelo Alto-Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará e coordenará a acção destas comissões.

Artigo 39.º

As pessoas concentradas nas "sanzalas da paz" poderão regressar aos seus lares de origem. As comissões paritárias mistas deverão propor ao Alto-Comissário e ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do país.

Capítulo VI

Das eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola

Artigo 40.º

O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua Instalação.

Artigo 41.º

As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — únicos representantes legítimos do povo angolano.

Artigo 42.º

Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma comissão central constituída em partes iguais por membros dos Movimentos de Libertação, que elaborará o projecto da Lei Fundamental e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

Artigo 43.º Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

- a) Elaborar o projecto de Lei Eleitoral.*
- b) Organizar os cadernos eleitorais.*
- c) Registar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte, apresentadas pelos Movimentos de Libertação.*

Artigo 44.º

A Lei Fundamental que vigorará até a entrada em vigência da Constituição de Angola não poderá contrariar os termos do presente acordo.

Capítulo VII

Da nacionalidade angolana

Artigo 45.º

O Estado Português e os três Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a FNLA, o MPLA e a UNITA, reafirmam a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana, através de uma opção consciente.

Artigo 46.º

A FNLA o MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerarem angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra.

Artigo 47.º

Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste País é garantida a faculdade de requerem a cidadania angolana de acordo com a regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na lei fundamental.

Artigo 48.º

Acordos especiais, a estudar ao nível de uma, comissão partidária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses, domiciliados em Angola e o estatuto dos cidadãos portugueses residentes.

Capítulo VIII
Natureza económica e financeira

Artigo 49.º

O Estado português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente, da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por força a facilitar a transferência desses bens ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

Artigo 50.º

A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros recebidos pela parte portuguesa em nome e em relação a Angola, desde que tenha sido no efectivo interesse do povo angolano.

Artigo 51.º

Uma comissão paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no artigo 50.º, procederá às avaliações que tiver convenientes e proporá àqueles Governos as soluções que tiver por justas.

Artigo 52.º

O Estado Português assume o compromisso de facilitar à Comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma Comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito e legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

Artigo 53.º

O Estado Português assistirá o Estado Angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para Angola as atribuições, ao activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da Comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao Departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções na medida que se refiram e interessem a Angola.

Artigo 54.º

A FNLA, a UNITA e o MPLA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

Capítulo IX
Da cooperação entre Angola e Portugal

Artigo 55.º

O Governo português por um lado e os movimentos de libertação pelo outro, acordam estabelecer entre Portugal e Angola, laços de cooperação construtiva e duradoura, em todos os domínios, nomeadamente, nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

Capítulo X
Das comissões mistas

Artigo 56.º

Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária, nomeadas pelo Alto-Comissário, de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa, entre Portugal e Angola, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- a) Cultural, Técnico e Científico;*
- b) Económico e Comercial;*
- c) Monetário e Financeiro;*
- d) Militar;*
- e) Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.*

Artigo. 57.º

As Comissões referidas no artigo anterior, conduzirão os trabalhos e negociações, num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem, deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto-Comissário; do Colégio Presidencial, com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

Capítulo XI
Das disposições gerais

Artigo 58.º

Quaisquer questões que surjam na interpretação e aplicação do presente Acordo, e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação.

Artigo 59.º

O Estado Português, a FNLA, o MPLA e a UNITA, fiéis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrado, pela Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu activo repúdio de todas as formas de discriminação racial, nomeadamente do "apartheid".

Artigo 60.º

O presente Acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As Delegações do Governo Português, da FNLA, do MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente Acordo que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e este orgulho do povo português, a partir de agora ligado por laços de profunda amizade e propósitos de cooperação construtiva, para bem de Angola, de Portugal, da, África e do Mundo.

Assinado em Alvor, Algarve, aos quinze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e setenta e cinco em quatro exemplares em língua portuguesa.

Anexo 7 – Decreto-Lei que suspende o Acordo do Alvor

Após a Revolução de 25 de Abril de 1975, Portugal deu início a uma política real de descolonização, aceitando o princípio da independência para os povos coloniais que mantinha sob a sua administração. Na sequência desta nova política, e no que se refere em particular a Angola, o Estado Português e os movimentos de libertação nacional – FNLA, MPLA e UNITA – celebraram o Acordo de Alvor, regulando o acesso de Angola à independência.

A situação presente em Angola é, no entanto, de molde a causar as maiores apreensões. Na verdade, o referido Acordo tem sido, desde a sua celebração, objecto de frequentes violações por parte dos movimentos de libertação, numa manifestação da sua incapacidade de superarem divergências, em prol do interesse nacional angolano. Factos estes, aliás, expressamente reconhecidos pelos próprios movimentos no comunicado de Nakuro.

Nestas condições:

Considerando a ausência de facto das suas funções por membros do Colégio Presidencial e do Governo de Transição, o que impossibilita o funcionamento destes órgãos;

Considerando a paralização de facto da Comissão Nacional de Defesa, por ausências repetidas de alguns dos seus membros;

Considerando a política de estrita neutralidade activa que o Estado Português tem prosseguido, sem abdicar, contudo, das suas responsabilidades políticas e morais como potência administrante, defendendo a integridade territorial de Angola contra separatismos e ingerências externas e protegendo pessoas e bens sem qualquer discriminação;

Considerando, ainda, que é objectivo de Portugal levar a bom termo, nos prazos previstos, o processo de descolonização já iniciado;

E, consciente das suas responsabilidades perante a população de Angola e em cumprimento dos deveres que, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, incumbem ao Estado Português, nomeadamente o dever de contribuir para a paz e segurança internacionais;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

ARTIGO 1.º - Considera-se transitoriamente suspensa a vigência do Acordo de Alvor, concluído em 15 de Janeiro de 1975 entre o Estado Português e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), no que diz respeito aos órgãos de Governo de Angola.

ARTIGO 2.º - Além das funções que lhe são conferidas pelo Acordo de Alvor, compete ao Alto-Comissário:

- a) *Dirigir, coordenar e orientar a acção executiva dos Ministérios e superintender no conjunto da administração pública;*
- b) *Elaborar decretos-leis, decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;*
- c) *Declarar o estado de sítio, com suspensão total ou parcial das garantias constitucionais em uma ou mais partes do território de Angola.*

ARTIGO 3.º - Verificando o Alto-Comissário a ausência de facto das suas funções por parte de qualquer membro do Governo de Transição, nomeará um director-geral, que assegurará, sob a sua orientação e coordenação, a gestão do respectivo departamento, despachando apenas os assuntos de expediente considerado de urgência.

ARTIGO 4.º - Os Ministérios, cujos titulares são designados pelo Presidente da República, nos termos da alínea a) do artigo 21.º do Acordo de Alvor, passarão a ser geridos por directores-gerais da nomeação do Alto-Comissário.

*ARTIGO 5.º - O presente decreto-lei entra imediatamente em vigor.
Publique-se.*

O Presidente da República, Francisco da Costa Gomes

Anexo 8 - Comunicado Final da cimeira de Mombaça

«(...) Reunidas em Mombaça, no Palácio Presidencial, nos dias 3, 4 e 5 de Janeiro de 1975, por especial amabilidade do Governo da República do Quénia, as delegações do FNLA, do MPLA e da UNITA, chefiadas pelos seus presidentes, respectivamente, Holden Roberto, Dr Agostinho Neto e Dr Jonas Savimbi, num clima de mútua compreensão e perfeito entendimento, encontraram uma plataforma comum em vistas às negociações do Governo Português para a formação do Governo de Transição que conduzirá Angola à independência.

As três delegações, depois de analisarem os problemas ligados ao processo de descolonização e ao futuro Estado soberano de Angola, acordaram numa plataforma comum que compreende entre outras, as questões relacionadas com a formação do Governo de Transição, com a formação das Forças Armadas de Angola e com a criação e instalação das futuras instituições.

Dentro do mesmo espírito de compreensão e unidade, os três movimentos decidiram que a partir desta data se obrigam a cooperar em todos os domínios, especialmente no quadro da descolonização, da defesa da integridade territorial bem como no da reconstrução nacional. Em consequência os três movimentos de libertação declaram-se desde já prontos a iniciar na data prevista, as negociações com o Governo Português na cimeira que terá lugar em Portugal.

Finalmente, o FNLA, o MPLA e a UNITA exprimem a sua sincera e fraterna gratidão ao presidente Jomo Kenyatta, ao seu Governo e ao Povo do Quénia pela afectuosa hospitalidade de que foram alvos.»

Anexo 9 – Estatutos do MPLA

Pag-1-.

E S T A T U T O S

<u>DENOMINAÇÃO</u>	<u>SEDE</u>	<u>DEFENIÇÃO</u>	<u>OBJECTIVOS</u>

1º **DENOMINAÇÃO:** MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA(MPLA)

2º **SEDE:** ANGOLA

3º **DEFENIÇÃO:** O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA(MPLA) é uma organização politica constituída por Africa nos originários de Angola, sem descriminação de sexo, idade, origem étnica, crença religiosa ou de domicilio.

4º **O M.P.L.A.:** fixa-se por objectivos:

Aluta com todas as organizações patrióticas Angolanas na maior união populacional, para al liquidação em Angola, da dominação colonial Portuguesa e todas as relações colonialistas e imperialistas, para a conquista da independencia, imediata e completa, de Angola.

A defesa e a realização das reivindicações de todas as camadas sociais angolanas, oprimidas e exploradas pelo regimen colonial e em particular as reivindicações das massas rurais e trabalhadoras que constituem a quase totalidade da população de Angola.

A D E S ã O

5º Podem ser membros do M.P.L.A., todos os Africanos de Angola que aprovem o programa e os estatutos e que se comprometam a exectuar, para a sua actividade quotidiana, a politica do M.P.L.A.,

6º Cada Angolano adere a um grupo sob proposta de 2 membros deste, e depois da aprovação do Grupo da Assembleia, aprovado pela Comité de Acção do escalão imadiatamente superior.



ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

7º O Grupo é a organização de base do M.P.L.A.

8º A estrutura do M.P.L.A., compõe-se dos graus seguintes: Nação; Zona; Districto; Localidades.

9º O grau (escalão) nacional tem um Comité Director. Os escalões de Zona, Districto, e Localidades terão, cada um deles a sua Comité de Acção.

10º O Congresso é o órgão supremo do M.P.L.A.

11º A Comissão Directora é eleita pelo Congresso do M.P.L.A.

As Comissões de Acções das Zonas, Districtos e Localidades são eleitas respectivamente pelas Conferencias dos Delegados das respectivas Zonas, Districtos e Localidades.

12º A Comissão Directora e as Comités de Acção são responsáveis diante dos órgãos superiores respectivos, da execução, nas suas esferas de acção, das resoluções organicas superiores e da aplicação prática da linha politica do M.P.L.A.

DURAÇÃO DO MANDATO DAS COMISSÕES AOS DIFERENTES ESCALÕES.-

13º O Congresso do M.P.L.A., defeniu, depois das circunstancias do momento, a duração do mandato dos Comités aos diferentes escalões.

MÉTODO DE TRABALHO

14º O método de trabalho do M.P.L.A., está baseado nos seguintes principios:

- a) Espirito democrático;
- b) Unidade de acção;
- c) Espirito



- d) Espírito de responsabilidade;
- e) Ajuda recíproca;

FINANÇAS

15º Os recursos do M.P.L.A., vêm essencialmente das cotizações e subscrições dos membros e igualmente de ofertas.

OMISSÕES

16º Os casos omissos nos presentes estatutos são re solvidos por ordem de competencias:

- a) Pelo Regulamento Geral Interno do M.P.L.A.
- b) Pelas deliberações do Comité Director.

17º O Regulamento Geral Interno do M.P.L.A., é elaborado pelo Comité Director e sancionado pelo Congresso.

MODIFICAÇÕES E DISSOLUÇÃO

18º O Congresso do M.P.L.A., é o unico competente, para por si só, poder modificar os presentes estatutos.

19º No decorrer de todas as fases do desenvolvimento da história de Angola, o M.P.L.A., propõe-se o desenvolver a acção patriótica tendo como objectivo constante a defesa dos direitos das massas dos trabalhadores, o bem estar e a alegria do povo Angolano.

A Conferencia Nacional não tem competencia para anular o M.P.L.A. Sòmente a maioria abslouta de 4/5 dos membros delegados de um Congresso poderá decidir a dissolução do M.P.L.A., e a sorte reservada aos seus bens e valores.



Na hora actual, os colonialistas Portugueses e os seus agentes são os inimigos do povo Angolano. Eles utilizam todos os meios para manter a soberania Portuguesa em Angola e continuar a oprimir e explorar o povo angolano - aviolencia, assasínio, maquiavelismo, força militar, poder politico e económico, obscurantismo.

PROGRAMA MINIMO

O M.P.L.A., luta para a realização do programa minimo seguinte:

a) Criação urgente de uma Frente Angolana de libertação, que agrupe numa união todos os partidos politicos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as minorias nacionais Africanas, todos os Angolanos, todas as classes sociais africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendencias politicas, condições de fortuna, sexo, idade, afim de prosseguirem;

b) A luta POR TODOS OS MEIOS, para a liquidação em Angola do dominio colonial Portugues, de todos os vestigios de relações colonialistas e imperialistas, e para a independencia imediata e completa da Pátria Angolana;

c) Defesa constante e primordial dos interesses das massas rurais e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, quase a totalidade da população de Angola;

d) Aliança com todas as forças progressivas do mundo, conquista da simpatia e do apoio de todos os povos pela causa da libertação do povo angolano.

PROGRAMA MAIOR

O M.P.L.A., luta para a realização do programa maior



seguinte:

1-Independencia imediata e completa

-Liquidação em Angola e POR TODOS OS MEIOS, da dominação colonial Portuguesa e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas

-Luta em comum com todas as forças patrióticas, Angolans, num vasto movimento popular, com vista à tomada do poder pelo povo Angolano e a instauração de um regime republicano e democrático na base da independencia total.

-Abolição de todos os privilégios concedidos pelo regime colonial aos Portugueses e a outros estrangeiros.

-A soberania do Estado Angolano pertencerá inteira e unicamente ao povo angolano sem distinção étnica de classe, de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas ou de convicções filosóficas.

-A nação Angolana terá o direito sagrado e inviolável de dispor de si mesma tanto no plano político, económico, diplomático militar e cultural como sobre outro plano qualquer.

-Revisão da posição de Angola em todos os tratados acordos e alianças nos quais Portugal interessou o país sem o livre consentimento do povo Angolano.

-União popular a fim de liquidar toda a tentativa de agressão imperialista e todos os actos e manobras visando a prejudicar a independencia, a soberania, unidade e a integridade territorial de Angola.

-Estabelecimento da paz em Angola com base na instauração de um regime de justiça social, e com base no reconhecimento por outros países da independencia, soberania e integridade territorial de Angola.

II-UNIDADE DA NAÇÃO

-Garantir a igualdade de todas as étnias de Angola, reforçar a união e ajuda fraternal entre elas.

-Opor-se resolutamente a toda a tentativa de divisão do povo Angolano.



- Criar uma situação que permita o regresso ao país, de centenas de milhares de Angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial

- As regiões onde as minorias nacionais vivem em grupos densos e têm um carácter individualizado, podem ser autónomas

- Cada minoria nacional ou étnica terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e de conservar e renovar o seu património cultural.

- No interesse de toda a nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica e social, assim como relações normais-sobre planos económicos, sociais e culturais -entre todas as regiões autónomas e todas as minorias nacionais ou étnicas de Angola.

- Garantir a liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional.

III-UNIDADE AFRICANA

- Solidariedade total com todos os povos Africanos que lutam pela sua independencia completa e em particular com os povos e movimentos politicos em luta contra o colonialismo Portugues

- Contribuição para a unidade de todos os povos do continente Africano, na base do respeito da liberdade, da dignidade, e do direito ao progresso politico, económico e social destes povos

União dos povos Africanos na base da vontade popular livremente expressa e por meios democraticos e pacíficos.

Oposição a toda a tentativa de anexação ou opressão de um povo.

Nos processos para a unidade dos povos Africanos, defesa das conquistas politicas económicas sociais e culturais das classes trabalhadoras e rurais de cada país.

IV-REGIME DEMOCRÁTICO

Regime Republicano, democrático e leigo para



para Angola.

Garantia da liberdade de expressão, de consciencia e de culto da liberdade de imprensa, reunião, associação, residencia, e correspondencia, etc, para todo o povo Angolano;

Todo o cidadão Angolano -sem distinção de nacionalidade ou étnia, de sexo, de categoria social, de nivel cultural, de progissão, de condições de fortuna. de crenças religiosas ou de convições filosóficas, e

Gozará do direito de eleição a partir dos 18 anos e do direito de elegibilidade a partir dos 21 anos;

Regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual directo e secreto.

A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado;

A Assembleia do povo de Angola será constituída por eleições gerais livres. Nas eleições gerais livres, os partidos politicos legais poderão apresentar os seus candidatos numa lista comum ou separada;

A Assembleia do povo de Angola elaborará a primeira constituição da republica de Angola;

Todos os membros da Assembleia do povo de Angola gozarão da imunidade parlamentar;

A Assembleia do povo de Angola designará um Governo de coligação que reforçará efectivamente, a união entre as minorias nacionais ou étnicas, as diferentes regiões do país, as diferentes camadas sociais e os diferentes partidos politicos, e que exprima a vontade da nação a favor da liberdade e do progresso de Angola e contra a alienação politica, económica, territorial ou cultural do país aos interesses estrangeiros;

O Governo da Republica de Angola será o órgão supremo do poder executivo do Estado;

A Assembleia do povo de Angola, conferirá o poder ao Governo da Republica de Angola que responderá pela sua politica perante esta Assembleia;



Cada região autónoma terá o direito de adoptar disposições regionais adaptadas às suas particularidades mas que não estejam em contradição com a legislação geral em Angola;

Africanização dos quadros de toda a organização administrativa do país;

Garantias de protecção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na pessoa de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no país.

V-RECONSTRUÇÃO ECONOMICA E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Desenvolvimento por etapas e planificação da economia de Angola;

Transformação de Angola num país economicamente independente, industrial, moderno, próspero e forte;

Desenvolvimento da agricultura, com vista sobretudo à liquidação da monocultura do amendoim e ao progresso da produção agrícola e da mecanização progressiva do trabalho no campo;

Criação e desenvolvimento progressivo das empresas comerciais e industriais do Estado, cooperativas de venda e compra, e cooperativas de produção. Criação progressiva de indústrias pesadas e leves para a produção de artigos de consumo corrente do povo;

Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país;

Restauração e desenvolvimento das indústrias tradicionais Africanas;

Abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial às empresas económicas Portuguesas e a outras empresas estrangeiras e que sejam úteis à vida ao progresso e ao reforçamento da independência real do povo Angolano;

Desenvolvimento intensivo das relações económicas entre as cidades e o campo no sentido dum melhoramento progressivo das condições de vida no campo, e elevar o nível de vida das populações rurais;

Aplicação efectiva duma política que toma conta dos interesses



teresses dos empregados e dos patrões.

Criação de uma Bancó do Estado e de uma moeda nacional. Evitar a inflação e estabilizar a moeda;

Controle pelo Estado no interesse de todo o povo, do comércio externo de Angola;

Revisão da pretendida dívida de Angola para com Portugal. Combater o déficit da balança comercial de Angola.

Equilibrar as receitas e despesas do país;

Abolição do sistema fiscal instituído pelos colonialistas portugueses e criação de um novo sistema fiscal justo, racional e simples;

Ajustamento e estabilização de preços;

Luta contra a especulação

VI-REFORMA AGRÁRIA

Aplicação de uma reforma agrária, tendente a fazer desaparecer todas as injustiças, a liquidar o monopólio privado da produção dos produtos de consumo agrícola, e realização do princípio: A terra pertence àqueles que a trabalham.;

Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular para a independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos declarados do Estado angolano independente e democrático;

Definição dos limites de extensão da propriedade privada rural, tendo em conta a situação agrária de cada localidade

Depois da revisão dos títulos de posse de terras, compradas pelo Estado, pelo preço justo dos terrenos passando os limites estabelecidos pela lei;

Distribuição das terras aos camponeses sem terras e àqueles que não possuem suficientes;

Os beneficiários das terras legalmente repartidas, não terão nada a pagar, nem aos expropriados nem ao Estado;

Salvaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decorrer da luta popular para a independência de Angola.



VII-POLITICA SOCIAL DE JUSTIÇA E PROGRESSO

Protecção pelo Estado dos direitos dos trabalhadores dos camponeses e de todas as classes sociais que defendam activamente de Angola, a soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país;

Abolição imediata do regime do trabalho forçado das organizações legais dos trabalhadores;

Instituição do dia de trabalho de 8 Horas e aplicação progressiva de novas leis para a protecção do trabalho;

Fixação pelo Estado dum salario minimo dos trabalhadores e aplicação rigorosa do principio: A trabalho igual, salário igual-" Abolição de todas as discriminações de sexo, idade e origem étnica.

Protecção das igrejas, lugares e objectivos de culto das instituições religiosas legalmente reconhecidas;

Igualdade total dos direitos sem distinção de sexo sobre todos os planos-politicos, economicos social e cultural As mulheres terão rigorosamente os mesmos direitos que os homens;

Assistencia do Estado às mulheres na gravidez e à infancia;

Aplicação da assistencia social. Assistencia a todos os cidadãos angolanos desprovidos de recursos e victimas de doenças ou de desemprego involuntário, ou atingidos pela velhice ou invalidez;

Liquidação progressiva do desemprego. Garantia de trabalho aos operários empregados funcionários e aos jovens que completem os seus estudos;

Assistencia privilegiada a todos os cidadãos inválidos, em seguida à sua participação activa no combate para a independencia de Angola-Assistencia à familia daqueles que morreram pela Pátria Angolana



VIII-DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO CULTURA E EDUCAÇÃO

11

A liquidação da cultura e educação colonialista e imperialista. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, cultura e educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano;

Combate vigoroso e rápido contra o analfabetismo em todo o país;

Instrução pública será da competência do Estado e estará sob direcção e orientação;

Obrigatoriedade e ensino gratuito e progressivo da instrução primária;

Desenvolvimento do ensino secundário, técnico e profissional. Criação do ensino superior;

Estabelecimento das relações culturais com os países estrangeiros. Formação e aperfeiçoamento dos quadros técnicos necessários à construção do país;

Impulsão e desenvolvimento das ciências, técnicas, letras e artes;

Instituição, no campo, dos meios eficazes e suficientes para a assistência médica e sanitária das populações rurais;

Desenvolvimento equilibrado, à escala nacional, dos serviços de assistência médica e sanitária;

Liquidação da prostituição e do alcoolismo;

Estímulo e apoio às actividades progressivas da juventude;

Incentivo e protecção, em todo o país, da cultura física;

IX-DEFESA NACIONAL

Criação de um exército de defesa nacional com efectivos suficientes, intimamente ligado ao povo e comandado inteiramente por cidadãos angolanos;

Armar, equipar e treinar imediata e devidamente o exército. Instaurar uma nova instrução militar e política para o exército e unificar esta instrução. Estabelecer relações democráticas entre os oficiais e soldados. Consolidar a disciplina. No meio do exército desenvolver e fortificar uma consciência nacional



e combater todas as tendencias regionalistas;

Interdição de bases estrangeiras militares, no território nacional;

X-POLITICA EXTERNA INDEPENDENTE E PACIFICA.-

Estabelecimento e conservação das relações diplomáticas com todos os países do mundo, com base nos seguintes princípios: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingerencia nos negócios internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistencia pacifica.

a) Respeito pelos principios da Carta das Nações Unidas.

b) Não adesão a um bloco militar.

c) Relações especiais de boa vizinhança e de colaboração com as nações limitrofes de Angola.

d) Protecção dos Angolanos residentes no estrangeiro

/FB.



Anexo 9 – Sobre a disseminação do comunismo em África



SECRETO

PAG.8 de 31 PAGES.

A DISSIMINAÇÃO DO COMUNISMO EM AFRICA

INTRODUÇÃO

1. - No mundo de hoje é inevitável uma conclusão esmagadora. O destino do homem está inevitavelmente ligado à guerra fria ESTE/OESTE. As ideias e os princípios, os países e os povos, todos são sacrificados ou engolidos na voragem desta grande luta, porque a sobrevivência do Mundo depende da capacidade do ESTE e OESTE encontrarem uma base comum para a cooperação e co-existência.
2. - As repercussões desta guerra continuarão a ser sentidas "in crescendo" em AFRICA, onde ambos, ESTE e OESTE, advogam os muitos méritos e desméritos dos seus respectivos sistemas, num Continente que ainda tão recentemente emergiu na cena mundial e cujo apoio se torna necessário para ambos os lados na sua luta ideológica.
3. - O aspecto tornou-se mais complicado nas últimas semanas. Considerando que a luta foi basicamente uma luta do Ocidente versus Oriente, ambos os grupos tendem agora para a "Balcanização" ideológica. De um lado a RUSSIA e a CHINA em competição pelo êxito. No outro os ESTADOS UNIDOS procurando aumentar a sua influência, muitas vezes em detrimento da GRÃ-BRETANHA e da FRANÇA, que enquanto faz o possível para consolidar a sua posição com a UNIÃO AFRO-MALGAXE, ameaça dividir ainda mais os contendores ESTE/OESTE com o seu recente reconhecimento da CHINA COMUNISTA.

O COMUNISMO INTERNACIONAL

4. - O comunismo em AFRICA não pode ser visto como caso isolado. É de amplitude mundial e as suas ramificações influenciam as ideias da maioria dos povos e nações.

Os principais pontos do Comunismo Internacional são baseados em:

- a) - O proletariado - a classe favorecida.
- b) - A necessidade da "luta da classe"
- c) - Propriedade comum dos meios de produção
- d) - Revolução pela violência e pela força



SECRET

PAG.9 de 31 PAGS.

- e) - A necessidade de expansão.
- f) - O contróle do Mundo partindo do centro tradicional - MOSCOVO

Nos países altamente desenvolvidos estes pontos essenciais do credo tem pouca repercussão. Nos territórios sub-desenvolvidos, onde grande parte da população é iletrada, a ideologia apresenta um forte atractivo. Satisfaz as vaidades, as necessidades e os desejos do povo e indica o caminho, mesmo que pela violência e revolução, pelo qual eles podem melhorar a sua parte.

5. - Na AFRICA e na ASIA e em grande parte da AMERICA LATINA, onde a ignorância e as manifestações populacionais são lugar comum, as perspectivas para a influencia e dissiminação do Comunismo são mais que favoráveis.

O DIFERENDO SINO-SOVIÉTICO

6. - Desde há algum tempo que se sabe de que nem tudo estava bem no campo Comunista por causa das graves diferenças de interpretação da doutrina Marxista, e em 1963 ocorreu a maior crise do Comunismo que resultou o corte entre a RUSSIA e a CHINA. Isto é já do dominio público e presentemente irreconciliável. Daí resulta que a RUSSIA tem agora de estudar as conclusões resultantes da CHINA emergir um dia como grande potência mundial. E logicamente, mas não inevitavelmente a RUSSIA deverá aproximar-se do OCIDENTE enquanto a CHINA alinha com as nações de côr, de modo a tirar proveito da divisão do mundo em branco e não branco, países desenvolvidos e sub-desenvolvidos. Há assim uma possibilidade de actividade Chinesa, particularmente na ASIA, AFRICA e AMERICA LATINA em detrimento da influencia Soviética previamente estabelecida. Mas perto dos 90 partidos comunistas que existem no Mundo, sómente uma duzia ou pouco mais fazem "causa comum" com o Partido Comunista Chinês, e, à parte a ALBANIA, estes confinam-se principalmente aos estados Orientais. Isto acontece dado ao facto da RUSSIA ser, há mais de meio Século o lar do Comunismo, enquanto que a CHINA entra em campo independentemente e, relativamente pouco tempo. Deste modo qualquer sucesso da CHINA que há a obter certa proeminencia dado que é um factor novo. A visita de CHOU EN-LAI há pouco a AFRICA, é disso, um exemplo.

7. - Na sua busca de apoio, os Chineses acreditam que possuem uma vantagem sobre a RUSSIA naquilo que os países sub-desenvolvidos julgam ser a espécie de revolução que conduzem a mais aceitável aos elementos extremistas, pois a CHINA não se preocupa tanto com os resultados de uma acção irresponsável como a RUSSIA.



SECRE

PAG.10 de 31 PAGS.

Além disso a CHINA é uma nação do "não tem". É também não branca e a sua aproximação é muitas vezes tacticamente subtil e variada. Na AFRICA e na ASIA, explorou o reconhecimento do Comunismo pelo Corão, o que é importante dado que a maioria dos Mussulmanos são de côr. Por outro lado, a RUSSIA pode proclamar que chegou ao lugar que hoje ocupa - a segunda mais forte potência mundial - devido à sua própria revolução, seguida do Socialismo (Comunismo) num termo relativamente curto. Incontestavelmente o diferendo Sino-Soviético tem sido um sério travão ao Comunismo Internacional, pois que, em vez de conseguir singrar com uma só voz, cada facção deve agora procurar provar com larga margem a sua liderança ao mundo, assegurar a retenção da lealdade dos seus acólitos e descobrir meios de destruir os seus rivais comunistas bem como procurar novos campos onde lançar as sementes da sua espécie de Comunismo.

Devemos também reconhecer que a luta entre os dois contendores não é por assim dizer um conflito em termos ideológicos mas antes uma luta directa pelo poder. De um modo geral, o conflito não mudou a opinião Soviética sobre os países não Comunistas da ASIA e da AFRICA, antes pelo contrário, serviu meramente para a acentuar.

8. - Do ponto de vista Ocidental ainda está por determinar qual das duas - RUSSIA ou CHINA - representa a grande ameaça e se os dois grupos Comunistas são mais perigosos separadamente ou em conjunto.

9. - Do ponto de vista africano há boas razões para acreditar que a CHINA tem mais possibilidades de abrir caminhos no Continente Africano. O conflito Sino-Soviético, em si, poderia levar intensificação de esforço Comunista em Africa, por exemplo, na SOMÁLIA, onde a CHINA fez as primeiras invasões mas a RUSSIA competindo com a CHINA forçou o caminho e, com esse processo, eliminou virtualmente as esferas de influencia Britânica e Americana.

A CENA AFRICANA

10.- Agora que terminou a era colonial na AFRICA CENTRAL e do NORTE, a nova AFRICA composta por estados independentes emergentes, fica exposta à força bruta das correntes geradas pela guerra fria ESTE/OESTE e à luta pela chefia do mundo Comunista. Poucos destes estados são economicamente viáveis e quasi todos tem de confiar na ajuda externa. Cada um deles enfrenta uma complexidade de problemas que a independencia lhe trouxe.



SECRET

PAG.11 de 31 PAGS.

11. Comparada com a população de AFRICA de 250 milhões é ignorante e materialmente pobre. Para o Sul do SAHARA estão divididos à base tribal, afectos à superstição e a costumes tradicionais. As potências coloniais criaram divisões inaturais ao misturar muitas tribos numa violência contrária às leis e numa espécie de guerra destrutiva para ambos os lados. O credo Comunista que tem auxiliado o estímulo Nacionalista e a violência, detem uma promessa para as massas de AFRICA ao alimentar a negritude contra a cultura Ocidental que está associada à opressão; embora se deva notar que antes do advento do homem branco, o Africano só tinha sofrido subjugação pela sua própria espécie. A AFRICA é um Continente novo, e de facto o bloco Soviético só começou a estudar a AFRICA a sério em 1956. Há actualmente poucas provas que indiquem que a AFRICA se incline para um modo de vida Ocidental ou Comunista quer no sentido do bloco soviético ou do bloco Chines.

12. Existem, todavia, muitos indícios demonstrando o rápido desenvolvimento, de uma nova ideologia peculiar à AFRICA baseada nos conceitos de negritude, tais como a profundamente enraizada suspeita do Africano por qualquer coisa nova, e o seu ardente desejo de se envolver num padrão Africano, ambos tendentes ao re-establishment de certas tradições queridas que podem muito bem correr no futuro a favor do Ocidente.

13. No ANEXO I encontra-se uma lista das condições que prevalecem hoje em AFRICA e consideradas vantajosas ou desvantajosas para a causa Comunista.

14. Seja como for é a AFRICA que hoje surge que o OCIDENTE tem de preservar contra ataques separados dos blocos Soviéticos e Chines.

O COMUNISMO EM AFRICA

15. Com a AFRICA sob o controle colonial ponde o Comunismo abrir um pequeno caminho e a AFRICA que surge, temerosa e, desconfiada de um novo imperialismo, terá de resolver ainda sobre o que o Comunismo tem a oferecer para enfrentar a filosofia do OCIDENTE.

16. Antes do diferendo SINO-SOVIÉTICO, os Comunistas viram como a sua tarefa primária e importante, a assistência à AFRICA dependente para obter a independência. A independência concretizou-se agora devido à vontade própria das potências coloniais e o seu reconhecimento da ameaça Comunista.



SECRET

PAG.12 de 31 PAGES.

Este progresso acelerado, não somente privou o bloco de conseguir obter crédito actual pela obtenção da independencia, mas também lhe subtraiu uma valiosíssima oportunidade de se familiarizar com a AFRICA e com as condições nela prevaletentes. Portanto quaisquer que fossem os intentos e fins em AFRICA, os Comunistas, quer fossem SOVIETICOS ou CHINESES partiram virtualmente do principio.

17. Assim temos que presentemente, os partidos Comunistas em toda a AFRICA difficilmente chegarão à duzia (Vide ANEXO II) e destes, sómente sete, estão na AFRICA ao SUL DO SAHARA. O único Partido Comunista realmente activo tem sido o PARTIDO COMUNISTA DA AFRICA DO SUL que foi proscrito pelo Governo SUL AFRICANO em 1950.

No contexto Comunista, portanto, não se falta à verdade quando se diz que o Comunista na sua forma apregoada ou ideológica, quasi não tomou parte, à data, nos assuntos Africanos.

Mesmo agora, parece ainda ser necessário uma aproximação cautelosa, quer para evitar incidentes como o da expulsão do CONGO em 1962, quer para evitar o inconveniente de ser proscrito. Todavia reconhecendo que os resultados do diferendo SINO-SOVIETICO fizeram divergir a luta da questão ideológica, para a do poder, tem de se compreender que nem a RUSSIA nem a CHINA necessitam já de defender o estabelecimento de PCS reconhecidos para prosseguir nos seus objectivos. Eles apoiarão qualquer organização ou movimento nacionalista, ou afim, não importa quão distante eles estejam da linha de conduta comunista, molestando e prejudicando a autoridade do Governo legal afim de criar condições propicias ao seu próprio beneficio, e das quais possam tirar vantagens. Estes "MOVIMENTOS DE FRENTE" podem ser prontamente infiltrados, aberta ou secretamente porque a maioria deles tem um maior graude causa comum com o dogma Comunista do que com a Democracia como ela se pratica no OCIDENTE.

A RUSSIA (BLOCO SOVIÉTICO) E A AFRICA

18. Embora havendo há mais de vinte anos uma embaixada Soviética em ADIS ABEBA, foi só quando surgiu a crise do SUEZ que a RUSSIA começou a dar auxilio intensivo ao EGIPTO.

Desde então tem aumentado firmemente as suas actividades africanas, estando agora estabelecido diplomaticamente - ou em vias de o fazer - em 21 países africanos, com laços comerciais, culturais e outros. O seu INS-



SECRETO

PAG.13 de 31 PAGS.

TITUTO AFRICANO dispôs-se a estudar o problema Africano e a UNIVERSIDADE DA AMISADE (depois chamada PATRICE LUMUMBA) foi destinada a estudantes Africanos. I.I.POTEKLIN, o Africologista russo mais competente, publicou em 1960, "AFRICA OLHA EM FRENTE" um livro que trata de vários assuntos, como sejam, o Padrão do Marxismo em Africa, o Pre-requisitos para a Verdadeira Independencia, Fronteiras, Nações e Agrupamentos, a personalidade Africana, etc.

19. Do auxilio total prestado pelo bloco aos países subdesenvolvidos em 1961, metade coube aos estados africanos. O periodo da independencia em AFRICA - à parte a AFRICA DO SUL - está praticamente passado, e a UNIÃO SOVIÉTICA parece estar agora a dar enfase ao seu apoio pelo progresso social e economico. Frases como "AS TENDENCIAS PROGRESSIVAS SOCIAIS NO MOVIMENTO NACIONAL DE LIBERTAÇÃO" sobre as quais KHRUSCHEV se tem referido bastas vezes nos últimos tempos, são significativas. Parece que o ponto de vista SOVIETICO sobre a LIBERTAÇÃO NACIONAL é em duplicado: o primeiro ponto é a autodeterminação externamente - isto é, independencia que estabelece o status internacional ao Estado. O segundo ponto é a autodeterminação internamente, isto é, o direito de um estado escolher o seu próprio sistema politico e social, para controlar as suas reservas naturais, etc.

20. Mas existem dificuldades para o bloco SOVIETICO em AFRICA. Talvez a mais formidável seja de que o bloco representa "mais uma raça branca" numa altura em que o sentimento nacional africano sobre a quebra dos laços coloniais tenha resultado que o homem branco é olhado com maior ou menor desfavor. E em face da crescente propaganda CHINESA, está-se tornando mais difícil à RUSSIA alinhar com a ASIA nas causas de solidariedade AFRO-ASIATICAS.

Resultante da recente viagem de CHOU EN-LAI à AFRICA, notamos o propósito que a próxima CONFERENCIA DE BANDUNG dos Estados Afro-Asiáticos ou sua equivalente, realizar-se-á sem a representação Russa.

21. Muito da gíria Marxista - o sistema capitalista, a teoria Marxista-Lumumbista do socialismo científico, a mentalidade burguesa o internacionalismo proletariano, etc. perdeu-se num continente que só há pouco surgiu na cena mundial. Se a RUSSIA pretende progredir em AFRICA, onde até agora teve relativamente pouca experiência parece que a fraseologia Comunista tem de ser traduzida para termos africanos, para que o próprio



SECRETO

PAG. 14 de 31 PAGES.

africano possa interpretar e compreender, e de modo a que possa ser aplicada em AFRICA.

22. Um outro ponto em desfavor do bloco é o pobre tratamento dado no bloco aos estudantes africanos, de que resultou a saída da RUSSIA e seus satélites e um número deles sem completarem os estudos.

23. Finalmente, não é de modo algum claro que a RUSSIA tenha resolvido a sua política futura para a AFRICA, onde ela agora tem de competir não só com o que o colonialismo deixou atrás de si - e as decisões dos três estados Este-Africanos, UGANDA, KENYA e TANGANYIKA de pedir auxílio britânico para ajudar a restaurar a ordem, é disso um exemplo - mas também com a CHINA, que não só parece ter uma ideia mais concreta do caminho que segue, mas também para quem as condições parecem ser favoráveis.

A CHINA COMUNISTA E A AFRICA

24. Embora a filosofia política da CHINA VERMELHA seja relativamente nova para a AFRICA, os CHINESES não são estranhos para a COSTA ORIENTAL.

Muito antes do homem branco chegar à AFRICA ORIENTAL; mesmo antes do explorador árabe MAHMOUD se aventurar ao longo da costa; os Chineses já comerciavam com a AFRICA ORIENTAL. Há também conhecimento dos Chineses se haverem estabelecido em regiões da AFRICA ORIENTAL e do SUL. Todavia, desde o termo da última guerra que a CHINA tem estado preocupada com os seus próprios problemas internos e com a extensão da sua influência no SODUESTE ASIÁTICO. Já em 1934, HEDLEY CHILVERS, focou a atenção para a infiltração amarela na AFRICA DO SUL, no seu trabalho "THE YELLOW MAN LOOK ON" (O HOMEM AMARELO OLHA ADIANTE).

25. No entanto foi só em 1959 que a CHINA VERMELHA estabeleceu relações comerciais com a AFRICA. Hoje está reconhecida diplomaticamente por uns 13 estados africanos (Vide ANEXO III).

A política das "duas CHINAS" é algo de confuso para certo número de "leaders" africanos, pois a CHINA NACIONALISTA está representada, largamente através dos bons ofícios dos americanos nuns 19 estados africanos, e alguns, o caso dos estados ex-franceses, desejam considerar o assunto em profundidade antes de reconhecer a CHINA VERMELHA.



SECRET

PAG.15 de 31 PAGS.

26. O facto da CHINA não ter estado até agora associada com a AFRICA em grande escala, confere-lhe provavelmente uma vantagem sobre a RUSSIA - não tem que se descartar de quaisquer pontos de vista que pudesse ter manifestado e pode começar em condições, tal como se apresentam hoje. A CHINA acusa a RUSSIA de estar mais interessada em elevar o seu nível de vida do que impulsionar a "causa da revolução" nos outros países. O tema soviético da co-existencia pacifica é incompatível com os objectivos da revolução.

27. No seu próprio interesse a CHINA arrou o terreno do Comunismo proclamando que os movimentos de libertação são quasi o principal factor que contribuem para a queda das intenções imperialistas. Os Chineses considerando-se como verdadeiros camaradas das "nações oprimidas" e, no que se refere à CHINA e à ASIA, os mercenários subtis de "identidade de cor" introduzem uma característica racial no que em AFRICA se tornou agora uma competição pela popularidade.

28. Como a CHINA não é, como acontece com a RUSSIA, a segunda potencia mundial, pode-se apresentar como tendo mais em comum com os estados africanos emergentes - uma nação pobre e "uma não-tem". E a CHINA sofre mais na sua própria casa em virtude da difusão de fundos, que dificilmente podem ser afastados para a "conquista externa" mas faz os empréstimos que pode com o mínimo de obrigações. Mais tipicamente, presta assistencia com pequenas comissões de auxilio técnico - grupos que parecem introduzir-se em AFRICA discretamente e matam dois coelhos com um só tiro - cooperando no progresso nacional e tomando ao mesmo tempo nota das condições e tendências que podem ser exploradas.

29. Outra oferta CHINESA é a que é feita sob a forma de trabalho. A importância de trabalho é talvez a última coisa que a AFRICA necessita mas nisto devemos-nos lembrar da inerente preguiça do Africano. Trabalho, e trabalho duro, é aquilo que o CHINES há largos séculos tem e muito e a sua produção é pelo menos um terço mais dos seus camaradas africanos. Além disso o Chinês pode viver com pouco mais que nada.

30. Há vários informes, relatando que existem alguns milhares de trabalhadores chineses na SOMALIA (transferidos do YEMEN) na abertura de estradas. Ainda recentemente CHOU EN-LAI discutiu com KEITA do MALI o projecto de construção, pelos chineses, de uma auto-estrada Trans-Sahariana para ligar



SECRET

PAG,16 de 31 PAGS.

o Norte de Africa aos estados equatoriais. Os estados africanos podem muito bem aceitar o trabalho chinês como meio de acabar com a sua vaidade iludindo-se a si próprios, julgando que os chineses são de classe inferior. Embora essa atitude possa significar, da parte dos chineses, algum orgulho trágico, o certo é que lhes dá uma entrada válida em Africa de uma forma que a RUSSIA não aceitaria. Tal possibilidade é comparável à importação original de trabalho indiano para a AFRICA DO SUL na última metade do Século passado.

31. Poucas dúvidas podem restar de que os chineses são capazes de se identificarem muito mais estreitamente com a personalidade africana que o OCIDENTE ou a RUSSIA, e esta vantagem não é desperdiçada, como é obvio, pelos chefes chineses, que são capazes de apresentar uma subserviência que parecia estranha a outros competidores dos favores africanos.

Mas tal como para a RUSSIA também a CHINA encontra dificuldades. A CHINA é acima de tudo, uma potência estrangeira, embora possua mais atracção. E ainda como a RUSSIA, a CHINA é relativamente desconhecida excepto para uns poucos viajados. As observações feitas por CHOU EN-LAI quando partiu do continente são bastante significativas.

"A AFRICA ESTÁ MADURA PARA A REVOLUÇÃO", e isto possivelmente com pouca pressão do exterior.

AFRICA ORIENTAL

32. Muita especulação se tem feito quanto às causas dos recentes acontecimentos da AFRICA ORIENTAL, e, numa situação onde tantos há que desejam tirar partido, muito tempo se passará ainda antes que os verdadeiros factos sejam revelados. Embora possa ter havido fundas associações subversivas entre o golpe de ZANZIBAR e os motins do exército no TANGANYKA, UGANDA e KENYA os vários acontecimentos podem muito bem ter sido causados por reacção em cadeia.

33. ZANZIBAR estava amadurecida para a revolução - a sua história de trabalho e politica desordeira e violenta apontava claramente em caminho, e a libertação do controle colonial foi o sinal para a errupção. Quasi todas as organizações anti-governamentais, os sindicatos e os elementos da juventude estavam liberalmente salpicados com contactos com PEQUIM e MOSCOVO e pouca dúvida pode subsistir que houve influência e planificação externa.



SECRET

PAG.17 de 31 PAGES.

34. Os três factores significativamente ligados são:

- (a) - ODINGA OKELLO (e os que estavam por detrás dele) desempenharam um papel importante. BABU e KAMBONA são muito suspeitos e todos possuem forte tendencia comunista.
- (b) - Muitos poucos oficiais ou entidades superiores do NCO foram envolvidas. Mas os Sargentos do "EDUCATION BRANCH" parece terem estado totalmente envolvidos.
- (c) - Os revolucionários de ZANZIBAR sob ordens de OKELLO podem ser comparados aos escalões militares mais baixos nos batalhões de amotinados - todos eles podiam preencher os requisitos daquilo que os comunistas chamam "as forças progressivas do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL" ou "a pressão da opinião comum".

35. Ainda não é possível determinar o que ODINGA esperava ganhar com os tumultos do KENYA nesta altura, quando a estrela de KENYATTA ainda brilha no firmamento, e, mesmo que KAMBONA tencionasse tentar e desalojasse NYERERE (a há algumas provas disso) o momento parecia inoportuno. Na hipótese torna-se importante lembrar que estamos tratando com processos de mentalidade africana que frequentemente pouca relação tem com a dos europeus.

36. Logo desde os primeiros dias, ZANZIBAR desempenhou parte de vulto na história da AFRICA ORIENTAL e parece haver boas razões para supor que ainda está destinada a desempenhar papel significativo na nova AFRICA ORIENTAL. Nem nos devemos olvidar do papel dos "combatentes da liberdade" treinados em CUBA, no levantamento de ZANZIBAR.

37. MADAGASCAR, onde há 13.000 Chineses, tem também o seu valor, podendo muito bem ser um trampolim para a AFRICA DO SUL. Utilizada como lugar de reunião dos amarelos na última guerra, resultante da ocupação da ilha de DIOGO SOARES pelos ingleses, o Primeiro Ministro Malgaxe tem plena consciencia da ameaça CHINESA à sua Ilha.

A INFILTRAÇÃO DOS COMUNISTAS EM AFRICA

38. Nos primeiros tempos a entrada dos Comunistas em AFRICA foi feita através de processos culturais e sindicalismo que lograva enganar a



SECRETO

PAG, 18 de 31 PAGS.

protecção dada pelas potências coloniais. Na URSS e na CHINA existem pelo menos dezasete organizações culturais e de amizade (vidé ANEXO VI) de onde partem finíssimos fios de convivência com os países não-comunistas. Desde que terminou a última grande guerra que têm sido oferecidas nas Universidades Soviéticas facilidades académicas e educação técnica com todas as despesas pagas, escolas técnicas e fábricas para alunos africanos entre outros. Organizações Internacionais de Frente como sejam a "UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES" (IUS), a "FEDERAÇÃO MUNDIAL DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA" (UDFY), a "FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS SINDICATOS (W.F.T.U.), etc., todas elas têm tido papel preponderante na atracção de Africanos à RUS-SIA e seus satélites. E, a fim de se manterem em contacto com os Partidos Comunistas e/ou Nacionalistas e Sindicatos, o aluno era frequentemente escolhido por estas organizações a pedido dos organizadores soviéticos. Mas, por detrás de toda esta amizade cultural de aparência casual, estava a intenção definida da endoutrinação no modo de vida comunista.

39. Poder-se-ia pois, chamar a isto a primeira fase da aproximação Comunista da AFRICA. Mas possivelmente esta aproximação não deu os frutos desejados, talvez devido à aproximação da independência e à remoção do escudo colonial que abriu um campo mais amplo à opinião africana ou talvez mais provavelmente ao intento do Soviétés de pôr o sacrificio politico à frente das considerações económicas.

40. A segunda fase da aproximação foi o que se poderia chamar o ângulo da ajuda e comercio que começou com franco interesse quando os Estados Africanos obtiveram a sua independência e tiveram de se sustentar por si próprios, embora amparados por qualquer auxilio que pudesse vir do Ocidente. Aqui, em perfeita semelhança ao padrão do SODUESTE ASIÁTICO, estava uma oportunidade para minar as potências coloniais que ainda dispunham de apreciável fôrça que lhes permitisse continuar a manter os territórios que há tanto tempo controlavam. É difficil seguir a capacidade actual desta fase, porque não se dispõe de dados relativos a números anteriores; mas parece que nos fins de 1961, teriam sido feitas concessões e empréstimos a uns sete países africanos que montavam a £ 160 milhões. A CHINA não comparticipou deste plano de auxilio e comércio até 1959 e da importância acima só contribuiu com £ 17 milhões.



SECRET

PAC, 19 de 31 PÁGS.

41. Durante a primeira metade de 1962, registaram indícios de pausa no programa de auxílio Comunista à AFRICA. Isto bem poderia ter sido originado pela re-orientação interna e talvez por ajustamentos necessários a enfrentar as diferenças de opinião pendentes entre a RUSSIA e a CHINA. Todavia, em fins de 1963 já se notava um aumento significativo nas promessas de auxílio posto à disposição e o valor subiu para £ 320 milhões, dos quais, uns £ 190 milhões eram concedidos pela RUSSIA, £ 81 milhões pelos países satélites e £ 49 milhões pela CHINA (vide ANEXO VII sobre os detalhes).

42. Merece ainda atenção um ponto mais. Nos últimos quatro ou cinco anos tem havido muitas notícias não confirmadas de ter sido dado treino paramilitar aos nacionalistas africanos estudando nos países comunistas. Difícil se torna apresentar detalhes factuais mas a CHINA e CUBA têm estado notavelmente activas neste campo, tendo sido recentemente encontrado nas mãos dos rebeldes que operam na PROVINCIA DO KWILU, panfletos traduzidos do original chinês. Para apoiar a cauda do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL sabe-se terem sido estabelecidos campos de treino similares de inspiração comunista em certos países independentes de AFRICA - ARGELIA, ETIÓPIA, REPUBLICA ARABE UNIDA, CONGO (LEO), TANGANYKA, CONGO (BRAZZA) e GANA. Notícias revelam que frequentemente esses campos, cujas defesas são suportadas pelos patrocinadores, uns 400 africanos da RODESIA DO SUL.

43. Finalmente os Comunistas fazem emissões radiófonas para AFRICA. Estas emissões têm sido progressivamente aumentadas alcançando agora 300 horas por semana. Utilizam um grande número de idiomas africanos - SWAHILI, HANSA, ÁRABE, SOMALI, etc.. A possível futura montagem de uma poderosa estação emissora soviética ou chinesa em ZANZIBAR poderia desempenhar parte vital nos assuntos da AFRICA ORIENTAL e CENTRAL.

A ASSISTENCIA MILITAR COMUNISTA

44. (a) - Neste aspecto a RUSSIA conta com uma vantagem considerável sobre a CHINA e tem podido operar numa assistência militar apreciável a certo número de Estados Africanos. (vide ANEXOS IV e V). Esta assistência pode tomar todas ou algumas das formas seguintes:

- 1) - Armas e material



SECRET

PAG.20 de 31 PAGES.

- 2) - Pessoal técnico para fins de manutenção.
 - 3) - Instrutores
 - 4) - Treino de oficiais e NCOS em instituições soviéticas.
- (b) - No que se refere à penetração aérea da AFRICA pelos Comunistas esta é ainda ligeira mas sabe-se que a RUSSIA tem ideias de expandir a sua rede aérea internacional até AFRICA como meio de reforçar o seu prestígio e talvez para servir como elo de "intelligence". A CHINA, como é natural, não tem estado em posição de fazer qualquer impacto aéreo em AFRICA.

O FUTURO

45. Até muito recentemente tem havido tendência para considerar a ameaça comunista em AFRICA em termos mais ou menos vagos e distantes - segundo a expressão proverbial que "nuvem pequena não cobre o Sol". Não pode haver desculpa hoje para tal maneira de pensar. A Lua Comunista está de facto agora nascendo em AFRICA, os seus raios penetrantes procuram o que melhor pode reflectir as suas exigências e os seus resultados. Na atmosfera explosiva da guerra fria, a AFRICA é um prémio que vale a pena ganhar - tanto para o OCIDENTE como para o ORIENTE. Mas a flôr da independência Africana - uma planta delicada em todos os sentidos - está ainda muito sensível a qualquer tentativa de lhe diminuir o esplendor. "A AFRICA PARA OS AFRICANOS - FORA COM OS ESTRANHOS" é o distico. Assim tanto a aproximação post-colonial do Ocidente, como as ofertas feitas pelos blocos soviéticos e chineses, estão na contingência de enfrentar um nacionalismo desconfiado e imaturo que pode muito bem inclinar-se a pensar que sabe tudo.

46. Todavia, a independência foi em grande parte conseguida e, agora, que se seguirá?

Existem vários indícios demonstrando que esperar-se que os chefes africanos conduzam os seus camaradas ao progresso, à prosperidade, a um melhor nível de vida sabe-se lá onde!

47. Em quasi todos os casos, o advento da independência - pelo menos aos olhos dos europeus - trouxe consigo uma baixa de nível, mas



SECRET

PAG. 21 de 31 PAGS.

isto não é fatal, dado que as condições do branco não são as mesmas do africano. Esta tendencia para baixa, no entanto, origina uma reacção em cadeia - resulta em ineficácia, falta de planeamento, o "saber-como" naquilo que é ainda, sob todos os pontos de vista, o largo mundo no qual a nova AFRICA nasceu em aumento de desemprego, perda de rendimento nacional, por fim em estomagos vazios. A inimidade alimenta o perigo de estabelecer regimes que animem os que pensam que podem fazer melhor, razão porque o progresso é a única alternativa praticável para evitar o caos, a carnificina, o assassinio.

48. A tarefa dos chefes africanos de hoje tornou-se mais difficil porque a explosão da população significa que bastante do que eles poderiam conseguir por outros meios será devorado pelas massas sempre famintas. Para evitar o caos que se avizinha, a AFRICA independente tem de obter auxilio de algures. Este auxilio só pode vir das nações desenvolvidas - do OCIDENTE ou ORIENTE.

49. A diferença entre as duas "fontes de fornecimento" é que o OCIDENTE está preparado para anparar o progresso africano controlado, baseado no próprio sistema democrático do OCIDENTE. O ORIENTE sugere que o progresso económico e um lugar no mundo só é possível adoptando as características politicas do comunismo ou pelo menos "utilizando-as" no avanço económico. Por outras palavras - primeiro a revolução, é nisto que a RUSSIA e a CHINA se ombreiam. A RUSSIA iria mais vagorosamente - talvez acompanhando o OCIDENTE. Mas a CHINA está com muito mais pressa e compreende que para se assegurar das suas intenções em AFRICA, tem que "puxar a sua brasa", tanto mais cedo quanto possível.

Na sua aproximação da AFRICA, portanto, os Chineses preocupar-se-ão menos com as repercussões perante quem quer que seja que perante si mesmo e sem interesses em AFRICA. As suas subtile insinuações podem ser mal interpretadas pela nova AFRICA que poderá ser incapaz em qualquer acontecimento, de reconhece-la como uma nova força vital, antes que seja demasiado tarde.

50. São estes os preságios. Ponhamos agora o problema aqui, na RODESIA DO SUL. Deveríamos estar aptos a evitar a infiltração Comunista directa num futuro previsível, mas devemos esperar que os nossos Nacionalistas Africanos se voltem cada vez mais para o ORIENTE procurando auxilio, par-



SECRETO

PAG.22 de 31 PAGS.

ticularmente se a influencia do OCIDENTE cair em declinio e a concepção da UNIDADE AFRICANA falhar.

51. Há uma real possibilidade da RUSSIA e/ou a CHINA conseguirem assegurar representação directa num futuro relativamente próximo na RODESIA DO NORTE (e sómente um aumento de influencia AMERICANA ou o regresso da influencia INGLESA poderia anular esta possibilidade) caso em que os elementos subversivos do Nacionalismo Africano da RODESIA DO SUL seriam incomensuravelmente fortalecidos.

CONCLUSÕES

52. (a) - A AFRICA tornou-se, logo depois do SUEZ um sério objectivo Comunista. A politica de descolonização das potências ocidentais apresentam numerosas oportunidades para a dissiminação da influencia comunista no Continente, que tem sido e estão sendo exploradas.
- (b) - Apesar das oportunidades surgidas e provenientes da confusão, ineficácia e algumas vezes caos, reinante nos países algumas vezes recém-independentes, o Comunismo não tem até agora feito progresso espectacular, pelas razões que seguem:
- (1) - Desconfiança nata do africano pelas filosofias estrangeiras, juntamente com o seu ardente desejo de desenvolver uma cultura africana.
 - (2) - Conceito de independencia "Assente na negritude que exige chefia africana, seguida pelo conceito da Unidade Pan Africana mais ampla.
 - (3) - A nova intelligencia de AFRICA desenvolve-se em linhas capitalistas que ela conhece e aprecia.
 - (4) - Seria "humilhação nacional" trocar a recém-adquirida independencia e liberdade pela subpregação a uma filosofia suspeita e estranha.
- (c) - O Comunismo como credo politico é novo para a AFRICA e a AFRICA é comparativamente nova para os países do bloco. É pouco



S E C R E T O

PAG.23 de 31 PAGS.

provável que o africano abraça o Comunismo de um dia para o outro e os comunistas possuem pouca esperança de converter rapidamente o Continente ao seu credo.

A rivalidade entre a RUSSIA e a CHINA podia forçar o andamento da infiltração, tal como parece já estar fazendo mas isso poderia resultar pernicioso aos planos a longo prazo do Comunismo.

- (d) - Deve ser forçada a atenção para certas semelhanças entre o Comunismo e a vida tradicional africana, baseada principalmente nos direitos comunais da terra e na responsabilidade colectiva.
- (e) - O analfabetismo e a pobreza da AFRICA são benefícios para a causa comunista. Isto podem eles explorar e fazem-no. O auxílio financeiro destinado à montagem de emissoras de rádio nos países recém-independentes é um dos métodos de infiltração mais possantes.
- (f) - O diferendo sino-soviético tem aumentado a ameaça da infiltração comunista em AFRICA, particularmente na AFRICA ORIENTAL. Ambas a RUSSIA e a CHINA estão aumentando os seus esforços nesta zona e a última pode oferecer uma maior associação de ideias baseadas na côr, religião e ao facto dos Chineses estarem dispostos a oferecer trabalho manual aos estados africanos, enquanto que o auxílio russo se tem restringido à ajuda financeira e técnica. A CHINA VERMELHA será, portanto, mais perigosa que a RUSSIA.
- (g) - Os Estados Africanos independentes não podem ainda manter-se quer por si próprios quer em unidade com outros estados. Embora a maioria deles professem o não-alinhamento tem, mais tarde ou mais cedo de se inclinar mais para o OCIDENTE ou para o ORIENTE. A tendência actual é favorável ao OCIDENTE, mas os recentes acontecimentos da AFRICA ORIENTAL indicam que o OCIDENTE, ao prestar apoio deve mostrar também simpatia pela UNIDADE AFRICANA, ou então os Estados Africanos voltar-se-ão para o ORIENTE e não para o OCIDENTE. As invasões comunistas na



SECRET

PAG.24 de 31 PAGES.

AFRICA AO SUL DO SAHARA já são visíveis.

- (h) - Os pontos perigosos são a SOMALIA, o TANGANIKÁ, o KENYA, a UGANDA, o CONGO, ZANZIBAR e MADAGASCAR, e não devemos descurar a possibilidade de se estabelecer num futuro próximo uma representação comunista directa na RODESIA DO NORTE.



SECRET

PAG. 25 de 31 PAGS.

ANEXO I

CONDIÇÕES PREVALECENTES EM AFRICA CONSIDERADAS: QUER VANTAJOSAS, QUER DESVANTAJOSAS PARA A CAUSA COMUNISTA

1. VANTAJOSAS

- (a) Pobreza e ignorância (actuais condições económicas, sociais e políticas).
- (b) Imaturidade e inexperiência dos chefes (uma atracção à impaciência e à irreflexão).
- (c) Descontentamento com os resultados do colonialismo.
- (d) Desunidade
- (e) Semelhança de condições nacionais (trabalho de todo o mundo, etc.).
- (f) Auxílio Comunista.

2. DESVANTAJOSAS

- (a) O tribalismo tradicional ou a sociedade tribal, com excepções.
- (b) O Nacionalismo Africano
- (c) O receio de um novo imperialismo
- (d) A unidade (estado de partido único)
- (e) Os benefícios resultantes de serem capazes de pôr o ORIENTE contra o OCIDENTE.
- (f) Satisfação com o que o ORIENTE tem feito (guiando os terroristas africanos à independência).
- (g) O apoio OCIDENTAL

3. Existem, como é obvio, outros factores, tais como a ampliação da doutrinação do estudante às instituições técnicas e académicas do bloco Soviético e Chinês em contradição aos pontos de vista dos alunos que estudam nos países Ocidentais.

4. Há também, no caso da RUSSIA versus CHINA, a questão da côr.

Anexo 10 – Plano da campanha da URSS para a conquista da África



----- T R A D U Ç Ã O -----

PLANO DE CAMPANHA DA UNIÃO SOVIÉTICA PARA A CONQUISTA DE ÁFRICA

Como já anunciamos, Newsweek é o primeiro jornal a revelar os detalhes que, até agora, tinham sido mantidos secretos sobre o plano de campanha da União Soviética para a conquista da África.

Benjamim Bradlee, director de Newsweek, publica as informações que recolheu de boca de um agente da rede de espionagem soviética. Este último, mudando de campo, forneceu informações detalhadas sobre a rede soviética. O Intelligence Service de Oeste confirmou os dados fornecidos.

O Plano foi traçado em Moscovo no decorrer do verão último e pouco depois da Conferência de Bandung que reunia quatro biliões de Asiáticos e de Africanos numa luta comum contra os vestígios do Colonialismo.

Em seguida ao termo das discussões navidas entre os tradicionalistas e os promotores da diplomacia ousada que se pratica actualmente e que nós chamamos "new look", o Kremlin decidiu dar a mais alta prioridade aos pontos seguintes:

- Infiltrar-se em África: De Tunis a Gape Town e de Dakar a Madagascar.
- Conjugar com este efeito os movimentos comunistas existentes, assim como as organizações de frente popular, sob o aspecto de movimentos "nacionalistas" em cada país e em cada território.
- Apoiar inteiramente todas as formas revolucionárias violentas e o fanatismo religioso.

Os partidários dos métodos anteriores, mais estáticos, tiveram que reconhecer erros de táctica, muito particularmente no que diz respeito à luta abortada entre os comunistas da Costa do Ouro e o Primeiro Ministro pró-britânico Kwame Nkrumah, e no que diz respeito à assistência insuficiente ao movimento Mau-Mau de Jomo Kenyatta (Lança ardente) no Quênia. Os veteranos do marxismo fizeram-se valer de violentas objecções ao apoio que os comunistas queriam dar aos feiticeiros, magos, senhores feudais e reaccionários indígenas.

Mas logo que o Chefe do Partido Soviético, Nikita S. Khrushchev, pôs em jogo o seu enorme poderio, o destino ficou traçado.

Para pôr em execução a sua nova política, Khrushchev escolheu Mikhail A. Suslov, Chefe da "Bureau" Internacional do Partido Comunista e membro do Conselho de Presidência do partido. Três eminentes personalidades oficiais trabalham as suas ordens: Dmitri T. Shepilov, editor em chefe do Pravda, órgão do partido e actuando como o cérebro que dirige os movimentos soviéticos em África; o Coronel-General Ivan A. Serov, de aspecto jovem, a cara cheia de sinais de sardas, Presidente da Segurança do Estado e Grigori I. Rassadin, Director do Departamentos Assuntos Africanos, recentemente criado no Instituto Soviético para os "Assuntos de Guerra Psicológica", e anteriormente adido ao "Pravda".

Suslov intensificará rapidamente as actividades nos diversos domínios.

1 - CENTROS DE TREINO ESPECIAIS PARA OS INDÍGENAS AFRICANOS:

O principal centro de educação para agitadores está instalado na Checoslováquia, com uma filial em Budapeste. Este centro, que se encontrava estabelecido primeiramente nos tranquilos arredores de Praga, em Dejvice, abrigava, em dois grandes chalets, os quartéis gerais dos "Assuntos de Guerra Psicológica" e outras missões soviéticas de natureza secreta; em seguida foi transferido para a estação de Houstka no distrito Stara Boleslav, perto de Praga. Os agitadores africanos são recrutados em todos os países, particularmente, nas colónias inglesas, na Costa do Ouro, na Nigéria, no Togo e Uganda; nas colónias francesas, a Cos-



ta do Marfim e em Dahomey; no Congo Belga e na África Oriental Portuguesa.

Para assegurar o segredo absoluto, os "estudantes" são literalmente encapotados ou passados clandestinamente na ida para Praga e na volta pelo antigo caminho que os judeus utilizaram na sua fuga, desde a Checoslováquia ocupada pelas tropas hitlerianas, via Bratislava, capital da Eslováquia, porto de Constança, porto Romeno e a base Búlgara do Mar Negro (Varna), onde os navios aportam e de onde partem novamente para o Médio Oriente. Alguns dos seus agentes foram recentemente transferidos da velha zona soviética vienense onde eles trabalhavam, sob a direcção dos dirigentes comunistas franceses, Louis Sallant e Jean Lafitte, num programa especial de trabalho, em direcção à Checoslováquia.

Os cursos compreendem a leitura obrigatória de muitos autores americanos, e inclui Stetson Kennedy e obras de R. Palme Dutt, leader comunista anglo-indiano. A disciplina rigorosa a que este reino submete os alunos, faz que de entre eles alguns tivessem que o abandonar e outros tenham sido recusados.

2 - EXPEDIÇÕES CHECAS EM ÁFRICA:

Propagandistas, muito entendidos, viajam debaixo da cobertura de explorações científicas e atravessam a África, estabelecendo aí e mantendo uma rede de agentes e de correspondentes.

A operação é dirigida por dois Checos Comunistas, especialmente treinados em Moscovo, Frantisek Pakosta e Ruzena Holubova, que têm o seu Quartel Geral em Karmelitska 25, Praga II.

Um enorme monte de arquivos sobre a África, assim como milhares de cartas e de fotografias, estão localizados em Vodickova 40, Praga, sob a vigilância dos peritos em assuntos africanos, Ladislav M. Parizek, Zdenek Hoffmann e Frantisek Kahoun.

Os "exploradores" checos são muito estimados nas esferas comunistas oficiais. Dois dos mais conhecidos, Hanzelka e Zikmund, foram recentemente condecorados pelo Governo Checo, assim como pelo Governo Soviético.

3 - CÉLULAS DO COMANDO DE FORÇAS CLANDESTINAS:

Este obscuro grupo de bolchevistas convictos, compreende os restos da velha máquina de guerra soviética "Verband der Spanischen Freiheitskämpfer", "Hospital de Sangue dos soldados Espanhóis do Exército Libertador", composto originalmente de membros da Brigada Internacional da Guerra Civil em Espanha. A maior parte são de origem alemã ou austríaca. Os desertores da legião são igualmente bem-vindos às fileiras da organização. Ainda que as actividades deste grupo tenham sido suspensas na Europa, há algum tempo, o Kremlin fê-lo retomar as suas actividades em África. ***

Armando destes meios, Suslov definiu o seu programa de acção como segue:

- EGIPTO

Em consequência da venda de armas comunistas ao Egipto - mais de 200 MIG (aviões de combate a reacção), 150 tanks pesados, seis submarinos e 500 peças de artilharia - o ministro das comunicações egípcio, Fathy Radwan, o Director dos Caminhos de Ferro Egípcio, Gamala El Din Baddewi, regressam da sua visita a Praga, munidos de uma oferta soviética para a construção duma nova rede ferroviária no Egipto.

Se este projecto fosse aprovado, ele introduziria no Egipto centenas de técnicos comunistas e faria do Egipto uma porta de comunicação com África. Este plano, bem como os acordos em matéria de armamento, é projecto pessoal de Julius Maurer, um Ministro checo sem pasta. Um outro ensaio, não descurado, de penetrar sobre o continente negro, é a proposta soviética de subcrever ao projecto da Alta Barragem do Egipto, a maior barragem do Mundo. Em seguida, armas ligeiras russas serão enviadas de Odessa ao Mar Vermelho ou através dos portos da costa Este-Africana. Entre outras coisas estão incluídas as metralhadas



ras X-100, fabricadas pela Zavody Jana Svermy, fábricas de munições em Brno, que fornecem igualmente armas aos comunistas chineses. Esta fábrica conta 11.000 operários e trabalha actualmente a pleno rendimento.

Uma rede de intermediários arménios e persas, sob a direcção de um contrabandista, de renome Bahrani, de encarregar das entregas. Bahrani, tem, além disso passado o último verão na checoslováquia, na qualidade de convidado das autoridades e aproveitou-se desta ocasião para se pôr ao corrente de todos os detalhes deste tráfico e de sua distribuição.

Moscovo e Praga sabem muitíssimo bem que muitas das suas armas caíram nas mãos de assassinos e de bandidos, mas eles consideram que isto é um factor que não deve intervir no seu programa de armamento para a África Negra.

= ETIÓPIA E LÍBIA

Para abalar a atitude pró-occidental de estes dois países independentes, o Kremlin intenta fazer ofertas grandiosas de assistência económica e de colaboração. Esta assistência implicará a delegação de centenas de "peritos" soviéticos.

= ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Um departamento especial foi criado por iniciativa sua na Repartição dos trabalhos africanos, ramo de Budapeste. Sobre a orientação dum mulato português, chamado Bartolomeu Safia, a penetração vermelha prosseguirá intensamente e a inquietação racial será excitada.

* LIBÉRIA

A nova política comunista exigirá, para a Libéria, o agravamento dos sentimentos anti-americanos, por parte dos negros comunistas americanos.

Uma delegação soviética, sob a direcção de A.P. Volkov, à investidura do Presidente na Libéria.

Estes serão os primeiros russos de alta categoria a visitar esta república negra, rica em borracha.

= ÁFRICA OCIDENTAL E ÁFRICA EQUATORIAL FRANDESA

Fomenta-se vários movimentos separatistas, tendo nos lugares de Direcção comunistas indígenas, de preferência aos comunistas franceses.

= CAMARÃO FRANCÊS

Em vez de Ngom, que luta pacificamente para obter as reformas económicas, políticas e outras, introduzirão terroristas indígenas, tais como Kwali, que não conhecem mais que as suas espingardas e as suas catanas.

= CONGO BELGA

Desencorajados pelos "brancos", os feiriceiros - alguns dos quais são diplomados da Escola Colonial de Praga - foram industriados pelos agentes vermelhos de que o seu antigo poder só poderá voltar a ter realidade após a expulsão dos Belgas.

= UNIÃO SUL AFRICANA

Será dado apoio completo aos opositores do "apartheid" ou da segregação racial do Primeiro Ministro Johannes G. Strijdom. O objectivo é o de criar a mesma agitação militante que ameaça actualmente a soberania da França sobre a África do Norte.



Já na cidade de Brno (que é uma cidade episcopal) os arsenais imensos e os depósitos subterrâneos (próximo da tranquila cidade rural de Breclav, no centro de Checoslováquia), estão cheios de caixotes de armas marcadas para a África.

Os armamentos são parte importante no plano magistral do Kremlin para se infiltrar em África e desenvolver inteiramente as suas vastas riquezas em urânio e seus 193 milhões de indígenas que batem presentemente nos seus tambores a carga do nacionalismo.

O primeiro passo foi o fornecimento de armas ao Egipto. Em breve outras armas serão introduzidas em contrabando, bem no seio das florestas africanas. Da própria África e em jacto contínuo, indígenas escolhidos à porta fechada, chegam atrás da cortina de ferro, para aí estudarem a arte de revolução. O objectivo é familiar e é irrevogável: A conquista pela subversão. Somente entra em jogo um elemento verdadeiro: O tempo à maneira da estratégia soviética... O mesmo aqui como por toda a parte.

Um diplomata dos Estados Unidos, que tomou conhecimento do plano russo, exprimiu as suas dúvidas da maneira seguinte:

"Não há a certeza da possibilidade de este programa poder ser posto em execução dum dia para o outro... e advertiu-nos que nos preservasse-nos de sermos tomados pelo pânico. Mas para o Oeste, a batalha de África começou nitidamente.

Anexo 11 – Sobre o movimento de reajustamento do MPLA

80

CONFIDENCIAL


DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA



RELATÓRIO EXTRAORDINÁRIO N.º 12/73-DINF28 (GEP)

ASSUNTO: — "MOVIMENTO DE REAJUSTAMENTO DO MPLA"

CONFIDENCIAL

EXEMPLAR N.º 12

DATA 14 MAI 73

CONFIDENCIAL

79



I. ANTECEDENTES

1. No âmbito do conceito de "Generalização da Luta Armada" lançado na "Primeira Assembleia da I e II RPM", realizada em DOLISIE, em FEV68 e confirmado na "Primeira Assembleia da III RPM", levada a efeito no acampamento HANOI II (MUIE), em AGO68, foram definidas uma estratégia e uma tática do MPLA, para a concretização do referido conceito, a qual ficou conhecida por "Plano IKO" e que foi frustrada pela acção das NF, levando aquela organização terrorista a entrar em refluxo em princípios de 1970.
2. Das críticas que então um grupo de responsáveis fez ao CCPM/MPLA, pelo fracasso da luta, surgiu o "Plano PETROFF" que, embora aceitando em linhas Gerais o "Plano IKO", propunha algumas correcções e acrescentos que considerava importantes para levar em mais breve prazo a luta a todo o território de Angola.
3. Em OUT71, depois de várias reuniões preparatórias em que foram analisadas as causas dos desaires e revista a estratégia aprovada pelas Assembleias Regionais de 1968, realizou-se em KITEXE II, uma "Reunião Plenária do Comité Director", na qual se definiu um novo plano estratégico, inspirado nos planos IKO e PETROFF, o qual também foi frustrado pelas NF, obrigando o MPLA a retirar a quase totalidade das suas forças para as suas bases na Zâmbia e a lançar o "movimento de reajustamento", em NOV72, o qual começou a ser concretizado em JAN73 e de que é objecto este relatório.
4. Antes, porém, de se definir o que representa e significa o "movimento de reajustamento" do MPLA, tanto nos seus aspectos estratégicos e táticos, como de estruturas político-militares-administrativas, julgamos do maior interesse dar uma síntese dos seus antecedentes, para melhor compreensão do que pretende o MPLA com o movimento agora lançado.
5. Assim, nas Assembleias Regionais de 1968, em que foi aprovado o "Plano IKO" as intenções estratégicas do MPLA e o seu maior esforço seria concretizado:
 - a. Por dois movimentos - um a Norte e outro a Sul de CFB - que se encontrariam em GENERAL MACHADO, com o objectivo de aniquilar a UNITA, activar a luta no BIÉ, materializando a V RPM em dois braços, um para o CSUL, que inflectiria para BENGUELA e outro orientado para o HUAMBO, para penetrar na HUILA e materializar a VI RPM.

.../

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

78

-2-

- b. Outro movimento seria orientado para a LUNDA, com vista a isolar a cinta diamantífera, activando a luta em MALANGE e materializando a IV RPM, e criar condições para ligar a III RPM à I RPM, abrindo uma Rota de abastecimentos, a partir de KASSAMBA, a qual foi denominada ROTA ANETO e considerada a espinha dorsal do MPLA.
- c. Neste "plano" previa-se a concretização de grandes concentrações, que pretendiam transformar em "zonas libertadas", devidamente organizadas, as quais tentaram materializar nos MANDUMES que então chegaram a existir por pouco tempo e cuja destruição em AGO/SET/OUT68 pelas NF constituiu o primeiro grave desastre que, com a aniquilação da COLUNA BENEDITO em ABR70, frustrou ao MPLA todas as possibilidades de êxito, o qual entrou em refluxo e gerou as dissensões internas resultantes das críticas dos militantes mais responsáveis.
- d. Também foi criado um órgão e gizado um plano de dinamização da luta nos centros urbanos, para o qual foi designado um comando de responsáveis, sendo destinados vários "comissários políticos" para diferentes cidades e centros urbanos importantes do MOXICO, LUNDA, BIE, HUAMBO, CCUBANGO, HUILA e CUNENE, mas que nunca chegou a ser posto em prática.
6. Nas dissensões geradas pelas críticas ao fracasso do "Plano IKO", voltaram a ser postas em evidência as correcções e acrescentos que deram origem ao "Plano PETROFF", de que destacamos:
- a. A necessidade de uma rectaguarda forte para dinamização das frentes e estas disporem do apoio necessário para manter e expandir aquelas frentes.
- b. Abolir o conceito das grandes concentrações ditas "zonas libertadas", tipo MANDUMES, substituindo-as por "áreas vermelhas" onde as populações devidamente organizadas e armadas, pudessem ser a infraestrutura de grupos mais numerosos e móveis, tipo ESQUADRÕES e COLUNAS INVASORAS, capazes de concretizar uma guerra de movimento para que deveria evoluir-se, apoiada nos grupos de guerrilha que seriam os "Comités de Acção" e "Comités de Acção clandestina" em que as populações estariam organizadas, tanto nas áreas ditas vermelhas como nas áreas verdes e brancas, estas últimas na rectaguarda das NF, com a missão de ligar a luta urbana aos grupos armados.
- c. Propunha-se ainda no "Plano PETROFF" que a luta deveria ser levada à VI RPM, pelo CCUBANGO, auxiliado pelo movimento a sul do CFB, previsto no

CONFIDENCIAL

.../



CONFIDENCIAL

77

-3-

"Plano IKD", e não do HUAMBO para o HUILA como este previa, porque CAS-SINGA era um objectivo económico a atingir rapidamente, pelo impacto que teria, tanto no interior como no exterior.

7. Assim, na "Reunião Plenária do Comité Director", realizada em KITEKE II, em OUT 74, depois de feita uma análise à correlação de forças existente na chamada "Frente Leste" e partindo do princípio dogmático de que esta se mostrava favorável ao MPLA, apesar dos desaires sofridos, dado que no tempo do cacimbo, como vinha sendo habitual, as NF não tinham desencadeado uma "ofensiva" de grande envergadura, atribuindo-a à maior capacidade operacional e determinação dos grupos terroristas, foi gizado todo um plano estratégico e definidas táticas, com vista a passar da guerra de guerrilhas à guerra de movimento, de que destacamos como principais elementos:

- a. A maior autonomia da SRN e SRS/IIIRPM, que se transformaram em autênticos "comandos de coluna" de que dependiam ESQUADRÕES e COLUNAS INVASORAS, aos quais foram atribuídas missões de natureza especial e específica.
 - b. Decidiu-se que o maior esforço de expansão e dinamização fosse orientado a partir da SRS/IIIRPM, para a V RPM e VI RPM, utilizando as rotas da ZONA C/III RPM e criando a rota comum MPLA/SWAPO, através das ZONAS D e F/III RPM, em direcção ao CUNENE/VI RPM.
 - c. Intensificação da Luta na SRN/III RPM, principalmente na ZONA A/III RPM e criação da CI/VITÓRIA OU MORTE, para a ligação da III RPM com a I RPM.
 - d. Manutenção das posições na IV RPM, aguardando que na ZONA A/III RPM fossem criadas condições para a sua expansão, nomeando-se para tanto um "comando de coordenação SRN/IV RPM".
 - e. Aniquilamento da UNITA, a partir da ZONA E/III RPM, com a criação de um ESQUADRÃO ESPECIAL ao qual outro, que não chegou a constituir-se, daria apoio, num movimento através da ZONA A/III RPM, a norte da área de enquistamento daquela organização terrorista.
8. Mais uma vez a acção das NF frustrou este novo plano e, desta vez, com consequências mais graves entre os responsáveis políticos e militares do MPLA que dele discordavam por o acharem demasiado audacioso para a capacidade em material humano da organização e dada a impossibilidade de em curto prazo poderem preparar elementos armados o mesmo responsáveis capazes de pôr

CONFIDENCIAL

.../



CONFIDENCIAL

76

-4-

em execução tais planos.

9. Foi assim, com graves dissensões internas motivadas pelos fracassos sucessivos e com todo um dispositivo político-militar praticamente desmantelado e desiludido (de que resultaram as deserções, apresentações e recusa a combater da maioria dos elementos armados) que, em 8JUN72, ANETO foi a BRAZZA encontrar-se com HROBERTO, num primeiro contacto precipitado por MOBUTU e de que veio a resultar o Acordo FNLA/MPLA, assinado em KINSHASA, a 13DEZ72.
10. Verifica-se, entretanto, que o "movimento de reajustamento" começa a ser pensado e discutido, dentro do MPLA, a partir de NOV72, portanto, entre JUN e DEZ72, data do acordo, vindo a concretizar-se com as nomeações para a FRENTE LESTE, em JAN73, em reunião de responsáveis político-militares, presidida por ANETO, o que parece significar haver uma urgência do ANETO em "salvar a face", como se costuma dizer, da grave situação que ameaça todo o MPLA de poder vir a cindir-se ou a afundar-se em convulsões internas.
11. Este movimento tornou-se claro e mostrou-se em todas as suas proporções com a apresentação de MANUEL ANTÓNIO MUTI, "Angola Livre", em 19ABR73, que foi "comandante" do ESQUADRÃO ESPECIAL que actuava na ZONA E/ III RPM, conhecido pelo ESQ. ANGOLA LIVRE, pelos esclarecimentos que as suas declarações nos trouxeram e que constituem a matéria do próximo capítulo.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

75

-5-

II. O MOVIMENTO DE REAJUSTAMENTO DO MPLA

1. Segundo as declarações de MANUEL MUTI, "Angola Livre", o chamado "movimento nacional de reajustamento" do MPLA surgiu em NOV72, podendo considerar-se como uma aplicação da "revolução cultural chinesa" ao caso de Angola, resultante de uma análise da correlação de forças político - militares, em que entram como factores fundamentais:
 - a. A proclamação do Governo Português de maior autonomia para as províncias de Angola e MOÇAMBIQUE, às quais foi conferido o título de Estado e dotadas de Assembleia Legislativa.
 - b. Desaires do aparelho político - militar que o levaram a uma posição de refluxo, estando a maioria dos seus grupos armados fora de TN.
 - c. Dissidências étnicas, políticas e militares dentro do MPLA e inconformismo com a política de protecção de ANETO.
2. Assim, a análise feita às medidas de descentralização decretadas pelo Governo Central, dando maior autonomia a ANGOLA e MOÇAMBIQUE e conferindo-lhes o título de Estado, dispo de uma Assembleia Legislativa, levou os dirigentes do MPLA a concluírem que seriam iniciadas conversações com um dos movimentos terroristas e se nomeariam representantes para os quadros da Administração Pública, evoluindo-se para uma independência e criando-se uma nação à semelhança do BRASIL, o que poderia levar a ZAMBIA a aceitar esta evolução, por corresponder às suas sugestões no "Manifesto de Lusaka", donde resultaria o MPLA perder o apoio daquele país.
 - a. Desta análise resultou a preocupação do MPLA se interessar pelo Acordo FNLA/MPLA que a OUA vinha preconizando cada vez com maior insistência e que acabou por se verificar em 13DEZ72.
 - b. Logo no primeiro encontro de BRAZZA, a 8JUN72, na perspectiva que aí ficou assegurada do futuro acordo e em resultado de elucubrações quanto à forma de se coordenarem estruturas diferentes, o MPLA lançou em NOV72 o "Movimento de Reajustamento" para poder melhor concretizar-se a integração do aparelho político - militar da FNLA e do MPLA no futuro CMU que seria estabelecido no Acordo.
3. Contudo, ainda antes de se começar a planificar e a concretizar o "Movimento de Reajustamento", em JAN73, nas diversas reuniões realizadas para tal fim, as dissidências e as críticas aos desaires sofridos tomaram maior vulto e, assim, foi abordado o problema da UNITA, mas que ficou em

CONFIDENCIAL

.../

CONFIDENCIAL

74

-6-



suspenso.

4. No momento em que, em reunião de todos os responsáveis, sob a presidência de ANETO, foi decidido lançar o "Movimento de Reajustamento", o problema da UNITA foi posto à consideração do "presidente" do MPLA, tendo ANETO dito que naquela mesmo mês (JAN73) o "Times of Zâmbia" publicara um artigo em que aplaudia o Acordo FNLA/MPLA, mostrando-se SAVIMBI interessado em participar nesse acordo, mas que nunca diligenciara tratar o assunto directamente, o que punha a UNITA de parte.

a. Interviu então KILIMANJARO para afirmar que enquanto a UNITA não participasse no CSLA não seria possível o MPLA materializar a V RPM.

b. Face a este argumento, o ANETO afirmou que o assunto iria ser estudado, mas os responsáveis ficaram insatisfeitos com esta resposta.

c. E, assim, vários elementos, entre eles o GENTIL VIANA "África", o DANIEL CHIPENDA, "Sango", MUANA UTA e a maioria dos responsáveis naturais do Sul de ANGOLA, manifestaram-se favoráveis a que a UNITA participasse no CSLA, condição sem a qual não será possível progredir para o Centro e Sul, a partir da Frente Leste.

d. Esta insatisfação acirrou ainda mais o diferendo existente entre os responsáveis naturais do Norte e do Sul, falando-se mesmo de provável cisão dentro do MPLA, na medida em que se prevê que os do Norte venham a constituir um grupo ligado à FNLA e os do Sul, outro grupo, ligado à UNITA.

5. Entretanto e indiferente à especulação à sua volta, face à sua atitude quanto à UNITA, o ANETO prosseguiu com a planificação do "Movimento Nacional de Reajustamento", sendo decidido, ao nível do MPLA;

a. Abolir o conceito proposto nas Assembleias Regionais de 1968, de generalização de luta armada a todo o território de Angola.

b. Suspender provisoriamente as actividades do Comité Director (CD) e do Comité de Coordenação Político - Militar (CCPM), com vista à sua dissolução como órgãos superiores do MPLA, bem como os organismos de massas.

c. Abolir a divisão político - militar definida nas Assembleias Regionais de 1968.

6. Como justificação destas medidas, em reuniões do CD e do CCPM que antecederam esta decisão foram apresentadas, além das razões de natureza atrás

CONFIDENCIAL

.../

Anexo 12 – Acordos de Bicesse entre o governo da República Popular de Angola e a UNITA

Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse

O Governo da República Popular de Angola (GRPA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com a mediação do Governo de Portugal e a participação de observadores dos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS),
Aceitam como vinculativos os seguintes documentos, que constituem os Acordos de Paz para Angola:

- a) Acordo de Cessar-Fogo (incluindo os anexos I e II);
- b) Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista);
- c) Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA;
- d) O Protocolo do Estoril.

Estes acordos de paz foram rubricados em 1 de Maio de 1991 pelos respectivos líderes das delegações e subsequentemente aprovados pelo GRPA e da UNITA (como é atestado pela comunicação endereçada ao Primeiro-Ministro de Portugal não depois da meia-noite de 15 de Maio de 1991, que ocasionou a suspensão de facto das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura.

[Assinaturas]

Presidente da República Popular de Angola

Presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola

Acordo de Cessar-Fogo

A definição e princípios caracterizam o cessar-fogo como a cessação de hostilidades entre o GRPA e a UNITA, com o fim de alcançar a paz em todo o território nacional. Indicam que o cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional, e que tem de garantir a livre circulação de pessoas e bens. A supervisão geral do cessar-fogo será da responsabilidade do GRPA e da UNITA, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada de acordo com o anexo aos Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola. A ONU será convidada a enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA. O cessar-fogo inclui a cessação de toda a propaganda hostil por parte dos partidos, a nível doméstico e internacional, e obriga os partidos a absterem-se de adquirir

equipamento letal. O compromisso dos EUA e da URSS em não fornecerem equipamento letal a qualquer das partes angolanas, e em encorajarem outros países a agirem de forma semelhante, fica registado.

A secção sobre a **entrada em vigor do cessar-fogo** indica que é necessária a estrita observância dos compromissos assumidos pelas partes, assim como das decisões tomadas pelos órgãos com autoridade para verificar e fiscalizar o cessar-fogo. Entre as questões abordadas estão os abastecimentos logísticos de materiais não letais, a libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos em consequência do conflito (com verificação do Comité Internacional da Cruz Vermelha), e a aplicação do cessar-fogo a todas as forças estrangeiras presentes em território angolano. A secção enumera todas as actividades a cessar. A não observância de qualquer uma das disposições acima estabelecidas constitui uma violação do cessar-fogo, sem prejuízo das decisões tomadas pelos grupos de verificação e fiscalização.

Será criada uma Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF) antes da entrada em vigor do cessar-fogo. A sua composição está indicada, e fica determinado que a CMVF reportará à CCPM. Terá autoridade para criar os grupos de supervisão necessários para a completa observância do cessar-fogo. Tais grupos serão subordinados à CMVF. É tratada a criação e composição dos grupos de monitorização, e são fornecidos alguns detalhes sobre o monitorização dos grupos pela ONU. Os órgãos e mecanismos criados para verificar e fiscalizar o cessar-fogo deixaram de existir no final do cessar-fogo. No anexo I são delineadas outras disposições relacionadas com a verificação e fiscalização do cessar-fogo.

Quanto à **regulação das medidas de verificação e fiscalização**, é declarado que a CMVF terá a autoridade necessária para garantir uma observância eficaz do cessar-fogo, e são enumerados os seus deveres específicos. A CMVF decidirá sobre os seus próprios regulamentos, tem também autoridade para definir as funções e aprovar os regulamentos de quaisquer grupos de monitorização que criar. Os grupos de monitorização acompanhamento farão verificações "no local" à observância do cessar-fogo, para impedir, verificar e investigar possíveis violações.

O **calendário do cessar-fogo** (mais detalhado no anexo II) fornece as datas de acontecimentos chave, incluindo da rubrica do Acordo, da suspensão de facto das hostilidades, da assinatura e entrada em vigor do cessar-fogo, da criação dos grupos de monitorização, da instalação do sistema de verificação da ONU, e dos movimentos de forças para as

áreas de agrupamento. Na data das eleições, o processo de cessar-fogo estará terminado e os órgãos de verificação e fiscalização serão extintos.

Anexo I: Verificação e fiscalização do cessar-fogo

O anexo I especifica as disposições referentes à verificação e fiscalização do cessar-fogo acordadas pelas partes.

O mandato e os regulamentos da Comissão Mista de Verificação e fiscalização (CMVF) estabelecem que a CMVF é responsável pela implementação e funcionamento dos mecanismos de verificação do cessar-fogo. São detalhadas as suas responsabilidades específicas. A composição, localização e linhas orientadoras da CMVF são indicadas, assim como a frequência das suas reuniões, que serão presididas alternadamente pelo GRPA e a UNITA. As decisões da CMVF, vinculativas por natureza, serão tomadas por consenso entre as partes. No caso de a CMVF não chegar a uma decisão, ou de a CCPM rejeitar essa decisão, a decisão final caberá a este último órgão. São fornecidos detalhes sobre o sistema de verificação e fiscalização. O monitorização do cessar-fogo no local é assegurado pelo GRPA e pela UNITA, através de grupos de monitorização subordinados à CMVF e compostos por 8 a 12 indivíduos de cada parte, de acordo com o Apêndice 1, Sistema de Monitorização, Gráficos Organizacionais. A localização dos grupos está referida no Apêndice 2, Zonas de Agrupamento (listando as 27 zonas de agrupamento para as tropas do GRPA e as 23 zonas para as tropas da UNITA) e no Apêndice 3, Aeroportos e Portos (listando 32 aeroportos e 22 portos). A ligação entre a CMVF e os grupos de monitorização é garantida por grupos de monitorização regionais, de seis regiões e sub-regiões especificadas. Funcionários da ONU verificarão se os grupos de monitorização estão a assumir as suas responsabilidades. São fornecidos mais detalhes sobre o seu papel, a responsabilidade pela sua segurança e o apoio que requerem.

São estipuladas as disposições para as **zonas de aquartelamento**. Entre elas, que todas as forças armadas estejam acantonadas 60 dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, nas áreas especificadas no Apêndice 2. As forças de ambas as partes devem respeitar na íntegra as regras de conduta contidas no Apêndice 4, Regras de Conduta para as Tropas nas Zonas de Aquartelamento. As secções seguintes tratam das disposições para os abastecimentos nas zonas de acantonamento de cada uma das partes, e dos postos de controlo fronteiro listados no Apêndice 5, Postos Fronteiriços (listando 37 postos).

As **forças paramilitares ou militarizadas** de ambas as partes já deverão ter sido desmobilizadas ou integradas nas respectivas forças militares regulares, na altura em que o cessar-fogo entre vigor, o que será verificado pela CMVF. Outras secções tratam da troca de informação militar listada no Apêndice 6, Informação Militar a ser Trocada entre o

GRPA e a UNITA (em que são listados pontos relativos à informação militar, sob os títulos Pessoal, Equipamento e Armamento, e Outros) e das investigações sobre a existência de arsenais de armas químicas.

Anexo II: Sequência de Tarefas nas Diferentes Fases do Cessar-Fogo

O Anexo detalha o Calendário descrito no acordo, segundo as seguintes fases: Fase Preliminar (1 a 15 de Maio de 1991); 1ª Fase (15 – 29/31 de Maio de 1991, assinatura e entrada em vigor do acordo); 2ª Fase (31 de Maio – 30 de Junho de 1991, implementação do sistema de monitorização); 3ª Fase (1 de Julho – 1 de Agosto de 1991, transferência de forças); 4ª Fase (1 de Agosto de 1991 – data das eleições, verificação e fiscalização do acordo).

Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola

Ponto 1: O reconhecimento pela UNITA do Estado Angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo Angolano, até serem realizadas eleições gerais.

Ponto 2: No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária.

Ponto 3: O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.

Ponto 4: Irão realizar-se eleições livres e justas, após um recenseamento eleitoral conduzido sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados terem sido anunciados oficialmente. Na altura da assinatura do cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exacta das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.

Ponto 5: Respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, incluindo o direito de livre associação.

Ponto 6: O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará em data a acordar entre o GRPA e a UNITA. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da

CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional.

Ponto 7: Proclamação e entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território angolano, em conformidade com o acordo a ser concluído a este respeito entre o GRPA e a UNITA.

Anexo

O anexo contém o acordo entre as partes para formarem a CCPM, na altura da assinatura dos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola. A composição, tarefas e autoridade da CCPM são indicadas. A CCPM deverá assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. Deverá ter a autoridade necessária para aprovar todas as regras relativas ao seu funcionamento, particularmente quanto aos seus regulamentos internos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA.

Adenda III: Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA

1. No momento em que cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Na altura da assinatura do cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual deverão ser realizadas eleições livres e justas. A data exacta das referidas eleições será estabelecida através de consulta a todas as forças políticas de Angola.
2. O GRPA realizará conversações com todas as forças políticas, para escutar as suas opiniões quanto às alterações propostas à Constituição. Depois, o GRPA trabalhará com todos os partidos para criar as leis que regularão o processo eleitoral.
3. O acordo de cessar-fogo obrigará as partes a deixarem de receber material letal. Os EUA, a URSS e todos os outros países apoiarão a implementação do cessar-fogo e deixarão de fornecer material letal a qualquer uma das partes angolanas.
4. A supervisão política geral do processo de cessar-fogo será da responsabilidade das partes angolanas, no quadro da CCPM. A verificação do cessar-fogo será da responsabilidade do grupo internacional de monitorização. A ONU será convidada a enviar monitores para apoiarem as partes angolanas, a pedido do GRPA. Os governos que enviarão monitores serão escolhidos pelas partes angolanas, no quadro da CCPM.

5. O processo de criação do Exército Nacional começará quando o cessar-fogo entrar em vigor, e terminará na data das eleições. A neutralidade do Exército Nacional durante o processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas, no quadro da CCPM, com o apoio do grupo de monitorização internacional. As partes angolanas reservam para negociações posteriores as discussões sobre a ajuda internacional que possa ser necessária para formar o Exército Nacional.
6. Irão realizar-se eleições livres e justas para o novo Governo sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e até os resultados terem sido anunciados oficialmente.

Adenda IV: Protocolo do Estoril

Eleições

É proclamado que serão realizadas eleições. Para o Presidente da República, serão por sufrágio directo e secreto, através de um sistema de maioria, com o recurso a uma segunda volta, se necessário. Para a Assembleia Nacional, serão por sufrágio directo e secreto, através de um sistema de representação proporcional a nível nacional. Um processo de consultas, envolvendo todas as forças políticas angolanas, determinará se decorrerão em simultâneo, assim como a duração do período oficial de campanha eleitoral. Uma opinião técnica (não vinculadora das partes) sobre a sua duração desejável será obtida de um organismo internacional especializado, como a ONU. A votação será secreta e serão tomadas medidas especiais para aqueles que não sabem ler ou escrever. Estas medidas serão incluídas na lei eleitoral, a ser criada após o cessar-fogo, depois de um processo de consultas entre o GRPA e todas as forças políticas angolanas. Todos os partidos políticos e pessoas interessados terão oportunidade de se organizarem e de participarem no processo eleitoral em pé de igualdade, independentemente das suas posições políticas. A liberdade total de expressão e associação, e o acesso aos meios de comunicação, serão garantidos.

As partes aceitaram a proposta tripartida das delegações de Portugal, EUA e URSS, para que as eleições se realizem entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 1992. As partes concordaram que a seguinte declaração tripartida deverá ser levada em consideração na discussão da data exacta: "Considerando as dificuldades logísticas na organização do processo eleitoral, especificamente a conveniência de as eleições se realizarem na época seca, e a necessidade de reduzir os altos custos que a comunidade internacional terá de despende com o monitorização do cessar-fogo, as delegações de Portugal, Estados Unidos e União Soviética, recomendam vivamente que as eleições se realizem durante a primeira parte do período sugerido, preferivelmente

entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1992."

Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM)

Quanto à CCPM, o documento assinala que, segundo os Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GPRA e a UNITA e o anexo aos Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, a missão da CCPM é a supervisão política geral do processo de cessar-fogo. Terá o dever de assegurar que os acordos de paz são aplicados, e tomar a decisão final sobre possíveis violações desses acordos. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o GRPA e a UNITA, após escutada a opinião dos observadores. A CCPM não visa substituir o GRPA e o seu mandato termina na data em que o governo eleito tomar posse. As tarefas para as quais a CCPM se deverá estruturar são listadas, a composição da CCPM é estipulada, e é indicado que as suas reuniões deverão ser presididas alternadamente pelo GRPA e pela UNITA, sem prejuízo para o princípio do consenso no processo de tomada de decisão. São fornecidos detalhes relativos ao apoio de conselheiros, e às responsabilidades da CCPM quanto a regulamentos internos e orçamento.

Princípios relativos ao problema da segurança interna durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a realização de eleições.

É indicado que todos os angolanos terão o direito a conduzir e realizar actividades políticas sem sofrerem intimidações, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária, e com as disposições dos Acordos de Paz. São criadas medidas para verificar e fiscalizar a neutralidade da polícia, através de equipas de monitorização, e é especificada a composição, mandato, e quantidade proposta por província das equipas. As equipas de monitorização estão subordinadas à CCPM, e devem fornecer relatórios das suas actividades a esse organismo.

Em conformidade com o convite do Governo, a UNITA participará na força policial responsável pela manutenção da ordem pública. São dadas garantias quanto à disponibilidade de vagas e de formação para os recrutas da UNITA. A UNITA será responsável pela segurança pessoal das suas altas chefias, e o GRPA concederá estatuto policial aos membros da UNITA encarregados de garantir essa segurança.

Direitos políticos a serem exercidos pela UNITA após o cessar-fogo

De acordo com as disposições contidas nos Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GPRA e a UNITA, na altura da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito a conduzir e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis pertinentes relativas à criação de uma democracia multipartidária. Incluindo especificamente: liberdade de

expressão, o direito a apresentar, publicar e debater livremente o seu programa político, o direito a recrutar e angariar membros, o direito a organizar reuniões e manifestações, o direito de acesso à comunicação social do estado, o direito à liberdade de movimentos e segurança pessoal dos seus membros, o direito a apresentar candidatos às eleições, e o direito de abrir sedes e gabinetes de representação em qualquer parte de Angola. Sem prejuízo para estas estipulações, que permitem à UNITA o exercício imediato desses direitos, a UNITA deve, após a entrada em vigor do cessar-fogo, satisfazer os requisitos formais para o seu registo como partido político, em conformidade com a Lei dos Partidos Políticos.

Estruturas administrativas

Ambas as partes aceitam o princípio da extensão da Administração Central às zonas de Angola que presentemente se encontram fora do alcance da sua autoridade. Ambas as partes reconhecem que essa extensão não deve ser feita abruptamente ou colocar em perigo a livre circulação de pessoas e bens, as actividades das forças políticas, e a execução das tarefas relacionadas com o processo eleitoral. Ambas as partes concordam em deixar para data posterior o estudo da implementação dessa extensão, que será efectuada no quadro da CCPM por equipas competentes, compostas por representantes do GRPA e da UNITA.

Criação das Forças Armadas Angolanas

Quanto à Identificação e Princípios Gerais, as partes concordam que serão criadas as Forças Armadas Angolanas (FAA). A missão global das FAA é definida como a defesa e salvaguarda da independência e da integridade territorial. A composição das FAA será constituída exclusivamente por cidadãos angolanos, e a sua estrutura organizacional será unitária. Terá uma composição, estrutura de alto comando, tropas, mecanismos e equipamento, determinados de acordo com ameaças externas previsíveis e as condições socio-económicas do país. As FAA são não partidárias e obedecem aos órgãos de soberania competentes, no âmbito do princípio de subordinação à autoridade política, e comprometem-se publicamente a respeitar a Constituição e outras leis da República. Os militares em serviço activo terão o direito de voto, mas não poderão usar as suas funções ou as unidades estruturais das FAA para interferirem em quaisquer outras actividades de política partidária ou sindicais.

O processo de criação das FAA deverá começar com a entrada em vigor do cessar-fogo e deverá terminar na data das eleições, devendo evoluir em simultâneo com o aquartelamento, desarmamento, e integração na vida civil das tropas desmobilizadas. O recrutamento das

FAA durante o período anterior às eleições deverá decorrer de acordo com o princípio da livre vontade, a partir das fileiras das FAPLA e FALA. É obrigatório que todo o pessoal militar incorporado nas FAA antes da data das eleições frequente cursos de formação profissional, com vista a alcançar uma unificação em termos de doutrina e métodos, que conduza ao desenvolvimento de um esprit de corps essencial. Na altura em que forem realizadas as eleições, apenas deverão existir as FAA, não poderão existir quaisquer outras tropas. Todos os membros das presentes forças armadas de cada uma das partes, que não se incorporem nas FAA, deverão ser desmobilizados antes da realização de eleições. Adicionalmente, são dadas garantias quanto à neutralidade das forças armadas durante o período anterior à realização de eleições, aos direitos individuais do pessoal militar e à salvaguarda das unidades criadas durante esse período.

Em Poderio das Tropas, são especificados os números de tropas do Exército, Força Aérea e Marinha, e é acordado que cada uma das partes fornecerá ao Exército 20.000 homens (15.000 soldados, 3.000 sargentos e 2.000 oficiais). As primeiras tropas atribuídas à Força Aérea e à Marinha deverão ser fornecidas pelos ramos respectivos das FAPLA, tendo em conta que as FALA não possuem tais unidades. Assim que começar o processo de formação das FAA, a UNITA poderá participar na Força Aérea e Marinha, em termos a ser definidos no âmbito da CCFA. Entre várias outras disposições criadas em relação à Força Aérea e Marinha, constam as que definem que elas deverão estar sujeitas a verificação e fiscalização, e deverão estar subordinadas ao Alto Comando das FAA.

Em Estruturas de Comando das FAA, são fornecidos princípios gerais que indicam que a CCFA, subordinada à CCPM, deverá ser criada especificamente para dirigir o processo de criação das FAA. São criadas disposições que asseguram a natureza não partidária da Estrutura de Comando das FAA, como está descrito no anexo. As nomeações para o Alto Comando e para os comandos dos três ramos das FAA serão propostas pela CCFA, e aprovadas pela CCPM. A CCFA constitui o órgão de transição, até à data das eleições, entre as estruturas político-militares e a estrutura das FAA. São fornecidos mais detalhes quanto à sua composição e funções. As últimas incluem, entre outras, a proposta de critérios para a selecção de pessoal das FAPLA e FALA, com vista à criação das FAA, e a proposta dos nomes dos principais oficiais comandantes das FAA.

São indicadas a missão global e a composição do Alto Comando das FAA, assim como os princípios para estruturação do Comando do Exército das FAA e a criação da Força Aérea e Marinha (os detalhes serão publicados em directivas a emitir pela CCFA).

É tratada a criação e funcionamento de um Comando Logístico e de Infra-Estruturas, e as suas responsabilidades particulares. A estrutura

de comando e as unidades do seu Estado-Maior são mais detalhadas.

O calendário para o processo de criação das FAA é descrito em cinco fases. Imediatamente após a nomeação de cada comando, deverão ser organizados os respectivos Estados-Maiores.

Assistência Técnica de Países Estrangeiros. As partes informarão o Governo Português, nunca depois da data de notificação da aceitação dos acordos, sobre quais são os países que serão convidados a ajudar no processo de criação das FAA.

Desmobilização. A acomodação das forças desmobilizadas constitui um problema nacional, que deverá ser estudado conjuntamente pelas duas partes e submetido à CCPM para análise e decisão. O mesmo tratamento deverá ser dado ao problema das pessoas que ficaram fisicamente incapacitadas devido à guerra.

Anexo 13 – Acordo de Nova York

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, REPÚBLICA DE CUBA E A REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Nova Iorque, 22 de Dezembro de 1988

*Os Governos da República Popular de Angola, a República de Cuba e da República da África do Sul, doravante designados como "Partes",
Tendo em conta os "Princípios para uma solução pacífica no sudoeste de África", aprovado pelas partes em 20 de Julho de 1988, e negociações subsequentes com relação à implementação destes Princípios, cada um dos quais indispensável para uma solução global,*

Considerando a aceitação pelas partes da aplicação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 435 (1978), adoptada em 29 de Setembro de 1978, adiante designado por "Resolução 435/78",

Considerando a conclusão do acordo bilateral entre a República Popular de Angola e da República de Cuba, que prevê a reconversão em direcção ao Norte e à retirada gradual e total das tropas cubanas do território da República Popular de Angola, 310

Reconhecendo o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas na implementação da Resolução 435/78 e no apoio à implementação do presente Acordo,

Afirmando a soberania, a igualdade soberana e independência de todos os Estados do sudoeste da África,
Afirmando o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados,
Afirmando o princípio de abstenção da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados,
Reafirmando o direito dos povos da região do sudoeste da África à auto-determinação, independência e igualdade de direitos, e dos Estados do sudoeste da África para a paz, desenvolvimento e progresso social,
Manifestando o seu apreço pelo papel mediador do Governo dos Estados Unidos da América,

Desejando contribuir para o estabelecimento da paz e da segurança no sudoeste da África,

Concordam com as disposições abaixo.

- 1. As partes devem solicitar imediatamente ao Secretário-Geral das Nações Unidas para procurar a autoridade do Conselho de Segurança para iniciar a implementação da Resolução 435/78 em 01 de Abril de 1989.*
- 2. Todas as forças militares da República da África do Sul devem retirar-se da Namíbia, em conformidade com a Resolução 435/78.*
- 3. Em consonância com as disposições da Resolução 435/78, a República da África do Sul e a República Popular de Angola devem cooperar com o Secretário-Geral para garantir a independência da Namíbia, através de eleições livres e justas e devem abster-se de qualquer acção que possa impedir a execução da Resolução 435/78. As partes devem respeitar a integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras da Namíbia e assegurar que os seus territórios não sejam utilizados por qualquer Estado, organização ou pessoa, em conexão com actos de guerra, agressão ou violência contra a integridade territorial ou a inviolabilidade das fronteiras da Namíbia ou qualquer outra acção que possa impedir a execução da Resolução 435/78.*
- 4. A República Popular de Angola e a República de Cuba devem aplicar o acordo bilateral, assinado na data da assinatura do presente acordo, que prevê a reconversão em direcção ao Norte e à retirada gradual e total das tropas cubanas do território da República Popular da Angola e os acordos com o Conselho de Segurança das Nações Unidas para a verificação no local da retirada.*
- 5. Coerentes com suas obrigações ao abrigo da Carta das Nações Unidas, as partes se abstenham de recorrer à ameaça ou uso da força, e assegurar que os seus territórios não sejam utilizados por qualquer Estado, 311*

organização ou pessoa, em conexão com quaisquer actos de guerra, agressão ou violência, contra a integridade territorial, a inviolabilidade das fronteiras, ou a independência de qualquer Estado do sudoeste da África.

6. As partes devem respeitar o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados do sudoeste da África.

7. As Partes devem cumprir de boa fé com todas as obrigações assumidas no presente acordo e resolver através da negociação e em espírito de colaboração qualquer disputa com relação à interpretação ou aplicação.

8. Este acordo entra em vigor na data da assinatura.

Assinado em Nova Iorque, em triplicado, com os idiomas Português, Espanhol e Inglês, cada língua fazendo fé, neste dia 22 de Dezembro, 1988.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: (Assinado) Afonso Van Dúnem M'BINDA

PELA REPÚBLICA DE CUBA: (Assinado) Isidoro MALMIERCA PEOLI

PELA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL: (Assinado) Roelof F. BOTHA